



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas - IH**  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS  
Linha de pesquisa: História Cultural

**EM ALGUM LUGAR  
DAS SELVAS AMAZÔNICAS :**  
As Memórias dos Guerrilheiros  
do Araguaia (1966-1974)

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dra. Cléria Botelho da Costa**  
Aluno: **Carlos Hugo Studart Corrêa**  
Matrícula: 090000498

Brasília – Dez 2013



CARLOS HUGO STUDART CORRÊA

**EM ALGUM LUGAR  
DAS SELVAS AMAZÔNICAS:**  
As Memórias dos Guerrilheiros  
do Araguaia (1966-1974)

Tese de doutorado apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Doutor em História pelo Departamento de História da Universidade de Brasília,

**COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Profª Dra. Cléria Botelho da Costa (Presidente e Orientadora)**

---

**Profº Dr. Antônio Montenegro (Examinador)**

---

**Profª Dra. Georgete Medleg Rodrigues (Examinadora)**

---

**Profª Dra. Guiomar de Grammont (Examinadora)**

---

**Profª Dra. Lucília Neves Delgado (Examinadora)**

---

**Profª Dra Nair Heloísa Bicalho (Examinadora)**

---

**Profª Dra. Nancy Alessio Magalhães (Examinadora Suplente)**

A meu pai, **Jonas**,  
que me apoiou em todos os momentos desta empreitada

À minha mãe, **Margarida**,  
que me presenteou com meu primeiro livro de História

À minha companheira, **Adriana**,  
sem a qual não teria conseguido chegar ao fim

Às memórias dos guerrilheiros que  
tombaram em algum lugar das selvas amazônicas,  
representados nesta pesquisa, com especial empatia, por  
**Dina, Juca, Maria Diná, Osvaldão, Raul, Simão e Sônia**

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, a professora **Cléria Botêlho Costa**, por sua constante dedicação e esmerado apoio ao longo de toda esta pesquisa. Seus ensinamentos, profundos e perspicazes, conduziram-me ao aprimoramento acadêmico e abriram novos olhares sobre o tão vasto mundo que nos abriga.

Às professoras **Lucília Neves Delgado** e **Nair Heloísa Bicalho**, que me acompanham desde a Banca de Qualificação, tecendo considerações sábias extraídas de suas vidas voltadas ao estudo de temas fundamentais do homem.

Ao professor **Antônio Montenegro** e às professoras **Georgete Medleg Rodrigues**, **Guiomar Grammont** e **Nancy Aléssio Magalhães**, por se disporem à leitura crítica desta pesquisa, reservando tempo e dedicação.

Ao professor **José Geraldo de Souza Júnior**, em sua nobre condição de Reitor da Universidade de Brasília, depositou confiança em minhas pesquisas ao indicar-me para compor o Grupo de Trabalho da Presidência da República que busca os corpos dos desaparecidos do Araguaia.

Às professoras **Albene Miriam Menezes** e **Maria Filomena Coelho**, que na condição de coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em História da UnB empenharam todo o apoio em momentos decisivos.

Aos professores **Boaventura de Sousa Santos** e **Rui Bebiano**, por me aceitarem como pesquisador em mobilidade do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, como também por me abrirem gentilmente o Centro de Documentação 25 de Abril.

Aos professores **Amadeu de Carvalho Homem** e **Fernando Catroga**, do Departamento de História da Ideias da Universidade de Coimbra, pelos clarões de luzes que pude avistar em suas respectivas aulas.

Às minhas companheiras e companheiro de pesquisas de campo no Araguaia, **Diva Santana**, **Jadiel Camelo**, **Merces Castro** e **Myrian Luís Alves**, seres incansáveis e destemidos na busca pelos corpos e na reconstrução das circunstâncias nas mortes dos desaparecidos políticos.

Aos ex-guerrilheiros **Dagoberto Costa**; **Danilo Carneiro**; **João Carlos Wisnesky**; **José Genoíno Neto**; **Lúcia Regina de Sousa Martins**; **Luzia Reis Ribeiro**; **Micheas Gomes de Almeida**; **Pedro Albuquerque Neto** e **Regilena da Silva Carvalho**, sobreviventes daqueles tempos e daquela luta por um país justo e igualitário, que se dispuseram a desvelar suas lembranças e a mexer em suas feridas para auxiliar na reconstrução das memórias de seus companheiros desaparecidos.

Aos familiares dos desaparecidos do Araguaia **Alyson Costa, Eliane Castro, Liniane Haag Brum e Sônia Haas**, pelas inéditas informações a este pesquisador para a reconstituição das memórias de seus entes queridos, cuja saudade foi notoriamente sentida a cada palavra dita e anotada.

Às pesquisadoras em História **Anna Paula Silva**, da UnB; **Filomena Calhindo e Natércia Coimbra**, do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra, pela ajuda na organização e catalogação do acervo documental relacionado a esta pesquisa, tratados por delicadas mãos, preciosos olhares e reconhecimento da importância histórica do conjunto.

Por fim, aos professores **Cláudio Ramos Chaves e Luiz Antônio Serra**, pela dedicação e esforços concentrados na revisão desta pesquisa.

A todos, rendo homenagens pelo ontem e pelo hoje. E pelo amanhã, em nome das futuras gerações para que saibam dos atos de coragem daqueles que sonharam e fizeram história.

“Somos feitos da mesma matéria dos sonhos”  
( Próspero, em *A Tempestade*, de Shakespeare)

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo reconstruir as memórias dos guerrilheiros do Araguaia, um grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil que, entre 1966 e 1974, estiveram em uma região remota da floresta amazônica com o objetivo de deflagrar uma insurreição revolucionária em aliança com os camponeses. Para reconstruir suas memórias no tempo presente, foram utilizados de documentos remanescentes da guerrilha, como diários e cartas, ou documentos oficiais militares, bem como de narrativas orais dos sobreviventes, ex-guerrilheiros e camponeses. O episódio é analisado a partir da hipótese de que esse grupo, a maioria jovens universitários, pegou em armas motivado pelo sonho de construir país justo e igualitário. A proposta desta pesquisa é buscar os sentidos do objeto através dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise da História Cultural, em diálogo preferencial com a obras de Walter Benjamin e de Paul Ricoeur. A narrativa dos acontecimentos, por sua vez, foi interpretada e analisada à luz do pensamento de Hannah Arendt, em especial, como também de Ernest Bloch e Norbert Elias.

Palavras-chave: Guerrilha do Araguaia, Revolução, Luta Armada, Regime Militar, Partido Comunista do Brasil.

## **ABSTRACT**

This research aimed to rebuild the Memories of Araguaian Guerrilla, a group of militants of the Communist Party of Brazil who, from 1966 and 1974, have been in a remote region/area in the Amazon Rain Forest with the objective to spark a revolutionary upheaval in alliance with the local peasants. For rebuilding their memories in the present time, they were used the guerrillas remaining documents, such as diaries and letters, or official military documents as well as oral narratives of survivors, former guerrillas and peasants. The event is studied from the hypothesis that this group, university students in its majority, took up arms and guns in the dream for a more egalitarian and fairer country. The purpose of this research is to seek the meanings of the researched object through the epistemological assumptions that underpin the analysis of cultural history. The purpose of this research is to seek the directions of the object through the epistemological assumptions that preside the analysis of Cultural History in preferred dialogue with the works of Walter Benjamin and Paul Ricoeur. The narrative of events, on the other hand, was interpreted and analyzed in the light of the thoughts of Hannah Arendt, in particular, as well as of Ernest Bloch and Norbert Elias.

Keywords: Araguaian Guerrilla, Revolution, Armed struggle, Military regime, Communist Party of Brazil.



## LISTA DE SIGLAS

ACISO Ação Cívico-Social  
ALN Aliança Libertadora Nacional  
ANL Aliança Nacional Libertadora  
AP Ação Popular  
APML do B Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil  
AV Ala Vermelha  
BIS Batalhão de Infantaria de Selva  
CC comandante guerrilheiro  
CENIMAR Centro de Informações da Marinha  
CIE Centro de Informações do Exército  
CISA Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica  
Co companheiro guerrilheiro  
COLINA Comando de Libertação Nacional  
D-A Destacamento A da guerrilha  
D-B Destacamento B da guerrilha  
D-C Destacamento C da guerrilha  
DD Destacamento guerrilheiro  
DEOPS Departamento Estadual de Ordem Política e Social  
FF AA Forças Armadas  
FF GG Forças Guerrilheiras  
FOGUERA Forças Guerrilheiras do Araguaia  
GTA Grupo de Trabalho Araguaia  
GTT Grupo de Trabalho Tocantins  
MR-8 Movimento Revolucionário 8 de Outubro  
PCB Partido Comunista Brasileiro  
PCBR Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PC do B Partido Comunista do Brasil  
PORT Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores  
PQD paraquedista  
VAR-Palmares Vanguarda Armada Revolucionária Palmares  
VPR Vanguarda Popular Revolucionária  
VV CC vice-comandante guerrilheiro

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	Pág. 12
<i>Capítulo 1</i>	
<b>PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA</b> .....	Pág. 29
1.1 - Revisão historiográfica.....	Pág. 29
1.2 - Em defesa da narrativa.....	Pág. 39
1.3 - O conceito de memória em Benjamin.....	Pág. 49
1.4 - A pesquisa.....	Pág. 59
<i>Capítulo 2</i>	
<b>OS SILENCIADOS DO ARAGUAIA</b> .....	Pág. 67
2.1 – A barbárie como escolha.....	Pág. 67
2.2 – As diferentes fases da guerrilha.....	Pág. 74
2.3 – O Mundo como valor supremo.....	Pág. 80
2.4 – Um instante decisivo.....	Pág. 86
2.5 – Extermínio dos guerrilheiros.....	Pág. 89
2.6 – Lembranças dos anônimos.....	Pág. 97
2.7 – Desespero pela vida.....	Pág. 108
2.8 – Esperanças sem fim.....	Pág. 117
<i>Capítulo 3</i>	
<b>CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO</b> .....	Pág. 130
3.1 – Organizações de vanguarda .....	Pág. 130
3.2 - A crise do PCB.....	Pág. 137
3.3 – A fundação do PC do B.....	Pág. 144
3.4 – Escalada da radicalização.....	Pág. 147
3.5 – A luta interna permanente.....	Pág. 152
3.6 – Relação conturbada com a China.....	Pág. 161
<i>Capítulo 4</i>	
<b>CONSTRUÇÃO DO GRUPO</b> .....	Pág. 173
4.1 – O conceito da <i>anima collectiva</i> .....	Pág. 173
4.2 – Instantâneos da História .....	Pág. 180
4.3 – O recrutamento para a guerrilha.....	Pág. 193
4.4 – A presença na ausência.....	Pág. 215
4.5 – Na vanguarda da vanguarda.....	Pág. 219
4.6 – Chegada dos militantes ao Araguaia.....	Pág. 235
4.7 – Descortinando a casa de pedras.....	Pág. 243
4.8 – Organização das Forças Guerrilheiras.....	Pág. 253
<i>Capítulo 5</i>	
<b>COTIDIANO DE ESPERANÇAS E DORES</b> .....	Pág. 274
5.1 – No coração das matas.....	Pág. 274
5.2 – Interação com a comunidade local.....	Pág. 292
5.3 – Noites de lirismo.....	Pág. 298
5.4 – A chegada das dores.....	Pág. 304
5.5 – Amor, sexo.....	Pág. 317

5.6 – Filhos indesejados.....	Pág. 333
-------------------------------	----------

### Capítulo 6

<b>ALIANÇA COM OS CAMPONESES.....</b>	<b>Pág. 333</b>
6.1 – Feixe de representações.....	Pág. 333
6.2 – No tempo dos paulistas.....	Pág. 343
6.3 – Nova correlação de forças.....	Pág. 353
6.4 – Recrutamento de guias.....	Pág. 355
6.5 – O outrora no agora.....	Pág. 351

### **Capítulo 7**

<b>A LUTA NA FLORESTA .....</b>	<b>Pág. 366</b>
7.1 – Borboletas em voo.....	Pág. 366
7.2 - A chegada dos militares.....	Pág. 372
7.3 – As primeiras mortes de guerrilheiros.....	Pág. 380
7.4 – Como eles descobriram?.....	Pág. 396
7.5 – O grande balanço.....	Pág. 411
7.6 – A grande manobra.....	Pág. 417
7.7 – O desfecho da luta.....	Pág. 425

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>Pág.441</b>
----------------------------------	----------------

<b>CORPUS.....</b>	<b>Pág. 448</b>
--------------------	-----------------

### **ANEXOS**

<b>Anexo 1 – GUERRILHEIROS DESAPARECIDOS.....</b>	<b>Pág. 468</b>
---	-----------------

<b>Anexo 2 – CAMPONESES NA GUERRILHA.....</b>	<b>Pág. 562</b>
---	-----------------

<b>Anexo 3 – MILITARES NO ARAGUAIA.....</b>	<b>Pág. 583</b>
---	-----------------

## INTRODUÇÃO

E o homem é feito de carne, que vive, morre e volta a ser pó. Mas carrega ao mesmo tempo uma essência que muitos acreditam ser infinita e imortal. Platão chamou essa essência de *anima*, alma. Seria ela a responsável por nos fazer recordar o passado e imaginar o futuro. O homem é, definitivamente, o maior paradoxo da Criação, um ser que existe simultaneamente em *anima* e em carne, que constrói e destrói, que vive ao mesmo tempo no passado, no presente e no futuro.

Sonhadores, idealistas e aventureiros. Conquistadores, missionários e voluntários. Ativistas e revolucionários. Existem seres que atravessam a existência tomados de sonhos, de esperança no futuro. Pois desde que os primeiros deles saíram às portas das cavernas e começaram a olhar em direção ao horizonte, imaginando o que poderia haver do outro lado da montanha, esse punhado de homens só desejava uma coisa – construir um mundo melhor. E são eles que, de alguma forma, com idas e vindas, luzes e trevas, vêm construindo dois projetos tão belos quanto catastróficos. O primeiro é um projeto chamado Humanidade. O outro é a Civilização.

Sonhador ou idealista, missionário ou revolucionário, pouco importa. O relevante é ressaltar que aqueles que porventura vieram ao mundo tomados de alguma dessas características, qualquer delas, faz parte de um grupo de pessoas movidas pelos sonhos do passado e pela esperança no futuro. O acreditar no próximo, no homem, na vida. Um desejo inexplicável de ajudar a construir um mundo melhor.

Sou um deles. Sonhador na infância, imaginava-me entre os personagens da Liga da Justiça. Queria ter sido um dos 300 espartanos de Leônidas. Na juventude, transformei-me em idealista. Passei a ler sobre as revoluções. A francesa, a soviética, as grandes guerras do Século XX. Depois, sobre nossa própria revolução, em suas dimensões distintas – o regime militar, a luta armada urbana e a guerrilha rural. O tempo passa... e eis que me encontro na maturidade, sob o diapasão da racionalidade, buscando

compreender o fenômeno revolucionário. Em outras palavras, pesquisando sobre o que leva alguns homens a sacrificar a própria vida por um ideal político.

“Com o que devemos sonhar?” – certa feita indagou-se Lenin. “Escrevo estas palavras e de repente fico assustado”<sup>1</sup>. Materialista até a essência, estava assustado com o aparente desacordo entre sonho e realidade. Lenin então buscou respostas nas palavras de um líder político russo, Dimitri Pissarev, contemporâneo de Marx. Pissarev era, paradoxalmente, revolucionário e niilista. Lenin gostou desse desacordo aparente:

Se o ser humano fosse completamente desprovido da faculdade de sonhar, se não pudesse de vez em quando adiantar o presente e contemplar em imaginação o quadro lógico e inteiramente acabado da obra que apenas se esboça em suas mãos, eu decididamente não poderia compreender o que leva o ser humano a empreender e a realizar vastos e fatigantes trabalhos na arte, na ciência e na vida prática (...) O desacordo entre o sonho e a realidade nada tem de nocivo se, cada vez que sonha, o ser humano acredita seriamente em seu sonho, se observa atentamente a vida, compara suas observações com seus castelos no ar e, de uma forma geral, trabalha conscientemente para a realização de seu sonho. Quando existe contato entre o sonho e a vida, então tudo vai bem!<sup>2</sup>

Na obra *Espírito da Utopia*, Ernest Bloch nos lembra que é penetrando no fenômeno da esperança do futuro que o mundo, no *focus imaginarius*, na parte mais escondida e inteligível de nossa subjetividade, faz sua aparição<sup>3</sup>. Assim, é o apelo à vontade do homem pela esperança, explica ele, que possibilita o surgimento das mais diferentes manifestações idealistas, incluindo os movimentos revolucionários. Walter Benjamin, por sua vez – colega de escola e leitor de Bloch – preferiu versar sobre sonhos, notadamente os sonhos coletivos. Benjamin propõe desconstruir a dialética hegeliana racionalista por uma dialética que olha para a História em movimento, que leve em conta a

<sup>1</sup> *Apud*: Ernest Bloch. *O Princípio Esperança* – Vol. 1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005, pág. 20.

<sup>2</sup> As palavras de Pissarev foram reproduzidas pelo líder revolucionário russo em texto com publicação no Brasil. Vladimir Lenin. *Que fazer? – As questões palpitantes do nosso movimento*. São Paulo: Hucitec, 1988. *Apud*: Bloch, *op. cit.*, pp. 20 e 21.

<sup>3</sup> Filósofo alemão e marxista, Ernest Bloch é autor de consistente obra sobre questões como utopia, esperança e marxismo. *Espírito da Utopia* foi publicado originalmente em 1918 e revisto em 1923. Ernst Bloch. *The Spirit of Utopia*. Stanford, Califórnia, USA: Stanford University Press, 2000.

dimensão simbólica, as imagens dos sonhos, em um tempo descontínuo e saturado de agoras, com épocas que se distinguem e se entrelaçam na incalculável vontade do homem de fazer História<sup>4</sup>.

\* \* \*

Nesta pesquisa, apresento a reconstrução das memórias de um grupo formado por um punhado de homens e de mulheres que, essencialmente movidos pela esperança, por um sonho coletivo, acreditavam poder influir na construção de um país justo e igualitário. Eram estudantes universitários ou jovens profissionais liberais, em sua esmagadora maioria, que nas décadas de 1960-70 instalaram-se no coração das selvas amazônicas, em um ponto remoto ao sul do Estado do Pará, às margens do rio Araguaia, sem armas ou provisões, a fim de deflagrar uma insurreição armada que tinha por objetivo final promover uma revolução socialista no Brasil. Este episódio, ocorrido durante os anos mais repressivos do regime militar brasileiro, entrou para a nossa História sob o nome de Guerrilha do Araguaia.

Optei por delinear a pesquisa nos acontecimentos ocorridos entre 1966, quando o primeiro grupo de militantes do Partido Comunista do Brasil, PC do B – responsável pela organização da guerrilha – começou a chegar à região do rio Araguaia, e fins de 1974, quando os últimos guerrilheiros foram mortos pelos militares, extirpando por completo aquele movimento. Obviamente, para que seja possível a contextualização e análise, será necessário ultrapassar esses marcos, buscando os acontecimentos ocorridos antes de 1966 ou depois de 1974.

Defendo a pertinência do tema escolhido, assim como o objeto específico, uma vez que atendem a todos os critérios fundamentais para uma pesquisa acadêmica, quais sejam: relevância histórica, originalidade, interesse pessoal e viabilidade.

\* \* \*

---

<sup>4</sup> O pensamento de Walter Benjamin é um dos nortes desta pesquisa. O conceito benjaminiano de sonhos encontra-se detalhado adiante, no Capítulo 1, “Percurso Metodológico da Pesquisa”.

A Guerrilha do Araguaia guarda um grande paradoxo. É um dos episódios mais comentados da nossa História. Ao mesmo tempo, um dos mais obscuros – daí sua relevância. Meio século depois do início do movimento<sup>5</sup>, a história dos guerrilheiros permanece no império do oculto, naquele território que Tácito conceituou como *arcana imperii*<sup>6</sup> ao se referir aos segredos de Estado – ou, em nosso caso, dos mistérios da História. Uma confluência de fatores contribuiu para esse paradoxo.

Terminados os conflitos, em fins de 1974, tanto os comandantes militares quanto os dirigentes comunistas decidiram manter segredo sobre o episódio. Assim, nem o Exército revelou como venceu os guerrilheiros, nem o partido contou como foram derrotados. As primeiras informações consistentes vieram à tona a partir de 1980, depois da Anistia e no início da abertura política. Primeiro, por meio de revelações de um dissidente do partido<sup>7</sup>; na sequência, pela publicação de três livros-reportagens de jornalistas independentes<sup>8</sup>.

A abertura dos arquivos do Araguaia, de um lado ou de outro, só teria início em 1996. Abriram primeiro os militares. Não as Forças Armadas, ressalve-se, que até a presente data permanecem em obsequioso silêncio. Contudo, familiares de militares falecidos, ou mesmo ex-combatentes na

---

<sup>5</sup> Esclareço que os conflitos armados no Araguaia tiveram início em 1972, há quatro décadas. Contudo, o Partido Comunista do Brasil foi fundado em 1963, há 50 anos, portanto, por um grupo de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que discordava da nova linha pacífica adotada pela organização. Tanto em seu estatuto, quanto em seu manifesto de fundação, o PC do B já previa a revolução armada como objetivo central – temas que serão detalhados adiante. Ademais, futuros guerrilheiros do Araguaia começaram a fazer o treinamento militar na China em 1964; e os primeiros guerrilheiros começaram a chegar à região do Araguaia em 1966. Assim, esse conjunto de fatos justifica a expressão “meio século depois”.

<sup>6</sup> Nos Anais 2.36, o historiador romano Tácito escreve sobre os segredos do governo como *arcana imperii*, ou império do oculto, expressão esta incorporada à Ciência Política nos estudos sobre os Estados autoritários. Nesse caso, tomo emprestada a expressão de Tácito para definir os mistérios da História. *Apud*: Sergio Pistone. “Razão de Estado”. *In*: Norberto Bobbio; Nicola Matteucci; Gianfranco Pasquino. *Dicionário de Política*. João Ferreira (coord.). Brasília: Editora UnB, 2ª ed., 1986, pág. 1.066.

<sup>7</sup> Wladimir Pomar, filho do ex-dirigente do PC do B Pedro Pomar, revelou em livro documentos inéditos que o partido produziu ao longo de 1976, enquanto fazia reuniões de avaliação crítica da experiência no Araguaia. Entre os documentos, encontra-se o chamado “Relatório Pomar”, no qual seu falecido pai tecia fortes críticas à direção do PC do B na condução da guerrilha. *In*: Wladimir Pomar. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980.

<sup>8</sup> Palmério Dória. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981; Clóvis Moura. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985; e Fernando Portela. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Global, 1987.

reserva, começaram a entregar seus acervos pessoais para jornalistas ou historiadores<sup>9</sup>.

Em paralelo, a direção do PC do B também começou a abrir sua própria história. Uma abertura lenta, gradual e segura<sup>10</sup>. O primeiro ato ocorreria em 16 de maio de 1996, quando João Amazonas, então dirigente máximo do partido, compareceu à Comissão dos Direitos Humanos da Câmara dos Deputados para prestar depoimento sobre o Araguaia. Ou seja, exatos 22 anos após o fim do episódio, o PC do B daria início à sua própria “abertura”. Desde então, o partido passou a incentivar publicações sobre o episódio, seja em reportagens na imprensa, em livros de seus militantes<sup>11</sup> ou em pesquisas acadêmicas<sup>12</sup>. Contudo, até a presente data, o PC do B não abriu seus próprios arquivos para pesquisadores não filiados.

Ao longo da década de 2000, o tema Guerrilha do Araguaia acabou por ganhar destaque editorial. Primeiro foram os militares, ex-combatentes na reserva, que em iniciativas pessoais e passando ao largo de seus comandantes, começaram a divulgar suas próprias versões da História<sup>13</sup>. O PC

---

<sup>9</sup> Registro que em 1996 apareceu o antológico “Baú do Bandeira”, acervo de documentos secretos da ditadura que o general Antônio Bandeira, um dos comandantes da repressão militar, guardava em sua casa. O acervo, escondido em um baú, foi encontrado pela filha do general, Márcia Bandeira, quando cuidava do pai, então com Alzheimer. Era riquíssimo em documentos e informações secretas sobre as organizações clandestinas, urbana e rural, como sobre a repressão militar. Márcia entregou o acervo ao jornal *O Globo*, que publicou duas séries de reportagens premiadas, a primeira sobre a Guerrilha do Araguaia, a outra sobre repressão urbana. Desde então, militares da reserva, de todas as patentes, vêm tornando públicos seus próprios documentos e fotografias. Destaco os acervos já publicados pelos coronéis Lício Augusto Maciel e Aluísio Madruga (não se sabe se na íntegra ou parcialmente) e os acervos do tenente José Vargas Jiménez e do sargento João Santa Cruz. Destaco, ainda e por fim, o acervo entregue em 2009 ao jornal *O Estado de São Paulo* pelo tenente-coronel Sebastião de Moura, o “Major Curió”. Há certamente outros acervos pessoais a serem desvendados.

<sup>10</sup> Tomo aqui emprestado a definição que o general-presidente Ernesto Geisel fez de seu processo de liberalização política do país, iniciado em 1974, durante seu governo: “Abertura lenta, gradual e segura”.

<sup>11</sup> Destaco: Carlos Pompe (Preparação e Revisão). *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1996.

<sup>12</sup> Destaco, pelo fato de ter sido publicada em livro, a dissertação de mestrado do professor Romualdo Pessoa, da Universidade Federal de Goiás: Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

<sup>13</sup> Destaco: 1) Agnaldo Del Nero Augusto. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001; 2) Aluísio Madruga de Moura e Sousa. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002; 3) Luís Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004; 4) José Vargas Jiménez. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição Pessoal, 2007; 5) Lício Augusto Maciel. *Guerrilha do Araguaia: Relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Edição Pessoal, 2008; 5) Leonêncio Nossa. *Mata! O major Curió e as Guerrilhas no Araguaia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. 6) Agnaldo Del Nero Augusto, Lício Maciel e José Conegundes do Nascimento (Orgs.). *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.



do B reagiu com as publicações de biografias de seus dirigentes através da editora oficial do partido, em onda que permanece até a presente data<sup>14</sup>.

No mesmo período, começaram a ser publicados livros-reportagens e acadêmicos sobre o Araguaia; alguns deles chegaram a ser premiados ou estar na lista dos mais vendidos<sup>15</sup>. Na Academia, por sua vez, o tema passou a ganhar destaque, quase sempre dentro da perspectiva teórica do estruturalismo, no qual não há muito espaço para as singularidades dos atores como indivíduos, ou ainda em leituras biográficas e regionais sobre o episódio<sup>16</sup>.

\* \* \*

Paradoxalmente – e apesar de tanto barulho – os guerrilheiros ainda não foram desvelados. O PC do B, sim, vem contando sua história, com destaque especial às epopeias de seus comandantes. Os militares também – ainda que façam opção muito mais por silêncios, por hiatos e pelo oculto, do que por revelações de fato relevantes. Os trabalhos jornalísticos, por sua vez – reportagens ou livros – têm dado destaque quase absoluto às violações dos Direitos Humanos perpetradas pelos militares; ou às narrativas que tendem ao épico.

E quanto às histórias protagonizadas por aquele punhado de homens e mulheres que empenharam suas esperanças e vidas em algum lugar das selvas amazônicas? O que pensavam? O que sonhavam? Por qual razão deixaram suas vidas na cidade e foram para lá? Como viviam? Onde estavam suas dores? E quanto a seus amores?

---

<sup>14</sup> Destaco: 1) João Amazonas; Luiz Carlos Antero; Eumano Silva. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002; 2) Verônica Bercht. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002; 3) Osvaldo Bertolino. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2002; 4) Osvaldo Bertolino. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi e Instituto Maurício Grabois, 2004. Bernardo Joffily. *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

<sup>15</sup> Destaco: 1) Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002; 2) Tais Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia – Arquivos Secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005; 3) Hugo Studart. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006. Este último, de minha autoria, será detalhado adiante.

<sup>16</sup> Destaco: Deusa Maria Sousa. “Caminhos cruzados: trajetória e desaparecimento de quatro guerrilheiros gaúchos no Araguaia”. Dissertação de Mestrado em História apresentada na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Unisinos. Orientador: Werner Altmann. São Leopoldo, RS: 2006.

Uma das questões que nos intrigam, até hoje sem respostas satisfatórias, é por qual razão os guerrilheiros permaneceram na área mesmo depois de constatada a derrota no campo militar? Por que não tentaram se reorganizar em outro local quando as Forças Armadas os cercaram? E mesmo quando descobriram que o Exército estava executando os prisioneiros, por que, afinal, muitos deles ofereceram-se à imolação certa?

Eram exatos 79 guerrilheiros quando tiveram início os conflitos armados, em abril de 1972. Desses, 59 restam mortos ou desaparecidos; 20 sobreviveram. Doze permanecem vivos no agora<sup>17</sup>. E mesmo esses sobreviventes jamais tiveram a oportunidade de abrir suas lembranças e revelar suas histórias de forma organizada ou estruturada. O PC do B nunca os convidou a falar. Tampouco foram chamados a fazer depoimentos orais a instituições de pesquisa<sup>18</sup>. Não narraram a visão que têm sobre o grupo que ajudaram a formar, ou suas trajetórias como indivíduos. Quando no Araguaia, todos eles estavam à sombra dos heróis. E na penumbra permanecem.

Por todas essas razões, optei por buscar desvelar “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia” – sujeitos que sonhavam um sonho quando as esperanças eram grandes; pois eram jovens e não tinham medo<sup>19</sup>. Entendo por “memória” a reconstrução de experiências do outrora no tempo do agora, seja por *corpus* escritos, seja através da reconstrução das lembranças dos vivos.

---

<sup>17</sup> São eles: Criméia Alice Schmidt Almeida, Dagoberto Alves Costa, Danilo Carneiro, Eduardo Monteiro Teixeira, João Carlos Wisnesky, José Genoíno Neto, Lúcia Regina de Sousa Martins, Luzia Reis Ribeiro, Micheas Gomes de Almeida, Pedro Albuquerque Neto, Regilena da Silva Carvalho, Rioco Kayano e Tereza Cristina Albuquerque. Seis outros também sobreviveriam à guerrilha, mas vieram a falecer posteriormente. São eles, pela ordem de óbitos: Ângelo Arroyo, Pedro Pomar, Dower Moraes Cavalcanti, Glênio de Sá, Francisco Amaro Lins, Elza Monnerat e João Amazonas. Deve-se considerar ainda um estudante ainda não identificado, codinome *Jurandir*, que chegou em 1970 e desertou em outubro de 1971.

<sup>18</sup> Importante ressaltar que o partido financia a publicação dos relatos daqueles que permanecem em seus quadros, como os dirigentes João Amazonas e Elza Monnerat, que tiveram biografias publicadas pela editora Anita Garibaldi; ou ainda o caso de Glênio de Sá (candidato ao Senado pelo PC do B do Rio Grande do Norte em 1994), cujo relato de sua experiência pessoal no Araguaia foi publicado pela Anita Garibaldi em 1990, na forma de brochura. Lúcia Regina de Souza Martins, por sua vez, prestou depoimento em 2002 para um Trabalho de Conclusão de Curso, TCC, de um grupo de estudantes de Jornalismo da Faculdade Cásper Líbero, São Paulo. No caso de Danilo Carneiro, que se filiou ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR, prestou depoimento em vídeo em 2010 para o “Projeto Intolerância e Resistência – Memórias dos presos políticos no Brasil”, da Fundação Ford. João Carlos Wisnesky, por seu turno, foi escutado em 2011, quando esteve em Xambioá para auxiliar o Grupo de Trabalho Tocantins, GTT, que busca os corpos dos desaparecidos. Enfim, são todas iniciativas dispersas, sem qualquer projeto estruturado.

<sup>19</sup> Tomo aqui emprestado os versos de Alain Boublil (em francês) e Herbert Kretzmer (em inglês), em música de Claude-Michel Schönberg, para a canção *I Dreamed a Dream*: “*Eu sonhei um sonho quando as esperanças eram grandes; eu era jovem e não tinha medo*” (Em tradução livre).

Em outras palavras, reconstruir memórias está longe de ser o ato de apenas lembrar do passado. Isso é mera nostalgia. Construir memórias é ressignificar as experiências de outros sujeitos do passado e, com eles, estabelecer um diálogo no tempo presente<sup>20</sup>.

\* \* \*

Esclareço que procuro analisar esses eventos com distanciamento crítico. Jamais ousaria defender a tal neutralidade científica preconizada por Bacon e reafirmada por Comte e seus seguidores para as Ciências Sociais. Mas busco tão-somente tomar certa distância emocional para tentar tecer uma análise desapaixonada dos acontecimentos. Contudo, confesso, emocionei-me enquanto pesquisava. Escrevo com o coração. Qual a razão, afinal, desse enturvecer da racionalidade dita científica?

Na apresentação da obra *A Memória, a história, o esquecimento*, Paul Ricœur explicou que sua pesquisa acadêmica teve origem em diversas preocupações: “umas pessoais”, admitiu o pensador, “outras profissionais, e outras, finalmente, eu chamaria de públicas”<sup>21</sup>. No seu caso, as motivações pessoais de tecer reflexões sobre os conceitos de memória e de esquecimento vinham do fato de ter atravessado a infância e a juventude sentindo a dor da ausência do pai, desaparecido na I Guerra Mundial. Ora, no meu caso, não tenho relação direta e vivida com o objeto central da pesquisa. Não fui guerrilheiro nas selvas, não tenho entes desaparecidos. Sequer sou militante do PC do B ou de organização congênere.

Talvez no meu caso, a melhor explicação plausível emerja das reflexões de Benjamin sobre desejos e sonhos. Segundo Benjamin, o historiador só consegue ser bem sucedido em sua tarefa de tecer a trama na medida em que compreende os sonhos como imagens do desejo, inspiração e aspiração. Nesse sentido, ao buscar estudar e compreender os guerrilheiros do Araguaia, talvez eu esteja apenas olhando para dentro da própria *anima*, para aquilo que não foi, mas que poderia ter sido como foi sonhado – adentrando numa

---

<sup>20</sup> Aproprio-me dos conceitos de memória apresentados pelos filósofos Walter Benjamin e Paul Ricœur, tema que será abordado em detalhes no Capítulo 1, “Percurso Metodológico da Pesquisa”.

<sup>21</sup> Paul Ricœur. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, pág. 17.

dimensão mágica na qual passado e presente se misturam, num tempo saturado de agoras.

Isto posto, esclareço que há muito o episódio histórico, a Guerrilha do Araguaia, desperta-me inquietações pessoais. Venho trabalhando com o tema há duas décadas, de início como jornalista, minha primeira carreira profissional; agora como pesquisador em História. Em janeiro de 1992, por exemplo, escrevi minha primeira reportagem sobre os desaparecidos políticos do Araguaia<sup>22</sup>. Desde então, publiquei duas dezenas de outras reportagens ou artigos sobre os temas guerrilha rural, guerrilha urbana, regime militar, atos de exceção e desaparecidos políticos<sup>23</sup>.

A partir 1998, comecei a formar um acervo pessoal com documentos e fotografias sobre o período. Tinha então interesse jornalístico. Procurei-os e cataloguei-os ou em arquivos públicos, ou com familiares de desaparecidos, ou ainda nos acervos pessoais de militares que atuaram naquele período. Não era regra geral, mas era bastante comum entre os militares formar acervos pessoais com documentos relativos às suas atuações na repressão política. Ou resguardarem em suas residências cópias de documentos dos arquivos secretos da ditadura. Desde 1996, como já dito, os militares vêm entregando parte desses documentos para jornalistas ou historiadores.

Em 2003, ingressei no mestrado em História, no Departamento de História da Universidade de Brasília, na linha de pesquisa que na época se chamava “Discurso, Imaginário e Cotidiano”. Em 2005, defendi a dissertação, sob o título “O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia (1972-1974)”<sup>24</sup>. O objeto daquela primeira pesquisa foi, tão-somente, buscar analisar

---

<sup>22</sup> Hugo Studart. “Garoto procura foto do pai no arquivo do DOPS: Joca quer conhecer rosto adulto de André Grabois”. *Folha de S. Paulo*, 21 jan. 1992, pag.1 et pag. 1-4.

<sup>23</sup> Destaco: 1) “A Morte em Preto e Branco - Uma discussão sobre a tortura, os desaparecidos políticos da ditadura militar e o imaginário nos tempos em que as coisas eram diabolicamente negras ou celestialmente brancas”. Revista *Plenarium*, da Câmara dos Deputados. Brasília, ed. nov. 2009, págs. 20 – 26. Ensaio; 2) “A Guerra Acabou”. *Jornal O Estado de São Paulo*, 07 jul. 09, Editoria de Opinião, pág. 2, 2009. Artigo; 3) “Devolvam os corpos dos desaparecidos”. *Jornal O Estado de São Paulo*, 20 set. 08, Editoria de Opinião, pág. 2. Artigo.

<sup>24</sup> A dissertação foi defendida em 11 de abril de 2005, no Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília, no Programa de Pós-Graduação em História e na linha de pesquisa Discurso, Imaginário e Cotidiano, tendo como orientadora a professora-doutora Cléria Botelho da Costa, e como membros da banca examinadora as professoras-doutoras Diva Couto Muniz e Márcia Martins Kuyumjian, do

a guerrilha sob o ponto de vista dos militares. Ou seja, o imaginário, as estratégias e o discurso dos que combateram a guerrilha. Revista e ampliada, em 2006 a dissertação foi publicada em livro, sob o título *A Lei da Selva*<sup>25</sup>.

Foi assim que acabei por optar por aprofundar o projeto, dentro do escopo de um programa de doutoramento. A proposta é a de construir um díptico, ou seja, uma espécie de quadro esculpido em duas tábuas que se dobras, duas tramas independentes e complementares. Se no mestrado abordei os militares, no doutorado a pesquisa seria sob a perspectiva da guerrilha. No caso, a reconstrução d’*As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia* – buscando pesquisar, analisar e narrar sobre a questão: o que, afinal, teria movido aquele punhado de jovens urbanos a lutar na selva, sem armas, suprimentos ou rotas de fuga, contra um Estado bem armado e constituído, com pouca ou nenhuma chance de vitória, ou mesmo de retornar para casa com vida? Esta é um das indagações básicas que esta pesquisa procura responder.

Esclareço, ainda, que, em fins de 2009, em plena fase da pesquisa de campo do doutorado, fui aceite como Investigador em Mobilidade do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra<sup>26</sup>. Além de usufruir da oportunidade de tomar conhecimento de outras visões e novas leituras<sup>27</sup>, aproveitei para organizar, de forma mais criteriosa, meu acervo pessoal de documentos sobre o período militar que, até então, já contava com quase 13 anos de pesquisas acumuladas.

---

Departamento de História da UnB, e o professor-doutor José Geraldo de Sousa Júnior, do Departamento de Direito da UnB.

<sup>25</sup> Hugo Studart. *A Lei da Selva – Estratégia, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. Op. cit. Destaco que o livro recebeu 23 resenhas críticas em jornais e revistas de todo o País, incluindo *Valor Econômico*, *O Globo*, *Dinheiro* e *IstoÉ*. Recebeu Votos de Aplauso do Senado e da Câmara Federal. Foi também agraciado com o Prêmio Herzog de Direitos Humanos 2006, Menção Honrosa, e foi finalista do Prêmio Jabuti 2007, categoria melhor livro-reportagem do ano.

<sup>26</sup> Instituição fundada e dirigida pelo professor-doutor Boaventura de Sousa Santos.

<sup>27</sup> Nesse período, estive sob a supervisão científica do professor-doutor Rui Bebiano, jornalista e historiador, pesquisador do imaginário revolucionário dos anos 60 em Portugal e antigas colônias. Autor, entre outras obras, de: Rui Bebiano. *O poder da imaginação – juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 2003. Aproveitei a oportunidade para frequentar seminários, debates e, como aluno-ouvinte, quatro disciplinas de doutorado. Destaco duas que, em especial, abriram novos paradigmas e cujos conteúdos foram destacados nesta pesquisa: “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”, ministrada pelo professor Boaventura de Sousa Santos, dentro do CES-Faculdade de Economia; e “Teoria da História”, ministrada pelo professor Fernando Catroga, no Instituto de História e Teoria das Ideias.

Foi assim que cheguei ao Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra<sup>28</sup>. Em trabalho de parceria, separamos documentos, imagens e mapas, digitalizamos milhares de páginas, organizamos e classificamos pastas<sup>29</sup>. Imprimi ou fotocopiei o que, em uma primeira classificação, avalei interessar para o objeto proposto na pesquisa. Ao fim e ao cabo, descobri ter um acervo pessoal com cerca de 3 mil documentos, que podem somar quase 15 mil páginas<sup>30</sup>.

A parte desse acervo selecionado para esta pesquisa é um *corpus* produzido pelos guerrilheiros ao longo dos três anos de combates. Há documentos “oficiais”, como relatórios da guerrilha enviados para a direção do partido, em São Paulo. Há panfletos e “Comunicados ao Povo”, distribuídos entre os moradores da região e, ato contínuo, apreendidos pelos militares. Em quase todos esses documentos, os guerrilheiros terminavam com a seguinte assinatura:

*De algum lugar das Selvas Amazônicas,  
FOGUERA – Forças Guerrilheiras do Araguaia*

Os guerrilheiros também produziram diários pessoais. Em seus momentos de introspecção, na interminável espera pelo próximo confronto, escreviam sobre os combates, analisavam os movimentos dos militares e a conjuntura política. Escreviam sobre si mesmos. Produziram longos relatos sobre o cotidiano na guerrilha, as intempéries da selva, as doenças enfrentadas, receitas de medicamentos caseiros e de comida. Reclamavam da fome. Compunham canções. Cometiam poesias. Registraram seus sonhos, esperanças, projetos futuros, seus temores, suas dores – mas ainda não encontrei qualquer registro escrito sobre seus amores.

---

<sup>28</sup> Outra instituição fundada e dirigida pelo professor Boaventura de Sousa Santos, a quem devo agradecer pela decisão de apoiar esta pesquisa.

<sup>29</sup> Registro agradecimentos especiais à diretora-executiva do Centro de Documentação 25 de Abril, Dra. Natércia Coimbra, de quem obtive apoio integral do primeiro ao último momento. Assim como à pesquisadora Filomena Calhindo, que esteve comigo, em trabalho, por três meses ininterruptos, e a quem coube o trabalho mais difícil de digitalização dos documentos e assistência na classificação do acervo.

<sup>30</sup> Esclareço ainda que busco alguma instituição para doar esse acervo. Meu objetivo é que todos os documentos sejam tornados públicos na internet. Considero a política de acesso do Arquivo Nacional por demais restritiva. Publiquei artigo sobre o tema no jornal *Folha de S. Paulo*. Hugo Studart. “Wikileaks para a ditadura – Neste momento em que se discute a criação de uma Comissão da Verdade para lembrar ou punir os atos de exceção da ditadura, somente uma política de ampla, geral e irrestrita transparência dos documentos será capaz de resgatar nossa História”. São Paulo, 07 Jun 2011, Pág. 03.

Entre esses documentos, o que aparenta conter mais informações relevantes para esta pesquisa é o diário do comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, codinome Mário, *corpus* que ficou conhecido como o “Diário do Velho Mário”<sup>31</sup>. Esses documentos, inéditos em quase toda sua totalidade, são fragmentos e representações coletivas, meros relampejos, mas que se analisados em seu conjunto e dentro de um contexto teórico – tal qual cacos de cerâmica ou de ossos na Arqueologia – podem ser capazes de jogar “clarões de luzes” sobre aquilo que Fernand Braudel define como “instantâneos da História”<sup>32</sup>.

Esclareço, por fim, que, em julho de 2009, comecei a fazer parte, na condição de Observador Independente e Ouvidor, por indicação da Universidade de Brasília, do grupo de trabalho que busca os restos mortais dos desaparecidos do Araguaia, em cumprimento a uma sentença judicial, da 1ª Vara da Justiça Federal<sup>33</sup>. Desde então, estive periodicamente na região em pesquisa. Particpei de cinco expedições em 2009, oito em 2010, duas em 2011 e uma em 2012, totalizando 16 viagens ao Araguaia. Em cada incursão, permaneci entre seis e dez dias na região. Na condição de Ouvidor, minha

---

<sup>31</sup> Cópia datilografada do Diário, com 185 páginas, estaria guardada nos arquivos secretos do Centro de Inteligência do Exército, CIE, em Brasília, de acordo com narrativas orais de militares a esta pesquisa. Obtive uma cópia durante a pesquisa para a dissertação de Mestrado e utilizei alguns trechos no trabalho. A editora Geração já fez proposta de publicá-lo na íntegra, como livro. Optei por preservá-lo como fonte primária para uma pesquisa no doutorado.

<sup>32</sup> Fernand Braudel usa a expressão “clarões de luzes sobre instantâneos da História”. *Apud*: Sônia Lacerda. *História, narrativa e imaginação histórica*. In: Tânia Navarro Swain (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, pag. 13

<sup>33</sup> A sentença judicial que obriga o Estado a envidar esforços para localizar e entregar os corpos dos desaparecidos da Guerrilha do Araguaia é de 20 Jun 2003. “Sentença da Ação Ordinária dos familiares de desaparecidos da Guerrilha do Araguaia”, Processo nº I-44/82-B. No início de 2009, contudo, a Juíza Federal Solange Salgado, desde então titular da 1ª Vara da Justiça Federal, em Brasília, passou a pressionar o governo a cumprir a ordem. O presidente Luís Inácio Lula da Silva determinou ao então ministro da Defesa, Néelson Jobim, que tomasse providências. Foi criado o Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), nome escolhido pelo ministro, sem referências ao Araguaia, para não constranger os militares. No governo Lula, o GTT era diretamente subordinado a um Comitê Interinstitucional, formado por representantes da Presidência da República, de familiares de desaparecidos, partidos políticos, Secretaria Especial de Direitos Humanos, Ministério da Defesa e Ordem dos Advogados do Brasil, OAB. O grupo de trabalho no campo era formado por familiares, pesquisadores, observadores independentes, geólogos, legistas, antropólogos, representantes do governo do Pará e representantes do Partido Comunista do Brasil. Os militares, por sua vez, participam fornecendo a logística durante as buscas. A UnB participou com a indicação de uma equipe de geólogos e outra de legistas, além deste observador-independente. No governo de Dilma Rousseff, algumas alterações foram implementadas. Primeiro, a coordenação do grupo passou a ser tripartite, dos Ministérios da Justiça, da Defesa e da Secretaria Especial de Direitos Humanos. O nome mudou de GTT para GTA, Grupo de Trabalho Araguaia. Em junho de 2011, foi decidida a ampliação do grupo, incorporando mais familiares e representantes de instituições. A UnB continuou participando com equipes de geólogos e de legistas, estagiários em História e um observador independente.

missão foi auxiliar os familiares localizando e entrevistando moradores da região, ex-guias dos militares, ex-jagunços, ou mesmo militares dispostos a colaborar, atrás de informações que levem a restos mortais dos guerrilheiros<sup>34</sup>.

Outra parte da missão foi buscar com essas mesmas fontes informações que ajudem a reconstituir as circunstâncias detalhadas da morte de cada um dos guerrilheiros. Obviamente, a participação efetiva nessas expedições oficiais me ajudaram de forma incomensurável a compreender o objeto desta pesquisa, ou seja, reconstruir e analisar “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia”. A surpresa, que não estava nos planos iniciais, foi descobrir que os moradores da região são preciosas fontes de informações também para o objeto desta pesquisa acadêmica. Muitos deles guardam em suas lembranças informações mais precisas e detalhadas sobre a guerrilha do que os próprios guerrilheiros sobreviventes.

\* \* \*

Como norteadora desta pesquisa, trabalho com a hipótese de que os guerrilheiros do Araguaia estavam essencialmente tomados por sonhos – segundo a concepção de Benjamin<sup>35</sup> – movidos pela esperança de construção de um país justo e igualitário, seguindo o imaginário revolucionário daquele tempo, as décadas de 1960 e 1970. Esclareço, contudo, que essa hipótese, tão singela quanto direta, veio a servir-me como um guia de pesquisa e análise, um norte para a realização deste trabalho e para a tecitura da narrativa, uma bússola a apontar um caminho.

A proposta desta pesquisa é buscar os sentidos do objeto pesquisado através dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise da História Cultural, centrado nos estudos das representações sociais e do imaginário do

---

<sup>34</sup> Há cerca de uma centena de vídeos sobre essas buscas, gravados institucionalmente pelos grupos de trabalho GTT e GTA para fazer parte do acervo documental do processo judicial, ou ainda gravados informalmente pelos membros dos grupos. Parte desses vídeos acabou sendo disponibilizado ao público por meio do site Youtube. Destaco: <http://www.youtube.com/watch?v=QF0qmFRWrzI>; [http://www.youtube.com/watch?v=U61\\_e7LXYNA](http://www.youtube.com/watch?v=U61_e7LXYNA); e <http://www.youtube.com/watch?v=sahvN7jt3IQ>. Acesso em 29 Mar 2013.

<sup>35</sup> Adiante, no Capítulo 2, apresento a dialética benjaminiana e seu conceito de sonho.



poder, dos símbolos e ritos, mitos e crenças, da construção das identidades dos atores e dos grupos<sup>36</sup>. Assim, busquei tecer uma narrativa priorizando o diálogo com os teóricos da Nova História e da História Cultural.

Para a fundamentação de duas questões que transpassam toda a pesquisa, narrativa e memória, escolhi dialogar com Walter Benjamin e Paul Ricœur<sup>37</sup>, em muitos momentos compreendidos através de seus intérpretes. De Hannah Arendt – pensadora que transcende as correntes teóricas – apropriei-me do conceito da política como experiência coletiva vivida, como também dos estudos sobre a formação de movimentos revolucionários. São esses, Benjamin, Ricœur e Arendt, os três pilares teóricos desta pesquisa.

Para conduzir minhas mãos no tecer da trama, complexa e delicada, com uma diversidade assustadora de novos que envolvem guerrilheiros, militares e camponeses, entrelaçados por fontes tão diversas como documentos, cartas, diários, poesias, canções e lembranças, a opção foi por uma pesquisa essencialmente qualitativa, fazendo uso de fontes escritas e orais. Como já dito, possuo uma farta documentação sobre o objeto analisado. Portanto, pareceu-me mais sensato priorizar as fontes documentais, com transcrições e interpretações em cada um dos capítulos a serem desenvolvidos.

Dividi o trabalho a ser apresentado em sete capítulos, mais a conclusão:

No Capítulo 1, apresento os “Percurso Metodológicos da Pesquisa”, com a fundamentação teórica que perpassa a tecitura da trama, detalhando os principais conceitos dos autores escolhidos para o diálogo, como também a metodologia efetivada na pesquisa.

No Capítulo 2, “Os Silenciados do Araguaia”, narro e analiso as pesquisas realizadas sobre o período da guerrilha no qual não restaram sobreviventes, recorrendo a narrativas orais de camponeses que participaram

---

<sup>36</sup> Ver: Sandra Jathay Pesavento. *História & História Cultural Op. Cit.* pág. 75.

<sup>37</sup> Esclareço que os principais pontos do pensamento desses autores pertinentes a esta pesquisa, assim como as respectivas bibliografias, serão abordados no próximo capítulo, “Percurso Metodológicos da Pesquisa”. Da mesma forma, optei por não indicar, neste momento, as obras referência dos demais autores adiante citados.

dos episódios para buscar a reconstrução das memórias desses guerrilheiros desaparecidos e, portanto, silenciados.

No Capítulo 3, “Contexto Histórico e Político”, apresento a conceituação sobre as organizações de vanguarda do Século XX; o processo histórico da crise internacional do comunismo que, no Brasil, resultou na fundação do Partido Comunista do Brasil (e desaguou na Guerrilha do Araguaia); e, por fim, apresento e analiso documentos sobre a conturbada relação do partido com a China.

No Capítulo 4, “Construção do Grupo”, inicio com a identificação dos guerrilheiros, selecionando uma amostra de indivíduos para buscar responder, através de retratos pessoais e de histórias que se entrecruzam, afinal, quais os sonhos da juventude? Como se deu o recrutamento para a luta armada? E quanto à dor que a ausência dos guerrilheiros desaparecidos provoca nas famílias? Apresento ainda como ocorreu a chegada à área; e, por fim, a organização das Forças Guerrilheiras, com seus respectivos componentes.

No Capítulo 5, “Cotidiano de Esperanças”, descrevo o treinamento e os preparativos para a luta armada; a interação com a comunidade local; a produção de sonhos e de esperanças; a vida cotidiana na mata, com as lidas domésticas; o enfrentamento dos problemas; o amor e a formação dos casais; e os conflitos internos.

No capítulo 6, “Aliança com os camponeses”, busco analisar as relações e os discursos apresentados aos moradores da região, como também compreender, afinal, como os camponeses percebiam os guerrilheiros antes e depois da chegada dos militares.

No capítulo 7, “Memórias da Luta Armada”, relato os primeiros embates resultantes da chegada dos militares, as prisões de guerrilheiros e seus depoimentos, assim como a mudança das estratégias de luta e do cotidiano da guerrilha. Neste capítulo, relato episódios que resultaram nas prisões, mortes e desaparecimentos dos guerrilheiros nas primeiras fases da guerrilha, da qual restam documentos ou sobreviventes para narrar a história.

Na “Conclusão”, busco o diálogo com o tempo presente a partir das comissões da verdade, ora instauradas, tecendo uma discussão sobre questões como anistia e perdão, memória e esquecimento.

Por fim, as Referências e os Anexos.

No Anexo I, “Guerrilheiros Desaparecidos”, apresento a relação completa dos guerrilheiros mortos e desaparecidos no Araguaia, no qual busco reconstruir as informações que emergiram até o tempo presente sobre as circunstâncias da morte de cada um.

No Anexo II, “Camponeses na Guerrilha”, apresento uma listagem dos camponeses que morreram durante o conflito e daqueles que apoiaram os guerrilheiros, construída a partir dos documentos militares remanescentes.

No Anexo III, “Militares no Araguaia”, apresento a relação dos comandantes militares, oficiais superiores e dos agentes com papel relevante na repressão aos guerrilheiros, buscando a reconstrução das cadeias de comandos de cada uma das diferentes operações militares.

No Anexo IV, “Documentos Remanescentes”, apresento uma amostra do *corpus* documental utilizado na pesquisa, tanto os documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros (como manifestos, avaliações e cartas), quanto os documentos militares sobre os guerrilheiros efetivamente utilizados.

\* \* \*

Walter Benjamin nos lembra que Mnemosyne, a deusa da reminiscência, era para os gregos a musa da poesia épica.<sup>38</sup> Para Benjamin, era também a musa da narrativa. Segundo a tradição iniciada por Homero de invocar as musas no início de cada narrativa, rogo para que Mnemosyne me inspire na tecitura das próximas páginas.

---

<sup>38</sup> Walter Benjamin. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994, pág. 211.

## Capítulo 1

### PERCURSOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a fundamentação teórica que perpassa a tecitura da trama, detalhando os principais conceitos dos autores escolhidos para o diálogo, como também a metodologia efetivada na pesquisa. Assim, busquei apresentar a revisão historiográfica, conceituar e justificar a escolha da narrativa para a escrita da História, apresentar o conceito de memória e, por fim, detalhar como se deu a pesquisa de campo.

#### 1.1. Revisão historiográfica

Em sua obra *O Método – Volume 3*, filósofo francês Edgar Morin confessa que, ao longo da construção do trabalho, vivenciou “uma tríplice tragédia”<sup>39</sup>. Primeiro, a tragédia bibliográfica, na qual, em cada domínio que se propunha caminhar, via-se diante do crescimento exponencial dos novos conhecimentos e referências. Segundo, a tragédia da complexidade dos temas. Por fim, a tragédia de visar à totalização, à unificação, à síntese. Mas terminou por chegar à “consciência absoluta e irremediável do caráter inacabável de todo conhecimento, de todo pensamento e de toda a obra”<sup>40</sup>. Concluiu, ainda, que sua tríplice tragédia seria a tragédia de todo saber moderno.

Aproveito a oportunidade para relatar, também, que atravessei ao longo da construção desta pesquisa uma experiência bastante singular e, em guardadas as peculiaridades de tempo, modo e lugar, vivenciei essa nominada tríplice tragédia. Encontrava-me diante de quase quatro metros de documentos alinhados, livros e textos teóricos, muitos lidos, compreendidos e marcados; outros que, pela complexidade anunciada, postavam-se diante dos meus olhos como espectros em uma noite escura. Sentia, por vezes, como o mítico Teseu diante de seu Labirinto, precisando segurar os amores e temores, vestir o elmo

---

<sup>39</sup> Edgar Morin. *O Método – Volume 3*. Porto Alegre: Sulina, 2008. Esclareço que Morin é considerado um dos principais pensadores da pós-modernidade. É autor de mais de 30 obras, sendo *O Método*, em seis volumes, considerada a mais relevante.

<sup>40</sup> Idem, *ibidem*, pág. 38.

da racionalidade e enfrentar o Minotauro. Ou ser devorado.

A segunda tragédia particular, como delinea Morin, é a da complexidade dos temas e dos autores. Heródoto ou Tucídides? Documento ou narrativa? Hegel ou Nietzsche? Meta-história ou Nova História? Benjamin ou Adorno? Althusser ou Ricœur? Geertz ou Ginzburg? Chartier, Barbier ou Castoriadis?<sup>41</sup>

Por fim, a tragédia de visar à totalização, à unificação, à síntese – ou, no caso de quem busca construir uma pesquisa de doutorado, encontrar uma hipótese, com tese, antítese e síntese que satisfaça às instituições científicas e à Academia. Nesse caso, a tragédia não foi estar diante de um labirinto, como Teseu, mas de um grande paradoxo identitário, nesse caso como Hamlet, entre o *ser* e o *não ser*.

Na juventude, entusiasmei-me pelos iluministas, Rousseau e Voltaire – jamais Robespierre. Logo depois, vieram os libertários, Proudhon e Tolstoi. Até chegar a Hegel e Marx. No exercício profissional, deixei-me ser levado pelo estruturalismo de Louis Althusser e pela microfísica de Michel Foucault, à época tão em voga. No caminhar pela realidade da vida, há muito, reposicionei-me. Jamais se deve renegar o passado, mas tão somente transcendê-lo. Afinal, novas escolhas serão sempre resultado das velhas experiências vividas<sup>42</sup>.

O resultado desse sistema de representações, crenças e valores pessoais da juventude é uma tendência atávica pela visão idealista do presente e pela busca incessante por lançar luzes e respostas para o futuro. Trata-se de esperança no Homem, na Sociedade, na Civilização, herança do imaginário Iluminista. Outro resultado, no caso o relevante nesse escrever, é a forte tendência por buscar a totalização na interpretação dos acontecimentos, a síntese, a busca por uma explicação universal para a História. Há muito que a

---

<sup>41</sup> Refiro-me, pela ordem de apresentação: 1) Georg Hegel e Friedrich Nietzsche, filósofos que tinham visões opostas sobre as filosofias da História; 2) Walter Benjamin e Teodor Adorno, que guardavam visões divergentes sobre a interpretação do materialismo dialético; 3) Louis Althusser e Paul Ricœur, notórios rivais do pensamento contemporâneo francês; 4) Roger Chartier, René Barbier e Cornelius Castoriadis, que fazem parte da mesma escola historiográfica dos estudos do Imaginário Social; 5) Clifford Geertz e Carlo Ginzburg, autores de metodologias complementares de pesquisa em temas da Cultura.

<sup>42</sup> Esclareço que, ao fazer esta breve explanação sobre meu próprio sistema de representações e de valores, inspiro-me no professor Boaventura de Sousa Santos, de quem fui aluno quando investigador em mobilidade do Centro de Estudos Sociais (CES), da Universidade de Coimbra, entre 2009 e 2010, como já exposto na Apresentação. Boaventura sempre exige de seus orientandos de doutorado pelo menos um capítulo narrativo sobre as próprias experiências pessoais na pesquisa. Exige, principalmente, esclarecimentos sobre a formação intelectual do candidato, pois é indefectível, pensa o sociólogo, que a ideologia do pesquisador influencie e permeie toda a análise.

História vem saindo dessa perspectiva. Nietzsche já a detratou por “antiquária”; Hidden Write apresentou-nos o termo “meta-história”.

A verdade é que, de todas as teorias que tentam explicar o mundo pelas totalizações, tenho uma identificação especial pela Filosofia da História de Hegel, segundo a qual, *em síntese*, a História da Civilização é a da busca incessante do homem pela liberdade – com suas idas e vindas, às vezes com afluxos, por vezes com refluxos, um passo atrás, dois à frente, a tese e a antítese, mas sempre caminhando rumo à liberdade.

De tempos para cá, desde que iniciei um desfraldar da História sob a perspectiva da cultura<sup>43</sup>, venho conhecendo novos autores e outras interpretações, como as de Roger Chartier e Cornelius Castoriadis. Ando me surpreendendo com constelações de primeira grandeza como Walter Benjamin e Paul Ricœur. Descobrimo a existência de metodologias não totalizantes e de formuladores teóricos como Edgar Morin, Boaventura de Sousa Santos e Carlo Grinzburg. Mas também usufruindo da alegria de descortinar até mesmo novos olhares críticos, contudo construtivos, sobre velhos “amigos” como Platão, Hegel, Proudhon e, principalmente, Hannah Arendt – sem dúvida, minha pensadora predileta, a quem escolhi para me nortear em algumas das partes nevrálgicas dessa pesquisa.

É assim, com novas companhias de cabeceira, que tento me tornar – com o perdão da expressão e sem grandes pretensões — um pesquisador que busca compreender, ou pelo menos estar atento, a esse mundo fragmentado<sup>44</sup>, policêntrico, multiétnico, transgenérico, dodecafônico, um caldeirão em forte ebulição pela diversidade de culturas convivendo em um mesmo tempo e espaço e, com tantas contradições inexplicáveis, que se tornou quase impossível tentar explicar os acontecimentos históricos com as tradicionais teorias totalizantes. Ou seja, as teorias “antiquárias”, nas palavras de

---

<sup>43</sup> A partir de 2003, ingressei no mestrado junto ao Departamento de História da Universidade de Brasília, como já dito, dentro da linha de pesquisa que à época se chamava “Discurso, Imaginário e Cotidiano”, que trabalha com os pressupostos epistemológicos e com os autores da cultura e da chamada Nova História. Ingressei no doutorado, por sua vez, dentro de uma nova linha de pesquisa adotada pelo departamento, denominada “História Cultural”.

<sup>44</sup> Tomo aqui emprestado o título de uma obra de Cornelius Castoriadis. *O mundo fragmentado (As encruzilhadas do labirinto*; Vol. 3). Trad. de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Nietzsche, mas que doravante tratarei, de forma polida e respeitosa, pela terminologia de White: meta-história.

Ainda carrego Hegel no coração, mesmo que já tenha desistido de tentar compreendê-lo em plenitude. Toda vez que me vejo diante de grandes acontecimentos, como os levantes populares que tiveram início em 2011 no Oriente Médio, Tunísia, Egito, Líbia, Síria, ainda busco tentar compreendê-los imaginando que seria a luta constante do homem em busca da liberdade, como sinalizava Hegel.

E ainda que eu tenha feito a opção teórica e metodológica de trabalhar esta pesquisa dentro da perspectiva das ciências pós-modernas, buscando analisar temas como o cotidiano e o afetivo, paradoxalmente, toda vez que volto os olhos para o passado e tento compreender a determinação de um punhado de jovens idealistas do Araguaia, quase todos de armas em punho, tomados por sonhos e pela esperança de construção de um país justo e igualitário – conforme a hipótese que torneia este trabalho – dispostos à imolação quase certa em nome da revolução socialista, em nome da “liberdade”, como eles mesmos declamavam, flagro-me de novo procurando respostas na meta-história. Mais em Hegel do que em Marx – ainda que os protagonistas do episódio central desta narrativa fossem eles, todos eles, marxistas.

Entretanto, depois de períodos de convivência com os autores da Nova História e os da cultura, passei a ter uma visão crítica sobre a pertinência da meta-história para analisar certos objetos da pesquisa histórica. Reconheço que a Filosofia da História de Hegel é essencialmente escatológica<sup>45</sup> e totalizante, herdeira direta do pensamento triádico de Agostinho, que fazia do “presente histórico um permanente ponto de encontro da recordação com a esperança”<sup>46</sup>. A seu favor, como indulgência, tem o fato de que Marx bebeu na

---

<sup>45</sup> Do grego *escaton*, o que vem depois do fim; compreendida como a *doutrina das últimas coisas*.

<sup>46</sup> Fernando Catroga. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra, Almedina, 2009, pág. 14. Observe-se que a frase de Catroga encontra similiaridades com um trecho da obra de Ernest Bloch quando critica a Filosofia da História de Hegel: “Assim, foi interrompida a perspectiva; assim, a recordação desconstruiu a esperança. Assim, a esperança não nasceu exatamente na recordação (no futuro do passado). Assim, a recordação tampouco se ergueu da esperança (da utopia concreta mediada historicamente, que prescinde da história)”. In: Ernest Bloch. *O Princípio Esperança*. Op. cit., pág. 28.

fonte Hegel para tecer sua própria dialética. E que o tipo de marxismo que movimentou o imaginário revolucionário do Século XX era igualmente triádico, escatológico e totalizante<sup>47</sup>.

Depois de iniciar a convivência com esses novos autores, estou convencido de que o tradicional pensamento escatológico e totalizante perdeu em grande parte o sentido. A História não tem fim, enfim. Não há *escaton*, não há vida melhor para além do fim dos tempos. Não há uma Cidade de Deus a ser buscada, como apontava Agostinho, ou a Liberdade do iluminismo hegeliano, nem a utópica sociedade sem classes de Marx, ou mesmo o Fim da História – o mais supremo *nonsense* que a escatologia ousou produzir, nesse caso, a neoliberal<sup>48</sup>. É por demais difícil encontrar uma síntese, uma explicação universal para a História a fim de se lançar luzes para o futuro. Seria, ainda citando Nietzsche, por demais “antiquário” optar por meta-história nesses tempos “pós-modernos”.

Acredito hoje, como ensina Benjamin, que fazer História é narrar o passado, mas a partir do olhar do presente, refletindo sobre o futuro como uma probabilidade – jamais como uma certeza absoluta<sup>49</sup>. E que a Filosofia da História hegeliana, como também a dialética do marxismo evolucionista, tem a pretensão de apreender a totalidade da história; em verdade, buscam compor uma visão de conjunto do passado, do presente e do futuro. Por isso, são escatológicas, pois têm por fim historiar o futuro. Na obra *Tempo e Narrativa*, Ricœur lembra que ter a pretensão de apreender a totalidade da história, como propuseram Hegel e Marx, é compor uma visão de conjunto do passado e do

---

<sup>47</sup> Benjamin chama o pensamento marxista que emergiu com a Revolução Russa de “marxismo evolucionista vulgar”, ao mesmo tempo em que trabalha na formulação de uma nova proposta de interpretação do materialismo histórico a partir da rejeição das filosofias da História e da criação de uma nova dialética, que toma como fundamento o “instante messiânico”. Esse tema será abordado em detalhes nos itens 1.4 e 1.5 deste capítulo.

<sup>48</sup> Refiro-me às teorias escatológicas da História, todas a apontar para um mundo melhor no futuro, começando por Santo Agostinho em sua *A Cidade de Deus*, seguido de Hegel e Marx, cuja dialética era triádica e a teoria apontava para um futuro utópico, a sociedade sem classes. A última referência é ao historiador norte-americano Francis Fukuyama, que em 1992, após a queda do Muro de Berlim, publicou a polêmica obra *O Fim da História e o último homem*, no qual buscou inspiração em Hegel para pregar o triunfo final do neoliberalismo globalizado. Quando o livro ainda estava nas prateleiras dos mais vendidos, explodiram os conflitos étnicos nos Balcãs, seguido do recrudescimento do fundamentalismo islâmico, colocando em cheque a obra e seu autor.

<sup>49</sup> Esta visão encontra-se exposta em várias passagens da obra de Benjamin, dentre elas, na Tese 14 dos textos póstumos, reunidos em “Sobre o Conceito de História”. In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas Vol. I*. Op. cit., pág. 229. Adiante, ainda neste capítulo, encontra-se detalhado o pensamento de Benjamin.



futuro. Para ele, não pode existir história do futuro em virtude da natureza das frases narrativas, que “redescrivem” os acontecimentos<sup>50</sup>.

Assim, e ainda que o coração esteja paradoxalmente dividido, a razão me leva a fazer a opção teórica preferencial pelos novos amigos da Nova História e da História Cultura. Os autores das representações e do imaginário, como Roger Chartier<sup>51</sup>, Cornelius Castoriadis<sup>52</sup>, Bronislaw Bazko<sup>53</sup> e Hommi Bhabha<sup>54</sup>, convivo com eles desde o mestrado. Mantive-os por perto para os diálogos do doutorado.

Dos novos teóricos, conhecidos nas leituras do doutorado, encantei-me especialmente com Walter Benjamin<sup>55</sup>, tão sedutor com sua proposta mágica de narrar as histórias a partir de novos olhares. Ao lado de Paul Ricœur e de Hannah Arendt, “faróis” emissores de pensamentos reluzentes, os três filósofos compõem os pilares dos pontos nevrálgicos desta pesquisa, cujas contribuições teóricas estão detalhadas adiante<sup>56</sup>.

\* \* \*

Já lá se vão 25 séculos – desde que Heródoto foi renegado por seu discípulo Tucídides – que perdura a velha discussão teórica sobre quais seriam, afinal, os “verdadeiros” e os “falsos” objetos do estudo histórico? Heródoto, considerado o “Pai da História”, interpretava, opinava, posicionava-se no contexto, deixava fluir suas próprias impressões. Escrevia com paixão, apresentando sem qualquer pudor sua visão pessoal sobre gregos e persas.

<sup>50</sup> Paul Ricœur. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994, págs. 242-249.

<sup>51</sup> Destaco: Roger Chartier. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; e Lisboa : Difel, 1990

<sup>52</sup> Destaco: Cornelius Castoriadis. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>53</sup> Destaco: Bronislaw Bazko. *Imaginação Social*. Imaginação Social. In Enciclopédia Eunadi, Vol. V. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987

<sup>54</sup> Destaco: Hommi Bhabha. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

<sup>55</sup> Destaco: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.

<sup>56</sup> Esclareço que recorri a alguns bons intérpretes dos grandes formuladores, aos quais prefiro tratar, com deferência, por *preceptores*. Para buscar compreender o complexo pensamento de Paul Ricœur, recorri à ajuda de minha orientadora, Cléria Botelho Costa, como também ao teórico português Fernando Catroga, de quem fui aluno no curso de Teoria da História, na Universidade de Coimbra. Para conduzir-me pelas entranhas do pensamento de Benjamin, por sua vez, escolhi como preceptores Michael Löwy, Jeanne-Marie Gagnebin e Maria João Cantinho, de quem fui aluno em um curso de extensão sobre o pensador alemão oferecido pelo Programa de Pós-Graduação do Departamento de História da UnB. As referências sobre esses autores encontram-se citadas em suas respectivas contribuições.

Esmerava-se em tecer uma narrativa inspirada, considerava as crônicas e os mitos épicos fontes históricas dignas de consideração, ecos de um passado a ser estudado.

Para Heródoto, as investigações (historie, apódexis) mais credíveis eram as que decorriam da observação direta (ópsis) e não tanto das fontes, ou mesmo das informações alheias, aceites como meras notícias que o historiador-investigador devia registrar, mas em que não era obrigado a crer<sup>57</sup>.

Heródoto foi o primeiro a ver o passado dentro da perspectiva filosófica, não apenas factual<sup>58</sup>. Tucídides, por sua vez, autor do clássico *História da Guerra do Peloponeso*, denunciava a fragilidade da memória, tanto a sua quanto a de terceiros. Para ele, lembranças e testemunhos devem ser condenados à relatividade da memória e à subjetividade das opiniões pessoais. *Mutatis mutandis*, para Tucídides, como rege hoje a máxima do jogo-do-bicho, só vale o que está escrito. Ele defendia a ideia de que os fatos falam por si e o resto seria logro. Por isso o discípulo acusou a obra do próprio mestre de imprecisa. Ficou com a última palavra por mais de dois milênios.

Essa velha discussão retornou no Século XIX, o Século das Ciências, quando Augusto Comte e seus positivistas rejeitaram as filosofias da História e os historiadores pensaram que poderiam transformar a História numa ciência tão precisa e previsível quanto a Física e a Matemática. Era uma reação aos exageros do Iluminismo, que então apresentava uma forte tendência de ajudar os vencedores de tentarem aniquilar o passado, a reescrever história segundo as conveniências das novas instituições inauguradas com a Revolução Americana e, ato contínuo, a Revolução Francesa. Ou seja, possuir o controle da imaginação social como poderosa arma para se projetar um futuro desejável<sup>59</sup>.

---

<sup>57</sup> Fernando Catroga, *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. *Op. cit.*, pág. 60.

<sup>58</sup> Registro que há uma tradução portuguesa da obra do historiador, feita diretamente do grego antigo: *Heródoto*. Tradução Mário da Gama Cury, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1988.

<sup>59</sup> Sobre esse ponto, Cléria Botelho Costa esclarece: “A atitude do iluminismo em relação ao passado era de submetê-lo ao crivo do julgamento, a dissolvê-lo e, quando necessário, condená-lo no interesse das necessidades presentes e da esperança de uma vida melhor – o que fora apreendido com uma tendência para o aniquilamento do passado. E, uma vez encetado o trabalho de aniquilação desse passado, é difícil impor-lhe um limite e recobrar a reverência pelas raízes, além do respeito pelo outrora sem o qual

Com a ascensão de Comte, a ordem-do-dia passou a ser construir uma História meramente factual, com nomes, datas e acontecimentos precisos. Obviamente, calcada em documentos oficiais. O marxismo apareceu um pouco depois, mas ascendeu quase simultaneamente, buscando igualmente ressignificar a Filosofia da História hegeliana. Marx também pregava uma História “científica”, só que baseada na indefectível luta de classes. Explica Catroga:

Em conclusão: nos finais do século XIX, tentou-se consolidar a autonomia da historiografia em face à filosofia (e à teologia) e afirmar o seu cariz científico, através de um método crítico – inspirada, em boa parte no método histórico-filológico — apto para estabelecer a objetividade dos fatos e para tornar o autor ‘ausente’ da sua narração.<sup>60</sup>

Quando, a partir da década de 1920, surgiu na França a *École des Annales*, com formuladores como Lucien Febvre e Marc Bloch, a historiografia começou a ser reinventada com vertentes mais flexíveis de análise, como a Nova História, a História das Ideias e a das Mentalidades. É óbvio que a discussão não é tão simplória. Buscaremos aprofundá-la, quando o assunto emergir, em pontos pertinentes a esta pesquisa.

Se faço essa ligeira panorâmica preliminar sobre a transição da História monológica para a explicativa, é para ressaltar o fato de que recentemente, nos últimos 30 anos, a História vem dando uma grande guinada. Influenciados pela Antropologia Cultural<sup>61</sup>, historiadores ingleses e franceses – quase todos marxistas em suas origens – reinventaram aquela Nova História imaginada nos primórdios do Século XX, tão ofuscada pelo estruturalismo, e lançaram os pressupostos para a criação de uma História Cultural.

Buscaram inspiração nos historiadores Febvre e Bloch, entre outros precursores. Também resgataram Walter Benjamin, que já nas décadas de

---

*nenhum ser humano poderá sobreviver. (...)O aniquilamento do passado coloca a História na direção dos vencedores e o pensamento hegeliano, por exemplo, pode favorecer a ideologia dos vencedores”.* Cléria Botelho Costa. “Imaginário: Objeto da História”. In: *Revista Estudos*, Vol. 27, nº 4, PUC-Goiás, 2000, pág. 387.

<sup>60</sup> Fernando Catroga, *Op. Cit.*, pág. 78.

<sup>61</sup> Destaco a obra do antropólogo norte-americano Clifford Geertz. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.

1920 e 1930, andando na contramão do cientificismo, escrevia que ficção, poesia, pintura, fotografias ou quaisquer formas de arte, incluindo o cinema que ainda engatinhava, são relevantes fontes de estudo da realidade<sup>62</sup>. Benjamin, como Heródoto, defendia a narrativa oral e a crônica pessoal – fundamentando, assim, os pressupostos da História narrativa.

“O cronista é o narrador da História”<sup>63</sup>, ensinou Benjamin.

A Nova História também passou a defender a relevância dos perdedores, dos anti-heróis, dos pobres e dos personagens anônimos. Da mesma forma, vem considerando outros objetos e vertentes de análise, como o cotidiano, a vida privada e a micro história.

Os historiadores da Cultura, plugados com a complexidade desse mundo policêntrico, multicultural e globalizado, buscam o diálogo permanente com as narrativas, as tradições, os mitos e os símbolos, em especial com os estudos das Representações e do Imaginário. Autores como Castoriadis, por exemplo, defendem a ideia de que todas as ações do homem que movem o mundo e constroem a História nascem do imaginário social<sup>64</sup>. Outros, como Ricœur, vão buscar as fontes de informação na memória e nos símbolos, e apontam uma aproximação entre História e literatura<sup>65</sup>. Há, ainda, autores, como Hydden White, que defendem a ideia de que sequer haveria distinção clara da narrativa histórica com a literária – assertiva na qual não me alinho.<sup>66</sup>

Com isso, esclarece-se que o tema aqui pesquisado, Guerrilha do Araguaia, emerge da História Política. Entretanto, a proposta é narrar e analisar

---

<sup>62</sup> Esclareço que Benjamin, apesar de contemporâneo de Febvre e Bloch, não guarda relação direta com a *École des Annales*. Ele era filósofo. Também frequentou, por algum tempo, a Escola de Frankfurt, essencialmente estruturalista. Há muitos pontos em comum entre Febvre e Bloch, e o pensamento de Benjamin. Entretanto, Benjamin manteve-se “adormecido” por décadas, e só começou a ser “descoberto” pelos historiadores há cerca de 30 anos.

<sup>63</sup> Walter Benjamin. *Op. Cit.*, pág.. 209

<sup>64</sup> Castoriadis. *A Instituição Imaginária na Sociedade. Op. cit.*

<sup>65</sup> Ricœur defende essa tese ao longo do capítulo “Em defesa da narrativa”, de *Tempo e Narrativa, op. cit.*, págs. 175-249.

<sup>66</sup> Ao contrário, identifico-me com as propostas de Ricœur e de Paul Veyne, a do meio-termo, adiante detalhada, que admitem que história e ficção aproximam-se, pois ambas emergem da memória e trabalham com a narrativa, mas que é preciso traçar uma linha divisória entre esses dois campos, distintos quanto aos objetivos. Ricœur, *idem*, págs. 242-249. Também pertinente a essa questão, White em seu *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*, 2001, “O texto histórico como artefato literário”, define a narrativa histórica como ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”.

o objeto – “A Memória dos Guerrilheiros do Araguaia” – buscando seus sentidos dentro da chamada Nova História Política. Pesavento explica:

(...) Uma terceira corrente, muito atual, que se apresenta nos domínios da História Cultural, seria aquela relativa a uma releitura do político pelo cultural. Às vezes chamada de Nova História Cultural, essa postura resulta do endosso, pelos historiadores do político, dos pressupostos epistemológicos que presidem a análise da História Cultural. Imaginário, representação, a produção e a recepção do discurso historiográfico reformulam a compreensão do político<sup>67</sup>.

De acordo com Pesavento, fala-se mesmo em uma História Cultural do Político, mobilizada pelos estudos que se centram em torno do imaginário do poder, sobre as performances dos atores, sobre a eficácia simbólica de ritos e imagens produzidas segundo fins e usos do político, sobre fenômenos que presidem a repartição da autoridade e do poder entre grupos e indivíduos, sobre mitos e crenças que levam os homens a acreditar em alguém ou algo, pautando a ação e a percepção da realidade sobre os mecanismos pelos quais se constroem identidades dotadas do poder simbólico de coesão social<sup>68</sup>.

## 1.2 Em defesa da narrativa<sup>69</sup>

Walter Benjamin era crítico literário, filósofo, romanista, grafólogo, teórico das artes, da tradução e, por fim, da história. Nascido alemão de origem judaica, estudou com místicos cabalistas. Até se converter ao marxismo. Pregava a sociedade sem classes, mas recusava-se a se organizar em partidos. E embora tenha sido materialista histórico, sua obra nem sempre se encaixa nos cânones do marxismo dialético. Deixou de legado uma obra “fragmentada, inacabada, às vezes hermética, frequentemente anacrônica e,

---

<sup>67</sup> Sandra Jathay Pesavento. *História & História Cultural Op. Cit.* pág. 75.

<sup>68</sup> *Id.*, *ib.*

<sup>69</sup> Tomo emprestado o título do Capítulo 2, de “Em Defesa da Narrativa”, da obra: Paul Ricœur. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Campinas: Papirus, 1994. pág. 175-249.

no entanto, sempre atual”, nas palavras de Löwy, que ocupa um lugar “singular, realmente único, no panorama intelectual e político do Século XX”<sup>70</sup>.

Na América Latina, Benjamin tem sido considerado cada vez mais o “Filósofo das Vanguardas” por conta de sua tendência à ruptura e ao novo, sua rejeição ao dogmatismo e ao cientificismo das academias de seu tempo, por sua ousadia de “tentar inventar novas imagens para pensarmos nossos limites e fronteiras”<sup>71</sup>, como também pelo seu método transdisciplinar de pensar as Ciências Humanas, tendência da pós-modernidade, mas que Benjamin já pregava e praticava nos anos 1930. Por conta dessa heterodoxia, até a presente data a maior parte das academias europeias de Filosofia não incluiu sua obra entre os cânones do pensamento moderno.

Certa feita, Walter Benjamin enviou um ensaio sobre Baudelaire a Theodor Adorno para que o publicasse na *Revista de Pesquisa Social*, do Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt<sup>72</sup>. Era o ano de 1938. Adorno recusou o texto e mandou Benjamin reformulá-lo por inteiro. Ocorreu então uma antológica troca de correspondências entre eles, até então grandes amigos, patrícios no judaísmo e camaradas no marxismo<sup>73</sup>.

A crítica de Adorno foi dura, ácida, corrosiva. Acusou o texto de “teológico” e de conter uma “representação deslumbrada da facticidade”. Apontou principalmente “a falta de um diálogo maior da narrativa livre de Benjamin sobre os choques dos transeuntes nas ruas obstruídas de Paris e o ritmo marcado dos versos baudelairianos” sem que houvesse “uma mediação mais global por trás dessas associações esclarecedoras, mas não sempre desprovidas de certa arbitrariedade”<sup>74</sup>.

Estava cobrando, primeiro, menos poesia e mais teoria. E teoria, para Adorno, é um diálogo com a dialética marxista, a mediação através de um

<sup>70</sup> Löwy. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Op. cit., pág. 13.

<sup>71</sup> Márcio Seligmann-Silva. A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pág. 22.

<sup>72</sup> Jeanne-Marie Gagnebin. “Do Conceito de *Mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin”. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993, pág. 8-10.

<sup>73</sup> Ademais, na ocasião, Benjamin pertencia (pelo menos formalmente) à Escola de Frankfurt, liderada por Adorno.

<sup>74</sup> Gagnebin, idem.

processo global, uma explicação totalizante dos fatos, enfim, uma Filosofia da História. Mais que isso, Adorno cobrava racionalidades, mais pensamento racional.

A renúncia à teoria afeta a empiria. De um lado, essa renúncia confere à empiria um traço falsamente épico, de outro, tira dos fenômenos seu verdadeiro peso histórico-filosófico, transformando-os em fenômenos experienciados de maneira unicamente subjetiva. (...) Para falar de uma maneira drástica, poder-se-ia dizer que o trabalho se alojou no cruzamento da magia com o positivismo. É um lugar enfeitado: só a teoria conseguiria romper o feitiço<sup>75</sup>. (Grifo meu).

Benjamin rebateu a carta de forma igualmente dura. Defendeu a “representação deslumbrada da facticidade” como “a atitude autenticamente filológica”<sup>76</sup>. Benjamin não respondeu à principal objeção de Adorno, a ausência de dialética e de uma mediação totalizante. Adorno venceu aquela discussão. Quanto a Benjamin, não teve a sorte louca de usufruir, ainda em vida, do reconhecimento acadêmico da maior parte de seus pares. Faleceu logo depois, em 1940<sup>77</sup>.

Assim como os *Annales*, Benjamin foi crítico ácido do historicismo positivista do século XIX, e do modelo de escrita da História que privilegiava os documentos criados pelo aparato do Estado. Essencialmente, ele negou as possibilidades de uma História segundo a concepção historicista-positivista, representada pela célebre frase de Ranke – a tarefa do historiador seria, simplesmente, apresentar o passado “tal como ele propriamente foi”. Foi também um crítico contundente e bem fundamentado da interpretação da história como progresso, a essência do “marxismo evolucionista vulgar”<sup>78</sup>, e, ainda, da ideia da neutralidade científica. Escreveu Benjamin em *Passagens*, no capítulo onde trata da “Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso”:

<sup>75</sup> Carta de 10 de Novembro de 1938. Trad. Jeanne-Marie Gagnebim, idem.

<sup>76</sup> *Id., ib.*

<sup>77</sup> A versão mais difundida sobre sua morte é a de que teria cometido suicídio (1892-1940). Benjamin estava no grupo de judeus que tentava fugir da França ocupada pelos nazistas para a Espanha. Quando chegaram aos Pireneus, o grupo foi impedido de prosseguir pela polícia do ditador Francisco Franco. Temendo ser entregue à Gestapo, Benjamin teria cometido suicídio na madrugada de 26 para 27 Set 1940. O incidente teria chamado a atenção das autoridades locais, que terminaram por permitir a passagem do grupo, que conseguiu, ao final, chegar a Portugal.

<sup>78</sup> *Apud: Michael Löwy. Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005, pág 23.

As fórmulas da concepção materialista da história – aplicadas por Marx e Engels... apenas... à análise da sociedade burguesa e transpostas para outras épocas históricas apenas com a devida modificação – foram desvinculadas pelos epígonos de Marx desta aplicação específica, e aliás, de qualquer aplicação histórica, e o assim chamado ‘materialismo histórico’ foi transformado em uma teoria sociológica geral<sup>79</sup>.

Segundo Benjamin, o historiador pretensamente neutro, que tem por objetivo os fatos “reais”, em verdade estaria apenas confirmando a visão dos vencedores. Sua proposta é a de tecer uma narrativa histórica inspirada na crônica cotidiana, que busca valorizar os pequenos e os vencidos.

A outra contribuição de Benjamin é o da tecitura da trama, na qual propõe entrelaçar todas as fontes históricas disponíveis – tanto documentos oficiais quanto cartas, poesias, canções e narrativas orais que, algumas vezes, tangenciam a ficção. Assim, e ainda que muitas daquelas ideias estivessem sendo efetivadas paralelamente pela *École des Annales* de Lucien Febvre e Marc Bloch<sup>80</sup>, Benjamin estava além de seu tempo.

Para contemporâneos como Adorno, sobretudo seus colegas estruturalistas da Escola de Frankfurt, aquelas ideias soavam como magia, como pensamento não racional, feitiço a ser exorcizado, “factualidade” deslumbrada da realidade. Em carta a Hannah Arendt, após a morte de Benjamin, Adorno tenta homenagear o amigo – mas sempre com ressalvas:

A meu ver, o que define o significado de Benjamin para minha própria existência intelectual é evidente: a essência de seu pensamento enquanto pensamento filosófico. Jamais pude encarar sua obra a partir de outra perspectiva (...). Certamente estou consciente da distância entre seus escritos e toda a concepção tradicional da filosofia...<sup>81</sup>.

Curiosamente, os principais pontos do pensamento de Benjamin ficariam adormecidos por quase três décadas. Benjamin só seria redescoberto,

<sup>79</sup> Benjamin. *Passagens. Op. cit.*, pág. 527.

<sup>80</sup> Também na oposição ao cientificismo positivista, os *Annales* ampliaram as fontes históricas para a reconstrução do passado, passando a aceitar, além de documentos escritos, também narrativas orais, poesias, canções, fotografias, iconografias, cinema, etc.

<sup>81</sup> Apud Löwy, *op. cit.*, pág. 13.



começado a ser analisado e compreendido a partir de Maio de 1968, na França. Na sequência, em 1972, sua obra completa foi publicada em alemão<sup>82</sup>. Curiosamente, foi no Brasil que Benjamin encontrou maior ressonância, com a ascensão de novas escolas e abordagens históricas, especialmente entre os adeptos da Teologia da Libertação<sup>83</sup>.

Ironicamente, e para desgosto dos adeptos de Adorno, uma coletânea de ensaios de Benjamin publicados na Alemanha com o título original *Auswahl in drei banden* (“Seleção em três bandas”, ou “Seleção em três volumes”, em tradução livre), recebeu na edição brasileira o título de *Walter Benjamin – Obras Escolhidas Vol. I: Magia e técnica, arte e política*<sup>84</sup>.

\* \* \*

Homem à frente de seu tempo, Benjamin deixou alguns legados relevantes. Um deles foi resgatar a tecitura poética na narrativa histórica, como se fosse uma crônica. Em suas teses “Sobre o Conceito de História”, Tese 3, Benjamin defende a relevância do cronista do cotidiano como o narrador da História:

O cronista narra os acontecimentos, sem distinguir entre os grandes e os pequenos, leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história. Sem dúvida, somente a humanidade redimida poderá apropriar-se totalmente do seu passado. Isso quer dizer: somente para a humanidade redimida o passado é citável, em cada um dos seus momentos. Cada momento vivido transforma-se

<sup>82</sup> Também em 1968, Hannah Arendt publicou um ensaio sobre Benjamin na revista alemã *Merkur*. Em 1972, a obra completa de Benjamin foi publicada na Alemanha. A partir de então, pouco a pouco, o pensador passou a ser traduzido, publicado e reconhecido.

<sup>83</sup> Registro que, no Brasil, Benjamin encontrou grande ressonância por conta da Teologia da Libertação, a partir dos estudos do sociólogo franco-brasileiro Michael Löwy, na década de 1980. Ele é amigo do teólogo Leonardo Boff. Foi a partir desse contato intelectual entre os dois, Löwy e Boff, que Benjamin passou a ser cultuado no país, inicialmente entre os adeptos da Teologia da Libertação; depois, nas academias da América Latina. Destaco também, para a difusão da obra benjaminiana no Brasil, os trabalhos da suíça Jean-Marie Gagnebin, professora de Filosofia da Unicamp e da PUC-São Paulo, que estuda o autor desde sua graduação pela Universidade de Genebra, no início da década de 1970. Destaque-se que Gagnebin é autora de seis livros sobre Benjamin (cinco deles em português), e coautora da tradução das teses de Benjamin “Sobre o Conceito de História”, em parceria com o professor de Filosofia Marcos Lutz Muller, da Unicamp, com quem é casada.

<sup>84</sup> *Op.cit.*, grifo meu. Esclareço que essa edição tem tradução de Sérgio Paulo Rouanet e prefácio de Jeanne Marie Gagnebin.

numa *citation à l'ordre du jour* – e esse dia é justamente o juízo final”<sup>85</sup>. (Grifo meu)

O cronista de Benjamin é o historiador dos fragmentos, narrador de uma história que busca registrar também os detalhes, por mais insignificante que possa parecer. Benjamin defendia um modelo de História que ele batizou de “integral”<sup>86</sup>: “Uma história que não exclui detalhe algum, acontecimento algum, mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está perdido”, de acordo com a explicação de Löwy<sup>87</sup>. Assim, escolheu o cronista porque ele representa a história “integral” que ele afirma ser seu desejo<sup>88</sup>.

\* \* \*

Paul Ricœur, por sua vez, nos apresenta uma obra igualmente aguda de ressignificados, valores e conceitos, sobretudo em seus estudos sobre a narrativa histórica. Mais que um fenomenólogo, ele é um hermeneuta, cujo objetivo é reinterpretar o homem. Para Ricœur, a hermenêutica é a teoria das operações da compreensão em sua relação com a interpretação de textos. A partir dela, compreende o tempo, a ação e a identidade humanas, incluindo a ética e a justiça. O tempo, argumenta, não tem função própria, a não ser o de indicar a organização da narrativa por meio de seus indícios, tais como os modos de tempos verbais. O tempo para Ricœur, enfim, é uma construção humana.

Assim como o pioneiro Benjamin, um dos aspectos marcantes de Ricœur vem do fato de ter buscado, sem preconceitos aparentes, auxílio onde outros filósofos se recusaram a ir. Vai atrás de fontes pré-filosóficas, como o símbolo e o mito. Vai atrás de rastros do humano, dos vestígios, daquilo que ele mesmo define como “fala balbuciante”. Para ele, os símbolos humanos poéticos e sacros são fontes de inspiração. Ricœur apresenta o conceito do “traço”, segundo o qual não há representação memorial sem traços.

<sup>85</sup> Benjamin. *Obras Escolhidas - Vol 1. Op.cit.*, pág 223.

<sup>86</sup> Como dito, Benjamin apresenta essa proposta no livro das *Passagens*, no capítulo N: “Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso”, op. cit., págs. 499 a 530.

<sup>87</sup> Löwy. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*, op. cit., pág. 54.

<sup>88</sup> Löwy esclarece que Benjamin utiliza a expressão “história integral” tanto com o objetivo de reconstruir o detalhe, quanto o pequeno, o perdedor. Usa essa expressão no sentido de redenção, dentro do contexto do messianismo político e do sonho como porta de passagem para a redenção. Löwy, *id.*, *ib.*

A palavra, do latim *tractus*, refere-se a pegadas, a uma sequência de impressões deixadas pela passagem de um animal, o que permitia funcionar como testemunho e indício. Quando o autor utiliza o termo “traço”, usa-o como uma conotação alargada, como qualquer vestígio humano, voluntário ou involuntário, material ou imaterial. O “traço” tanto pode estar inscrito na mente, como deixado em seu exterior, como meta-memória, como representação de seu tempo, inscrita em um rito coletivo, ou em um monumento. Desse modo, entendo os documentos históricos como traços, vestígios de um tempo em outro tempo. Da mesma forma, todo monumento é traço do passado cujo objetivo é ressuscitar a memória, o rito de *re-cordare* (de *cor*, coração) e *comemorar*. Comemorar, enfim, é um ato de recordar<sup>89</sup>.

Ricœur, como Benjamin, abandona a concepção da história dita “científica” para defender a narrativa poética e ficcionista. Ele lembra que o holocausto judaico, por exemplo, estaria muito além da capacidade de ser representado por um historiador. Portanto, para esse caso e outros, é preciso buscar apoio na arte. Segundo Ricœur, o mural *Guernica*, de Picasso, representaria a tragédia da Guerra Civil Espanhola de forma mais precisa do que qualquer narrativa histórica seria capaz de fazê-lo.

A grande obra-referência de Ricœur é *Tempo e Narrativa*<sup>90</sup>, monumental compêndio, de três grossos volumes, publicados originalmente entre 1983 e 1985, em França. Nessa obra, simbolicamente, ele não começa com Aristóteles, de quem só vai tratar no segundo capítulo. Mas inicia com Santo Agostinho e suas *Confissões*, onde o teólogo só trata Deus por “tu”, na segunda pessoa do singular, com impressionante intimidade, portanto. Ricœur aproveita a deixa para tratar da questão da sinceridade nas obras históricas, até chegar à principal hipótese da obra: história seria fictícia ou ficção seria histórica?

Assim, lembra que a palavra “História” sempre comportou dois significados. O primeiro é o de “acontecer”. O outro é o de “narrar”. Outro ponto peculiar é a redefinição do lugar das narrativas de ficção. Para o autor, a

---

<sup>89</sup> Paul Ricœur. *A memória, a história e o esquecimento*. Op. cit. págs.. 205-207.

<sup>90</sup> Paul Ricœur. *Tempo e Narrativa – Tomo I*. Op. cit.

identidade narrativa aparece num contexto bem mais amplo. Assim, ele busca a narrativa de ficção que a Filosofia relegou para valorizar, tão somente, conceitos. Ricœur propõe a leitura filosófica das narrativas de ficção e dá, às mesmas, valor heurístico.

Aponta o ato de leitura como um momento interpretativo caracterizador tanto das narrativas históricas quanto da ficção. Assim, a ficção assemelha-se à história por lidar com acontecimentos irrealis como se fossem fatos passados, isso por meio da voz narrativa. Tanto quanto a história assemelha-se à ficção por relatar acontecimentos reais, criados pela narrativa.

Ricœur, então, propõe rever a concepção do que sejam “verdade” e “realidade” para poder ver o que está por trás das narrativas ficcionais. Assim, as narrativas passariam a oferecer possibilidades de experiências do tempo, que não resistem à linearidade. Ricœur defende a ideia de que o entrecruzamento da narrativa histórica com a ficção configura nossa própria experiência, ou seja, constitui nossa própria “identidade narrativa”, que tem uma dimensão que não é estritamente veraz, mas a dimensão de elementos fictícios e de construção poética. História e literatura se aproximam, pois ambas emergem da memória e trabalham com a narrativa. Mas o pensador faz uma distinção entre os dois campos<sup>91</sup>. *“A ficção é quase histórica, tanto quanto a história é quase fictícia. (...) O grande historiador é aquele que consegue tornar aceitável uma nova maneira de seguir a história”*<sup>92</sup>.

O imaginário representa, para Ricœur, o ponto fundamental para a construção da História. História e ficção, ambas matrizes de pensamento, recorrem às mediações imaginárias na refiguração do tempo, o que justifica, por exemplo, os empréstimos tomados da literatura pela história. Para ele, é a *mimesis* que efetua a ligação entre a Ética (real) e a Poética (imaginário). O tecer da intriga projeta um mundo. E pergunta: *“Se perdermos a inteligência*

---

<sup>91</sup> Essa posição é similar à do precursor Walter Benjamin e à dos contemporâneos Jacques LeGoff e Paul Veyne. Registro, ainda, que Hydden White, por seu turno, defende a posição de que história e literatura, em verdade, teriam poucas diferenças. Adiante, essa discussão será novamente abordada.

<sup>92</sup> Ricœur, idem, pág. 222.

*narrativa, essa capacidade de articular presente, passado e futuro, não perderíamos nossa capacidade de projetar?*<sup>93</sup>

Em um dos capítulos de *Tempo e Narrativa*, “Em Defesa da Narrativa”<sup>94</sup>, Ricœur trata, essencialmente, da aproximação entre a história e a narrativa. Segundo ele, isso nasceu da conjunção de dois movimentos do pensamento. Primeiro, o enfraquecimento do modelo nomológico<sup>95</sup>. Em paralelo, houve uma reavaliação da narrativa e de suas fontes de inteligibilidade.

Para os defensores do modelo científico nomológico, a narrativa era um modo de articulação elementar e pobre demais para pretender explicar. Para eles, a narrativa só tem um caráter episódico e não tem caráter configurante. É por isso que, entre história e narrativa, viam uma ruptura epistemológica. Ricœur, por sua vez, destacou-se como um crítico das tendências positivistas, tendo enfatizado que os modelos explicativos das ciências naturais são insuficientes nas ciências humanas.

Em sua argumentação em defesa na narrativa, Ricœur busca explicar, afinal, “como se escreve a história”<sup>96</sup>? Ele vai então buscar em Paul Veyne uma proposta de método de escrita da história, espécie de meio-termo, o entrecruzamento da narrativa histórica e da ficção literária que, na visão de Ricœur, constitui nossa “identidade narrativa”. Segundo Veyne, lembra Ricœur, a história não tem método, mas haveria, sim, uma história crítica, outra tópica.

Ele busca então aproximar as duas histórias, admitindo, de um lado, que a noção de intriga não está ligada à história factual, mas que há intriga igualmente na história estrutural. Então propõe ao historiador que rebaixe a pretensão explicativa, e eleve a capacidade narrativa. Apesar de uma boa narrativa, muitas vezes, ser explicativa. A força do pensamento de Veyne,

<sup>93</sup> *Id., ib.*, pág. 232

<sup>94</sup> *Id., ib.*, pág. 175 a 249

<sup>95</sup> Nomológico vem da palavra grega *nomos*, Lei. O método (modelo) dedutivo-nomológico é uma visão formalizada da explicação científica em linguagem natural. Caracteriza as explicações científicas primariamente como argumentos dedutivos com, ao menos, uma lei natural entre as premissas. O método é conhecido por muitos nomes, incluindo “método da lei de cobertura”, “modelo Hempel-Oppenheim” e “modelo Popper-Hempel”. Esse método foi inicialmente formalizado por Carl Hempel e Paul Oppenheim em artigo de 1948. Depois, Karl Popper teceu um esboço disso em 1959. Essa é uma parte importante sobre a discussão sobre a natureza da explicação científica.

<sup>96</sup> Ricœur refere-se, nesse subtítulo, a uma obra de Paul Veyne, *Como se escreve a história. Id., ib.*, pág. 242.

segundo Ricœur, é ter conduzido até esse ponto crítico a ideia de que a história é só construção e compreensão de intrigas.

A construção da intriga é uma das propostas relevantes do pensamento de Ricœur: para ele, o papel mais importante do historiador é conseguir construir uma boa trama. Afinal, a documentação e as fontes orais estão disponíveis para todos. Mas cada historiador entrelaça os fatos históricos de acordo com sua visão singular dos acontecimentos, construindo cada qual uma intriga diferente. Ainda de acordo com Ricœur, explicar, para um historiador, é defender suas conclusões contra um adversário que invocaria outro conjunto de fatores para sustentar sua tese<sup>97</sup>.

O historiador, aqui, segue mais a lógica da escolha prática do que a suposta dedução científica. Uma descrição completa de um acontecimento deveria, então, registrar tudo o que aconteceu, na ordem em que aconteceu. Mas quem poderia fazê-lo? Só um “Cronista Ideal” poderia ser a testemunha absolutamente fiel e certa desse passado inteiramente determinado. Em relação a esse ideal de descrição completa e definida, ainda segundo Ricœur, a tarefa do historiador seria somente eliminar frases falsas, reestabelecer a ordem perturbada das frases verdadeiras e acrescentar o que faltasse ao testemunho.

Explicar e descrever – no sentido da frase narrativa – são tidos muito tempo como indiscerníveis. (...) Uma lista de fatos sem ligações entre si não é uma narrativa (crítica à história positivista). É por isso, também, que descrever e explicar não se distinguem. Ou, segundo a forte expressão de Danto, ‘a história é de uma só peça’. O que se pode distinguir é a narrativa e as provas materiais que a justifica: uma narrativa não se reduz a um sumário de seu próprio aparato crítico. Mas a distinção entre narrativa e seu suporte conceitual ou documental não consiste em distinguir dois níveis de composição. Explicar porque alguma coisa aconteceu e descrever o que aconteceu coincidem<sup>98</sup>.

\* \* \*

---

<sup>97</sup> Nesse ponto, Ricœur segue a mesma linha de pensamento de Benjamin, que levou Adorno a acusá-lo de “representação deslumbrada da facticidade”, do “cruzamento da magia com o positivismo”.

<sup>98</sup> *Op. Cit.*, pág. 248.

Não restam dúvidas de que todo trabalho historiográfico finda em um texto, a escrita da História. Contudo, como Ricœur, acredito que a escrita não seja um instrumento neutro. A escrita também é um produto do conjunto de representações e de valores de seu próprio tempo. Para Ricœur, assim como para Benjamin, cabe ao historiador descrever e interpretar os fatos. Assim, descrevendo e interpretando, ele constrói a narrativa, a intriga histórica. A reflexão é de Catroga: *“Daqui deriva o grande e incontornável paradoxo da escrita da história: se ela pretende narrar ‘tal como aconteceu’, só poderá fazer na linguagem do tempo de quem interroga os restos sígnicos do que passou”*<sup>99</sup>.

Estas considerações, enfim, levaram à arena movimentos de revisão ou de ruptura com os modelos e os paradigmas “científicos”, que têm se posicionado sob o lema do regresso da narrativa, ou do sujeito, ou do regresso da própria historiografia ao seu antigo estatuto de um saber que, afinal, estará mais próximo da literatura do que dos paradigmas de qualquer ciência. Nesse ponto, destaco a necessidade de abrir diálogo com as contribuições de Walter Benjamin, Paul Veyne, Hayden White e Paul Ricœur. Mais uma vez, Catroga com a palavra:

Hoje, os historiadores já não podem pensar que a sua escrita é um mero veículo extrínseco à verdade descritiva: como em todos os domínios, o pensamento sobre o passado é uma linguagem e historiar é ‘contar uma história’, é construir uma ordem narrativa em que a forma também é conteúdo<sup>100</sup>.

Em conclusão, nesse ponto o pensamento de Ricœur se aproxima ao de Benjamin, para quem “o cronista é o narrador da História”.

### 1.3 – O conceito de memória em Benjamin<sup>101</sup>

<sup>99</sup> Fernando Catroga. *Op. Cit.*, pág. 128.

<sup>100</sup> *Id., ib.*, pág. 128.

<sup>101</sup> Agradeço à Maria João Cantinho, professora de Filosofia da Universidade Nova Lisboa – e de quem fui aluno no curso de extensão “*O Pensamento de Walter Benjamin: concepção de história*”, promovido pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília, em Ago 2013 – pelas relevantes contribuições visando a busca pela compreensão da dialética benjaminiana, especialmente o conceito de “sonho” e na questão do messianismo em seu pensamento. Agradeço, ainda, por ter me enviado arquivo de sua tese de doutorado, usada como referência nos itens 1.4 e 1.5 deste capítulo. Maria

Da mesma forma que as propostas de Benjamin para a narrativa histórica só podem ser compreendidas dentro de suas críticas à perspectiva evolucionista e totalizante da História, que só costuma ter olhares para os heróis e vencedores, em prejuízo dos anônimos, igual ressalva se faz quanto ao conceito benjaminiano de memória. Em outras palavras, o conceito de memória (*mimesis*) presente no pensamento de Benjamin guarda uma relação igualmente intrínseca com sua rejeição às dialéticas evolucionistas. E a razão disso está na marcação do tempo.

Ora, o tempo evolucionista é contínuo, linear. Esse modo, as análises históricas se direcionam do ontem para o hoje. A História Universal da Humanidade costuma ser contada da Pré-História para a Antiguidade Clássica e, daí, atravessa uma antítese – a Idade Média, o tempo das “trevas” – para logo voltar a “evoluir” até a chegada da Civilização Ocidental iluminista e libertária, a síntese hegeliana.

No caso do “marxismo evolucionista vulgar”, segundo as palavras de Benjamin, ainda mira uma inexorável “evolução” no devir, pois haverá um tempo, num futuro ainda não avistado, mas sempre esperado, no qual a humanidade evoluirá tanto que atingirá o tão sonhado igualitarismo, a sociedade sem classes. Além da “evolução” ideológica, essa história também é eurocêntrica, pois sempre começa na barbárie do Oriente e vem “evoluindo” em direção ao Ocidente.

Essa visão da história do progresso começou a ser substituída no início do Século XX pela história como catástrofe, decorrência do colapso da razão. Foi quando emergiu na Alemanha um grupo de pensadores influenciados por Nietzsche, que passou a substituir a história totalizante por algo novo, relacionado à “desformalização” do tempo contínuo.

Destaco quatro deles, por terem as respectivas obras dialogando entre si: Ernest Bloch (1885-1977), autor de *Espírito da Utopia* e *O Princípio*



*Esperança*<sup>102</sup>; Franz Rosenzweig (1886-1929), autor de *Estrela da Redenção*<sup>103</sup>; Walter Benjamin (1892-1940), autor de *Passagens*<sup>104</sup> e das teses “Sobre o Conceito de História”<sup>105</sup>; e Gershom Scholem (1897-1982), autor de *Zohar - O Livro do Esplendor*<sup>106</sup> e de uma vasta obra sobre judaísmo. Eram todos filósofos, místicos e profundamente influenciados pelas tradições judaicas<sup>107</sup>. Também se engajaram no movimento sionista – exceto Benjamin. Rosenzweig e Bloch influenciaram na fundamentação do pensamento de Benjamin. Scholem, por sua vez, era seu amigo e correspondente<sup>108</sup>.

Rosenzweig foi o primeiro a colocar-se em campo oposto a Hegel. Buscou desconstruir o historicismo, a história como continuidade do progresso, a linearidade do tempo, a causalidade histórica. Nietzsche já fazia críticas ao progresso e à história totalizante, a qual detratou por “antiquária”, mas não conseguiu elaborar de forma clara um conceito que superasse Hegel. Rosenzweig, sim. Ele tinha uma perspectiva da História metafísica, apresentando o homem dentro da moralidade. Ele então propõe uma série de categorias semelhantes às da teologia, criando uma nova categoria do tempo, o “instante messiânico”, o “instante trampolim” (de salto, da descontinuidade, do corte da história)<sup>109</sup>.

<sup>102</sup> Ernest Bloch. *O Princípio Esperança*. Trad. Nélio Schneider, Werner Fucks. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

<sup>103</sup> Franz Rosenzweig. *The Star of Redemption*. Trad. William Hallo, University of Notre Dame Press: London, 1985. Não há registros de tradução para o português. Em pesquisas, registra-se a obra de Ricardo Timm de Souza. *Existência em Decisão - Uma Introdução ao Pensamento de Franz Rosenzweig*, São Paulo: Perspectiva, 1999, 148 págs.

<sup>104</sup> Walter Benjamin. *Passagens*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009, 1.167 págs..

<sup>105</sup> In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas – magia e técnica; arte e política; ensaios sobre literatura e história da cultura*. Op. cit. pág. 222 a 232.

<sup>106</sup> Gershom Gerhard Scholem. *Zohar – O Livro do Esplendor*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994, 124 págs. Entre suas obras sobre místicas judaicas, destaque para *Walter Benjamin: a história de uma amizade*. Tradução: Natan Norbert Zins, Geraldo G. Souza e J. Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 2008, 240 págs.

<sup>107</sup> Observa Leandro Konder: “Benjamim precisou da teologia porque constatou que a visão da história trazida, inclusive pelos materialistas históricos, era uma visão que escamoteava o caráter problemático da história que se manifesta nas imagens dialéticas”. Leandro Konder. “[É preciso Teologia para pensar o fim da História?](#)”. In: *Dossiê Walter Benjamin*. São Paulo: *Revista da USP* nº 15, Set-Nov 1992, pág. 37.

<sup>108</sup> Estudiosos da obra benjaminiana, como Michael Löwy, destacam a influência de Rosenzweig e o diálogo com Bloch no pensamento de Benjamin. Scholem, por sua vez, foi amigo e correspondente de Benjamin, como também de Hannah Arendt. Em obra recente: Pierre Bouretz. *Testemunhas do Futuro: Filosofia e Messianismo*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2011, na qual discute a questão do messianismo judaico e da utopia na Europa em destroços no Século XX, ele inclui a relevância de outros pensadores judeus, como Hermann Cohen (1842- 1918), professor de Rosenzweig, Martin Buber (1878- 1965) e Emmanuel Levinas (1906-1995). Não tenho por objetivo discutir esses autores ou o messianismo judaico, mas citei-os apenas com o objetivo de ajudar a compor um contexto histórico sobre a construção do pensamento de Walter Benjamin.

<sup>109</sup> Ver Maria João Cantinho. *Op. cit.* Pág. 98 e 99.

Depois veio Ernest Bloch, um marxista, também com críticas à história como progresso. Para ele, história como progresso falsificava a realidade, pois era racional. E das ruínas da razão histórica, na ideia da falência do progresso, Bloch propõe a *utopia* como categoria histórica. A utopia revolucionária em Bloch é messiânica, mas não religiosa. Não desanda em teologia, mas tenta dialogar com o materialismo histórico. Quando Benjamin leu *Espírito da Utopia*, ficou impressionado. Fascinou-o descobrir as categorias messiânica e utópica na história; depois, criticá-la-ia por suposta resignação com os princípios revolucionários do marxismo. Três décadas mais tarde, em *O Princípio Esperança*, Bloch procurou corrigir seu próprio utopismo resignado da juventude acrescentam uma nova categoria histórica, a *esperança* – esta sim, ancorada na ação política<sup>110</sup>. Em suas derradeiras obras, Hannah Arendt faria considerações críticas ao suposto determinismo evolucionista Bloch<sup>111</sup>.

\* \* \*

O interesse de Benjamin por história aparece muito cedo, em 1914, no texto *Vida de Estudante*<sup>112</sup>. Quando ele vai fazer a tese de doutorado, abandona de vez o tema do messianismo como tarefa infinita da História e passa a pensar numa redenção política a partir do materialismo dialético. Como dito, Rosenzweig e o jovem Bloch falam em redenção no futuro messiânico, ou

<sup>110</sup> Sobre Bloch, ressalvo que em *Espírito da Utopia*, cuja primeira edição foi publicada em 1919, o autor, estava fortemente influenciado pelo messianismo místico dos mestres judeus. Ou seja, pela ideia da utopia como espera no sentido de resignação. Por isso Benjamin, no fragmento “O lógico e o político”, o criticaria pela suposta desconexão com a ação revolucionária. Contudo, o Bloch maduro de *O Princípio Esperança*, obra em três volumes publicados entre 1954 e 1959, era outro. Tanto que, já nas primeiras linhas do Prefácio, tomou o cuidado de registrar: “O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso”. Bloch. *O Princípio Esperança*. Op. cit., pág. 13.

<sup>111</sup> Em conferência no início da década de 1970, Bloch havia sugerido que o movimento de protesto estudantil não estava limitado aos seus objetivos conhecidos, mas abrangeria princípios derivados da “lei natural”. Ele disse que, agindo, os estudantes estavam fazendo uma importante contribuição “à história das revoluções e muito provavelmente para a estrutura das revoluções vindouras”. Em *Crises da República*, Arendt respondeu: “O que Bloch chama de ‘lei natural’ é aquilo que eu me referia quando falei da notável coloração moral do movimento. No entanto eu acrescentaria -- e neste ponto eu não concordo com Bloch -- que alguma coisa parecida acontece com todos os revolucionários. Se você se atém à história das revoluções, verá que nunca foram os próprios oprimidos e degradados que mostraram o caminho, mas aqueles que não eram degradados e oprimidos e não podiam suportar que os outros o fossem. Simplesmente eles estavam envergonhados de admitir seus motivos morais -- e esta vergonha é bem antiga. (...) Sobre a questão da ‘revolução vindoura’, na qual Ernest Bloch acredita e que eu não sei se realmente virá, nem que estrutura terá caso venha, eu gostaria de dizer o seguinte: Há, é verdade, uma vasta série de fenômenos dos quais se pode imediatamente dizer que pertencem, à luz de nossa experiência (...) aos pré-requisitos da revolução -- tais como ameaça de colapso do maquinário do governo, seu solapamento, a perda da confiança no governo por parte da população, a falência dos serviços públicos, e inúmeros outros”. Hannah Arendt. *Crises da República*. Op. cit., pág. 176 e 177.

<sup>112</sup> *Apud*: Maria João Cantinho. *Op. cit.*, pág. 104.

seja, de uma esperança em um mundo melhor, mas sem ação política. Explica Löwy:

A filosofia de Benjamin se apoia em três fontes muito diferentes: o Romantismo alemão, o messianismo judaico e o marxismo. Não se trata de uma combinação ou 'síntese' eclética dessas três perspectivas (aparentemente) incompatíveis, mas da invenção, a partir destas, de uma nova concepção, profundamente original<sup>113</sup>.

Assim, Benjamin veio a propor uma nova categoria no campo da História, a temporalidade messiânica. Ele partiu do instante messiânico proposto por Rosenzweig, a desformalização do tempo, no qual o tempo linear e contínuo será desconstruído. Benjamin diz que a tarefa do historiador seria dar forma ao reino messiânico. A esta altura, já não estava influenciado mais pela metafísica judaica, mas por Nietzsche em suas críticas à História totalizante.

\* \* \*

Benjamin encontrou na obra de Marcel Proust, de quem foi tradutor e leitor obcecado, os fundamentos da compreensão do conceito de *mimesis* (memória). Benjamin observou que Proust, em sua busca pelo tempo perdido<sup>114</sup>, não se propôs a simplesmente revelar suas memórias, nem o acontecido tal qual teria ocorrido. Mas sua proposta foi a de *buscar* analogias e semelhanças entre o passado e o presente, lembrar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora. Concluiu Benjamin, no ensaio "A Imagem de Proust":

O verdadeiro leitor de Proust é constantemente sacudido por pequenos sobressaltos. Nessas metáforas, ele encontra a manifestação do mesmo mimetismo que o havia impressionado antes, como forma da luta pela existência, travada pelo autor nas folhagens da sociedade<sup>115</sup>.

[...]

<sup>113</sup> Löwy. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio*. Op. cit., pág. 17.

<sup>114</sup> Refiro-me à obra-prima de Marcel Proust, *Em Busca do Tempo Perdido*, de sete volumes (1913-1927), que Benjamin traduziu para o alemão.

<sup>115</sup> Benjamin. *Obras Escolhidas*. Op. cit., pág. 43

Pois o acontecido vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois (...) A eternidade que Proust nos faz vislumbrar não é a do tempo infinito, e sim do tempo entrecruzado. Seu verdadeiro interesse é consagrado ao fluxo de tempo sob sua forma mais real, e por isso mesmo mais entrecruzada, que se manifesta com clareza na reminiscência (internamente) e no envelhecimento (externamente)<sup>116</sup>.

O pensador, então, buscou ampliar a visão sobre a *mimesis*. Ele distingue dois momentos principais da atividade mimética: não apenas reconhecer, mas produzir semelhanças. Ou seja, a memória conserva os traços gerais do acontecido, mas a imaginação modifica e amplia. Assim, lembrar não seria apenas reviver o passado, reconstitui-lo tal qual ele foi – ou acredita-se que tenha sido. Mas seria a reconstrução das experiências passadas no tempo presente. É o próprio Benjamin quem explica:

É importante o historiador materialista distinguir, com máximo rigor, a construção de um estado de coisas histórico daquilo que se costuma denominar sua “reconstrução”. A “reconstrução” através da empatia é unidimensional. A “construção” pressupõe “destruição”<sup>117</sup>.

Com a palavra, Gagnebin:

A originalidade da teoria benjaminiana está em supor uma história da capacidade mimética. Em outras palavras, as semelhanças não existem em si, imutáveis e eternas, mas são descobertas e inventariadas pelo conhecimento humano de maneira diferente, de acordo com as épocas. (...) A sua tese principal é que a capacidade mimética humana não desapareceu em proveito de uma maneira de pensar abstrata e racional, mas se refugiou e se concentrou na linguagem e na escrita<sup>118</sup>.

A partir dessa premissa, ele, então, propôs reconstruir a memória como meio de nos relacionarmos com o passado. Um dos pontos nevrálgicos do pensamento benjaminiano está justamente em sua visão teórica original de

---

<sup>116</sup> *Idem*, pág. 45.

<sup>117</sup> Benjamin. *Passagens*. *Op. cit.*, pág. 512.

<sup>118</sup> Jeanne-Marie Gagnebin. “Do Conceito de *Mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin”. In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993. Pág. 98.

conceitos como narrativa e *mimesis*. A memória pode servir como relevante fonte da narrativa histórica. É preciso, contudo, tomar cuidado em não confundir memória com História. Para Benjamin, o registro da memória é mais aberto, aceita os testemunhos e as imagens (e não só a escrita burocrática), aceita inclusive a visão dos vencidos.

O golpe de mestre de Benjamin foi retomar de Aristóteles a questão da rememoração. Ou seja, a memória como processo seletivo de rememoração. É essa a categoria “mágica” com a qual conseguimos nos libertar do tempo linear e dar um salto para o tempo. Rememorar é buscar a experiência pelas correspondências, não pela exatidão.

\* \* \*

Mestre Benjamin foi ainda mais longe em suas observações sobre *mimesis*. Ele propôs utilizar outra instância do tempo, a pensar na história a partir do *tempo-do-agora*. E no *agora*, procurar o *tempo-do-outrora*. Para ele, o *outrora* é um momento do passado, mas não é passado. O *agora* remete para este instante, mas sem a homogeneidade do presente. Quanto ao futuro, ora, para Benjamin, ele existe apenas como uma possibilidade, jamais como uma “inevitabilidade científica”, como o futuro das Filosofias da História. Enfim, a história de Benjamin não é linear, causal, como nas Filosofias da História, mas um tempo saturado de *agoras*.

Para fazer a ligação entre o tempo-do-agora com o tempo-do-outrora, Benjamin propõe o conceito do “lampejo” – ou “relampejo”, como o termo vem sendo usado nas traduções brasileiras. O relampejo tem a ver com momento que a dimensão do tempo se rompe. O instante do salto. Relampejo leva à imagem dialética que faz desintegrar ideia da continuidade, da linearidade e da causalidade.

Benjamin valoriza um sonho como um espaço que lhe permite ascender às reminiscências e, portanto, ao *outrora*. Reminiscências são as recordações, como as lembranças de Proust em sua busca pelo tempo perdido. Relampejos,

por sua vez, são as imagens dialéticas. De acordo com Benjamin, “nos domínios de que tratamos aqui, o conhecimento existe apenas como relampejos. O texto é o trovão que segue ressoando por muito tempo”<sup>119</sup>.

Assim, de acordo com sua proposta, temos que olhar para o passado a partir do *agora*. É o *agora* que vai olhar para o *outrora*, como também para o futuro. É o tempo no qual o historiador encontra-se vivendo e buscando os sentidos da História. E é nesse tempo saturado de *agoras* que surge o relampejo, a passagem “mágica” para o mundo dos sonhos. “O *presente determina no objeto do passado o ponto onde divergem sua história anterior e sua história posterior, a fim de circunscrever seu núcleo*” – explica Benjamin<sup>120</sup>.

Por essa razão, ao reconstruir os acontecimentos do passado, constrói-se o presente. E os rastros do passado no presente podem influir na construção do futuro. Em outras palavras, a História se preocupa com as mudanças, com as temporalidades. E a memória é fundamentalmente uma reconstrução, o entrelaçamento dessas três temporalidades de forma descontínua, de acordo com a proposta de Benjamin. E essa descontinuidade temporal é a memória.

\* \* \*

Para o pensador, como a história não é contínua, linear, sequencial, também é esquecimento. Proust já havia mostrado a Benjamin que a memória é sempre seletiva na construção do passado, e que é também a partir do esquecimento – tema este que já havia sido abordado por Nietzsche – que os fatos abrigados pela memória são reconstruídos. A memória, por sua vez, é reconstruída tanto através do lembrar, como do esquecer.

Vale ressaltar mais uma vez que a História em Benjamin é também política, pois busca restaurar a justiça. Assim, o rememorar de Benjamin significa também rememorar os vencidos, salvá-los do esquecimento. Em Benjamin, rememoração é sempre uma porta de acesso à experiência autêntica, que para ele vem sempre da tradição, da narrativa oral. Na Tese 6

<sup>119</sup> Benjamin. *Passagens. Op. cit.*, pág. 499.

<sup>120</sup> Benjamin. *Passagens. Op. cit.*, pág. 518.

“Sobre o conceito de História”, Benjamin fala do momento da rememoração. Trata-se de um dos trechos mais conhecidos do pensador:

Articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo. Cabe ao materialismo histórico fixar uma imagem do passado, como ela se apresenta, no momento do perigo, ao sujeito histórico, sem que ele tenha consciência disso. O perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento<sup>121</sup>.

Em outras palavras, para Benjamin, o perigo ameaça tanto a tradição quanto o faz a história que só conta o lado dos vencedores, das classes dominantes. A única forma de recuperar a tradição é contar a história dos vencidos. Assim, nem os mortos estarão seguros se o inimigo vencer – porque não serão rememorados. Esse é o inimigo que não tem cessado de vencer. Já no ensaio “O Narrador”, ele é claro quando fala da perda da experiência e da transmissão da tradição dos que vão à guerra e voltam mudos. O choque quebra a experiência.

A tradição judaica guarda um conceito de memória singular, expressado pela palavra *zakhor*. Significa despertai, rememorai – no imperativo<sup>122</sup>. Não se trata da rememoração contida em Baudelaire ou em Proust. Mas um rememorar dentro de um contexto profundamente político, uma categoria ética da tradição judaica, de lutar contra o esquecimento. Tarefa tem conotação de missão, de trabalho missionário, da obrigação de resgatar as gerações passadas através da rememoração. Logo na tese 2, “Sobre o Conceito de História”, Benjamin fala de acordo secreto entre as gerações passadas e as gerações do tempo presente:

(...) Se assim é, existe um encontro secreto, marcado entre as gerações precedentes e a nossa. Alguém na terra está à nossa espera. Nesse caso, como a cada

---

<sup>121</sup> *Idem, ibidem*, pág. 224.

<sup>122</sup> Cantinho, *op. cit.*, 2011, pág. 06.

geração, foi-nos concedida uma frágil força messiânica para a qual o passado dirige um apelo. Esse apelo não pode ser rejeitado impunemente. O materialista histórico sabe disso<sup>123</sup>.

Acordo secreto entre gerações é para Benjamin obrigação de rememorar gerações passadas para as gerações do presente. Tem a ver com ética, obrigação de salvar do esquecimento os que nos antecederam. Tem a ver com o conceito judaico de *zakhor*, rememorar como missão. Segundo Benjamin, o historiador é o que tem a obrigação disso.

Benjamin diz várias vezes em sua obra que é preciso preservar a tradição. Diz isso, por exemplo, em carta a Gershom Scholem, de 1938, no qual comenta que queria retomar a tradição pela teologia<sup>124</sup>. Em sua penúltima tese “Sobre o conceito de História”, a 17, Benjamin defende a exigência de restituir justiça para os que ficaram de fora, os “oprimidos”, segundo suas palavras, ou seja, os pequenos e os vencidos<sup>125</sup>.

\* \* \*

Nesse sentido, a partir do pensamento de Benjamin, entendo que a *memória* é, em síntese, a reconstrução de experiências do passado no tempo presente. Assim, o objetivo desta pesquisa é *buscar* (como Proust) reconstruir as experiências vividas pelos guerrilheiros do Araguaia, suas *memórias*, dentro da mediação do tempo presente<sup>126</sup>. O historiador pode buscar reconstruir essas memórias diretamente nos escritos que os guerrilheiros deixaram, ou trabalhando com a reconstrução das lembranças que os sobreviventes trazem do passado no presente.

Mas sempre atento ao sentido geral dos acontecimentos protagonizados pelos guerrilheiros, sem ter a pretensão de reconstruir os fatos do modo exato

<sup>123</sup> Benjamin: Obras Escolhidas. *Op. cit.*, pág. 223.

<sup>124</sup> Em carta a Gershom Scholem, Walter Benjamin comenta o livro *Kafka*, biografia do escritor (que também era judeu e alemão nascido em Praga), produzida por outro judeu-alemão, Max Brod. A carta foi publicada na íntegra pela: Revista Novos Estudos n° 35. São Paulo: Cebrap, Mar 1993, págs. 100 a 103. A carta encontra-se disponível em meio digital. Última visualização em 17 Nov 2013. [http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/69/20080625\\_carta\\_a\\_gerschom.pdf](http://novosestudos.uol.com.br/v1/files/uploads/contents/69/20080625_carta_a_gerschom.pdf).

<sup>125</sup> Benjamin. Obras Escolhidas. *Op. cit.*, pág. 231.

<sup>126</sup> Em parte da pesquisa, as memórias dos guerrilheiros também serão mediadas pelas lembranças dos camponeses sobreviventes.



como se deram, ou de reproduzir exatamente o que pensavam ou criavam os protagonistas. Parafraseando Benjamin, pesquisar “A Memória dos Guerrilheiros do Araguaia” será um exercício de rememorar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora.

#### **1.4 – A pesquisa**

Iniciei a pesquisa de campo em meados de 2009. O primeiro passo efetivado foi visitar as antigas fontes de informações do mestrado e, ato contínuo, sair em busca de novas fontes que pudessem lançar luzes sobre o novo projeto proposto – a mesma Guerrilha do Araguaia, desta vez, sob a perspectiva dos guerrilheiros. Comecei a visitar guerrilheiros sobreviventes, buscando, através de depoimentos orais, suas memórias sobre o Araguaia, como também os militares que os combateram. Com os militares, fontes antigas ou novas, o objetivo principal era tentar conseguir mais documentos sobre o período. A empreitada, avalio, foi bem sucedida no quesito que concerne à obtenção de documentos.

Consegui, em acervos pessoais de militares, duas séries de documentos novos relevantes para este objeto. Primeiro, quase uma centena de páginas de *corpus* escritos pelos próprios guerrilheiros, como relatórios e cartas enviadas pelos comandantes da guerrilha à direção do PC do B em São Paulo, manifestos à população da região do Araguaia e similares. A segunda série é formada por documentos do PC do B apreendidos em 1976, durante um episódio que ficou historicamente conhecido por “Chacina da Lapa”, quando forças de repressão invadiram uma casa onde a direção do partido promovia uma série reuniões clandestinas de avaliação sobre a experiência na Guerrilha do Araguaia, no bairro da Lapa, São Paulo, apreendendo milhares de páginas de documentos<sup>127</sup>.

---

<sup>127</sup> No segundo semestre de 1976, o Comitê Central e a Executiva do PC do B estava promovendo uma série de reuniões de avaliação sobre os rumos do partido, em um aparelho clandestino no bairro da Lapa,

Obtive, ainda, autorização do Ministro da Defesa para acessar os microfilmes sobre o tema que estavam nos arquivos do extinto Serviço Nacional de Informações, SNI. Encontrei preciosidades, que imprimi para trabalhar nesta pesquisa. Por fim, saí a campo, em prospecção, junto aos acervos públicos sobre o período, como o Arquivo Nacional e da Justiça Militar, atrás de novos documentos. A maior surpresa foi encontrar um rico acervo sobre a guerrilha rural, com dezenas de documentos inéditos, nos arquivos das antigas Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios da Agricultura, da Saúde e das Minas e Energia<sup>128</sup>.

Acabei por triplicar em volume e dar um salto em qualidade nos documentos que havia utilizado durante o mestrado. Possuo um acervo com centenas de fotografias e mapas e mais de 15 mil folhas de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia. Esse acervo foi organizado com o auxílio do Centro de Documentação 25 de Abril, da Universidade de Coimbra. Separei uma pequena fração do acervo para trabalhar nesta pesquisa, menos de 500 páginas, cujos documentos efetivamente utilizados estão listados no Inventário de Fontes. Quanto aos demais documentos, busco doá-los a alguma instituição disposta a disponibilizá-los ao público<sup>129</sup>.

Metodologicamente, para tecer a narrativa, comecei pela seleção e análise dos documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros durante o episódio – manifestos, cartas, diários, letras de canções e poesias. Na

---

zona oeste de São Paulo. Dentre os temas, a experiência da guerrilha rural no Araguaia. Foi quando, a 16 de dezembro de 1976, as forças de repressão invadiram a casa, matando sete pessoas e prendendo outras cinco. Dentre os mortos, dois membros da Executiva Nacional do partido que teriam papel relevante na organização da guerrilha, Pedro Pomar e Ângelo Arroyo.

<sup>128</sup> Abro um parêntese para esclarecer que, durante minhas pesquisas de campo, descobri que ao longo de toda a repressão à Guerrilha do Araguaia, os militares da área de informações buscaram disfarces com os quais pudessem circular livremente pela região sem levantar muitas suspeitas entre os guerrilheiros e os moradores. Assim, houve preferência por disfarces como técnicos do Instituto Nacional de Reforma Agrária, Incra, órgão na época vinculado ao Ministério da Agricultura; disfarces como agentes da chamada “Operação Mata-Mosquitos”, de combate à malária na Amazônia, coordenada pelo Ministério da Saúde; ou como engenheiros e técnicos do Departamento Nacional de Produção Mineral, DNPM, do Ministério das Minas e Energia. Por essa razão, cópias de documentos sobre a Guerrilha do Araguaia terminaram esquecidos nos arquivos confidenciais desses órgãos.

<sup>129</sup> Conforme já esclarecido na Introdução, nota de rodapé nº 29, meu objetivo é que todos os documentos sejam tornados públicos através da internet, pois considero a política de acesso do Arquivo Nacional por demais restritiva. Um país se constrói também pela proteção ao seu patrimônio imaterial. Documentos históricos não apenas devem ser mantidos em suas integralidades, como também disponibilizados em sua totalidade, como fonte primária de pesquisa histórica. O acesso à documentação primária assevera o direito constitucional à informação, constante no Artigo 5º da Constituição.

sequência, selecionei os documentos produzidos pelo PC do B, desde a sua fundação, em 1962, até a “Chacina da Lapa”, em 1976.

Desse conjunto selecionado, o documento que avalei ser o mais relevante foi elaborado pelo comandante-em-chefe Forças Guerrilheiras, Maurício Grabois, codinome Mário, *corpus* que ficou conhecido como o “Diário do Velho Mário”.<sup>130</sup> Esse diário é um documento extremamente rico na descrição das estratégias de luta, no relato dos acontecimentos factuais, desnuda imaginários e a produção de esperanças dos guerrilheiros. É especialmente detalhado na descrição do cotidiano da guerrilha, sua organização, as intempéries de selva, as diversas doenças e a fome, muita fome – assim como as soluções encontradas para os problemas, com receitas de comidas preparadas com caça e coleta, ou de remédios caseiros<sup>131</sup>.

O passo seguinte foi incorporar outros documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros durante a guerrilha, um conjunto de relatórios aos dirigentes do partido, de cartas supostamente dirigidas às famílias<sup>132</sup>, de manifestos e “Comunicados ao Povo”, de canções, poesias e diários pessoais.

Em seu ensaio *Spie* (pistas), Ginzburg, ressalta a relevância do detalhe aparentemente sem importância, de uma palavra ou gesto trivial, que leva o investigador – quer seja ele detetive, um médico em busca dos sintomas, ou um historiador — a fazer importantes descobertas.<sup>133</sup> O conjunto de diários, canções e poesias produzidas pelos guerrilheiros, são exemplos desses detalhes que ficaram para trás. Permitem ao historiador a emergência da subjetividade, uma tradução sensível da realidade de homens de uma determinada época, da reconstrução de ideias, emoções, temores ou desejos.

Na sequência, analisei narrativas e documentos produzidos pelos guerrilheiros sobreviventes após a guerrilha, sendo o mais conhecido o “Relatório Arroyo”, redigido em 1976, em São Paulo, por Ângelo Arroyo, que

---

<sup>130</sup> Como já dito, cópia datilografada desse documento, com 185 páginas, se encontra nos arquivos secretos do Centro de Inteligência do Exército, CIE, em Brasília. Obtive uma cópia durante a pesquisa para a dissertação de Mestrado e utilizei alguns poucos trechos naquele trabalho.

<sup>131</sup> O cotidiano da guerrilha está tratado com destaque nesta pesquisa, no Capítulo 4, Construção do Grupo, item Cotidiano de Esperanças.

<sup>132</sup> A maior parte assinadas pelo guerrilheiro Osvaldo Orlando Costa, o *Osvaldão*.

<sup>133</sup> Maria Lúcia Pallares-Burke. *As Muitas Faces da História*. São Paulo, Unesp, pág. 271.

fora vice-comandante das Forças Guerrilheiras do Araguaia<sup>134</sup>. Depois, incorporei documentos produzidos pelos militares sobre temas pertinentes a esse objeto, como relatórios de informações sobre o cotidiano da guerrilha, ou os depoimentos prestados por guerrilheiros quando prisioneiros. Por fim, incorporei livros e documentos públicos.

Clifford Geertz explica que os documentos históricos, as fontes escritas, fixam uma interpretação. Os textos antropológicos, o autor escreve, são eles mesmos interpretações – e no caso, de segunda e terceira mão. Só o nativo faz uma interpretação de primeira mão, pois o texto (ou documento) foi construído de acordo com a sua própria cultura. Boa parte dos documentos utilizados na pesquisa não passa de fragmentos históricos. Faltam páginas, ou são meras páginas velhas e soltas, ou não têm assinatura. Contudo, podem ser analisados como fragmentos de ossos ou de cerâmica encontrados numa caverna – e precisando de um arqueólogo para interpretar seus sentidos<sup>135</sup>.

O que fazer com eles? Como lembra Geertz, diante desses papéis, um historiador só conseguiria fazer uma interpretação de segunda ou terceira mão. Foi preciso buscar os “nativos” capazes de interpretá-los segundo sua própria cultura. No caso, os “nativos” são os sobreviventes do Araguaia, tanto os guerrilheiros, quanto os camponeses e os militares. Desta forma, torna-se necessário incorporar à narrativa histórica também as fontes orais.

\* \* \*

Dos 79 guerrilheiros do Araguaia, 20 sobreviveram e há 12 ainda vivos. Colhi depoimentos de nove deles, em entrevistas livres e sem roteiros prévios, mas sempre buscando compreender melhor a guerrilha através de suas lembranças sobre fatos por eles testemunhados, ou a compreensão das representações e do imaginário social daquele tempo. De três ex-guerrilheiros, utilizei as narrativas que prestaram a outros pesquisadores, abrindo espaço

---

<sup>134</sup> Até a presente data, este é o documento-referência do Partido Comunista do Brasil para reconstituir a guerrilha, posto que o “Diário do Velho Mário” ainda não foi publicado.

<sup>135</sup> Para a tarefa de me ajudar a organizar parte do acervo documental, especialmente aqueles produzidos pelos guerrilheiros, contei com a pesquisadora em História Anna Paula Silva.

nesta pesquisa para as vozes de 12 sobreviventes<sup>136</sup>. Ao trazerem as lembranças do passado para o presente, os sobreviventes, como sujeitos individuais, estão fazendo a reconstrução da memória dos guerrilheiros do Araguaia, neste caso, sujeito coletivo.

Importante ressaltar que 10 dos 12 sobreviventes saíram da guerrilha antes dos combates começarem, ou foram presos assim que os militares chegaram à região. Assim, só podem reconstruir memórias a respeito de acontecimentos relativos aos preparativos da guerrilha e ao cotidiano dos primeiros tempos na selva. Somente dois guerrilheiros permaneceram na área durante os combates, João Carlos Wisnesky e Micheas Gomes Almeida.

No caso dos guerrilheiros do Araguaia desaparecidos, alguns deles deixaram suas memórias gravadas em uma documentação escrita – e ainda inédita em quase sua totalidade. Mas também está presente no imaginário dos moradores da região, com quem conviveram por oito anos consecutivos; no imaginário dos militares que os combateram; como também nas lembranças de seus familiares e entes queridos que deixaram para trás nas cidades.

Para tentar reconstruir a memória dos guerrilheiros, trabalhei com documentos escritos, fotografias, diários, poemas e, também, com a história oral. Tanto com os sobreviventes quanto com os moradores da região que conviveram de perto com a guerrilha. No decorrer de 16 viagens à região do Araguaia, consegui localizar e entrevistar *in loco* 67 camponeses; na maior parte, antigos guias a serviço dos militares.

Os moradores da região foram incorporados a esta pesquisa não apenas como fontes, mas também como protagonistas. Afinal, os guerrilheiros tinham por objetivo estratégico firmar alianças com eles para, na hora certa e de comum acordo, iniciarem juntos um movimento revolucionário que partiria do

---

<sup>136</sup> Para esta pesquisa, entrevistei: Dagoberto Costa; Danilo Carneiro; João Carlos Wisnesky; João Amazonas; José Genoíno Neto; Lúcia Regina de Sousa Martins; Luzia Reis Ribeiro; Micheas Gomes de Almeida; Pedro Albuquerque Neto; Regilena da Silva Carvalho e Tereza Cristina Albuquerque. Esclareço que obtive autorização prévia de todos eles para fazer uso das entrevistas. Mais que isso, depois de escrito, envei os respectivos trechos da tese para a revisão dos entrevistados. Todas as considerações dos entrevistados foram incorporadas. Também entrevistei João Amazonas, em 2002, como jornalista, antes de falecer; e Criméia Almeida, para a pesquisa de mestrado. Relevante ainda informar que foi Criméia quem fez a revisão final do meu livro *A Lei da Selva*, op. cit.

campo para a conquista das cidades. Ademais, resguardam em suas lembranças detalhes impressionantes sobre os mais diversos episódios envolvendo a Guerrilha do Araguaia – sem dúvida o fato histórico e político mais marcante de suas vidas. São eles os únicos que estiveram na região antes, durante e depois da guerrilha. São testemunhas privilegiadas, enfim.

Desta forma, foi através das lembranças que os camponeses resguardam que foi possível complementar a memória da guerrilha. Por fim, e ainda para a tessitura da trama, incorporei as narrativas orais de alguns militares<sup>137</sup> que ajudaram a esclarecer episódios específicos, de familiares dos desaparecidos, como também de familiares, nove no total<sup>138</sup>.

\* \* \*

Edgar Morin questiona o conhecimento racional e fechado na construção do conhecimento científico. Em verdade, ele desconstrói epistemologicamente o pensamento racional para apresentar, ao mesmo tempo, uma nova ciência dentro dos chamados “parâmetros da incerteza”. Para Morin, o conhecimento é multifacetado, fragmentado, multidimensional<sup>139</sup>. Castoriadis, por sua vez, igualmente busca resgatar o papel da subjetividade na Ciência. Em *O Mundo Fragmentado*<sup>140</sup>, ele parte do princípio de que o sujeito humano é fragmentado, tem várias dimensões, mas ele está num constante fazer-se.

O argumento é que o sujeito humano é reflexivo, como o sujeito de Freud. Mas para Castoriadis, o sujeito é também coletivo. O sujeito fragmentado de Castoriadis está inserido naquilo que ele define por “imaginário social”. O sujeito humano, por sua vez, é uma criação histórica. Portanto, para Castoriadis, há uma relação constante entre o sujeito humano e o objeto

<sup>137</sup> Esclareço que 26 militares contribuíram com minhas pesquisas de mestrado, “O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia”. Para esta pesquisa, revisei 11 deles e incorporei outros 13. Seus respectivos depoimentos orais não fazem parte do corpo central desta pesquisa. Contudo, auxiliam no esclarecimento episódios específicos, dentro do chão da História.

<sup>138</sup> A relação completa dos familiares e dos camponeses encontra-se elencados no Inventário de Fontes.

<sup>139</sup> Edgar Morin. *A Religião dos Saberes – O desafio do século XXI*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 2ª ed., pág. 489.

<sup>140</sup> Cornelius Castoriadis. *O mundo fragmentado: As encruzilhadas do labirinto*; Vol. 3. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

histórico, um diálogo no qual um constrói o outro. Enfim, o autor valoriza a vontade do sujeito de fazer história.

Ao tecer a narrativa sobre “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia”, busquei valorizar os muitos sujeitos humanos, tanto guerrilheiros, quanto camponeses e militares, e suas respectivas vontades de fazer história – como disse Castoriadis<sup>141</sup>. Morin sugere a metodologia de trabalhar a partir do fragmentado para chegar às relações mais amplas<sup>142</sup>. Partir dos sujeitos e buscar reconstruir seu processo individual de transformação em um grupo de guerrilheiros, passando por suas relações políticas e cotidianas com os moradores da região, até suas respectivas mortes. Não tenho a pretensão de reconstruir lembranças de cada um, mas tão somente buscar delinear uma memória coletiva.

Trabalho os guerrilheiros como grupo, partindo dos indivíduos, pedras de um mosaico, para buscar os sentidos da História dentro daquilo que Hegel chamaria de “Espírito do Araguaia”, Benjamin de “fenômeno originário” e Norbert Elias por *anima collectiva*, ou mentalidade grupal<sup>143</sup>. Decidi dar destaque individual a 25 dos 79 guerrilheiros, amostra de um terço do total.

Evitei tecer a trama seguindo o tempo linear, procurando uma tecitura com circularidade. Assim, inicio a narrativa pelo final, quando a guerrilha é dizimada, para na sequência dar um salto no tempo a fim de apresentar o contexto histórico e político daquele período e, ato contínuo, abordar a formação das identidades dos guerrilheiros, depois a formação do grupo, e assim por diante – até chegar de volta à luta armada. Com essa opção, pretendo demarcar que a luta armada não foi homogênea. Ao contrário, foram muitas lutas distintas, com diferentes estratégias e protagonistas, dentro de um mesmo episódio histórico.

---

<sup>141</sup> Castoriadis parte do princípio de que o sujeito humano é fragmentado, tem várias dimensões, mas ele está num constante fazer-se. Castoriadis. *O mundo fragmentado*, op. cit.

<sup>142</sup> Edgar Morin. *O Método, Volume 3. Op. cit.*

<sup>143</sup> Norbert Elias. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994, pág. 16.

Isto posto, em suma, o objetivo desta pesquisa é o de buscar tecer uma narrativa sobre os guerrilheiros do Araguaia resgatando suas memórias, conjurando fontes orais e escritas, documentos e fotografias, invocando mitos e canções, cartas, diários e poesias, navegando por mares nunca d'antes navegados – buscando inspiração naquele Benjamin inspirado em Proust e Baudelaire. Assim, busquei escutar narrativas orais de guerrilheiros sobreviventes e de camponeses, enfim, espectadores privilegiados e repletos de reminiscências épicas ou trágicas que pudessem ajudar na intermediação da narrativa, tal como os tradicionais contadores de histórias invocados por Benjamin em seu ensaio sobre Nicolai Leskov<sup>144</sup>.

---

<sup>144</sup> Walter Benjamin. “O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In Walter Benjamin. *Obras Escolhidas*. Vol. I. *Op. Cit.*, pág. 197.



## **Capítulo 2**

### **OS SILENCIADOS DO ARAGUAIA<sup>145</sup>**

Este capítulo tem por objetivo narrar e analisar as pesquisas realizadas sobre o período da Guerrilha do Araguaia no qual não restaram sobreviventes. Trata-se da Terceira Campanha da luta, na qual os militares recrutaram camponeses para guiá-los no combate aos guerrilheiros, extirpando por completo o movimento. Dos 59 guerrilheiros desaparecidos do Araguaia, 41 morreram justamente nesse período.

Assim, através de narrativas orais dos camponeses, busquei rememorar os guerrilheiros silenciados, narrando seus últimos momentos de luta, nos quais emergiram um turbilhão de emoções distintas, como o medo da morte, a luta pela vida, as convicções políticas e esperança de vitória. Emergiu, sobretudo, a vontade de fazer História.

#### **2.1 – A barbárie como escolha**

No momento em que teço estas linhas, em novembro de 2013, completam-se exatos 40 anos que seis jovens de origens distintas, cada qual acalentando suas próprias esperanças, encontraram-se em uma encruzilhada remota de algum lugar das selvas amazônicas. Na trama grega, as tragédias costumam ter início em uma encruzilhada. Como aquele entroncamento de três estradas no qual Édipo, por obra do Acaso, se encontra com o rei Laio e o

---

<sup>145</sup> Esclareço, preliminarmente, que para a tecitura deste capítulo, inspirei-me mais uma vez no professor Boaventura de Sousa Santos. Em sua tese de doutorado em Sociologia do Direito, “Notas sobre a história jurídico-social de Pasárgada” (1973), pela universidade de Yale, Boaventura buscou inovar ao incluir sua experiência pessoal entre os moradores de uma favela do Rio de Janeiro. Relatou sentimentos, emoções e até a relação com as namoradas que arranhou em suas pesquisas sociológicas. Publicou uma tese díptica. Nas páginas à esquerda, narrou a experiência pessoal. Nas páginas à direita, publicou a análise teórica. Procurou sintonizar a narrativa pessoal com a análise acadêmica. Nas páginas deste capítulo, procuro entremear a narrativa sobre a reconstrução dos acontecimentos do outrora com explicações sobre as pesquisas e as fontes orais do agora.

mata depois de uma discussão banal, sem saber que era seu próprio pai<sup>146</sup>. No caso em questão, objeto desta pesquisa, a encruzilhada fica na Grotta do Cristal, uma pequena fonte de água onde três trilhas na floresta se encontram, localizada a 200 metros do rio Sororozinho, bem no epicentro da região onde as Forças Guerrilheiras do Araguaia e o Exército brasileiro se enfrentaram por três anos consecutivos.

Foi nessa tríplice encruzilhada que o Acaso<sup>147</sup> colocou três guerrilheiros e três camponeses frente a frente, em fatídico encontro que definiria o desfecho daquela luta. O sol a pino indicava que era meio-dia de 26 de novembro de 1973 quando o primeiro grupo chegou à grotta. O líder (dos camponeses) chamava-se Sinésio Bringel, um pequeno posseiro, tropeiro e dono de bodega, casado, três filhos, tinha 38 anos na ocasião<sup>148</sup>. A seu lado, Iomar Galego, 33 anos, casado, cinco filhos, caçador e posseiro de uma roça de subsistência<sup>149</sup>. Por fim, Raimundinho Cacaúba, também casado, três filhos, 35 anos, posseiro e caçador<sup>150</sup>.

\* \* \*

Quatro dias antes de chegarem à encruzilhada na Grotta do Cristal, estavam todos presos numa base do Exército, eles e suas famílias. O Exército havia retornado ao Araguaia pela terceira vez, mas até então os resultados eram pífios. Havia matado uma guerrilheira 40 dias antes<sup>151</sup>. Desde então, o único embate em toda a região fora uma emboscada dos guerrilheiros, na qual um soldado saíra ferido. Por essa razão, os militares decidiram fazer uma experiência. A nova tática: recrutar camponeses para a luta armada.

<sup>146</sup> Refiro-me ao clássico *Édipo Rei*, obra do poeta e dramaturgo Sófocles (496 A.C - 406 A.C.), também autor de *Antígona*, outra referência da tragédia grega. Sófocles. *Édipo Rei*. Trad. Geir Campos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

<sup>147</sup> Uso o termo Acaso no sentido aristotélico, como consequência de uma probabilidade possível dentro de um contexto maior, base do que mais tarde a Filosofia estudaria como Teoria das Probabilidades.

<sup>148</sup> Sinésio Martins Ribeiro, falecido em 2013, aos 78 anos. Na época da guerrilha, era conhecido como Sinésio Bringel, corruptela de Berinjela. Depois que casou, adotou o sobrenome da mulher, Ribeiro.

<sup>149</sup> Iomar Ribeiro da Silva era “dono” de uma gleba de terra chamada São Raimundo, a 50 quilômetros da cidade de São Geraldo, PA, bem no epicentro da Guerrilha do Araguaia. Ao chegarem à região, os militares se apossaram de uma área de Iomar para instalar a Base Militar de São Raimundo. Hoje essa gleba se chama Fazenda São Sebastião. Uma das irmãs de Iomar, a Maria Galega, era na ocasião casada com Sinésio.

<sup>150</sup> Raimundo Clarindo do Nascimento, falecido em maio de 2012, aos 74 anos, assassinado a golpes de machado na cabeça, dois meses depois de prestar depoimento a esta pesquisa.

<sup>151</sup> Trata-se de Lúcia Maria de Souza (codinome Sônia). Registro que, desde a chegada dos militares, em março de 1972, 17 guerrilheiros haviam tombado, em três diferentes campanhas militares. Lúcia fora a 18ª a morrer.

Sinésio, que estava preso, foi o primeiro a receber a proposta. Seria solto se ajudasse o Exército a caçar os “terroristas”. E, se bem sucedido, ainda ganharia um prêmio em dinheiro. Sinésio aceitou. Raimundo Cacaúba prontificou-se a ir junto. Foram então buscar Iomar Galego, considerado um dos três melhores rastreadores de toda a região, capaz de perceber os indícios de caça (ou de humano) com até seis dias na estação das chuvas e de três dias em tempos de seca.

Os três foram levados diante de um militar, alguém importante, um chefe – recordam-se eles – pois tinha cerca de 40 anos, mandava nos demais soldados e era chamado de “doutor”. Naquele momento da luta, os militares só andavam com roupas civis, ou seja, “descaracterizados”, e portavam identidades falsas, “codinomes”. Os oficiais usavam o qualificativo de “doutor” para demarcar a hierarquia. Sargentos, cabos e soldados usavam codinomes simples. O oficial que os convocou para dar as instruções era chamado de “Doutor César”<sup>152</sup>.

“Me tragam um bico de papagaio”, determinou o oficial, enquanto afiava a mão direita aberta no próprio pescoço, de orelha a orelha.

Com aquele sinal, os três camponeses compreenderam que o “doutor” exigia cabeças. Receberam ração para missão de oito dias. No segundo dia, encontraram rastros humanos. No quarto, chegaram à Grota do Cristal. Cogitaram tomar banho na bacia de água que formava a fonte. Desistiram, muito perigoso. Foi então que escutaram um som, leve e sutil.

“Até pensei que fosse o barulho de um beija-flor” – relata Iomar.

Na dúvida, armaram tocaia, cada um deles atrás de uma árvore. Naquele tempo havia milhões de árvores majestosas, salpicadas na mata espessa que se espalhava pelas duas margens do rio Araguaia em direção ao

---

<sup>152</sup> Major do Exército José Brant Teixeira, segundo descobri em minhas pesquisas. Membro do CIE, foi um dos mais atuantes oficiais de operações do Exército, tanto da guerrilha urbana, quanto da rural. Era especialista em recrutamento de informantes. Circulou entre artistas do Rio de Janeiro, quando solteiro, chegando a namorar atrizes que eram militantes do PCB. No Araguaia, participou da Operação Sucuri, como um dos coordenadores em Brasília, e da Operação Marajoara (Terceira Campanha), como um dos coordenadores de campo do CIE. Teria recrutado para a área de inteligência o capitão Sebastião Rodrigues de Moura, que mais tarde adotaria como codinome o apelido de infância, Curió. Foi chefe direto de Curió tanto na Operação Sucuri quanto na Marajoara. No presente, é coronel da reserva e mora em Brasília.

infinito – hoje é uma devastação só em forma de pastos. Em poucos minutos, três guerrilheiros começaram a adentrar na Grota do Cristal por uma das três trilhas que desaguam naquela encruzilhada.

O guerrilheiro Ari (foto) vinha na vanguarda, abrindo caminho. Sua identidade, antes de chegar ao Araguaia, era Arildo Airton Valadão, um capixaba de Cachoeiro do Itapemirim. Era estudante de Física da Universidade

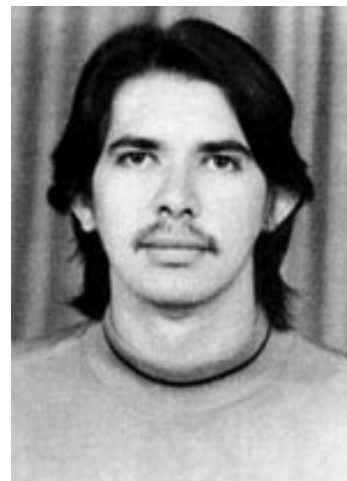


Federal do Rio de Janeiro e líder estudantil. No Araguaia, passou a ser vice-comandante do Destacamento C das Forças Guerrilheiras. Tinha então 25 anos.

No meio, vinha Jonas, codinome adotado pelo camponês Josias Gonçalves quando, 11 meses antes, aos 17 anos, encantara-se com as pregações revolucionárias e aderira à guerrilha<sup>153</sup>.

Fechando a retaguarda, Raul (foto), membro do Grupamento de Saúde do Destacamento B da guerrilha. Nascido Antônio Theodoro de Castro, cearense de Itapipoca, era estudante de Bioquímica e de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro até chegar ao Araguaia. Em novembro de 1973, tinha 28 anos<sup>154</sup>.

Caminhavam pelas matas para uma grande reunião das Forças Guerrilheiras do Araguaia. Seria a primeira desde que o Exército retornara pela terceira vez à região dois meses antes, nos primeiros dias de outubro de 1973. O objetivo era discutir a estratégia de combate. Ou decidir pela fuga enquanto



<sup>153</sup> Está vivo até a presente data. Trabalha como pequeno agricultor na mesma região onde foi recrutado para a guerrilha, nas proximidades da Fazenda Fortaleza. Foi uma das fontes da reconstrução desse episódio, ao lado dos camponeses Sinésio Bringel, Iomar Galego e Raimundo Cacaúba.

<sup>154</sup> A história pessoal de Theodoro antes de aderir à guerrilha está contada adiante, no capítulo 4, “Processo Identitário”.

ainda era possível. Um grupo de guerrilheiros já se encontrava acampado ali perto, a cerca de 150 metros da grotta, quando o Acaso colocou os três guerrilheiros frente-a-frente com os três camponeses.

O vice-comandante Ari notou a tocaia. Parou e apontou sua arma para Sinésio. Não deu tempo de atirar. Iomar acertou-lhe um tiro no peito com sua espingarda de caça. Rápido, Jonas caiu na mata, encontrou uma moita, e por lá se manteve escondido, a tudo assistindo. Raul correu morro acima em direção ao ponto marcado para a reunião dos companheiros. Sinésio atirou em Raul. A bala acertou o prato de metal escondido no bernal que carregava às costas. Escapou. Escutou-se então o som do grupo de mais de 30 guerrilheiros correndo na direção oposta aos tiros.

Ari estava estirado no chão quando os três camponeses se aproximaram. Foi Sinésio quem mandou que cortassem sua cabeça. Raimundinho não teve coragem. Iomar prontificou-se ao serviço.

Ari ainda estava vivo quando o facão (cego) serrou-lhe o pescoço. As pernas estrebucharam<sup>155</sup>.

\* \* \*

Os britânicos criaram dois termos semelhantes, *story* e *history*, para distinguir ficção e realidade. Um seria uma estória que se conta. Outro, uma história que se constrói. Para Paul Ricœur, entretanto, mais do que um preciosismo linguístico, tal distinção seria um erro epistemológico. Afinal, os britânicos ousaram esquecer aquilo que os antigos sempre souberam: que História e ficção emergem da mesma matriz, a memória – embora guardem distinções quanto ao método e, principalmente, quanto ao objetivo<sup>156</sup>. Ricœur também lembra que os historiadores, tais quais os narradores orais medievais, tecem uma trama de acordo com a sua visão pessoal do que venha a ser a realidade e os fatos<sup>157</sup>. Ao fazer a defesa da narrativa para a tecitura da

<sup>155</sup> Três das quatro fontes (Sinésio, Iomar e Raimundo) relatam esse detalhe macabro: que Ari ainda estava vivo quando o facão cego serrou-lhe o pescoço.

<sup>156</sup> Ricœur. *Tempo e Narrativa*, *op. cit.* pág. 213 e 214.

<sup>157</sup> Ricœur argumenta: “O que é uma história que se conta (*story*)? E o que é ‘seguir’ uma história? (...) Vê-se que esse esboço da noção de história (*story*) não está longe daquilo que chamamos acima de tessitura da intriga”. *Idem*, pág. 214.

história, Ricœur aconselha que o historiador busque rebaixar a pretensão explicativa e eleve a capacidade narrativa<sup>158</sup>.

Assim, esclareço que a trama sobre os fatos ocorridos naquela encruzilhada da floresta foi construída de acordo com as visões pessoais dos três camponeses sobreviventes – Sinésio, Iomar e Raimundo – sobre o que teria sido a “realidade” por eles vivenciada e exposta em narrativas orais a esta pesquisa. Entre 2009 e 2012, realizei quatro entrevistas orais com Sinésio Bringel, quatro com Iomar Galego e uma com Raimundo Cacaúba. Cheguei a viajar com os três, separadamente, na busca da reconstituição de episódios da guerrilha, dentre eles, este que aqui narro<sup>159</sup>.

Eles estão aqui tratados como protagonistas, de acordo com as interpretações de Benjamin e dos *Annales* sobre a necessidade de valorizar os anônimos, os pequenos, os perdedores e até mesmo os anti-heróis. Até aquele momento, aqueles três eram apenas isso: pequenos posseiros, tropeiros, caçadores, pais de família, que viviam em uma região com total ausência dos serviços do Estado. Enfim, esquecidos.

\* \* \*

Kierkegaard lembra que nossas vidas são determinadas por ações e estas, por sua vez, são determinadas por escolhas exclusivamente humanas. Assim, a cada instante da vida, a cada ato, o homem vê-se diante de uma encruzilhada sobre qual caminho seguir. Segundo Kierkegaard, somos livres para fazer nossas opções morais e são essas escolhas que determinam nossa História. Assim, torna-se “imprescindível encontrar o sentido da própria existência, porque a vida é feita de instantes e cada instante é decisivo”<sup>160</sup>.

Quando o Dr. César mandou que lhe trouxessem um “bico de papagaio” – e afiou a mão no próprio pescoço, de orelha a orelha – os três camponeses poderiam ter interpretado o gesto do militar como se fosse uma metáfora. Mas escolheram não fazer interpretações. E naquele momento histórico, quando o Exército ocupava todos os pontos estratégicos do Araguaia, os guerrilheiros

<sup>158</sup> *Idem*, pág. 242.

<sup>159</sup> No próximo item deste capítulo, 2.2 – “Acessando Lembranças”, detalhamento dessas entrevistas.

<sup>160</sup> Sören Kierkegaard. *O Conceito de Angústia*. Lisboa: Editorial Presença, 1972, pág. 36.

mantinham-se escondidos; e os camponeses, por sua vez, estavam totalmente acuados (havia mais de 500 chefes de famílias da região presos nas bases militares, boa parte com suas mulheres e filhos), pareceu mais seguro para aqueles homens simplórios, analfabetos<sup>161</sup>, escolher pela decapitação do “terrorista” abatido.

Assim, os três saíram da Base Militar de São Raimundo conscientes do que deveriam fazer: cortar uma cabeça qualquer e entregá-la aos militares. Contudo, até aquele instante, nenhuma cabeça havia sido retirada do corpo. Essa escolha moral acabaria por se mostrar o momento mais decisivo para o desfecho da guerrilha.

“Nossas famílias estavam presas e o Dr. César nos mandou trazer o bico do papagaio. Então nós tinha (sic) que levar uma cabeça pra ele” – justifica Sinésio no tempo do agora, enquanto rememora os acontecimentos do outrora. E Iomar, sem demonstrar culpas ou arrependimentos, acrescenta: “Eles eram terroristas. Insetos!”.

\* \* \*

Com o corpo de Ari inerte no chão, houve uma breve discussão entre os camponeses sobre qual deles levaria o “bico do papagaio” até a base militar. O chefe Sinésio decidiu com a sabedoria do rei Salomão. Como Iomar já havia acertado o tiro, caberia a Raimundinho levar o troféu. Iomar, de acordo com seu relato, pegou a cabeça, amarrou um cipó nas orelhas e a socou no bernal de lona do próprio Ari. O corpo permaneceu insepulto na área encharcada da grotta.

Raimundinho carregou-a por 30 quilômetros pelas trilhas na mata. Chegaram à base de São Raimundo às 14 horas do dia seguinte. A cabeça já fedia muito. Ganharam 500 cruzeiros pelo serviço. Sinésio guarda nas lembranças cada detalhe daquele episódio. Inclusive as cifras. Ele comprou uma novilha, matou, carneou e vendeu os pedaços aos próprios militares. Triplicou assim o valor da recompensa, 1.500 cruzeiros no total. Dava para

---

<sup>161</sup> Sinésio, como comerciante, sabia fazer contas de cabeça e conseguia tecer pequenas anotações. Iomar e Raimundo eram analfabetos.

cada um dos três guias fazer a feira do mês. “Sobrou uma mixaria” para nós, conta Sinésio.

Ainda de acordo com as lembranças do camponês, o mesmo Dr. César que havia encomendado um “bico de papagaio” chamou seus subordinados para uma reunião.

“Vamos soltar todo mundo, porque sem o apoio dos moradores da região nós não vamos ganhar essa guerra nunca”, teria dito, segundo as lembranças de Sinésio.

“Eles soltaram todo mundo. Os mais velhos foram embora para casa e os mais novos todos serviram de guias. Então o povo dizia: É Deus no Céu e Sinésio na Terra” – relata o camponês, que jamais se arrependeu de sua escolha. Ao contrário. Orgulha-se dela.

## 2.2 – As diferentes fases da guerrilha

Desde abril de 1972, os militares estavam na região. Há consenso entre os dois lados envolvidos, PC do B e Forças Armadas, em dividir a guerrilha em três fases distintas. Primeiro enviaram um punhado de recrutas de Belém, garotos entre 18 e 19 anos, 125 no total, comandados por tenentes temporários – enfim, um grupo de “conscritos bisonhos”, nas palavras de Jacob Gorender<sup>162</sup> - com a missão de investigar “atividades subversivas” no sul do Pará<sup>163</sup>. Foram embora em 40 dias, deixando o saldo de nove guerrilheiros presos<sup>164</sup>, um soldado morto<sup>165</sup> e um camponês que teria cometido suicídio na prisão<sup>166</sup>.

<sup>162</sup> Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1999.

<sup>163</sup> O comando operacional dessa missão foi entregue ao chefe do Estado-Maior da 8ª RM, coronel Alair de Almeida Pitta. Citado em: Studart. *A Lei da Selva*, op. cit., pág. 111 a 117; e também no documento CIE: “Relatório Sumário de Operações – Operação Peixe (Confidencial)”, 10 de maio 1972. Contudo, a maior parte dos oficiais que cumpriram missões na mata, eram tenentes temporários, universitários cumprindo o serviço militar obrigatório, os chamados CPOR (sigla de Centro de Preparação de Oficiais da Reserva), à testa de recrutas também cumprindo o serviço militar obrigatório.

<sup>164</sup> São eles, pela ordem das prisões: Danilo Carneiro (codinome Nilo), Eduardo José Teixeira Monteiro, Rioco Kayano, Dower Moraes Cavalcanti (Domingos), José Genoíno Neto (Geraldo), Dagoberto Alves Costa (Miguel), Glênio Fernandes de Sá (Mário), Luzia Reis Ribeiro (Lúcia), Regilena da Silva Carvalho (Lena). Eduardo Monteiro e Rioco Kayano foram presos antes de conseguirem entrar para o grupo guerrilheiro, não chegando, portanto, a receber codinomes no Araguaia.

<sup>165</sup> O cabo Odílio Cruz Rosa, abatido em combate pelos guerrilheiros, sendo a primeira vítima do conflito.



A partir de então, exatos 23 soldados profissionais da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro seriam deslocados para o Araguaia, a fim de reprimir os guerrilheiros<sup>167</sup>. Ficaram na região entre maio e setembro de 1972, quando quatro guerrilheiros seriam mortos<sup>168</sup>, mas nenhum foi aprisionado. Os guerrilheiros batizaram esse período de Primeira Campanha<sup>169</sup>.

Em setembro, chegaram ao Araguaia nada menos que 3.250 militares das três Forças Armadas, egressos de quartéis de nove estados<sup>170</sup>. Realizaram a grande manobra anual conjunta, dessa vez em cenário real, quando mais oito guerrilheiros seriam mortos<sup>171</sup> - e nenhum guerrilheiro seria feito prisioneiro. Os guerrilheiros batizaram esse período de Segunda Campanha, ou Manobrão<sup>172</sup>. Os militares foram embora 20 dias depois de chegarem, conforme o previsto no

---

<sup>166</sup> O barqueiro Lourival Moura Paulino, preso e morto nas dependências da Delegacia de Xambioá, após um interrogatório conduzido pelo delegado Carlos Teixeira Marra, sargento da Polícia Militar do Pará. No laudo oficial, Lourival teria cometido suicídio. Em *A Lei da Selva, op. cit.*, dedico o Capítulo 3, “A Primeira Campanha”, para descrever esse período.

<sup>167</sup> Comandados pelo major Thaumaturgo Sotero Vaz, do Grupo de Operações Especiais da Brigada de Paraquedistas do Rio de Janeiro. Foi enviado no início de maio de 1972 para resgatar o corpo do cabo Rosa. Com a retirada dos recrutas da 8ª RM de Belém, passou a comandar todas as operações do Araguaia, buscando guerrilheiros. Além de seus homens, 23 no total, incluindo o comandante, Thaumaturgo recebeu apoio logístico de cerca de outros 100 militares de Goiânia e de Brasília, que ficaram estacionados na Base Militar de Xambioá, em Goiás. Mas apenas os paraquedistas, tropas federais, tinham permissão legal para entrar nas matas do sul do Pará a fim de combater os guerrilheiros. As tropas de apoio da 3ª Brigada de Infantaria ficavam estacionadas em Xambioá. O major Thaumaturgo permaneceu na região até setembro de 1972. Mais tarde, seria promovido a general.

<sup>168</sup> Em ordem cronológica: Bergson Farias Gurjão, codinome Jorge; Maria Lúcia Petit, a Maria; Kleber Lemos da Silva, o Carlito; e Idalísio Soares Aranha Filho, codinome Aparício. Detalhes adiante, no Capítulo 8, “A Luta na Floresta”.

<sup>169</sup> É o nome que está registrado no “Relatório Arroyo” e, portanto, que vem sendo utilizado há 40 anos. Para os militares, contudo, foram três operações distintas, Operação Peixe, desencadeada pelas tropas da 8ª Região Militar, de Belém; Operação Ouriço, das equipes de inteligência da Brigada de Infantaria de Brasília em conjunto com agentes do Centro de Informações do Exército, CIE, que correu de forma paralela e independente da primeira; e, por fim, a Operação Presença, no qual o governo federal enviou tropas de paraquedistas do Rio de Janeiro e, ao mesmo tempo, médicos, dentistas, agentes de saúde (para combater a malária) e agrimensores (para demarcar terras), enfim, agentes do Estado para dar assistência social às populações do Araguaia.

<sup>170</sup> O comando-geral da operação foi entregue ao general-de-divisão Olavo Viana Moog, Comandante Militar do Planalto, em Brasília e o comando operacional na área, por sua vez, foi entregue a seu subordinado, o general-de-brigada Antônio Bandeira, comandante da 3ª Brigada de Infantaria, sediada em Brasília. Mais detalhes no Capítulo 7, item 7.6 – “A grande manobra”.

<sup>171</sup> Em ordem cronológica: Miguel Pereira dos Santos, codinome Cazuza; Francisco Manoel Chaves, Zé Francisco, ou Preto Chaves; José Toledo de Oliveira, Vítor; Antônio Carlos Monteiro Teixeira, Antônio da Dina; Helenira Rezende de Nazareth, Fátima Preta; João Carlos Haas Sobrinho, Dr. Juca; Manoel José Nurchis, Gil; e Ciro Flávio Salazar de Oliveira, Flávio. Ressalto que também morreram dois militares e um camponês que lhes servia de guia.

<sup>172</sup> Tanto o “Relatório Arroyo” quanto o “Diário do Velho Mário” registram esses nomes. Para os militares, contudo, foi a chamada Operação Papagaio. Ver detalhes em: Studart. *A Lei da Selva. Op.cit.*, Capítulo 4, “Segunda Campanha”.

planejamento da manobra. Os guerrilheiros, por sua vez, celebraram a vitória<sup>173</sup>.

Depois disso, a guerrilha atravessou um ano sem combates com os militares, entre outubro de 1972 e outubro de 1973. Os guerrilheiros batizaram esse tempo de Período de Trégua, no qual tomaram conta do território<sup>174</sup>.

Até esse ponto, a historiografia é rica em fontes e no desvelar dos fatos. Há cerca de 3 mil documentos militares disponíveis sobre essas duas campanhas e as circunstâncias das mortes dos guerrilheiros – 12 até então – estão relativamente esclarecidas<sup>175</sup>.

Em outubro de 1973, os militares retornariam à região do Araguaia pela terceira e última vez. Chegaram com armas leves, roupas civis e identidades falsas, e com uma nova estratégia – a da guerra de *partisans*, ou seja, combater os guerrilheiros com táticas de guerrilheiros. Chegaram, sobretudo, com a ordem expressa de não fazer prisioneiros<sup>176</sup>. Outra inovação é que, pela primeira vez, os militares não estavam vinculados a uma tropa regular. Mas o comando da operação passou a ser do Centro de Informações do Exército, CIE<sup>177</sup>.

---

<sup>173</sup> Maurício Grabois, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, registrou em seu diário que “é possível afirmar que os nossos combatentes realizaram uma grande façanha. É certo que tivemos baixas, mas o inimigo não nos pôde liquidar e teve também suas perdas”. In: Grabois. “Diário do Velho Mário”, anotação de 10 Out 1972. Ele também chegou a redigir uma carta à população local, o “Comunicado n°2”, no qual informa que “a campanha montada pela ditadura redundou em fracasso”, pois “os soldados revelam medo” e o Exército “viu-se impotente diante da tática de Guerrilhas usada pelos revolucionários armados”. In: [carta] 20 out. 1972, Araguaia. 1f. Forças Guerrilheiras do Araguaia – Comunicado n° 2.

<sup>174</sup> Os militares, por sua vez, estavam deflagrando uma ação de inteligência, a Operação Sucuri, na qual infiltraram 35 agentes do CIE entre os moradores da região do Araguaia com o objetivo de mapear os guerrilheiros. Ver: Studart, *idem*, Capítulo 5, “A Guerra Invisível”, e Capítulo 6, “A Era dos Extremos”.

<sup>175</sup> Praticamente toda a historiografia referente ao Araguaia, incluindo livros e pesquisas acadêmicas, refere-se a esse período. Entre as exceções, a obra de Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia, op. cit.*, e minha obra *A Lei da Selva*. Também praticamente toda a documentação revelada até a presente data refere-se a esses três períodos, a Primeira Campanha, a Segunda Campanha e o Período de Trégua. Da Terceira Campanha, até a presente data, só apareceram dois fragmentos de documentos. Um deles, obtido por Taís Morais; o outro, obtido por mim junto ao acervo pessoal de um militar, documento este que foi utilizado nesta pesquisa.

<sup>176</sup> A decisão teria sido tomada, em conjunto, pelo presidente Emílio Médici e pelo ministro do Exército, general Orlando Geisel. Em: Studart. *A Lei da Selva*. Op. Cit., detalho essa decisão no item “Quem deu a ordem?”.

<sup>177</sup> O CIE estava na ocasião sob o comando do general Milton Tavares, um dos próceres da chamada “linha dura”. Mas logo ele passaria o bastão de comando para o general Confúcio de Paula Avelino. Entretanto, a coordenação dessa terceira investida do Exército no Araguaia coube ao tenente-coronel Carlos Sérgio Torres, chefe da Seção de Operações do CIE em Brasília. Contudo, o comando direto das operações na região coube a dois oficiais distintos, que tinham o cargo de Chefe do Estado Maior da Operação Marajoara. Entre outubro de dezembro de 1973, o chefe na área foi o tenente-coronel Wilson

Para os guerrilheiros, foi a Terceira Campanha<sup>178</sup>. Mais quatro morreriam logo nos primeiros dias, em episódios registrados pelo “Relatório Arroyo” e/ou pelo “Diário do Velho Mário”<sup>179</sup>. Enfim, a historiografia já havia registrado a morte e suas circunstâncias de 18 guerrilheiros. Ari foi o 19º - e o primeiro a ser tragado pelas fissuras da Histórias, segundo o conceito de Benjamin.

\* \* \*

Ao longo desse período de quase dois anos, exatos 20 meses de combate, apenas um ato de barbárie havia ocorrido: a guerrilheira Maria fora enterrada viva. Era professora primária em Vila Nova Cachoeirinha, zona norte da capital paulista. Nascida em Agudos, São Paulo, entrou para o movimento



estudantil ainda adolescente. Tinha dois irmãos mais velhos, Lúcio e Jaime, que já militavam no PC do B. Um dia, ambos foram convocados à revolução. A caçula seguiu atrás. Adotou o codinome Maria.

Em uma manhã ensolarada de junho de 1972, Maria (foto) caminhava despreocupada por uma trilha na mata quando o Acaso a colocou diante do gatilho aflito de um jagunço<sup>180</sup>. Foi enterrada em cova rasa,

---

Brandi Romão, que duas décadas mais tarde seria nomeado diretor-geral da Polícia Federal pelo presidente Itamar Franco. No Araguaia, usava o codinome de Dr. Zico. De seu período na coordenação, restam nove guerrilheiros desaparecidos. A participação de Wilson Romão na repressão à guerrilha foi revelada por Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio, op. cit.*, pág. 137; mas suas exatas funções como coordenador-geral, como o detalhamento das práticas, foram reveladas por Studart. *A Lei da Selva, op. cit.*, págs. 228-229. O segundo chefe das operações na área foi o tenente-coronel Flávio Demarco. No Araguaia, usava o codinome de Tio Caco. De seu período na coordenação-geral, restam 32 guerrilheiros mortos ou desaparecidos. Cerca de 25 deles teriam sido presos e depois executados. Seu nome e funções foram revelados por Studart. *A Lei da Selva, op. cit.*, págs. 228-229 e 255-260. Esta pesquisa avançou no detalhamento da cadeia de comando. Ver: Anexo III – Militares no Araguaia.

<sup>178</sup> Também registrada com essa nomenclatura no Relatório Arroyo e no Diário do Velho Mário. Taís Moraes e Eumano Silva, em *Operação Araguaia*, op. cit. revelaram que os militares batizaram essa fase com o nome de Operação Majoroara. Em *A Lei da Selva, op. cit.*, por sua vez, revelo detalhes inéditos da Marajoara, como a formação das tropas, a cadeia de comando, o nome de seus comandantes, o *modus operandi* e a execução de prisioneiros por duas equipes de operações de inteligência, a Zebra e a Jibóia.

<sup>179</sup> São eles: André Grabois, o Zé Carlos; João Gualberto Calatroni, Zebão, Divino Ferreira de Souza, Nunes, além do camponês Antônio Alfredo Campos, que havia aderido à guerrilha. Esses quatro morreram em um único combate. Logo depois, em outro episódio, morreu a guerrilheira Lúcia Maria de Souza, a Sônia. Registro ainda que, em agosto de 1973, durante o chamado Período de Trégua, os próprios companheiros teriam julgado e executado o guerrilheiro Rosalindo Cruz Souza, o Mundico, episódio que será narrado adiante.

<sup>180</sup> Trata-se de Júlio Santana, que na ocasião estava servindo de guia do Exército. Ao fim da Guerrilha do Araguaia, tornar-se-ia um dos mais requisitados matadores de aluguel da região. Virou personagem-título

com um saco plástico na cabeça. Ainda conseguiria levantar um braço para fora da terra e abrir a mão em direção ao céu. Tinha 22 anos, mas aparência de adolescente<sup>181</sup>.

Mas os camaradas de luta jamais souberam das circunstâncias da morte da jovem Maria. Por isso, esse episódio, macabro e chocante no tempo do agora, no tempo do outrora não teve relevância para a guerrilha. Aliás, para os próprios guerrilheiros, todas as 18 mortes anteriores à de Ari teriam sido épicas, com os guerrilheiros, de armas em punho, atirando, lutando como bravos revolucionários contra um Exército fardado, organizado e muito superior em homens, recursos e armas.

Ademais, todas as 18 mortes anteriores foram registradas pelos próprios guerrilheiros<sup>182</sup>, como também em documentos militares já tornados públicos, reportagens e livros. As narrativas tanto de Arroyo quanto de Grabois têm conotações de epopeia, tendendo a apresentar os guerrilheiros, todos eles, como heróis que tombaram em lutas épicas, tal qual os personagens de *A Odisseia*, de Homero<sup>183</sup>. A partir da morte de Arildo Valadão, a 19ª morte, nenhum outro episódio fatal ficou registrado em quaisquer documentos, criando, assim, uma grande fissura para 41 guerrilheiros desaparecidos<sup>184</sup>.

Ressalte-se que até a decapitação de Ari, a 26 de novembro de 1973, as Forças Armadas vinham combatendo segundo as Leis da Guerra e de acordo com as Convenções de Genebra<sup>185</sup>. A barbárie contra a jovem Maria fora uma

---

de um livro no qual confessa ter matado mais de 450 pessoas, dentre eles, Maria Lúcia Petit da Silva. In: Klester Cavalcanti. *O Nome da Morte*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

<sup>181</sup> Este episódio macabro não está registrado em documento ou livro algum. Júlio Santana chega a revelar no livro que matou Maria Lúcia, contudo, sem detalhes. O fato de ter sido enterrada viva foi desvelado durante esta pesquisa, a partir da narrativa oral de um militar – depois confirmado por outros militares. A morte de Maria Lúcia Petit está narrada adiante, no Capítulo 8, “A Luta na Floresta”, com o detalhamento dos fatos e fontes.

<sup>182</sup> Ou no “Relatório Arroyo”, ou no “Diário do Velho Mário”, ou em ambos os documentos, como já dito.

<sup>183</sup> Adiante, estão narrados os episódios que resultaram nessas mortes, com as respectivas narrativas de Arroyo ou de Grabois.

<sup>184</sup> Eis a principal razão para que eu inicie esta narrativa justamente pelas ausências.

<sup>185</sup> Essa é a hipótese central da minha pesquisa de Mestrado, publicada em livro, *A Lei da Selva*, *op. cit.* Qual seja, a de que os militares chegaram ao Araguaia combatendo segundo as Leis da Guerra e em consonância com as Convenções de Genebra. Em determinado momento, a partir da Terceira Campanha, deflagrada em outubro de 1973, passaram a combater segundo a “lei da selva”, cometendo atos de exceção e violações dos Direitos Humanos, como a tortura e a execução sumária de prisioneiros. Tanto que a quase totalidade dos guerrilheiros mortos ao longo de 1972 tombaram em combate na mata, armados e atirando, e depois foram quase todos enterrados em cemitérios públicos. Maria Lúcia Petit, por exemplo, foi exumada de sua cova rasa na mata, assim que os militares souberam do caso, e depois

exceção, cometida por jagunços privados – ainda que estivessem a serviço do Estado. Alguns guerrilheiros também tiveram suas mãos decepadas pelas tropas oficiais e levadas às bases militares para posterior identificação, por impressão digital. Mas já estavam mortos quando suas mãos foram separadas dos punhos, todos eles mortos em combate na mata.

Depois que a cabeça de Ari foi entregue na Base de São Raimundo, nos dias subsequentes, os militares divulgaram entre os moradores da região uma espécie de tabela de preços pelas cabeças dos guerrilheiros. Osvaldão e Dina eram os mais valiosos. Valiam 5 mil cruzeiros se apanhados vivos, e 10 mil cruzeiros se mortos. Com 5 mil cruzeiros, dava para comprar 10 vacas, ou um sítio de 20 hectares na região. Com 10 mil cruzeiros, dava para comprar um Fusca, o automóvel mais vendido na ocasião. Os comandantes Mário e Joaquim, por sua vez, valiam um pouco menos – 3 mil cruzeiros vivos, ou 5 mil cruzeiros mortos. Quantos aos demais, valiam entre 1 mil e 3 mil cruzeiros cada, independente de vivos ou mortos<sup>186</sup>.

Portanto, a morte de Ari é um ponto de inflexão histórica. Primeiro, representou a terceirização da luta, o fato de o Estado ter recrutado camponeses, transformando pacatos trabalhadores e pais de família em matadores de aluguel. Significou, sobretudo, a oficialização da barbárie pelo Estado constituído.

### 2.3 – O Mundo como valor supremo

Na percepção de Walter Benjamin, a História e a memória caminham juntas. Mais que isso, para ele, “a memória é a mais épica de todas as faculdades”, pois: *“Somente uma memória abrangente permite à poesia épica apropriar-se do curso das coisas, por um lado, e resignar-se, por outro lado,*

---

enterrada no Cemitério de Xambioá, onde seu corpo foi encontrado, em 1991, e depois entregue à família. Hoje ela descança em um cemitério de Bauru, SP.

<sup>186</sup> As decapitações foram reveladas por Romualdo Pessoa Campos Filho *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Op. cit.; e detalhadas por Studart. *A Lei da Selva*. Op. Cit., inclusive com as primeiras informações sobre as tabelas de preços, a partir de narrativas orais de militares. Esta pesquisa avança mais um pouco no detalhamento da tabela de preços, a partir de narrativas orais de camponeses, como Sinésio Bringel e Iomar Galego.

*com o desaparecimento dessas coisas, com o poder da morte*<sup>187</sup>”. Para aqueles três homens simplórios, os acontecimentos acima narrados soam épicos em suas lembranças, o que houve de mais significativo em suas vidas. Para os guerrilheiros, entretanto, significou o que pode haver de mais trágico.

Desde que teve início a Terceira Campanha, no início de outubro de 1973, os guerrilheiros vinham tentando tomar a iniciativa da luta. Chegaram a discutir oito diferentes emboscadas, mas somente uma seria efetivada. “Foi mais uma topada, não chegou a ser uma emboscada”, relata Josias Gonçalves, que na ocasião era o guerrilheiro Jonas. Foi marcada uma reunião geral dos guerrilheiros para discutir novas estratégias de luta.

Justo quando se deslocavam para essa reunião, três guerrilheiros topam por acaso com três camponeses armados numa encruzilhada perdida em algum lugar da floresta amazônica. Avisados por Raul, que sobreviveu à emboscada, os guerrilheiros voltariam à Grota do Cristal na manhã do dia seguinte. Seriam 22 os guerrilheiros nesse grupo<sup>188</sup>. Encontraram o corpo do camarada Ari estirado na mata.



Osvaldão, que estava à testa do grupo, teria sido o primeiro a avistá-lo. Nascido Osvaldo Orlando Costa, era um gigante de ébano, negro retinto, da cor de jabuticaba madura, com 1m98 de altura e carisma contagiante. Fora operário, tenente do Exército, depois estudante de Engenharia de Minas. Fizera treinamento em guerrilha na Academia Militar de Pequim. Osvaldo fora o primeiro militante político a chegar ao Araguaia, ainda em 1966, com a missão de se integrar aos camponeses.

<sup>187</sup> Benjamin. “O Narrador”, op. cit., pág. 210.

<sup>188</sup> Chama a atenção a exatidão de datas e números que restam nas lembranças dos camponeses que testemunharam ou protagonizaram episódios no Araguaia. No caso do número em questão, três camponeses relataram, em entrevistas separadas, que eram 22 os guerrilheiros presentes para a reunião do dia 27 de novembro de 1973. São eles: Sinésio Bringel, Cícero Pereira Gomes, o Cícero Venâncio, todos ex-guias do Exército, além de Josias Gonçalves.

Osvaldão (foto) era o mais conhecido dentre todos os guerrilheiros, o mais temido entre os militares – e ao mesmo tempo o mais amado entre os moradores da região. Era emotivo, temperamental, irascível<sup>189</sup>. Tinha uma característica singular que chamava a atenção dos camponeses. Quando muito contrariado, quando diante de uma forte emoção, ele uivava. Era um som alto, rouco, gutural – tal qual o de um lobisomem, segundo resta no imaginário da população da região.

Assim que se viu diante do corpo do camarada Ari, Osvaldo uivou. Depois, começou a chorar. A guerrilheira Áurea<sup>190</sup>, por sua vez, caiu imediatamente em prantos. Ela e Ari haviam se conhecido nos tempos do movimento estudantil. Casaram-se e foram juntos para o Araguaia. Foi tamanho o trauma ao avistar o companheiro decapitado que, segundo o imaginário popular, a partir daquele instante, Áurea teria virado homem<sup>191</sup>.

A vice-comandante Dina desabou no chão. Sentada, escondeu o rosto entre os joelhos. Teria ficado assim, rosto escondido, quase em posição fetal, por uns longos dez minutos, de acordo com informações coletadas nesta pesquisa. Para os guerrilheiros, Dina desabar era um fato relevante. Nascida Dinalva Conceição Teixeira, baiana, geóloga por profissão, chegara ao Araguaia em 1970, aos 24 anos. Trabalhou como parteira, abriu uma farmácia, fundou uma escola. Personalidade forte, líder por vocação, falava muito (e alto) em suas pregações revolucionárias. Chegou militante de base; logo seria promovida a vice-comandante, com a função de comissária política do partido junto às Forças Guerrilheiras. Como Osvaldão, Dina acabaria por se transformar num dos mitos Araguaia.

Assim, de acordo com a reconstrução do episódio a partir de narrativas orais, cada qual dos 22 presentes comoveu-se à sua própria maneira diante do corpo (sem cabeça) do camarada Ari. Pelo menos quatro dos guerrilheiros

---

<sup>189</sup> Segundo constatei nas pesquisas de campo, a partir de narrativas orais de camponeses que conviveram de perto com ele. Adiante, no Capítulo 4, há uma descrição da vida de Osvaldão antes e durante a guerrilha, incluindo cartas de sua autoria, na qual ele expõe seu temperamento e imaginário.

<sup>190</sup> Áurea Elisa Pereira Valadão.

<sup>191</sup> Ou seja, não teria mais menstruado. Quatro fontes camponesas relatam a mesma história de que Áurea teria “virado homem”, dentre elas, Sinésio e Iomar.

presentes, mais tarde aprisionados, relatariam esse episódio aos militares<sup>192</sup>. Estava junto ao grupo um jovem camponês, Manoelinho<sup>193</sup>, que também reconstituiria o episódio em detalhes para alguns moradores do Araguaia<sup>194</sup>. Assim, depois daqueles instantes iniciais de comoção, os guerrilheiros teriam decidido enterrar o corpo do camarada Ari ao pé de um jatobá. Antes de deitá-lo à terra, Osvaldão tomou a palavra:

“Olhem bem para este companheiro aqui. Prestem bem atenção ao que aconteceu com ele, porque a partir de agora todos nós vamos passar por esse processo”<sup>195</sup>.

\* \* \*

Abro um interstício para tomar como referência a obra *A condição humana*, de Hannah Arendt, na qual ela lembra que uma das consequências do advento do cristianismo foi a ascensão de “Vida como Bem Supremo”<sup>196</sup>, em

<sup>192</sup> Pela ordem das prisões: Tobias Pereira Jr., codinome Josias; Daniel Ribeiro Calado, o Daniel; Cilon Cunha Brum, o Simão; Áurea Elisa e Batista, um camponês que aderiu a guerrilha e foi preso junto com Áurea. Esclareço que cerca de 30 guerrilheiros caíram prisioneiros dos militares, conforme será relatado adiante. Mas nenhum depoimento de guerrilheiro teria sido tomado a termo, ou seja, transposto para documentos oficiais. Mas apenas guardados em anotações pessoais ou nas lembranças dos militares que os interrogaram. Alguns desses prisioneiros ficaram muito tempo nas bases militares antes de serem executados, como Josias (três meses) e Dina (três semanas). Antes de desaparecerem, muitos prisioneiros chegaram a conversar também com camponeses que serviram de guias do Exército, como foi o caso de Iomar Galego. Assim, busquei reconstituir alguns dos episódios da guerrilha, como este ora relatado, através das lembranças de militares que interrogaram ou de ex-guias que conversaram com os guerrilheiros aprisionados.

<sup>193</sup> Trata-se de Manoel Pereira Marinho, um camponês então com 16 anos, que andava com Osvaldão. Foi Sinésio Martins Ribeiro quem revelou a esta pesquisa, em depoimento oral, que Manoelinho estaria no grupo que encontrou o corpo de Arildo Valadão. O nome de Manoel encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo*: “16 anos, camponês. Passou a caminhar com os guerrilheiros pela mata. Desaparecido em setembro de 1973, no Araguaia”. Fonte: Ana Carneiro e Marta Ciocari. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos; Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dezembro 2011. Contudo, a advogada Mercês Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Theodoro Castro, o Raul, junto com seu marido, Jadiel Camelo, encontraram Manoelinho vivo, em Serra Pelada, em maio de 2012.

<sup>194</sup> Dentre eles Sinésio, que morou por muitos anos na cidade de Palestina, às margens do Araguaia, perto da casa do pai de Manoelinho. Foram nessas conversas entre vizinhos que Manoelinho relatou em detalhes os fatos que teriam ocorrido quando os guerrilheiros chegaram ao corpo decapitado de Ari.

<sup>195</sup> Além de Sinésio, outros camponeses também relataram a esta pesquisa eventos muito similares, entre eles Cícero Pereira Gomes, o Cícero Venâncio, e Jacó Gaoiso Soares da Silva. Assim, por conta dessa confluência de relatos similares advindos de diferentes fontes, tudo leva a crer que o episódio tenha de fato ocorrido. Optei por narrá-lo a partir das lembranças de Manoel Pereira Marinho, único sobrevivente, relatadas tanto a Sinésio quanto ao casal Mercês Castro e Jadiel Camelo, que o encontraram em Serra Pelada, conforme dito na nota de rodapé anterior. A partir do relato primário de Manoelinho, Sinésio e Mercês recontaram as palavras de Osvaldão de forma praticamente idênticas, incluindo a frase “vamos passar por esse processo”. Iomar Galego também reconstitui as palavras de Osvaldão se forma muito similar, incluindo o termo “processo”. A fonte de Iomar, por sua vez, é o guerrilheiro Tobias Pereira Jr., com quem conversou muitas vezes durante os três meses em que foi mantido prisioneiro na Base Militar de Xambioá, como já dito.

<sup>196</sup> O capítulo 44 da obra leva o título de “A Vida como Bem Supremo”. Hannah Arendt. *A condição humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed., 2007, págs 326 a 333.



substituição ao “Mundo” como valor fundamental da antiguidade greco-romana. Nessas sociedades clássicas, o principal valor eram os atos heroicos e históricos, tal qual o mito de Aquiles, que almejava a imortalidade por meio de suas ações no mundo.

De acordo com esse clássico sistema de representações e de valores, que a pensadora define como o da “Vida como corpo político”, não havia muito espaço para o indivíduo, o Ser<sup>197</sup>. A tal ponto que Platão nutria claro desprezo pelos escravos, “menosprezado porque servia apenas às necessidades da vida e se submetia ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço”<sup>198</sup>. A vida individual era considerada um bem menor, a tal ponto que o suicídio – como o de Sócrates e o de Sêneca<sup>199</sup> - era considerado um gesto nobre de quem deseja abandonar a vida atribulada.

Tomás de Aquino fundamentou a premissa de que o dever maior do homem é manter-se vivo. Assim, o suicídio passou a ser visto como um crime pior do que o homicídio – herança do judaísmo, lembra Arendt – a tal ponto que o enterro cristão é permitido ao assassino, mas não ao suicida. “A era moderna continuou a operar sob a premissa de que a Vida, e não o mundo, é o Bem Supremo do homem”, conclui Arendt. “Pois o que importa hoje não é a imortalidade da vida, mas o fato de que a Vida é o Bem Supremo”<sup>200</sup>.

\* \* \*

---

<sup>197</sup> Arendt lembra que os maiores representantes da moderna filosofia da vida são Marx, Nietzsche e Bergson, “na medida em que os três equacionaram a Vida ao Ser”. Então cita Kierkegaard, considerado o precursor do existencialismo tão em voga na segunda metade do Século XX, lembrando que o mesmo teria dado início a uma espécie de “rebelião dos filósofos contra a Filosofia”, rebelião que “parece à primeira vista dar ênfase à ação e não à contemplação”. Arendt, *idem*, pág. 326.

<sup>198</sup> *Idem*, pág. 329.

<sup>199</sup> O pensador grego, como registra uma das mais conhecidas obras de Platão, *A Morte de Sócrates*, condenado pela Igreja, teve a opção de fugir, mas optou por cumprir a sentença tomando cicuta, com a maior serenidade e altivez. Cinco séculos depois o filósofo romano Marcus Sêneca repete o ato de Sócrates. Nero, de quem Sêneca fora preceptor, estava num surto de paranoia, mandando jogar aos leões todos os adversários e condenando ao suicídio os supostos descontentes. Acabou incluindo o mestre Sêneca em sua lista negra. Um dia um centurião chega à casa do filósofo com ordens do imperador para que se matasse. Ele tinha 69 anos e uma obra longa e acabada. Resigna-se de que chegara seu grande momento. A leal esposa pede para ir junto. Ele concorda, mas o centurião lhe amarra os pulsos – não queria uma mártir. Sêneca corta as veias dos tornozelos e atrás dos joelhos. Estava demorando muito a sangria. Então ele teve a ideia de pedir cicuta e repetir o ato de dignidade protagonizado por Sócrates.

<sup>200</sup> Arendt. *A Condição Humana*. Op. cit., pág. 332.

Será que esse dilema sobre o Bem Supremo tomou conta dos guerrilheiros naquele momento trágico no qual eles estavam diante do corpo do camarada Ari? E agora, a Vida ou o Mundo? A preservação do indivíduo ou a manutenção da luta armada? Em outras palavras, qual seria a nova estratégia da guerrilha: recuar pela vida, ou lutar até a morte?

Desde que o Exército retornara pela terceira vez à região, dois meses antes, eles estavam praticamente sem iniciativa de luta, segundo desvela a pesquisa. Os “apoios” e “elementos de massa” – era assim que chamavam os moradores da região – estavam presos e suas respectivas roças haviam sido queimadas<sup>201</sup>. Os guerrilheiros estavam também sem qualquer ponto de apoio do partido nas cidades, sem rotas de abastecimento, isolados na floresta, famintos, doentes, sem munição. A Vida ou o Mundo?

Mas não houve qualquer debate, segundo os dados coletados. Logo após o enterro de Ari, Osvaldão tomou mais uma vez a palavra e decidiu sozinho o dilema. Anunciou que ele, Osvaldo, não iria recuar. Lembrou que estava lá para “lutar pelo sonho de um país igualitário”, e que sempre esteve disposto até mesmo a morrer lutando por este sonho. Osvaldão, então, anunciou que iria “lutar até o fim”. E quem estivesse disposto a dar a vida pelo sonho, então que ficasse ao seu lado<sup>202</sup>. Ou seja, anunciou que optara pela Vida como corpo político – tomo aqui emprestado a expressão de Arendt – ainda que a consequência fosse a morte. Mas, pelo menos, seria uma morte com dignidade.

Foi então que ele teria pronunciado uma frase que, mais tarde, mostrar-se-ia desastrosa. Disse Osvaldo que queria a companhia dos “mais corajosos e

---

<sup>201</sup> Informações coletadas nos depoimentos orais mostram que o mesmo dilema entre a Vida ou o Mundo, guardadas as devidas proporções e graus de elaboração, também tomou conta dos três camponeses que dias antes haviam aceitado prestar o serviço de caçar e decapitar guerrilheiros, segundo expuseram em suas narrativas orais. Fizeram suas escolhas. Aproveito para lembrar que muitos outros camponeses também escolheram pela Vida, contudo, sem que fosse necessário se prestarem a servir os militares como guias. Pedro Ferreira dos Reis, o Pedro Onça, por exemplo, escolheu resistir a dois dias de tortura para que desse tempo dos guerrilheiros amigos fugirem. Só depois revelou a posição dos guerrilheiros. José Maria Alves, o Zeca do Jorge, pediu para servir como cozinheiro na base militar para que não tivesse que servir de guia das tropas na mata. Enfim, como lembra Kierkegaard, nossas vidas são determinadas por ações e estas, por sua vez, são determinadas por escolhas exclusivamente humanas. E ambos, dentre muitos outros, escolheram a Vida como Valor Supremo.

<sup>202</sup> Fontes: ver notas 23 a 26.

preparados”<sup>203</sup>. Teria dito isso: que não queria todos os guerrilheiros ali presentes, mas apenas os “mais corajosos e preparados”. Teria então apontado o dedo apenas para oito deles, os escolhidos, os “Eleitos”, os únicos que poderiam segui-lo. Quanto aos demais, Osvaldão aconselhou-os a se dispersarem em pequenos grupos. E que descobrissem um jeito de escaparem vivos do Araguaia<sup>204</sup>. Em outras palavras, Osvaldo apontou alguns “eleitos”, que morreriam com glória. Aos demais, a conhecida palavra-de-ordem: “Salve-se quem puder”.

## 2.4 – Um instante decisivo

Stefan Zweig certa feita escreveu cinco ensaios sobre conhecidos episódios, os quais ele chama de “miniaturas da História”, e os reuniu em livro batizado de *Momentos Decisivos da Humanidade*<sup>205</sup>. Inspirando-se nas tragédias gregas – tramas nos quais o homem tenta controlar o próprio Destino, mas acaba por ser abalroado pelo Acaso em alguma encruzilhada da vida<sup>206</sup> - Zweig defende a ideia da existência de alguns episódios, como a derrota de Napoleão em Waterloo, que pelo que carregam de simbólico, de trágico ou de épico, teriam a força capaz de sintetizar uma época, ou até mesmo de determinar o destino da humanidade:

A História, como a natureza, tem inúmeras e infinitas formas. (...) Certas vezes brilha como as águas torrenciais

---

<sup>203</sup> De acordo com a reconstrução desta pesquisa a partir de narrativas orais dos camponeses. Fontes: ver nota anterior.

<sup>204</sup> Idem.

<sup>205</sup> Stefan Zweig, *Momentos Decisivos da Humanidade*. Trad. Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1934. Historiador, biógrafo, romancista e dramaturgo, Zweig (1881-1942) foi um dos mais influentes intelectuais europeus (e dos mais vendidos) a partir da década de 1920. Sua trajetória pessoal, em muito, lembra a de Benjamin. Ambos judeus, contemporâneos, suicidaram-se deprimidos com a expansão da barbárie nazista. No caso de Zweig, matou-se enquanto no exílio em Petrópolis, Brasil.

<sup>206</sup> O trágico grego costuma ter como protagonista um homem que tenta controlar o próprio Destino, aqui grafado em maiúscula, mas acaba tragado por algo maior. Sobre o Destino e o Acaso no épico grego, destaco dois ensaios do helenista Eudoro de Sousa: “Mito e dialéctica em Platão”, *in*: Eudoro de Sousa, *Dionísio em Creta e outros ensaios*. Introd. António Telmo. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 2004, págs. 221 a 232; e “Origem da poesia e da mitologia no drama ritual”, *in*: Origem da Poesia e da Mitologia e outros ensaios dispersos. Org. Joaquim Domingues. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000, págs. 67 a 96.

que seguem o seu fatal curso, e num redemoinho, arrebatam os acontecimentos ao capricho desordenado do vento. Outras vezes, vai estatificando as épocas com a imensa paciência dos largos processos de cristalização e, logo, num único relâmpago, comprime dramaticamente as camadas contíguas e, sempre criadora, nesses momentos de síntese genial, revela-se artista, pois, apesar de milhões de energias moverem-se no nosso mundo, esses fugazes instantes explosivos dão uma forma dramática<sup>207</sup>.

Ao longo de oito anos, desde que o primeiro militante do PC do B chegou à região do Araguaia, em 1966, até o instante da morte da última guerrilheira, em 1974<sup>208</sup>, ocorreram inúmeros episódios dignos de registro para a História. E houve também um processo histórico, que obviamente teve início antes do primeiro militante chegar, e prosseguiu depois da última guerrilheira falecer. Contudo, tomo emprestado de Zweig o conceito de “miniatura da História” para ressaltar que este episódio acima narrado, determinante, tomado de significados, sintetiza todo o épico e o trágico contido no objeto. Um instante tão fugaz quanto explosivo, diria Zweig. Dramático.

Com aquele discurso, tal qual o de um profeta que aponta o caminho da esperança, Osvaldão puxava a si a responsabilidade sobre o movimento. Dentro do PC do B, ele era apenas um jovem militante de base quando chegou ao Araguaia. Na hierarquia das Forças Guerrilheiras, ele era o comandante do Destacamento B, chefe guerrilheiro de outros 20 camaradas. Acima dele na hierarquia havia a Comissão Militar, formada por seis pessoas, tendo à testa o camarada Mário, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, e o vice-comandante Joaquim<sup>209</sup>.

Mas raros eram os moradores locais daquele tempo que ouviram falar de Mário ou de Joaquim – e continuam sem saber quem são, segundo pude constatar na pesquisa de campo. Mesmo porque, por questão de segurança para todo o grupo, os dois comandantes tinham por dever levar um cotidiano discreto, reclusos na floresta, com o menor contato possível com o mundo

---

<sup>207</sup> Idem, pág. 7 e 8.

<sup>208</sup> O primeiro a chegar foi Osvaldo Orlando Costa, em meados de 1966; a última a morrer foi Walkíria Afonso Costa, em outubro de 1974, protagonistas que serão apresentados em episódios específicos que serão abordados adiante, ao longo da narrativa.

<sup>209</sup> Respectivamente: Maurício Grabois e Ângelo Arroyo.

externo. Afinal, eram militantes comunistas históricos, por demais conhecidos pela repressão militar. Antes das forças da repressão chegarem à região, era preciso que os dois dirigentes se mantivessem ocultos para não chamar a atenção sobre os preparativos para a futura guerra revolucionária, que um dia seria desencadeada. Depois que os militares entraram no Araguaia, o cuidado passou a ser redobrado.

Oswaldo e Dina, por seu turno, tinham por missão justamente a máxima integração possível com os moradores da região, como mostram tanto os documentos militares, quanto aqueles produzidos pelos guerrilheiros. Por isso, quando a luta armada eclodiu, passaram a ser os guerrilheiros mais conhecidos.



O comandante Velho Mário (Maurício Grabois) e o vice-comandante Joaquim (Ângelo Arroyo) tinham por dever político levar um cotidiano discreto, reclusos na floresta. Por essa razão, raros são os camponeses que guardam seus respectivos nomes em suas lembranças sobre os tempos da guerrilha.

Consequência dessas missões políticas é que, para os moradores da região, Oswaldão e Dina eram os principais líderes guerrilheiros – e continuam sendo, de acordo com o imaginário local no agora. Mais do que personagens da História, transformaram-se em dois grandes mitos populares.

Reza a lenda, de acordo com os narradores entrevistados, que Dina virava borboleta e Osvaldão lobisOMEM<sup>210</sup>. Tratam-se de representações coletivas que emergem de narrativas populares a respeito da liderança reconhecida desses dois guerrilheiros.

Dina era conhecida por suas pregações políticas diante dos camponeses, acenando com a “terra prometida”, e também por sua enorme capacidade de esconder-se entre as folhagens e pular de árvore em árvore, escapando das balas do Exército. Osvaldo, por sua vez, era um gigante corajoso, inexpugnável, temperamental e implacável.

Diante dos companheiros em armas, Velho Mário era o grande estrategista da luta, um dirigente histórico da política a ser respeitado – e obedecido. Idem quanto a Joaquim. Mas o comandante Osvaldo e a vice-comandante Dina, eram de fato (mas não de direito) os guerrilheiros mais influentes. Durante as intempéries na selva, quando diante das armas do inimigo, eram Osvaldo e Dina que os camaradas seguiam. Esse fato transparece tanto no “Diário do Velho Mário”, quanto nas cartas que os guerrilheiros enviaram às famílias<sup>211</sup>.

Enfim, quando Osvaldão proferiu aquele discurso após sepultar o camarada decapitado, comunicando que lutaria até a morte – em verdade uma decisão monocrática, sem abertura ao debate – a partir desse momento, assumiria de fato e de direto a liderança absoluta da guerrilha. Resistiriam até o fim ele, sua vice-comandante Dina e mais seis eleitos.

E a partir daquele instante – que Zweig classificaria por “decisivo” – ninguém mais teria defendido o plano de fuga. Pelo menos, não



Dina (Dinálva Conceição Teixeira)

<sup>210</sup> Esse assunto será tratado adiante, no Capítulo 7, “Aliança com os camponeses”, a partir do conceito de feixes de representações, de Cornelius Castoriadis.

<sup>211</sup> Em carta que o guerrilheiro Flávio enviou a seus pais depois quando chegou ao Araguaia, em 1970, correspondência esta apreendida pelas forças de repressão, ele descreve: “Encontramos o comandante, um negro de mais de dois metros de altura, já lendário na região e extremamente querido pela população local, parecia maior ainda com seu chapéu de couro”. In: Ciro Flávio Salazar de Oliveira. [carta]. 6f. *Carta a meus pais*.

publicamente. Afinal, se Osvaldo havia escolhido os mais “preparados e corajosos” para prosseguir na luta pelo sonho, por silogismo, desistir da guerrilha soaria como despreparo e covardia – ainda que a História registre várias retiradas estratégicas como feitos heroicos<sup>212</sup>. Contudo, o que se veria nos dias subsequentes foi um verdadeiro “salve-se quem puder”. E o épico daria lugar ao trágico.

## 2.5 – O extermínio dos guerrilheiros

Os “não eleitos” dividiram-se em dois grupos, cerca de 15 pessoas em cada. Ninguém falava abertamente em fuga. Mas também não havia mais qualquer objetivo estratégico. Desde a decapitação de Ari, os guerrilheiros não protagonizaram mais qualquer ação organizada – nem de ataque, nem de defesa. Chovia muito. Eles já não tinham onde dormir. Nem o que comer – revelam os narradores orais consultados. Entre dezembro de 1973 e janeiro de 1974, nada menos que 25 guerrilheiros seriam abatidos pelo Exército<sup>213</sup>.

Uma semana depois de Ari, morreria Chicão. Nascido Adriano Fonseca Filho (foto). Era estudante de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trabalhava na burocracia de um tribunal, mas dedicava a maior parte de seu tempo a escrever peças teatrais. Era também ator. Nasceu em uma família presbiteriana em Ponte Nova, Minas Gerais. Aos 17, foi para o Rio, estudar. Morava com amigos



<sup>212</sup> A exemplo da Retirada de Dunquerque, em 1940, quando Churchill mobilizou embarcações de toda a Comunidade Britânica internacional, inclusive os pequenos pesqueiros, para ajudar a evacuar 300 mil soldados aliados que haviam sido encurralados pelos exército de Hitler.

<sup>213</sup> Documento Secreto “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), de 14 Mar 1986, arquivado no órgão sob o protocolo ACE 54730/86. Esclareço que se trata do único documento oficial, timbrado, carimbado e assinado, que até a presente data veio à tona, com a relação completa dos militantes do PC do B que aderiram à Guerrilha do Araguaia, tantos os mortos e desaparecidos, quanto os sobreviventes. Também apresenta a data das mortes ou prisões de cada um. Por fim, informa os números dos documentos arquivados no SNI que serviram de fontes originais da compilação. No meio dos guerrilheiros, encontram-se camponeses que aderiram à luta armada e que acabaram mortos ou presos na repressão ao episódio. Enfim, o documento oficial sobre o Araguaia mais relevante até o presente.

intelectuais em uma “república” em Ipanema. Depois foi para o Leblon.

Chegou ao Araguaia com 25 anos. Renasceu como o Chicão entre os companheiros. Para os camponeses, contudo, aquele candidato a filósofo, dramaturgo e ator de queixo grande era o Queixada. Tombou a 3 de dezembro de 1973, aos 28 anos, surpreendido por uma equipe militar enquanto caçava jabutis. A patrulha, chefiada por um sargento de Manaus que usava o codinome de Dr. Silva<sup>214</sup>, era guiada pelo mateiro Raimundo Severino, o Raimundinho da Pedrina.



Foi Raimundo quem teria acertado o tiro, de espingarda de caça, no peito de Chicão, segundo seu depoimento a esta pesquisa<sup>215</sup>. Foi Dr. Silva quem teria lhe dado a ordem de tirar a cabeça do guerrilheiro com seu facão, de acordo com o relato oral do ex-guia. Seu corpo restou insepulto. Quanto à cabeça, de acordo com narrativas orais a esta pesquisa, foi cortada a golpes de facão e levada para a Base de São Raimundo.

O próximo seria Zé Ferreira<sup>216</sup> (foto), a 19 de dezembro, abatido aos 27 anos por soldados do Exército em uma localidade chamada Formiga, ao sul de São Geraldo, PA. Ele e o guerrilheiro Daniel<sup>217</sup> aproximaram-se da casa de uma família de camponeses para pedir comida. Os militares teriam chegado logo depois e avistaram dois pratos sujos de comida. Estranharam e decidiram aguardar em tocaia. No final da tarde, os guerrilheiros voltariam para o jantar. Zé Ferreira levou um tiro no peito. Seu corpo foi enterrado a cinco palmos do

<sup>214</sup> O título de “doutor” nos codinomes, em geral, era usado por oficiais superiores para diferenciá-los da tropa. Contudo, há alguns casos de sargentos também sendo chamados de “doutor”. Esse “doutor Silva” aparece em muitas narrativas de camponeses, quase sempre à frente de tropas na mata, o que se depreende que seria um dos militares mais ativos na caçada aos guerrilheiros.

<sup>215</sup> Durante a pesquisa de campo, cheguei a dormir na casa de Raimundo, em uma rede estirada por ela na varanda.

<sup>216</sup> Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, militante do movimento estudantil secundarista em São Paulo até cair na clandestinidade.

<sup>217</sup> Daniel Ribeiro Calado. Seu codinome entre os guerrilheiros deveria ser Doca. Mas era chamado pelos camponeses de Daniel.



chão – e lá provavelmente encontra-se até o tempo presente, aguardando ser resgatado e entregue à família<sup>218</sup>.

Mais três dias e, a 22 de dezembro, chegaria a hora de Jaime. Nascido Jaime Petit da Silva<sup>219</sup>, foi encontrado sozinho em uma choupana de palha armada no topo de um morro, o Ponto dos Perdidos, usado pelos guerrilheiros para aguardar o resgate dos companheiros.



Ao avistar os militares, Jaime (foto) reagiu atirando. Os militares, chefiados por um sargento, foram subindo a colina e fechando o cerco. Jaime tombou cravejado de balas. Tinha 28 anos. Foi Iomar Galego quem o enterrou na mesma colina. Antes, cortou sua cabeça. Dessa vez, a lâmina estava afiada.

“Foram só duas passadas de facão: tsk, tsk” – relata Iomar. “Tsk, tsk”, insiste na onomatopeia<sup>220</sup>.

\* \* \*

<sup>218</sup> Durante a pesquisa de campo no Araguaia, conheci o casal Juarez Custódio da Silva e Maria Idalice Dourada da Silva, dona Licinha. Na época da guerrilha, os dois eram adolescentes e moravam com suas respectivas famílias em posses de terras vizinhas. Daniel conhecia a família de Idalice, por isso se aproximou para pedir comida. O corpo de Zé Ferreira foi enterrado bem próximo à residência. Foi o vizinho, pai de Juarez, quem cavou a sepultura em uma área com muitas pedras e cascalho, sob o testemunho do próprio Juarez. Ele guarda em suas lembranças que o pai escavou cinco palmos de terra, ou seja, uma sepultura com cerca de 1 metro de profundidade. O militar que supervisionava o trabalho mandou parar e enterrar; ele pediu para cavar mais dois palmos, como as covas cristãs. Mas foi enterrado a cinco palmos. No tempo presente, a antiga posse de terra está muito diferente de há 40 anos. Na época, a floresta era densa. Hoje, toda a área foi queimada e desmatada para dar lugar a pasto. Isso dificulta a identificação do local exato da cova. Contudo, o casal Juarez e Licinha apontou duas áreas onde é possível encontrar os restos mortais de Guilherme Ribas – sendo uma delas mais provável. Foram demarcadas com GPS. É preciso, contudo, que as autoridades pertinentes escavem oficialmente o local.

<sup>219</sup> Era irmão dos guerrilheiros Lúcio Petit da Silva (Beto) e Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), cuja morte já foi parcialmente relatada.

<sup>220</sup> Iomar Ribeiro da Silva também relata a mesma abordagem e frase do guerrilheiro Josias para Jaime. Mas quem estava presente no momento do confronto era seu irmão Pedro Ribeiro da Silva, o Pedro Galego. Iomar chegou logo depois para decapitá-lo e enterrá-lo. Em setembro de 2009, Iomar levou-me ao Ponto dos Perdidos, quando eu participava do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), da Presidência da República, que buscava os corpos dos desaparecidos do Araguaia, conforme já relatado. Na ocasião, era uma fonte que se recusava a aparecer. Os geólogos do GTT chegaram a varrer o local apontado com uma máquina de escaneamento de solo, GPR, mas não identificou indícios de cova rasa. Havia, sim, indícios de arado no solo. Assim, o mais provável é que os restos mortais de Jaime Petit da Silva tenham restado triturados e incorporados ao solo do Ponto dos Perdidos.

No final da tarde do dia 25 de dezembro de 1973, ocorreria o último episódio que, tecnicamente, poderia ser chamado de “combate” – evento este que ficou conhecido pelo nome de Chafurdo de Natal<sup>221</sup>. A pesquisa de campo revelou que, passado um mês da decapitação de Ari, os guerrilheiros marcaram uma reunião geral perto do Grotão dos Caboclos, entre as localidades de Brejo Grande e Consolação.

Mais uma vez, discutiriam o dilema entre a retirada estratégica ou uma nova estratégia de resistência? Ou, ainda citando Arendt, a Vida e o Mundo? Os militares souberam da movimentação através de algum informante local. Enviaram uma patrulha da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro, que estava sob o comando de dois oficiais, codinomes Dr. Brito e Dr. Pereira<sup>222</sup>.

Abel Honorato de Jesus, o Abelinho, velho companheiro de garimpo de Osvaldão, servia como guia do Exército. Teria sido o primeiro a identificar os rastros. O rádio informou à Base de Bacaba, que mandou cercar a região com seis equipes<sup>223</sup>. Às 17h30, a equipe do Dr. Brito encontrou guerrilheiros no Grotão dos Caboclos. Eram oito soldados e cerca de 15 guerrilheiros.

Dois camponeses serviam de guias para essa equipe. Um deles, Jacó Gaoiso Soares da Silva; o outro, Matias<sup>224</sup>. De acordo com as lembranças de Jacó, quando a patrulha se aproximou do acampamento, os guerrilheiros estavam despreocupados. A tal ponto que Pedro Gil<sup>225</sup>, ao escutar o barulho dos soldados, teria pensado que eram outros guerrilheiros chegando para a reunião.

“Ah, vocês já vem aí?” – teria dito Pedro, segundo as lembranças de Jacó. Ao ver que eram militares, Pedro abriu fogo de metralhadora.

---

<sup>221</sup> Chafurdo é a expressão usada na região para designar combate, confronto coletivo. Foram os militares quem derram esse nome ao evento. Assim consolidou-se.

<sup>222</sup> Em minhas pesquisas, identifiquei que Dr. Brito é o então major Celso Seixas Marques Ferreira, que na ocasião servia na Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro. Atuava em contato direto com os guias. Mais tarde, já coronel na reserva, foi secretário de Justiça e Segurança Pública do Maranhão no primeiro governo de Roseana Sarney (1994-1998).

<sup>223</sup> Segundo as lembranças de Abelinho, as equipes se chamavam: Delta 1 e Delta 2; Índio 1 e Índio 2, Alfa 1 e Alfa 2.

<sup>224</sup> Jacó informa, em narrativa a esta pesquisa, que Matias (cujo nome completo ele não sabe) teria falecido na década de 1990.

<sup>225</sup> Gilberto Olímpio Maria, militante orgânico do PC do B e membro da Comissão Militar da Forças Guerrilheiras.

“Ele matragou uns 60 tiros. Quando Pedro Gil foi puxar o pente para outra carga, o Matias acertou no peito dele um tiro de 12”<sup>226</sup>.

Pedro Gil tinha então 31 anos. Comandante do Destacamento C e integrante da seleta Comissão Militar, era um dos raros guerrilheiros a ter feito treinamento em guerra de guerrilhas na Academia Militar de Pequim, China<sup>227</sup>. Naquele chafurdo, também morreram Velho Mário, 60 anos, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia<sup>228</sup>, e Dr. Paulo<sup>229</sup>, 42 anos, outro que também era membro da Comissão Militar e estivera na Academia de Pequim. Por fim, também tombou o jovem Luiz<sup>230</sup>, aos 26 anos.



*Quatro guerrilheiros tombaram no Chafurdo de Natal, entre eles Pedro Gil (foto à esq.) e Luiz (dir.)*

\* \* \*

A partir desse episódio, a guerrilha ficou sem comando central. Observando o outrora a partir do agora, como ensina Benjamin, é possível chegar à conclusão de que Osvaldo e Dina estavam à testa do movimento, que havia liderança, que apontavam juntos o rumo da resistência, ainda que não houvesse comando central formal. Contudo, para os próprios guerrilheiros,

<sup>226</sup> Matias é outro camponês que servia de guia dos militares, já falecido. Não identifiquei seu sobrenome. Quanto à 12, trata-se de uma referência a espingarda calibre 12, muito usada na época para caça de animais.

<sup>227</sup> Adiante, no Capítulo 3, “Contexto histórico e político”, apresento um documento secreto do Exército com a relação dos militantes do PC do B que fizeram treinamento militar na China.

<sup>228</sup> Maurício Grabois, codinome Mário, chamado na região de Velho Mário, dirigente histórico do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e fundador do Partido Comunista do Brasil (PC do B).

<sup>229</sup> Paulo Mendes Rodrigues, codinome Paulo, chamado pelos camponeses de Dr. Paulo, também membro da Comissão Militar.

<sup>230</sup> Guilherme Gomes Lund, estudante de Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro e praticante de natação e hipismo até ir para o Araguaia.

isolados na floresta, com um sistema de comunicação rudimentar, o Chafurdo de Natal representava que a guerrilha ficara acéfala. E naquele teatro de operações, “assim é, se lhe parece”, ensina Pirandello<sup>231</sup>. Restava aos remanescentes a rotina de pular de esconderijo em esconderijo. Aos poucos, um a um foi sendo apanhado. Ou se entregando.

Antes de o ano novo chegar, os militares pegariam mais quatro<sup>232</sup>. Em janeiro de 1974, mais sete caíam. Ou mortos. Ou aprisionados<sup>233</sup>. Outros dois conseguiram escapar da região<sup>234</sup>. Em fins de janeiro, teve início a execução de prisioneiros – prática de exceção que prosseguiria até o final da guerrilha. Entre fevereiro e março, mais nove desapareceram<sup>235</sup>.

As quedas dos guerrilheiros foram praticamente iguais. Apanhados sozinhos tentando escapar da região, ou no máximo em duplas. Buscavam a Vida como Bem Supremo. Todos famintos, esfarrapados, corpos amarelos, acometidos de malária ou tomados por pústulas da leishmaniose. Aproximavam-se das casas dos camponeses para pedir comida. Quase todos fediam muito, segundo as lembranças dos camponeses. Então eram

<sup>231</sup> Referência à peça de teatro *Così è (se vi pare)* – em português: “Assim é, se lhe parece”, do escritor italiano Luigi Pirandello, definida por ele mesmo como uma “farsa filosófica”.

<sup>232</sup> São eles: Paulo Roberto Pereira Marques (*Amauri*); Custódio Saraiva Neto (*Lauro*); Orlando Momento (*Landim*); e Luiz Vieira de Almeida (*Luiz*), um camponês recrutado na área. Fonte: Documento Secreto ACE 54730/86, *op. cit.*

<sup>233</sup> Pela ordem, de acordo com o Documento Secreto ACE 54730/86, *op. cit.*: José Lima Piauhi Dourado (*Zé Ivo*); o camponês Pedro Pereira de Souza (*Pedro Carretel*); Nelson Lima Piauhi Dourado (Nelito), que era irmão de Zé Ivo; Maria Célia Corrêa (Rosa), que era irmã de Elmo Corrêa, morto em fins de dezembro; Rodolfo Carvalho Troiano (Mané); Sueli Yumico Kaneyama (Chica); e Cilon Cunha Brum (Simão). Observo que esse documento não pode ser tomado como “verdade absoluta”. Depoimentos de camponeses apontam as datas prováveis das mortes de vários guerrilheiros como distintas.

<sup>234</sup> Angelo Arroyo, membro da Executiva Nacional do PC do B e vice-comandante das Forças Guerrilheiras, e seu guia na fuga, Micheas de Almeida (Zezinho), militante de base, sobrevivente até a presente data.

<sup>235</sup> Pela ordem, ainda de acordo com Documento Secreto ACE 54730/86, *op. cit.*, morreram: Jana Moroni Barroso (Cristina); João Bispo Ferreira Borges (Joca); Líbero Giancarlo Castiglia (Joca); José Huberto Bronca (Zé Fogoió) e Antônio Theodoro Castro (Raul). Também desapareceram no período, depois de transportados vivos do Araguaia e levados a Brasília, de acordo com minhas pesquisas junto a militares e a camponeses: Hélio Luiz Navarro de Magalhães (Edinho); Luiz Renê Vieira da Silva (Duda); Antônio de Pádua Costa (*Piauí*); e Tobias Pereira Júnior (*Josias*). Desde o início da década de 1990, militantes de Direitos Humanos, como Criméia Alice de Almeida e Elizabeth Silveira, ambas do Grupo Tortura Nunca Mais, debatem a possibilidade de que guerrilheiros teriam sido poupados pelos militares e, depois, recebido nova identidade. São os chamados mortos-vivos. Em minhas pesquisas junto a militares, descobri que havia uma área de execução de militantes políticos no campo de treinamento do Exército em Formosa, a 60 quilômetros de Brasília. Prisioneiros do Araguaia teriam sido levados para interrogatório em Brasília, dentre eles os quatro acima citados, e alguns podem ter sido executados em Formosa. Há fortes indícios de que pelo menos dois deles, Hélio Luiz Navarro de Magalhães e Tobias Pereira Júnior, estavam vivos na década de 1990. A questão dos chamados mortos-vivos talvez seja a maior polêmica que restou do Araguaia a ser descortinada pelos historiadores. Adianto, desde já, que esta pesquisa não tratará do assunto, registrando-a somente nesta nota de rodapé.

aprisionados pelos próprios moradores e depois entregues aos militares. Ou abatidos lá mesmo por tropas em tocaia.

\* \* \*

Quando chegou abril de 1974, o movimento se resumia a uma dúzia de guerrilheiros, talvez 15 ou 16, se somados os camponeses que estavam na luta armada. Osvaldão seria abatido em meados abril de 1974. Vinha sendo encurralado ao pé da Serra dos Martírios<sup>236</sup>, caçado por várias equipes militares. Estava à testa de seu pequeno grupo de sonhadores, comendo mel numa capoeira perto da localidade da Palestina, quando seus rastros foram avistados por uma patrulha do Exército. Coube ao guia da equipe, o camponês Arlindo Piauí, acertar com um tiro o peito aberto de Osvaldão<sup>237</sup>. Ele teria urrado antes de tombar ao chão.

Amarrado ao estribo de um helicóptero, seu corpo circulou pelas cidades e corrutelas da região, pendurado de cabeça para baixo, antes de pousar na Base de Xambioá, onde foi enterrado<sup>238</sup>. Para os moradores da região do Araguaia, a morte de Osvaldão significaria o fim da guerrilha.

Mas ainda havia uma dúzia de guerrilheiros vivos<sup>239</sup>, caçados implacavelmente por cerca de 250 homens do Exército<sup>240</sup>, guiados por cerca de

<sup>236</sup> No tempo presente, conhecida por Serra das Andorinhas. Foram os militares quem a rebatizaram depois que chegaram ao Araguaia.

<sup>237</sup> Todas as narrativas orais da região apontam para Arlindo “Piauí” Vieira como autor do tiro que abateu Osvaldão. Trata-se, para o imaginário dos camponeses do tempo de outrora, da maior façanha que um deles poderia fazer, ou seja, matar o mito Osvaldão, o lobisomem invencível. José Rufino Pinheiro, que também era guia daquela patrulha, detalhou o episódio em depoimento ao Ministério Público Federal, em 05 Jul 2001, apontando Arlindo como autor do disparo. Observo que, dentro do contexto histórico, trata-se de um detalhe que só tem alguma importância para os moradores da região, posto que foi um deles (e não um militar) quem conseguiu abater um gigante, reproduzindo assim, guardadas as proporções, o mito do Davi contra o Goliath. O feito entrou para as narrativas populares, incluindo detalhes como a bala que Arlindo usou seria de prata, enfeitiçada, pois só assim ele conseguiria matar o lobisomem. Mas o autor dos disparos não agiu por conta própria; ele estava a serviço do Estado, guiando uma patrulha do Exército. Logo, foi o Estado constituído quem caçou e abateu o guerrilheiro. Arlindo Piauí era casado com Antônia “Galega” Vieira, irmã dos guias Iomar e Pedro Galego. As duas famílias eram da confiança absoluta dos militares. Entre nove ou dez mortes e execuções tiveram algum tipo de participação do clã dos Piauí-Galego, segundo constatei na pesquisa de campo.

<sup>238</sup> Este episódio foi por mim relatado em *A Lei da Selva*. Como Osvaldo sangrava muito e o helicóptero estava cheio, decidiram amarrá-lo ao estribo. Mas foi mal amarrado. Ao decolar, o corpo soltou do estribo e Osvaldo acabou pendurado pelos pés, de cabeça para baixo. No caminho até a Base de Xambioá, o helicóptero passou pelos lugarejos onde Osvaldo era mais conhecido, como Brejo Grande, Palestina, Santa Cruz e São Geraldo. Coube ao camponês Josias Gonçalves (o guerrilheiro Jonas, que acompanhava Ari Valadão quando ele foi morto e decapitado), então preso na Base de Xambioá, cavar a sepultura onde Osvaldo seria deitado.

<sup>239</sup> Seriam eles, em ordem alfabética: Antônio Ferreira Pinto (Antônio Alfaiate); Áurea Eliza Pereira (Áurea); Daniel Ribeiro Calado (Doca ou Daniel); Dinalva Conceição Teixeira (Dina), Elmo Corrêa (Lourival); José Maurício Patrício (Vítor); Luiza Augusta Garlippe (Tuca), Lúcio Petit da Silva (Beto),

60 camponeses recrutados na área. Um a um, foram sendo abatidos. Ou presos, interrogados e executados. Em fins de setembro de 1974, a Guerrilha do Araguaia terminaria com a execução de Val, nascida Walquíria Afonso Costa. Era a última das guerrilheiras.

## 2.6 - Lembranças dos anônimos

Para Walter Benjamin, o lutar da história é na política, no campo da revolução. Está sempre a pensar na revolução e vê o historiador como alguém que intervém para salvar os esquecidos, promover a redenção. A tarefa do historiador benjaminiano é cultural, mas também uma ação política. E, portanto, uma ação messiânica, o resgate dos esquecidos, através da reconstrução de memórias, por exemplo<sup>241</sup>.

É neste momento que Benjamin apresenta a proposta da História Integral. Trata-se, em suma, da ideia da redenção, a ideia do historiador buscar despertar e reconstruir aqueles que foram esquecidos pelas “fissuras da História”, sempre dentro do materialismo histórico. Mas a História Integral é do campo da linguagem, a da prosa liberta – a do cronista como narrador da História – que busca a redenção dos esquecidos.

Enfim, trata-se da principal proposta desta pesquisa: tecer uma narrativa histórica que busque reconstruir as memórias dos guerrilheiros do Araguaia, com enfoque nos esquecidos, nos militantes de base, naqueles que por não terem sido comandantes, acabam relegados às “fissuras” da História.

---

Pedro Alexandrino de Oliveira Filho (Peri); Suely Yumiko Komaiana (Chica); Telma Regina Cordeiro Corrêa (Lia); Uirassu Assis Batista (Valdir); e Walquíria Afonso Costa (Val). In: Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

<sup>240</sup> O Exército mobilizou 750 homens para a Terceira Campanha, todos eles provenientes de tropas especiais e profissionais, ou da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro, ou dos batalhões de Guerra na Selva de Manaus e de Belém. Foram divididos em três grupos de 250 homens, que se revezavam a cada 40 dias. E esses grupos, por sua vez, foram divididos em 20 equipes de 12 homens, em média, sendo cinco deles paraquedistas, cinco de guerra na selva e dois do CIE. Além dos militares, cada equipe costumava levar dois guias. Esse detalhamento da formação das equipes durante a Terceira Campanha encontra-se em Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., pág. 215 a 227.

<sup>241</sup> Embora Benjamin utilize o conceito de memória como reconstrução, ele também faz uso da expressão “resgate” dentro do conceito do *tikkun*. Resgate denota salvar na íntegra, uma aparente contradição com a ideia de reconstruir o outrora a partir do agora, que é a opção conceitual desta pesquisa.

Benjamin defendia um modelo de História “integral” tanto para representar o pequeno, o perdedor, o anônimo, quanto para reconstituir os acontecimentos em seus detalhes, mesmo que pareçam insignificantes. Detalhes como o das três trilhas que se entrecruzam na Grotta do Cristal, ou o facão cego que serrou a cabeça de um guerrilheiro enquanto suas pernas estrebuchavam no chão.



Assim, Benjamin escolheu o cronista porque ele representa a história “integral”<sup>242</sup>. No ensaio “O Narrador – considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”<sup>243</sup>, Benjamin apresenta o escritor russo Leskov, assim como Franz Kafka e Anna Seghers, como as figuras modernas do cronista-narrador. O outro legado benjaminiano foi o de buscar reconstruir a relevância do tradicional narrador oral como fonte de pesquisa histórica. Em um de seus trechos mais conhecidos, Benjamin lembra:

(...) O narrador figura entre os mestres e os sábios. Ele sabe dar conselhos: não para alguns casos, como o provérbio, mas para muitos casos, como o sábio. Pois pode recorrer ao acerto de toda uma vida (uma vida que não inclui apenas a própria experiência, mas em grande parte a experiência alheia). (Grifo meu)

A experiência que passa de pessoa em pessoa é a fonte a que recorrem todos os narradores. E, entre as narrativas escritas, as melhores são as que menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos<sup>244</sup>.

Sinésio (foto) era um típico narrador benjaminiano. Uso o verbo no pretérito, pois ele faleceu em maio de 2012, aos 78 anos. Conheci-o em 2009. Morava na cidade de Palestina, às margens do rio Araguaia, em uma casa simples, parede de tijolos à vista, chão de cimento, teto sem forro e banheiro-

<sup>242</sup> Ver: Löwy. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*, op. cit., pág. 54.

<sup>243</sup> O ensaio é de 1936. In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas – Vol. 1*. Op. cit., pág. 197 a 221.

<sup>244</sup> *Id., ib.*, pág. 198.

fossa no quintal, ao lado da primeira de suas cinco mulheres<sup>245</sup>. Com 1m52 de altura, raciocínio rápido, memória prodigiosa e, sobretudo, eloquente no falar, Sinésio Bringel – como fazia questão de ser chamado – gostava de narrar aos visitantes histórias sobre a Guerrilha do Araguaia.

Ricoeur lembra que as memórias são reconstruções do passado no presente. Seguindo o mesmo caminho, Arendt observa que todo relato feito pelos próprios atores, ainda que, em raros casos, constitua versão fidedigna de suas intenções, finalidades e motivos, não passa de fonte útil nas mãos do historiador, e nunca tem a mesma significação e veracidade da sua história. Pois, segundo a pensadora, *“para o ator, o sentido do ato não está na história que dele decorre. Muito embora as histórias sejam resultado inevitável da ação, não é o ator, e sim o narrador que percebe e faz a história”*<sup>246</sup>.

Assim devem ser interpretadas as narrativas orais dos camponeses de episódios da Guerrilha do Araguaia – como o narrador Sinésio. Aquelas histórias nas quais foi protagonista, como a decapitação de Ari, ou histórias das quais foi testemunha ocular, como a morte de Jaime, Sinésio guarda as mais inacreditáveis reminiscências. Como data e hora exata de cada episódio, nomes, roupas, cores, cheiros, frases e até longos diálogos.

Certa vez o levei de volta à Grota do Cristal, em companhia do camponês e ex-guerrilheiro Jonas Gonçalves, para que tentassem reconstituir o episódio da morte de Ari. Sinésio lembrava-se até mesmo dos espécimes das três árvores nas quais ele, Iomar e Raimundo se esconderam para armar tocaia aos guerrilheiros. E como as árvores já não mais estão de pé, derrubadas pelas queimadas, pegou um facão e cavou nos resquícios de tocos para desvendá-las pelo olfato e, ato contínuo, paladar.

---

<sup>245</sup> Naquele momento, a primeira esposa estava doente. Sinésio, separado da quarta, passou a cuidar da “velha”, segundo suas palavras.

<sup>246</sup> Arendt. *A condição humana*. Op. cit., pág. 205.





*O camponês Josias Gonçalves, revisitando os locais dos conflitos armados para narrar a esta pesquisa suas lembranças sobre os tempos em que era o guerrilheiro Jonas.*

Sinésio, como muitos camponeses, também costumava narrar episódios os quais não avistou com seus próprios olhos ou ouviu com suas próprias “ouças”, como gostava de se referir aos ouvidos. Escutou-os de outras testemunhas oculares ainda nos tempos da guerrilha e os resguardou como reminiscências. Em detalhes – obviamente as ressignificando com sua própria memória, mas buscando sempre manter o sentido dos acontecimentos. Preferia narrá-los de pé, gesticulando muito. Tal qual faziam os narradores medievais, ficava mais eloquente se diante de plateia atenta.

Não aparenta ter qualquer culpa ou remorso do que fez. Ao contrário. A mesma história sobre a morte e decapitação de Arildo Valadão acima narrada, Sinésio relatou para uma juíza federal, em depoimento oficial<sup>247</sup>. Para ele, cada acontecimento da guerrilha é narrado com conotação épica. Mais uma vez, Benjamin:

Cada vez que se pretende estudar uma certa forma épica é necessário investigar a relação entre essa forma e a historiografia. Podemos ir mais longe e perguntar se a historiografia não representa uma zona de indiferenciação criadora com relação a todas as formas épicas<sup>248</sup>.

<sup>247</sup> A juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal de Brasília, responsável pela sentença que condenou o Estado a procurar os restos mortais dos guerrilheiros desaparecidos no Araguaia. Ela esteve em Xambioá em 2011, quando quis conhecer e colher depoimentos de alguns ex-guias do Exército que têm informações sobre os locais onde os corpos dos guerrilheiros foram enterrados. Sinésio foi um deles. Naquele dia, eu estava com Sinésio e acabei testemunhando a oitiva.

<sup>248</sup> *Id., ib.*, pág. 209.

O grande narrador tem sempre suas raízes no povo, principalmente nas camadas artesanais (...) Comum a todos os grandes narradores é a facilidade com que se movem para cima e para baixo nos degraus de sua experiência, como numa escada. Uma escada que chega até o centro da Terra e que se perde nas nuvens – é a imagem de uma experiência coletiva, para a qual mesmo o mais profundo choque da experiência individual, a morte, não representa nem num escândalo nem um impedimento<sup>249</sup>.

Ao longo de toda sua obra, Benjamim valoriza muito a história dos vencidos, dos pequenos e dos esquecidos. O que a História tradicional costuma celebrar são os heróis. Contudo, segundo a perspectiva benjaminiana, quem verdadeiramente construiria a História seriam os perdedores<sup>250</sup>.

\* \* \*

Tomemos o caso desta pesquisa. Meu primeiro ímpeto era iniciar a narrativa por algum dos episódios considerados pela maior parte dos especialistas no tema como os mais relevantes da Guerrilha do Araguaia, ou por algum protagonista conhecido. Um possível início seria Velho Mário, o comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, em pessoa, registrando a chegada dos militares nas primeiras linhas de seu diário. Ou ainda o Chafurdo de Natal, episódio no qual três comandantes tomariam de uma só vez – Mário, Gil e Paulo – deixando a guerrilha oficialmente acéfala.

A historiografia até agora publicada sobre o tema tende a valorizar esses dois episódios, o início da luta armada, em abril de 1972, e o Chafurdo de Natal, em dezembro de 1973. Tende a valorizar, igualmente, o comandante guerrilheiro, Velho Mário – muitas vezes tratado como herói épico, o Ulisses do Araguaia<sup>251</sup>. Ora, ao aprofundar a pesquisa, tanto a documental, quando a oral,

<sup>249</sup> *Id. Ib.*, pág. 214 e 215.

<sup>250</sup> Benjamin. *Passagens*, *op. cit.*, pág. 522 e 524.

<sup>251</sup> A título de exemplo, cito quatro obras que tendem a superlativar a relevância da chegada dos militares na região e do comandante Grabois – menosprezando a importância de outros episódios ou leituras, como o cotidiano na floresta, ou ainda subestimando os guerrilheiros de base e a participação dos camponeses no episódio. São elas, em ordem cronológica: João Amazonas e Outros. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos*. *Op. cit.*; 2) Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*. *Op. cit.*; 3) Osvaldo Bertolino. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004; 4) Tais Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia*. *Op. cit.*

descobre-se que os principais líderes guerrilheiros, em verdade, teriam sido, pela ordem, Osvaldo, Dina, Dr. Juca e Dr. Paulo<sup>252</sup>.

Primeiro porque, como já dito, o comandante Mário e seu vice Joaquim tinham como dever político se manter nas sombras. Mas independente desse fato, esses quatro guerrilheiros, Osvaldo, Dina, Juca e Paulo, por conta da combinação das circunstâncias, personalidades e atos concretos – como a reunião do grupo diante do corpo decapitado de um camarada – acabaram por assumir a liderança de fato nos momentos decisivos da luta.

Caso eu tivesse tomado o caminho de iniciar a narrativa pela chegada dos militares (o início da luta armada), ou ainda de superlativar o comandante Mário na narrativa (ainda que ele tenha sido o grande estrategista, mesmo que o documento por ele legado, o “Diário do Velho Mário”, seja nevrálgico nesta pesquisa), estaria derrapando para a História linear e totalizante, produto das Filosofias da História – tanto a de Hegel, quanto a marxista – na qual não há espaço para os pequenos, conforme alerta Benjamin. E a História totalizante tende a anular o outro lado da história, joga os outros protagonistas no esquecimento. Cria o que Benjamin define por fissuras da História – os esquecidos que não se encaixam na História totalizante.

Por essas razões, Benjamin queria desmontar a ideia da História do Progresso, onde só há espaço para vencedores e heróis. Em seu tempo, sobretudo dentro de sua escola de pensamento, a de Frankfurt, a História se apresentava essencialmente como o progresso da razão. Ele queria mostrar a falência da razão e quebrar o paradigma da história como continuidade. Benjamin jamais renegou Marx. Ao contrário, cultuava uma profunda admiração

---

<sup>252</sup> Dr. Juca era o codinome usado pelo médico João Carlos Haas Sobrinho. Chegou ao Araguaia se apresentando como Juca e tentou passar por agricultor, depois por enfermeiro. Na primeira emergência que atendeu, o parto de uma camponesa, com alto risco de vida, passou a ser chamado pela população local de Dr. Juca. Fez treinamento militar na China, em guerra de guerrilhas. Fazia parte da Comissão Militar, o que lhe conferia o *status* de comandante guerrilheiro. Paulo Mendes Rodrigues, por sua vez, único guerrilheiro além de Juca que era chamado pela população local de “doutor”, era economista. Chegou ao Araguaia com o posto de comandante do Destacamento C. Como Osvaldo, apresentou-se com seu verdadeiro nome, Paulo. Comprou uma fazenda para abrigar os militantes que iam chegando à região. Fala culta, altivo, circunspecto, logo passaria a ser chamado de “Dr. Paulo”. Em determinado momento da luta, foi deslocado para a Comissão Militar. Os dois eram chamados pelos próprios companheiros de Juca e Paulo. Contudo, optei por tratá-los nesta pesquisa pelos nomes que restaram nas lembranças dos camponeses que com eles conviveram, como também no imaginário da região – Dr. Juca e Dr. Paulo.

pelo formulador do materialismo histórico, sobretudo pelas ideias do jovem Marx<sup>253</sup>.

Essa perspectiva evolucionista não trabalha com recuperação histórica dos vencidos, mas permanece tão somente contando a história dos vencedores. Benjamin já identificava em Lenin esse traço. Passou a ser acintoso em Stalin quando assassinou Trotsky – por quem Benjamin nutria grande admiração – e toda uma geração de intelectuais, apagando-os, a seguir, das fotografias<sup>254</sup>. A partir de Stalin, sobretudo depois que o ditador soviético mandou decodificar o materialismo dialético em um capítulo da *História do PC bolchevique da URSS*, em 1938, Benjamin passa a apontar para uma adulteração do marxismo, que ele chama, sem meias palavras, de “marxismo evolucionista vulgar”<sup>255</sup>.

Enfim, o conceito de narrativa, em Benjamin, só pode ser compreendido dentro do contexto de sua crítica às Filosofias da História – evolucionistas, lineares e totalizantes – incluindo o marxismo dialético “vulgar”, que buscavam tão somente contar os acontecimentos a partir do ponto-de-vista dos heróis e dos vencedores, relegando ao esquecimento os vencidos, os pequenos, os anônimos, aqueles que para Benjamin seriam os verdadeiros construtores da História. Assim, ele propõe uma narrativa histórica inspirada na crônica do cotidiano.

\* \* \*

---

<sup>253</sup> Mas foi a partir da Revolução Russa, segundo a visão de Benjamin, que alguns líderes revolucionários teriam se apropriado do ideal marxista para reconstruir o ideal do progresso. Substituíram a História do Progresso de Hegel pela História da Utopia, colocando a sociedade sem classes como utopia, um ideal a ser um dia alcançado, sabe-se lá quando. Em vez de ser uma exigência no sentido da concretização, esse ideal da sociedade sem classes passa a se configurar numa nova utopia do progresso.

<sup>254</sup> Benjamin deixa exposto seu rompimento com o stalinismo nas teses 13 e 17-A de “Sobre o conceito de História”, quando escreve, de seu jeito repleto de alegorias, que o marxismo substituiu a História do Progresso de Hegel pela História da Utopia, colocando a sociedade sem classes como utopia, um ideal do porvir. Assim, não trabalha com recuperação histórica dos vencidos, mas continua com história dos vencedores. In: Walter Benjamin. *Obras Escolhidas*. Op. cit., págs. 229 a 231.

<sup>255</sup> Em carta a Adorno, de 22 Fev 1940, na qual relata que acabara de terminar “um certo número de teses sobre o conceito de história”, ele tece crítica ao “marxismo vulgar”. Benjamin também não hesita em comparar as práticas da polícia stalinista com a dos nazistas – “ditadura pessoal com todo seu terror”, descreveu – antecipando em uma década o ponto central da obra *Origens do Totalitarismo*, de Arendt, temos que *Apud*: Löwy, *op. cit.*, pág 32 e 33.

No caso desta pesquisa, os “vencidos” e “esquecidos” seriam os guerrilheiros mortos e desaparecidos no Araguaia, principalmente aquela esmagadora maioria de jovens quase anônimos – que por não serem dirigentes partidários – desapareceram em algum lutar das selvas amazônicas, silenciados pela História. Mas perdedores e, principalmente, esquecidos, também são os moradores da região, tanto os camponeses que aderiram à guerrilha, quanto aqueles que foram obrigados a servir de guias para o Exército.

Como não restou quase nenhum guerrilheiro vivo para narrar a Terceira Campanha<sup>256</sup>, onde está concentrada a maior parte dos momentos decisivos da luta armada, tampouco restaram muitos documentos sobre esses acontecimentos<sup>257</sup>, tornou-se essencial para esta pesquisa recorrer a narrativas orais. Em especial, de camponeses que, por razões diversas, foram protagonistas daquela trama.

Iomar Galego é um deles. Guarda ainda mais informações e detalhes sobre a guerrilha do que Sinésio. De todos os mais de 60 camponeses que serviram de guias do Exército, talvez seja o que conheça as circunstâncias das mortes do maior número de guerrilheiros. Também resguarda detalhes como nomes, datas e diálogos. Trata-se do que Le Goff define por “homens-memória”, os “depositários da história ‘objetiva’ e da história ‘ideológica’”<sup>258</sup>. Iomar era o guia de maior confiança do Dr. Faixa Branca, comandante da Base Militar de São Raimundo<sup>259</sup>. Como ele, tantas informações detalhadas sobre tantos episódios, só haveria mais um na região, Zé Catingueiro<sup>260</sup>.

---

<sup>256</sup> Exceto João Carlos Wisnesky, codinome Paulo, como já dito, que deixou a região em setembro de 1973, antes dos militares retornarem para a derradeira campanha; e Micheas Almeida, o Zezinho, que também deixou a área na virada de 1973 para 1974, mas como se mantinha preservado numa corrutela, clandestino, resguardado pelo comando da guerrilha para a missão de retirar militantes da área, não testemunhou nenhum combate. Suas respectivas participações na guerrilha serão narradas adiante.

<sup>257</sup> Sobre a Primeira e a Segunda Campanha, quando 12 guerrilheiros morreram, a documentação remanescente é farta. Quanto à Terceira campanha, da qual restam 47 desaparecidos, quando as práticas de exceção e as violações aos Direitos Humanos tornaram-se práticas de Estado, os documentos militares foram quase todos cremados a partir de 1975, na chamada Operação Limpeza. Ocorreram posteriores conjurações nos arquivos secretos militares, especialmente no final do governo de José Sarney. Contudo, restam documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros, cartas e diários, como já apresentado, que serão utilizados ao longo da narrativa.

<sup>258</sup> Jacques Le Goff. *História e Memória*. Campinas: Unicamp, 1990, pág. 429.

<sup>259</sup> Trata-se do codinome usado pelo então major Nilton Cerqueira, enviado pelo ministro do Exército, Orlando Geisel, para comandar as tropas de paraquedistas enviadas para o Araguaia durante Operação Marajoara, entre outubro de 1973 e outubro de 1974. Dois anos antes, Cerqueira havia matado o capitão

Mas Iomar não é um narrador tradicional e eloquente, como Sinésio. Ao contrário. Esconde-se há 40 anos do mundo à sua volta, como um ermitão, como se a guerra não tivesse acabado. Encontrá-lo e convencê-lo a narrar suas lembranças foi uma das tarefas mais difíceis desta pesquisa. A maior parte dos camponeses localizados prestou-se a narrar relatos extremamente ricos em informações sobre a guerrilha, alguns deles gravados em vídeo – como foi o caso de Sinésio.

Nessas narrativas orais, detalharam as prisões de guerrilheiros, por exemplo, e ainda muitas informações que emergiram dos depoimentos dos prisioneiros aos militares. Relatavam também as conversas informais que os guerrilheiros aprisionados mantiveram com eles próprios, esses guias-caçadores. São as memórias do cárcere – algumas delas bastantes ricas em significados. Por fim, relataram as execuções dos prisioneiros. Quase todos tinham as últimas palavras a dizer. Dos 63 moradores da região cujas narrativas orais foram aproveitadas nesta pesquisa, segundo pude observar, nove deles são “homens-memória”, na concepção de Le Goff<sup>261</sup>.

Outros camponeses entrevistados não eram ex-guias ou ex-jagunços a serviço Exército. Eram, simplesmente, moradores da região quando lá se instalaram a guerrilha e, depois, os militares. Não poderiam esclarecer sobre combates ou mortes. Mas, por conta dos anos de convivência com os guerrilheiros, suas memórias guardam narrativas extremamente ricas sobre o imaginário e o cotidiano daquele punhado de jovens que deixou a vida nas cidades em busca do sonho de construir um país justo e igualitário.

---

Carlos Lamarca. No Araguaia, instalou seu comando no meio da selva, na Base Militar de São Raimundo, e de lá comandou a caçada final aos guerrilheiros entre dezembro de 1973 e abril de 1974. Seu posto oficial era o de chefe de Operações do Sul. Mais tarde promovido a general, foi secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro e, depois, eleito deputado federal constituinte.

<sup>260</sup> José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, chegou a aderir à guerrilha. Mais tarde preso, serviu de guia do Exército, especialmente como homem de confiança do então capitão Sebastião Rodrigues de Moura, codinome Dr. Luchini, que após a guerrilha passou a ser conhecido em toda a região pelo apelido de Major Curió. A história de Catingueiro está relatada adiante, no Capítulo 5, “Aliança com os camponeses”.

<sup>261</sup> Ou seja, os que guardam mais lembranças e informações sobre a guerrilha, tanto em profundidade, quanto em diversidade de fatos. São todos ex-guias do Exército, que trabalharam como homens de confiança de algum oficial superior. São eles, pela ordem de relevância das lembranças expostas a esta pesquisa: Iomar Galego, Zé Catingueiro, Cícero Venâncio, Sinésio Bringel, Zezão de Souza, Raimundo da Pedrina, Jacó Gaoiso, Abelinho de Jesus e Pedão de Um-Olho-Só – aqui tratados pelos nomes com os quais são conhecidos no Araguaia. No “Inventário de Fontes”, são apresentados também com seus respectivos nomes de batismo.

Muitos desses camponeses são relativamente fáceis de serem localizados, pois residem em cidades como Palestina, Brejo Grande, São Domingos ou São Geraldo, todas distantes entre 100 e 150 km do Aeroporto de Marabá (PA). Outros, contudo, demandaram grande esforço logístico<sup>262</sup>. Nenhum deles, contudo, foi tão difícil de acessar quanto Iomar Galego.

Ele mora numa posse de terra distante cerca de 5 horas de São Geraldo (PA) em viagem de camionete 4x4 através de precária estrada de terra em direção ao oeste. Em sua gleba, não há luz ou sinal de telefone. Assim, qualquer conversa com ele demanda pelo menos três dias: um para apanhá-lo em casa, outro para levá-lo à cidade (às compras ou ao médico, por exemplo), e um terceiro para deixá-lo de volta à gleba.

Visitei-o em quatro diferentes ocasiões<sup>263</sup>. Na primeira, em agosto de 2009, não abriu prosa. Rejeita “esse pessoal dos Direitos Humanos” e ainda trata os guerrilheiros por “terroristas”, ou por “insetos”. Ele avalia que a guerrilha não trouxe nada de bom para os moradores da região. Ao contrário. Quanto ao tempo do agora, acredita que o “pessoal dos Direitos Humanos” esteja atrás dos antigos guias do Exército para se vingar da morte dos guerrilheiros. Até mesmo matá-los.

Enfim, encaixa-se no que Benjamin define por vencidos, pequenos e esquecidos. Dependendo do ponto de vista, encaixa-se até mesmo no estereótipo do anti-herói. Mas Iomar era um anônimo que gostaria de se manter nessa condição: esquecido. Em determinado momento, tive um relampejo. Presenteei-o com um exemplar de meu livro *A Lei da Selva*, explicando que relata o episódio sob o ponto de vista dos militares<sup>264</sup>. Ele não

---

<sup>262</sup> E só consegui chegar a tantos em tão pouco tempo porque fiz parte, como observador independente e ouvidor, por indicação da Universidade de Brasília, conforme já relatado, de grupos de trabalho Tocantins (GTT) e Araguaia (GTA), que buscaram os restos mortais dos guerrilheiros desaparecidos. Nessa condição, tive acesso a caminhonetes e motorista para procurar antigos guias do Exército nas corrutelas da região. A missão era procurar os locais onde os corpos foram enterrados ou deixados insepultos e, simultaneamente, procurar reconstituir as circunstâncias das mortes.

<sup>263</sup> Nas três primeiras ocasiões, levado pelo 1º sargento Adolfo Cipião, do 23º Batalhão de Infantaria de Selva, de Marabá, designado para a missão pelo general Mário Araújo, que foi primeiro coordenador do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), por nomeação do então ministro da Defesa Nelson Jobim. Chegar à casa de Iomar é praticamente impossível a quem não conheça profundamente as estradas vicinais da região. E, ainda assim, somente com o domínio do GPS. Assim, registro meu agradecimento tanto ao general Araújo quanto ao sargento Adolfo.

<sup>264</sup> Lembro que o subtítulo da obra é: *Estratégias, discurso e imaginário dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia*, op. cit.

lê mais do que algumas palavras. Contudo, é perspicaz. Folheou o livro na minha frente e disse que pediria a um neto para ajudá-lo a entender o que estava escrito.

Na segunda visita, Iomar mostrou-se entreaberto. Tanto que aceitou prestar depoimentos orais sobre alguns episódios da guerrilha. Relatou a morte do guerrilheiro Jaime<sup>265</sup>, dentre outros, e depois se prestou a levar-me ao ponto no meio da mata onde cortou sua cabeça com um facão amolado e depois o enterrou. Em outra ocasião, levou-me ao ponto onde ajudou os militares a enterrar (e depois a desenterrar) os corpos dos quatro guerrilheiros abatidos no Chafurdo de Natal<sup>266</sup>. Assim, a prestações, fui conseguindo acessar suas lembranças – e ele foi “amansando”, como se diz na região<sup>267</sup>.

A tarefa mais difícil foi localizar a área onde o guerrilheiro Ari foi abatido. Como toda a região está desmatada, os camponeses perderam as antigas referências. Caminhei ao lado de Iomar por três dias consecutivos<sup>268</sup> até que ele identificasse uma pequena área desmatada como sendo a Grota do Cristal. Em outra ocasião, levei Sinésio e Jonas juntos à grota. Em geral, pisando no mesmo solo dos acontecimentos, os camponeses costumam expor suas reminiscências de forma mais detalhada, naquilo que Rosenzweig chamou por “instante trampolim”.

Foi assim, depois de quatro anos de pesquisa de campo, com nada menos de 16 viagens ao Araguaia, depois de ler centenas de documentos e de escutar dezenas de narrativas orais de camponeses, que cheguei à conclusão de que a morte do guerrilheiro Arildo Valadão, o Ari, teria sido o mais significativo dentre os episódios isolados da guerrilha. Pelo menos, de acordo

---

<sup>265</sup> Jaime Petit da Silva, morto em combate e depois decapitado por Iomar, segundo o acima relatado.

<sup>266</sup> Como já apontado: Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria, Paulo Mendes Rodrigues e Guilherme Gomes Lund. Em janeiro de 1995, Iomar retornaria à área com outros militares para exumar os quatro corpos, durante a chamada Operação Limpeza, segundo seu próprio relato.

<sup>267</sup> Registro que, em 2012, a advogada Mercês Castro, irmã do guerrilheiro Antônio Theodoro Castro, o Raul, também conseguiu acessar Iomar Galego, através de seu irmão mais velho, Pedro Galego, outro camponês que serviu de guia do Exército. Mercês terminaria de “amansá-lo”. Tanto que, em 2013, primeiro convenceu Iomar a prestar depoimento ao Ministério Público Federal sobre a guerrilha. Ato contínuo, também o convenceu a gravar uma entrevista para o programa “Profissão Repórter”, da Rede Globo, comandando pelo jornalista Caco Barcelos. Quando o acessei pela primeira vez, incomodava-o quando eu fazia anotações em um caderno. Não permitiu gravações. Nem mesmo que eu tirasse fotografias dele, para que o “pessoal dos Direitos Humanos” não conhecesse seu rosto.

<sup>268</sup> Dormíamos em São Geraldo, íamos à área pela manhã e retornávamos ao final da tarde a São Geraldo.



com a hipótese secundária que defendo nesta pesquisa, significou o *debácle* da guerrilha muito mais do que o tão propalado Chafurdo de Natal.

Por essa razão, acabei optando por abrir a narrativa pelo encontro entre guerrilheiros e camponeses em uma tríplice encruzilhada em algum lugar das selvas amazônicas. Mesmo que tenha acontecido com três guerrilheiros muito pouco comentados pela historiografia, praticamente desconhecidos; e que tenha como protagonistas três camponeses anônimos. Em verdade, anti-heróis.

E, assim, outros acontecimentos serão tratados, pois ainda que tenham sido protagonizados por anônimos, pequenos ou anti-heróis, podem vir a ajudar a reconstruir “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia” – buscando retirar jovens sonhadores como Arildo Valadão (Ari), Josias Gonçalves (Jonas) e Theodoro Castro (Raul) das ausências e silêncios da História.

## 2.7 – Desespero pela Vida

No livro-poema *A Balada do Cárcere*, de Bruno Tolentino, um dos mais belos da língua portuguesa, o autor lembra na Introdução que

Há situações extremas, como a do encarceramento ou a iminência da morte, em que a criatura se confronta com questões fundamentais. Então caem as máscaras e a introspecção torna-se inevitável. Essa solidão é produtora de poesia, ou de desespero<sup>269</sup>.

Tomemos, a título de exemplo, o caso do guerrilheiro Josias<sup>270</sup>. Ele não estava naquele grupo dos oito “eleitos” de Osvaldão, aqueles “mais corajosos e preparados”. Era meado de dezembro de 1973 quando Josias restou sozinho

<sup>269</sup> Quando era professor de Literatura na universidade de Oxford, Inglaterra, Tolentino foi acusado de fornecimento de cocaína a professores e alunos. No julgamento, declarou-se consumidor e culpado de compartilhar a droga. Foi condenado e passou dois anos preso em uma penitenciária chamada popularmente de Ilha do Diabo. Foi quando então compôs o referido livro-poema. Bruno Tolentino. *A Balada do Cárcere*. Rio de Janeiro, TopBooks, 2006, pág. 17.

<sup>270</sup> Tobias Pereira Júnior, estudante de Medicina na Universidade Federal Fluminense antes de aderir à luta armada.

na floresta. Apartara-se de seu grupamento a fim de tentar escapar. Chegou à casa de José de Souza Gomes, o Zezão, capataz da fazenda outrora chamada Rainha do Araguaia, hoje Matrinxã. Estava armado com uma carabina e com um revólver. Zezão expõe suas lembranças<sup>271</sup>.

“Quem é o responsável aqui?” – teria dito Josias, apontando a arma para o camponês.

“Sou eu” – respondeu Zezão.

“Você vai me levar ou mandar levar lá na beira do Araguaia e me atravessar para o outro lado para eu ir embora”.

“Calma que tá terminando de fazer o almoço”.

“Tem dias que não como” – respondeu Josias.

A palavra “almoço” teria acalmado de imediato o guerrilheiro, de acordo com as reminiscências do capataz. Josias teria abaixado a arma, mas se mantido alerta. Minutos depois, o cozinheiro, apelido Cartucho, gritou lá de dentro que a comida ficara pronta. Rápido, Josias apanhou um prato, pegou uma concha e, enquanto a levava para dentro da panela, soltou a arma por um instante. O camponês Wagner o segurou. Não reagiu, já estava muito fraco. Zezão o amarrou e mandou avisar os militares na Base da Consolação. Uma hora depois, o capitão Curió chegaria de helicóptero<sup>272</sup>. Josias xingou muito os militares.

“Filhos da puta, vocês são covardes”.

O guerrilheiro entrou no helicóptero de cabeça baixa, de acordo com as lembranças de Zezão. Foi levado para a Base de Xambioá. Para ele, a partir daquele instante – como ficaria claro com a reconstrução dos eventos – findara o sonho de construir um país igualitário. Capitulara. Sua única esperança era

---

<sup>271</sup> Foram dois depoimentos orais a esta pesquisa, ambas em Fev 2011.

<sup>272</sup> Ressalte-se que, naquela ocasião, o capitão Sebastião Rodrigues de Moura usava o codinome de Dr. Luchini. Era, também, apenas mais um dentre os muitos oficiais do Exército servindo no Araguaia, aliás, o 25º na cadeia de comando, de acordo com as apurações desta pesquisa junto a militares. Depois de promovido a major, passou a fazer uso aberto de seu apelido pessoal, Curió. Seu mito na região só se consolidaria a partir da década de 1980, quando tornou-se responsável pelo garimpo de Serra Pelada. Em dezembro de 1973, quando desceu de helicóptero na casa de Zezão para apanhar o guerrilheiro Josias, era o Dr. Luchini. Contudo, nas lembranças de Zezão, quem esteve lá foi o Major Curió.

sobreviver. E, como os escravos tão menosprezados por Platão porque se submetiam “ao domínio do amo por desejar permanecer vivo a qualquer preço”, como lembra Arendt<sup>273</sup>, Josias contou o que os militares dele queriam saber. E levou-os onde eles gostariam de ir. A 22 de dezembro de 1973, o guerrilheiro chegaria ao Ponto dos Perdidos à testa de uma equipe do Exército. Josias avistou o camarada Jaime<sup>274</sup>, sozinho, dentro de um abrigo de palha e pau a pique.

“Se entrega, Jaime, que a luta está perdida” – gritou Josias<sup>275</sup>.

Jaime reagiu atirando, como já narrado, e terminou decapitado pelo guia Iomar Galego. Quanto a Josias, passaria três meses na Base de Xambioá. Em seu caso, era uma espécie de prisão domiciliar. Podia andar pela base, mas não deixá-la, sob pena de execução sumária. Como estudante de Medicina, usufruía da regalia de fazer o rancho com os oficiais.

Nesse tempo, relatou o que sabia da guerrilha, apontou mapas, levou os militares a diferentes pontos na floresta. Mas somente Jaime teria sido abatido por conta de seus apontamentos. Josias conversava muito. Tanto com os militares, quanto com os camponeses que serviam de guias do Exército. A eles, relatou vários episódios da guerrilha, como a morte do camarada Mundico<sup>276</sup> e o enterro de Ari.

---

<sup>273</sup> Arendt. *A condição humana*. Op. cit., pág 329.

<sup>274</sup> Jaime Petit da Silva, um professor de Matemática e Física, além de estudante de Engenharia.

<sup>275</sup> De acordo com as narrativas orais dos ex-guias Sinésio Martins Ribeiro, o Sinésio Bringel, e Cícero Pereira Gomes, o Cícero Venâncio, que estavam presentes no episódio.

<sup>276</sup> Rosalindo Cruz Souza, o Mundico, provável autor da letra da “Canção do Guerrilheiro”, morreria em agosto de 1973, durante o período de tregua. Trata-se do único dentre os 53 guerrilheiros mortos e desaparecidos que os militares não assumem (informalmente) a autoria da morte. Teria sido “justiçado” (executado) pelos próprios companheiros por suposta traição aos ideais revolucionários. O episódio que resultou em sua morte, resultados das pesquisas de campo, será narrado adiante, no Capítulo 8, “A Luta na Floresta”.



Josias (em foto depois de preso pelos militares)

Buscava muito justificar sua mudança de lado, tentar explicar que não seria um “traidor da guerrilha”, mas sim uma vítima. Pois, segundo ele, quando estudante de Medicina em Niterói, fora recrutado pelo partido para “fazer um trabalho de assistência social no interior”, e não para participar de uma luta armada<sup>277</sup>. Chegou a combinar com um militar com quem conversava tomar chopp no bar Garota de Ipanema, no Rio de Janeiro, quando a guerra acabasse. Em meados de março, esse mesmo militar recebeu a ordem de executá-lo. Não conseguiu cumpri-la<sup>278</sup>.

<sup>277</sup> O ex-guia Cícero Venâncio teria ficado seu amigo e, com ele, mantido longas conversas. As informações acima são baseadas na narrativa de Cícero a esta pesquisa – nesse caso específico, gravadas em vídeo. Ressalto, contudo, que os ex-guias Iomar Galego e Jacó Gaioso também conversaram bastante com Tobias Pereira Jr. e que suas respectivas lembranças sobre o guerrilheiro guardam o mesmo sentido geral das lembranças de Cícero. Idem para um militar que também interrogou o guerrilheiro. Essas quatro diferentes fontes apresentam um guerrilheiro que se diz arrependido, que se diz traído (e não traidor) e que garante que não fora convocado a uma revolução, mas apenas a prestar serviços de assistência social no interior.

<sup>278</sup> Na obra *A Lei da Selva*, op. cit., pág. 82 e 83, registro o relato desse militar, codinome Mário, sobre sua relação com o guerrilheiro Josias. Quando chegou a ordem de executá-lo, esse militar não conseguiu cumpri-la. Procurou um oficial e pediu: “Afasta de mim esse cálice”. Então, a missão teria sido entregue a outro militar. Em pesquisas mais recentes, descobri que Tobias Pereira Jr. pode ter sido poupado. Como já relatado em nota de rodapé anterior, os militares teriam poupado a vida de alguns guerrilheiros, como Hélio Luis Navarro de Magalhães, o Edinho, desde que assumissem nova identidade, como é prática nos programas de delação premiada dos Estados Unidos. Esses supostos desaparecidos políticos são chamados de “mortos-vivos”. Os grupos de Direitos Humanos debatem quem seriam os mortos-vivos desde o início da década de 1990. Nessa época, o historiador Rubim Aquino chegou a ir atrás da família de Tobias, aventando a possibilidade de ele ser um dos mortos-vivos. Em fins da década de 90, a Rede Globo chegou a abordar o tema no programa “Você Decide”, baseado em um caso real de um morto-vivo que estaria morando no Rio de Janeiro. Em 2006, o ex-ministro da Educação, Jarbas Passarinho,

\* \* \*

Josias não seria o único a buscar a Vida como Bem Supremo. Ou por falta de convicção na missão messiânica – uso o termo de acordo com a acepção benjaminiana – ou por terem sido tomados por aquela emoção que Osvaldo chamaria de medo.

Áurea (Aurea Elisa Valadão) chegou a comover o sargento que a interrogava. Estavam em Marabá, em local conhecido por Casa Azul, onde os comandantes militares instalaram-se para coordenar toda a repressão à guerrilha. Ela, magra, extremamente fraca, com a pele tomada por pústulas de leishmaniose. O sargento relata que tentou reanimá-la, usando uma técnica de interrogatório que busca estabelecer a empatia com a prisioneira. Convidou-a para, juntos, tomarem cerveja e depois dançar a noite inteira. Áurea chorou:

“Não me dê falsas esperanças, porque depois você não vai poder cumprir” – teria dito a guerrilheira, de acordo com as lembranças do militar.

\* \* \*

O mesmo Zezão que prendeu Josias, também pegaria Simão (foto). Nascera Cilon Cunha Brum, em São Sepé, Rio Grande do Sul, numa família de pequenos agricultores. Estudou em Porto Alegre; depois, mudou-se para São Paulo. Era estudante de Economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo quando foi recrutado pelo PC do B. Chegou ao Araguaia com 24 anos.



Era meados de fevereiro de 1974 quando o capataz foi avisado por um adolescente, Diquinho, filho do camponês Agenor de Miranda, que havia um “terrorista” armado em sua casa<sup>279</sup>. Zezão colocou o

---

concedeu entrevista à revista *IstoÉ* revelando que abrigara dois mortos-vivos do Araguaia, no início de 1974, quando era ministro da Educação. Seriam cinco os mortos-vivos do Araguaia, sendo quatro homens e uma mulher. Esclareço que esse tema não faz parte desta pesquisa e que o cito, em nota de rodapé, por preciosismo acadêmico, a título de esclarecimento sobre o destino de Tobias/Josias.

<sup>279</sup> Na pesquisa, entrevistei Antônio de Miranda Neto, o Antônio do Agenor, irmão de Diquinho.

adolescente no carro e dirigiu-se ao local indicado. Segundo sua narrativa, entrou com arma na mão, apontando para Simão.

“Você vai entregar as armas ou não?”

Entregou a carabina e o revólver calibre 38. Estava “amarelo, arrasado, triste”, de acordo com a descrição do capataz. Era alto e magro. Usava uma calça de tergal azul marinho, muito folgada, amarrada na cintura por um cordão. Não ofereceu resistência. Sentou-se ao lado de Zezão no Jipe. Quando passaram em frente a um pasto cheio de gado, Simão chorou.

“Lembrei-me da minha terra”...

“Quase não o levei de pena”, relata Zezão. “Mas se não levasse, eu iria para o pau”.

Chegaram à Base de Babaca por volta das 17h30. Simão “fediu muito”, segundo o capataz. Um soldado o levou para o banheiro; saíra de lá de banho tomado e com outra roupa. O médico da base, codinome Dr. Walter, examinou o guerrilheiro. Mandou lhe dar vitaminas, de acordo com as lembranças de Zezão. Simão ficaria de duas a três semanas preso na Bacaba.

Nesse período, conversaria sobre suas esperanças com alguns moradores da região, dentre eles, o camponês Antônio Menezes. Falava em voltar a estudar, que sentia muitas saudades dos sobrinhos, queria voltar para casa. “Tenho fé que vou voltar a ver minha família”, disse, de acordo com Menezes. Aparentava uma imensa tristeza no olhar. Dizia que sentia enganado pelo partido, que abandonara os guerrilheiros. Enfim, segundo essas reminiscências expostas em narrativas, Simão queria viver.

Logo depois da Semana Santa, foi colocado em um helicóptero em companhia do guerrilheiro Raul – o mesmo que estava junto com Ari naquela encruzilhada na Grotta do Cristal. Nascido Antônio Theodoro Castro, Raul fora aprisionado por moradores de Brejo Grande no Sábado de Aleluia. Era o dia da tradição da Malhação do Judas. Amarrado em um poste, Raul seria o Judas daquele ano. Mais tarde, seria também torturado por militares. O guerrilheiro

orgulhava-se de ser um homem duro, um sertanejo, um “cabra-macho”, como costumava dizer aos moradores do Araguaia.

Zeção lembra-se em detalhes da chegada de Raul e de Simão na sede da Fazenda Rainha do Araguaia. Desceram de helicóptero, com as mãos amarradas e ligados um ao outro por uma corda de paraquedas. Estavam ladeados por cinco militares, chefiados pelo capitão Curió, garante Zeção. Os dois vestidos iguais, calças azuis da aeronáutica e camisas bege de manga comprida. Raul estava muito magro, cabeludo, barbudo e sujo, em crise de malária. Simão, um pouco mais gordo, limpo e barbeado, “com aparência bem melhor”, relata o capataz. Era hora do almoço. Os militares pediram água. Zeção ofereceu um prato:

“O dotô come da nossa comida?” – indagou, olhando nos olhos de Raul. “Fiquei pensando no conselho da minha mãe: sempre dar comida para quem tem fome” – explica o capataz, no tempo presente.

Raul respondeu que não, “não vou comer”. Curió encerrou a conversa dizendo que comeriam na volta do reconhecimento que fariam no mato. Mas os militares almoçaram. Logo depois saíram a pé, mata adentro, em direção a uma estrada que estava sendo aberta, a OP-3. O camponês Isaías os acompanhou<sup>280</sup>. Andaram cerca de 1h30 pela fazenda. Sentaram para descansar em uma área que ficava perto da gleba de Raimundo Cacaúba – aquele mateiro que estava no grupo que serrou o pescoço de Ari enquanto ele ainda estava vivo<sup>281</sup>.

Raul cuspiu na cara de Curió. O capitão então se levantou e deu tiro na cabeça do guerrilheiro. O sangue espirrou na mochila de um dos militares. Depois teria perguntado ao outro:

“Simão, você gosta da floresta?”

“Gosto”.

---

<sup>280</sup> Fugira de Minas Gerais após matar a família. Encontrara abrigo na fazenda como juqueiro, segundo seu relato oral.

<sup>281</sup> Naquela ocasião, Cacaúba andava pela área, mas só ganharia a escritura da gleba em dezembro de 1974, meses depois do episódio.

“Então fica aí”<sup>282</sup>.

Simão teria dado um grito de terror no momento em que constatou que seria executado. Os tiros foram escutados na sede da fazenda. Era por volta de 14h30. Foram ambos, Raul e Simão, deixados insepultos na mata, ao largo da antiga trilha de tropa de burros que ligava a sede da fazenda Rainha do Araguaia à estrada OP-3

Dias depois, Cacaúba avistou os corpos enquanto caçava veados em companhia do camponês Antônio Fogoió. O cheiro era forte, havia muitas moscas, as pacas os devoravam, segundo sua narrativa à pesquisa. Outros camponeses também avistariam os corpos. Zezão mandou enterrá-los por causa do mau cheiro. A trilha era importante para a fazenda, explica em narrativa oral. Precisava estar limpa<sup>283</sup>.

\* \* \*

Entre dezembro de 1973 e março de 1974, de 25 a 30 guerrilheiros caíram prisioneiros dos militares. De todos, três deles se mostrariam os mais apegados à vida: Edinho (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), Duda (Luiz René Silveira Silva) e Piauí (Antônio de Pádua Costa). Duda e Piauí chegaram a servir de guias do Exército na caçada aos guerrilheiros – de acordo com as lembranças de camponeses e de militares, em relatos a esta pesquisa<sup>284</sup>.

<sup>282</sup> Nesta pesquisa, consegui localizar um militar que estava naquela equipe. Ele exigiu que sua identidade seja preservada, o que será respeitado. Observo, desde já, que a história por ele narrada é extremamente parecida àquela narrada pelo mateiro Isaías a Zezão, como também ao relatado em reportagem da revista *Veja*. Quanto à biografia autorizada de Curió, *Mata*, op. cit., optou por omitir as execuções de Raul e Simão, apesar de testemunhas como Zezão e Antônio do Agenor terem sido entrevistadas e citadas em outras passagens.

<sup>283</sup> Em fevereiro de 2011, levado por Raimundo Cacaúba, estive no local onde Cilon (Simão) e Theodoro (Raul) foram executados e, depois, enterrados. O ex-guia do Exército foi localizado em Serra Pelada pelo casal Mercês Castro (irmã de Raul) e Jadiel Camelo, que o convenceu a ajudar os familiares na localização dos corpos. Cacaúba levou a mim e o advogado Jadiel ao local. Foi uma expedição de oito dias. Foram necessários três dias abrindo caminho pela mata espessa apenas para localizar a antiga trilha de burros onde Cacaúba avistou os dois corpos sendo comidos por animais silvestres. Localizamos a provável área, no topo de um morro, mas não encontramos a antiga touceira de bambu, ao lado da qual Cacaúba viu os corpos. O local foi marcado com GPS. Desde então, aguarda pela iniciativa da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência para que profissionais da geologia façam prospecções na tentativa de encontrar os restos mortais dos dois guerrilheiros.

<sup>284</sup> Dentre eles, Iomar Galego, Jacó Gaioso e Cícero Venâncio, que chegou a manter longas conversas com Josias, com Daniel e, principalmente, com Duda.



Há três fotografias de Piauí guiando os militares. Fazem parte do acervo pessoal de um militar que participou da Terceira Campanha. Em duas delas, Piauí está sentado, descansando. Na outra, está dentro de um helicóptero.



Três momentos do guerrilheiro Piauí, depois de preso pelos militares.  
No helicóptero, ele é o segundo a partir da direita

## 2.8 – Esperança sem fim

Para Benjamin, a construção da vida está muito mais no poder dos fatos do que no das convicções. No Araguaia, certamente, os fatos, à medida de

seus acontecimentos, até fizeram ruir as convicções de alguns daqueles jovens – como no caso de Josias, Edinho, Duda ou Piauí. Contudo, não há muitas teorias históricas, políticas, econômicas ou sociais capazes de fornecer explicações plausíveis para o fenômeno ocorrido nas matas do Araguaia.

Impulsionados pelo imaginário de um tempo, a esmagadora maioria daqueles homens e mulheres manteve-se até o fim firme em suas convicções. Não havia intempérie, fome ou doença capaz de atingi-los. E mesmo naquele fatídico encontro com a morte iminente, muitos deles professaram a seus algozes uma fé profunda e inabalável no sonho pelo qual foram lutar. Há histórias comoventes em seus desfechos.

Construídas muito antes, assim que entraram naquela mata selvagem, com seus sonhos alimentados por seus próprios desejos. Claro, cada qual teria a sua convicção; todavia, a raiz era a mesma: fazer uma revolução, segundo o imaginário social daquele tempo, os anos 1960 e 1970 no Brasil. Não importaria, inicialmente, as condicionais e as condicionantes. O importante era seguir rumo ao desconhecido mundo real, movidos pela esperança, prontos para subir pela primeira vez no palco do mundo, como diria Marx.

\* \* \*

Certo dia apareceu uma canção em algum lugar das selvas amazônicas. Trata-se da “Canção do Guerrilheiro”. O autor – ou autores – não restou registrado nas memórias dos camponeses sobreviventes. Nenhum dos guerrilheiros que retornaram vivos às cidades conhece essa canção. Eles foram todos presos entre abril e maio de 1972, o que leva a concluir que o hino foi composto após esse período, provavelmente em junho de 1972.

A letra lembra o estilo dos poemas do guerrilheiro Mundico<sup>285</sup>. O comandante Mário anota em seu diário que a 27 de junho de 1972 esteve em visita ao Destacamento C, quando conheceu e ensaiou o hino<sup>286</sup>. A letra

---

<sup>285</sup> Rosalindo Cruz Souza, baiano, era poeta. Pertencia ao Destacamento C das Forças Guerrilheiras. A letra da canção guarda similaridades com outros poemas de Rosalindo, aos quais tive acesso nesta pesquisa.

<sup>286</sup> Maurício Grabois, codinome Velho Mário, comandante das Forças Guerrilheiras, teceu um diário sobre a guerrilha, documento que ficou conhecido por “Diário do Velho Mário”.

transborda o imaginário guerrilheiro em sua plenitude; exala, em cada verso, as esperanças e os sonhos daquele punhado de homens e mulheres que estiveram juntos em um grupo revolucionário. Registra Velho Mário no diário a letra completa do hino:

### **Canção do Guerrilheiro do Araguaia<sup>287</sup>**

Nas selvas sem fim da Amazônia  
Vive e combate o guerrilheiro sem par  
Valente e destemido  
Sua bandeira fulgente é lutar

Tudo enfrenta com denodo  
Para livrar da exploração  
O povo pobre, a Terra amada  
E construir nova Nação

Não dá trégua aos soldados  
P'ra derrotar os generais  
Emboscar, fustigar dia após dia  
Atacar, sempre mais, sempre mais!

Sob o manto verde da floresta  
Para as massas anseia paz e pão  
Bem estar para os trabalhadores  
Alegria para os jovens e instrução

Nada teme, jamais se abate  
Afronta a bala a servir  
Ama a vida, despreza a morte  
E vai ao encontro do porvir

Está pronto p'ro combate  
Em dia claro ou noite escura

<sup>287</sup> Se a letra da canção restou registrada no “Diário do Velho Mário”, relevante ressaltar que a melodia, contudo, perdeu-se numa dessas fissuras da História. Em 13 Set 2009, contudo, consegui resgatar também a melodia e registrá-la em vídeo. Participava como representante da UnB do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), que busca os restos mortais dos desaparecidos do Araguaia, quando tivemos notícias da existência de um camponês que conviveu com a guerrilha. Chama-se José Wilson Brito, o Wilsinho. Trabalhava como caseiro em um sítio no interior do Amapá. O então comandante da 23ª Brigada de Infantaria na Selva, de Marabá, general Mário Lúcio Araújo, que cumpria a missão de primeiro coordenador do grupo, deu ordens de buscá-lo. Dois dias depois, Wilsinho estava em Marabá, levado pelo Exército. Por consenso do grupo, fui designado para ouvi-lo, em depoimento oral. Wilsinho contou que tinha 12 anos quando entrou para o grupo guerrilheiro, a convite de Sônia (Lúcia Maria de Souza). Aliás, estava com Sônia quando, em outubro de 1973, ela seria morta pela equipe chefiada pelo Major Lício Maciel, tendo como subchefe o capitão Sebastião Curió. Desde a década de 1980, o PC do B vinha denunciando que os militares teriam desaparecido com um adolescente que estava com a guerrilheira Sônia no dia de sua morte. Esse adolescente, enfim, era Wilsinho. Já com 52 anos, Wilson guarda em suas lembranças episódios relevantes da guerrilha. Entre eles, ele sabe de cor e salteado a Canção do Guerrilheiro, estrofe por estrofe, verso por verso, cada tom da melodia. Então tomei emprestado um aparelho de vídeo e gravei Wilson cantando. No dia seguinte, ele retornaria ao sítio onde mora com a família no interior do Amapá. Quanto ao vídeo com a canção, encontra-se em meu acervo documental, à disposição da instituição que porventura queira ficar com os documentos.

Acabar, esmagar o imperialismo  
Derrubar, liquidar a ditadura!

Da liberdade heróico defensor  
Inimigo do regime militar  
Quer terra p'ra todo lavrador  
Feliz, viver e trabalhar

Lutador audaz do Araguaia  
Rebelado no Sul do Pará  
Junto ao povo, unido e armado  
Na certa um dia vencerá

Sua tarefa gloriosa  
Realiza com ardor  
Avançar, empunhar todas as armas  
Contra o inimigo opressor!

Depois da morte de Osvaldão, na virada de abril para maio de 1974, a guerrilha já estava praticamente extirpada. Lia<sup>288</sup> (foto) era uma das remanescentes. Escapara de todos os cercos; assistira aos camaradas serem abatidos ou apanhados, incluindo o marido, Lourival<sup>289</sup>. Mas ela sempre conseguia escapar.

Até que foi encontrada por um camponês debaixo de uma grande árvore na região ao sul da cidade de São Geraldo. Era uma estopeira. Lia estava deitada, depauperada. O camponês não a socorreu; achou mais prudente avisar ao Exército. Lia foi levantada do chão pelos militares. Em suas mãos, um diário.

Seguindo o exemplo do Velho Mário, alguns guerrilheiros possuíam diário. Lia escreveu que estava passando fome e sede, mas que não poderia morrer, pois ainda tinha muita coisa a passar para os outros guerrilheiros para que



<sup>288</sup> Telma Regina Cordeiro Corrêa, estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói.

<sup>289</sup> Elmo Corrêa; eram casados desde os tempos de estudantes, no Rio de Janeiro.

pudessem continuar a causa<sup>290</sup>. Escreveu que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros, repetindo sem cessar a estrofe que mais a animava, que rege que guerrilheiro:

*“Nada teme, jamais se abate,  
afronta a bala a servir.  
Ama a vida, despreza a morte  
e vai ao encontro do porvir”*



Era essa canção que lhe dava ânimo para caminhar. As últimas anotações de Lia registram palavras como “estou nas últimas” e “não aguento mais”. A letra já estava muito fraca, tremida. Depois disso, nada mais escreveu. Lia foi tratada na Base Militar de Xambioá. O suficiente para conseguir falar. Depois foi executada. Como regia a canção do guerrilheiro, Lia foi “ao encontro do porvir”.

\* \* \*

Relevante ressaltar que esmagadora maioria dos guerrilheiros, mesmo diante da iminência da morte, como Lia, não renegou a luta armada. Ao contrário. Aproveitaram seus últimos momentos para reafirmar a convicção que nutriam pela luta por um país justo e igualitário. Tomemos o caso da guerrilheira Maria Diná.

Nascida Dinaelza Santana (foto), em Vitória da Conquista, Bahia, era estudante de Geografia da Universidade Católica de Salvador e trabalhava na Transbrasil<sup>291</sup>. Militava no movimento estudantil secundarista em Jequié. Morou com a família até chegar a hora do vestibular. Casou-se com um vizinho, namorado de adolescência, Vandick Reidner Coqueiro, estudante de Economia

<sup>290</sup> Em minhas pesquisas para o Mestrado, três militares me relataram histórias similares sobre a morte de Lia. Um deles disse que leu muitas vezes o diário da guerrilheira, mas não guardou cópia. Disse que ficou emocionado com a coragem e a força da inimiga. Por isso se recorda bem de alguns trechos do Diário. Cheguei a registrar essa história de Lia em meu livro, Studart. *A Lei da Selva*. Op. Cit., págs. 266 e 267. Agora a reproduzo, mas em outro contexto – para mostrar a força dos sonhos daqueles jovens guerrilheiros.

<sup>291</sup> Naquele período, em verdade, a empresa ainda se chamava Sadia. Havia sido recém-fundada pelo comandante Omar Fontana, cuja família era dona da indústria de alimentos Sadia. Logo depois mudaria o nome para Transbrasil. Dinaelza trabalhou lá um pouco antes da mudança de nome.

em Salvador. Dinaelza adotou o sobrenome Coqueiro. Quando chegaram ao Araguaia, tinham ambos 22 anos. Ela virou a Maria Diná; ele, o João Goiano.

Depois de Osvaldão morrer, Diná seria aprisionada. Mais uma vez, coube a Zezão, o capataz da fazenda Rainha do Araguaia, a tarefa de apanhá-la. Foi procurado na fazenda por um camponês chamado Oswaldo. Chegou à tardinha, segundo as lembranças do capataz. Estava muito assustado.

“Zezão, lá em casa peguei uma muié. E é muié valente”.

“Mas não pode ser valente, porque você pegou” – ironizou.

“Mas é o cão!”

O camponês relatou que a guerrilheira batera à sua porta pedindo comida. E, enquanto ela comia, ele pulou em cima e a amarrou. Mas ela lutara muito. Zezão levou dois de seus homens para apanhá-la e depois entregá-la aos militares. Um deles, Cícero Pereira Gomes, o Cícero Venâncio<sup>292</sup>; o outro se chamava Parazinho. Foram a pé. Levaram dois cachorros. No caminho, encontraram a mulher de Oswaldo, com sete crianças, correndo assustada. Disse que estava com “medo da terrorista”.

Maria Diná havia se soltado. Oswaldo amarrara sua mão para frente. Diná colocou a mão no fogão à lenha e queimou a corda. Queimou também mão e punhos. Já era noite quando Zezão chegou à casa de Oswaldo. Levantou a lanterna e viu um rastro. O cachorro Bagunça latiu. Todos correram. Ela estava em cima de uma árvore.

“A mulher era bonita demais! Mas fedia que nem bicho do mato” – rememora Zezão. “Pedi para descer, mas ela começou a xingar”.

“Vocês são uns covardes, são cachorros do Exército” – teria dito a guerrilheira.

Os cachorros mordiam e ela subiu ainda mais na árvore. O capataz mandou um dos filhos do camponês pegar um machado. Zezão cortou a

---

<sup>292</sup> Cícero narrou o mesmo episódio a esta pesquisa. Contudo, optei pela narrativa de Zezão por ser mais rica, aproveitando a de Cícero nas eventuais ausências.

árvore. Maria Diná caiu agarrada à árvore. Esperneava. Se tocasse, ela mordida ou arranhava. Esperneava ainda mais, xingava – de acordo com a narrativa do capataz. Foram precisos três homens para segurá-la e amarrá-la novamente. Chegou de volta à casa do camponês, viu o rádio e quebrou.

“Covardes, filhos da puta” – dizia ela.

Passou a noite sentada, com quatro homens vigiando. Ela estava com as roupas todas remendadas. Mas não havia rasgão que ela não tivesse costurado, cerzido à mão, observou Zezão. De madrugada, Diná pediu para urinar. O camponês Parazinho foi junto. Ela então o derrubou e começou a lhe dar uma surra, mesmo com a mão amarrada e queimada.

“Corre que a covarda tá me vencendo” – gritou Parazinho, ainda de acordo com o relato de Zezão.

De manhã o helicóptero chegou para pegá-la. Desceu o capitão Sebastião Curió, segundo o relato de Cícero Venâncio. O militar teria dado um forte tapa na cara da guerrilheira. Tão forte que a derrubou no chão, de acordo com Cícero.

“Você só faz assim, filho de uma égua, corno sem vergonha, chifrudo” – reagiu Diná, ainda segundo o relato de Cícero. Outro tapa e ela caiu de novo.

“Essa mulher era muito mais homem do que os homens que conheci” – conclui Zezão no agora, observando suas reminiscências do outrora.

Cícero Venâncio, que era um dos guias de maior confiança dos militares, acompanharia os dias subsequentes de Maria Diná. Primeiro foi levada para a Base de Bacaba, ao norte, perto da Transamazônica. Depois, foi deslocada para a Base de Xambioá.

“Ela ficou três dias no sofrimento” – relata Cícero. “Depois a levaram para a mata, perto do Arlindo”.

Levar para a mata, na linguagem dos ex-guias, é um eufemismo de executar prisioneiros. Quanto ao Arlindo, trata-se do camponês Arlindo “Piauí”

Vieira, que na ocasião era um dos guias de maior confiança do Exército. Em sua casa, um lugar chamado “Prazer do Mundo”, perto da Base Militar de São Raimundo, helicópteros costumavam descer com prisioneiros – mas só militares embarcavam de volta, de acordo com a narrativa de Antônia “Galega” Vieira, viúva de Arlindo.

Dona Antônia guarda em suas lembranças o dia em que Maria Diná desceu em sua casa, levada por três militares. Na chefia, estaria Curió, de acordo com a camponesa. Saíram para o mato levando a prisioneira. Antônia escutou tiros. Os militares retornaram sem a mulher. Segundo ela, Curió estava furioso, xingava muito a “terrorista”. Nas pesquisas de campo, encontrei um militar que relata o que teria acontecido quando estavam no mato:

Ela era braba pra cacete, aguentou um pau violento, uns cinco ou seis dias de pau. Aí contou a história dela. Então nossa equipe a levou. Na hora, a pistola engasgou. Engasgou e não saiu mais bala nenhuma. Ela me olhava com um ódio danado. Não chorou, só me olhava com ódio, um ódio fantástico, ódio, muito ódio. Foi uma merda. Então eu tive que pegar outra arma. Um companheiro chegou perto e ajudou a fazer o serviço”<sup>293</sup>.

\* \* \*

Em meados de 1974, restavam poucos guerrilheiros vivos. Dina (Dinalva) era uma delas. Ela então escreveu uma carta à direção do partido em São Paulo, aos cuidados do dirigente Ângelo Arroyo, que até janeiro era chamado de comandante Joaquim, pois ocupava o posto de vice-comandante geral das Forças Guerrilheiras. Joaquim deixara a área logo após o Chafurdo de Natal<sup>294</sup>. A carta seria apreendida pelos militares mais de dois anos depois, em dezembro de 1976<sup>295</sup>. Um trecho da correspondência é citado em um

<sup>293</sup> Narrativa oral de Louro (codinome do militar usado no Araguaia), registrada em Studart. A Lei da Selva. Op. Cit., pág. 81

<sup>294</sup> Foi retirado do Araguaia pelo militante Micheas Gomes de Almeida (codinome Zezinho), cuja função na guerrilha era entrar e sair com guerrilheiros da região.

<sup>295</sup> Essa carta faz parte de um conjunto de documentos da direção do PC do B, chamado de “Documentos da Lapa”, apreendidos durante um episódio que ficou conhecido por “Chacina da Lapa”, ou “Massacre da Lapa”, quando os órgãos de repressão invadiram uma casa no bairro do Lapa, zona oeste da capital paulista, onde o Comitê Central do partido vinha realizando uma série de reuniões clandestinas.



documento do DOI-Codi de São Paulo, que recebeu o carimbo de “Secreto”. Reproduzo:

Segundo carta de DINALVA CONCEIÇÃO DE OLIVEIRA, datada de 14 de maio de 1974, endereçada a ÂNGELO ARROYO, ela o chama de desertor e esclarece que estão reduzidos a onze (11) guerrilheiros, tolhidos de todas as restrições, sem qualquer apoio da população; em outro trecho da carta ela diz: sentimos que a morte se aproxima, assim a carta encerra com a frase: “de algum lugar do Araguaia”<sup>296</sup>.

\* \* \*

Entre maio e julho, nove guerrilheiros seriam presos e depois executados. Beto (foto), 31 anos<sup>297</sup>, foi um deles. Levado para interrogatório em Marabá, diante dos militares, mostrou-se firme em suas convicções. Dizia ter a mais absoluta certeza de que a revolução triunfaria, que era apenas uma questão de tempo.

Até que um dia apareceu uma pequena equipe de três agentes do CIE com a missão de levá-lo para a execução. Estavam vestidos à paisana, barbudos e cabeludos – como era comum entre os agentes do Centro de Informações do Exército, CIE. Beto sabia que chegara sua hora, que seria executado. Mas ao ver seus algozes, ironizou:

“Quer dizer que é com essa tropicália que vocês querem derrotar nossa revolução?”<sup>298</sup>



Naquela virada dos anos 1960-70, além da ditadura no poder, a esquerda engajada vivia às turras com a juventude rebelde e colorida representada pelos *hippies*, a turma da Paz & Amor. Para aqueles militantes da luta armada, que arriscavam suas vidas pela revolução, eles eram, na melhor das hipóteses, tratados por “alienados” e “desbundados”.

<sup>296</sup> DOI-Codi São Paulo. Relatório Especial de Informações Nº 1/77, “Secreto”, 46 págs.

<sup>297</sup> Lúcio Petit da Silva, engenheiro, paulista, era o mais velho de três irmãos que morreram no Araguaia: Lúcio, Jaime e Maria Lúcia.

<sup>298</sup> Segundo narrativa oral a esta pesquisa de um militar, que preferiu se manter anônimo.

No Brasil, eram representados, sobretudo, pela turma de cantores egressos da Bahia que fundaram o chamado “Movimento Tropicalista”. Assim, quando o guerrilheiro Beto avistou os agentes do CIE cabeludos, barbudos e com roupas coloridas, tal qual Caetano e os Novos Baianos<sup>299</sup>, restou-lhe diminuí-los pela ironia.

\* \* \*

Dina e Tuca<sup>300</sup> seriam presas nesse mesmo período, meados de junho. Dina, aos 29 anos; Tuca, 33 anos. Tentavam tentando escapar pelo rio Araguaia. Roupas destroçadas, magras, famintas, desnutridas, há quase um ano sem comer sal ou açúcar. Os corpos tomados por pústulas de leishmaniose. Por conta da tensão, fazia seis meses que Dina não menstruava. Pediram a um camponês que lhes comprasse roupas novas. Só assim poderiam viajar. Entregaram-lhe o último dinheiro que lhes restava. Ele levou os militares até elas. As duas passaram três semanas em poder do Exército, em Marabá.

“Vocês podem me torturar o quanto quiserem, mas não vou contar nada” – teria dito Dina, assim que se viu diante das equipes da inteligência militar.

Como Áurea, não teria sofrido maus tratos físicos; já não tinha nada a contar<sup>301</sup>. Da mesma forma que circularam com o corpo do lobisomem Osvaldo amarrado a um helicóptero, os militares chamavam uma dezena de camponeses para avistarem, aprisionado, o outro mito guerrilheiro. Alguns puderam até trocar rápidas palavras com ela<sup>302</sup>.

Dina conversou com vários militares. Estava firme em suas convicções. Tuca também não teria tergiversado. No início de julho de 1973, duas equipes militares apareceram para executá-las. Cada uma subiu em um helicóptero

---

<sup>299</sup> Referência ao compositor Caetano Veloso e ao conjunto Novos Baianos, que junto com Gilberto Gil, eram considerados os representantes maiores do movimento tropicalista.

<sup>300</sup> Dinalva Conceição Teixeira, a Dina; e Luiza Augusta Garlipe, a Tuca.

<sup>301</sup> Realizei entrevistas orais com dois oficiais do Exército que estiveram com Dina em Marabá, ambas para a pesquisa de mestrado, “O Imaginário dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia”. Ambos garantiram que Dina não teria sido torturada ou sofrido maus tratos. Os mesmos militares admitiram uso de violência nos interrogatórios de outros guerrilheiros, como Dinaelza Santana Coqueiro, a Maria Diná.

<sup>302</sup> Dentre eles, José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, ex-colaborador da guerrilheira e depois guia do Exército, morador de Serra Pelada, PA, conviveu por muito tempo com Dina.

diferente e foi levada a algum lugar das selvas amazônicas. A equipe que levou Dina, de três homens, era chefiada pelo sargento do Exército Joaquim Artur Lopes de Souza, codinome Ivan<sup>303</sup>.

“Vocês vão me matar agora?”, teria indagado Dina assim que pisou em solo.

“Não, mais na frente um pouco; agora só quero que você reconheça um ponto ali adiante”, teria respondido Ivan.

O grupo caminhou por cerca de 200 metros mata adentro, Dina com as mãos amarradas nas costas. Ela e Ivan caminharam lado-a-lado. Teriam mantido uma conversa cordial, testemunhada pelos dois militares que vinham logo atrás<sup>304</sup>. De acordo com a reconstituição dos militares, a comandante se queixou de que estaria se sentindo traída pela cúpula do PC do B. Ela queria combater, partir para o confronto armado com os militares, “avançar, avançar sempre mais”, como na “Canção do Guerrilheiro”. Acreditava, com profunda convicção, que ainda tinha condições de desencadear a revolução socialista e vencer a ditadura militar. Desde que os guerrilheiros tivessem apoio externo do partido, explicou. Enfim, até em seu último instante de vida, Dina nutria esperanças de sua tão sonhada revolução vir a triunfar. O grupo parou em uma clareira.

“Vou morrer agora?”, perguntou a guerrilheira.

“Vai, agora você vai ter que ir”, respondeu Ivan.

“Eu quero morrer de frente”, pediu.

“Então vira pra cá”.

Ela virou e encarou o executor nos olhos. Transmitia mais orgulho do que medo – relataria mais tarde o militar aos colegas de farda<sup>305</sup>. Ele se aproximou da guerrilheira, parou a dois metros de distância e lhe estourou o

---

<sup>303</sup> Publiquei esse episódio encontra-se relatado no livro *A Lei da Selva*, op. cit., pág. 55 a 58. Inclusive o diálogo entre Dina e Ivan. Por seu simbolismo, optei por registrá-lo novamente nesta pesquisa.

<sup>304</sup> Foi um deles que reconstituiu os diálogos supracitados. In: *Idem, Ibidem*.

<sup>305</sup> Ele também relatou que, por muito tempo, ficou com o olhar de Dina na cabeça. In: *Idem, Ibidem*.

peito com um tiro de pistola calibre 45. O tiro pegou um pouco acima do coração. O impacto jogou Dina para trás. Levou um segundo tiro na cabeça.

Foi enterrada ali mesmo. Seu corpo jamais foi encontrado<sup>306</sup>. O sargento Ivan, por sua vez, relataria aos colegas de farda que por muito tempo ficou com o olhar de Dina na cabeça; que ela era a pessoa mais digna e valente que já conhecera; sua heroína; e que se orgulhava muito de ter tido a honra de abatê-la<sup>307</sup>.

\* \* \*

A 3 de agosto, foi a vez do penúltimo deles, Peri<sup>308</sup>, aos 27 anos. Estava sozinho na mata quando foi encontrado por uma patrulha militar. Uma bala atingiu seu crânio. Levava uma garrafa com sal, uma garrucha e um caderno de notas no qual louvava os jabutis e maldizia os mateiros. Seu corpo foi transportado de helicóptero para a Base de Xambioá. “Deixado no chão da base, foi chutado pela tropa até que um oficial da FAB interveio, exigindo que respeitassem o inimigo morto”<sup>309</sup>.

Restava apenas Walquíria. Já estava há dois meses na mata, completamente sozinha, quando procurou ajuda na casa de dona Fogoió,



mulher do camponês Zequinha Medeiros. Chegou muito magra, morrendo de fome. Quando se deitou em cama seca, Zequinha pulou em cima, amarrou-a e chamou os militares. Foi levada para a Base de Xambioá<sup>310</sup>. Walquíria permaneceu aprisionada em uma cela com janela de grades. Atanásio Gomes (então com 17 anos, ele auxiliava sua mãe a cozinhar para os soldados da base) a avistou três vezes

<sup>306</sup> Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975, teria sido exumado e levado para a cremação em outro local. In: *Idem, Ibidem*.

<sup>307</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>308</sup> Pedro Alexandrino de Oliveira, bancário e estudante da Universidade Federal de Minas Gerais.

<sup>309</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

<sup>310</sup> Fonte: depoimento de Iomar Ribeiro da Silva, *Iomar Galego*, em 14 Ago 2009.

por detrás das grades. Ela estava com olhar muito triste.

“Me ajuda” – pediu a guerrilheira ao adolescente, que por três vezes desviou o olhar, em silêncio.

“Eu não podia ajudar” – explica Atanásio, aos prantos, no tempo presente.



*Val (Walquíria Afonso Costa),  
a última das guerrilheiras*

Walquíria foi executada no terceiro dia, a 30 de setembro de 1974, e enterrada ali mesmo, ao pé de uma árvore que ficava no meio da Base de Xambioá. Era uma capixaba risonha e sonhadora, que gostava de atravessar as noites cantando ao pé da fogueira, com uma sanfona no peito e uma arma ao alcance da mão. Tinha 27 anos.

Ainda é preciso que algum outro pesquisador saia em busca de seus sonhos perdidos. Sobre o que pensava naqueles três dias em que permaneceu aprisionada na Base Militar de Xambioá? O que teria dito no interrogatório? E o principal: tal qual Beto e Dina, ainda nutria esperanças da revolução triunfar? Pelo seu histórico anterior, pela determinação várias vezes testada com armas, a Teoria das Probabilidades aponta que sim.

E assim terminou o movimento protagonizado por 59 homens e mulheres que sonhavam um sonho quando as esperanças eram grandes; pois

eram jovens e não tinham medo<sup>311</sup>. Mas é preciso compreender como foi que esse sonho começou.

---

<sup>311</sup> Mais uma vez, tomo emprestado os versos que Alain Boubilil e Herbert Kretzmer fizeram para a canção *I Dreamed a Dream*. “*Eu sonhei um sonho quando as esperanças eram grandes; eu era jovem e não tinha medo*” (Em tradução livre).

### Capítulo 3

## CONTEXTO HISTÓRICO E POLÍTICO

Este capítulo tem por objetivo expor o contexto histórico da segunda metade do Século XX, quando proliferaram em todo o mundo as chamadas “organizações de vanguarda”, como também processo político de divisão do Movimento Comunista Internacional que, entre os militantes brasileiros, resultou na fundação do Partido Comunista do Brasil, PC do B, e desaguou na Guerrilha do Araguaia. Dentro deste contexto maior, também apresento e analiso a conturbada relação do partido com a China, a partir de documentos da organização apreendidos pela repressão militar.

### 3.1 – Organizações de vanguarda

Em seus estudos sobre o imaginário instituinte, Castoriadis<sup>312</sup> defende a ideia de que o mundo histórico é o mundo do fazer humano, no qual se desenvolve um modo específico de fazer, que é o fazer político por ele designado como *práxis*. A imaginação social, ainda segundo o autor, é o motor da criação humana inserida no social e no histórico, é criação e fazer ser no tempo. O imaginário não emerge do irracional, nem do pensamento, mas sim da realidade social. Para Castoriadis, a sociedade constitui sempre sua ordem simbólica num sentido diferente do que o indivíduo pode fazer. Mas essa constituição não é livre, ressalta. Ela também deve tomar sua matéria no que já existe.

Assim, para compreender aquele punhado de jovens que foram para o coração da floresta deflagrar a revolução socialista – sujeitos que “nada temem, desprezam a morte e vão ao encontro do porvir”<sup>313</sup> – será preciso recorrer justamente ao sistema de representações e de valores daquele tempo.

---

<sup>312</sup> Cornelius Castoriadis. *A Instituição Imaginária na Sociedade. Op. Cit.*

<sup>313</sup> Trata-se de um verso da “Canção do Guerrilheiro”, conforme narrado no capítulo anterior.

E que representações eram essas? Ora, eles eram marxistas-leninistas, segundo se definiam. E o partido que os convocou à luta, por sua vez, era uma organização que se autodenominava como de “vanguarda”.

Invoquemos, assim, os estudos e conceitos de Hannah Arendt a respeito das chamadas “organizações de vanguarda” do Século XX, como também o pensamento do filósofo marxista alemão Ernest Bloch a respeito das organizações políticas messiânicas – tema que já havia sido abortado antes por Benjamin. A dialética benjaminiana, como já visto, é indissociável do messianismo político. Benjamin havia lido Bloch, elogiado muitos pontos e criticado outros, como a abordagem sobre os conceitos de “sonho” e de “esperança” do filósofo, considerado por ele muito conformista<sup>314</sup>.

Arendt, por sua vez, já havia lido, estudado e compreendido Benjamin – de quem era admiradora e grande amiga – quando lançou *Origens do Totalitarismo*<sup>315</sup>, sua obra mais reconhecida, seguindo por alguns caminhos abertos pelo amigo. A obra derradeira de Bloch, *O Espírito da Utopia*, apareceu uma década depois<sup>316</sup>. Ressalte-se que Arendt e Bloch seguem caminhos autônomos. O fato é que essa questão, o messianismo como política, assim como o conceito do vanguardismo nos movimentos revolucionários, guardam muitas interseções entre os pensamentos de Benjamin, Bloch e Arendt, principalmente dos dois últimos.

Em *Origens do Totalitarismo*<sup>317</sup>, Arendt faz uma distinção muito clara do fenômeno do totalitarismo com relação às ditaduras anteriores ou posteriores – da tirania clássica, passando pelo absolutismo moderno e por “toda sorte de novas tiranias, fascistas e semifascistas, ou unipartidárias”, até chegar às ditaduras militares que proliferaram em especial na América Latina, África e Ásia durante a Guerra Fria. Há inúmeros pontos convergentes entre

---

<sup>314</sup> Os três, alemães e judeus, foram mais ou menos contemporâneos: Bloch (1880-1956), Benjamin (1892-1940) e Arendt (1906-1975).

<sup>315</sup> Ela terminou de escrever em 1948 e lançou a primeira edição, nos Estados Unidos, em 1949. Hannah Arendt. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

<sup>316</sup> A primeira edição é de 1959, portanto após sua morte, lançado em Frankfurt, sob o título de *Das Prinzip Hoffnung*. Apud: Ernest Bloch. *O Princípio Esperança*. *Op. cit.*, pág. 4.

<sup>317</sup> Arendt terminou os manuscritos em 1949, quatro anos após a morte de Hitler e o final da Segunda Grande Guerra, e quatro anos antes da morte de Stalin, em 1953 – segundo ela própria observaria em um Prefácio que escreveu a uma nova edição da obra, em 1966. A primeira edição do livro é de 1951. Arendt, *op. cit.*, pág. 339.



totalitarismo e ditaduras, tantos que, muitas vezes, a própria Academia costuma confundir-los, observa Arendt<sup>318</sup>.

Contudo, duas características únicas distinguiriam os regimes totalitários de tudo mais o que viera antes ou depois. Primeiro, o apoio fenomenal das massas, conquistado tanto pelo Partido Nacional Socialista dos Trabalhadores Alemães quanto pelo Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A segunda característica observada por Arendt é que esses regimes estavam alicerçados em “organizações de vanguarda”.

Ao longo de sua obra, Arendt cometeria muitas ousadias. Uma delas foi tecer a comparação entre as organizações políticas de vanguarda e a mística religiosa, ou seja, o fenômeno do messianismo na política, temas que já haviam sido dissecados por seus patrícios e contemporâneos Benjamin e Bloch, como já dito.

Segundo Arendt, em quase tudo essas organizações se assemelhavam às “sociedades secretas (esotéricas)”, compara ela, com a criação de um mundo “artificial” e “de aparências” através de complicados rituais iniciáticos, com suas regras difusas<sup>319</sup>. Ainda segundo Arendt, nessas organizações “esotéricas”, as pessoas unem-se mais firmemente através da experiência partilhada de um ritual secreto do que pela simples admissão ao conhecimento do segredo<sup>320</sup>.

\* \* \*

Em obra tão original quanto a de Arendt, Bloch cometeu, ao longo dos três volumes de *O Princípio Esperança*<sup>321</sup>, a ousadia de tecer o cruzamento entre os movimentos religiosos messiânicos e as organizações de vanguarda que lideraram as modernas revoluções. Assim como Arendt encontrou no

---

<sup>318</sup> Arendt observa: “O que é importante em nosso contexto é que o governo totalitário é diferente das tiranias e das ditaduras; a distinção entre eles não é de modo algum uma questão acadêmica que possa ser deixada, sem riscos, aos cuidados dos ‘teóricos’, porque o domínio total é a única forma de governo com a qual não é possível coexistir. Assim, temos todos os motivos para usar a palavra ‘totalitarismo’ com cautela”. *Idem*, pág. 343.

<sup>319</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>320</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>321</sup> Ernest Bloch. *O Princípio Esperança*. Vol I (Tradução de Nélio Schneider), Vol. II (Tradução e notas de Werner Fuschs) e Vol. III (Tradução e notas de Nélio Schneider). Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. UERJ, 2005 – 2006.

totalitarismo traços comuns do nazismo e do comunismo – em especial o fato de fazerem uso de vanguardas organizadas como alicerces – Bloch tece sua própria comparação em pelo menos uma singularidade relevante comum às religiões messiânicas e aos movimentos revolucionários: o culto ao profetismo.

Considerado um dos críticos mais corrosivos do imaginário cristão, Bloch parte do pressuposto de que a utopia faz parte da estrutura histórica do homem. Em *O Princípio Esperança*, Bloch busca demonstrar que o espírito utópico<sup>322</sup>, embora pareça estar divorciado da realidade presente, vislumbra que o “aqui e agora” é preocupante. Isto é, a utopia deixa margem a uma real crítica do presente.

Transportando para o objeto desta pesquisa, a Vida como Bem Supremo – conforme o conceito de Arendt -- é relativizada, e toma seu lugar como valor fundamental àquela esperança que leva um sonhador a desprezar a morte a ir ao encontro do porvir – como rege a Canção do Guerrilheiro – criando um “lutador audaz do Araguaia, rebelado no Sul do Pará” que “junto ao povo, unido e armado, na certa um dia vencerá”<sup>323</sup>.

“O que importa é esperar”, explica Bloch. “O ato de esperar não resigna: ele é apaixonado pelo êxito em lugar do fracasso. A espera, colocada acima do ato de temer, não é passada como este, tampouco está trancafiada em um nada”<sup>324</sup>.

Em prosseguimento à fundamentação de Benjamin sobre o messianismo como conceito político, Bloch observa que o messianismo está sempre ligado ao profetismo. E o que é o profeta? Ora, é o “mediador”, “o que diz”, o que “anuncia”. Enuncia dentro de uma voz de sacralidade que ultrapassa o tempo e o espaço. É, ao mesmo tempo, acrônico (de *cronos*, fora de um tempo determinado) e utópico (de *topos*, para além de um lugar específico).

<sup>322</sup> Em obra anterior, *Espírito da Utopia*, op. cit., Bloch toma emprestado o conceito de Hegel de Espírito do Mundo (*Weltgeist*) e de Espírito do Tempo (*Zeitgeist*).

<sup>323</sup> Trata-se da transcrição da oitava e penúltima estrofe da “Canção do Guerrilheiro”.

<sup>324</sup> Ernest Bloch. *O Princípio Esperança – Volume 1*. Op. cit., pág. 13.

O profeta é simultaneamente chefe religioso, chefe militar, chefe político, chefe legislador e julgador – tudo em uma só pessoa. No profetismo, é muito difícil separar a religião do Estado. A ideia é de missão divina, uma função que transcende os interesses pessoais, ou mesmo de um povo. Enfim, um profeta messiânico a conduzir um grupo predestinado, coletivo este que tinha sua própria identidade. Até este ponto, Bloch se refere ao profetismo religioso.

O Iluminismo trouxe novas cartas semânticas, como os conceitos de “Civilização” e de “Humanidade”. Então, a Sagrada Aliança messiânica transcendeu o teológico e passou a ser com toda a Humanidade – levar luzes para todos os povos e nações. Assim, os povos “civilizados” tinham a obrigação de “civilizar” os primitivos. A principal ideia das modernas revoluções iluministas é a de acelerar o metabolismo social. Daí, a antológica frase de Robespierre quando radicaliza com sua guilhotina: “É preciso acelerar o curso da História”.

As revoluções modernas têm qualquer coisa próxima da experiência mística, observa Bloch, uma experiência interior no qual indivíduo visa se libertar do espaço e do tempo (utopia e acronia) para se reencontrar com o Divino. Místico é aquele que *Teos* vem a mirar mesmo antes do fim dos tempos. Revolucionário é aquele que quer o fim da História antes do fim dos tempos. É o profeta da sociedade científico-industrial<sup>325</sup>.

O revolucionário busca, em essência, fazer com que o futuro chegue mais cedo – “sua tarefa gloriosa, realizada com ardor”, rege ainda a “Canção do Guerrilheiro”. E seus líderes, por sua vez, costumavam ter o futuro como previsão científica. Vitória da razão prognóstica, outro nome do profetismo. Assim, o revolucionário iluminista é um missionário, portador da Luz.

Tal qual Hegel, Marx criou um pensamento fundamentado no princípio de que a História tem um sentido. E para Marx, o sentido da História seria a Igualdade, a sociedade sem classes. Idealista utópico, em total consonância com o imaginário de seu tempo, Marx demonstra ao longo de toda sua obra

---

<sup>325</sup> Apud: Fernando Catroga. *Os passos do homem como restolho do tempo – Memória e o Fim da História*. Op. cit. 221.

uma profunda convicção de como deve ser o futuro. De acordo com os fundamentos marxistas, chegará o tempo no qual os homens viverão em uma sociedade sem classes. Até lá, teremos que atravessar a sociedade das cruzadas, da luta revolucionária dentro da História.

A partir de Lenin, e sobretudo com Stalin, o pensamento marxista começa a pregar a necessidade de uma vanguarda revolucionária que traga a redenção social. A expressão “vanguarda” é posterior a Marx, emergiu do leninismo do início do Século XX. Nos tempos de Marx, a metáfora utilizada, herança do iluminismo francês, era a ideia de quem vai à frente levando um “facho de luz”. Com a palavra, Bloch:

*Corruptio optimi pessima*: a esperança fraudulenta é uma das maiores malfeitoras, até mesmo um dos maiores tormentos do gênero humano, e a esperança concretamente autêntica, a sua mais séria benfeitora. A esperança sabedora e concreta, portanto, é a que irrompe subjetivamente com mais força contra o medo, a que objetivamente leva com mais habilidade à interrupção causal dos conteúdos do medo, junto com a insatisfação manifesta que faz parte da esperança, porque ambas rogam do não à carência. Pensar significa transpor. (...) Marx representa a reviravolta na tomada de consciência do transpor concreto<sup>326</sup>.

Assim, segundo o caminho aberto, ainda na década de 1930, por Benjamin, aprofundado por Arendt e dissecado por Bloch, o marxismo-leninismo seria, em sua mais profunda essência, uma espécie de movimento messiânico dentro do contexto culto das ciências dos séculos XIX e XX. Lenin mobilizava em nome da ciência a fé revolucionária de seus militantes, criando, assim, um “momento de suspensão do tempo e espaço banal para viver um tempo e um espaço místico religioso”<sup>327</sup>.

Ainda de acordo com essa linha de pensamento, os movimentos revolucionários marxistas-leninistas do Século XX – incluindo-se o objeto desta

---

<sup>326</sup> Bloch. *O Princípio Esperança*. Op. cit. págs. 15 e 16.

<sup>327</sup> *Idem, ibidem*.

pesquisa, a Guerrilha do Araguaia – teriam sido, *mutatis mutandis*, vanguardas que empunhavam o facho de luz a fim de levar a redenção socialista a todos os povos e nações. Bloch:

Desde Marx, não existe mais investigação da verdade nem juízo realista que possam esquivar-se dos conteúdos subjetivos da esperança no mundo – a não ser sob pena de trivialidade ou de beco sem saída. *A filosofia terá consciência do amanhã, tomará o partido do futuro, terá ciência da esperança do mundo. Do contrário, não terá mais saber*<sup>328</sup> (Grifo de Bloch).

\* \* \*

Aceitando essa linha de pensamento, o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, idealizador do movimento de luta armada no Araguaia, deve ser analisado como uma organização de vanguarda, de acordo com as acepções de Arendt e Bloch, tendo seus fundadores e principais lideranças um viés essencialmente messiânico.

Relevante ressaltar, contudo, que o PC do B não tinha nenhum líder messiânico em sua direção. No Araguaia, Velho Mário, o comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, também estava muito longe de querer sê-lo – ainda que, em seu diário, sejam muitas as passagens no qual ele se mostre um evolucionista e tente vislumbrar o futuro embalado muito mais na fé do que na razão. Porém, trabalho com a hipótese secundária de que a Guerrilha do Araguaia, em muitos momentos, sobretudo em seu final, tenha tangenciado as características de um movimento messiânico.

E quanto a aqueles jovens idealistas que se apresentaram à luta, tomados de esperança de construir um espaço de vanguarda revolucionária nas selvas amazônicas? Ora, eram 69 militantes políticos quando a luta armada começou. Não eram monolíticos antes, nem durante – e muito menos no final da luta, quando o Exército apertou o cerco e eles, de repente, se viram sendo exterminados.

---

<sup>328</sup> *Idem*, pág. 17.

Desde sua chegada à região, quando iniciou suas pregações aos moradores da região, Dina acenava com um mundo melhor, justo e igualitário, quando um dia a revolução triunfasse. E Osvaldo, por sua vez, a partir do momento em que assumiu a liderança da luta, incorporou a capa do profetismo. Na terceira e derradeira campanha, Dina e Osvaldo, a borboleta e o lobisomem juntos, empunharam o facho de luz e passaram a apontar o caminho do porvir. E tal qual profetas, os dois passaram a representar a esperança de um dia efetivarem a tão sonhada revolução. Ainda que, nos últimos meses de luta, fosse apenas um fio de esperança.

### **3.2 – A crise do PCB**

Um dos pontos inovadores do pensamento de Hannah Arendt é o fato de ela recusar compreender a política como mero instrumento para a administração dos Estados ou gerenciamento dos cidadãos, um meio para se alcançar um fim. Para ela, os cidadãos não são simples consumidores e a política possui uma dignidade própria. É na política, segundo Arendt, que experimentamos o prazer de aparecer de forma única e singular uns para os outros em ações e palavras dentro do âmbito público.

Nesse sentido, a política não é o que garante nossa liberdade, mas é ela mesma, de acordo com a pensadora, uma experiência de liberdade. Uma das grandes contribuições de Arendt foi ter mostrado que os horrores do Século XX não foram resultado de um excesso de política. Ao contrário. Segundo ela, os regimes totalitários esvaziaram o exercício da liberdade, que é o sentido essencial da política.

\* \* \*

A morte do Líder soviético Josef Stalin, em 1953, levaria as esquerdas brasileiras a tomar novos rumos. Em 1956, no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, o novo chefe Nikita Krushev, o herói que comandara a vitória contra os alemães no mais sangrento embate militar da

História, a Batalha de Stalingrado, resolve denunciar, de forma espetacular, os crimes hediondos e a crueldade do antecessor<sup>329</sup>. Buscava derreter sua mística, erguida ao longo de três décadas de culto à personalidade.

Os comunistas daquele tempo, espalhados por todas as latitudes e longitudes do planeta, cultuavam uma fé inabalável nos rumos apontados por aquele profeta do socialismo, o “Guia Genial dos Povos”. Ademais, Krushev passou a apontar o caminho pacífico para a tomada do poder pelos comunistas, aderindo às teses de Antonio Gramsci<sup>330</sup>. Em pouco tempo, o ídolo ruiu. Na Praça Vermelha de Moscou, incitados por Krushev, populares derrubam a marteladas a estátua de Stalin. Assustados com os rumos de sua própria revolução, a delegação chinesa sai do Congresso e deposita uma vistosa coroa de flores no túmulo do ditador falecido.

Arendt jamais acreditou nas boas intenções do novo líder soviético; ao contrário, para ela, não era necessário que Krushev proferisse um “discurso secreto” para que “soubéssemos que Stalin havia cometido crimes”. A partir desse episódio, teria início uma divisão irreversível entre o PC soviético e o chinês, cujas consequências até hoje são sentidas na geopolítica global. Simbolicamente, o corpo de Stalin foi removido no túmulo de Lenin, santuário nacional.<sup>331</sup> “A crise do stalinismo se arrastaria dentro do movimento comunista brasileiro, minando-o, destruindo-o, esgarçando sua unidade de décadas, irreversivelmente”, escreve Mir<sup>332</sup>.

O fato é que, no Brasil, tanto a direção do PCB quanto suas bases entraram em forte alvoroço com as revelações de Krushev. No início, o

---

<sup>329</sup> Propositadamente, tomei o cuidado de apresentar Stalin como Líder, grafado em maiúscula, como ensina Arendt, e seu sucessor como mero chefe.

<sup>330</sup> Filósofo e político italiano, um dos mais originais e importantes pensadores marxistas do Ocidente, Gramsci (1891-1937) é autor da ideia de revolução pacífica dentro do aparelho do Estado. Em sua obra principal, *Cadernos do Cárcere*, redigidos durante sua prisão pelo regime fascista italiano, defende a tese de que na sociedade industrial moderna o controle não é exercido pela força bruta, mas pela “manipulação sutil com que a classe dominante conquista a aceitação de sua ideologia por intermédio das normas e das instituições da sociedade burguesa”. In: Oliveiros S. Ferreira. *Os 45 cavaleiros húngaros – Uma leitura dos Cadernos de Gramsci*. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Hucitec, 1986, págs. 10-17.

<sup>331</sup> J.M. Roberts. *O Livro de Ouro da História do Mundo*. Tradução de Laura Alves e Aurélio Revello. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001, pág. 777.

<sup>332</sup> Luís Mir. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994, pág. 17.

Comitê Central queria evitar o debate mantendo-se em obsequioso silêncio. “O partido se manteve na muda e queda, com a cabeça enfiada na areia, esperando que a tempestade passasse” – observaria Osvaldo Peralva, um dos dirigentes do PCB na ocasião, e autor do verbete oficial de Prestes que constava na *Grande Enciclopédia Soviética*<sup>333</sup>. “O dirigente máximo do PCB estava atordoado e não sabia ou não podia discutir um tema, para o qual não existiram ainda as muletas da frase feita e das fórmulas consagradas”<sup>334</sup>.

Repentinamente, Prestes tornou-se ausente nas reuniões do Comitê Central. E Prestes não era um dirigente qualquer, eventualmente exercendo o cargo de Secretário-Geral do PCB. Naquela época, o PC brasileiro era o partido de esquerda mais importante da América Latina e Prestes o dirigente comunista mais famoso da região. No Brasil, era o nosso *Cavaleiro da Esperança*, apelido que lhe dera Jorge Amado e pelo qual era conhecido nas camadas populares de todo o país<sup>335</sup>. Enfim, era o que havia de mais próximo a um Líder, segundo a conotação que Arendt deu à expressão.

\* \* \*

Ao estudar as Origens do Totalitarismo, Hannah Arendt observou que no âmago das organizações totalitárias, “como o motor que a tudo aciona”, explica, assenta-se sempre a figura carismática do Líder. O Líder é essencialmente diferente dos chefes das demais ditaduras e tiranias. Para começar, deve sua liderança mais à sua extrema capacidade de manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder do que às qualidades demagógicas ou burocráticas. “Difere do antigo tipo de ditador por não precisar vencer por meio da simples violência”, diz Arendt. Os déspotas e ditadores também costumam embasar seus atos por *ordens*, que em geral têm seus fundamentos nas instituições. Um édito real, por exemplo, ou um decreto.

Os líderes das organizações de vanguarda, por sua vez, têm “vontades”, explica a pensadora. Independem de cargos formais para fazer valer suas

---

<sup>333</sup> Osvaldo Peralva. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962, pág. 185.

<sup>334</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>335</sup> Ao tecer a biografia d’*O Cavaleiro da Esperança*, publicada em 1942, Amado ajudou a construir o mito Prestes no imaginário da esquerda brasileira.



ordens. Aliás, não são meras ordens, mas insinuações, expressões de vontades quase diáfanas, entes metafísicos. Como as vontades sagradas dos profetas, “toda a hierarquia partidária era eficazmente treinada para o único fim de transmitir rapidamente o desejo do Líder a todos os escalões”. O Líder, que Arendt faz questão de grafar em maiúscula, tece a intermediação entre o mundo dos homens e o Espírito da Vanguarda<sup>336</sup>.

Exemplo concreto sobre o que Arendt versa em teoria está no relato do dirigente comunista Diógenes Arruda, o número dois do PCB nos anos 1940-50, e que estava em Moscou chefiando a delegação brasileira ao XIX Congresso do PC soviético, em outubro de 1952, o último promovido por Stalin antes de falecer, em 1953<sup>337</sup>. Ao retornar ao Rio de Janeiro, Arruda relata aos camaradas do partido, extasiado, a cena que testemunhara sobre a participação de Stalin naquele conclave:

O Velhinho ficava sentado ali, e todo mundo o olhava com carinho. Os médicos proibiram-no de fumar, mas o carinho dos camaradas soviéticos por ele é tamanho que o camarada general Proskriebichiev, seu secretário particular, de quando em quando se levantava e ia, com seu cachimbo fumegante seguro nas duas mãos, passá-lo duas vezes por baixo das narinas do camarada Stalin. E assim, o camarada Stalin, respirando normalmente, sentia o cheiro do fumo e o tragava um pouco de fumaça, sem sequer tocar no cachimbo. Durante o tempo do Congresso, o camarada general Proskriebichiev cuidou assim do Velhinho<sup>338</sup>.

Guardadas as devidas proporções, invoquemos doravante a figura lendária do Líder máximo dos nossos movimentos de vanguarda, o camarada capitão Luiz Carlos Prestes, O Cavaleiro da Esperança; como também de Maurício Grabois, aquele iniciado que, durante a crise do stalinismo, romperia com Prestes a fim de buscar a liderança do movimento armado desencadeado

<sup>336</sup> *Idem*, pág. 424.

<sup>337</sup> Uma década mais tarde, Diógenes Arruda seria um dos dirigentes máximos do PC do B. Nesse ponto, torna-se ainda mais importante conhecer histórias que ajudem a tecer o imaginário dos dirigentes partidários de então.

<sup>338</sup> Saliento que o trecho encontra-se transcrito no livro *O Retrato*, de Osvaldo Peralva, que fora dirigente do PCB. O autor busca reproduzir as palavras de Diógenes Arruda em um contexto de crítica ao partido. Ele classifica a cena descrita como “degradante, típica do despotismo asiático”. Lembra ainda que, meses antes de Arruda relatar aos camaradas a cena que presenciara em Moscou, o jornal comunista *Problemas* reproduziu em sua edição de Jan-Fev 1952 um artigo do camarada general Proskriebichiev com o seguinte título: “O Camarada Stalin – Pai Amado e Grande Mestre”. In: Osvaldo Peralva. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962, pág. 43.

no sul do Pará, a Guerrilha do Araguaia. Como ensinam as dialéticas de Hegel e Marx, Prestes é a *tese* e Grabois personifica a *antítese* de todo um grupo maior de dissidentes do PCB. Quanto à *síntese*, ocorreria em algum lugar das selvas amazônicas.

\* \* \*

Assim, foi um baque dentro do PCB quando Prestes optou pelo silêncio diante do debate sobre o stalinismo aberto por Krushev. Aninharam-se com ele e contra o debate, em “barricada”, segundo a expressão de Peralva, cinco dos dirigentes: Diógenes Arruda, João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar e Carlos Marighella, todos eles membros do *Presidium*, como então era chamada a Executiva do partido<sup>339</sup>. Chamo a atenção para o fato de que quatro desses cinco dirigentes mais tarde deixariam o PCB para fundar o PC do B<sup>340</sup>.

Depois de muitas pressões, o Cavaleiro da Esperança por fim sai do silêncio, mas para divulgar um documento intitulado “Carta Aberta de Luiz Carlos Prestes aos Comunistas”, que acabou célebre no imaginário político brasileiro por conta do apelido corrosivo forjado pela ala não ortodoxa do partido – “Carta Rolha”. Nela, Prestes estabeleceu o fim da discussão. Estavam proibidos, entre outras coisas, “quaisquer ataques à União Soviética e ao Partido Comunista da União Soviética”.

Os quadros dirigentes médios, contudo, os intelectuais e jornalistas liderados por Agildo Barata Ribeiro, militar e comunista histórico, um dos tenentes mais atuantes da Revolução de 30<sup>341</sup>, forçaram o debate à revelia dos altos dirigentes. Estavam, de acordo com os conceitos de Arendt, exercitando a experiência política que garante a liberdade. Assim, as gerações mais jovens de intelectuais entraram em rebelião quase aberta – como os intelectuais soviéticos, ao mesmo tempo, faziam em Moscou. Por aqui, exigiam a autocrítica radical.

---

<sup>339</sup> *Idem*, pág 184.

<sup>340</sup> A excessão é Carlos Marighella, que também sairia em 1967 para fundar sua própria organização, a ALN.

<sup>341</sup> Uma mera curiosidade: Agildo Barata, como era chamado, é o pai de um dos comediantes mais conhecidos da televisão brasileira, Agildo Ribeiro.

Em outubro de 1956, oito meses após o XX Congresso do PC soviético, o Comitê Central do PC brasileiro finalmente sucumbiria, oficializando a discussão através de um documento interno, “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”<sup>342</sup>. Em verdade, a discussão já era fato consumado. O “Projeto” apenas veio a reconhecer uma situação estabelecida e irreversível. Nesse documento, dentre outros pontos, dá a entender que o tradicional “centralismo democrático” seria abolido, garantindo a discussão interna e abrindo a liberdade de expressão aos militantes.

\* \* \*

Pertinente, neste ponto, uma explicação sobre dois conceitos até então adotados pelas organizações marxistas-leninistas de todo o mundo: “ditadura do proletariado” e “centralismo democrático”. O Ocidente sempre conheceu muitas formas de opressão e despotismo. Entretanto, reconheceria uma forma de governo forte, de plenos poderes, mas que guardava uma conotação positiva nos estudos da política. Trata-se da ditadura da republicana romana. Quando havia uma forte crise na República, chamavam um patrício probo e de bons costumes para exercer a ditadura provisória, de seis meses em média, cumprindo função de *dictator administrativus*. Depois ele ia embora.

No ensaio *As lutas de classe*<sup>343</sup>, publicado depois da primeira Comuna de Paris, Marx começou a teorizar sobre um novo tipo de ditadura, a do proletariado. Tratava-se da ditadura dos comissários do povo, em nome do povo, em nome da virtude. Também deveria ser uma ditadura provisória. Mas enquanto em Roma a ditadura máxima era de seis meses, em Marx era sem limites. Marx vai dizer que Estado é sempre o Estado de um grupo social

---

<sup>342</sup> A série de documentos que tem início com a divulgação do “Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”, prossegue com as resoluções do PCB que resultaram na fundação do PC do B, e desaguam em outra série de documentos do PC do B produzidos ao longo das décadas de 60 e 70, e que foram reunidos e compilados em um documento militar “Confidencial” do Centro de Informações da Marinha, CENIMAR, produzido assim que as Forças Armadas descobriram a Guerrilha do Araguaia, em abril de 1972: esses documentos encontram-se dispersos em livros e arquivos públicos, contudo, optei por acessá-los e analisá-los, em seu conjunto, através desse documento militar. *In*: Centro de Informações da Marinha. “*Ação Subversiva no Brasil*”. Brasília, Maio de 1972.

<sup>343</sup> Karl Marx. *As Lutas de Classes*. Ed. Cátedra, 1986.

dominante. Portanto, o Estado é sempre ditatorial, pois sempre atende aos interesses da classe dominante.

Mas sua ditadura, segundo Marx, poderia ser democrática, na acepção clássica de “governo do povo”. Mas, para isso, as classes operárias teriam que usar meios da revolução violenta para instaurar uma ditadura do proletariado, que seria uma ditadura provisória, mas que só terminaria quando não mais houvesse sociedade de classes. Assim, a ditadura marxista torna-se permanente. Totalitária, Arendt criticaria. É de Lenin, por sua vez, o conceito do “centralismo democrático”, resultado direto da palavra de ordem “todo poder aos sovietes dos comissários do povo”<sup>344</sup>.

Quando o PCB começou a sua abertura democrática, em fins de 1956, esses dois conceitos, “ditadura” e “centralismo”, eram dogmas quase religiosos, por demais arraigados no imaginário messiânico de seus dirigentes<sup>345</sup>. Assim, o Projeto de Resolução do Comitê Central é desde seus estertores fortemente rejeitado por uma ala do partido liderada por Diógenes Arruda, em cujas fileiras perfilavam-se João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois.

\* \* \*

Ao longo de todo o ano de 1957, o grupo negou-se a aceitar o processo de desestalinização do partido, deflagrando uma violenta luta interna, lembra Arendt. Um fato novo ocorreria na União Soviética em junho daquele ano, quando o secretário-geral do PC, Nikita Krushev, alcançaria a vitória final sobre os ortodoxos, conseguindo afastar outros dois membros da *troika* que dividia o poder no Politburo desde a morte de Stalin<sup>346</sup>. Arendt interpreta esse episódio como um *coup d'état*, um golpe perpetrado por Krushev, exatamente igual ao golpe que alçou Stalin ao poder total em 1925, derrubando a “liderança coletiva”<sup>347</sup> que fora instaurada em 1925, quatro anos após a morte de Lenin.

<sup>344</sup> *Apud*: Bronislaw Baczko. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Eunadi, Vol. V., Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987, pág. 147.

<sup>345</sup> Uso a expressão “messiânica” segundo os conceitos de Benjamin sobre *sonho*, ou seja, de luta no tempo do agora pela almejada sociedade sem classes preconizada por Marx.

<sup>346</sup> Além de Krushev, faziam parte da *troika* Lazar Moiseyevich **Kaganovich** e Georgy **Malenkov**.

<sup>347</sup> Expressão criada por Stalin.

No Brasil, por sua vez, estimulado pelo exemplo do camarada Krushev, o Líder Prestes acabaria mudando de posição. Assim, concluiu que também chegara a hora do PCB expurgar seus stalinistas. Dois meses depois do golpe no PC soviético, Prestes consegue arrancar um voto de confiança do Comitê Central para afastar quatro dos nove dirigentes do *Presidium*<sup>348</sup>. Desta forma, os dirigentes Maurício Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar e Calil Chad são rebaixados a exercerem “tarefas em outras organizações intermediárias”, segundo o eufemismo usado na resolução assinada por Prestes.

Era o início de um racha irreversível, numa demonstração de que os dirigentes comunistas brasileiros buscavam reproduzir a história política das metrópoles socialistas. Primeiro, da União Soviética; mais tarde, como veremos ainda neste capítulo, o modelo da China – como se a história daqui fosse uma mera reprodução da história de lá. Desta forma, estavam bem de acordo com os cânones universais do “materialismo evolucionista vulgar”, segundo a crítica de Benjamin.

### 3.3 – Fundação do PC do B

No início de 1958, o PCB ratifica a linha política pacífica através de um documento que ficou conhecido por “Declaração de Março”. Era a linha oficial, mas apenas uma linha proforma, posto que, nos bastidores, Prestes jamais desistira da tomada do poder pelas armas, via o tal “socialismo por decreto”<sup>349</sup>.

<sup>348</sup> Como já esclarecido, o nome que então se dava à Comissão Executiva do partido.

<sup>349</sup> Segundo Mir, os novos dirigentes do PC soviético ligados a Krushev defendiam a participação dos militares nacionalistas (ou seja, antiamericanistas) no processo revolucionário como força fundamental no Terceiro Mundo, já que não poderiam contar com uma classe operária organizada. A ideia central era a de que, nesses países, os militares seriam uma força real com origens populares, constituídas, em sua maioria, por egressos dos proletariados. Essa política era conhecida entre os governantes comunistas como “socialismo por decreto”. Desta forma, teve início o treinamento pelo Exército Vermelho soviético de membros das Forças Armadas e de militantes comunistas do Terceiro Mundo. Paralelamente, a Academia Militar de Pequim começaria a patrocinar o treinamento de seus próprios revolucionários. Ressalte-se que, apesar da adoção do discurso oficial gramsciano de tomada do poder pela linha pacífica, uma das diretrizes do PC-URSS era transformar militantes em militares de um futuro exército revolucionário. Nesse contexto, o Brasil continuava ocupando uma atenção destacada. Assim, Manoel Messias, secretário do PCB em Pernambuco, foi o primeiro brasileiro a concluir o curso de oficial do Exército Vermelho, em 1961. Em paralelo, ainda de acordo com Mir, Prestes passou a se dedicar, prioritariamente, à cooptação nas Forças Armadas de oficiais e sargentos “nacionalistas” para uma luta de “libertação nacional”, que serviria de base para um futuro governo “anti-imperialista”, não importando se a tomada do poder fosse pela via pacífica ou violenta. Em toda a sua caminhada como líder dos comunistas brasileiros, para Prestes, a militarização do PCB sempre foi uma vertente básica de seu

Ou seja, atingir a revolução através de golpes de Estado, exatamente como fizeram os bolcheviques na Rússia em outubro de 1917 quando, comandados por Leon Trotsky e liderados por Wladimir Lenin, tomaram de assalto o poder dos mencheviques, os socialistas moderados liberados por Alexander Kerensky, força política hegemônica que havia de fato derrubado o czar, para, a seguir, decretarem o socialismo<sup>350</sup>.

Mas a minoria stalinista passa a opor-se abertamente à nova orientação. Contudo, Prestes avança. Entre agosto e setembro de 1960, promove o V Congresso do PCB no qual, em síntese, é oficializada a linha pacífica de tomada do poder, como também um programa nacionalista – em oposição ao tradicional programa internacionalista preconizado pelo marxismo-leninismo.

As decisões do PCB sempre foram muito lentas – característica que seria herdada pelos dissidentes que fundariam um novo partido, o PC do B. Para cada decisão, pelo menos um ano de preparação. Assim, mais um ano e, a 11 de agosto de 1961, durante o curto governo de Jânio Quadros, o jornal *Novos Rumos*, órgão oficial do Comitê Central, publica a decisão de mudar o nome que a organização ostentava desde a sua fundação, em 1922.

O tradicional Partido Comunista do Brasil vira Partido Comunista Brasileiro. Manteve, contudo, a mesma sigla PCB. Do novo estatuto do partido, foram expurgadas as expressões “marxismo-leninismo” e “internacionalismo proletário” – até então considerados dois dogmas do comunismo internacional.

Ato contínuo, a Comissão Executiva Nacional, sempre sob controle absoluto do Líder Prestes, decide expulsar três dos principais dissidentes stalinistas, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo e Carlos Nicolau Danielli, por “atividades indisciplinadas e desagregadoras”, e por “atividades fracionistas e

---

funcionamento e organização. *In*: Mir, op. cit., pág. 17 a 19. Sobre a militarização do PCB, observo que, até a década de 1970, a quase totalidade dos membros da Executiva do PCB era constituída ou por militares tenentistas, ou por remanescentes do levante de 1935. Nada menos que 18 militares, sendo 16 oficiais e dois cabos, fizeram parte do Comitê Central do PCB, a começar pelo ex-oficial do Exército Maurício Grabois. A lista completa desses 18 dirigentes encontra-se em: Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., pág. 208.

<sup>350</sup> *In*: Vsevolod Eichenbaum Volin. *A Revolução Desconhecida*. São Paulo: Global, 1980.

anti-partidárias”<sup>351</sup>. Só faltou, suprema ironia, que o camarada-capitão Prestes os acusasse de “atividades subversivas”.

\* \* \*

Como bem observa Arendt, o Líder origina-se muito mais em sua extrema capacidade de manobrar as lutas intestinas do partido pelo poder do que as qualidades demagógicas ou burocráticas. Prestes estava apenas dando início à faxina interna. Dos 25 membros do Comitê Central, 12 terminariam expulsos naquele ano. Em resposta, um grupo de oito ex-dirigentes do PCB – tendo à frente uma *troika* em construção formada por Amazonas, Pomar e Grabois<sup>352</sup> – envia carta aberta aos diversos órgãos internos tecendo críticas aos novos rumos e declarando-se, agora oficialmente, em dissidência.

Em 18 de fevereiro de 1962, início do governo de João Goulart, os dissidentes realizam uma Conferência Extraordinária, em São Paulo, para fundar uma nova organização. Tomam para si o antigo nome do partido que Prestes abandonara para trás, Partido Comunista do Brasil, e criam uma nova sigla, PC do B. Dentre os 12 membros do Comitê Central da nova organização, cinco deles teriam papel de destaque na futura Guerrilha do Araguaia<sup>353</sup>.

Desde a sua fundação, o PC do B preconizava uma linha política radical de tomada de poder através da luta armada, conforme resta exposto em seus documentos de fundação, Estatuto e Manifesto-Programa. Também já acenava com a aliança estratégica com o Partido Comunista da China, na ocasião, em divergência cada vez mais aberta com o PC soviético. Em seu Estatuto, o novo partido informa que tem por “objetivo programático final o socialismo e o comunismo”<sup>354</sup>.

---

<sup>351</sup> Peralva, *op. cit.*

<sup>352</sup> São os oito: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli, José Duarte, Calil Chade e Walter Martins. Quanto a Diógenes Arruda Câmara, não assina a carta. Tudo indica que foi a partir desse momento que ele começa a perder o poder interno para a *troika* formada por Amazonas, Pomar e Grabois. *In*: Peralva, *op. cit.*

<sup>353</sup> Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo. Também foram ungidos para o Comitê Central: Diógenes Arruda Câmara, Carlos Nicolau Danielli, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oeste, José Duarte e Walter Martins.

<sup>354</sup> Documento disponível no sítio do partido: <http://www.pcdob.org.br/interna.php?pagina=1960.htm>. Último acesso em 12 de Novembro de 2013.

Também, o estatuto deixa claro e cristalino a ortodoxia e dogmática, fundamentadas nos conceitos da ditadura do proletariado de Marx e no centralismo democrático de Lenin. Já no segundo parágrafo, informa o Estatuto de Fundação que o PC do B que é “uma organização centralizada e combativa, regida por uma disciplina consciente, livremente aceita e obrigatória para todos os seus membros. Orienta-se pelo marxismo-leninismo e pelos princípios do internacionalismo proletário”. Com essas linhas, o novo partido restaurava os dois dogmas stalinistas exorcizados um ano antes pelo PCB de Prestes.

Na ocasião, foi lançado ainda um Manifesto-Programa, que afirmava que as classes dominantes não cederão suas posições voluntariamente, o que tornava “inviável o caminho pacífico da revolução”; e defendia um “governo popular revolucionário que instaure um novo regime anti-imperialista, antilatifundiário e antimonopolista”<sup>355</sup>.

Esse documento continha objetivos muito semelhantes aos definidos pela Aliança Nacional Libertadora liderada por Prestes em 1935. E descartava, por ser considerada “burguesa”, a principal palavra de ordem da ocasião, “Luta pelas reformas de base”, imaginada pelo PCB e encampada pelo governo João Goulart. Por fim, o Manifesto-Programa definiu o camarada Joseph Stalin como “O Quarto Clássico do Marxismo”, ao lado de Marx, Engels e Lenin<sup>356</sup>.

### 3.4 – Escalada da radicalização

A chegada da década de 1960 deflagrou tempos de extrema agitação. “Foram anos de efervescência e mobilização popular”, um “redemoinho de imagens” a compor o cenário de sucessivas crises<sup>357</sup>. O país se divide durante o governo de João Goulart, a radicalização política toma conta de ambos os lados. “A chegada do ano de 1964 deixava no ar que o país se encaminhava

---

<sup>355</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>356</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>357</sup> Tomo aqui emprestada as palavras de Lucília de Almeida Neves Delgado e Mauro Passos. “Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970)”. In: Jorge Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado. *O Brasil Republicado – Livro 4. Op. cit.*



para duas saídas; a revolução social ou o golpe de estado<sup>358</sup>". Enfim, o país estava à beira da guerra civil quando um golpe iniciado a 31 de março de 1964, perpetrado por uma aliança entre forças civis e militares, depõe o presidente e pendente o poder, definitivamente, para o lado dos Estados Unidos<sup>359</sup>.

Aos poucos, em prestações, o garrote militar e a direita civil<sup>360</sup> sufocaram a esquerda brasileira, tanto os socialdemocratas quanto os defensores da ditadura do proletariado. A esquerda, por sua vez, independente do grau de liberdade ou repressão do regime instituído, jamais se conformou com a derrota em 1964.

Com os militantes entusiasmados com as ideias práticas de Che Guevara e a teoria de Régis Debray a respeito do "foco guerrilheiro"<sup>361</sup>, começaram a proliferar siglas de esquerda dispostas a pegar em armas. Segundo Gorender, à exceção da maioria do Comitê Central do PCB, a esquerda considerou a falência do caminho pacífico um fato provado. "Seguia-se que a luta armada, não travada contra o golpe de direita, tornava-se imperativa quando os golpistas já tinham o poder nas mãos"<sup>362</sup>.

Já em 1965, por exemplo, quando Castelo Branco ainda pregava a ideia de um sucessor civil, o ex-governador Leonel Brizola organizava uma frustrada aventura armada na Serra do Caparaó (ES). Em 1966, ocorreu outro fato relevante, quando uma bomba explodiu no Aeroporto de Guararapes, Recife. O alvo era o general Costa e Silva, mas acabou matando um militar e um jornalista, que nada tinham a ver com os fatos, e ferindo outras 17 pessoas<sup>363</sup>.

---

<sup>358</sup> Rubim Santos Leão de Aquino & Outros. *Sociedade Brasileira: Uma história através dos movimentos sociais*. São Paulo: Record. 2000, Vol 2, pág. 667.

<sup>359</sup> Em 1981, o "brasilianista" René Dreifuss apresenta a tese original de que o golpe de 1964 não teria sido um movimento exclusivamente militar. Mas, sim, resultado de uma aliança entre militares, empresariado nacional e o "capital monopolítico transnacional" na formação de um "bloco de poder" para gerir o estado. René Armand Dreifuss. *1964: A Conquista do Estado*. 3ª ed., Petrópolis: Vozes, 1981, pág. 106.

<sup>360</sup> Destaco, entre os principais líderes civis, os ex-governadores Carlos Lacerda (RJ), Adhemar de Barros (SP) e Magalhães Pinto (MG). Os dois primeiros, como Robespierre, terminaram cassados pelo próprio regime que ajudaram a criar.

<sup>361</sup> Gorender: "A esquerda brasileira tomou conhecimento da teoria do foco através dos escritos de Ernesto Che Guevara, desde *A Guerra de Guerrilhas*, de 1960, e de Régis Debray. Deste último, *Revolução na Revolução?*, folheto de 1967, suscitou entusiasmo instantâneo". Jacob Gorender. Op. cit., pág. 88.

<sup>362</sup> *Ibidem*.

<sup>363</sup> Morreram o almirante Néelson Gomez Fernandes e o jornalista Édson Regis de Carvalho. O ferido mais grave foi o guarda civil Sebastião Tomaz de Aquino, que teve uma perna amputada. O atentado foi obra de militantes descontentes do PCB e da AP, que mais tarde teriam se aninhado numa outra organização, a

O Atentado de Guararapes é considerado o marco inicial da luta armada brasileira.

Também foi a partir de 1966 que um punhado de jovens revolucionários, universitários em sua esmagadora maioria, começou a se instalar na região do rio Araguaia, imaginando criar uma experiência utópica que serviria de farol para toda a humanidade, acreditavam eles. Começava, então, um dos períodos mais conturbados da nossa história, os “Anos de Chumbo”, com a proliferação da luta armada nas cidades e no campo – e a implacável resposta militar.

\* \* \*

Marc Bloch lembra que o indivíduo é uma expressão da sociedade e de uma época. E, naquela época, virada dos anos 1960-70, as esquerdas eram uma ebulição de sectarismos em explosão de fragmentos, com quase 50 organizações na ativa, uma parte na linha pacífica, outra na luta armada, ora aliadas, ora rivais, cada uma dessas facções tentando de seu próprio jeito, com estratégias e táticas distintas, encontrar um caminho para tomar de assalto o poder. Em verdade, tanto as Forças Armadas brasileiras, quanto os movimentos de esquerda que a elas se opuseram, jamais foram monolíticas<sup>364</sup>.

De comum entre essas organizações armadas, apenas a matriz marxista-leninista e o fato de serem formadas essencialmente por jovens estudantes voluntaristas que sonhavam salvar o mundo do capitalismo para implantar o comunismo e enxergavam o caminho de acelerar o curso da História através da revolução armada. Era essa, enfim, a argamassa que uniu

---

Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, APML do B. Com base em 32 depoimentos gravados, Mir revela que 27 militantes do PCB teriam participado da ação, que resultou na morte posterior de 20 militantes comunistas, bem como na prisão de outros 600. Até hoje ninguém assumiu a autoria. *In: Mir. A Revolução Impossível. Op. Cit. pág. 755.*

<sup>364</sup> No caso das Forças Armadas, tiveram, sim, em alguns períodos históricos, pontos de convergência e ideologias hegemônicas, como o positivismo que resultou na República, o liberalismo que derrubou a ditadura Vargas ou macartismo que implantou o Regime Militar de 1964. Contudo, ao longo do Século XX, as escolas militares – do Colégio Militar à Escola Superior de Guerra – foram palcos de debates sobre os destinos do Brasil. Naturalmente, brotaram novas ideias e vicejaram ideologias de múltiplos matizes. Entre elas, o marxismo-leninismo. Tanto que o Partido Comunista, fundado em 1922 por integrantes do movimento tenentista, nasceu de uma costela das Forças Armadas. Durante o regime militar de 1964, contudo, o anticomunismo prevaleceu de forma clara e hegemônica. Ainda assim, até mesmo nesse período, havia militares marxistas, como é o caso do capitão Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária, VPR.

aquelas diferentes pedras na construção de uma casa.

Em seus estudos sobre a formação das identidades coletivas, Stuart Hall tece críticas à burocracia dos partidos e movimentos políticos em suas tentativas de controlar as revoltas sociais ocorridas na década de 1960. Ora, argumenta, esses movimentos se opunham tanto à política liberal capitalista ocidental quanto à política stalinista do Oriente. “Isso tudo somando deu origem à política de identidade – uma identidade para cada movimento”<sup>365</sup>, afirma.

Contudo, observa Hall, todos esses movimentos abraçavam o que ele chamou de “teatro da revolução”. Mas havia a suspeita de que todas as formas burocráticas de organização favoreciam a espontaneidade e os atos de vontade política, refletindo no enfraquecimento ou no fim das organizações políticas de massa com ela associadas, bem como sua fragmentação em vários e separados movimentos sociais.

\* \* \*

Desta forma, entre 1966 e 1974, quando termina a Guerrilha do Araguaia, o Brasil chegaria a somar nada menos que 47 organizações de esquerda, sendo 15 delas engajadas na luta armada – de acordo com um documento “Secreto” produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA<sup>366</sup>. E essas organizações, todas as 47 juntas, chegaram a mobilizar cerca de 25 mil militantes no período<sup>367</sup>.

---

<sup>365</sup> Stuart Hall. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, págs. 44 e 45.

<sup>366</sup> “Secreto: Conferência proferida pelo Sr. Brigadeiro Newton Vassallo da Silva, Chefe do Cisa, para o Alto Comando da Aeronáutica, no Gabinete do Ministro da Aeronáutica”. Em 11 de Agosto de 1972, pág. 1 e 2. Esclareço que este documento foi por mim obtivo, no decorrer desta pesquisa, junto ao acervo pessoal de um militar, conforme o descrito na Apresentação.

<sup>367</sup> Observe-se que esse documento enumera cada uma das organizações, com nome, sigla e número aproximado de militantes, de acordo com a avaliação dos serviços de inteligência das Forças Armadas. Todos os números abaixo, relativos às demais organizações, foram extraídos desse documento secreto do CISA. Obviamente, como alertam Ricœur e Ginzburg, documentos não podem ser analisados pelos historiadores como se fossem verdades, mas apenas pistas, indícios de uma época do passado observada no presente. No caso desse documento do CISA, lembro que os militares da Comunidade de Segurança e Informações, em plena Guerra Fria, costumavam superlativizar o chamado “perigo subversivo”. Mesmo porque, desta forma, poderiam ganhar ainda mais poderes e autonomia operacional. Assim, os números expostos a partir desse documento devem ser interpretados apenas como indícios.

O tradicional PCB era, sem dúvida, a maior delas, com cerca de 17 mil militantes no período. Havia há muito optado pelo caminho da luta política pacífica dentro das instituições sociais, seguindo a estratégia apontada por Gramsci. A segunda maior, com cerca de 1,7 mil militantes, era a Ação Popular, AP, que nasceu dentro da Igreja Católica no início dos anos 1960. Também professava a linha gramsciana.

A terceira organização em tamanho era a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR, liderada pelo capitão Carlos Lamarca, com cerca de mil militantes em seu apogeu<sup>368</sup>; seguida da Ação Libertadora Nacional, ALN, liderada por Carlos Marighella, com cerca de 600 militantes<sup>369</sup>. Optaram pela guerrilha urbana, com ações armadas de propaganda e de intimidação ao regime, ou seja, o velho e conhecido terrorismo, cujo objetivo estratégico era ganhar o apoio popular até levar o governo ao colapso, como fez Lenin na Rússia. O quinto maior grupo rebelde era o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, PCBR,<sup>370</sup> que chegou a abrigar 380 militantes, ainda de acordo com a avaliação dos militares.

A seguir, como sexto maior, vinha o Partido Comunista do Brasil, PC do B, com “um pouco mais de 300 militantes”<sup>371</sup>. Estava, então, no mesmo patamar de outras duas facções desse “teatro da revolução”, segundo as

<sup>368</sup> A VPR foi fundada em 1968 como dissidência de outra sigla recém-nascida, a Política Operária (POLOP), imaginada por estudantes e intelectuais paulistanos. Cabe aqui introduzir uma pequena filigrana conceitual do marxismo ortodoxo. A VPR não era exatamente uma organização marxista-leninista, segundo eles próprios. Os sargentos que se juntaram aos estudantes da POLOP para fundar a VPR eram originários do Movimento Nacionalista Revolucionário, de Leonel Brizola, ao qual pertenciam como egressos do PCB. Alguns dos sargentos eram marxistas-leninistas, mas a VPR não tinha programa e muito menos projeto político ou social de inspiração marxista-leninista. Sobre seu líder, o capitão Carlos Lamarca, cumpre esclarecer que foi recrutado para a organização em fins de 1968. A 24 de Janeiro de 1969, ele deixou o quartel de Quitaúna, Osasco, SP, onde servia, em companhia de um sargento, um cabo e um soldado, levando consigo apenas um carregamento de 63 fuzis, três metralhadoras e munição.

<sup>369</sup> Baiano, estudante de Engenharia, militante do PCB a partir de 1934, Carlos Marighella foi deputado federal constituinte em 1946, ao lado de Prestes e Grabois. Em fins de 1966, renunciou à Comissão Executiva do PCB por discordar da linha pacífica. Um ano depois seria expulso do partido. Em fevereiro de 1968, Marighella funda a Aliança Libertadora Nacional, ALN, nome inspirado na Aliança Nacional Libertadora de 1935. É autor do *Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano*, inspirado na Teoria do Foco Guerrilheiro do francês Régis Debray. A ação armada mais conhecida da ALN foi o sequestro do embaixador americano Charles Elbrick, em 29 de Setembro de 1969, em ação conjunta com outra organização recém-criada, o MR-8. Marighella seria morto pelos órgãos de repressão, em uma emboscada em São Paulo em 4 de Novembro de 1969. In: Gorender. *Combate nas Trevas*. Op. cit.; e Emiliano José e Oldack Miranda. Lamarca: o capitão da guerrilha. São Paulo. Global Editora, 2000.

<sup>370</sup> Fundado em 1968, a partir de um novo racha no PCB, quando a chamada “Corrente Revolucionária”, liderada pelos dirigentes históricos Jacob Gorender, Mário Alves e Apolônio de Carvalho, passou a fazer forte oposição ao grupo de Luiz Carlos Prestes. A estratégia do PCBR consistia, basicamente, numa combinação do trabalho de massas nas cidades com a guerrilha rural.

<sup>371</sup> De acordo com o documento secreto do CISA, *op. cit.*

palavras de Hall, que sempre foram consideradas nanicas dentro dos grupos da esquerda armada: o Movimento Revolucionário 8 de Outubro, MR-8, e o Partido Operário Revolucionário dos Trabalhadores, PORT, ambos com cerca de 300 militantes cada um.

No caso do PC do B, protagonista da Guerrilha do Araguaia, optou pela guerrilha rural numa zona perdida da floresta amazônica, com ações armadas de fustigação e fuga, ou seja, a velha guerra de *partisans*. O objetivo estratégico era criar um exército regular de libertação, como fez Mao Tsé-tung na China.

### 3.5 – A luta interna permanente

Em sua obra *O Poder Simbólico*, Pierre Bordieu apresenta a ideia de um “poder quase mágico”, o “poder de fazer e de fazer crer”, de “confirmar ou de transformar a visão do mundo” – como aquele poder que mobilizou um punhado de dissidentes do PCB para fundar uma nova organização que pretendia pegar em armas, ou de jovens voluntaristas determinados a enfrentar um Exército bem armado e organizado, empunhando basicamente a tocha sagrada da revolução. Enfim, “o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter a ordem ou a subverter”<sup>372</sup>.

Foi com esse imaginário coletivo que, desde a sua fundação, os chefes políticos do PC do B buscaram a aproximação com um novo movimento internacional que começava a exercer o “poder de fazer e de fazer crer”, segundo as palavras de Bordieu – o maoísmo. Nascidos órfãos de Stalin, buscavam-se adotados pela China de Mao Tsé-tung à medida que precisavam se afastar da União Soviética de Krushev e do PCB de Prestes.

Já em seu Manifesto-Programa, de 1962, o partido tecia elogios à China Popular<sup>373</sup>. No ano seguinte, em junho de 1963, o Partido Comunista Chinês,

<sup>372</sup> Pierre Bordieu. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998. pág. 15.

<sup>373</sup> “Manifesto de Fundação do Partido Comunista do Brasil”, op. cit.

através de um documento que ficou conhecido como a “Declaração dos 25 Pontos”, deu a conhecer oficialmente ao Movimento Comunista Internacional o seu rompimento com Moscou. Com esse documento, oficializou-se um cisma irreversível, definitivo.

A partir daquele momento, as revoluções socialistas passariam a ser classificadas em todo o mundo como de “linha chinesa” ou de “linha soviética”.<sup>374</sup> A “linha chinesa” preconizava, em suma, que a revolução deveria partir da conquista do campo até o cerco final das cidades. Foi assim que os stalinistas da nova organização, o PC do B, começaram a se familiarizar com o pensamento de seu novo líder, Mao Tsé-tung. E da mesma forma que Stalin fazia questão de ser anunciado internacionalmente como o “Guia Genial dos Povos”, naquela ocasião, Mao procurava fazer crer que era o “Grande Timoneiro”.

Outra razão que empurrou o PC do B para o maoísmo era de ordem prática. O PC soviético ainda cultuava o dogma do “partido único”. Ou seja, não admitia a existência, em um mesmo país, de mais de um partido dirigente da classe operária. E, no Brasil, o partido que representava desde 1922 o proletariado agora se chamava Partido Comunista Brasileiro, PCB, então absolutamente hegemônico, com quase 20 mil militantes atuantes dentro do tecido social, prontos para deflagrar a revolução pacífica preconizada por Gramsci.

Maurício Grabois oficializaria a adesão ao maoísmo ao publicar um artigo na edição de julho de 1963 do jornal *A Classe Operária*, veículo oficial do novo partido, definindo o PC chinês como “destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial”. No mesmo artigo, qualificou Mao Tse-tung como “o maior teórico do Movimento Comunista Internacional”. A partir de então, o maoísmo penetrava no Brasil para não mais sair. Não chegou a chamá-lo de “Grande Timoneiro”.

---

<sup>374</sup> Mir, op. cit.

\* \* \*

Chamo a atenção para o fato de que o maoísmo avançava, *paripassu*, em outros países do mundo. Em Portugal, por exemplo, as lutas internas no Partido Comunista Português (PCP), por conta da nova linha pacífica preconizada por Krushev, tiveram início em 1958; os stalinistas começaram a ser expulsos em 1963, e uma nova organização de orientação maoísta, a Frente da Acção Popular (FAP) seria fundada em 1964<sup>375</sup> – em uma cronologia que, em quase tudo, coincide com a do PC do B.

Foi assim que, em meados de fevereiro de 1964, cerca de 40 dias antes do golpe que instauraria um regime militar de duas décadas, o primeiro contingente de militantes do PC do B seguiu para a China, a fim de iniciar o treinamento, na Academia Militar de Pequim, o treinamento em guerra de guerrilhas, preparando-se para a futura luta que seria desencadeada no Brasil<sup>376</sup>. Estariam nesse primeiro grupo Osvaldo Orlando Costa, Osvaldão, e André Grabois, filho do chefe partidário Maurício Grabois, que ainda tinha 17 anos<sup>377</sup>.

Faziam uma rota tortuosa para despistar os agentes da repressão brasileira e, também, os espiões da agência de inteligência dos Estados Unidos, a CIA. Do Rio de Janeiro, partiam rumo a Zurique, Suíça, e de lá para Genebra, Cairo (Egito), Karachi e Daca (Paquistão), Cantão e Xangai (China), até chegar a Pequim. Treze deles chegaram a ser fotografados pela CIA em Karachi e, depois, acompanhados no desembarque em Pequim<sup>378</sup>.

Lá, faziam cursos intensivos de cinco meses, com uniforme da milícia comunista, e em companhia de futuros guerrilheiros de outros países do

---

<sup>375</sup> Miguel Cardina. *A esquerda radical*. Coimbra, Portugal: Angelus Novus, 2010, pág. 35 e 44. Observo que a obra é resultado de tese de doutorado sobre o maoísmo em Portugal, defendida no Departamento de História das Ideias da Universidade de Coimbra.

<sup>376</sup> O treinamento na China só seria tornado público em 1968, a partir de informações levantadas pela agência de Inteligência dos Estados Unidos, CIA, e repassadas às autoridades brasileiras. Foi então elaborado um dossiê sobre o assunto, entregue por um delegado do DOPS paulistano ao jornal Folha de S. Paulo. Adiante, detalho esse evento. *In*: Edson Flosi. “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país – I”. São Paulo: Folha de S. Paulo, 21 Nov 1968, 1ª pág; e *idem*, 22 Nov 1968, pág. 10

<sup>377</sup> Nascido a 03 de julho de 1946, completaria 18 anos cinco meses depois..

<sup>378</sup> *In*: Edson, op. cit.

terceiro mundo. Nos dois anos subsequentes, 1965 e 1966, outros grupos do PC do B também seguiriam ao treinamento militar na China. Ao longo desse período, pelo menos 41 militantes do PC do B fizeram o curso. Sendo que 14 deles acabaram deslocados para o Araguaia<sup>379</sup>.

A China também convidou para o treinamento na Academia Militar de Pequim alguns militantes da Ação Popular<sup>380</sup>, a AP, organização de linha pacífica, nascida a fevereiro de 1963 de uma costela da Igreja Católica. De volta ao Brasil, esses militantes da AP começariam a introduzir Brasil afora o pensamento do novo profeta do comunismo, Mao, “O Grande Timoneiro”. Mais tarde, esse grupo originalmente católico formaria mais uma dentre tantas outras dissidências, a Ação Popular Marxista Leninista, APML. Assim, tiraria do PC do B o monopólio da representação do maoísmo no Brasil<sup>381</sup>, que deixava os dirigentes stalinistas absolutamente enfurecidos.

\* \* \*

Quatro meses depois de enviar os primeiros militantes para o treinamento militar em Pequim, o Comitê Central do PC do B se reuniria, em junho de 1964, a fim de estabelecer a tática revolucionária a ser empreendida. Essa tática centrava-se no deslocamento do trabalho de massa para as áreas rurais, como forma de preparar o início da Guerra Popular Prolongada.

Na sequência, seria divulgada a primeira avaliação sobre a nova situação política do país, na qual o golpe de 31 de março seria considerado uma “quartelada conduzida por um grupelho de generais fascistas, retrógrados e aproveitadores”, concluindo que “os problemas do país não serão resolvidos pela via pacífica”.

---

<sup>379</sup> São eles: André Grabois, codinome *Zé Carlos* na Guerrilha do Araguaia; Ângelo Arroyo, codinome *Joaquim*; Arildo Valadão, *Ari*; Daniel Ribeiro Callado, *Daniel*; Divino Ferreira de Souza, *Nunes*; Elza de Lima Monerat, *Tia Maria*; Líbero Giancarlo Castiglia, *Joca*; João Carlos Haas Sobrinho, *Juca*; José Huberto Bronca, *Fogoió*; Manoel José Nurchis, *Gil*; Micheas Gomes de Almeida, *Zezinho*; Miguel Pereira dos Santos, *Cazuza*; José Lima Piauhy Dourado, *Zé Ivo*; Osvaldo Orlando Costa, *Osvaldão*. In: Flosi, op. cit.

<sup>380</sup> *Idem*.

<sup>381</sup> Em 1971, um ano antes do início dos combates no Araguaia, a APML viria a ser absorvida pelo PC do B em quase sua totalidade.



Exatos dois anos depois, em junho de 1966, o Comitê Central do PC do B emitiria mais um documento. Com um título que decerto chamaria a atenção de Chartier por expressar a luta pelo controle do sistema de representações e de valores daquele tempo – “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista” – o documento convocava seus militantes à “guerra popular revolucionária no campo”. Foi nessa ocasião que os primeiros militantes foram enviados à região do Araguaia.

Foi também nessa época que teve início uma luta interna pelo controle dos rumos do partido. O Comitê Central do PC do B rachou ao meio. De um lado, a *troika* formada por Maurício Grabois, João Amazonas e Pedro Pomar, defendendo o início imediato da luta revolucionária. Alinharam-se com eles Elza Monerat, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli e Manoel Jover Telles. Do lado oposto, os dirigentes históricos Diógenes Arruda Câmara, Calil Chade, Lincoln Cordeiro Oest, José Duarte e Walter Martins preconizavam prudência.

Mas a *troika* decidiu que chegara a hora de dar início à revolução enviando militantes para uma região que João Amazonas havia escolhido no sul do Pará, às margens do rio Araguaia. Seria o núcleo deflagrador da futura “Guerra Popular Prolongada”. Decidiram, também, não revelar o que estavam desencadeando para os demais militantes do partido. Nem mesmo aos camaradas do Comitê Central – erro que só se revelaria mais tarde, quando os militares chegaram ao Araguaia e o partido não mantinha qualquer contato com os guerrilheiros para abastecê-los de suprimentos ou armas<sup>382</sup>. Dentre os

---

<sup>382</sup> Esse fato só viria à tona em 1976, quando os órgãos de repressão militar invadiram uma casa no bairro da Lapa, São Paulo, onde o PC do B realizava uma série de reuniões de reavaliação do movimento. Esse episódio ficou historicamente conhecido como “Chacina da Lapa”, conforme já dito. Na ocasião, os militares apreenderam uma série de documentos do partido, nos quais a fratura interna ficava exposta. Ficava claro, também, que a Executiva do partido escondera a Guerrilha do Araguaia dos demais membros do Comitê Central. Justificaram como necessidade de manter a segurança da área. Esclareço ainda que obtive o conjunto desses documentos da Lapa.

dirigentes, sabiam da luta somente sete dos membros da Executiva Nacional do partido<sup>383</sup>.

Mesmo dentro da *troika*, Grabois, Amazonas e Pomar começariam a brigar pela hegemonia total do partido – uma luta que só terminaria com a morte de Grabois em 1973, e de Pomar em 1976, elevando Amazonas à condição de sumo-pontífice por quase quatro décadas. Essas lutas eram travadas em torno de questões aparentemente ideológicas, quase sempre filigranas programáticas, como se a revolução dever ser “democrático-burguesa” ou “popular-revolucionária”, ou se a organização deveria adotar uma posição de “independência” e de “solidariedade” aos países socialistas.

\* \* \*

Na virada de 1966 para 1967, militantes decididos a deflagrar a revolução armada criaram duas novas facções da costela do PC do B. Primeiro, o Partido Comunista Revolucionário, PCR, abrigando estudantes e remanescentes das Ligas Camponesas de Francisco Julião, em Pernambuco<sup>384</sup>.

Na sequência, a Ala Vermelha, AV, formada basicamente por militantes recém-chegados do treinamento em Pequim que estavam revoltados pelo fato de que ainda não haviam sido chamados à revolução<sup>385</sup>. Como nada sabiam sobre as movimentações no Araguaia, os militantes passaram a acreditar que os chefes partidários estariam tendendo ao pacifismo revisionista pregado pelo velho Partidão.

Somente em 1968 era tornado público, através do jornal *Folha de S. Paulo*, que turmas de militantes do partido já haviam recebido treinamento na

---

<sup>383</sup> São eles, de acordo com um dos Documentos da Lapa: João Amazonas, Pedro Pomar, Maurício Grabois, Elza Monerat, Ângelo Arroyo, Carlos Danielli e Manoel Jover Telles, todos eles comunistas históricos, egressos do velho PCB.

<sup>384</sup> O PCR foi constituído basicamente Pernambuco, com ramificações nos Estados vizinhos. Em sua “Carta-Programa de 12 Pontos”, falava da imperiosa necessidade da deflagração da “guerra popular”, em “cerco da cidade pelos campos”. As áreas industriais de São Paulo e Rio de Janeiro seriam a cidade. O resto do país, o campo.

<sup>385</sup> O documento programático da Ala Vermelha argumentava que a preparação política das massas camponesas seria impossível nas condições “fortemente repressivas da ditadura militar”. Assim, não vislumbrava outro caminho senão o de começar a guerra popular com um pequeno contingente, organizado na mais absoluta clandestinidade, ao qual caberia a implantação do “Foco Revolucionário” no campo, para depois ganhar as massas camponesas.

Academia Militar de Pequim, retornado ao Brasil e se deslocado para o interior do país<sup>386</sup>. A reportagem chegou a revelar detalhes do treinamento na China, em duas matérias de página inteira, baseada em um dossiê fornecido por fonte policial do DEOPS paulista. Revelava ainda o nome de 18 brasileiros que haviam feito o treinamento em Pequim. Dentre os 18 citados na reportagem, cinco deles terminariam no Araguaia<sup>387</sup>.

\* \* \*

Em dezembro de 1969, com o cerco da repressão militar nas cidades, o Comitê Central do partido divulgaria entre seus militantes mais um documento – “Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo” – no qual assinalava que os diversos Comitês Regionais deveriam adotar medidas que assegurassem “o envio de elementos para o campo”, com o objetivo de “organizar o recrutamento de trabalhadores rurais e desenvolver suas lutas”. Era o chamamento oficial ao recrutamento de novos quadros à luta revolucionária que finalmente seria desencadeada.

Como consequência, foram constituídas Comissões Militares em níveis estaduais e municipais encarregadas de selecionar os futuros guerrilheiros. Nenhuma dessas Comissões, contudo, tinha conhecimento de que a área selecionada pela direção do partido era no sul do Pará. Até mesmo os membros do Comitê Central – aqueles que não faziam parte do grupo da *troika* – continuavam por fora dos acontecimentos. Foi assim que, entre 1970 e 1971, o total de 79 militantes, em sua maioria jovens estudantes ou profissionais liberais, chegariam a algum lugar das selvas amazônicas.

Naquele ano de 1971, acelerou-se a aproximação entre o PC do B e os dissidentes católicos da Ação Popular, que haviam criado a Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, APML do B. Promoveram então uma reunião na

---

<sup>386</sup> Como já dito, trata-se de um “furo jornalístico” do repórter Edson Flosi. Entre 2010 e 2011, tive o prazer de ser colega de Flosi como professores de Jornalismo da Fundação Cásper Líbero, São Paulo. Na ocasião, Flosi adiantou-me um longo relato sobre os bastidores dessa reportagem, redigido como parte de um livro que estava a preparar. Pelo relato, a decisão de publicar a reportagem foi de Cláudio Abramo, então editor-chefe da *Folha*. Repórter e editor então passaram a receber pressões dos militares para revelar a fonte. Mas mantiveram o sigilo.

<sup>387</sup> Como já dito, 14 militantes que fizeram curso na China foram para o Araguaia. A lista completa encontra-se em nota de rodapé anterior (376).

qual foram definidos os “princípios científicos universais do marxismo-leninismo-maoísmo”. Na ocasião, decidiram que o maoísmo era a “terceira etapa do marxismo”, o caminho estratégico como o da “luta armada, através da Guerra Popular”. Só então, depois de definidos os fundamentos doutrinários, como regia o imaginário revolucionário de então, os militantes da AP aprovaram o início de entendimentos para a unificação com o PC do B<sup>388</sup>.

A fusão se daria quase um ano depois, véspera da chegada dos militares ao Araguaia. O PC do B contava, então, com um pouco mais de 300 militantes, como já dito, que em geral apresentava a tendência de avaliar a situação sempre como catastrófica e, portanto, de superfaturar o “perigo subversivo”. A APML do B contava, na ocasião, com menos de 100 militantes. A fusão significava um crescimento imediato de mais de 30% nos quadros revolucionários, ou seja, de 300 para 400 militantes.

Pertinente registrar, por fim, que naquele imaginário social da virada dos anos 60 para 70, a juventude estava em estado de rebeldia em todo o Ocidente, que não admitia contemporizações em relação ao *establishment* vigente e que entendia a revolução como um processo profundo de transformação do mundo e da vida.

De um lado, a proposta de rebeldia representada, sobretudo, pelos *hippies*, hedonista e festiva, apartidária, mas fundamentada em um radicalismo político e cultural efetivado por transgressões comportamentais e da linguagem, baseada na paródia, no humor e na ironia, observa Cardina<sup>389</sup>, e que teve entre seus momentos memoráveis de guerrilha cultural, uma teatral levitação coletiva sobre o Pentágono, em 1967.

A segunda proposta foi proveniente de organizações marxistas-leninistas “ultramilitares”<sup>390</sup>, que, influenciadas pela “crença na necessidade da revolução violenta” e por considerarem-se uma “vanguarda composta por células secretas”, disposta ao sacrifício pessoal com a própria vida, “trocaram a

---

<sup>388</sup> O documento de unificação da APML do B com o PC do B recebeu o nome de “Tese do Comitê Central sobre o Partido da Classe Operária no Brasil”.

<sup>389</sup> Cardina. *A esquerda radical*. *Op. cit.* págs. 33 e 34.

<sup>390</sup> A expressão é de Cardina. *Idem, ibidem*.

guerrilha teatral pela guerrilha rural”<sup>391</sup>. O Brasil obviamente fazia parte desse imaginário coletivo internacional.

Desta forma, quando o PC do B começou a recrutar quadros para a guerrilha rural, encontrou um terreno fértil entre os jovens daquela virada dos anos 1960-70. Pois falar em ambiente das esquerdas universitárias apenas em “preparação da luta armada”, era um caminho seguro para sofrer a acusação de “pacifismo”, “oportunismo”, “revisonismo”, “capitulação” ou mesmo “traição à revolução”.

Dagoberto Costa, que no Araguaia era o guerrilheiro *Miguel*, explica:

A década de 60 significou uma espécie de despertar. O socialismo para nós era visto como o começo do Paraíso, a sociedade que achávamos que mais condizia conosco. Obviamente, só conhecíamos o socialismo pelos teóricos. Mas nós tínhamos um sonho, o mesmo de hoje: de um país mais justo, mais digno, e que não tivesse essa quantidade de miseráveis como nós tínhamos. E a opção pela luta armada, de acordo com a pregação dos teóricos do socialismo, naturalmente era a única saída que víamos<sup>392</sup>.

E quanto à opção pela luta pacífica do PCB, segundo a linha de Gramsci? Estava fora de cogitação. Dagoberto acrescenta:

O Partidão sempre foi visto como aquela coisa esquisita que queria compor com a classe dirigente e com a burguesia, que não queria fazer revolução. Hoje avalio que, para nós, tudo era fantasia e teoria, porque ninguém conhecia nada do processo nas sociedades em industrialização. Já tínhamos um parque industrial forte, mas não víamos isso. Só víamos que o país não deslanchava, como hoje também não deslancha. Só víamos aquela classe política corrupta, exatamente como a de hoje. Mas acreditávamos que deveríamos partir para a luta armada a fim de resolver todos nossos problemas, como Che Guevara, dispostos a matar e a morrer. Che era nosso ídolo. Mas ninguém pensava seriamente na

---

<sup>391</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>392</sup> Dagoberto Costa (*Miguel*). Narrativa oral para a pesquisa.

possibilidade da morte. Apenas tínhamos orgulho de estarmos lutando por um país melhor<sup>393</sup>.

Em outras palavras, a opção pela “revolução imediata” era, então, o mínimo aceitável dentre os jovens. Quase todos queriam estar na vanguarda. Melhor ainda se na vanguarda da vanguarda, segurando o archote que alumiaava o caminho da futura sociedade sem classes, naquela sagrada missão de trazer a bandeira da vitória.

### **3.6 – Relação conturbada com a China**

Na aparência, o casamento sempre esteve muito bem, obrigado. Só na aparência, da porta de casa para fora. Nos bastidores, contudo, as relações políticas entre o PC do B e a China seriam sempre conturbadas, como nesses casamentos de conveniência e ódio, no qual ora se aproximam, por vezes se respeitam, nunca se amam – mas nos momentos essenciais acabam se afastando.

Enquanto durou a luta no Araguaia, os problemas conjugais do PC do B com a China estiveram escondidos. Tanto dos militantes do partido, como também ocultos da repressão militar. Somente em 1976, quando foi invadida uma casa onde a direção do PC do B promovia uma série de reuniões de avaliação sobre a experiência na Guerrilha do Araguaia, dentre outros temas, no bairro da Lapa, zona oeste de São Paulo – episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa” – começou a ser descortinada a antiga crise com a China.

Com a queda da casa da Lapa, os órgãos de inteligência militar apanharam centenas de páginas de documentos do partido – a maior parte,

---

<sup>393</sup> *Idem.*

manuscritos que terminaram por serem transcritos para documentos secretos militares. Havia um longo relato de Ângelo Arroyo, sobrevivente do Araguaia, detalhando a experiência na guerrilha, documento que ficou conhecido por *Relatório Arroyo*. Seu autor seria morto na invasão da casa. Havia também um documento no qual Pedro Pomar tecia críticas contundentes aos comandantes da guerrilha, batizado de *Relatório Pomar*. Ele também faleceria na invasão.

E perdido em meio aos documentos principais, relatórios sobre as relações com a Albânia e com a China – entre outros de menor importância, como relatos de uma longa viagem de Arroyo ao interior de Rondônia. O maior desses documentos, com 100 páginas, era uma análise histórica sobre as relações com a Albânia e a China, produzidas pelo dirigente Haroldo Lima, ex-AP, depois de uma viagem longa a aqueles países em dezembro de 1975.

\* \* \*

O chinês sempre se notabilizou por um imaginário pragmático. Hoje isso é muito claro quando se analisa a política industrial da China e suas estratégias de posicionamento de produtos no mercado global. Naqueles tempos de Mao Tsé-tung, o pragmatismo já existia, ainda que diáfano. Quem de fato comandava o PC chinês era um militar, político e diplomata hábil e astuto, Chu En-lai, primeiro-ministro desde a fundação da República Popular, em 1949, até sua morte, em 1976.

Ele é apontado como o principal responsável pela modernização da China e pela abertura para o Ocidente, a partir de 1972. Chu En-lai tinha um discípulo e sucessor, Deng Xiao-ping, mentor do atual socialismo-de-mercado chinês e autor de antológica frase sobre a necessidade de pragmatismo nas relações políticas e internacionais: “Não importa a cor dos gatos, desde que cacem ratos”.

\* \* \*

Quando foram abertos os documentos da Lapa, uma série de revelações surpreendentes então veio à tona. Pela análise de conjunto de documentos, percebe-se que o Partido Comunista da China jamais empenhou apoio efetivo

ao PC do B. Nem mesmo emprestou qualquer tipo de apoio em seu momento mais decisivo, durante a Guerrilha do Araguaia. Nem armas, muito menos dinheiro. Nem mesmo um mero apoio moral.

O único apoio efetivo registrado nos anos de relação foi logo no início do casamento – o treinamento na Academia Militar de Pequim, onde estiveram presentes ao longo de três anos entre 40 e 50 brasileiros de duas organizações distintas, PC do B e AP – e ainda assim diluídos e perdidos em meio a milhares de militantes comunistas de outros países do Terceiro Mundo. Aquele treinamento, é preciso reconhecer, teve todas as despesas financiadas por Pequim. Foi o primeiro e último apoio efetivo.

Pela análise dos documentos, descobre-se também que os chineses sempre foram de um pragmatismo desconcertante nas relações com as nossas organizações de esquerda. Em síntese, desde a sua fundação, em 1963, os dirigentes chineses nunca consideraram o PC do B uma organização realmente relevante para liderar a revolução brasileira<sup>394</sup>.

Primeiro, porque não era o partido majoritário. O mais representativo era o PCB, seguido da AP – ambos de linha pacífica. Engajados na luta armada, vinham a seguir a VPR de Lamarca e a ALN de Marighella. O PC do B era apenas a sexta organização em importância, embolada entre as nanicas, conforme já exposto. Enfim, uma organização com um pouco mais de 300 militantes, número sem expressão para os padrões chineses.

No Brasil, o partido que de fato representava o maoísmo e os interesses de Pequim era a APML do B, dissidência armada da AP, principal suspeita do

---

<sup>394</sup> A maior parte desses documentos, acreditam os especialistas, permanecerá oculta nos arquivos secretos das Forças Armadas. Contudo, alguns deles já foram tornados públicos por jornalistas, a partir de fontes militares, como no caso da jornalista Tais Morais, que conseguiu meia centena de páginas dos “Documentos da Lapa” e os entregou em 2001 ao jornal *Correio Braziliense*, que publicou uma série de reportagens premiadas. Em minhas pesquisas junto a militares para a dissertação de mestrado, também obtive uma parte do acervo da Lapa, tanto fotocópias de manuscritos, quanto de transcrições datilografadas. Esclareço, por fim, que as análises abaixo sobre o processo de divergências entre o PC do B e a China foram formuladas a partir da leitura desse acervo. Por conta da dificuldade de identificação dos respectivos documentos, sem título ou assinatura, como já dito, as referências serão apresentadas sob a denominação genérica de “Documentos da Lapa”.



Atentado de Guararapes, e que tinha entre seus líderes o sociólogo Herbert José de Sousa, o Betinho. Apesar de ser três vezes menor do que o pequeno PC do B, a APMML do B era muito mais disciplinada às orientações de Pequim.

Para a cúpula do PC do B, a existência dessa organização era considerada uma “tentativa sub-reptícia do PC Chinês de organizar outro partido no Brasil, transformando a AP numa organização concorrente do PC do B” – registra documento da Lapa. Ademais, os chineses estavam acolhendo e estimulando “fracionistas da chamada Ala Vermelha, um grupo de aventureiros expulso do partido”, segundo o mesmo documento.

O grande ponto de divergência entre o PC do B e o PC chinês dizia respeito ao partido-único, um dos dogmas do marxismo-leninismo. Ainda em 1963, Mao Tsé-tung passou a admitir a possibilidade de coexistência de tendências e diferentes linhas de esquerda, de centro (e até mesmo de direita) no interior dos partidos comunistas.

O que importava, segundo a nova concepção pragmática de Mao, era a chamada “frente-única”. Para os stalinistas do recém-fundado PC do B, essa tese era absolutamente inaceitável para os cânones do marxismo-leninismo, pura heresia. Somente eles, acreditavam, poderiam ser os verdadeiros e exclusivos representantes da revolução proletária no Brasil. Ao longo de 15 anos, as divergências foram se acirrando.

Em 1967, o PC chinês difundiu que o pensamento de Mao Tsé-tung constituía uma “nova etapa do marxismo-leninismo”, superando Marx, Engels, Lenin e Stalin. O PC do B passou a considerar a obra de Mao “ecclética e, portanto, não marxista-leninista” – de acordo com um dos Documentos da Lapa”.

Depois, é divulgado um documento de Mao intitulado “Apelo em Favor dos Negros Norte-Americanos”, no qual o Grande Timoneiro escreveu que “o sistema colonialista e imperialista desaparecerá com a libertação dos povos da

raça negra”. Ora, isso estava em franca oposição a Lenin. Segundo o líder bolchevique, “o imperialismo e o colonialismo terminarão, não com a emancipação dos povos da raça negra ou de qualquer outra raça, mas com a destruição do capitalismo e a implantação da ditadura do proletariado em escala mundial”. A direção do PC do B, mais uma vez, considerou que Mao estava se desviando do verdadeiro e único caminho – de acordo com os Documentos da Lapa.

Outro golpe foi quando a China se autoproclama nação do Terceiro Mundo, na virada dos anos 70, afastando-se de vez do bloco socialista liderado pela União Soviética. Para o PC do B, a divisão das nações em três blocos era “contrarrevolucionária e oportunista”. E o fato da China querer pertencer ao Terceiro Mundo, significava a “traição completa à revolução e ao socialismo”, já que as classes sociais não poderiam desaparecer. Pior: tentavam atrair Cuba para sua órbita, fato severamente criticado pelo PC do B, posto que seus dirigentes discordassem diametralmente do regime de Fidel Castro. A partir daí, a direção do partido passou a chamar a política de Pequim como “revisonismo chinês”<sup>395</sup>.

Aqueles corações vermelhos sangrariam em 1972, quando Chu En-lai convidou o presidente dos Estados Unidos, Richard Nixon, para uma visita oficial a Pequim<sup>396</sup>. De acordo com os documentos do PC do B apreendidos na Lapa, a China estava “renegando suas posições anteriores de combate ao imperialismo ianque”. Pior ainda ocorreria no ano seguinte, quando a China emprestou respaldo ao “regime tirânico e assassino de Pinochet”, que acabara de tomar o poder no Chile.

\* \* \*

Em fins de 1972, o partido enviaria emissários do Comitê Central para conversações com os dirigentes comunistas da Albânia e da China. No

---

<sup>395</sup> Ainda de acordo com os Documentos da Lapa.

<sup>396</sup> Quem acabaria visitando Pequim, ainda em 1972, em visita histórica e badalada pela imprensa de todo o mundo, seria o secretário de Estado Henry Kissinger.

Araguaia, a guerrilha já havia estourado. As Forças Armadas já haviam desfechado duas campanhas – a primeira entre abril e maio de 1972; a segunda entre setembro e outubro do mesmo ano.

Na volta, no início de 1973, os emissários redigiram um longo relatório. Não há registro do nome dos emissários, nem do redator. Mas, pelo documento – que também faz parte do conjunto apreendido na Lapa<sup>397</sup> – sabe-se que os brasileiros discutiram a situação do Araguaia com os albaneses e, depois, com os chineses. O nome do interlocutor chinês está registrado, Y Chian Ting. Segundo o documento, Ting estaria falando em nome de “Mao e Chu”.

Ting teria dito que os camaradas Mao e Chu estariam analisando, “com particular interesse”, um relatório do Comitê Central do PC do B sobre as 200 milhas marítimas, que o governo do general Emílio Médici acabara de decretar ser território brasileiro. Ting teria informado que outro relatório do PC do B, este sobre a “luta no Araguaia”, fora “cuidadosamente examinado” pela Comissão Militar do Comitê Central do PC chinês, “inclusive com base em mapas da região”. Ou seja, na avaliação chinesa, a questão das 200 milhas marítimas, analisada por Mao e Chu, seria mais importante do que a luta armada no Araguaia. Registra o documento:

Em nome de Mao, externou a satisfação pelas grandes vitórias do Partido em apenas 10 anos e a alegria pelo início da luta armada num prazo mais curto do que esperavam. Após essas declarações, passou a fazer inúmeras perguntas concretas sobre a região do Araguaia: dimensões e características geográficas; vias de comunicação; população e sua composição social; reivindicações mais sentidas dos diversos setores das massas trabalhadoras do campo e das cidades; formas de tensões sociais e tradições de lutas; hábitos e costumes; facilidades e dificuldades ao abastecimento de alimentos; roupas e armas; trabalho do partido e suas vinculações com as massas pobres; fatores determinantes do surgimento da luta guerrilheira e formas de como essa foi acolhida pelas massas camponesas; distribuição das

---

<sup>397</sup> Na transcrição militar, o documento recebeu o título de “Relatório do CC/PC do B sobre contatos mantidos na Albânia e na China (1972 – 1973?)”.

forças armadas inimigas; proporção entre as baixas do inimigo e as nossas, etc.<sup>398</sup>.

O documento não relata quais as respostas que os emissários brasileiros deram a tantas perguntas. É bem provável que não tivessem muitas respostas a dar. Afinal, quando os dirigentes do partido enviaram um punhado de estudantes para a guerrilha, acreditavam que as armas seriam levadas pelo Exército; e, quanto aos alimentos, a selva lhes proveria<sup>399</sup>. Contudo, o documento registra ainda que o camarada Y Chian Ting, mostrando sempre grande interesse pelo início da luta armada no Araguaia, terminou externando a opinião oficial:

Confiamos no desenvolvimento com êxito da luta armada e esperamos que sistematizem periodicamente as experiências e que nos transmitam, pois precisamos enriquecer nossa compreensão com as novas experiências de luta já que a nossa terminou há 23 anos<sup>400</sup>.

Depois disso, só discussão teórica. Nenhum aceno de possível apoio chinês em armas, dinheiro ou consultoria militar. Na sequência, Ting muda de assunto. E o relatório também.

\* \* \*

A punhalada mais profunda nas relações do PC do B com a China ocorreria em 1974, quando o governo de Mao e Chu restabeleceu relações diplomáticas com o Brasil. Punhalada pelas costas, diga-se, com requintes de crueldade. Era início do governo do general Ernesto Geisel. E justamente naquele ano – em paralelo aos salameques diplomáticos entre os dois países – o Exército brasileiro estava terminando de caçar e de executar os guerrilheiros

<sup>398</sup> Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Relatório sobre contatos mantidos na Albânia e China”. São Paulo: 1972. Documento apreendido no aparelho do PC do B na Lapa, em Dez 1976.

<sup>399</sup> Refiro-me ao episódio, a ser relatado em detalhes no próximo capítulo, no qual o estudante de Medicina João Carlos Wisnesky é convocado à revolução no Araguaia e vai receber instruções de Carlos Danielli, então Secretário de Organização do PC do B. Pergunta sobre as armas: “Não se preocupe, o Exército vai levar as armas para nós” – respondeu Danielli, segundo as lembranças de Wisnesky. Perguntou então sobre as provisões: “A selva proverá”, teria respondido o dirigente comunista.

<sup>400</sup> Trecho do referido documento.

do Araguaia<sup>401</sup>. Seis meses antes de deixar o poder, Emílio Médici havia dado a ordem de não fazer prisioneiros – ordem esta que Geisel tomara ciência e ratificara em janeiro de 1974, vésperas de subir a rampa do Palácio do Planalto<sup>402</sup>.

Escondidos em aparelhos nas cidades, os dirigentes do PC do B nada sabiam sobre o massacre que seus camaradas estavam sofrendo em algum lugar das selvas amazônicas. Contudo, para eles, era insuportável aguentar os elogios que o governo de Mao e Chu tecia “à ditadura militar fascista brasileira” – de acordo com um dos documentos da Lapa. Em outro documento, registraram a falta de solidariedade política dos chineses durante os “quase três anos de resistência do PC do B no Araguaia”.

Em meados de 1975, ocorreria uma reunião do Comitê Central do PC do B, na qual foram avaliadas as permanentes relações divergentes entre a ortodoxia dos comunistas brasileiros e o pragmatismo dos chineses. Foi aprovado um documento, batizado de “Sobre as Relações”, que deixava explícito que o reatamento chinês com o governo militar brasileiro era considerado ainda mais injustificável do que a aliança da União Soviética de Stalin com a Alemanha de Hitler:

Embora o PC do B e o PC Chinês estejam juntos no fundamental, é normal que surjam divergências em questões determinadas. O reatamento de relações China-Brasil é uma atitude concreta e incorreta. Não se pode dizer que está no quadro da coexistência pacífica. As relações da União Soviética com a Alemanha de Hitler tinham o objetivo de abrir caminho. As da Albânia com a Grécia são para tratar de problemas de fronteiras. Mas a China não tem nada disso com o Brasil. Não se deve apagar as fronteiras da luta de classes na questão da relação entre países.

---

<sup>401</sup> Registro que no livro *A Lei da Selva* revelei a existência de duas equipes militares de execução de prisioneiros, a Zebra e a Jibóia, informando ainda que entre 25 e 30 guerrilheiros teriam sido executados no Araguaia. Para esta pesquisa, aprofundi o trabalho de prospecção das execuções, adiante narradas.

<sup>402</sup> Ver detalhes da participação de Geisel em: Hugo Studart. *A Lei da Selva. Op. cit.* págs. 270-271.

Por que a China não reconhece a Coréia do Sul, o Camboja, o Vietnam do Sul, e reconhece a ditadura brasileira? Como entender isso? Não se compreende como a China pode continuar a manter relações com o Chile e com o Brasil. No Terceiro Mundo, a China colocou tudo num saco: ditadura, governos democráticos, etc. A China passa a ser aliada de Geisel e não compreende que a ditadura só estabeleceu relações, não porque seja progressista, mas porque os padrões americanos mandaram<sup>403</sup>.

Em outro trecho, o documento constatava que a China mudara suas posições fazia quatro anos, retirando seu apoio a iniciativas revolucionárias, como a Guerrilha do Araguaia, e passando fazer alianças com ditaduras militares:

A partir de 1971, a China mudou: não mais se fala em apoio à luta armada. A repercussão do reconhecimento da ditadura é ruim em diversos setores aqui. A opinião de Mao sobre a existência de tendências no partido é errada. Na questão do Chile, chega a ser chocante. A China se isola do povo. Quem nos ajuda são os que levantam a voz contra a ditadura, e não os que estabelecem relações com ela. Na Rádio, a China não tem espaço para denunciar a ditadura e suas tropelias. As relações foram estabelecidas à base de elogio à ditadura<sup>404</sup>.

\* \* \*

Outros golpes menores ainda viriam pela frente. Um deles foi o apoio ao Pacto do Atlântico Sul, concebido pelos Estados Unidos e encarado pelos chineses como “um fator positivo a ser estimulado”, e sobre o qual o PC do B já se havia manifestado contrário. O PC chinês também se esforçou para boicotar a iniciativa dos partidos marxistas-leninistas da América Latina de editar, no Chile, uma revista de âmbito continental, objetivando difundir “as experiências de luta dos povos latino-americanos”.

Em determinado momento o PC do B desistiria de vez de manter aliança com a China. Aparentemente, isso ocorreu após o término da Guerrilha do

---

<sup>403</sup> Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Sobre as Relações”. São Paulo, 1975. Documento apreendido na “Chacina da Lapa”, em 1976.

<sup>404</sup> *Idem.*

Araguaia, provavelmente em 1975, quando então foi elaborado o documento “Sobre as Relações”. Os comunistas brasileiros então deixariam de apontar um suposto “revisonismo” do PC da China, para começar a acusar seus governantes de “direitistas empedernidos e inimigos do socialismo, que aspiram transformar a China, com a ajuda do capital estrangeiro, numa superpotência social-imperialista”.

Contudo, o PC do B tentaria, mais uma vez, a aproximação – ou pelo menos a compreensão do estado das coisas. Em dezembro de 1975, a Executiva enviou dois dirigentes a Tirana, Diógenes de Arruda Câmara e Haroldo Rodrigues Lima<sup>405</sup>, como delegados do partido às solenidades do aniversário de Libertação da Albânia. Em seguida, a dupla esticou a viagem até Pequim. No regresso, em janeiro de 1976, Haroldo Lima produziu um longo documento, de 100 páginas, analisando as dolorosas relações entre o partido e o governo de Mao e Chu. No capítulo “Opiniões do delegado sobre a China”, Haroldo registra:

A perspectiva de unidade tende a estar sempre presente, mas os chineses não dão perspectivas de quando se poderão realizar ações multilaterais. Quais as razões? Eles não dão. A autoridade dos chineses é fonte de dificuldades. Os fatos constatados de ação contra a unidade têm raízes na China. O cara vai lá e volta para fracionar. A China jogava com a possibilidade da AP se transformar em partido e fracionar. Havia forças lá que lutavam contra a unidade da AP com o partido (PC do B). Eles apoiam mais de um partido em cada país. Dizem que relacionam-se com todos, mas que dão apoio especial a um. As posições da China turvam o ambiente e puxam para o divisionismo.

Talvez por herança do velho Partidão, ou ainda pela dificuldade de se reunirem para tomar decisões, o fato concreto é que naqueles tempos todo e qualquer movimento do PC do B era extremamente lento. Houve a “Chacina da Lapa”, em dezembro de 1976, quando os documentos foram apreendidos. Mais dois anos e, em 1978, finalmente o PC do B tornaria público suas divergências de 15 anos consecutivos com a República Popular da China, através do jornal *A Classe Operária*, órgão oficial do partido.

---

<sup>405</sup> Arruda Câmara, conforme já relatado, egresso do PCB. Haroldo Lima, por sua vez, ex-APML do B.

Na edição de dezembro de 1978, seria publicado um artigo intitulado “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. Nesse artigo são utilizados vários qualificativos para definir o Partido Comunista da China: “falsos amigos”, “revisionistas”, “capitalistas”, “direitistas”, “imperialistas”, “contrarrevolucionários”, “oportunistas”, “aliados do imperialismo”, “incoerentes”, “pragmatistas”, “inimigos do socialismo”, e por aí vai<sup>406</sup>. Era a oficialização do divórcio litigioso.

\* \* \*

Quando a luta armada começou no Araguaia com a chegada dos militares, em abril de 1972, quem de fato empenhou algum apoio aos guerrilheiros foi Enver Hoxha, ditador stalinista ultra ortodoxo da pequena Albânia, na época (e ainda hoje) a nação mais pobre da Europa. Hoxha mandou que a Rádio Tirana – nome da capital da Albânia – transmitisse em ondas curtas, voltadas para o sul do Pará, um noticiário diário em português.

Hoxha havia batizado seu regime de “Farol da Humanidade”. Era assim que ele se sentia, como o último bastião de Stalin. Hoxha era, naquele momento, o último profeta do marxismo-leninismo a iluminar o caminho que levaria a humanidade ao fim da História. No Brasil, os comunistas da linha pacífica costumavam se referir aos albaneses, de forma pejorativa, pelo título de “Faróis da Humanidade”. E aos militantes do PC do B, em fina ironia, como “albaneses”.

Longe da intelectualidade urbana, havia um punhado de homens e mulheres lançados nas selvas amazônicas que acreditavam no caminho apontado antes por Stalin e, naquele momento, por Enver Hoxha. Nas noites quentes ou mornas do Araguaia, as transmissões da Rádio Tirana passaram a ser o principal programa dos guerrilheiros. Vez por outra escutavam notícias sobre a “gloriosa jornada de luta revolucionária dos camponeses do sul do Pará”. Eram eles!

---

<sup>406</sup> Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. São Paulo: Jornal *Classe Operária*, ed. Dez 1978.



Pode até ser que – pelo menos em sã consciência – jamais tenham chegado a se verem como faróis da humanidade. Mas aquelas auspiciosas notícias sobre a “gloriosa jornada” acalentavam o ego e levantavam o moral da trupe. Ajudavam a nutrir a fé de que, finalmente, estavam começando a desencadear a tão sonhada revolução – um messianismo aqui exposto, como sempre, de acordo com os conceitos de Benjamin. Estavam eles, definitivamente, na vanguarda da vanguarda, acenando aos camponeses com a Terra Prometida.

## **Capítulo 4**

### **A CONSTRUÇÃO DO GRUPO**

Uma das indagações fundamentais da pesquisa é buscar compreender, afinal, quem eram os guerrilheiros? Quando se juntaram no Araguaia, aquele punhado de homens e mulheres formou um grupo que pretendia deflagrar uma guerra revolucionária. Mas de onde vieram, o que faziam, o que pensavam? Como se comportavam como indivíduos antes dos acontecimentos do Araguaia? Quais as representações e sistema de valores que os levaram a atender ao chamado de formar um grupo revolucionário em algum lugar das selvas amazônicas? Como foram recrutados? E quantos eram, efetivamente, os guerrilheiros do Araguaia? Como se organizaram para a luta armada?

Este capítulo tem por objetivo identificar os guerrilheiros, buscando responder às indagações da pesquisa acima expostas. Partindo do conceito benjaminiano de valorizar também com os esquecidos, os anônimos, os perdedores, em algum momento deste capítulo cada um dos guerrilheiros será identificado. Ou por retratos individuais, ou no mínimo pelo nome.

#### **4.1 - O conceito da *anima collectiva***

Aristóteles, em seu livro da *Metafísica*<sup>407</sup>, partiu de um exemplo singelo, o da casa de pedras, para tentar explicar as sociedades e grupos. Ora, a casa aristotélica não é formada por simples junção de pedras, um mero “montulho”, mas sim pela organização de pedras singulares, talhadas para exercerem funções inter-relacionais. Da mesma forma que se dá nos grupos humanos,

---

<sup>407</sup> Aristóteles. *Metafísica - Livro IV*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

que se ligam uns aos outros numa determinada pluralidade, observa Norbert Elias<sup>408</sup>.

Assim também ocorreu com aqueles homens e mulheres que foram para algum lugar das selvas amazônicas desencadear um movimento revolucionário, grupo que ficou conhecido pelo nome de *guerrilheiros do Araguaia*. Obviamente, o grupo não se formou pela mera somatória de indivíduos. Pois se eles conseguiram ser reconhecidos como grupo social de relevância histórica e política, é porque havia uma argamassa a unir os indivíduos e, antes disso, um projeto imaginado.

Quem eram eles, afinal? Ou ainda, a questão fundamental, qual era a argamassa que possibilitou que um punhado de pedras, com origens culturais distintas, se estruturasse numa casa que terminou por transcender o tempo e o espaço?

\* \* \*

Quando os militares lá chegaram, em abril de 1972, eram 79 os militantes do partido presentes na região do rio Araguaia, preparando-se para a luta armada – além de 12 camponeses já recrutados. Essa estatística comporta algumas considerações. Em verdade, o número dos que de fato participaram dos conflitos foi menor, 71 guerrilheiros. Isso porque nove militantes haviam deixado o grupo por diferentes razões antes de os militares chegarem ao Araguaia<sup>409</sup>. Contudo, como optei por um corte temporal entre 1966 e 1974,

---

<sup>408</sup> Norbert Elias. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994, 201 pág. Elias formula seu pensamento a partir da compreensão de Emile Durkheim, um dos pais da Sociologia, autor do conceito de coesão social e de regras do método sociológico.

<sup>409</sup> Já haviam retornado às suas cidades o casal Pedro e Tereza Albuquerque, Lúcia Regina de Souza, Criméia Alice Almeida e o estudante ainda não identificado de codinome *Jurandir*, que desertou em outubro de 1971. O operário Francisco Amaro Lins, por sua vez, decidiu casar-se com uma camponesa e, de forma consensual, deixou o grupo guerrilheiro, também em fins de 1971, para viver como morador da região. Por fim, em abril de 1972, quando os militares chegaram, os dirigentes João Amazonas e Elza Monnerat abandonaram a área e decidiram se manter em São Paulo por questão de segurança pessoal. Assim, o grupo que participou efetivamente da guerrilha tinha 71 pessoas. Esclareço, por fim, que optei por considerar nessa conta o dirigente Pedro Pomar, que esteve nos preparativos para a guerrilha, em Goiás, em companhia do militante não identificado de codinome *Augusto*. Eles jamais foram à região onde ocorreram os conflitos. Contudo, Pomar fazia parte do triunvirato de dirigentes partidários que decidira deflagrar a guerrilha, ao lado de João Amazonas e Maurício Grabois. Ademais, em 1976, ele liderou a ala do PC do B que buscava analisar as causas da derrota militar através de profundas autocríticas, em oposição à ala liderada por João Amazonas, que tentava manter uma visão triunfalista do episódio, tema que será abordado adiante. Foi nessa ocasião que redigiu um relevante documento sobre a

estão considerados os 79 indivíduos que, em algum momento, tiveram participação no episódio; ou nos preparativos da guerrilha, ou em combate.

Desses 79, eram 61 homens e 18 mulheres, numa relação de três para uma. O maior grupo de militantes partiu do Rio de Janeiro, 20 no total<sup>410</sup>, quase todos estudantes universitários dos núcleos de Medicina e de Farmácia. De São Paulo, partiram 18<sup>411</sup>; da Bahia, 10 e de Minas Gerais, outros cinco. Do Ceará, partiram quatro; do Rio Grande do Sul, três; do Espírito Santo, outros três e, de Goiás, um militante.

Em sua quase totalidade, tinham entre 20 e 28 anos de idade. Desses, 31 eram universitários e seis estudantes secundaristas. Ou seja, 54% dos que pretendiam desencadear a guerrilha foram recrutados pelo PC do B junto ao Movimento Estudantil. Outros 19 eram jovens profissionais liberais, médicos, advogados, engenheiros, bancários, comerciários ou professores. Isso significa que 81% deles vinham da classe média. Havia quatro operários<sup>412</sup>. Dos demais, eram nove os políticos “orgânicos”, conforme a nomenclatura da época usada para delinear os militares que dedicavam tempo integral ao partido. Somente 14 tinham algum tipo de treinamento militar – o grupo que, entre 1964 e 1966, havia feito o curso de guerrilhas na Academia Militar de Pequim, China<sup>413</sup>.

\* \* \*

---

guerrilha, conhecido por “Relatório Pomar”, mais tarde publicado por seu filho Wladimir Pomar, op. cit. Por esse conjunto de razões, optei por incluir Pedro Pomar no grupo guerrilheiro, totalizando, assim, 79 indivíduos. Quanto ao militante que esteve com ele recluso em Colinas, citado pelo “Relatório Pomar”, cujo nome permanece no terreno do oculto, optei por excluí-lo, visto que não teria estado na região do Araguaia.

<sup>410</sup> Ressalte-se que nem todos eram cariocas. O estudante de Farmácia Antônio Theodoro Castro, o *Raul*, por exemplo, como já dito, nascera no Ceará; o estudante de Filosofia Adriano Fonseca Filho, o *Chicão*, era de Minas Gerais e o estudante de Astronomia Antônio de Pádua Costa, o *Piauí*, era do Piauí. Contudo, militaram no Rio de Janeiro quando foram recrutados para a guerrilha.

<sup>411</sup> Como no caso do Rio de Janeiro, nem todos eram paulistas, como é o caso de Cilon Cunha Brum, nascido no Rio Grande do Sul, mas que foi recrutado para o partido em São Paulo e, de lá, partiu para a guerrilha. A mesma ressalva vale para os demais Estados abaixo relacionados.

<sup>412</sup> Antônio Ferreira Pinto, o *Antônio Alfaiate*, profissão alfaiate; Líbero Giancarlo Castiglia, o *Joca*, metalúrgico; Marcos José Lima, o *Ari Armeiro*, ferreiro; Orlando Momente, *Landim*, metalúrgico. Ressalto que Micheas Almeida, o *Zezinho*, iniciou a vida como operário da construção civil. Contudo, desde 1963 era militante profissional do PC do B, um dos escalados para o treinamento militar na China. Por essa razão, optei por incluí-lo no grupo dos militantes profissionais, como João Amazonas, que também tinha origem operária.

<sup>413</sup> Flosi, op. cit.

Em sua derradeira obra, *A Sociedade dos Indivíduos*<sup>414</sup>, Norbert Elias busca encontrar um modelo de análise que permita compreender a maneira pela qual seres humanos singulares, “uma porção de pessoas juntas”, ligam-se uns aos outros numa pluralidade, formando um grupo social ou sociedade. Elias rejeita os modelos que valorizam a ação dos indivíduos isolados na construção da sociedade a partir de ações deliberadas e racionais. Também desconstrói o campo oposto, modelos extraídos das ciências naturais, notadamente da biologia, no qual a sociedade é concebida como uma entidade orgânica no qual o indivíduo não desempenha papel algum.

Segundo ele, as sociedades são formadas porque existe um grande número de pessoas e só continuam a funcionar “porque muitas pessoas, isoladamente, querem e fazem certas coisas, e, no entanto, sua estrutura e suas grandes transformações históricas independem, claramente, das intenções de qualquer pessoa em particular”<sup>415</sup>. Elias:

Ninguém duvida de que os indivíduos formam uma sociedade ou de que toda sociedade é uma sociedade de indivíduos. Mas, quando tentamos reconstruir no pensamento aquilo que vivenciamos cotidianamente na realidade, verificamos, como naquele quebra-cabeça cujas peças não compõem uma imagem íntegra, que há lacunas e falhas em constante formação em nosso fluxo de pensamento. [...] O que nos falta – vamos admiti-lo com franqueza – são modelos conceituais e uma visão global mediante os quais possamos tornar compreensível, no pensamento, aquilo que vivenciamos diariamente na realidade; mediante os quais possamos compreender de que modo um grande número de indivíduos compõem entre si algo maior e diferente do que uma coleção de indivíduos isolados<sup>416</sup>.

Elias vai buscar no conceito de “alma” de Platão e, simultaneamente, na alegoria da casa de pedras de Aristóteles, uma proposta intermediária na qual a soma dos indivíduos, em determinadas situações históricas, acabam por formar uma alma própria que transcende as almas individuais, naquilo que ele

---

<sup>414</sup> Op. cit.

<sup>415</sup> Idem, pág. 13.

<sup>416</sup> Idem, pág. 16.

conceitua por *anima collectiva*, ou “mentalidade grupal” – emanando aquela vibração oculta que os judeus denominam “elam”, Hegel chamaria de “Espírito da Guerrilha” e Benjamin de “fenômeno originário”. Elias, contudo, me parece aquele que apresenta as melhores vias de acesso para o objeto em questão.

Em nossos dias, observa ainda Elias, a teoria da *Gestalt* ensinou-nos que o todo é diferente da soma de suas partes, que incorpora leis de um tipo especial, as quais não podem ser elucidadas pelo exame de seus elementos isolados. Tomemos o exemplo da casa de Aristóteles, ou da melodia, que também não pode ser compreendida como uma mera somatória de notas individuais, “mas é diferente de sua soma”, argumenta Elias. Ou, ainda, o exemplo das palavras e da frase, ou das frases e do livro, argumenta o autor.

Ainda de acordo com Elias, a relação entre os indivíduos e a sociedade é uma coisa singular, que não encontra analogia em nenhuma outra esfera da existência. Não se compreende a melodia examinando-se somente cada uma de suas notas separadamente, sem relação com as demais. Dá-se algo semelhante com a casa.

Aquilo a que chamamos sua estrutura não é a estrutura das pedras isoladas, mas a das relações entre as diferentes pedras com que ela é construída; é o complexo das funções que as pedras têm em relação umas às outras na unidade da casa. (...) Deve-se começar pensando na estrutura do todo para se compreender a forma das partes individuais<sup>417</sup>. (Grifo meu)

A partir da alegoria da casa de Aristóteles, Elias apresenta um modelo de análise no qual para é preciso desistir de pensar tão-somente nos indivíduos isolados, e começar a pensar em termos de suas relações e funções. Ou seja, nas diversas pessoas inter-relacionadas entre si. Assim, também tomo emprestados a alegoria de Aristóteles e o método de análise de Norbert Elias para buscar compreender, afinal, quem eram os guerrilheiros do Araguaia.

\* \* \*

---

<sup>417</sup> *Id.*, pág 25.

O primeiro passo é identificar as pedras. Optei por individualizar 25 guerrilheiros, cujas histórias pessoais estão sendo apresentadas, com maiores ou menores detalhes, ao longo da narrativa. Significa uma amostra de 35% do total de 79 pedras que formaram a casa.

Escolhi essa amostra seguindo a combinação de dois critérios. Primeiro, o fato de terem sido chefes oficiais do movimento ou comandantes de fato dos guerrilheiros. O outro critério é o de terem protagonizado episódios relevantes do objeto narrado<sup>418</sup>. Alguns desses protagonistas já tiveram breves apresentações no Capítulo 2.

Lembro que optei por abrir a narrativa da pesquisa valorizando os silenciados, os guerrilheiros pouco conhecidos, muitos anônimos – seguindo a dialética proposta por Benjamin, que busca restaurar a justiça aos “esquecidos” da História. Contudo, não há qualquer razão para cair no oposto-contraditório, relegando os comandantes às fissuras da História.

Afinal, todos os 79 guerrilheiros foram protagonistas da trama, pedras que estruturaram uma casa, não importando para esta pesquisa se cumpriram o papel de comandantes (como Velho Mário e Joaquim) ou de guerrilheiros de base (como Maria e Raul), se emergiram do episódio como mitos (como Dina e Osvaldão), ou restaram quase anônimos (como Simão e Beto).

Ora, se busco chamar nomes pouco conhecidos ao protagonismo da trama (como nos casos de Ari e Maria Diná), independente de suas posições na hierarquia da organização guerrilheira, é com o objetivo de ressaltar as identidades plurais dos guerrilheiros.

Observa Elias que, mesmo dentro de um mesmo grupo, as relações conferidas a duas pessoas e suas histórias individuais nunca são exatamente

---

<sup>418</sup> Esclareço que o critério de relevância é uma opção discricionária que emerge das análises do historiador. Por exemplo, de acordo com a história oficial do PC do B, o episódio mais relevante teria sido o Chafurdo de Natal, quando morreram três comandantes, a começar pelo comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, Velho Mário (Maurício Grabois) -- conforme se depreende pela análise do conjunto de publicações sobre o episódio, ou patrocinadas pela Fundação Maurício Grabois, e/ou publicadas pela editora do partido, a Anita Garibaldi. Pela análise das informações colhidas nesta pesquisa, contudo, o episódio mais relevante para o desfecho trágico do movimento teria sido a decapitação do guerrilheiro Arildo Valadão, o Ari, seguido da reunião dos guerrilheiros diante de seu corpo, no qual Osvaldão anunciou que resistiria até a morte apenas com alguns, orientando os demais para que escapassem o quanto antes da região. Por essa razão, optei por abrir a narrativa da pesquisa pela morte desse guerrilheiro “esquecido”, Arildo.

idênticas. “Cada pessoa parte de uma posição única em sua rede de relações e atravessa uma história singular até chegar à morte”<sup>419</sup>, explica. Desta forma, analisando algumas das pedras e, principalmente, as inter-relações entre elas, será possível por fim chegar à possibilidade de observação da casa.

Os guerrilheiros do Araguaia estavam essencialmente tomados por sonhos e movidos pela esperança de construção de um país justo e igualitário, seguindo o imaginário revolucionário daquele tempo<sup>420</sup>, as décadas de 1960 e 1970. Enfim, estavam catalisados por uma prática política gregária e pelas experiências de satisfação coletiva na busca pelo bem comum, a argamassa que fazia daqueles indivíduos um grupo.

## 4.2 – Instantâneos da História

Há uma grande diferença entre *ser* e *estar*. Naqueles anos de chumbo, que o filósofo lituano Isaiah Berlin definiu como os tempos “mais terríveis da história”,<sup>421</sup> um punhado de jovens *estavam* guerrilheiros nas matas do Araguaia. Todos nasceram nus. Mas ninguém nasceu guerrilheiro. À condição de *estar* guerrilheiro precede um longo processo de construção da identidade, primeiro como indivíduo, depois, como sujeito coletivo.

Castoriadis recomenda valorizar sujeitos humanos suas respectivas vontades de fazer História<sup>422</sup>. Morin sugere a metodologia de trabalhar a partir do fragmentado para chegar às relações mais amplas<sup>423</sup>. Ricoeur, por sua vez, apresenta a metodologia de construir uma história narrativa a partir dos sentidos encontrados nas histórias, dos significados das práticas, dos mitos,

<sup>419</sup> *Id.*, pág. 27.

<sup>420</sup> Imaginário no sentido criação, conforme a conceituação proposta por Cornélius Castoriadis; imaginário enquanto criação de um novo tempo, de outro momento histórico para o Brasil. *In*: Castoriadis. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Op., cit.

<sup>421</sup> Quando escrevia sua obra *A Era dos Extremos*, no início da década de 1990, o historiador inglês Eric Hobsbawm pediu ao filósofo lituano Isaiah Berlin que lhe apresentasse um olhar panorâmico sobre o Século XX. Berlin, autor de obra monumental sobre o contrailuminismo, e que viveu a maior parte do século, disse: “Lembro-o apenas como o século mais terrível da história”. *In*: Eric Hobsbawm. *A Era dos Extremos: o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, pág. 11.

<sup>422</sup> Castoriadis parte do princípio de que o sujeito humano é fragmentado, tem várias dimensões, mas ele está num constante fazer-se. Castoriadis. *O mundo fragmentado*, op. cit.

<sup>423</sup> Edgar Morin. *O Método, Volume 3*. Op. cit.



dos ritos, das falas – enfim, dos indícios e traços dos sonhos e das esperanças dos sujeitos. E, a partir daí, construir a intriga da história.

Assim, partindo de uma amostra delineada, vou apresentando os protagonistas por meio de um mosaico de retratos individuais e de imagens, episódios que se entrecruzam aqui e acolá, tecendo uma teia de relações – segundo o conceito de Elias -- que vai desaguar na construção do grupo.

São sujeitos individuais quando ainda nas cidades – antes, portanto, de passarem a integrar um grupo de guerrilheiros – pedras de uma futura casa, notas de uma melodia, cujas identidades foram sendo formadas e transformadas continuamente em relação às formas pelas quais eram representados ou interpelados nos sistemas de representações e de valores que os rodeavam.

Ressalvo que são meros retratos, fotografias singelas, fragmentos de visibilidades, despreziosos instantâneos da história – parafraseando Braudel – que possam trazer clarões de luzes para a compreensão daqueles que um dia viram a protagonizar, como grupo, um episódio histórico ocorrido em algum lugar das selvas amazônicas.

Ao longo da narrativa, outras pedras serão apresentadas, ou de forma individual, ou inter-relacionadas, mas sempre buscando seus sentidos e os significados das práticas, ritos e falas, trazendo à tona representações dos fatos e dos protagonistas. Assim, na tecitura da trama, será possível observar um mosaico cada vez mais translúcido, pedra por pedra, até que, ao fim e ao cabo, a casa possa ser vista em seu todo, por inteira, expondo aquilo que Elias conceitua por *anima colectiva* dos guerrilheiros.

Eis, abaixo, singelos retratos de algumas pedras, iconografias sociais, fragmentos de realidades, características singulares dos protagonistas, imagens que congelam o tempo em um instante de perigo – parafraseando Benjamin – histórias despreziosas se cruzam aqui ou acolá, formando encruzilhadas que ajudam na tecitura da trama. Como aquelas encruzilhadas clássicas na qual as tragédias costumam iniciar.

\* \* \*

Antônio Theodoro Castro tinha 10 anos quando uma seca assolou o Ceará. Seus pais, ele funcionário público, ela professora, haviam saído de casa, em Fortaleza, e uma família de retirantes do sertão bateu à sua porta pedindo ajuda. Ele foi à dispensa e deu todos os mantimentos. Tudo. A mãe tinha acabado de fazer compras. Depois foi aos armários arrecadar roupas de toda a família. Dona Neném, a empregada, ficava atrás, dizendo para ele não fazer aquilo. Quando seus pais chegaram, Theo, como era chamado na intimidade, escondeu-se debaixo da cama. O pai, mais paciente, procurou-o para conversar. Enquanto chorava, perguntou para o pai:

“Deus existe?”

Diante do silêncio, arrematou:

“Pois se ele existe, eu já sou contra ele” <sup>424</sup>.

Sua mãe passou a interpretar que, a partir desse episódio, algo dentro dele se quebrou. Ela dizia que naquele instante Theodoro perdera a fé nos desígnios de Deus. Passou a acreditar tão somente nas soluções do homem. Teria início, naquele episódio, o despertar da solidariedade e da prática política, segundo a acepção de Arendt.

Foi nessa época que prestou exame de admissão para o Liceu. Só poderia ser matriculado com, no mínimo, 12 anos. Os pais retornaram a Itapipoca e lhe arrumaram um registro de nascimento com três anos e meio a mais na idade. Pois se aumentassem em dois anos, como exigia o Liceu, ficaria da idade do irmão mais velho. Prestou serviço militar com 15 anos. Aos 16, já era calouro do curso de Farmácia e Bioquímica na Universidade Federal.

Foi nesses tempos que certo dia encontrou a irmã Mercês, cinco anos, intoxicada por um biscoito envenenado. Não esperou pelo pai, nem pela

---

<sup>424</sup> As informações e histórias sobre Antônio Theodoro me foram narradas por suas irmãs, Mercedes Castro e Eliane Castro, em entrevistas orais distintas.

ambulância chegarem. Já não acreditava na Divina Providência. Correu com a irmã nos braços, por três quilômetros, até o hospital mais próximo. Salvou-a.

Theodoro torcia pelo Botafogo do Rio de Janeiro. Gostava de Aaulfo Alves e de Miltoninho, algo incomum naqueles tempos de bossa nova e de músicas de protesto. Lia muito, desde sempre. Bem humorado, gostava de passar trotes de assombração ou de inventar apelidos. Arrumou um para cada irmã. Sandra, por conta de seus olhos verdes, virou *Olho de Boto*. Laura, magra e morena, era o *Pincel Atômico*. Mercedes, que usava franjas como de índia, era *Djacuí*.



*Theodoro (de óculos), estudante de Farmácia e Bioquímica na UFCE*



*Theodoro (à dir., de óculos): adolescente precoce*

Assim que entrou na universidade começou a militar no Movimento Estudantil. Havia um perigoso ritual entre aqueles jovens idealistas. Quando sua turma queria fazer uma manifestação pública, algum deles deitava-se no meio da rua e simulava ter sido atropelado. Com a aglomeração de populares, encontravam plateia para começar a discursar. Pegou tuberculose. Foi recrutado para o PC do B dentro do Sanatório de Maracanaú<sup>425</sup>. Aos 20 anos, quando cursava o quarto ano de Farmácia, Theodoro foi aconselhado pelo próprio reitor, parente de sua mãe, a abandonar Fortaleza. Já estava muito visado pela repressão militar. Mudou-se para o Rio de Janeiro.

Continuou o curso Farmácia e Bioquímica, agora na UFRJ. Fez concurso para professor de Química do Pedro II, o mais tradicional colégio da época, ao lado do Colégio Militar, em tudo rivais – os dois colégios disputavam a qualidade do ensino, as garotas e, sobretudo, a rivalidade política e

<sup>425</sup> Joaquim Washington Luiz de Oliveira, vice-governador do Maranhão na presente data, foi recrutado no sanatório junto com Theodoro. Foi a pesquisadora Myriam Luís Alves quem descobriu sua relação com Theodoro, a partir de narrativas orais do próprio ex-militante.

ideológica. Theodoro exibia uma enorme cicatriz no peito, resultado de uma cirurgia no pulmão. Mas, como um bom sertanejo, tomado pelo imaginário do cabra-macho, gostava de dizer que era fruto de uma facada. Um dia, foi convocado à revolução.

Disse à família que ganhara uma bolsa de estudos na Europa. Escreveu 12 cartas para serem entregues periodicamente à sua mãe, todas simulando que escrevia da Europa. Todas chegavam com carimbo da Alemanha ou Bélgica. Até que as cartas pararam de chegar. Só recentemente sua família descobriu que, na verdade, passou um período na Bahia, em clandestinidade<sup>426</sup>. Então desapareceu, talvez em derradeiro amor do mundo – segundo os versos de Maiakovski – como fera eriçada, ardente como o rubor de um tísico<sup>427</sup>.

Estava no Araguaia, reconstruído sob a identidade do guerrilheiro Raul, até que um dia chegou numa encruzilhada perdida em algum das selvas amazônicas, o ponto exato onde três pequenas trilhas na mata se encontram para servir de cenário de uma trama trágica<sup>428</sup>. Também estava entre aqueles “mais preparados e corajosos”, ungidos por seu comandante Osvaldão, um punhado de homens e de mulheres que deveria lutar até o fim pelo sonho de criar um país justo e igualitário<sup>429</sup>. Terminaria preso, depois executado. Antes, contudo, usufruiu da chance de cuspir na cara de seu algoz<sup>430</sup> para, ao fim e ao

---

<sup>426</sup> Do Rio de Janeiro, escondeu-se em uma fazenda que o PC do B mantinha em Camacã, Bahia. Usava o codinome de *Paulista*. Tinha com ele outro jovem militante do partido, codinome Carioca. Abrigaram um militante do PCB, codinome *Czar*, cerca de 60 anos. Passaram alguns meses lá até que souberam que algum companheiro que conhecia o local fora preso. Fugiram todos em poucas horas. *Carioca* foi para São Paulo. *Paulista* (Theodoro) e *Czar* seguiram juntos até Fortaleza e, de lá, para Imperatriz, MA. *Czar* fugiu para o Paraguai. *Paulista* foi levado pelo secretário-geral do partido, João Amazonas, até o Araguaia. Virou então *Raul*. Em janeiro de 2013, esses detalhes foram revelados à irmã de Theodoro, Mercedes, por um dos filhos de *Czar*.

<sup>427</sup> Em *A Flauta Vertebrada*, poema dedicado à sua musa Lila Brik, Vladimir Maiakovski escreve na última estrofe: “Vós que esquecestes que o céu é azul/ e que como feras vos eriçais. Este é talvez/ o verdadeiro amor do mundo/ ardente como o rubor de um tísico”.

<sup>428</sup> Refiro-me à Grota do Cristal, no epicentro da região onde ocorreram os combates do Araguaia, local onde os guerrilheiros Raul (Theodoro), Ari (Arildo Valadão) e Jonas (Josias Gonçalves) foram atacados, a 26 Nov 1973, por três camponeses a serviço do Exército. Foi lá, conforme a narrativa do episódio exposta no Capítulo 2 da pesquisa, que Ari tombou ferido e, ato contínuo, seria decapitado ainda vivo pelos camponeses.

<sup>429</sup> Sobre esse ponto, também está narrado em detalhes no Capítulo 2.

<sup>430</sup> Refiro-me ao episódio da execução de Raul, quando ele cuspiu no rosto do então capitão Sebastião Rodrigues de Moura, mais tarde conhecido na região por Major Curió, e na sequência seria executado com um tiro na cabeça, episódio narrado em detalhes no Capítulo 2.

cabo, ser avistado por um camponês no instante em que os animais silvestres comiam seu cadáver<sup>431</sup>.

\* \* \*

Oswaldo Orlando Costa nasceu em Passa Quatro, Minas Gerais. Aos 16 anos, mudou-se para São Paulo a fim de cursar escola técnica de cerâmica industrial. Aos 18, entrou para a Escola Técnica Federal, no Rio de Janeiro. Formou-se técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958. Foi campeão carioca de boxe, pelo Botafogo. Serviu o Exército e, de lá, saiu como tenente CPOR<sup>432</sup>. Nessa época, já demonstrava sensibilidade e carisma. Em carta dirigida a seu pai, José Orlando da Costa, datada de 08 de agosto de 1959, em um curto trecho, Oswaldo expõe alguns de seus valores: gratidão, família, fé, sensibilidade, amor ao próximo, honestidade e sacrifício:

Não poderia eu, querido pai, deixar também de dirigir a minha parcela de reconhecimento e satisfação. Ao mesmo tempo, feliz por ter a bondade divina propiciado a mim, na terra, um pai como o senhor que, com seu exemplo de honestidade e sacrifícios, nos mostrou a grandiosidade da vida e nos preparou para este mundo de escândalos e vandalismo, que nos preparou e exemplificou o temor a Deus e o amor ao próximo<sup>433</sup>.

---

<sup>431</sup> Seria avistado pelo camponês Raimundo Clarindo do Nascimento, conhecido por Raimundinho Cacaúbas, dias depois da sua execução, episódio este que igualmente está narrado no Capítulo 2.

<sup>432</sup> Sigla de Centro de Preparação de Oficiais da Reserva. Os jovens de 18 a 19 anos costumam servir o Exército como recrutas. Nas Forças Armadas brasileiras, contudo, há a possibilidade de servir mais velho, depois de formado em alguma profissão, e tornar-se oficial da reserva. No Exército, essa modalidade chama-se CPOR.

<sup>433</sup> Essa carta, inédita até a presente data, foi obtida por Bianca Fragoso Silva, então estudante de Jornalismo da Universidade Católica de Brasília, em pesquisa de campo para a monografia de finalização do curso, o TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Sob a orientação do professor-doutor Lunde Braghini Júnior, Bianca foi até a cidade de Passa Quatro, onde pesquisou a infância e juventude de Oswaldão. Obteve essa e outras cartas com a irmã do guerrilheiro, Irene Orlando da Costa. A monografia foi defendida em 2008, a qual pretende publicar em livro, depois de nova rodada de pesquisa. Na presente data, Bianca é jornalista e trabalha como chefe de reportagem do SBT, em Brasília. Registro meu agradecimento por ceder as cartas para esta pesquisa. *In*: Bianca Fragoso Silva. "Oswaldão: uma viagem no Imaginário". Brasília: Universidade Católica de Brasília, 2008.



*Oswaldo em Passa Quatro, MG: na primeira comunhão e com a mãe, na roça*



Oswaldo jogou basquete, foi campeão de boxe, também, de arremesso de peso

*Oswaldo no time de basquete da Escola Técnica*

Naquela virada dos anos 1960, Oswaldo já começara a flertar com o comunismo e a ideia de revolução. Primeiro junto ao Partido Comunista Brasileiro, PCB, o tradicional Partidão. Logo se tornaria militante do recém-fundado Partido Comunista do Brasil, o PC do B, dissidência do Partidão. A partir dos contatos políticos, conseguiu uma bolsa de estudos na Tchecoslováquia<sup>434</sup>.



Tenente Oswaldo, com a família, em evento do Exército

Em Praga, cursou Engenharia de Minas, até o terceiro ano. Em carta à sua irmã Irene Orlando, datada de 5 de novembro de 1960, Oswaldo fala com estilo de todo o percurso europeu até chegar a Praga. Ficou extasiado pela beleza dos castelos locais, sobretudo Paris. Foi morar em um castelo, na cidade de Lázně:

---

<sup>434</sup> Bianca Fragoso esclarece: “Durante o governo JK, muitos estudantes de países subdesenvolvidos recebiam bolsa de estudos das antigas Tchecoslováquia e União Soviética. Oswaldo foi contemplado e, em 1960, a Universidade de Praga foi o seu destino”. Fragoso. *Oswaldão: uma viagem no Imaginário*. Op.cit., pág. 19.



Lázné: é a minha cidade. Basta dizer que só tem castelo (e que castelos). Foi do Czar fulano de tal, outro do conselheiro de tal, outro do imperador da Espanha e assim por diante. Aqui morou Goethe, Chopin, Gogol, Léon Tolstoi e uma linha de homens célebres. Saiba, então, que escolheram por isso, aqui, para eu morar. A cidade é um balneário conhecido no mundo todo e o mais procurado da Europa. Moro num castelo cujo nome é herança de fevereiro<sup>435</sup>.



Cartão postal enviado por Osvlado, da Tchecoslováquia: “Querida mãe”

E, mais ainda, confessou-se admirado pelo fato de ter virado celebridade, especialmente por estar provocando “reboiço” entre as mulheres locais (reação que, anos mais tarde, também provocaria entre as mulheres do Araguaia):

(...) Mas lá não vou, pois pareço até o príncipe da casa, quando apareço é um reboiço tremendo. Aqui já virei ator de cinema. Nas ruas, a toda hora, sou solicitado para ser fotografado ou filmado ao lado de cada “dona” que me deixa cair o chapéu<sup>436</sup>.

<sup>435</sup> *Idem*, pág. 62.

<sup>436</sup> *Idem*, pág. 66.

Foi assim que o combatente Osvaldo inspirou o escritor nigeriano Cytrian Ekwensi a escrever o livro *Lidé z mesta* (1962), *O homem que parou a cidade*, em tradução livre.<sup>437</sup>



Osvaldo na Tchecoslováquia: popularidade entre mulheres e inspiração para livro de Ekwensi, *O homem que parou a cidade*

De volta ao Brasil, seria cooptado por um grupo de dirigentes do PC do B para participar da implantação de uma futura guerrilha rural. Aparentemente, foi recrutado para a nova organização pelo dirigente Pedro Pomar. Ao menos, eram próximos. A ponto de Pomar, que era um dos dirigentes históricos do PCB e, desde 1962, membro do triunvirato que fundaria o PC do B, escrever uma carta para Osvaldo, então um mero militante de base, datada de 22 de junho de 1963 – em prenúncio sobre a liderança que ele acabaria por conquistar entre os futuros guerrilheiros do Araguaia.

Qual a situação de nossos companheiros aí? Como se porta o Onofre? Está firme conosco? Acho que você compreendeu bem a necessidade de elevar o sentimento

<sup>437</sup> Nascido em 1921, Cytrian Ekwensi é autor de 14 livros, a maior parte infantis. Militante comunista, morava na Tchecoslováquia quando estudantes brasileiros começaram a chegar. O que se registra é que Ekwensi presenteou Osvaldo com um exemplar do livro, com dedicatória, quando então teria informado que o personagem principal fora inspirado nele. Osvaldo, por sua vez, entregou esse exemplar com dedicatória à irmã, relatando-lhe sobre o encontro com o escritor. Ver [www.comunistas.spruz.com/pt/O-guerrilheiro-Osvaldo-Orlando-da-Costa-o-Osvaldo/blog.htm](http://www.comunistas.spruz.com/pt/O-guerrilheiro-Osvaldo-Orlando-da-Costa-o-Osvaldo/blog.htm) >.Último acesso em 11 Out 2013.

de responsabilidade de todos os nossos companheiros e amigos e impedir que eles se desorientem nas pequenas e grandes tarefas e problemas. É preciso, segundo creio, conservar sempre aguda a arma da crítica e da autocrítica. (...) E você escreva. Mande dizer quais as medidas que propõe para a volta dos companheiros, ou melhor, de vocês. Temos algumas sugestões e iniciativas em vista, mas só as aplicaremos quando houver uma combinação definitiva (...). E do amigo e companheiro recebe abraços e saudações fraternais. Pomar.<sup>438</sup>



Oswaldo na Tchecoslováquia

Em fevereiro de 1964, segundo apontou a pesquisa, dias antes de ser deflagrado o movimento que instauraria por 20 anos um regime autocrático, Oswaldo embarcaria com um pequeno grupo para fazer treinamento militar na China. De volta ao Brasil, já com o país sob o regime militar, Oswaldo cairia na clandestinidade. Ainda não há notícias sobre onde esteve ou o que fez em 1965. Em 1966, foi o primeiro militante a ser enviado ao Araguaia.

\* \* \*

---

<sup>438</sup> Esta carta também faz parte do acervo da irmã de Oswaldo, Irene Orlando Costa, cedida para a monografia da então estudante Bianca Fragoso. Op. cit. pág. 70.

Stuart Hall fala em “jogo de identidades” e suas consequências políticas, asseverando que contradições são atuantes tanto dentro da cabeça de cada indivíduo, quanto fora, atravessando assim grupos políticos estabelecidos. Para ele, uma vez que a identidade muda de acordo com a forma como o sujeito é questionado ou representado, a identificação não é automática. Sai de uma política de identidade (de classe), para uma política de diferença<sup>439</sup>. Hall, muitas vezes, menciona o “indivíduo soberano”, pelas suas vontades, necessidades, desvinculando-o da “divindade”<sup>440</sup>.

Assim era João Carlos Wisnesky: tomado por contradições, “tanto dentro da cabeça”, tomando emprestada a expressão de Hall, quanto fora, um indivíduo soberano pelas vontades, necessidades e, sobretudo, sempre desvinculado da “divindade”. João Carlos nasceu príncipe de Paquetá<sup>441</sup>. A ilha, no centro da Baía da Guanabara, recanto escolhido pelo patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva para recolhimento e leitura, transformara-se no paraíso de veraneio da corte no Segundo Império<sup>442</sup>. Também foi cenário

<sup>439</sup> Stuart Hall. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, pág 18.

<sup>440</sup> *Idem*, pág 30.

<sup>441</sup> As informações sobre João Carlos Wisnesky me foram transmitidas por ele mesmo, em dois depoimentos orais. O primeiro, em 2009, no Rio de Janeiro. O segundo, em 2010, na Ilha de Paquetá, em sua residência.

<sup>442</sup> Abro um parêntese para registrar que conheci o casarão de Bonifácio em Paquetá e tomei conhecimento de sua história na ilha através de João Carlos Wisnesky, no *Réveillon* de 2011, quando lá estive para colher seu depoimento oral para esta pesquisa. Sobre o Patriarca da Independência, o que a história oficial totalizante pouco registra são seus muitos percalços políticos, entre tempos de exílio e de prisão. E raros são os que sabem que, nos períodos de desgraça, ele encontrou refúgio em um casarão na ilha de Paquetá. Esse capítulo da nossa história guarda relação direta com as suas desventuras políticas e a conturbada relação de Bonifácio com Pedro I. A começar pela exuberante relação extraconjugal de Pedro com Domitila Castro e Canto, contra quem Bonifácio sempre se opôs, e que ganhou o título de marquesa de Santos por mera provocação ao conselheiro, nascido em Santos. Eram tamanhas as divergências entre eles, em torno dos mais diferentes assuntos, que em novembro de 1823, apenas um ano após a Independência, Bonifácio foi preso e deportado para a França por ordem do monarca. Amargou quase seis anos de exílio. De volta ao país, em 1829, seu objetivo era largar de vez a política e mergulhar nos trabalhos científicos. Foi assim que adquiriu uma chácara ladeada por árvores e voltada para o poente na antiga Praia da Guarda, atual Praia José Bonifácio, em Paquetá. Foi lá que o patriarca abrigou mais de 6 mil livros em seu acervo de pesquisas, de destino hoje ignorado. Nesse seu “retiro filosófico”, logo viveria outras convulsões, entre elas a decisão de aceitar a tutoria do menino Pedro, mais tarde Dom Pedro II, a pedido do próprio imperador, que retornava a Portugal para deflagrar uma guerra civil contra o irmão Miguel pelo trono lusitano. A tarefa de tutelar o herdeiro do trono brasileiro renderia a Bonifácio muitos inimigos e outras amarguras, em especial dentro da maçonaria, instituição da qual foi um dos expoentes. Tantos inimigos que, logo depois de iniciada a tarefa, já em 1833, teria sua prisão de novo decretada, acusado de tramar o retorno de Pedro ao Brasil. Ao menos foi em regime de prisão domiciliar, contudo, ilhado da corte, isolado em sua residência de Paquetá. Um destacamento, chefiado por um capitão da Armada, hoje Marinha, ficou responsável por vigiá-lo dia e noite. Com a liberdade restituída dois anos depois, em 1835, Bonifácio optou por continuar na ilha. Só saiu de lá para receber assistência médica em Niterói, 12 dias antes de sua morte, abril de 1938. *In*: Myrian Luís Alves. “Vende-se um recanto da história do Brasil”. Revista *Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, edição 78, Dez 2013, págs. 86 a 89.

inspirador para que Joaquim Manoel de Macedo escrevesse o clássico *A Moreninha*. Quando João Carlos nasceu, em 1943, Paquetá já não tinha o *glamour* de antanho. Mas ainda era um dos recantos prediletos da elite carioca, que já tomara Copacabana e começava a descobrir Ipanema.



Seu pai, João Wisnesky, poderia não ser o “Rei de Paquetá”, posto que jamais fora rico, de acordo com as narrativas do filho. Mas o monopólio dos pontos de jogo-do-bicho na ilha Ihe conferia a condição de, ao menos, um dos mais influentes. Cabelos louros, olhos verdes-claros, extremamente claros, foi assim que João Carlos nasceu e cresceu sendo tratado como príncipe. Estudou no Colégio São Bento, o mais tradicional do Rio. Foi lá que conheceu a história de Leônidas, o rei de Esparta que levou apenas 300 homens para lutar até a morte contra os persas de Xerxes. Chorou em aula. Chorou muito em casa. Sonhava com a inscrição cravada em pedra no jazigo de Leônidas, local onde se deu a épica Batalha de Termópilas:

“Viajante: Vá e diga a Esparta que aqui ficaram 300 cumprindo o seu dever”<sup>443</sup>.

Adolescente, ainda sonhava ser um dos 300 espartanos. Queria ser Leônidas. Mas também queria jogar bola. Era um craque. Acabou jogando profissionalmente pelos times do América do Rio e do Flamengo. Era chamado de *Paquetá*. Atuava no meio-campo como *half-volante*. Ficava na mesma posição do cabeça-de-área do futebol atual, mas com funções táticas diferentes, atuando em parceria com o armador. O jogador Clodoaldo era um

<sup>443</sup> Esclareço que a frase acima é a que ficou gravada no imaginário de João Carlos Wisnesky. A frase exata é outra: “Viajante, vá e anuncia aos Lacedemônios (espartanos) que, fiéis às suas leis, aqui jazemos”.

*half-volante* e Gerson, o armador na seleção tricampeã da Copa do México em 1970.

Até que um dia *Paquetá* foi vendido para o Racing de Bruxelas, Bélgica. Passou a ser chamado de *Carlô*. Começou a jogar como centroavante. Tornou-se goleador. Depois jogou pelo Telstar da Holanda e o AS Cannes da França. Continuou goleador. Jogou na Europa entre 1964 e 1967. Quando tinha 24 anos, soube que seu passe estava sendo negociado para um time do México. À sua revelia. Ficou furioso.

“Revoltava a forma como éramos tratados como mercadoria”, explica ele, em narrativa oral a esta pesquisa.

### **4.3 – Recrutamentos para a guerrilha**

Uma das indagações fundamentais dessa pesquisa é buscar compreender, afinal, como e por que um punhado de jovens idealistas decidiram abandonar suas rotinas estabelecidas nas cidades para arriscarem suas vidas na selva? O fato é que as realidades são muito mais complexas do que nossa teoria e nosso pensamento consegue perceber. Retornemos então, a título de exemplo, ao protagonista acima retratado e as encruzilhadas de sua trajetória pessoal, indivíduos que se cruzam aqui e acolá, formando uma teia de relações que desaguaria no Araguaia.

João Carlos retornaria ao Brasil em outubro de 1967. Encontrou um país em ebulição política. Mas João Carlos desistira do futebol. Desistira de ser *Paquetá* ou *Carlô*. Queria reconstruir sua identidade, agora como médico, Dr. João Carlos, como é chamado por seus pacientes no tempo do agora. No final de 1968 passou no vestibular para a Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro<sup>444</sup>.

---

<sup>444</sup> Fundada em 1912, é uma das mais antigas e tradicionais faculdades de Medicina do país. Na presente data, faz parte da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UniRio, e possui o Hospital Universitário Graffêe e Guinle, dos mais conceituados do Rio de Janeiro.

Ainda como calouro, tomou os primeiros contatos com a militância estudantil. Primeiro, nos grupos de estudos. Logo seria recrutado para o PC do B. Sua missão: criar um núcleo do partido na Medicina. Acabou conhecendo um novo amigo, Afonsinho, estudante da faculdade e craque do Botafogo, célebre na luta pela Lei do Passe Livre<sup>445</sup>. Tornaram-se grandes amigos; ainda são no tempo presente. João Carlos conseguiu recrutar oito pessoas – e seis deles mais tarde acabariam no Araguaia.

O primeiro seria o estudante de Medicina, Elmo Corrêa, um carioca da Zona Sul (foto). Ele tinha uma namoradina de adolescência, Telma Regina Cordeiro, estudante de Geografia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Telma acabou recrutada por Elmo. Faziam as reuniões políticas na casa dos pais dele. Sua irmã, Maria Célia Corrêa, acabou também desejando entrar no partido. Ela e João Carlos logo começariam a namorar. Já eram quatro naquele núcleo, dois casais. Naquele pequeno núcleo, unido pelo imaginário revolucionário daquele tempo, os primeiros indícios de uma *anima collectiva*.



\* \* \*

À sequência, João Carlos recrutou outra colega da Medicina, Lúcia Maria de Sousa, colega de turma de Afonsinho no colegial – de acordo com sua narrativa a esta pesquisa. Morena de lábios grossos e corpo de passista, nascida e criada em São Gonçalo, município da Grande Niterói, ela era filha de um funcionário das balsas que fazem a travessia Rio-Niterói, cuja função era jogar as cordas para que alguém no cais amarrasse a barca.

---

<sup>445</sup> Afonso Celso Garcia Reis conseguiria comprar seu próprio passe em 1972, depois de mais de um ano de luta na Justiça. Saiu do Botafogo e foi jogar no Olaria do Rio de Janeiro. Jogou até 1982 pelo Olaria na condição de primeiro jogador “liberto” do Brasil.

Maria Lúcia (foto) começou a frequentar os Concertos da Juventude do maestro Eliezer de Carvalho. A melhor parte era quando ele parava os acordes



para ensinar aos ouvintes como escutar música clássica. Lúcia foi fisgada pela música do maestro. Apaixonou-se também por literatura.

Sua grande fantasia era a história de Louise Michel, poetisa e militante anarquista, feminista e sindicalista, célebre por sua liderança na Comuna de Paris. Maria Lúcia emocionava-se às lágrimas sempre que relatava um episódio no qual militantes da Comuna foram condenados ao fuzilamento, mas a líder Louise fora poupada com a prisão.

Louise, então, pede a palavra no tribunal e desafia os juízes a também condená-la à morte: “Neste momento em que cada generoso coração tem como paga um pedaço de chumbo, exijo a minha parte”.

Os juízes vacilam e preferem manter a sentença de prisão, decerto pela imensa popularidade da ré, cuja morte poderia provocar novas revoltas em Paris<sup>446</sup>. Louise acabaria se tornando musa-inspiradora de poetas como Jean-Baptist Clément, Antoine Renard e Vitor Hugo, de quem foi amante<sup>447</sup>.

Sua admiradora, Maria Lúcia, era também libertária. E extremamente romântica. Guardava sua virgindade para alguém especial. Não que fosse pudica, mas sonhava ter “um companheiro que respeite a pessoa humana”<sup>448</sup>. Ao ser recrutada para o PC do B pelo colega da Medicina, na virada de 1969 para 1970, Lúcia questionou muito o stalinismo do partido:

“E o homem, e o ser humano, onde está nisso tudo?”

<sup>446</sup> Esse episódio ocorreu em 1871.

<sup>447</sup> Teriam tido uma filha, versão contestada por alguns de seus biógrafos. O fato é que Vitor Hugo dedica a Louise seu poema *Viro Major*.

<sup>448</sup> Fonte: João Carlos Wisnesky. Depoimento oral para esta pesquisa. Os dois, João Carlos e Maria Lúcia, tornaram-se grandes amigos e confidentes, independente das relações políticas. No Araguaia, quando os combates com os militares tiveram início, a partir de 1972, Lúcia apaixonou-se pelo guerrilheiro italiano Líbero Giancarlo Castiglia, codinome *Joca*. Os olhos dela brilharam quando ela contou ao amigo João Carlos que dormira na rede com o Joca. Detalhes adiante.



“Nós vamos fazer a revolução para resgatar isso” – respondeu João Carlos.

\* \* \*

Em *Origens do Totalitarismo*<sup>449</sup>, Hannah Arendt faz uma distinção bastante cristalina entre os dirigentes das organizações de vanguarda (incluindo aí seus militantes orgânicos), dos militantes não-orgânicos, os simpatizantes e idealistas em geral.

Os idealistas, segundo, Arendt, podem ser meros “simpatizantes”, muitas vezes usados como massa de manobra política. Têm profissão e endereços conhecidos. Vivem na normalidade do mundo e emprestam uma aparência de “normal” ao movimento. Era o caso da quase totalidade dos estudantes ou profissionais liberais que foram para o Araguaia – sendo 31 estudantes e 19 profissionais liberais, ou 81% dos 69 futuros guerrilheiros.

Os vanguardistas, por sua vez, são “iniciados”, vivem em tempo integral com causa, para a causa e na causa. Somente estes fazem parte do “partido de dentro”<sup>450</sup> e, portanto, poderiam ser ungidos com a honra de fazer parte da direção das organizações da vanguarda. Os núcleos dirigentes das organizações de vanguarda, de acordo com Arendt, têm natureza paramilitar, ainda que em diferentes graus de militarização.

No caso do objeto em questão, essa distinção estava bastante clara. De um lado, os dirigentes que fundaram uma organização de vanguarda, o PC do B, e conceberam a luta revolucionária optando pela estratégia da guerrilha rural. Apenas quatro deles estiveram em algum momento na região do Araguaia e dois deles participaram, de fato, dos combates – Maurício Grabois e

---

<sup>449</sup> Arendt. Op. cit.

<sup>450</sup> Faço uso de uma expressão de George Orwell, pseudônimo Eric Blair, dissidente do Partido Comunista inglês. Em seu clássico *1984*, alegoria construída para denunciar os crimes de Stalin das décadas de 1930-40, Orwell apresentaria um pensamento extremamente similar ao de Arendt. Ele chama os militantes de membros do “Partido de Fora”, e os iniciados em membros do “Partido de Dentro”. Curiosamente, Orwell e Arendt estavam tecendo suas respectivas obras ao mesmo tempo. Ele, pelo viés da alegoria literária; ela, pelo viés acadêmico. Orwell apresentou seus originais ao editor em 1948 sob o título de *O Último Homem Livre da Europa*. O editor não gostou e Orwell alternou os números 48 por 84. A obra foi publicada em 1949, no mesmo ano em que Arendt terminaria os originais de *Origens do Totalitarismo*, publicado em 1951.

Ângelo Arroyo. A maior parte, contudo, manteve-se na clandestinidade, nas cidades<sup>451</sup>.

Quando lá chegaram, raros eram os que poderiam ser considerados “vanguardistas”. Eram nove os militantes orgânicos que entraram para o grupo guerrilheiro. Como caso de André Grabois, na clandestinidade desde os 17 anos, filho do dirigente Grabois, que no Araguaia foi ungido com o cargo de comandante do Destacamento A das Forças Guerrilheiras; e de Gilberto Olímpio Maria, genro de Grabois, que no Araguaia foi primeiro designado para a honrosa Comissão Militar e, depois, foi deslocado para o posto de Comandante do Destacamento C. No cotidiano da luta no Araguaia, alguns militantes outrora de base, acabaram sendo promovidos a dirigentes da organização, como foi o caso de Osvaldão e Dina.

De outro lado, um punhado de jovens idealistas, tomados de esperança na construção de um país justo e igualitário, que se apresentaram como voluntários da luta, seguindo os preceitos da disciplina revolucionária do chamado “centralismo democrático” stalinista, ainda que nem sempre concordasse com essas práticas. É o que transparece no diálogo entre João Carlos e Lúcia Maria<sup>452</sup>.

Os dois jovens estudantes resistiam ao stalinismo preconizado pela organização de vanguarda. Ainda assim, preferiam acreditar que entrar para o partido seria o caminho mais rápido para efetivar o sonho revolucionário. Assim, por opção epistemológica – e de acordo com o pensamento de Arendt – doravante buscarei analisá-los como grupos formados por entes distintos, dirigentes e militantes, ainda que as ligações fossem profundas e as distinções diáfanas.

\* \* \*

---

<sup>451</sup> João Amazonas e Elza Monerat, ambos da Executiva Nacional do partido, estiveram envolvidos nos preparativos da luta. Contudo, quando souberam que os militares haviam descoberto o movimento, mantiveram-se clandestinos em São Paulo, conforme será narrado adiante. Outro dirigente da Executiva, Pedro Pomar, também participou dos preparativos, contudo, no norte de Goiás, hoje Tocantins.

<sup>452</sup> Conforme o acima exposto, antes de aceitar o recrutamento para o PC do B, Maria Lúcia questiona seu amigo João Carlos: “E o homem, e o ser humano, onde está nisso tudo?” E o amigo responde: “Nós vamos fazer a revolução para resgatar isso”

Por dois anos, Lúcia Maria foi a responsável pela distribuição entre os estudantes do jornal clandestino *A Classe Operária*, apontam os rastros documentais. Sua parceira na distribuição era Jana Moroni Barroso (foto), estudante de Biologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Egressa de uma tradicional família de Fortaleza, Jana fora uma entusiasta dos escoteiros. Havia sido *fadinha* quando criança e *bandeirante* quando adolescente.

Logo João Carlos seria convocado para frequentar o Comitê Universitário do PC do B, instância superior à dos núcleos. Foi lá que conheceu Hélio Luís Navarro de Magalhães, estudante de Farmácia e Bioquímica da UFRJ – e colega de curso de Antônio Theodoro, que naquela ocasião já era amigo e parceiro político da turma da Medicina. Foi João Carlos quem deu um terno de presente a Theodoro para que pudesse ministrar aulas no Pedro II. Naquele tempo, professor de colégio tradicional só trabalhava de terno e gravata. Mais fragmentos de histórias entrecruzadas.



\* \* \*

O primeiro da turma do Rio de Janeiro a ser convocado à revolução foi Luiz Renê Silveira e Silva, outro estudante da Escola de Medicina e Cirurgia. Mas não frequentava o núcleo do PC do B na Medicina. Acabara de ser recrutado por intermédio de sua irmã mais velha, Elizabeth Silveira, que namorava um membro da Direção Central do partido Lincoln Bicalho Roque<sup>453</sup>.

---

<sup>453</sup> Roque foi preso no Rio de Janeiro em 1973 e morto sob tortura.



Luiz Renê (foto) era franzino, tinha um problema no maxilar, uma arcada dentária maior do que poderia suportar, o que lhe dava uma aparência frágil, conforme apontam rastros da pesquisa. Havia cursado o primário e o secundário no Instituto Lafayette, uma das escolas mais tradicionais (com ensino de excelência) do Rio de Janeiro. Foi à revolução em 1970, ainda no primeiro ano da faculdade de Medicina. Tinha apenas 19 anos, o caçula do grupo. Ganhou o codinome *Duda*.

Elmo Corrêa foi na sequência. Transmutou-se em *Lourival*. Um pouco antes, ele havia casado com Telma Regina. Mas ela ficou, por determinação do partido. Outro da turma do Rio que também seguiu em fins de 1970 foi Hélio Luís Navarro de Magalhães, estudante de Bioquímica da Universidade Federal do Rio. Virou o *Edinho*.

Hélio (foto) era filho de um comandante da Marinha, o capitão-de-mar-e-guerra Hélio Gerson de Magalhães, e de uma professora de francês e piano clássico, Carmen Navarro Rivas. Era sobrinho de um dos próceres da linha-dura militar, o almirante-de-esquadra (quatro estrelas) Gualber de Magalhães, que no governo de Ernesto Geisel chegou a ser o chefe do Estado Maior da Armada, ou seja, vice-ministro da Marinha.



Um pouco antes de partir rumo ao desconhecido, procurou sua mãe no apartamento em Copacabana. Foi se despedir.

Seus pais estavam então separados. Hélio não revelou detalhes do que iria fazer, nem seu destino. Aprendera a tocar piano com a mãe. Era um bom compositor. Então, sentou-se à banqueta compôs uma sonata para dona

Carmen. Foi a última vez que ela teve notícias do filho. Os acordes daquela sonata jamais a abandonariam. Permanecem uma constante presença a ecoar em sua memória<sup>454</sup>.

\* \* \*

Quando viu seus primeiros companheiros partirem, João Carlos Wisnesky colocou-se “à disposição da luta”. Aliás, quase todos os demais militantes do PC do B também se colocaram à disposição, conforme o jargão da época. Não sabiam para onde estavam indo, não tinham a menor noção da existência de um grupo que se formava no sul do Pará. Mas também queriam ir. Queriam estar dentro grupo, aprofundar as experiências coletivas do movimento estudantil, os trabalhos sociais já vivenciados que iam muito além do pensamento, segundo as palavras de João Carlos. Enfim, já havia um “espírito” revolucionário a uni-los e ele e os demais militantes desejavam permanecer dentro. Por essa razão, ele apresentou-se como voluntário à nova experiência de luta. Usava o codinome *Cláudio*. Quase um ano depois, em setembro de 1971, seu contato no partido, o dirigente Manoel Jover Telles, comunista histórico, apareceu com a boa nova:

“*Cláudio*, você vai para o interior, mas vai ter que abrir com a *Rosa*”.

*Rosa* era o codinome usado pela namorada Maria Célia Corrêa. “Abrir”, no dialeto revolucionário, significava terminar, abandonar, chutar. João Carlos queria levá-la junto. Ainda argumentou. Jover disse que o Comitê Central decidira que estava proibido levar mulher. Mais explicações, ele não forneceu. Não era verdade, pois algumas mulheres, como Dinalva Conceição Teixeira, a Dina, naquela época já estavam na floresta.

Jover confidenciou ainda que estava “doido” para também ir à revolução. Mas fora “barrado” pelos camaradas da Executiva do partido, porque sofrera um deslocamento de retina durante uma sessão de tortura numa prisão de

---

<sup>454</sup> Encontrei-me com dona Carmen Navarro em abril de 2011, em Copacabana, Rio de Janeiro, ao lado de sua filha Aglaé. Foi quando a mesma relatou essa história que, confesso, sempre me emociona muito. Mais tarde, às vésperas do Natal daquele ano, publiquei o relato sobre suas buscas pelo filho em artigo de jornal. Hugo Studart. “Sonata para Carmen – Carmen acalenta a esperança de ouvir a canção que Hélio lhe compôs antes de desaparecer, quando partiu para a guerrilha do Araguaia; será a sua sonata”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 23 dez. 2011, Opinião, pág. 3.

Getúlio Vargas. João Carlos foi a São Paulo receber instruções no Comitê Central do partido. Era setembro de 1971. Recebeu-o Carlos Danielli, secretário de Organização do PC do B. O estudante quis saber detalhes da futura luta: “E as armas, são de boa qualidade?” – perguntou, fantasiando estar na iminência de empunhar uma das armas que o capitão Carlos Lamarca pouco tempo antes havia levado do quartel de Quitaúna, São Paulo.<sup>455</sup>

“Não se preocupe, o Exército vai levar as armas para nós” – respondeu Danielli.

“E as provisões?” – insistiu João Carlos.

“A selva proverá”.

Foi Elza Monerat, membro do Comitê Central do partido, quem o levou ao Araguaia, de acordo com sua narrativa. Também foi ela quem escolheu o codinome que ele usaria a partir de então, *Paulo*. Já fora *Paquetá* e *Carlô*. Não queria se transmutar outra vez, agora em *Paulo*, preferia continuar sendo *Cláudio*. Mas eram tempos nos quais os stalinistas cultuavam o chamado “centralismo democrático”. Elza decidira por *Paulo* e estava decidido. *Paulo* não sabia direito o que iria fazer, muito menos para onde estava sendo enviado. Só tinha uma certeza: queria estar com os amigos que já haviam partido, desejava fazer parte do grupo que iria desencadear a revolução.

Na mesma época, Telma Regina, esposa de Elmo, acabou tendo a permissão para seguir rumo ao Araguaia; virou *Lia* – a mesma Lia que, três anos depois, durante os derradeiros combates do Araguaia, escreveria em seu diário que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros, repetindo sem cessar a estrofe que mais a animava, que rege que guerrilheiro “*Nada teme, jamais se abate,*

<sup>455</sup> Recrutado por uma célula de sargentos no Exército, em fins de 1968, o capitão Lamarca aderiu a uma das novas organizações que proliferavam na esquerda, a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR. Em 24 de janeiro de 1969, Lamarca deixou o quartel de Quitaúna, São Paulo, em companhia de um sargento, um cabo e um soldado, levando consigo um carregamento de 63 fuzis, três metralhadoras e farta munição. In: Hugo Studart. *A Lei da Selva, op. cit.*, pág. 209. Foi desse mesmo quartel de Quitaúna que, em 1922, saiu boa parte dos militares que pegaram em armas contra o governo de Artur Bernardes, numa fracassada insurreição que terminaria na Coluna Prestes, “uma das mais extraordinárias marchas revolucionárias da história da humanidade”, nas palavras de Domingos Meirelles, protagonizada por “dignos e honrados jovens oficiais com o talhe de caráter dos homens de bem do seu tempo, empurrados pelo sonho de transformar o Brasil numa grande nação”. In: Domingos Meirelles. *As Noites das Grandes Fogueiras – Uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

*afrota a bala a servir. Ama a vida, despreza a morte e vai ao encontro do porvir*<sup>456</sup>.

Sua cunhada, Maria Célia, a *Rosa*, também recebeu permissão para seguir atrás do namorado João Carlos. Passou a ser *Rosinha*. Ela viajou em companhia da militante Luzia Reis Ribeiro, a *Lúcia*, que acabara de chegar da Bahia<sup>457</sup>. No Rio, Maria Célia e Luzia haviam formavam um pequeno núcleo paralelo com Tobias Pereira Jr., estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Ele também foi, carregando seu violão; virou *Josias*<sup>458</sup>.

Seguiram ainda Theodoro, que já usava no Rio o codinome *Raul*, e o estudante de Filosofia, Adriano, o *Chicão*, ou *Queixada* – outro que terminaria decapitado. A ex-“escoteira”<sup>459</sup> Jana Barroso igualmente embarcou; transmutou-se em *Cristina*.

Por fim, chegou a hora de a romântica Lúcia Maria juntar-se ao novo grupo<sup>460</sup>. Virou *Sônia*. Ainda era virgem quando chegou ao Araguaia. Três anos depois, protagonizaria um final épico, ao estilo da morte tão desejada pela personagem de suas fantasias, a poetisa e militante anarquista Louise Michel.

\* \* \*

Deixaram todos eles suas famílias, carreiras e amigos para trás. Deixaram também trás muitos outros fragmentos de visibilidades, como retratos a serem

<sup>456</sup> Conforme o narrado no Capítulo 2.

<sup>457</sup> Presa em maio de 1972, Luzia sobreviveu.

<sup>458</sup> Segundo Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral para a pesquisa.

<sup>459</sup> Como já dito, denominação correta é *bandeirante* para as meninas, *escoteiro* para os homens. Optei, contudo, pela licença poética.

<sup>460</sup> João Carlos Wisnesky acabaria sendo responsável pelo recrutamento direto ou indireto de um décimo dos militantes que mais tarde entraria para a guerrilha: Elmo Corrêa (*Lourival*); Maria Lúcia Sousa (*Sônia*), Jana Barroso (*Cristina*) e Luiz Silveira (*Duda*). Elmo, por sua vez, recrutou sua namorada de adolescência Telma Regina Cordeiro (*Lia*) e a irmã Maria Célia Corrêa (*Rosinha*). Com João Carlos, aquele núcleo somava sete dos 79 guerrilheiros. Desses, João Carlos seria o único a conseguir sobreviver aos combates. Conseguiu escapar da área na investida final dos militares, em 30 Set 1973. Três outros dirigentes do partido também conseguiriam escapar, João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo, além do militante Micheas Almeida, conforme o já narrado. Paradoxalmente, por conta de sua fuga, João Carlos Wisnesky é considerado pela direção do PC do B, até a presente data, como suspeito de traição, um possível informante do Exército. A tal ponto que Elza Monerat chegou a orientar a família de Maria Célia a mover um processo judicial contra ele, no início dos anos 1990, acusando-o da responsabilidade pelo desaparecimento da ex-namorada, processo esse no qual foi inocentado. Uma das principais razões de Wisnesky ser tratado sob suspeição é o fato de que Maurício Grabois registra em seu diário as brigas *Paulo* com seu chefe direto, *Zé Carlos* (André Grabois, filho de Maurício), tratando-o com adjetivos como “preguiçoso”, “pusilânime” e “suspeito”. Esse tema será tratado adiante.

pendurados na parede. A começar pelos nomes e sobrenomes originais. Reconstruíram suas identidades, agora como guerrilheiros. Doravante, como lembra Hall, passariam a ter identidades múltiplas.

Mas no Araguaia deveriam ser anônimos, apenas mais um *Paulo*, uma *Cristina*, uma *Lúcia* ou *Sônia* qualquer. O anonimato naquela imensidão verde, escondidos em algum lugar das selvas amazônicas, simbolizava o renascimento em um novo mundo, outros sujeitos e vozes, novos paradigmas. Enfim, o fato de adquirir outro nome simbolizava renascer como membro de um grupo que pretendia ser revolucionário.

\* \* \*

Originários de diferentes Estados, aqueles jovens universitários iam tecendo teias de relações que transcendiam seus locais de origem. Tomemos o caso da baiana Luzia Reis (*Lúcia*), que em sua breve passagem pelo Rio de Janeiro havia entrado para um pequeno núcleo de estudos políticos, ao lado da carioca Maria Célia Corrêa (*Rosa*) e do fluminense Tobias Pereira Jr. (*Josias*).

Luzia é de Jequié, no sudeste da Bahia. Seu avô era coronel do Exército, um dos fundadores da cidade, e seu pai dono de um curtume e de 10 lojas de couro espalhadas pelo Estado. Tinha três empregadas domésticas em casa quando, adolescente, começou a se interessar por teatro. Ainda chegou a debutar, conforme a tradição local, mas aos 16 anos entrou para o PCB. Militava junto com Vandick Reidner Coqueiro, filho de um operário de seu pai, e com Dinaelza Santana, namorada dele.

Passaram todos a participar do movimento secundarista. Foi nessa época que aquela turma de Jequié conheceu Uirassú Assis Batista, militante secundarista em um cidade próxima, Itapicurú. Conheceram também Demerval da Silva Pereira, que era o dirigente do PC do B para o movimento secundarista.

Em determinado momento, os pais de Luzia a mandaram estudar em



Salvador, a fim de afastá-la das “más influências políticas”, segundo sua narrativa. Quando 1968 chegou, ela começou a participar de passeatas. Acabaria se reencontrando em Salvador com aqueles amigos do interior, Vandick, Dinaelza e Uirassú – todos já universitários. E todos eles, por sua vez, estavam no dilema entre a luta pacífica, pregada pelo PCB, ou a luta armada, defendida por organizações como o MR-8 e o PC do B. Luzia acessa suas lembranças:

Eu tinha apenas 18 anos quando decidi pela luta armada. Che Guevara pesou da decisão. Mas nosso grande exemplo era Mao Tsé-tung. Eu o achava um grande revolucionário. Era fantástica a grande transformação que ele estava fazendo na China. Transformar um país tão populoso, miserável e cheio de tradições, era um exemplo que eu acreditava que deveríamos seguir<sup>461</sup>.

Nessa época, entre 1969 e 1970, a turma de Jequié conheceria em Salvador um casal de militantes de Geologia: Antônio Carlos Monteiro Teixeira e Dinalva Conceição Teixeira. E também um poeta que acabara de chegar do interior da Bahia chamado Rosalindo Cruz Souza. O PC do B chegou a convidar cerca de 50 estudantes baianos para deflagar uma guerra popular revolucionária no campo, de acordo com Luzia. Contudo, das pessoas de sua teia de relações política, apenas oito aceitaram: Luzia, Vandick, Dinaelza, Uirassú, Demerval, Antônio, Dinalva e Rosalindo.

\* \* \*

Aos 18 anos, Rosalindo Cruz Souza sonhava forte um dia vir a lutar. Nascera em 1940, em Caldeirão Grande, interior da Bahia. Logo a família mudar-se-ia para uma cidade grande, Itapetinga, no sudeste do estado, entre Vitória da Conquista e a praia de Ilhéus. Rosalindo gostava de poesia.

---

<sup>461</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

Adolescente, tornou-se cordelista. Em 1958, quando o Brasil atravessava a euforia dos “Anos Dourados”, a Era JK, o *Anuário* do Colégio Antônio Vieira publicaria um soneto cometido por Rosalindo:

### GRANDEZAS

*Aos píncaros mais altos  
Sonhei um dia subir,  
Galgar em grandes saltos  
A glória de um belo porvir.  
Imaginava grandeza  
Em tudo, não sei porque.*

*O futuro uma beleza,  
Ser grande, queria ser.  
Sonhei viver abastado,  
Senti o amor nascer,  
Sonhei na glória e honrado,  
Sonhei meu nome crescer...*

*As dificuldades chegaram  
Trazendo mil confusões,  
Os sonhos elas levaram  
Deixando desilusões.*

*Vivo hoje acabrunhado,  
Cismando, só a pensar,  
Me sentindo o culpado  
Deixando o tempo passar.*

*Mas não morre a esperança  
De uma glória eu alcançar,  
Porque fica na lembrança  
A vontade de lutar!!*

Rosalindo interromperia os estudos pouco tempo depois para servir ao Exército. Pensou em seguir carreira. Virou cabo e depois sargento. Em dois anos, desistiria de ser militar. Foi trabalhar na Câmara dos Vereadores de Itapetinga. Em 1963, entrou para o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia. Trabalhava como escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciantes. Passou a militar no PC do B em 1968. Logo seria eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa, da Faculdade de Direito da

UFBA. E, na sequência, elevado a dirigente estadual do partido. Perseguido pelos militares, Rosalindo mudou-se para o Rio de Janeiro no ano seguinte.



Foi abrigado por um casal de amigos baianos, recém-chegados à cidade: Dinalva e Antônio Carlos Teixeira. Ambos, geólogos, trabalhavam no DNPM, mas o que realmente os mobilizava era o trabalho social em favelas do Rio. Em 1970, quando a repressão militar perpetrada a partir do AI-5 fechou o cerco aos militantes de esquerda, o casal Teixeira seria chamado à revolução. Dinalva, aos 24 anos, virou *Dina*; Antônio Carlos, 25, escolher ser *Antônio*. Contudo, no Araguaia, passou a ser conhecido como o *Antônio da Dina*.

Rosalindo só se mudou para o Araguaia um ano depois, em 1971. Adotou o codinome *Mundico*. Tinha 31 anos; era dos mais velhos. Morreu em condições tão polêmicas quanto misteriosas.<sup>462</sup> Os militares levaram-lhe a cabeça. Mas como escrevera aos 18 anos naquele soneto sobre seus sonhos de grandeza, não havia morrido “a esperança de uma glória alcançar; porque fica a lembrança, a vontade de lutar!”.

\* \* \*

De São Paulo, partiria rumo ao Araguaia o segundo maior grupo de militantes, 18 no total, contra 20 do Rio. Dentre eles, cinco membros de uma mesma família, sendo três deles irmãos, que levaram duas esposas. Lúcio Petit da Silva era o mais velho de cinco irmãos.

---

<sup>462</sup> O partido sustenta a versão de que teria morrido em acidente com a própria arma. Ou cometido suicídio. Militares e camponeses, por sua vez, apresentam a versão de que teria sido executado pelos próprios companheiros. A morte de Rosalindo será abordada em detalhes adiante.

Nascera em Piratininga, São Paulo, em 1943. Adolescente, após a morte do pai, foi morar com um tio em Itajubá, Minas Gerais. Entrou para o Instituto Eletrotécnico de Engenharia de Itajubá e começou a escrever crônicas e poesias para o jornal do diretório acadêmico, *O Dinamo*. Gostava de participar das atividades do Centro Popular de Cultura da UNE. Foi lá que conheceu o recém-fundado PC do B.

A partir de 1965, trabalhou como engenheiro na Light, Engevix e na Companhia Nativa em Campinas. Em paralelo, circulava pelas universidades paulistas atrás de candidatos ao recrutamento no partido. Casou-se com uma estudante de Odontologia de Taubaté, Lúcia Regina de Souza Martins (foto).



Jaime Petit da Silva era dois anos mais novo que Lúcio. Em 1962 também foi para Itajubá morar com o tio. Seguindo os passos do irmão mais velho, entrou para a faculdade de Engenharia em 1965. Trabalhou como professor de Matemática e Física em colégios da cidade. Foi eleito presidente do Diretório Acadêmico da faculdade. Em 1968 se fazia presente no antológico 30º Congresso da UNE, em Ibiúna. Acabou preso. Foi em Itajubá que conheceu e se casou com Regilena da Silva Carvalho. Começaram a namorar muito novos, ela com apenas 13 anos.

Maria Lúcia Petit da Silva era sete anos mais nova do que Lúcio e cinco mais nova que Jaime. Nasceu em Agudos, São Paulo, mas cursou primário, ginásio e os dois primeiros anos do curso Normal em Duartina, SP. Acabou indo trabalhar como professora na capital, São Paulo. Seguindo a história daquele tempo, militou no Movimento Estudantil secundarista. Em 1969, prestou concurso para o Magistério Público. Foi lotada professora primária na zona norte da capital paulista.

Em 1970, três dos membros daquela família seriam convocados à revolução. O primogênito Lúcio foi antes dos demais. No Araguaia, virou o

*Beto*. Sua mulher Lúcia Regina seguiu três meses depois. Virou *Regina*. A irmã caçula Maria Lúcia também seguiu, relatam os documentos consultados. Virou *Maria*.

No início de 1971, o irmão do meio, Jaime Petit, levou sua mulher Reginela Carvalho a São Paulo para uma reunião fechada com Maurício Grabois. Era o anúncio da ida para a área escolhida. Disse Grabois, de acordo com as lembranças de Regilena:

“Ou volta com a bandeira da vitória ou deixa os ossos lá”<sup>463</sup>.

Os três irmãos Petit eram aguerridos militantes do partido. Em um documento da Aeronáutica, Lúcio chegou a ser classificado de “fanático”. Quanto às duas esposas, elas os amavam. Havia a questão pessoal, o amor pelos maridos. Entretanto, havia também uma opção política clara e consciente pela luta armada. Regilena explica sua decisão de virar guerrilheira:

O Jaime me amava loucamente e eu era louca por ele. Como é que a gente ia ficar longe? Essa questão nem se colocou. Eu acreditei na proposta pelo entusiasmo dele, que era muito grande. Não tinha argumentos contrários do ponto-de-vista político ou teórico. Para mim aquilo ali era uma lei, o caminho correto, e acabou. Acreditei no caminho da luta armada. Isso era muito claro. Um rapaz que não podia estudar, não podia participar de um congresso, não podia falar o que pensava. Que diabo de vida era aquela, com tudo proibido? É evidente que o fato de ele ser meu marido pesou muito, foi fundamental. Um outro homem talvez não tivesse a influência que ele teve. Então eu fui. Com um enorme entusiasmo. A Maria Lúcia já tinha ido. O Lúcio e a Lúcia Regina também. Então eu fui. O entusiasmo prevalecia sobre as dúvidas.<sup>464</sup>

No Araguaia, Jaime Petit continuaria sendo o *Jaime*; e Regilena, a *Lena*. Um dia, os militares chegaram. Maria Lúcia foi a segunda guerrilheira a tombar, em junho de 1972. Enterrada viva, aos 22 anos. Seus irmãos Lúcio e Jaime morreriam mais tarde. Jaime, decapitado. Lúcio, preso e executado. Mas antes

<sup>463</sup> In: Luís Maklouf Carvalho: *Mulheres que foram à luta armada*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1998, p. 444-445.

<sup>464</sup> *Idem, ibidem*.

de tombar, ao ver seus executores usando cabelos longos e vestindo roupas coloridas, ainda ousaria ironizar os militares: “É com essa tropicália que vocês pretendem vencer a revolução?”<sup>465</sup>

Suas esposas, Lúcia Regina e Regilena, contudo, conseguiram sobreviver<sup>466</sup>. Nenhum deles trouxe a bandeira da vitória. Os restos mortais de Maria Lúcia seriam encontrados em 1996. Hoje descansam em um cemitério em Bauru, São Paulo. Quanto aos irmãos Lúcio e Jaime, os ossos permanecem perdidos por lá.

\* \* \*

De acordo com a combinação de narrativas com os documentos remanescentes daquela época analisados pela pesquisa, a estratégia do PC do B de recrutamento de quadros e, depois, de chamada à luta política, costumava ser realizada em três etapas. Geralmente tinha início dentro das universidades ou escolas secundaristas, onde eram abordados por colegas para integrarem os quadros do partido. Mas não bastava querer entrar; era preciso merecer, submeter-se a uma espécie de iniciação, de catecismo preparatório, com muitas leituras, antes de ser aceito entre os quadros clandestinos do partido.

Na prática, essa iniciação se dava pela formação política em grupos de estudos e muitas leituras dos textos canônicos marxistas. Só depois de iniciado e de comprovada a lealdade na militância política nas cidades, poderia haver o chamado à revolução através da luta armada no campo. Essa convocação se dava em entrevistas reservadas com alguns poucos dirigentes do partido,

Quase todos foram entrevistados em São Paulo pelo dirigente Carlos Danielli ou por João Amazonas, segundo as narrativas dos sobreviventes. Em alguns casos, pelo dirigente Maurício Grabois. Nessa entrevista, os dirigentes aproveitavam para recapitular o caldo de cultura maoísta para a efetivação do

---

<sup>465</sup> Conforme o narrado no Capítulo 2.

<sup>466</sup> Na presente data, Regilena é jornalista; mora em Itajubá, MG. Lúcia Regina é dentista, mora em Taubaté, SP. Depois da guerrilha, ambas casaram-se novamente e constituíram família.

chamado Movimento de Libertação Popular. Contudo, não prestavam qualquer informação sobre o ambiente em que iriam residir.

Em quase totalidade dos casos pesquisados, naquela entrevista preliminar, os dirigentes do partido não chegaram a informar a aqueles jovens que eles estavam indo para uma guerra de guerrilhas nas selvas da Amazônia<sup>467</sup>. Ficava subentendido, pois era para a luta armada que eles desejavam ir. Entretanto, isso não lhes era dito de forma explícita. Para a Executiva do partido, não informar detalhes aos militantes era questão de segurança<sup>468</sup>.

No caso de Lúcia Regina de Souza Martins, estudante da Faculdade de Obstetrícia da USP, deslocou-se para o Araguaia, sobretudo, para se encontrar com o marido Lúcio Petit da Silva. *“Todos nós queríamos derrubar a ditadura, mas eu não sabia exatamente que iria para a luta armada. Acreditava que estava indo para uma região muito pobre, onde não existia nenhuma assistência médica, e onde eu seria muito útil”*, diz em narrativa à pesquisa.

No caso de Tobias Pereira Júnior, estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense, pensava que estivesse indo dar assistência médica às populações carentes do interior, conforme diria mais tarde, quando preso, a militares e camponeses<sup>469</sup>. Luzia, que fora companheira de militância de Tobias no Rio e, depois, de grupamento guerrilheiro no Araguaia, explica:

“Tobias queria atender à população carente como médico, mas nenhum de nós foi enganado. Não sabíamos que estávamos indo exatamente para o Araguaia, mas tínhamos total consciência de que iríamos para algum lugar no campo preparar a futura guerra popular

---

<sup>467</sup> Além dos depoimentos orais, em seus depoimentos prestados aos militares ao serem presos, pelo menos dez guerrilheiros relataram que, naquela entrevista preliminar em São Paulo, os dirigentes do PC do B não informaram explicitamente que eles estavam indo para o Araguaia participar de uma futura guerra revolucionária. Tive acesso aos documentos e pude analisar os depoimentos dos seguintes guerrilheiros: Criméia Alice Almeida, Dagoberto Alves da Costa, Danilo Carneiro, Dower Cavalcante, José Genoíno Neto, Luiza Reis Ribeiro, Pedro Albuquerque Neto, Regilena Carvalho, Rioco Kaiano e Teresa Cristina Albuquerque.

<sup>468</sup> Neuton Miranda, ex-dirigente do PC do B, explica que os militantes eram convocados para ir ao Araguaia sem saber o que estava acontecendo na região, “para evitar que o movimento guerrilheiro fosse descoberto pelos militares”. In: Ivana Oliveira. “Guerrilha do Araguaia – uma história que começa a ser estudada”. Revista *Amazônia*. Manaus: ed. n° 8, Maio 2000, pág. 34 a 39.

<sup>469</sup> O guerrilheiro Dagoberto Alves da Costa, preso em maio de 1972 no Araguaia, também informaria em seu depoimento sobre o desejo de Tobias de deixar a área. Segundo Dagoberto, desde que já chegou, início de 1972, Tobias pedia insistentemente para se retirar da área.

revolucionária. Tanto que eu e Maria Célia chegamos a ir viajar para uma casa clandestina do partido em São Paulo, no bairro da Lapa, a fim de conhecer um texto sobre guerra popular. Passamos três dias inteiros lendo e discutindo o texto. Começávamos cedo e só parávamos às 10 horas da noite. Sabíamos tanto que o pai da Célia, Sr. Edgar, fez de tudo para desistirmos da luta armada<sup>470</sup>.

Obviamente, cada caso guarda sua singularidade. O caçula dentre os guerrilheiros, Luiz Renê Silveira, como já relatado, apesar de estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro, de onde saíram quase 10% dos guerrilheiros, foi recrutado dentro de casa, aos 19 anos, pelo namorado de sua irmã Elizabeth – e foi direto para a guerrilha no Araguaia, sem qualquer preparação política ou militar prévia, sem jamais ter tido tempo de frequentar os grupos de estudos ou os núcleos de militância política onde se encontravam seus próprios colegas da Medicina.

\* \* \*

Os casos pesquisados e analisados, o de Cilon Cunha Brum é dos mais ilustrativos sobre como se dava o recrutamento, por etapas, à luta armada. Cilon era uma das boas apostas do PC do B em São Paulo. Já não era um mero “soldado”; tinha experiência de trabalho em grupo. Liderou primeiro uma célula do partido na PUC. Logo depois seria promovido a liderar a célula que agregava também os universitários da USP, da Unicamp e aqueles que se agregavam junto ao *Sedes Sapientiae*, grupo católico que dava cobertura para os movimentos de esquerda<sup>471</sup>.

Fundado pela educadora e psicóloga Madre Cristina, nascida Célia Sodré Dória (1916-1997), o *Sedes Sapientiae* tinha o objetivo de “criar um espaço de encontro entre pensamento, atuação e trabalho junto à sociedade, comprometido com a defesa dos direitos humanos e da liberdade de

<sup>470</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>471</sup> Sua sobrinha, Liniane, publicou em 2012 um livro entre o biográfico e o autobiográfico, no qual tanto relata histórias sobre Cilon, quanto as buscas que ela e outros familiares vêm promovendo para descortinar um pouco mais da história do ente desaparecido. Liniane Haag Brum. *Antes do Passado*. Rio de Janeiro: Arquipélago Editorial, 2012.



expressão”<sup>472</sup>. Naqueles tempos, aquele era um espaço católico de debate de ideias e de resistência à ditadura.

Somente a quem já havia alcançado certo grau de relevância na estrutura do partido era permitida a missão de recrutar novos militantes. Cilon já estava em um patamar acima; além do recrutamento, recebera a missão de preparar os estudantes em teoria marxista e nos cânones do maoísmo internacional. Ele sempre orientava seus candidatos à militância a ler um determinado documento antes de aceitá-los. O título: “Guerra Popular: caminho da luta armada no Brasil”<sup>473</sup>.

Nele, era detalhado o modelo chinês de guerra popular, com o campo cercando as cidades. E aquele texto era tratado por Cilon como se fosse um dos livros das Sagradas Escrituras<sup>474</sup> – fazendo de Cilon exemplo concreto de membro de uma “seita esotérica”, segundo a definição de Arendt para as organizações de vanguarda, tomado pelo fenômeno que Benjamin e Bloch definem por messianismo político.

Um dos recrutados por Cilon é Odilon Guedes, seu colega no curso de Economia da PUC<sup>475</sup>. Outro, Giuseppe Mauro<sup>476</sup>, que guarda nas lembranças um Cilon muito decidido, que gostava de repetir a frase “Lutar pelo povo brasileiro, se preciso dar a vida pela causa”.

Saulo Garlippe, igualmente discípulo de Cilon, lembra-se que além das cartilhas do partido, foi apresentado a *Princípios Elementares da Filosofia*, obra que o filósofo e comunista húngaro Georges Politzer escreveu para seus alunos da Universidade Operária de Paris.<sup>477</sup> Ele é irmão da guerrilheira Maria Augusta Garlippe, *Tuca* no Araguaia. Durante um semestre inteiro, Saulo foi preparado por Cilon antes de ser aceito no partido.

---

<sup>472</sup> In: apresentação no site do Instituto *Sedes Sapientiae*. Em 1975, foi formalizado como instituto, que hoje oferece cursos de formação e especialização na área da Psicologia. In: <http://sedes.org.br/site/>, acesso em 17 Fev 2013.

<sup>473</sup> Brum. *Antes do Passado*. Op. cit., pág. 116.

<sup>474</sup> Idem.

<sup>475</sup> In: Lucília Atas Medeiros. *No Avesso do Paraíso – vida clandestina nos tempos dos generais*. Rio de Janeiro: LF Editorial, 2010, pág. 70.

<sup>476</sup> Militou junto com Cilon no Movimento Estudantil, mas era de outra organização, a Ação Popular.

<sup>477</sup> In: Brum. Idem, Op. Cit., pág. 118.

Os dois marcavam pontos no Parque Trianon, meio da Avenida Paulista. E lá, sempre caminhando, “falando de lado e olhando pro chão”, como na música de Chico Buarque, Cilon ia explicando o que era o partido, iniciando-o na teoria marxista. Também houve reuniões no *Sedes Sapientiae*. Às vezes, fazia a reunião no teatro da PUC. Alguém cuidava da porta. E Cilon sempre engajado no recrutamento, sempre diligente em cobrar a leitura das escrituras. Chegou o dia aceitação de Saulo Garlippe no partido. Ele próprio relata:

Cilon era um cara alto, magro, uma vareta. (...) Um metro e noventa, devia ter. Um jeitão simples. Que saudade. Foi ele quem me disse, me deu a notícia. Lembro como se fosse hoje: “A partir de agora, você é membro do Partido Comunista do Brasil”<sup>478</sup>.

Cilon nasceu em São Sepé, lugarejo perto de Santa Maria, centro-oeste do Rio Grande do Sul. Seu pai, Lino Brum, um pequeno pecuarista, criou os oito filhos valorizando os estudos e a ética do trabalho. Cilon era o penúltimo, o caçula dentre os homens. Pela inteligência e leituras demonstradas desde pequeno, era a grande promessa da família. “Isso significava que ele iria estudar, ascender socialmente e, muito provavelmente, compartilhar os frutos de seu sucesso com a família de origem”.<sup>479</sup> Era muito ligado aos pais e irmãos. Adorava os sobrinhos.

Um dia, mudou-se para São Paulo. Ele já trabalhava em Porto Alegre, no setor financeiro da MPM Propaganda. Seu primo-irmão e padrinho, Petrônio Corrêa, era um dos sócios, o *P* de MPM. A agência transferiu-se para São Paulo e Cilon foi junto. Então, começou a estudar Economia na PUC. Em paralelo, Cilon tinha uma loja em sociedade com a irmã Eleni; e sociedade numa casa lotérica com uma colega de trabalho. Foi nessa época que conheceu o PC do B.

Em maio de 1970, Cilon foi convocado à revolução. Começaram as despedidas. Primeiro deixou todos os seus documentos com Elza Corrêa, esposa do padrinho Petrônio. Disse que voltaria. Mas antes de desaparecer na

---

<sup>478</sup> *Id., ib.*

<sup>479</sup> Depoimento de Liniane Haag Brum, sobrinha de Cilon e autora de sua biografia, *Antes do Passado*, op. cit., em 26 Jan 2013.

clandestinidade, precisava ir a Porto Alegre batizar a sobrinha Liniane, que estava prestes a nascer. Seria o padrinho. Enviou uma carta ao irmão Lino Brum Filho: “Só espero o parto daí, que eu parto daqui”— escreveu.<sup>480</sup>

Cumpriu a promessa. No jantar do batizado, conversou longamente com o pai Lino Brum, a portas fechadas. Depois foi a vez de conversar com o irmão Lino Filho. O irmão tentava dissuadi-lo da ideia de integrar-se à resistência. Ninguém no Rio Grande sabia de seu envolvimento com o PC do B, muito menos da existência de um grupo que se armava no Araguaia. Sabiam apenas que Cilon entrara para a “resistência” – algo que soava épico, como *la resistance* aos nazistas em França ocupada. Depois de ouvir o irmão, Cilon disse: “Eu vou embora porque precisamos derrubar esse governo que está aí. Vou pela liberdade, pelo povo brasileiro; e, se morrer, morro feliz”<sup>481</sup>.

Prometeu que escreveria. Em julho, Cilon escreveu um bilhete ao irmão dizendo que iria voltar e uma carta ao pai. Lino Brum preferiu não revelar o conteúdo a pessoa alguma. Os anos se passaram sem qualquer notícia de Cilon. Ele fora executado nas selvas amazônicas. Estava ao lado do guerrilheiro Antônio Theodoro Castro, o *Raul*. Foram deixados insepultos na floresta. Um camponês avistou-os dias depois. Estavam sendo devorados pelas pacas. Com a palavra, sua sobrinha e biógrafa, Liniane Haag Brum:

Cilon foi um jovem que teve o coração arrebatado pelo fervor de sua época. Digo sim o coração, como representação de algo maior, talvez o espírito. Cilon não foi movido apenas pelo racional, pela mente. Fez uma escolha onde nela estava imbricado o espírito de seu tempo --o que, aliás, só é possível de enxergar porque estamos fora desse tempo e desse contexto. Imagino que seria impossível ele ter essa visão de si mesmo. [...] Pensem o que era o Brasil daquele tempo! Cilon era um líder, não tenho dúvidas por tudo que ouvi a seu respeito, e um líder que, como resposta a esse espírito de um tempo, incorporou-se a um partido chamado PC do B. Jogou toda a sua energia na militância e abriu mão de uma carreira promissora como publicitário em nome do achava que seria lutar pelo bem comum dos brasileiros.

<sup>480</sup> A carta inteira encontra-se em Liniane Haag Brum. *Antes do Passado*, *op.cit.*, pág. 40.

<sup>481</sup> Depoimento de Liniane Haag Brum, em 26 de Janeiro de 2013.

Cilon tinha a verve de um missionário. Não no sentido que o Exército empregava o substantivo missão. Mas num sentido verdadeiramente ligado ao humano.<sup>482</sup>

#### 4.4 - A presença na ausência

Veio a Anistia e ninguém do partido procurou a família Brum para informar que ele fora ao Araguaia, que lá Cilon virara *Simão*, que estava desaparecido como tantos outros. Também ninguém procurou a família Castro para falar algo sobre o destino de Antônio Theodoro. Nem os militares, para contar que jazia insepulto ao lado de Cilon. Nem alguém do PC do B, para revelar, pelo menos, que havia desaparecido no Araguaia. A mãe de Theodoro, Benedita Castro, *dona Dita*, queixava-se muito do abandono do partido.

“Eles deveriam ser solidários à minha dor, poderiam ao menos enviar um bilhete de solidariedade num pedaço de papel de embrulhar pão”<sup>483</sup>.

Dona Dita faleceu em 2003, sem jamais ter parado de perguntar sobre o filho desaparecido. Indagava a qualquer um que porventura fosse visitá-la. Três dias antes de morrer em decorrência de um câncer, dona Dita foi visitada por sua filha Eliana. Ao entrar no quarto, a primeira pergunta da mãe, antes mesmo de cumprimentar a filha:

“Alguma notícia do teu irmão?”<sup>484</sup>

“Ainda não, mas vou ter”.

No caso da família Brum, os adultos contavam uma fábula às crianças. Sempre através de rumores e sussurros, jamais abertamente, diziam que tio Cilon estava paraplégico em Paris, sem poder retornar ao Brasil<sup>485</sup>. Ao longo da década de 1980, as informações foram chegando às famílias aos poucos, através de reportagens jornalísticas ou de livros, salpicados aqui e acolá. A

<sup>482</sup> Depoimento de Liniane Haag Brum, em 26 de Janeiro de 2013.

<sup>483</sup> Depoimento oral de Maria Eliana Castro, em 5 de Setembro de 2013.

<sup>484</sup> Idem.

<sup>485</sup> Mais tarde, os adultos da família passaram a avaliar que a história de Cilon paraplégico em Paris teria sido uma contrainformação plantada pelo regime militar no intuito de confundir sua procura junto aos órgãos de segurança brasileiros.

maior parte dos familiares só ficou sabendo que seus entes haviam desaparecido no Araguaia em 1985, quando da publicação dos resultados do projeto *Brasil: Nunca Mais*<sup>486</sup>.

No caso da família do guerrilheiro Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, o Zé *Ferreira*, estudante secundarista em São Paulo quando foi à revolução, só houve a certeza de que ele estava morto em 1996, quando a Marinha entregou um relatório ao Ministério da Justiça com tal informação<sup>487</sup>. Foi desta forma, dentro daquelas famílias, que a ausência dos entes queridos acabara se tornando uma constante presença.

\* \* \*

Paul Ricœur, que enfrentou ao longo de toda a juventude a dor da ausência do pai, estudou esse fenômeno. Ele nasceu em 1913. Um ano depois seu pai seguiria para uma daquelas fétidas trincheiras da Primeira Guerra Mundial. Aguardou-o com ansiedade até o final os conflitos. Muitos pais retornariam com vida. Ou em caixões. Mas Ricœur-pai permaneceria ausente. Desaparecera exatamente no Dia da Vitória. Assim, o sentimento de ausência tornou-se a maior presença em sua vida. Os restos mortais só seriam encontrados em 1932. Ricœur forjou todo o seu pensamento em uma constante contra a violência.

“Meu pai morreu por nada” – escreveria mais tarde.

Está em Platão o primeiro registro dessa questão. Ricœur foi buscar em um dos diálogos de Sócrates, *O Teeteto*, inspiração para tratar da imagem-recordação (*eikôn*) a fim de sublinhar um grande paradoxo. Qual seja, o de que o *eikôn* é a presença na ausência, é a presença na alma do homem de uma coisa ausente. A esta característica da memória, Aristóteles contribuiu com

<sup>486</sup> Ressalte-se que, em 1980, o PC do B patrocinou a 1ª Expedição de Familiares dos Desaparecidos da Guerrilha do Araguaia. Contudo, o partido não divulgou a relação completa dos militantes que foram para a área. A primeira vez que o nome dos desaparecidos do Araguaia surgiu de forma clara foi em 1985, quando da publicação em livro do projeto *Brasil: Nunca Mais*. Coordenado por dom Paulo Evaristo Arns, cardeal-arcebispo de São Paulo, e com o apoio do pastor Jaime Wright, da Igreja Presbiteriana, e do rabino Henry Sobel, da Confederação Israelita Paulista, o projeto sistematizou as informações sobre os presos políticos contidas em 707 processos que estavam no Superior Tribunal Militar. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Petrópolis: Vozes, 1985-1988.

<sup>487</sup> Depoimento de seu irmão, o psicólogo Dalmo Ribeiro Ribas. In: Daniel Hessel Teich. “Irmão de morto pede que o PC do B abra seus arquivos – Segundo ele, é hora de virem à tona os bastidores da história, revelando detalhes dos dois lados”. Rio de Janeiro: Jornal *O Globo*, 4 de Maio de 1996.

outra: existe na memória uma linha de fronteira entre a imaginação e o *phantasma*.

O conceito da *presença na ausência* é distinto do *sentir falta*. O português guarda o termo *saudade* para expressar essa sensação de faltar. A *saudade*, o sentir falta, relaciona-se à nostalgia, que tanto pode provocar alegria, quanto melancolia. Na *saudade*, pode haver a sensação de que algo está errado. No caso, um pai falecido em decorrência de doença, ou de um filho levado prematuramente em acidente, pode até mesmo haver o inconformismo com os desígnios do Destino.

No caso dos desaparecidos políticos, resta nos familiares a sensação do ilicitamente subtraído. É como se fosse um roubo. O vazio se apropria das famílias, as questões emocionais ficam eternizadas e, sem respostas, a dor passa a ser rotina.

A *presença na ausência*, por sua vez, está relacionada à memória como recordação. A ausência é “presentificada” pela lembrança. Só se pode sentir a *presença de ausência* de algo factível, que existiu, ou que poderia ter existido. Um pai jamais avistado, como o de Ricœur, mas que a qualquer momento pode retornar (ainda que dentro de um caixão) e, contudo, nunca aparece. Ou um irmão há muito desaparecido, um filho que não se sabe estar vivo ou morto, mas que perambula – na lembrança – pelos cômodos da casa da família, como um fantasma entre os vivos.

\* \* \*

O exemplo do pai da guerrilheira Walquíria Afonso Costa é ilustrativo para a compreensão do conceito. Por mais de 20 anos consecutivos, Edwin Costa todos os dias sentava-se na frente da casa olhando para o portão, na esperança da filha reaparecer. Aos netos, contava histórias sobre a filha, como se fossem contos de fadas. Faleceu esperando Walquíria a qualquer momento adentrar aquele portão, “presentificando” a ausência através da lembrança<sup>488</sup>.

Fico cá a imaginar dona Julieta Petit da Silva, que perdeu três filhos no

---

<sup>488</sup> Depoimento de Arilson Afonso Costa, sobrinho Walquíria, em 12 de Maio de 2013.

Araguaia, Lúcio, Jaime e Maria Lúcia<sup>489</sup>. Ou de dona Anita Lima Piauhi Dourado, mãe de dois guerrilheiros igualmente desaparecidos, José (*Zé Ivo*) e Nelson (*Nelito*). Ou, ainda, de dona Carmen Navarro, escutando os ecos daquela sonata que seu filho Helinho compôs e tocou ao piano no dia em que partiu. A presença da ausência é a lembrança; logo, é o que restou aos familiares, única forma de obter a companhia do ausente no presente.

Recordo-me de uma companheira de pesquisas de campo no Araguaia, Diva Santana, irmã da guerrilheira Dinaelza Santana Coqueiro, a *Maria Diná*, que desde 1980 tem peregrinado periodicamente à região atrás de informações sobre os restos mortais dos desaparecidos.<sup>490</sup> Ou ainda de Mercês Castro, que passou quatro décadas com a *eikôn* (imagem-recordação) do irmão Antônio Theodoro a seu lado, enquanto procurava, ela mesma, o que restou de matas no Araguaia<sup>491</sup>.

Liniane Haag Brum, por sua vez, relata que a ausência de Cilon sempre foi a maior presença em sua vida. Ela cresceu com a história de que o tio apareceu pela última vez em seu batizado. Desde então, quando em família, evitava-se pronunciar o nome do ausente, como se evitasse invocar um *phantasma*. A ordem era a de buscar o esquecimento, exorcizar as lembranças, evitar a dor de rememorar o ausente. Até que certo dia o velho Brum puxou o filho Lino pelo braço. Há muitos anos que não mencionavam o nome do caçula. Estavam em São Sepé, no meio da plantação:

“Alguma notícia dele?”

<sup>489</sup> Julieta Petit da Silva faleceu em 16 de Abril de 2007.

<sup>490</sup> Diva Santana esteve na 1ª Expedição das Famílias, em 1980, patrocinada pelo PC do B. Desde então, se fez presente em quase todas as expedições ao Araguaia que teve por objetivo procurar os restos mortais dos guerrilheiros. Militante do PC do B, Diva é a representante oficial dos familiares tanto na Comissão de Mortos de Desaparecidos do Ministério da Justiça, quanto nos grupos de Trabalho Tocantins e Araguaia, GTT e GTA, criados pelo Executivo, como já dito, para cumprir sentença judicial de buscar informações sobre os guerrilheiros. Esclareço ainda que, em inúmeros momentos, eu e Diva Santana unimos nossos esforços de pesquisa.

<sup>491</sup> Mercês esteve pela primeira vez na região em 1979, quando tinha 18 anos. Fazia estágio probatório no Ministério da Fazenda e foi removida para Marabá. Aproveitou para buscar informações sobre o irmão Theodoro. Em 1980, ficou um mês morando numa barca, singrando as currutelas à beira do rio Araguaia. A partir de 1993, quando seu marido Jadiel Camelo foi transferido para Imperatriz, MA, Mercês passa mais dois anos buscando informações sobre o irmão. Deslocavam-se quase todos os finais de semana de Imperatriz até a região onde Theodoro atuou, em especial Brejo Grande, Santa Cruz e Palestina. A partir de 2008, Mercês e seu marido Jadiel, então ambos aposentados, começaram a se dedicar em tempo quase integral à procura dos restos mortais de Antônio Theodoro. Desde então, o casal tem ido quatro vezes por ano, em média, à região do Araguaia. Aproveitam para procurar por informações sobre quaisquer dos demais desaparecidos. Em geral viajam com recursos próprios. Outras vezes, como convidados dos grupos de trabalho GTT e GTA. Mercês e Jadiel foram grandes parceiros de pesquisa.

“Não, nada”, respondeu de cabeça baixa, esquivando-se de fitar os olhos do pai, evitando decepcionar por não poder dar as tão esperadas notícias.

“Você não está mentindo?”

“Não, não estou mentindo”, ele disse com os olhos fixos no pai.

O velho Brum nunca mais voltou ao assunto. Jamais mencionou o nome “Cilon” enquanto esteve vivo. Levou para o túmulo seu silêncio. E um segredo: o conteúdo da carta que lhe foi enviada pelo filho às vésperas de partir rumo ao Araguaia<sup>492</sup>. Brum sucumbiu à necessidade pessoal do esquecimento. Para os demais membros da família, contudo, as lembranças sobre aquela ausência permaneceriam presentes.

#### **4.5 – Na vanguarda da vanguarda**

Quando os guerrilheiros começaram a ser envidados para a região do Araguaia, em 1966, as castanheiras ainda disputavam os céus com jatobás e estopeiras. A mata era uma só, os moradores mais velhos, remanescentes daquele tempo, resguardam reminiscências de uma floresta densa, escura, inóspita, repleta de onças, jabutis e todo tipo de caça. Agora, é uma devastação em forma de pastos.

---

<sup>492</sup> *In: Liniane Haag Brum, op. cit., pág. 49.*





*Mapa da região do Bico do Papagaio, onde ocorreram os preparativos para a luta armada no campo e, depois, a Guerrilha do Araguaia*

Morando nos seis vilarejos que existiam ao sul de Marabá, ou em nichos de roça de subsistência, havia cerca de 20 mil brasileiros esquecidos pelo Estado, quase todos semianalfabetos, escondidos da civilização, salpicados aqui e acolá por uma região de 6.500 km<sup>2</sup>, área um pouco maior do que o Distrito Federal. Deslocavam-se por trilhas, em geral a pé, ou em lombo de burros, na melhor das hipóteses. Não havia estradas. A perturbar a modorra da paisagem, quase toda verde escura, somente as rochas cinzentas da Serra dos Martírios, que se eleva da vila de São Geraldo em direção noroeste, com suas mais de 300 cavernas, escondendo serpentes e andorinhas<sup>493</sup>.

<sup>493</sup> Trata-se da Serra das Andorinhas. Nos tempos da guerrilha, de acordo com as narrativas dos camponeses, era chamada de Serra dos Martírios. Ao final dos conflitos os militares a rebatizaram de Serra das Andorinhas.



Praia do rio Araguaia, em Xambioá (1972); do outro lado, São Geraldo e a Serra das Andorinhas

Foi nessa época que apareceu na região um gigante negro, da cor de jabuticaba madura, com 1m98 de altura e sapatos 52, corpo de atleta, conversa farta e carisma contagiante. Osvaldo Orlando da Costa jamais conseguiria passar despercebido. Apresentou-se pelo próprio nome de batismo, Osvaldo, mas logo ganharia o apelido natural de *Osvaldão*. Tinha então 28 anos<sup>494</sup>.

Chegou sozinho, na vanguarda de um grupo que se autodenominava organização de vanguarda. Osvaldo ganhou por missão prospectar as profundezas do sul do Pará. Atravessou o rio Araguaia até São Geraldo, cidade em frente a Xambioá, e seguiu pelos vilarejos que existiam do pé da Serra dos Martírios em direção a Marabá, corrutelas<sup>495</sup> chamadas de Santa Cruz, Palestina, Fortaleza, Brejo Grande. Trabalhou como garimpeiro e mariscador,

---

<sup>494</sup> Sobre o *gigante* Osvaldão, são controversos os dados, mas nenhum deles deixa dúvida do porte atlético do guerrilheiro. Sandra Negraes Brisolla, professora-doutora da Unicamp, em artigo publicado, registra tê-lo conhecido pessoalmente, asseverando que “tinha mais de dois metros de altura, era negro e bonito”. In: “Jornal da Unicamp”. Campinas: Edição 244, Mar 2004, pág. 02. Em minhas próprias pesquisas de dados junto ao Patrimônio Histórico de Passa Quatro, sua cidade natal, as medidas indicadas são: 100 Kg, 1m98 de altura, sapato tamanho 48. Registro ainda que optei por inserir no texto o tamanho do sapato 52 (e não 48), pois é essa a informação que restou no imaginário da população da região do Araguaia, sobretudo entre as mulheres. Ressaltar as medidas de Osvaldão tem a relevância de asseverar a imagem simbólica que deixou no imaginário do Araguaia: era um gigante. Em muitos sentidos. A começar pelas medidas do próprio corpo. Enfim, altura de 1m98 e sapatos 52 são dois símbolos das representações populares sobre o guerrilheiro.

<sup>495</sup> Termo usado basicamente na Amazônia e significa “aglomerações humanas com infraestrutura mínima para servir de apoio aos garimpos”.

profissional que curte pele de animais. Logo compraria os direitos de exploração de um garimpo de pedras semipreciosas na fazenda Matrinxã. Depois, instalou-se mais a oeste, em um remoto ponto às margens do rio Gameleira<sup>496</sup>.

Recrutou camponeses. Batizou crianças, muitas, e amou um número bem maior de mulheres. Comunista convicto, mas não ortodoxo, adorava um “terecô”, sincretismo da umbanda maranhense com o animismo dos pajés da Amazônia<sup>497</sup>. Assim Osvaldão descreveu seus dois primeiros anos na região, em “Carta a um Amigo”, correspondência mais tarde apreendida pelos órgãos de repressão militar junto a dirigentes do PC do B:

Há mais de dois anos morava nesta região, dedicando-me, honesta e pacificamente, no duro trabalho do garimpo ou do marisco. Você é testemunha do meu comportamento, tanto em Araguatins e Marabá, como em Itamerim e Palestina. Nunca prejudiquei ninguém nem ofendi qualquer pessoa. Sempre fui bem-quisto e alvo de muitas atenções. Na medida de minhas possibilidades, jamais deixei de ajudar a pobreza. Convivi estreitamente com os lavradores, garimpeiros, mariscadores, castanheiros, peões, barqueiros, pequenos e médios comerciantes e outros setores da população que vivem de seu trabalho<sup>498</sup>.

Relatou, ainda, naquela carta, que, com o decorrer do tempo, acabou conhecendo os inúmeros problemas que afligem os moradores das zonas

---

<sup>496</sup> Corre no imaginário popular da região uma versão de que Osvaldão teria sido responsável pela descoberta de Serra Pelada. Outra história que emerge do imaginário popular dá conta de que Dina, ao ser presa, teria revelado o local do garimpo aos militares. Vale lembrar que Dinalva era geóloga por profissão. Contudo, não há qualquer evidência concreta, até a presente data, de que os guerrilheiros teriam ciência do potencial exploratório de Serra Pelada. Nem que os militares tenham descoberto a área através dos guerrilheiros. A única conexão de fato que há entre a Guerrilha do Araguaia e Serra pelada está no fato de o capitão do Exército Sebastião Rodrigues de Moura, que esteve na região entre maio de 1973 e outubro de 1974 sob o codinome de *Dr. Luchini*, é o mesmo tenente-coronel Moura que, a partir de 1979, já na reserva e sob o apelido de *Major Curió*, comandou o garimpo de Serra Pelada, designado pessoalmente pelo general João Baptista Figueiredo, que fora seu chefe e padrinho político no Serviço Nacional de Informações, SNI. Outra conexão é fato de que, entre 20 e 30 camponeses que trabalharam como guias do Exército na caçada aos guerrilheiros, mais tarde passaram a cerrar fileiras em uma espécie de milícia particular do Major Curió em sua gerência de Serra Pelada, conforme ficou evidenciado em minhas pesquisas sobre o tema.

<sup>497</sup> Em minhas pesquisas de campo no Araguaia, realizei entrevistas orais com camponeses que trabalharam com Osvaldão nos garimpos ou na mariscagem, como Abel Honorato de Jesus, o Abelinho. São constantes os relatos sobre a presença do guerrilheiro nos terreiros de terecô, como o de Lidia Francisca da Luz, dona de um terreiro dedicado à Cabocla Jacira, na cidade de Brejo Grande.

<sup>498</sup> Esta carta, ainda inédita, foi obtida nos acervos pessoais de um militar que participou da repressão ao Araguaia, e cedida por ele para esta pesquisa. Oswaldo. [carta] 15 Jul 1972, Araguaia. 2f. Carta a um amigo.

situadas no Araguaia e no Tocantins, não se conformando com “o abandono, a miséria e a opressão em que se debatem seus habitantes”.

Quando o PC do B começou a deslocar seus militantes para o Araguaia, sobretudo a partir de 1969, aquele gigante de ébano já era um dos personagens mais populares entre os moradores da região. As memórias de seus antigos amigos resguardam lembranças de episódios simbólicos, saturados de significados. Certa feita, rememora uma dessas narrativas, um grileiro foi ameaçar tirar a terra de Osvaldão. Acordou, na sua casa, com o cano de um 38 cutucando seu rosto. Abriu os olhos e avistou “um negrão de quase dois metros de altura e com dois braços que pareciam duas pernas”, de acordo com a descrição do pesquisador português Rui Moura<sup>499</sup>. Osvaldo teria dito:

Em vez de você ficar com minha terra, você dá a sua à uma família muito necessitada. A família já está aí, esperando. Vou lhe levar até a rodoviária e você não aparece mais aqui, senão morre. E se achar ruim, morre agora que fica mais fácil<sup>500</sup>.

O grileiro teria tido uma grande surpresa ao encontrar os novos proprietários da terra do lado de fora de sua casa. Mais de 30 pessoas das redondezas também esperavam no quintal. Teriam aplaudido Osvaldão. Em outro episódio compilado por Moura para o artigo “O pugilista vermelho”, Osvaldo estaria de passagem pela gleba de uma família de camponeses. Teria encontrado a mulher desesperada porque não tinha dinheiro para comprar comida para seus filhos:

Era uma casa pobre. Não tinham nada. Osvaldo perguntou-lhe se queria vender o cachorro. A mulher, sem outra alternativa, disse que sim. Tanto ela como Osvaldo

---

<sup>499</sup> Pesquisador do Instituto Universitário de Lisboa, ISCTE, Moura é autor de interessante artigo no qual apresenta narrativas populares de histórias que imortalizaram o guerrilheiro Osvaldo no imaginário da população do Araguaia. *In*: Rui Moura. “O pugilista vermelho”. Publicado em 2009: Ver em <http://mundobotafogo.blogspot.com.br/2009/01/o-pugilista-vermelho.html> >. Acesso em 24 Jun 2013.

<sup>500</sup> Ressalvo que a reconstituição do episódio está em conformidade com o português lusitano. Moura. “O pugilista vermelho”, op. cit.

sabiam o que significava a perda do cão: mais fome, pois na região, sem cachorro e arma é difícil conseguir caça. Osvaldão pagou-lhe o preço do cão e, a seguir, disse-lhe: 'Guarda-o para mim, que eu não poderei levá-lo para casa agora'<sup>501</sup>.

Nessas histórias resguardadas das memórias dos moradores do Araguaia, Osvaldão emerge como um gigante em força, valentia e coragem. Mas também emotivo e sensível. Alguém bom e justo, sobretudo um homem bom. O fato é que, ao longo daqueles seis anos no qual Osvaldo morou no Araguaia entre 1966 e 1972 – antes da chegada dos militares – primeiro sozinho, depois ao lado de alguns camaradas do partido, por fim na liderança absoluta do movimento revolucionário, à testa dos guerrilheiros de armas em punho, ele ganhou a empatia daquela gente simples. Mais que isso, a adesão pessoal.

Morto, aquele gigante de ébano transformou-se em um mito que já transcende fronteiras. "Contam-se inúmeras lendas a respeito de Osvaldão, que era considerado imortal pela população", registra o português Moura. A principal delas é que, quando em vida, transformava-se em lobisomem – tema que será detalhado adiante. Outra, que seu espírito estaria até a presente data "baixando" nos terreiros de tererô do Araguaia.

A pesquisa revelou que a população de tendência católica costuma acender velas em reverência à sua alma. Em reportagem de capa para a revista *Época*, publicada em fevereiro de 2004, sob o título de "Fantasmas do Araguaia", o jornalista Leandro Loyola registra que, no Dia de Finados de 2003, ao visitar o túmulo de familiares no Cemitério de Xambioá, um morador acendeu uma vela adicional. Então falou alto, para que todos pudessem escutar: "E esta vela aqui eu vou acender para o meu amigo Osvaldo Orlando da Costa, que morreu há quase 30 anos". Minutos depois, descreve ainda a reportagem, "dezenas de velas estavam ao lado da sua"<sup>502</sup>.

---

<sup>501</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>502</sup> Leandro Loyola. "Fantasmas do Araguaia". São Paulo: Revista *Época*, editora Globo, Ed. 302, reportagem de capa, 27 Fev 2004.

\* \* \*

Entre 1966 e 1967, na sequência da chegada de Osvaldo ao sul do Pará, o partido enviaria pequenos grupos de militantes, quase todos recém-chegados do treinamento militar na China, para cidades do norte de Goiás (hoje Tocantins) e sul do Maranhão, sempre à margem direita do Araguaia. Também ocorreram rápidas passagens pelo Mato Grosso<sup>503</sup>. O objetivo era o de preparar a estruturação de um trabalho de campo para a formação de um futuro “Exército Popular de Libertação”.

O plano inicial era deflagrar a futura guerra revolucionária na região do Bico do Papagaio. Ou no sul do Maranhão, ou no norte de Goiás. As opções inicialmente escolhidas eram as cidades de Imperatriz e Porto Franco, no Maranhão, ambas às margens do rio Tocantins; Araguatins, em Goiás, às margens do rio Araguaia; ou ainda Araguaína, na rodovia Belém-Brasília, que corta o centro do Estado.

A região sul do Pará seria apenas uma área de refúgio. Mas como outras organizações da luta armada, como ALN e VAR-Palmares, também começaram suas próprias atividades políticas no Bico do Papagaio<sup>504</sup>, chamando assim a atenção da repressão militar, a direção do PC do B acabaria mudando de planos.

Assim, Pedro Pomar instalou-se em um sítio nas imediações de Colinas, cidade às margens da rodovia Belém-Brasília, distante 100 km da “metrópole” Araguaína. Foram com ele os militantes José Lima Piauhi Dourado, que acabara de chegar do treinamento militar na China, e um militante de codinome *Augusto*, jamais identificado pelos sobreviventes da guerrilha ou pelos militares.

Pomar era um militante histórico do Partido Comunista. Fora um dos líderes do racha do Partidão para fundar o PC do B. Quando chegou a Colinas,

---

<sup>503</sup> Descobri nestas pesquisas que Daniel Calado e Líbero Giancarlo Castiglia, ambos com treinamento na China, também passaram pelo nordeste do Mato Grosso, na região que faz divisa com o sul do Pará, onde seria instalada a guerrilha.

<sup>504</sup> De acordo com os ex-guerrilheiros José Genoíno Neto (ex-Geraldo) e Danilo Carneiro (Nilo). Narrativa oral a Eduardo Castro. *Guerrilha do Araguaia - as faces ocultas da História*. Documentário TV Goiaz.

com 54 anos, era membro do Comitê Central e da Executiva do partido. Recebeu a recomendação de dedicar-se à agricultura de subsistência, a fazer amizades com os vizinhos, a buscar conquistar a confiança dos moradores da área. Os três novos “camponeses” não poderiam, em nenhuma hipótese, portar armas de qualquer tipo. Também deveriam evitar o proselitismo político aberto.

Tinham por missão principal o reconhecimento da área em um raio de 30 quilômetros a partir do sítio<sup>505</sup>. Esse raio atingia a região das futuras bases guerrilheiras. No futuro, deveriam servir de apoio ao movimento revolucionário a ser desencadeado. Os três permaneceram no sítio até fins de 1969, quando Pomar retornou a São Paulo. Não retornaria mais à região, passando a prestar apoio na cidade<sup>506</sup>. Piauhi Dourado, por sua vez, foi deslocado para a margem esquerda do rio, juntando-se aos militantes que estavam a preparar a guerrilha<sup>507</sup>. Passou a ser chamado pelo codinome *Ivo*.

\* \* \*

Desses grupos precursores, aquele que se estabeleceu em Porto Franco seria o único a deixar marcas perenes – muito mais por conta da atuação de um de seus membros, o médico João Carlos Haas Sobrinho<sup>508</sup>. As margens do rio Tocantins, no sudoeste do Maranhão, em divisa com o extremo norte de Goiás, Porto Franco é uma cidade histórica, fundada no Século XIX<sup>509</sup>. Haas (foto) foi o primeiro a chegar por lá, em julho de 1967.

<sup>505</sup> Segundo registram tanto os Documentos da Lapa como o *Relatório Pomar*.

<sup>506</sup> Por essa razão optei por não incluí-lo no grupo dos guerrilheiros do Araguaia. Como também não incluí outros dirigentes que estavam envolvidos na preparação da guerrilha, nas cidades, mas que não estiveram no Araguaia, como é o caso de Carlos Danielli e Jover Teles. Mais tarde, Pedro Pomar se tornaria o principal crítico da Guerrilha do Araguaia dentro do partido, em oposição aberta a João Amazonas. Morreu na chamada “Chacina da Lapa”, em 1976, episódio anteriormente relatado. Seu filho, Wladimir Pomar, mais tarde pegaria as anotações do pai e publicaria um documento crítico à atuação de seus pares no Araguaia, chamado de “Relatório Pomar”.

<sup>507</sup> Sobre o destino de Augusto, não há notícias. Como já dito, nem os sobreviventes da guerrilha, nem os militares, conseguiram identificá-lo.

<sup>508</sup> Registro meus agradecimentos à jornalista Myrian Luís Alves, pesquisadora da Guerrilha do Araguaia, sobre as informações que me transmitiu sobre a passagem de João Carlos Haas Sobrinho, em Porto Franco, assim como à revisão deste capítulo. Registro igualmente meus agradecimentos a Sônia Maria Haas, pelas informações e revisão nos trechos pertinentes a seu irmão João Carlos.

<sup>509</sup> De acordo com as pesquisas da jornalista Myrian Luís Alves, em texto ainda inédito, o porto é “franco” porque, “reza a tradição oral da cidade, desde o Século XIX os moradores daquela pequena localidade permitiam a passagem livre de aventureiros do Maranhão para Goiás e vice-versa”. Registro que aquela região, entre o sudoeste do Maranhão norte de Goiás (hoje Tocantins), tendo a cidade de Imperatriz (MA) como principal metrópole, ao longo de todo o Século XX registrou forte atividade política de oposição aos regimes políticos e governos estabelecidos. Ainda de acordo com Myrian Alves, quando a Coluna Prestes passou por Balsas, ao sul de Porto Franco, o líder da resistência à Primeira

Nascido em São Leopoldo, cidade de imigrantes alemães perto de Porto Alegre, desde cedo Haas exalava carisma nato. Adolescente, foi eleito presidente da União Estadual dos Estudantes Secundaristas do Estado. Depois, estudante de Medicina, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, foi eleito presidente do Centro Acadêmico Sarmiento Leite<sup>510</sup>. Trabalhou como médico-residente no Hospital Ernesto Dornelles, em Porto Alegre. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde fez plantão num pronto-socorro. Preparava-se para fazer residência em São Paulo quando foi recrutado para a futura aventura na selva. Haas deixou o Brasil rumo ao treinamento militar na China em 1966. De lá, foi para Porto Franco. Tinha 26 anos. Na cidade, não adotou nenhum codinome.



Um mês depois, em agosto de 1967, Maurício Grabois, membro do Comitê Central do partido, também se mudaria para a cidade. Estava acompanhado de seu genro Gilberto Olímpio Maria<sup>511</sup>. Instalaram-se em uma casa em frente à de Haas. Baiano de Salvador, Grabois era então um dos comunistas históricos mais conhecidos do Brasil. Como já dito, era cadete do Exército quando, em 1934, aos 22 anos, entrou para o Partido Comunista. Foi expulso da instituição por “atividade comunista”<sup>512</sup>.

---

República daquela cidade, chamado de Lenine da Mata, colaborou com 250 de seus homens para integrar a marcha. Em 1930, foi fundado no sul do Maranhão o Partido Socialista Radical dos Trabalhadores. Na década de 1960, a organização de esquerda Ação Popular (AP) tinha forte militância naquele pedaço do Brasil. Entre 1968 e 1970, chegariam militantes do PC do B, ALN e Var-Palmares. Por fim, registro que a região de Imperatriz é a única do Maranhão onde jamais um aliado político da família do senador José Sarney ganhou uma eleição. Porto Franco segue a mesma tradição de luta política.

<sup>510</sup> Na década de 1990, a União da Juventude Socialista, ligada ao PC do B, passou a ter como patrono João Carlos Haas Sobrinho. Em 2013, a União dos Estudantes Secundaristas do RS também o escolhe como patrono, batizando a entidade como UES Dr. Juca, que viria a ser seu codinome da Guerrilha do Araguaia.

<sup>511</sup> Na ocasião, marido de Vitória Grabois, filha de Maurício. Mais tarde viraria companheiro de Dinalva Conceição Teixeira, a *Dina*, conforme será narrado adiante.

<sup>512</sup> Osvaldo Bertolino. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.



No ano seguinte participaria da Intentona Comunista ao lado do capitão Luís Carlos Prestes. Em 1945, foi eleito deputado federal constituinte pelo PCB do Rio de Janeiro, na mesma chapa na qual Prestes foi eleito senador. Fiel ao ditador soviético Joseph Stalin, Grabois romperia com o camarada Prestes na virada dos anos 60, na sucessão de acontecimentos que levaram à fundação do PC do B.

Grabois chegou a Porto Franco aos 55 anos. Adotaria o codinome de *Sr. Mário* – e mais tarde, já na guerrilha, seria chamado de *Velho Mário*. Seu genro Gilberto Olímpio manteve o verdadeiro nome como codinome, *Gilberto*. Tinha 25 anos. Era o que menos permanecia na cidade, mas era o que mais chamava a atenção. Tinha um Jeep, era charmoso e lembrava o boxeador Eder Jofre, então um herói nacional<sup>513</sup>.

Na sequência, em setembro, haveria a chegada de outra dirigente do partido, Elza Monerat. Comunista histórica, desportista e alpinista na juventude, era a única mulher a fazer parte do Comitê Central e, simultaneamente, da Executiva do PC do B. Havia sido citada por Jorge Amado em *Subterrâneos da Liberdade*. Também foi a única mulher a ser ungida com adestramento militar na China. Por sua história pessoal, guardava similaridades com *La Passionaria*, a épica militante comunista que lutou na Guerra Civil Espanhola, retratada por Ernest Hemingway no clássico *Por quem os sinos dobram* – que na versão para o cinema foi interpretada por Ingrid Bergman. Elza adotou o codinome de *Dona Lúcia*. Tinha 54 anos.

No início de 1968, André Grabois, filho de Maurício, também chegaria para ajudar o pai em Porto Franco. Era estudante secundarista, em 1964, quando entrou na clandestinidade para fazer treinamento China. Tinha 22 anos quando chegou a Porto Franco. Adotou o codinome de *Zé Carlos*, o mesmo que manteria na guerrilha.

O médico Haas alugou uma casa na Rua Rio Branco, próxima ao rio, e lá improvisou um pequeno consultório médico. Atendia à população carente de

---

<sup>513</sup> Segundo narrativa oral de Vaner Mota Marinho, que conviveu com o grupo nos Anos 60, e no tempo do agora tornou-se especialista na passagem dos futuros guerrilheiros por Porto Franco.

sol a sol. Mandou comprar equipamentos em São Paulo, a prestações. Logo seria conhecido em toda região por *Dr. João*. O médico se virava com toda sorte de pequenas cirurgias. Os casos mais complicados, ele os encaminhava para Imperatriz (MA) ou Goiânia (GO). Em pouco tempo, o prefeito lhe arrumaria, de graça, novas instalações. Montou um pequeno hospital, onde fez até mastectomia – a primeira da história da cidade.<sup>514</sup> Nenhum óbito foi registrado nas mãos de *Dr. João*<sup>515</sup>.



*Casa onde morou o médico João Carlos Haas Sobrinho, em Porto Franco*

Bem que Haas esforçou-se para se manter discreto. Contudo, como *Osvaldão*, não conseguia passar despercebido. Sorria muito, a todos que lhe atravessassem o caminho. Moreno, com 1,82m, transbordava charme e simpatia. Chamava a atenção das moças de família que desejavam convidá-lo para tomar café com cuscuz nas casas de seus pais – mas não há notícias de que tenha se envolvido com alguma delas. Como missão política, frequentava o maior número de paróquias que lhe fosse possível e tornou-se amigo de vários padres<sup>516</sup>.

Os quatro demais companheiros tiveram uma passagem bastante discreta pela cidade. *Sr. Mário* adotou a identidade de caixeiro viajante, vendendo utensílios domésticos e quinquilharias pelas cidades e vilas da

<sup>514</sup> O antigo hospital do Dr. Juca foi reformado e hoje lá funciona o Fórum da cidade.

<sup>515</sup> Fontes: narrativas orais da pesquisadora Myriam Luís Alves e de Vaner Mota Marinho.

<sup>516</sup> *Idem*.

região. De vez em quando, cortava o cabelo dos meninos das imediações. Zé Carlos e Gilberto eram assistentes do Sr. Mário na venda de quinquilharias. Dona Lúcia dedicou-se à assistência social. Assim, o site “Vermelho”, órgão oficial do PC do B descreve as atividades do grupo:

Elza Monerat (Dona Lucia) chegou em setembro do mesmo ano e participava ativamente das reuniões de senhoras da cidade e passou a residir no mesmo endereço por quatro meses. O Dr. João Carlos Haas Sobrinho, já havia desembarcado em 12 de julho e alugou uma casa na mesma rua, defronte ao número 152, onde ali instalou o seu pequeno e modesto consultório médico, onde passou a atender toda a população local e de toda a região.<sup>517</sup>

Seu Mario, um senhor de quase 60 anos, cabelos grisalhos, fala mansa e muito reservado, nunca era visto nas festas e eventos sociais da cidade. Ficava o tempo todo lendo e escrevendo em sua mesinha do quarto dos fundos da casa e divertia-se cortando os nossos cabelos e contando histórias por horas a fio. Todas as semanas viajava com o filho e o genro, na pick-up azul para vender utensílios domésticos de alumínio e confecções, nas cidades de Estreito, Wanderlândia e Tocantinópolis. Zé Carlos e Gilberto foram os nossos parceiros nos jogos de futebol e fazíamos muitas viagens em carroceria de caminhões, para enfrentar os times das cidades vizinhas.

Naquela época, as luzes da cidade, apagavam-se às 10 horas da noite. Quando estava na cidade, Seu Mario ficava conversando na calçada com os vizinhos e ouvindo o seu rádio até altas horas da noite. Nos períodos das provas escolares, ele então passava a nos ensinar vários pontos das matérias mais difíceis e com muita paciência, aconselhava-nos para a vida da maioria que se aproximava. Falava-nos de um Brasil que poderia ser muito melhor e que todos nós, apesar de filhos de uma pequenina cidade do interior do Maranhão, poderíamos ser grandes homens, desde que nos interessássemos pelos estudos e tivéssemos amor pelo país. Relatava-nos histórias de homens do interior de outros países que tinham se transformados em grandes líderes mundiais. Era um homem muito culto e sabia de tudo que estava acontecendo ao redor do mundo.

---

<sup>517</sup> Vaner Mota Marinho. “O Comandante Maurício Grabois”. In Vermelho.org.br, site oficial do PC do B, publicado em 13 Out 2009 e acessado em 18 julho 2013. [http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id\\_noticia=117442&id\\_secao=133](http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id_noticia=117442&id_secao=133)

\* \* \*

*Dr. João, Gilberto e Zé Carlos* buscaram entrar para a sociedade local. Eram todos companheiros de partido, mas simulavam que haviam se conhecido em Porto Franco. *João* dançava bem, ou como se diz na região, era “bom de sala”. *Gilberto* era bom de bola. E muito simpático. “Zé Carlos era tímido, míope, muito ruim de bola e pior ainda para dançar”, descreve seu melhor amigo da época, Vaner Mota Marinho<sup>518</sup>. “Ficava o tempo todo segurando aqueles óculos grandes e de aros grossos para não cair”<sup>519</sup>.

A casa do *Sr. Mário* ficava exatamente na frente da casa do Sr. Antônio e de dona Chiquinha. Eles tinham duas filhas gêmeas, Ivete e Iolete Santana de Sá, 16 para 17 anos. Na formatura do ginásio, Ivete convidou o vizinho *Dr. João* como paraninfo da turma. Ele aceitou sem pestanejar. Mas perguntou: “Tem que usar terno?”. Responderam que sim. Há fotos daquele evento.

O gerador elétrico da cidade desligava às 10 da noite. Mas, nas noites de lua cheia, crianças, adolescentes e jovens costumavam ficar até tarde conversando nas calçadas. Foi assim que *Zé Carlos* e Iolete se conheceram. Aos 22 anos, foi seu primeiro interesse para além da militância política. Ela correspondeu. Sentavam-se todas as noites na porta da casa dos pais de Iolete. Nas festinhas, dançavam sob o olhar cuidadoso de dona Chiquinha.

“Era um namoro acochado, de muita paixão” – rememora Vaner.

---

<sup>518</sup> Filiado ao PC do B e, na presente data, secretário de Cultura de Porto Franco.

<sup>519</sup> Depoimento a este pesquisador, em 06 Fev 2013.



*Casa onde moravam Maurício Grabois, André Grabois e Gilberto Olímpio*



*Haas em dois momentos: No baile de formatura do ginásio e como médico*

Quando viajava com *Olímpio* para a venda de bugigangas, *Zé Carlos* queria voltar o mais rapidamente possível. Saudades de lolete, dizia. *Sr. Mário* ficava rindo muito das emoções do filho, em descontrolada ebulição. Era sua primeira relação séria. Chegou a escrever uma carta à irmã *Vitória Grabois*

informando que havia encontrado a mulher de sua vida. Um dia todos os três, Sr. Mário, Gilberto e Zé Carlos, desapareceram de Porto Franco. Saíram sem se despedir, como se estivessem indo para uma venda de quinquilharias. Era setembro de 1968.



*Gilberto (à esq.) e André Grabois (ao centro, de óculos), em Porto Franco - MA*



*Dr. João Carlos em festa com as vizinhas*

A garota lolete desesperou-se. Não se conformava com a saída brusca do namorado. Pegou uma amiga pelos braços, Irlene Marinho (irmã de Vaner),

e foram juntas procurar por Zé Carlos nas cidades da região. Primeiro em Imperatriz. Anunciavam pelo rádio e pelos autôfalantes dos carros que circulavam pelas ruas. Se alguém soubesse do paradeiro de Zé Carlos que avisasse. E dava a descrição. Até que chegaram a Marabá, metrópole muito perto de onde Zé Carlos estava. Não se sabe se ele tomou ciência da procura. Contudo, se soube, manteve-se na postura de um bom revolucionário<sup>520</sup>.

\* \* \*

João Carlos Haas Sobrinho ficaria em Porto Franco por 20 meses. Certo dia a enfermeira que trabalhava com ele, Dejacy, encontrou-o triste no consultório. Ela tinha um rosto lindo e corpo de sereia. Olhos amarelo-esverdeados, pele bem clara, 1m75 de altura. Acabara de se separar do marido. Corria na cidade o boato de que teria um namoro com o médico. Ela sempre tratou o assunto com discrição extrema<sup>521</sup>. Naquele dia em que a enfermeira o encontrou pensativo, o médico olhava fixamente para uma maçã:

“João, o que você tem?”

“Quando saí de casa minha, minha irmã Sônia estava doente. Eu raspava maçã para ela se fortalecer<sup>522</sup>”.

Falou de todos os seis irmãos, um por um. Disse que estava com muitas saudades da família. Logo depois, início de 1969, os militares divulgaram seu nome e foto em jornais de todo o país, apontando-o como terrorista, envolvido em um assalto de banco em São Paulo. Diante do fato relevante, Haas seria convocado pelo partido para se juntar aos companheiros na região do Araguaia<sup>523</sup>.

No dia em que partiu, 3 mil pessoas aglomeraram-se em frente ao hospital para pedir que *Dr. João* ficasse. Ele chorou. Então procurou o padre para contar, em confissão, sobre a notícia nos jornais. Pediu que intermediasse

<sup>520</sup> Iolete Santana Sá, por sua vez, um dia casou-se, teve filhos, separou-se... Na presente data, mora em São Paulo, capital. Fonte: Depoimento de Vaner Mota Marinho, *op. cit.*

<sup>521</sup> Em conversa com Sônia Haas, irmã de João Carlos, Sônia Haas, Dejacy evitou confirmar que existiu uma relação pessoal entre eles. Mas também não negou. “Ela se emocionava muito, procurava mostrar por meio da emoção que a convivência com eles foi muito forte”, relata Sônia Haas. Depoimento oral em 8 de Novembro de 2013.

<sup>522</sup> Conforme relato oral de Dejacy a Sônia Haas.

<sup>523</sup> Idem.

a situação. O padre o acompanhou até a multidão e informou que o médico precisava se ausentar. Pediu compreensão, mas não explicou os motivos. Ao seu lado, o médico manteve-se em silêncio<sup>524</sup>.

Foi assim que *Dr. João* partiu. Em silêncio, chorando. Deixou os móveis, fogão, panelas, tudo o que tinha para a enfermeira Dejacy. O armário, ela guarda há mais de 40 anos com a fotografia amarelada do *Dr. João* pendurada na porta. Em Porto Franco e imediações, seu mito perdura até o tempo presente<sup>525</sup>.

No Araguaia, Haas adotou o codinome de *Juca*. Deveria esquecer o antigo mundo e renascer em um grupo revolucionário. Tentou reconstruir sua identidade se fazendo passar por enfermeiro. Em pouco tempo, ao salvar a vida de uma mulher em trabalho de parto, a população local descobriria que era um bom médico. Passou a ser o *Dr. Juca*.

#### 4.6 – Chegada dos militantes ao Araguaia

A entrada do ano de 1968 seria marcada por uma série de acontecimentos. Em Paris, os estudantes tomam o *Quartier Latin* em movimentos libertários que só encontrariam paralelo na tomada da Bastilha, no Século 18, e na Comuna de Paris, no Século 19. No Ocidente, por inteiro, os jovens explodiriam em protestos ao longo daquele ano, pelas mais diversas causas e razões. Nas grandes capitais brasileiras, em especial em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, facções da esquerda endurecem na luta<sup>526</sup>. A

<sup>524</sup> Fontes: narrativas orais de Vaner Mota Marinho, Myriam Luís Alves e Sônia Hass.

<sup>525</sup> Nos anos 1990, o Centro Cirúrgico do novo Hospital Municipal de Porto Franco foi batizado com o nome de Dr. João Carlos Haas Sobrinho. Depois, foi criado um Ponto de Cultura com seu nome. Em maio de 2011, a prefeitura da cidade prestou uma série de homenagens oficiais à sua memória, tendo como ápice a inauguração do Centro Esportivo João Carlos Haas Sobrinho.

<sup>526</sup> O marco inicial da luta armada brasileira é o atentado ao Aeroporto de Guararapes, Recife, em 1966, quando uma bomba explodiu matando duas pessoas e ferindo outras 17. Em 1967, a ALN de Carlos Marighella daria início a uma série de atentados. Mas foi a partir de 1968 que a luta armada urbana de fato proliferou. Os militares reagiram com a decretação do AI-5, implantado pela Junta Militar em 13 Dez 1968. O AI-5 era um instrumento legal que dava poderes de exceção ao Executivo e retirava garantias constitucionais, como o *habeas corpus*, dos que fossem acusados de crimes contra a segurança nacional.





Executiva do Comitê Central do PC do B, por sua vez, partido que desde a sua fundação tinha por objetivo estratégico deflagrar a luta armada no campo, avaliou que chegara a hora que acelerar o movimento.

Em meados de 1968 dois novos companheiros se juntariam a Osvaldão. Primeiro, o então Secretário-Geral do PC do B, João Amazonas, dirigente máximo do partido. Adotaria o codinome de *Cid*. Tinha por função ser o futuro comandante-geral das Forças Guerrilheiras. A seu lado, outro membro da Executiva do partido, Ângelo Arroyo, predestinado a ser o vice-comandante. Adotaria o codinome de *Joaquim*.

Nascido em Belém, João Amazonas de Souza Pedroso (foto) era, na ocasião, um dos líderes comunistas mais conhecidos do país. Operário, entrou para o PCB em 1935, pela facção que pregava a luta armada imediata, a Aliança Nacional Libertadora. Hábil nas relações pessoais, voz sempre mansa e semblante sereno, cairia nas graças de Luiz Carlos Prestes e ascenderia como um meteoro na hierarquia do partido, até se transformar, com menos de 40 anos, no terceiro homem em importância do PCB.

Como stalinista, estava ao lado de Grabois e Pomar no triunvirato que conduziu o chamado “racha” do partido para fundar, em 1962, o PC do B. Mais que isso, com a ida de Grabois ao Araguaia e, mais tarde, a morte de Pomar, Amazonas tornou-se o grande comandante do partido por mais de quatro décadas. Ele esteve para o PC do B como Prestes para o PCB. Tinha 56 anos quando chegou ao Araguaia.



Paulistano de nascimento, operário metalúrgico por profissão, Ângelo Arroyo (foto) filiou-se ao Partido Comunista em 1945, aos 17 anos. Também estava no grupo que saiu do Partidão para fundar o PC do B. Foi um dos eleitos para o treinamento militar na China. Tinha exatos 40 anos quando chegou ao Araguaia. Adotou o codinome *Joaquim*. Logo depois, mais dois camaradas se juntariam a eles.

Líbero Giancarlo Castiglia, codinome *Joca*, era o único estrangeiro presente na aventura. Nascido na Itália, operário metalúrgico em São Paulo, estava para o grupo algo como Giuseppe Garibaldi para a Revolução Farroupilha. Quando caiu na clandestinidade para fazer o treinamento militar na China, Castiglia (foto) já usava dois nomes falsos que aparecem em vários documentos militares, João Bispo Ferreira Borges e João Borges Ferreira. Era grande amigo do jovem André Grabois dos tempos de São Paulo. Tinha 25 anos ao chegar à selva.

\* \* \*

Todos eles desembarcaram no Araguaia guiados por Micheas Gomes de Almeida. Nascido em Bragança, Pará, foi um dos raros proletários a entrar para a guerrilha. Antes, trabalhou como pedreiro em Belém e na construção de Brasília. No início dos anos 60, em São Paulo, conheceu o PC do B. Ajudou João Amazonas, o *Cid*, a escolher o sul do Pará como base inicial da futura luta armada rural. Morava em Goiânia quando foi ungido para fazer o treinamento militar na China. Mas não chegou a usufruir da oportunidade de apertar o gatilho nos oito anos em que permaneceu na região. Sua missão era outra.



Micheas chegou ao Araguaia com 34 anos. Seria dos mais velhos. Adotou o codinome de *Zezinho*. Do início ao fim, sua função era a de servir como guia aos companheiros. Homem franzino, cerca de 1m60, pele de caboclo e forte sotaque paraense, mantinha-se discretamente diluído entre os moradores da beira-rio a fim de ajudar os companheiros a entrar ou a sair da região. Sua base principal de atuação era em Xambioá, na margem direita do Araguaia, a última aglomeração humana com relativa infraestrutura ao norte de Goiás, hoje Tocantins. Contudo, chegou a passar um tempo dentro da mata na companhia dos comandantes *Cid* e *Joaquim*.

\* \* \*

Foi nessa época que os órgãos de repressão começaram a ficar atentos às movimentações do PC do B. Documento “confidencial” do Serviço Nacional de Informações, SNI, Agência Rio de Janeiro, de agosto de 1968, alertava sobre uma “possível vinculação” entre a onda de assaltos espetaculares a bancos que então aumentava nas grandes capitais – assaltos esses com “planejamento cuidadoso, ação rápida e disciplinada, emprego de armamentos privativos das Forças Armadas”, explicava o documento – com “organizações subversivas de linha chinesa”<sup>527</sup>.

Os analistas do SNI então listaram os dados de 41 suspeitos que deveriam ser procurados com rigor, posto que houvessem feito treinamento militar na China. Àquela altura, auxiliados pela agência de inteligência dos Estados Unidos, a CIA, a repressão brasileira já tinha conhecimento de quase todos os detalhes do treinamento na Academia Militar de Pequim. O documento do SNI então fornece um breve histórico de cada um deles, com endereços e números dos principais documentos, carteira de identidade, CPF e passaporte.

Entre os “elementos” a serem passados nesse pente-fino, sete deles já estavam no Araguaia, ou prestes a aderir à guerrilha: Ângelo Arroyo (*Joaquim*), Divino Ferreira de Souza (*Nunes*), João Carlos Haas Sobrinho (*Juca*), José

---

<sup>527</sup> Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. “Assaltos a Bancos: Documento Confidencial SS16 nº 130/69. Rio de Janeiro, 11 Ago 1968.

Huberto Bronca (*Dino*)<sup>528</sup>, Manoel José Nurchis (*Gil*), Micheas Gomes de Almeida (*Zezinho*), Nelson Lima Piauhi Dourado (*Nelito*).

\* \* \*

No ano seguinte, 1969, Gilberto Olímpio, o genro que Grabois levou para Porto Franco, seria deslocado para o sul do Pará, juntando-se aos comandantes *Cid* e *Joaquim*. Adotou o codinome de *Pedro Gil*. Elza Monerat, por sua vez, já havia deixado Porto Franco para cumprir a missão de deslocar os futuros guerrilheiros de São Paulo até a região da futura guerrilha.



Usava basicamente três rotas alternadas. De São Paulo, sempre conduzia os militantes até Anápolis, a 60 quilômetros de Goiânia. Na primeira rota, saíam de Anápolis até Imperatriz (MA). Daí, em geral *Zezinho* conduzia o camarada até a área. No caso do italiano *Joca*, chegou do Maranhão e foi conduzido por Elza para dentro da mata. A segunda rota era de Anápolis a Tocantinópolis (GO) e, de lá, até Marabá (PA). Por fim, a rota Anápolis, Araguaína (GO), Xambioá (GO) e, então, para a área<sup>529</sup>. Elza Monerat adotou o codinome de *Tia Maria*.

Na sequência, chegaram Paulo Mendes Rodrigues (foto) e José Huberto Bronca (grafa-se Huberto sem o *m*), ambos nascidos no Rio Grande do Sul e ungidos com o treinamento militar na China. Paulo era de Cruz Alta, economista e antigo militante do PCB. Chegou à região de Caianos, ao sul da cidade de São Geraldo, e comprou terras com o objetivo declarado de formar uma fazenda de gado. Tinha 38 anos quando lá chegou. Não adotou codinome, mas com seu jeitão introspectivo e vocabulário de doutor, passaria a ser conhecido na região por *Dr. Paulo*.

<sup>528</sup> No documento militar, Bronca era apresentado com o codinome que usava na cidade, *Dino*. No Araguaia, como já dito, passaria a ser conhecido por *Zé Fogoió*. Quanto aos demais nomes supracitados, aparecem sem codinomes no referido documento do SNI.

<sup>529</sup> Ressalte-se que todas as cidades supracitada eram Goiás na época, mas hoje fazem parte do Tocantins.

Filho de italianos de Porto Alegre, Bronca (foto) era desportista, artista de circo e mecânico de aviões da Varig. Seria um dos mais velhos do grupo, 35 anos quando lá chegou. Tentou adotar o codinome de Zeca, mas por conta de seus cabelos cor-de-fogo e a pele tomada por sardas, passou a ser chamado tão somente de *Zé Fogoió*. Mais tarde teria destaque nos combates da selva. Os três que estavam em Porto Franco, *Mário*, *Zé Carlos* e *Dr. Juca*, também foram deslocados para o Sul do Pará.

Em 1970, chegaram à região mais 13 militantes, quase todos tentando escapar da repressão militar que apertava o cerco nas cidades. Entre eles, o casal Dinalva Conceição Teixeira, a *Dina*, e Antônio Carlos Monteiro Teixeira, o *Antônio da Dina*. Também chegariam os três primeiros membros da família Petit, Lúcio, sua esposa Lúcia Regina, e a irmã Maria Lúcia Petit. Do Rio de Janeiro, chegaria também o operário Antônio Ferreira Pinto (*Antônio Alfaiate*).



De Porto Alegre, chegaria Guilherme Gomes Lund, um ex-aluno do Colégio Militar do Rio de Janeiro e estudante de Arquitetura da UFRJ. No Araguaia, transmutou-se em *Luiz* e passou a usar sua antiga prática no hipismo como um exímio tropeiro. Ao desaparecer, Lund enviou uma carta a seus pais explicando razões:

Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas atual. Não há perspectivas para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta ... Minha decisão é firme e bem pensada... No momento só há mesmo uma saída: transformar este país, é o próprio governo que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social<sup>530</sup>.

<sup>530</sup> Trecho pode ser encontrado no sítio oficial do partido PC do B, *In Vermelho.org.br*, mais precisamente no endereço a seguir: [http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id\\_noticia=180596&id\\_secao=1](http://www.pcdob.org.br/noticia.php?id_noticia=180596&id_secao=1), acessado em 22 de novembro de 2013.

Já eram 28 militantes preparando a futura guerrilha<sup>531</sup>. Coerente com o modelo revolucionário inspirado pela China, quase todos se estabeleceram na área disfarçados como pequenos comerciantes, donos de farmácias ou de armazéns. Ou professores. Isso facilitava o contato com a população local. Também foi utilizado um barco para a compra e venda de artigos junto às populações ribeirinhas do rio Araguaia. Isso permitia os tipos de levantamentos desejados, bem como a instalação de um precário sistema de Inteligência, objetivando o controle e identificação de pessoas estranhas chegadas à região.

\* \* \*

No ano de 1971, com a destruição nas cidades de uma série de organizações da luta armada, como a Aliança Nacional Libertadora, a ALN de Carlos Marighella, e a Vanguarda Popular Revolucionária, VPR de Carlos Lamarca, fechou-se ainda mais o cerco ao PC do B. A direção do partido passou a oferecer o campo como a melhor alternativa. Assim, ao longo daquele ano, nada menos que 30 militantes chegariam à região. A maior parte era formada por estudantes universitários ou profissionais liberais do Rio de Janeiro e São Paulo, quase todos jovens na faixa de 25 anos.

Do Rio de Janeiro, chegou naquele ano a turma de estudantes de Medicina e de Farmácia, nove no total. De São Paulo, chegaram mais dois membros da família Petit, o casal Jaime Petit da Silva (*Jaime*) e Regilena Carvalho (*Lena*)<sup>532</sup>. Da Bahia, chegou o casal Dinaelza Santana Coqueiro (*Maria Diná*) e Vandick Reidner Pereira Coqueiro (*João Goiano*). Do Ceará, outro casal que um ano depois protagonizaria fatos relevantes, Pedro Albuquerque Neto (*Pedro*) e Teresa Cristina Albuquerque (*Ana*).<sup>533</sup>

<sup>531</sup> Também mudaram-se para a área em 1970: Antônio Guilherme Ribeiro Ribas (*Zé Ferreira*); Ciro Flávio Salazar de Oliveira (*Flávio*), José Genoíno Neto (*Geraldo*), Glênio Fernandes de Sá (*Mário*), Antônio de Pádua Costa (*Piauí*) e João Gualberto Calatroni (*Zebão*) e Paulo Roberto Pereira Marques (*Amauri*).

<sup>532</sup> Agora, eram cinco membros da mesma família. Ressalto que os três irmãos Petit, Lúcio, Jaime e Maria Lúcia, foram mortos no Araguaia. Somente o corpo de Maria Lúcia foi encontrado; aos irmãos, continuam desaparecidos. Quanto às esposas Lúcia Regina e Regilena, por sua vez, sobreviveram.

<sup>533</sup> Também entraram para a guerrilha, em 1971, os seguintes militantes: Antônio Teodoro de Castro (*Raul*); Cilon Cunha Brum (*Simão*); Criméia Alice Schmidt Almeida (*Alice*); Danilo Carneiro (*Nilo*); Dower Moraes Cavalcanti (*Domingos*); Helenira Rezende de Souza Nazareth (*Fátima*); Helio Luiz Navarro Magalhães (*Edinho*); Idalicio Soares Aranha Filho (*Aparício*); Kleber Lemos da Silva (*Carlito*); Jana Moroni Barroso (*Cristina*); João Carlos Wisnesky (*Paulo*); José Maurílio Patrício (*Manoel*); José Toledo de Oliveira (*Vitor*); Luiz Renê Silveira e Silva (*Duda*); Luiza Augusta Garlipe (*Tuca*); Manoel

Tudo indica que outro comunista histórico, e um dos mais misteriosos, também tenha se abrigado no Araguaia naquele período. Trata-se de Francisco Manoel Chaves, militante do PCB desde a insurreição armada de 1935. Era o mais velho; já tinha mais de 60 anos quando lá chegou. Tentou adotar o codinome *Zé Francisco*; mas era chamado, respeitosamente, de *Chaves*. Para a população local, ele era o *Preto Chaves*.

No início do ano seguinte, 1972, mais quatro militantes tentaram unir-se aos companheiros. Dois deles conseguiram: Adriano Fonseca Filho (*Chicão*), o jovem dramaturgo e filósofo morador de Ipanema; e Tobias Pereira Júnior (*Josias*), estudante de Medicina da Universidade Federal Fluminense, em Niterói. Outros três seriam presos em abril de 1972, assim que chegaram à região: Rioco Kayano<sup>534</sup>, Eduardo José Monteiro Teixeira<sup>535</sup> e Dagoberto Alves Costa (*Miguel*)<sup>536</sup>. Rioco e Eduardo tiveram tempo de adentrar na mata, conhecer os companheiros e receber um codinome.

#### 4.7 – Descortinando a casa de pedras

Em suas análises sobre a narrativa histórica, Ricœur busca aproximar a história factual da estrutural. Ele então propõe ao historiador que rebaixe a pretensão explicativa e eleve a capacidade narrativa – apesar de uma boa narrativa, muitas vezes, ser explicativa. Em outras palavras, o papel mais importante do historiador, na visão do pensador, é conseguir construir uma boa trama. Afinal, a documentação e as fontes orais estão disponíveis para todos, cabendo a cada historiador entrelaçar os fatos históricos de acordo com sua

---

José Nurchis (*Gil*); Pedro Alexandrino Oliveira Filho (*Peri*); Rosalindo Cruz Souza (*Mundico*), Suely Yomiko Kaneyama (Suely); Telma Regina Cordeiro Corrêa (*Lia*); Uirassú Assis Batista (*Valdir*); e Walquíria Afonso Costa (*Val*). Também chegou à área um estudante, codinome *Jurandir*, apelido Bicho-do-Pé, até a presente data não identificado.

<sup>534</sup> Depois que caiu da prisão, casou-se com José Genoíno Neto. Estão juntos até a presente data. Os episódios da prisão de Rioco, como também do depoimento de Genoíno, serão tratado adiante.

<sup>535</sup> Irmão de Antônio Carlos Monteiro Teixeira, o Antônio da Dina

<sup>536</sup> Uma curiosidade: Dagoberto e Adriano chegaram juntos, a 18 Abr 1972, dia da prisão de José Genoíno Neto. Dagoberto foi preso dias depois, ainda em abril; Adriano, por sua vez, conseguiu entrar para o grupo guerrilheiro e lutou até dezembro de 1974. Terminaria decapitado.

visão singular dos acontecimentos, construindo cada qual uma intriga diferente – em um pensamento que segue a mesma linha de Benjamin<sup>537</sup>.

Ocorre que, para um historiador, só é possível tecer a intriga, a trama da História, a partir de informações factuais, os fatos, respostas a questões elementares como: quem, quando, o que, onde? No caso do objeto em questão, meio século depois da decisão do PC do B de deflagrar a luta revolucionária no campo, quatro décadas após o início dos conflitos armados no Araguaia, a História ainda não tem respostas para a mais elementar das questões: afinal, quem eram os guerrilheiros do Araguaia? Um dos propósitos desde trabalho é apresentar respostas a esta questão.

As identidades dos militantes políticos que se deslocaram das cidades para algum lugar das selvas amazônicas, quase todos jovens idealistas, já se conhecem quase todas. Mas não todas. Ainda há ausências, conforme detalhado abaixo. No caso dos camponeses que aderiram à proposta de luta armada – e lembro que, de acordo com a concepção maoísta de guerra revolucionária, os camponeses deveriam ser os principais protagonistas e os jovens estudantes, apoios – raras são as identidades desses homens simples que emergiram à História.

Outra indagação elementar: de que forma os guerrilheiros se organizaram como grupo? Tomando emprestada a alegoria de Aristóteles, afinal, de que forma aquelas 79 pedras que estiveram em algum momento no Araguaia se organizaram como uma casa de pedras? A partir do fim da guerrilha, em 1974, foram necessários percorrer três décadas de pesquisa até que fosse possível à História descortinar a silhueta da casa de pedras. Ou seja, tomar conhecimento das informações factuais necessárias para construir uma narrativa sobre a organização e a composição das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Afinal, por quais razões informações como essas permaneceram tanto tempo no terreno das ausências? A primeira das razões foi a necessidade de segurança dos próprios guerrilheiros. Quando entraram para a revolução, a

---

<sup>537</sup> Paul Ricœur. *Tempo e Narrativa, Vol 1*. Op. cit., pág. 242.



quase totalidade deles sequer sabia que estava indo para algum lugar das selvas amazônicas. Até mesmo o fato deles estarem no sul do Pará era um segredo. Ao partirem, eram orientados a contar as mais escalafobéticas “histórias de cobertura” – conforme o jargão daquela época – às suas famílias<sup>538</sup>.

Foi por essa razão que a maior parte das famílias dos desaparecidos políticos só ficou sabendo que seus entes restaram mortos no Araguaia a partir de 1985, quando da publicação dos resultados do projeto *Brasil: Nunca Mais*<sup>539</sup>. Em alguns casos, como o da família do guerrilheiro Antônio Guilherme Ribas, o Zé Ferreira, estudante secundarista em São Paulo, só houve a certeza de que ele estava morto em 1996, quando a Marinha entregou um relatório ao Ministério da Justiça com tal informação<sup>540</sup>.

O mistério em torno da guerrilha era tamanho que, conforme já relatado, somente seis membros da Executiva do PC do B tinha conhecimento de que estavam sendo enviados militantes ao sul do Pará com a missão de deflagrar uma futura guerra revolucionária. Nem mesmo a Executiva, por inteiro, sabia do Araguaia, e muito menos o Comitê Central do partido.

Ao chegar ao Araguaia, os guerrilheiros adotavam um novo nome, tentando deixar suas vidas antigas para trás e reconstruir suas identidades. Alguns poucos mantinham similaridades entre nomes e codinomes, como Osvaldo, ou Dinalva, que virou Dina. A quase totalidade, contudo, adotou

---

<sup>538</sup> Antônio Theodoro Castro, por exemplo, o Raul, informou aos pais e irmãos que estava se mudando para a Europa; chegou a escrever três cartas fictícias sobre seu cotidiano na Europa, cartas estas que foram postadas por alguém ligado ao partido de diferentes países, conforme já narrado. Cilon Cunha Brum, o Simão, disse apenas que estava entrando para a “resistência”; e a família imaginou que estaria na clandestinidade em São Paulo. Algumas das histórias mais representativas dessa partida encontram-se registradas no Capítulo 3, Processo Identitário.

<sup>539</sup> O projeto sistematizou as informações sobre os presos políticos contidas em 707 processos que estavam no Superior Tribunal Militar. Mitra Arquidiocesana de São Paulo. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Op. cit. Esse tema é tratado com maiores detalhes no Capítulo 2 desta pesquisa, item 2.4.

<sup>540</sup> Em 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, foi criada a Comissão de Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça com o objetivo de dar início às buscas e reparações. Foi então que o presidente determinou às três Forças Armadas que informassem à Comissão o que havia em seus arquivos secretos sobre os desaparecidos políticos, dentre eles, os do Araguaia. O relatório da Marinha foi o mais completo, aliás, o único que prestava informações de fato esclarecedoras. Dentre os novos nomes que constavam no relatório, o do guerrilheiro Guilherme Ribas, que não havia sido citado no Projeto *Brasil: Nunca Mais*. Foi então que seu irmão, Dalmo Ribeiro Ribas, veio a público revelar que só então a família ficou sabendo de seu paradeiro, conforme referência no Capítulo 2. In: Daniel Hessel Teich. “Irmão de morto pede que o PC do B abra seus arquivos – Segundo ele, é hora de virem à tona os bastidores da história, revelando detalhes dos dois lados”. Rio de Janeiro: Jornal *O Globo*, 4 de Maio de 1996.

codinomes com pouca ou nenhuma relação com as verdadeiras identidades, em muitos casos escolhidos pelos dirigentes, sem que pudessem influir na escolha<sup>541</sup>.

No cotidiano na mata, dentro dos destacamentos<sup>542</sup>, eles só se conheciam pelos codinomes, com algumas exceções, como o caso dos irmãos Piauhy Dourado, ou ainda o do núcleo de estudantes da Medicina e da Farmácia, no Rio de Janeiro. Entretanto, mesmo entre eles, era terminantemente proibido perguntar ou revelar quaisquer aspectos do passado. Questão de segurança, questão de vida ou morte. Já não eram indivíduos, João, Maria ou José, mas revolucionários, soldados das Forças Guerrilheiras<sup>543</sup>.

Ademais, não havia qualquer integração entre os membros dos três destacamentos distintos. Apenas os membros da Comissão Militar e os comandantes dos destacamentos tinham acesso às informações sobre as respectivas localidades onde os grupamentos se escondiam. Obviamente, aqueles 79 homens e mulheres que em algum momento estiveram em algum lugar das selvas amazônicas, apenas sabiam da existência de outros grupos na região, até mesmo conheciam camaradas de outros grupamentos. Mas a regra militar determinava que não se pudesse saber de detalhes<sup>544</sup>.

Caso exemplar é o dos cinco membros da família Petit, sendo três irmãos e duas esposas. O casal Lúcio Petit (Beto) e Lúcia Regina (Regina), por exemplo, foi designado para o Destacamento A da guerrilha, ao norte, perto de São Domingos. Já o casal Jaime Petit (Jaime) e Regilena Carvalho (Lena), foi designado para o Destacamento C, no sul de São Geraldo. A irmã Maria Lúcia Petit (Maria), por sua vez, chegou primeiro no Destacamento A, depois seria deslocada para o D-C. Os três irmãos morreram; as duas concunhadas

---

<sup>541</sup> Como no caso de João Carlos Wisnesky, que usava o codinome Cláudio quando militante político no Rio de Janeiro, mas que transformou-se em Paulo ao chegar no Araguaia, por decisão monocrática da dirigente Elza Monerat, de acordo com a narrativa de Wisnesky a esta pesquisa.

<sup>542</sup> Eles buscaram construir uma estrutura militar, organizando-se em Comando Militar (a direção) e dividindo o grupo em três diferentes Destacamentos guerrilheiros, D-A, D-B e D-C. Cada um desses, por sua vez, eram divididos em três Grupamentos. Detalhamento adiante, ainda neste capítulo.

<sup>543</sup> Essa detalhe da segurança é narrado pelos sobreviventes, dentre eles, José Genoíno e Micheas Gomes de Almeida.

<sup>544</sup> Micheas Almeida lembra, em narrativa oral, que uma de suas missões era fazer a interligação entre os destacamentos.

sobreviveram. De acordo com as narrativas de Regina, somente na década de 1990, a partir de leituras de livros, elas ficaram sabendo que cinco membros da família estiveram no Araguaia. Ou seja, Regina não sabia da presença do casal de cunhados Jaime e Regilena, nem da cunhada Maria Lúcia – e vice-versa.

\* \* \*

Quando os militares chegaram à região, começaram a montar o quebra-cabeça sobre os destacamentos, os grupamentos guerrilheiros. Como também sobre cada um de seus membros. Colhiam informações com os moradores sobre um senhor chamado Mário, cerca de 60 anos; ou uma jovem chamada Fátima, mulata clara. Então escreviam relatórios de inteligência com as informações que eram analisadas no CIE em Brasília.

Alguns desses relatórios chamam a atenção pelas descrições curiosas, até mesmo risíveis, como “Alice, feia, dentuça e aparentando mais idade do que tem”<sup>545</sup>. Mas até então, os militares não tinham a menor ideia de que Mário era o dirigente Maurício Grabois; Fátima era Helenira Rezende de Nazareth e Alice era a militante Criméia Alice Schimidt Almeida.

Ao longo de 1972, à medida que os guerrilheiros iam sendo presos, os militares iam extraindo informações para montar o quebra-cabeça. Ou, voltando à alegoria aristotélica, começaram a conhecer as pedras da casa de pedras. Dos nomes originais, descobriam basicamente a dos próprios prisioneiros, 14

---

<sup>545</sup> Secreto: “Relatório da Equipe da 3ª BRIG INF”, de 11 Abr 1972. Sobre esse documento, esclareço que cheguei a escrever um artigo, publicado no jornal *Folha de S. Paulo*, fazendo uso do mesmo como argumento sobre a necessidade de abrir o Arquivo Nacional aos pesquisadores. Isso porque, de acordo com o artigo, o governo da presidente Dilma Roussef vinha fazendo uso de uma “política restritiva de acesso aos documentos secretos da ditadura militar” para atender a pressões de familiares de desaparecidos políticos. “Querem antes saber se há informações incômodas aos personagens da história ou às suas famílias. Efetivam então uma conjuração prévia, selecionando os documentos que podem (e os que não podem) ser examinados por pesquisadores, historiadores ou jornalistas”, argumento no artigo. O trecho referente ao documento supracitado é o seguinte: “Nesses papéis há também mexericos -- como relatos de adultérios e suspeitas de ‘pederastia passiva’ – além de muitas curiosidades risíveis pela irrelevância. Em um relatório secreto do Centro de Informações do Exército, CIE, ainda resguardado no Arquivo Nacional, um espião militar descreve uma guerrilheira do Araguaia como *‘feia, dentuça e aparentando mais idade do que tem’*. E daí? Outros documentos só a tratam como ‘desertora’. Depois de presa, observa-se nos documentos, passa a ser tratada sem adjetivos. É esse tipo de informação que se quer resguardar para não constranger personagens e famílias? É também”. In: Hugo Studart. “Wikileaks para a ditadura: Neste momento em que se discute a criação de uma Comissão da Verdade para lembrar ou punir os atos de exceção da ditadura, somente uma política de ampla, geral e irrestrita transparência dos documentos será capaz de resgatar nossa História”. São Paulo: *Folha de São Paulo*, em 08 Jun 2011, pág 2.

no total<sup>546</sup>. Como também daqueles que iam sendo abatidos no combate. Quanto aos guerrilheiros ainda em armas na selva, só conheciam os codinomes. Mesmo no final da guerrilha, boa parte das identidades originais permanecia em sigilo.

Um exemplo dessa dificuldade de descobrir os nomes originais dos guerrilheiros consta no documento secreto “Relatório Especial de Informações nº 06”, produzido pela Agência do SNI em Marabá, datado em 15 de novembro de 1973 – um dos raros remanescentes da Terceira Campanha militar, a Operação Marajoara<sup>547</sup>. O documento informa sobre a morte dos cinco guerrilheiros até aquela data, citando-os pelo codinome<sup>548</sup>. Destaco o detalhe registrado a respeito do guerrilheiro Zé Carlos, que foi apresentado como sendo “Victor Hugo Klagsbrunn (?) – Cf político Dst A”, conforme redigido no documento.

Esse detalhe indica que até naquela data, dois anos depois de chegarem ao Araguaia – e mesmo com todo o aparato do Estado e a ação dos agentes da inteligência e da repressão política – os militares ainda não haviam descoberto a verdadeira identidade de Zé Carlos. Mesmo sendo ele o comandante do Destacamento A. Mas o ponto de interrogação também indica que eles não acreditavam na veracidade do nome que usava, Victor Hugo. Somente 40 dias depois, em fins de dezembro de 1973, quando abateram o comandante Maurício Grabois e apanharam o “Diário do Velho Mário”, os militares descobriram que Zé Carlos se chamava André Grabois e era filho de Maurício<sup>549</sup>.

---

<sup>546</sup> São eles: Criméia Alice Almeida, Dagoberto Alves Costa, Dower Moraes Cavalcanti, Danilo Carneiro, Eduardo Monteiro Teixeira, Elza Monnerat, Glênio de Sá, José Genoíno Neto, Lúcia Regina de Sousa Martins, Luzia Reis Ribeiro, Pedro Albuquerque Neto, Regilena da Silva Carvalho, Rioco Kaiano, Tereza Cristina Albuquerque.

<sup>547</sup> Oportuno lembrar mais uma vez que, em 1975, após a destruição da guerrilha, os militares promoveram a chamada “Operação Limpeza”, com o objetivo de esconder corpos e documentos remanescentes do episódio. Destruíram especialmente os documentos relativos à Operação Marajoara, na qual estão concentrados os atos de exceção. Até a presente data, somente dois documentos relativos a essa campanha vieram a público. O primeiro, encontrado pela jornalista Tais Moraes, documento este com trechos publicados em sua obra. Tais Moraes e Eumano Silva. *Operação Araguaia*. Op.cit. O outro, o documento supracitado, que pertencia ao acervo pessoal de um militar que ajudou nessa pesquisa.

<sup>548</sup> Pela ordem: Zé Carlos, Nunes, Alfredo, Zebão e Sônia.

<sup>549</sup> Grabois registra a morte de seu filho em anotação no Diário. É quando revela sua identidade, nome e sobrenome. Mas omite o fato de ser seu filho. Grabois. “Diário do Velho Mário”, op. cit.

Após o fim da guerrilha, os militares passaram a produzir relatórios de análises nos quais buscavam tecer balanços e análises a respeito da Guerrilha do Araguaia. Também compilaram informes de inteligência para tentar descobrir, afinal, exatamente quais militantes políticos estiveram no Araguaia, como se organizavam, quem pertencia a qual destacamento, enfim, informações que acreditavam serem essenciais para continuar combatendo o “inimigo” sobrevivente, agora nas cidades<sup>550</sup>.

Um deles, o “Relatório Especial 1/77”, com carimbo de Secreto, produzido pelo Centro de Informações do Exército, CIE, em janeiro de 1977, a partir de informações novas obtidas nos chamados Documentos da Lapa, lista 87 nomes de supostos guerrilheiros. Desses, nada menos que 21 deles, sabe-se no tempo do agora, não estavam entre os 79 militantes do PC do B que entre 1966 e 1972 estiveram no Araguaia. Alguns dessa lista são camponeses, como Pedro Pereira de Souza, conhecido na região por Pedro Carretel, que aderiu à guerrilha e morreu na luta. Outros podem ser camponeses que aderiram à luta, mas cujas identidades permanecem desconhecidas, como José Antônio Botelho.

Consta ainda o nome de Joaquim Silvério, que era o codinome do vice-comandante Ângelo Arroyo, que também é listado com o nome certo. Há erros veniais, como citar o dirigente do PC do B Lincoln Cordeiro Oest, que jamais esteve no Araguaia; e ainda erros crassos, como incluir Cleide Napoleão e Carlos Victor Delamonica, cidadãos sem qualquer relação com a guerrilha. O mais relevante desse documento é que, quatro anos depois de os militares chegarem ao Araguaia e dois anos depois do fim da luta, eles ainda não haviam identificado 13 dos guerrilheiros.

Em 1986, doze anos depois do fim do incidente, durante o governo de José Sarney, quando o ministro-chefe do Serviço Nacional de Informações era o general Ivan de Souza Mendes, considerado um “liberal” entre seus pares, foi decidido que deveriam tentar fazer mais uma reconstituição do grupo guerrilheiro. Assim, analistas da Agência Central do SNI, em Brasília,

---

<sup>550</sup> Em meu acervo, há exatos 141 documentos produzidos pelos militares após o fim da guerrilha..

mobilizaram-se para recolher documentos remanescentes a fim de produzir uma análise atualizada sobre a guerrilha. O resultado dessa mobilização foi a produção de um documento originalmente batizado de “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, datado de 14 de março de 1986, timbrado, carimbado e arquivado no órgão sob o protocolo ACE 54730/86<sup>551</sup>.

Esse documento apresenta a primeira relação oficial completa dos militantes do PC do B que aderiram à Guerrilha do Araguaia, tantos os mortos e desaparecidos, quanto os sobreviventes. Também apresenta a data das mortes ou prisões de cada um. De todos os chamados “documentos secretos da ditadura”, ACE 54730/86 é sem dúvida o mais relevante que até o momento emergiu à luz para as pesquisas. Pois além das informações nele contidas, informa os números de cada um dos documentos arquivados no SNI que serviram de fontes originais da compilação – uma verdadeira Pedra de Roseta.

Além da relação completa dos guerrilheiros e de suas mortes, o ACE 54730/86 também apresenta a lista dos camponeses que aderiram à luta armada e que acabaram mortos ou presos na repressão ao episódio. Quase todos os guerrilheiros estão nesse documento, com duas únicas exceções: João Carlos Wisnesky, o Paulo, e Micheas de Almeida, o Zezinho.

Wisnesky deixou a região em fins de setembro de 1973, um pouco antes dos militares chegarem para a derradeira campanha, a Operação Marajoara. Os informes militares registravam um guerrilheiro chamado Paulo. Em alguns desses informes, Paulo aparecia como supostamente justificado pelos próprios companheiros<sup>552</sup>. Ou seja, o ACE 54730/86 aponta para o fato de os militares não terem descoberto seu nome de registro original. No caso de Micheas, deixou a região em janeiro de 1974, dois meses depois do início ao cerco final do Exército. Os militares haviam registrado a presença de pelo menos cinco

---

<sup>551</sup> Em Out 2009, o então ministro da Defesa, Nelson Jobim, autorizou-me a ter acesso aos microfilmes do SNI relativos à Guerrilha do Araguaia. Isso porque, na ocasião, eu era Observador Independente, por indicação da Universidade de Brasília, no Grupo de Trabalho Tocantins (GTT) que buscava os corpos dos desaparecidos do Araguaia, conforme já relatado na Apresentação desta pesquisa. Esses microfilmes foram parcialmente organizados e encontram-se à disposição da UnB, assim como todo meu acervo pessoal, caso a direção da instituição deseje torná-los públicos a outros pesquisadores.

<sup>552</sup> “Justificação” é a expressão usada pelas esquerdas armadas brasileiras para expressar a execução dos próprios companheiros, quando acusados de supostas “traições” à causa revolucionária. Um guerrilheiro e pelo menos três camponeses foram “justificados” no Araguaia, tema que será abordado adiante.

Zequinhas entre os guerrilheiros. Decerto Micheas era um deles. Mas esse documento também mostra que sua identidade original permaneceu oculta.

Mas o que chama a atenção nesse documento é o fato de haver 39 nomes estranhos à relação dos 79 militantes do PC do B que aderiram à guerrilha. Estão incluídos nomes como o de Aigo Hudson Pyles, “preso em 1974”, ou de Carlos Alves Delamonica, “funcionário do Banco Central”, informa o documento<sup>553</sup>. Em busca simples pela internet, nada consta sobre Delamônica. Mas descobre-se que Pyles foi empregado da Companhia Agropecuária do Rio Araguaia, pertencente ao banco Bradesco, e que está vivo no tempo presente, sem registro de militância política. Ou seja, provavelmente uma prisão arbitrária, que resultou na constituição de documentos oficiais sobre ele nos arquivos do SNI.

Há outros casos que requerem atenção. O documento informa que Aluísio Nunes Ferreira, conhecido por Beto (e quase homônimo do ex-militante da ALN Aloysio Nunes Ferreira, hoje senador pelo PSDB de São Paulo), foi morto a 13 de maio de 1974; que Célia Sanches Cristie, Cristina, foi morta em 08 de fevereiro de 1974; e que João Aquino Jaime, João Goiano, foi morto a 17 de janeiro de 1974. Não há militante político algum na lista dos mortos e desaparecidos do Ministério da Justiça cujos nomes coincidam com esses – ou de outros casos similares constantes na listagem do SNI.

Havia, sim, guerrilheiros que usavam os conhecidos codinomes citados: *Beto* (Lúcio Petit), *Cristina* (Jana Moroni Barroso) e *João Goiano* (Vandick Coqueiro). Mas eles são apontados no mesmo documento com nomes conhecidos corretos, e com datas de mortes que coincidem com outros documentos militares ou relatos de camponeses. Também é difícil que naquele período houvesse, no Araguaia, camponesas com o nome de Célia Sanches Cristie. Desta forma, há a possibilidade de que os militares tenham matado, a 8 de fevereiro de 1974, alguma jovem que porventura estivesse trabalhando na região, identificada incorretamente na época como sendo guerrilheira<sup>554</sup>.

---

<sup>553</sup> No documento 1/77, aparece o mesmo Delamonica, mas sem qualquer explicação de quem poderia ser.

<sup>554</sup> Ressalve-se que o SNI não esteve diretamente envolvido na repressão à Guerrilha do Araguaia, nem enviou seus próprios agentes para a região. Assim, os analistas do SNI produziam documentos

Resta ainda a possibilidade dos analistas que consolidaram as informações sobre a guerrilha terem cometido erros nesse documento com a “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, mesmo 12 anos depois de terminada. Incluíram nessa lista, por exemplo, o nome de Victor Hugo Klagsbrunn, um ex-militante político que na época da Guerrilha do Araguaia estudava Ciência Política em Berlim – e em Berlim permanecia estudando o doutorado quando o documento foi redigido. Trata-se, aliás, do mesmo nome que consta naquele documento produzido pela Agência do SNI em Marabá, em novembro de 1973, informando que o guerrilheiro morto de nome Zé Carlos, comandante do Destacamento A, seria Victor Hugo Klagsbrunn.

Todas essas digressões sobre nomes e possíveis enganos têm por objetivo relativizar os tais “documentos secretos da ditadura”, que nos últimos anos tornaram-se verdadeiros fetiches políticos, como se fossem capazes de resolver todas as ausências de nossa história, a começar pelo paradeiro dos desaparecidos. Tem por objetivo, principalmente, ressaltar a dificuldade de se reconstituir, afinal, quem de fato participou da guerrilha. Mais ainda, quem pertencia a qual destacamento.

\* \* \*

Quanto aos 20 militantes que sobreviveram, eles vêm desvelando suas memórias nos últimos 40 anos, de forma dispersa, aqui e acolá. A partir de 1996, o PC do B começou a buscar reconstituir os acontecimentos e a editar publicações sobre o Araguaia, como já dito. A parte específica a ser relatada nesta parte da pesquisa – a reconstituição dos destacamentos guerrilheiros – em meados da década de 1990, estava parcialmente elaborada, especialmente o Destacamento C. Contudo, com muitas lacunas, sobretudo no Destacamento B, liderado por Osvaldão.

Quando publiquei a dissertação de Mestrado em livro, *A Lei da Selva*, incluí, como anexo, a relação completa dos guerrilheiros mortos e

---

secundários sobre o episódio, depois de analisar os documentos primários produzidos pelos serviços de inteligência militar.



desaparecidos, a dos guerrilheiros sobreviventes, como também uma relação de camponeses recrutados para a guerrilha<sup>555</sup>. Entre as informações, levantadas junto a militares, o destacamento ao qual pertenciam, a reconstituição das mortes (se em combate na selva ou se executados), a data provável de cada morte<sup>556</sup>. Naquela ocasião, 2005, ainda não havia emergido a público nenhum documento ou livro que contivesse uma compilação sobre os guerrilheiros em seu cotidiano na selva. Para esta pesquisa, busquei aprofundar o trabalho de reconstituição da organização guerrilheira.

Em 2007, foi lançado o compêndio *Direito à Memória e à Verdade*<sup>557</sup>, produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, contendo a relação oficial sobre os guerrilheiros mortos e desaparecidos do Araguaia. A obra *A Lei da Selva* é citada como referência em 53 verbetes, nos quais é reproduzida a maior parte das informações sobre as mortes, as datas – e também sobre os destacamentos. Contudo, organizados por nome de guerrilheiro.

Até a presente data, ainda não foi reconstituída a formação dos destacamentos guerrilheiros por inteiro, incluindo mortos e vivos. Ou, ao menos, esta reconstituição ainda não foi tornada pública. O relevante é lembrar que ainda falta juntar algumas peças desse quebra-cabeça. Quatro décadas depois do episódio, ainda não se sabe, por exemplo, a identidade do estudante que entrou para o Destacamento A da guerrilha em 1970, sob o codinome de Jurandir, e que deixou a região em fins de 1971.

Igualmente desconhecida a real dimensão da adesão dos camponeses ao movimento revolucionário. O PC do B, 40 anos depois, apresenta o nome de apenas dois camponeses mortos nos conflitos, Antônio Alfredo Lima e Pedro Carretel – mas ainda não se descobriu o nome original dele<sup>558</sup>. Também

---

<sup>555</sup> Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., págs 355 a 383.

<sup>556</sup> No caso dos destacamentos, as informações foram extraídas do “Dossiê Araguaia”. As datas de cada morte também tiveram esse documento como fonte principal. No caso da reconstituição das mortes, foram resultado, sobretudo, das minhas próprias pesquisas junto a militares, que prestaram relatos orais.

<sup>557</sup> *Direito à Memória e à Verdade*. In: Ministério da Justiça. Conforme disponível em [http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro\\_direito\\_memoria\\_verdade/livro\\_direito\\_memoria\\_verdade\\_se\\_m\\_a\\_marca.pdf](http://portal.mj.gov.br/sedh/biblioteca/livro_direito_memoria_verdade/livro_direito_memoria_verdade_se_m_a_marca.pdf), acesso em 23 de novembro de 2013.

<sup>558</sup> Se Pedro Pereira de Souza ou Pedro Matias de Oliveira.

contabiliza que 18 camponeses teriam ajudado os guerrilheiros a combater os militares.

Em minhas novas pesquisas, encontrei alguns documentos militares sobre o assunto. E com base exclusiva nesses documentos, consegui compilar o nome de 33 camponeses mortos no conflito, além de outros 46 apontados pelos próprios militares como “apoios fortes” dos guerrilheiros, a maior parte com nome, sobrenome e contextualização – tema que será tratado adiante, na parte desta pesquisa sobre a relação dos guerrilheiros com os camponeses, aqui tratados como protagonistas, resalto mais uma vez. Enfim, há muitas pedras a procurar para que seja possível relatar e analisar, afinal, como era aquela casa de pedras que foi construída em algum lugar do Araguaia.

#### 4.8 – Organização das Forças Guerrilheiras

Ao longo de toda sua vida, Hannah Arendt procurou caminhos para a compreensão do homem em sua dimensão política. Buscou compreender homem-político desde as análises para *Origens do Totalitarismo*<sup>559</sup>, até suas derradeiras obras, na década de 1970, quando tentou dissecar as *Crises da República*<sup>560</sup>. Ela não fala em sonhos, como seu amigo Benjamin, mas tenta dar uma explicação sobre o que move a experiência política é a ação conjunta. Ou seja, se determinado indivíduo tem vida coletiva, já existe uma predisposição para o exercício da vida política. A política, para Arendt, é essa ação coletiva, a luta permanente do homem pela emancipação política.

É na política, segundo Arendt, que experimentamos o prazer de aparecer de forma única e singular uns para os outros em ações e palavras dentro do âmbito público. Em *O que é Política?*<sup>561</sup>, texto originalmente publicado em 1950, o questionamento foi levantado e registrado por Arendt, sem, contudo, ter uma resposta isolada, dissociada da liberdade:

---

<sup>559</sup> Hannah Arendt. *Origens do Totalitarismo*. *Op. cit.*

<sup>560</sup> Arendt. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

<sup>561</sup> Obra póstuma, elaborada a partir da reunião, por Ursula Ludz, de textos e fragmentos da pensadora. Hannah Arendt. *O que é política?* Org. Ursula Ludz. Trad.: Reinaldo Guarany – 10ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

A política baseia-se na pluralidade dos homens. Deus criou o homem, os homens são um produto humano mundano, e produto da natureza humana. A filosofia e a teologia sempre se ocupam **do** homem, e todas as suas afirmações seriam corretas mesmo se houvesse apenas um homem, ou apenas dois homens, ou apenas homens idênticos. Por isso, não encontraram nenhuma resposta filosoficamente válida para a pergunta: o que é política?<sup>562</sup>

Em complemento, Arendt fecha o questionamento asseverando que:

(...) A pergunta sobre os princípios do agir já não impressiona mais nosso pensamento sobre política, desde que silenciada a pergunta sobre as formas de Estado e sobre as melhores de todas as formas do convívio humano<sup>563</sup>.

O pluralismo político – ou a pluralidade – foi um dos conceitos básicos da filósofa, onde política e liberdade seriam manifestações naturais, onde política seria uma força própria, autêntica, não apenas garantia de direitos. Nesse sentido, a política não é o que garante nossa liberdade, mas é ela mesma, de acordo com a pensadora, uma experiência de liberdade. Em estudos sobre o sentido da política, escreveu: “*A liberdade só existe no singular espaço intermediário da política*”<sup>564</sup>.

Uma das grandes contribuições de Arendt foi ter mostrado que os horrores do Século XX não foram resultado de um excesso de política. Ao contrário. Segundo ela, os regimes totalitários, como o nazismo e o comunismo, esvaziaram o exercício da liberdade, que é o sentido essencial da política. Banida a liberdade, o estado desmantela-se em sua essência, sendo aquela o sustentáculo da humanidade.

Quando Arendt questiona se “Tem a Política ainda algum sentido?”<sup>565</sup>, a pensadora fala em calamidade lançada sobre a humanidade quando guerras

---

<sup>562</sup> *Idem*, pág. 21.

<sup>563</sup> *Idem*, pág. 131

<sup>564</sup> Cfr. Arendt, In: Hannah Arendt, *A Promessa da Política*. Trad. Pedro Jorgensen Jr. Rio de Janeiro: Difel, 2008, pág. 147.

<sup>565</sup> Trata-se do título do fragmento 3d. In: Arendt. *O que é política?*, op. cit., pág. 124.

catastróficas assolaram o mundo, analisando o mundo da ação, onde relações humanas estão cada vez mais vorazes, com destaques para as ações que a mesma cunha como o agir político dissociado do agir violento<sup>566</sup>. Em suma, para Arendt, o ser humano não pode ser pensado fora do seu estatuto político. Pois é na ação conjunta que o homem se realiza. Em outras palavras, toda ação humana é política e, por silogismo, todo homem, enquanto indivíduo é um ser político. Tomemos o caso do Araguaia.

\* \* \*

Desde 1966, o PC do B vinha adquirindo glebas de terras na região, espalhadas por diversos locais para servirem, no futuro, de postos de apoio onde os guerrilheiros passariam a viver com fachada legal. Em 1970, quando a Executiva Nacional do partido decidiu ativar a estrutura militar na área, o grupo já possuía pontos de apoio suficientes para abrigar pelo menos uma centena de futuros guerrilheiros.

A maior terra ficava na região dos Caianos, ao sul de São Geraldo, fazenda adquirida por pelo militante político Paulo Mendes Rodrigues. Seu disfarce era esse, o de fazendeiro gaúcho, que traria trabalhadores do sul, logo chamados pelos moradores da região de “paulistas”. Havia também terras ao centro, adquiridas por Osvaldo, e mais ao norte, na região da Faveira, perto de São Domingos das Latas.

Para efeito de organização interna, foram divididos em quatro grupos distintos. O Regulamento Militar das Forças Guerrilheiras<sup>567</sup> definia a estrutura do grupo, pelo menos para a fase inicial das operações. Essa estrutura era composta de uma Comissão Militar, sem constituição definida, designada pelo Birô Político da região de guerrilha, e a ele subordinado<sup>568</sup>. Ou seja, os comissários do povo que compunham o Birô Político mandavam na Comissão Militar, exatamente como na União Soviética de Lenin e depois de Stalin.

---

<sup>566</sup> Op. cit., pág. 129.

<sup>567</sup> Esclareço que possuo este documento em meu acervo.

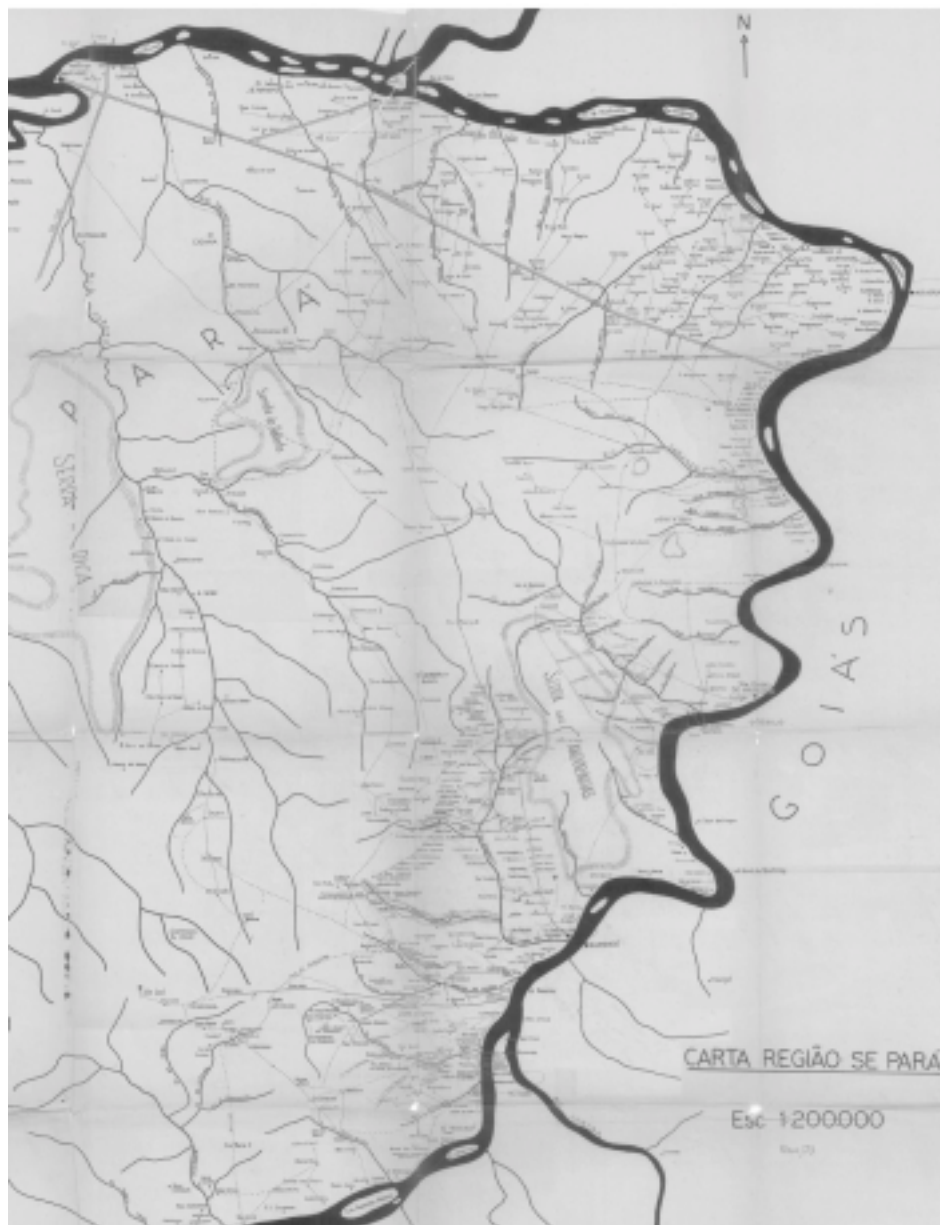
<sup>568</sup> Fonte: Documento “Regulamento Militar das Forças Guerrilheiras”

E, subordinada à Comissão Militar, três destacamentos guerrilheiros, D-A, D-B e D-C, cada um com missões dentro de uma determinada área de operações<sup>569</sup>. De acordo com o Regulamento Militar, o destacamento correspondia a uma unidade de combate das Forças Guerrilheiras. Estruturava-se com um comandante militar, um vice-comandante (que exercia a função de comissário político, ou seja, representante formal do partido junto ao grupo) e três grupamentos, cada um com de sete guerrilheiros, em média, que dispunham de relativa autonomia. O grupamento constituía a unidade militar de base das Forças Guerrilheiras. Era composto por um chefe, um substituto eventual e cinco combatentes, sete no total.

As células leninistas das organizações urbanas também tinham entre cinco e sete membros cada, em média, e se interligavam umas às outras segundo rígidos critérios de segurança. Mas eram grupos essencialmente políticos. No caso da luta armada no Araguaia, os grupos guerrilheiros eram células militares, “grupamentos”, como se autodenominavam – a mesma nomenclatura utilizada pelo Exército para designar as menores unidades armadas – e que seguiam um “Regulamento Militar”. Enfim, ao entrarem para os grupamentos, seus membros deixavam de ser militantes políticos e adquiriam uma nova identidade, agora dentro de um grupo: a de soldados da revolução, de guerrilheiros.

---

<sup>569</sup> Idem.



*Mapa cartográfico militar detalhando da área de atuação dos guerrilheiros*

Em princípio, não era previsto um número fixo de destacamentos, que aumentariam ou diminuiriam de conformidade com o desenvolvimento da luta. Dos 78 militantes que passaram pelos destacamentos, 13 deles tinham passado pelo treinamento militar na China<sup>570</sup>, 16% do total. Cada destacamento tinha 22 guerrilheiros, em média, e cada grupamento, entre seis

<sup>570</sup> São eles: André Grabois; Ângelo Arroyo, Arildo Valadão; Daniel Ribeiro Callado; Divino Ferreira de Souza; Elza de Lima Monerat; Líbero Giancarlo Castiglia; João Carlos Haas Sobrinho; José Huberto Bronc; Manoel José Nurchis; Micheas Gomes de Almeida; Miguel Pereira dos Santos; José Lima Piauhy Dourado; Osvaldo Orlando Costa.

e oito. A partir de então, não houve mais entradas para reforçar as forças guerrilheiras.

Por conta dos poucos quadros presentes naquele início de movimento revolucionário, **Birô Político** e Comissão Militar fazendo uso comum de alguns de seus membros. Para o Birô, estavam ungidos João Amazonas, Maurício Grabois e Elza Monerat. Como Elza tinha por missão entrar na região com os novos guerrilheiros, na prática, os comissários Amazonas e Grabois – doravante chamados por seus codinomes Cid e Mário, ou Velho Mário – revezavam-se como dirigentes políticos máximos na região.



*As Forças Guerrilheiras deveriam ser comandadas por um triunvirato, com Cid (Amazonas), Mário (Grabois) e Joaquim (Arroyo). Contudo, Cid foi a São Paulo e não voltou.*

Cid e Velho Mário também comandavam a Comissão Militar, em igualdade hierárquica. Junto, formando uma espécie triunvirato – ou melhor, *troika*, um “coletivo”, conforme a nomenclatura da ocasião<sup>571</sup> – o dirigente partidário Ângelo Arroyo, doravante Joaquim, egresso do PCB e, desde a fundação do PC do B, membro da Executiva Nacional. Em 1970, além do “coletivo” formado pelos comandantes Cid, Mário e Joaquim, um quarto elemento seria chamado ao seletivo grupo, João Carlos Haas Sobrinho,

<sup>571</sup> A *troika* soviética que sucedeu Lenin, da qual Stalin fazia parte, era chamada oficialmente de “direção coletiva”. Depois da morte de Stalin, subiu ao poder outra “direção coletiva”, da qual Krushev fazia parte. Quando fundado, em 1962, o PC do B também era dirigido um uma *troika*, chamada oficialmente de “direção coletiva”, ou simplesmente “coletivo”, integrada por Pedro Pomar, João Amazonas e Maurício Grabois, conforme já exposto no Capítulo 3. No Araguaia, o conceito político do triunvirato romano foi reproduzido, obviamente com o nome soviético, *troika*, e o dialeto comunista, “coletivo”.

doravante Juca. Era o único militante de “base” do coletivo, ou seja, que jamais pertencera à direção partidária.

Quando os militares chegaram, em abril de 1972, João Amazonas estava em São Paulo, segundo registra Velho Mário em seu diário. Havia ido a uma reunião da direção do partido. Elza Monerat, por sua vez, estava chegando a Marabá, levando uma nova militante para a guerrilha, Rioco Kayano<sup>572</sup>. Ao avistar os militares, retornou imediatamente para São Paulo a fim de alertar Amazonas. Nenhum dos dois retornaria ao Araguaia; permaneceriam até o final dos conflitos na clandestinidade em São Paulo<sup>573</sup>. Foi assim que Maurício Grabois ficaria sozinho no Birô Político.

\* \* \*

Quanto à **Comissão Militar**, Grabois, sob o codinome de Sr. Mário ou Velho Mário, passaria a ocupar o cargo de comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, FOGUERA. O dirigente Ângelo Arroyo, por sua vez, passaria a ser o vice-comandante Joaquim.

Também foram convocados para se juntar a Velho Mário, Joaquim e Dr. Juca mais dois guerrilheiros, estes, na honrosa posição de Guarda da Comissão Militar: Gilberto Olímpio Maria, o Pedro Gil, genro de Grabois; e o italiano Líbero Giancarlo Castiglia, o Joca, que desde a adolescência frequentava a casa de Grabois na condição de melhor amigo de seu filho André. Frequentava o grupo, vivendo com eles a maior parte do tempo, contudo sem a ele pertencer formalmente, o militante Micheas Almeida, o Zezinho. Formalmente, Zezinho era membro do Destacamento B<sup>574</sup>.

---

<sup>572</sup> Deixada por Elza numa pensão, acabou presa pelos militares. Por essa razão optei por não incluí-la no grupo guerrilheiro. Foi levada para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC) em Brasília, onde reencontrou um camarada militante do partido em São Paulo, José Genoíno Neto. Casaram-se depois de saírem da prisão; estão casados até hoje.

<sup>573</sup> Elza teria interceptado Amazonas na Rodoviária de Anápolis, segundo relatou anos mais tarde à direção do partido.

<sup>574</sup> As diferentes composições da Comissão Militar são fruto desta pesquisa, com base na compilação de informações dispersas, que vieram sendo descortinadas ao longo de quatro décadas. As primeiras informações apareceram no *Relatório Arroyo*, de Ângelo Arroyo, escrito em 1976. A partir da Anistia, em 1976, os sobreviventes também começaram a desvelar suas memórias a jornalistas. Ao longo da década de 1990, novas informações apareceram por meio de reportagens na imprensa, publicadas a partir de documentos secretos das Forças Armadas, em especial o acervo do general Antônio Bandeira, que ficou conhecido por Baú do Bandeira. Micheas Almeida colocou novas peças no quebra-cabeças em 2002, quando concede sua primeira grande entrevista à imprensa revelando parte de suas lembranças. In:



Desse grupo de comando, com nove membros, Birô Político e Comissão Militar somados, seis deles estiveram em treinamento de guerra de guerrilhas na Academia de Pequim: Elza, Arroyo, Haas, Castiglia, Dourado e Micheas. Grabois, por sua vez, 35 anos antes fora cadete do Exército. Amazonas vinha sendo político orgânico pelo mesmo período. Gilberto também era político orgânico.

Antes da chegada dos militares, em abril de 1972, Birô Político e Comissão Militar não viviam como grupo, mas seus membros estavam dispersos nos três diferentes destacamentos guerrilheiros. A partir da chegada dos militares, deixaram seus respectivos grupos e formaram um quarto grupo, o da Comissão Militar, que montaria base de comando em uma área ao sul da rodovia Transamazônica, entre as localidades de São Domingos e Palestina, próxima ao rio Gameleira e encostada na reserva Sororó, dos índios Suruís<sup>575</sup>.

Era uma área de difícil acesso, no meio da floresta espessa. Se bem que, “naquele tempo, a floresta era contínua; ia do norte da Serra das Andorinhas, passava pela terra dos índios, chegava a Santa Cruz e Palestina, e ainda crescia ao norte até São Domingos”, descreve o morador Pedro Monteiro Liá, que por mais de dois anos forneceu mantimentos à Comissão Militar<sup>576</sup>.

A Comissão Militar recebeu ordens do Birô Político para cumprir basicamente três missões. A primeira, estudar os hábitos e costumes dos moradores da região a fim de orientar os demais guerrilheiros sobre como buscar uma efetiva integração com os moradores locais. A segunda missão era a de organizar o treinamento físico e militar dos destacamentos. Ou seja, ensina-los a atirar, técnicas de sobrevivência na selva, e táticas de guerrilha – emboscadas, fustigamentos e fuga. Por fim, efetivar trabalhos políticos junto aos guerrilheiros através de leituras e discussões elaborados pelo Partido. Mas só junto aos guerrilheiros; aos locais, ainda não.

---

Euler Belém e Helvécio Cardoso. “Depoimento de Zezinho: Kafka ataca no Araguaia “. Goiânia: Jornal A Opção, 98 Abr 2002. Por fim, levei em conta narrativas orais a esta pesquisa de camponeses que conviveram com a Comissão Militar, como Porfirio Vaz Azevedo.

<sup>575</sup> Idem.

<sup>576</sup> Depois da chegada dos militares, Pedro Liá passou a servir como guia do Exército. Depoimento em 10 Ago 2012.

Ao longo dos três anos de luta, a Comissão Militar sofreria apenas duas alterações. Em fevereiro de 1973, Paulo Mendes Rodrigues, o Paulo, até então comandante do Destacamento C, foi deslocado para integrar a Guarda da Comissão Militar. Pedro Gil, por sua vez, foi deslocado para seu lugar no D-C<sup>577</sup>. A razão: Pedro Gil, até então genro do comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, passou a viver maritalmente com a guerrilheira Dinalva Conceição Teixeira, a Dina – então casada com Antônio Carlos Teixeira, o Antônio da Dina<sup>578</sup>. A segunda alteração ocorreria em outubro de 1973, quando o comandante Joaquim deixou a Comissão Militar para assumir o comando do Destacamento A<sup>579</sup>, em decorrência da morte do então comandante do D-A, André Grabois, o Zé Carlos.

\* \* \*

O **Destacamento A** das Forças Guerrilheiras ficava ao norte, um pouco acima da base da Comissão Militar, nas proximidades da vila de São Domingos. Seu primeiro comandante foi o italiano Líbero Giancarlo Castiglia, o Joca. No início de 1972, um pouco antes da chegada dos militares, Joca foi promovido à Guarda da Comissão Militar e André Grabois, o Zé Carlos, foi nomeado comandante do D-A. Tinha 23 anos quando se tornou comandante guerrilheiro. O vice-comandante era Antônio Pádua Costa, o Piauí.

A localidade de Chega-com-Jeito era a base central do Destacamento A. Ficava perto da gleba da família do camponês José Morais Silva, o Zé da Onça<sup>580</sup>. Adolescente, ele vivia entre os guerrilheiros. Ele guarda em suas lembranças os nomes (em verdade, codinomes) de cada um deles. Moravam em Chega-com-Jeito, permanentemente, entre oito e cinco guerrilheiros. Zé da Onça cita cada um, pela ordem de suas reminiscências:

---

<sup>577</sup> “Dossiê Araguaia”, op. cit.

<sup>578</sup> Ele era casado com Vitória Grabois, com quem tinha um filho, Igor. A separação de corpos já havia ocorrido em 1967, quando Gilberto seguiu com o sogro para Porto Franco. Quando apaixonou-se por Dina, ele então enviou uma carta à mulher desfazendo de vez o casamento. Relatou claramente a razão. O relacionamento entre Dina e Gil será narrado no próximo capítulo.

<sup>579</sup> André Grabois faleceu em 14 de outubro, junto com outros três companheiros, em combate na mata com um grupo comandado pelo major Lício Augusto Maciel. Detalhes adiante, no Capítulo 4.

<sup>580</sup> Zé da Onça chegou com a família em Chega-com-Jeito em 1970. Tinha então 14 anos. Em 1996 filiou-se ao PC do B, diretório municipal de São Domingos. Em 2009, quando prestou sua narrativa oral, era o presidente da Associação dos Torturados do Araguaia.

“Sônia, Fátima, Rosinha, Alice, Zé Carlos, Piauí, Nunes, Orlandinho, Juca, que era médico, e Beto”<sup>581</sup>.

Nas bases de apoio, os chamados grupamentos guerrilheiros, em geral ficavam cinco guerrilheiros, segundo as lembranças de Zé da Onça. Mas não permaneciam estáticos ao longo da semana na mesma casa, mas rodavam entre os diferentes grupamentos.

Esclareço que optei por incluir nas relações abaixo somente os militantes do PC do B que chegaram ao Araguaia. Os camponeses recrutados na região serão tratados em separado, adiante. Assim, integraram o Destacamento A os seguintes guerrilheiros, abaixo listados segundo os nomes pelos quais eram conhecidos no Araguaia<sup>582</sup>:

**Alice** (Criméia Alice de Almeida), nascida em 1945, em Santos, SP, era estudante de Enfermagem no Rio de Janeiro.

**Antônio Alfaiate** (Antônio Ferreira Pinto), nascido em 1932, em Lagoa dos Patos, BA, era alfaiate no Rio de Janeiro.

**Beto** (Lúcio Petit da Silva), nascido em 1943, em Piratininga, SP, trabalhava como engenheiro elétrico, em Campinas, SP. Casado com a guerrilheira Regina.

**Cristina** (Jana Moroni Barroso), nascida em 1948, em Fortaleza, CE, era estudante de Biologia no Rio de Janeiro.

**Duda** (Luiz Renê Silveira e Silva), nascido em 1951, no Rio de Janeiro, RJ, estudante de Medicina no Rio de Janeiro.

**Edinho** (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), nascido em 1949, no Rio de Janeiro, RJ, era estudante de Química no Rio de Janeiro.

<sup>581</sup> Respectivamente: Lúcia Maria de Souza (Sônia), Helenira Rezende de Souza (Fátima), Maria Célia Corrêa (Rosinha), Criméia Alice Almeida (Alice), André Grabois (Zé Carlos), Antônio Pádua Costa (Piauí), Orlando Momento (Orlandinho, ou Landin) e João Carlos Haas Sobrinho (Juca). Depoimento oral em 23 Jun 2009.

<sup>582</sup> A compilação sobre a composição dos três diferentes destacamentos guerrilheiros, é são frutos desta pesquisa. Quanto aos mini-perfis dos guerrilheiros, esclareço que busquei-os basicamente de duas maneiras. Os mortos e desaparecidos, usei como fonte básica o compêndio: Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007. Quanto aos sobreviventes, foram frutos de entrevistas orais.

**Fátima, ou Preta** (Helenira Rezende de Souza Nazareth), nascida em 1944, em Amparo, SP, era estudante de Letras em São Paulo.

**João Araguaia** (Demerval da Silva Pereira), nascido em 1945, em Salvador (BA), era estudante de Direito em Salvador.

**Joca** (Líbero Giancarlo Castiglia), nascido em 1944, em San Lucido, Itália, era operário metalúrgico no Rio de Janeiro. Coursou a Academia Militar de Pequim. Foi o primeiro comandante do destacamento. Com a chegada dos militares, seria convocado à Guarda da Comissão Militar.

**Jurandir, ou Bicho-do-Pé** (identidade desconhecida), estudante no Rio de Janeiro.

**Maria, Tia** (Elza Monerat), nascida em 1913, em Bom Jardim, RJ, fora militante orgânica do PCB e fundadora do PC do B. Única mulher a fazer treinamento militar na China. Era do triunvirato do Birô Político, ao lado de Maurício Grabois e João Amazonas. Com a chegada dos militares, deixou a região e não retornou mais para a guerrilha.

**Mário, Velho** (Maurício Grabois), nascido em 1912, em Salvador, BA, fora aspirante a oficial do Exército, militante orgânico do PCB, deputado federal Constituinte em 1946 e fundador do PC do B. Fazia parte do triunvirato do Birô Político e, ao mesmo tempo, da Comissão Militar. Com a chegada dos militares e a saída da região dos camaradas Joao Amazonas e Elza Monerat, passa a ser o único comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia, passando a viver em um local separado do Destacamento A, junto com os demais membros da Comissão Militar.

**Regina** (Lúcia Regina de Souza Martins), nascida em São Paulo, SP, era formada em Obstetrícia, pela USP. Casada com o guerrilheiro Beto.

**Nelito** (Nelson Lima Piauhy Dourado), nascido em 1941, em Jacobina, BA, era funcionário da Petrobrás em Salvador. Esteve na Academia Militar de Pequim. Era o chefe do Grupamento 2 do Destacamento A, que ficava perto de São Domingos das Latas.

**Landim** (Orlando Momente), nascido em 1933, em Rio Claro, SP, era operário em São Paulo.

**Lauro** (Custódio Saraiva Neto), nascido em 1952, em Fortaleza, CE, era estudante secundarista em Fortaleza.

**Luiz** (Guilherme Gomes Lund), nascido em 1947, no Rio de Janeiro, RJ, era estudante de Arquitetura no Rio.

**Mané** (Rodolfo Carvalho Troiano), nascido em 1950, em Juiz de Fora, MG, era estudante secundarista.

**Nilo** (Danilo Carneiro), nascido em Vitória, ES, era estudante secundarista.

**Nunes** (Divino Ferreira de Souza), nascido em 1942, em Caldas Novas, GO, era comerciante e agricultor em Goiânia. Coursou a Academia de Pequim.

**Paulo** (João Carlos Wisnesky), nascido em 1943, em Paquetá, RJ, era estudante de Medicina no Rio de Janeiro.

**Piauí** (Antônio Pádua Costa), nascido em 1943, em Luís Corrêa, PI, era estudante de Astronomia no Rio de Janeiro.

**Rosa** (Maria Célia Corrêa), nascida em 1945, no Rio de Janeiro, RJ, era bancária e estudante de Ciências *Sociais*.

**Sônia** (Lucia Maria de Souza), nascida em 1944, em São Gonçalo, RJ, era estudante de Medicina no Rio de Janeiro.

**Valdir** (Uirassu de Assis Batista), nascido em 1952, em Itapicuru, BA, era estudante de Enfermagem em Salvador.

**Zebão** (João Gualberto Calatroni), nascido em 1951, em Nova Venécia, ES, era técnico em Contabilidade em Vitória.

**Zé Carlos** (André Grabois), nascido em 1946, no Rio de Janeiro, RJ, era militante político orgânico. Esteve em treinamento na Academia Militar de Pequim.

Por cerca de três anos, o Destacamento A permaneceria com essa formação. Em fevereiro de 1973, dois guerrilheiros, Lauro e Luiz, seriam deslocados para reforçar o Destacamento C, que sofrera muitas baixas ao longo de 1972.

\* \* \*

Ao centro, ao pé da Serra dos Martírios – mais tarde rebatizada Andorinhas – e tendo as cidades de Palestina e de Brejo Grande como referências, formou-se o **Destacamento B**, sob a liderança e o comando de Osvaldo Orlando Costa, doravante Osvaldão. Seu primeiro vice-comandante foi o gaúcho José Huberto Bronca, Zeca para os guerrilheiros, Zé Fogoió para a população local. Ambos, Osvaldão e Fogoió, haviam cursado a Academia Militar de Pequim.

**Amauri** (Paulo Roberto Pereira Marques), nascido em 1949 em Pains, MG, era bancário em Belo Horizonte. Foi comandante do Grupamento da Gameleira.

**Aparício** (Idalísio Soares Aranha Filho), nascido em 1941, em Rubim, MG, era estudante de Psicologia em Belo Horizonte. Casado com a guerrilheira Val.

**Chica** (Suely Yumiko Kaneyama), nascida em 1940, em Coronel Macedo, SP, era estudante de Letras em São Paulo, com licenciatura em português e alemão.

**Cid** (João Amazonas), nascido em 1912, em Belém, PA, era militante orgânico do PCB e fundador do PC do B. Membro do triunvirato do Birô Político, ao lado de Maurício Grabois e Elza Monerat. Estava em São Paulo quando os militares descobriram a guerrilha, não retornando mais ao Araguaia.

**Ferreira** (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas), nascido em 1946, em São Paulo, SP, era estudante secundarista em São Paulo.

**Flávio** (Ciro Flávio Salazar de Oliveira), nascido em 1943, em Araguaia, MG, era estudante de Arquitetura no Rio de Janeiro.

**Geraldo** (José Genuíno Neto)<sup>583</sup>, nascido em 1946, em Quixeramobim, CE, presidiu o Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal do Ceará, foi operador de computadores da IBM, em Fortaleza, e depois militante orgânico do PC do B em São Paulo. Foi o primeiro comandante do Grupamento da Gameleira, posto assumido por Amauri em abril de 1972, quando ele foi preso.

**Gil** (Manoel José Nurchis), nascido em 1940, em São Paulo, SP, era operário. Esteve em treinamento na Academia Militar de Pequim.

**João Goiano** (Vandick Reidner Pereira Coqueiro), nascido em 1947, em Boa Nova, BA, era estudante de Economia e professor de História de cursinho em Salvador. Era casado com a guerrilheira Maria Diná.

**Lia** (Telma Regina Cordeiro Corrêa), nascida em 1947, no Rio de Janeiro, era estudante de Geografia no Rio. Era casada com o guerrilheiro Lourival.

**Lourival** (Elmo Corrêa), nascido em 1946, no Rio de Janeiro, RJ, era estudante de Medicina no Rio. Era casado com a guerrilheira Lia.

**Manoel do B** (José Maurílio Patrício), nascido em 1944, em Santa Tereza, ES, era estudante de Educação em Vitória.

**Maria Diná** (Dinaelza Santana Coqueiro), nascida em 1945, em Vitória da Conquista, BA, era estudante de Geografia e trabalhava como funcionária da Transbrasil em Salvador. Casada com o guerrilheiro João Goiano.

**Mário** (Glênio Fernandes de Sá), nascido em 1950 em Caraúbas, PB, era estudante de Geologia em Natal.

**Osvaldão** (Oswaldo Orlando Costa), nascido em 1938, em Passa Quatro, MG, fora metalúrgico em São Paulo, tenente do Exército no Rio e estudante de Engenharia de Minas na Tchecoslováquia. Coursou a Academia Militar de Pequim. Era militante orgânico do partido.

---

<sup>583</sup> Naquele tempo, seu nome era grafado assim, Genuíno, com *U*, de acordo com seu registro de nascimento.

**Peri** (Pedro Alexandrino Oliveira Filho), nascido em 1947, em Belo Horizonte, MG, era bancário e estudante universitário. Participava do movimento estudantil em São Paulo.

**Raul** (Antônio Theodoro de Castro), nascido em 1945, em Itapipoca, CE, era estudante de Bioquímica e Farmácia no Rio de Janeiro. Abriu uma farmácia em Brejo Grande.

**Simão** (Cilon Cunha Brum), nascido em 1946, em São Sepé, RS, era estudante de Economia em São Paulo e trabalhava como publicitário. Foi o primeiro vice-comandante e comissário político do destacamento.

**Tuca** (Luiza Augusta Garlipe), nascida em 1941, em Araraquara, SP, era enfermeira em São Paulo.

**Val** (Walquíria Afonso Costa), nascida em 1947, em Uberaba, MG, era professora primária e estudante de Pedagogia em Belo Horizonte. Casada com o guerrilheiro Aparício.

**Zé Ivo** (José Lima Piauhy Dourado), nascido em 1946, em Barreiras, BA, era estudante da Escola Técnica Federal, em Salvador.

**Zeca, ou Zé Fogoió** (José Huberto Bronca), nascido em 1934, em Porto Alegre, RS, era mecânico de manutenção dos aviões da Varig. Em março de 1973, foi designado vice-comandante do destacamento. Esteve em treinamento em Pequim.

**Zezinho** (Micheas Gomes de Almeida), nascido em Bragança, Belém, PA, trabalhou como operário da construção civil e, depois, passou a ser militante orgânico do partido em Goiânia. Também foi ungido com a passagem pela Academia Militar de Pequim.

\* \* \*

Ao sul da cidade de São Geraldo, foi instalado o **Destacamento C**, sob o comando do economista gaúcho Paulo Mendes Rodrigues, o Paulo. Militante do PCB e fundador do PC do B, ele chegou à região de Caianos em 1969, aos 38 anos. Comprou terras para formar uma fazenda. Claro, introspectivo,



bigodes finos, vocabulário rico e educado no trato pessoal, segundo as lembranças dos camponeses que o conheceram, em muito pouco tempo passaria a ser chamado pelos moradores da região de Dr. Paulo. Aos poucos, foram chegando militantes do partido à fazenda.

A história de cobertura era a de que seriam seus empregados. Ninguém acreditou muito. Eram chamados genericamente de “paulistas”. José Toledo de Oliveira, o Vitor, foi designado vice-comandante do destacamento. Na prática, contudo, em pouco tempo aquele grupo passaria a ser organizado pela baiana Dinalva Conceição Teixeira, a Dina. Eis, abaixo, a relação de seus integrantes.

**Amaro** (Francisco Amaro Lins), nascido no Rio de Janeiro, era operário no Rio de Janeiro. Deixou a guerrilha em fins de 1971 para se casar com uma jovem local, passando a servir, de comum acordo, como apoio do grupo.

**Ana** (Teresa Cristina de Albuquerque, foto de 2012), nascida em Fortaleza, CE, era estudante de Sociologia em Fortaleza. Casada com o guerrilheiro Jesuíno.

**Antônio, ou Antônio da Dina** (Antônio Carlos Monteiro Teixeira), nascido em 1944, em Ilhéus, BA, formado em Geologia, trabalhava como geólogo no Rio de Janeiro. Chegou casado com a guerrilheira Dina.

**Ari** (Arildo Valadão), nascido em 1948, em Itaiçara, ES, era estudante de Física em Vitória. Fez treinamento militar em Pequim. Casado com a guerrilheira Áurea.

**Áurea** (Áurea Eliza Pereira), nascida em 1950, em Monte Belo, MG, era estudante de Física em Vitória. Casada com o guerrilheiro Ari.

**Carlito** (Kleber Lemos da Silva), nascido em 1942, no Rio de Janeiro, RJ, trabalhava como sociólogo no Rio.

**Cazuza (Miguel Pereira dos Santos)**, nascido em 1942, em Recife, PE, trabalhava como bancário em Recife até ser convocado para o treinamento militar na China.

**Chicão, ou Queixada (Adriano Fonseca Fernandes Filho)**, nascido em 1945, em Ponte Nova, MG, era estudante de Filosofia e de teatro no Rio de Janeiro.

**Daniel**, ou Doca (Daniel Ribeiro Callado), nascido em 1940, em São Gonçalo, RJ, foi sargento da Marinha. Depois trabalhou como funcionário de um estaleiro no Rio de Janeiro. Até ser chamado ao treinamento militar na China.

**Dina** (Dinalva Oliveira Teixeira), nascida em 1945, em Castro Alves, BA, trabalhava como geóloga no Ministério das Minas e Energia no Rio de Janeiro. Chegou casada com o guerrilheiro Antônio da Dina.

**Domingos** (Dower Moraes Cavalcanti), nascido em Fortaleza, CE, era estudante de Medicina em Fortaleza.

**Jaime** (Jaime Petit da Silva), nascido em 1945 em Iacanga, SP, era estudante de Engenharia Elétrica e professor de Matemática e de Física em Itajubá, MG. Casado com a guerrilheira Lena.

**Joaquim** (Ângelo Arroyo), nascido em 1928, em São Paulo, foi operário metalúrgico até se tornar dirigente orgânico do PCB. Fundador e membro da Executiva do PC do B, fez treinamento militar na China. Era membro da Comissão Militar e vice-comandante das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

**Jorge** (Bergson Gurjão de Farias), nascido em 1947, em Fortaleza, CE, era estudante de Química em Fortaleza.

**Josias** (Tobias Pereira Junior), nascido em 1949, no Rio de Janeiro, RJ, era estudante de Medicina em Niterói.

**Lena** (Regilena da Silva Carvalho, foto de 1995), nascida em 1947, em Pedralva, MG, era estudante em Itajubá. Casada com o guerrilheiro Jaime.

**Maria** (Maria Lucia Petit da Silva), nascida em 1950, em Agudos, SP, era professora primária em uma escola pública em São Paulo.

**Lúcia** (Luzia Reis Ribeiro), em 1949 em Jequié, BA, era estudante de Ciências Sociais em Salvador.

**Jesuíno** (Pedro Albuquerque Neto, foto da década de 2000), nascido em Fortaleza, CE, era estudante de Direito em Fortaleza. Casado com a guerrilheira Ana.

**Juca** (João Carlos Haas Sobrinho), nascido em 1941, em São Leopoldo, RS, trabalhou como médico em Porto Alegre e no Rio de Janeiro até ser convocado para o treinamento na Academia Militar de Pequim. Foi dos primeiros a chegar ao Araguaia. Quando teve início a luta armada, foi promovido a membro da Comissão Militar.

**Miguel** (Dagoberto Alves Costa), nascido em São Luís, MA, era estudante no Rio de Janeiro.

**Mundico** (Rosalindo Cruz Souza), nascido em 1940 em Caldeirão Grande, BA, era estudante de direito e trabalhava como escriturário no Instituto de Pensão dos Comerciários de Salvador.

**Paulo** ou Dr. Paulo (Paulo Mendes Rodrigues), nascido em 1931, em Cruz Alta, RS, era economista em Porto Alegre. Foi o primeiro comandante do Destacamento A.

**Vitor** (José Toledo de Oliveira), nascido em 1941, em Uberlândia, era bancário e sindicalista quando foi chamado para cursar a Academia Militar de Pequim.

**Zé Francisco ou Preto Chaves** (Francisco Manoel Chaves), nascido por volta de 1910, em local ainda não conhecido, ex-camponês, ex-soldado da Marinha, participou em 1935 da Aliança Nacional Libertadora de Luiz Carlos Prestes. Era militante orgânico do partido no Rio de Janeiro e o mais velho dentre os guerrilheiros do Araguaia.

Com o desenrolar da luta revolucionária, o Destacamento C teria alterações no comando<sup>584</sup>. Em fevereiro de 1973, o comandante Dr. Paulo seria deslocado para a Guarda da “Comissão Militar”. Foi substituído por Pedro Gil. Isso porque Gil e Dina haviam se apaixonado dois anos antes e queriam passar a morar juntos. Ambos eram casados; Gil, com a filha do comandante Mário, que ficara na cidade. E Dina, com o guerrilheiro Antônio da Dina.

Na sequência, em virtude da morte do vice-comandante Vitor, Dina seria elevada ao posto. Passou a exercer também a função de Comissária Política. Promoção natural. Afinal, há três anos ela exercia, na prática, a liderança sobre os guerrilheiros e tinha forte influência sobre os moradores da região. Era Osvaldão ao norte da Serra dos Martírios e Dina ao sul. O comandante formal era seu novo companheiro, Pedro Gil, que fora ungido com o treinamento na Academia Militar de Pequim.

Também em fevereiro de 1973 foram deslocados três guerrilheiros para reforçar o Destacamento C. Do destacamento de Osvaldão chegou Raul, que cuidava de uma farmácia na localidade de Brejo Grande. Do destacamento A, ao norte, chegaram Luiz e Lauro.

Finalmente, em setembro de 1973, o Destacamento C já estava praticamente dizimado em virtude das prisões e das mortes ocorridas ao longo de dois anos de luta. Assim, os remanescentes do D-C foram integrados ao destacamento de Osvaldão, o D-B. Osvaldão continuaria o comandante. E Dina a vice-comandante militar e comissária política.

Dias depois, no início de outubro, o Exército chegaria mais uma vez – e pela última vez. A ordem de batalha dessa Terceira Campanha era a de exterminar por completo o movimento guerrilheiro. Os integrantes do Destacamento B foram os que mais resistiram – e seriam os últimos a morrer. Osvaldão seria morto em abril de 1973. Dina foi executada quatro meses depois. Peri e Val, ambos do Destacamento B, foram os últimos a morrer. Ele, no início de agosto. Ela, a última das guerrilheiras, a 30 de setembro de 1972.

---

<sup>584</sup> Conforme já esclarecido, estas informações sobre a composição dos destacamentos, assim como as alterações de comando, são frutos desta pesquisa, a partir da combinação de diferentes fontes escritas e orais.

## Capítulo 5

### COTIDIANO DE ESPERANÇAS E DORES

Este capítulo tem por objetivo apresentar o conceito benjaminiano de sonhos – hipótese central da pesquisa – em diálogo com narrativas orais dos ex-guerrilheiros. Ao mesmo tempo, busca expor a vida cotidiana na floresta e a preparação para a guerrilha, com a missão de integração com os moradores da região, as noites de sonhos na floresta, as lidas domésticas; a formação de casais, as dificuldades enfrentadas, como a fome; os conflitos e intrigas internas, comuns a quaisquer grupos ou sociedades.

#### 5.1 – Sonhos coletivos

Quando chegava aos estertores da vida, Shakespeare encontrou inspiração para criar uma de suas obras mais sublimes, *A Tempestade*, na qual defende o conceito de que o mundo não seria mais do que um grande espetáculo, uma representação. Em determinado momento, o protagonista Próspero, mago que vive em constante tensão entre os desejos da alma e a realidade do mundo, solta uma frase que, pela profundidade contida na mensagem, tornar-se-ia uma das mais populares do dramaturgo:

“Somos feitos da mesma realidade dos sonhos”<sup>585</sup>.

“Com o que devemos sonhar?” – questionaria Lenin. Pois “escrevo estas palavras e de repente fico assustado”<sup>586</sup>.

Ora, camarada, por quais razões temer a capacidade de sonhar? Afinal, existem seres que atravessam a existência tomados de sonhos, de esperança no futuro. E são anteriores a Lenin e a Próspero. Pois desde que os primeiros homens saíram às portas das cavernas e começaram a olhar em direção ao

<sup>585</sup> Chamo a atenção para o fato de que *A Tempestade*, com os protagonistas Próspero, Caliban e Ariel, vem sendo utilizada por pensadores contemporâneos, como Boaventura de Sousa Santos, dentre outros, como alegoria e representação do colonialismo de outrora e o neo-colonialismo cultural do agora. *Apud*: Harold Bloom. *Shakespeare: a invenção do humano*. Trad. José O’Shea. Objetiva, 1995.

<sup>586</sup> *Apud*: Ernest Bloch. *O Princípio Esperança* – Vol. 1. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005, pág. 20.

horizonte, imaginando o que poderia haver do outro lado da montanha, só desejavam uma coisa – construir um mundo melhor. São, desde então, chamados de diferentes nomes, sonhadores, idealistas, voluntários, ativistas, revolucionários... De comum, a esperança no futuro.

Aquele punhado de homens e de mulheres que se encontrou em algum lugar das selvas amazônicas, por exemplo, estavam nesse grupo. Todos eles idealistas, revolucionários. Eles foram chegando aos poucos à região do Araguaia, a partir de 1966, e quando o ano de 1972 entrou, eles já formavam um grupo. Invoco de volta a alegoria de Aristóteles, a da Casa de Pedras. Quando 1972 entrou, um punhado de pedras formava uma casa, chamada Forças Guerrilheiras do Araguaia, organizada em Birô Político, Comissão Militar, três destacamentos e nove grupamentos.

Intriga compreender, contudo, o que os unia. Qual a argamassa que possibilitou a construção daquela casa de pedras? Intriga muito mais tentar encontrar respostas para a questão central desta pesquisa: o que teria levado aqueles de jovens universitários a largar o conforto das cidades a fim de lutar até a morte em um lugar remoto a floresta? “Sonhos”, responderia Próspero, pois “somos feitos da mesma matéria dos sonhos”.

\* \* \*

Walter Benjamin é quem me parece oferecer as melhores vias de acesso ao entendimento da questão. Benjamin formula uma nova proposta de entendimento do materialismo dialético de Marx, embasada em um conceito original de sonho. O sonho como imagens do desejo que representam o mundo. Sonhos como inspiração e aspiração.

Benjamin aprofundaria seu pensamento sobre o tema sonho especialmente no ano de sua morte, em 1940, em um conjunto de 19 teses batizado de “Sobre o Conceito de História”. Essas teses, aparentemente alinhavadas entre janeiro e setembro daquele ano, quando morre<sup>587</sup>, são na

---

<sup>587</sup> Conforme relatado na nota de rodapé 41, neste capítulo, Benjamin teria cometido suicídio de 26 para 27 de setembro de 1940, enquanto tentava atravessar a fronteira da França para a Espanha, nos Pireneus, com um grupo de judeus que fugia dos nazistas. Com o incidente, as autoridades espanholas terminaram por permitir a passagem do grupo, que conseguiu ao final chegar a Portugal. Ao saber da morte do amigo,

verdade um conjunto de fragmentos, em média entre 50 e 100 linhas cada um deles, mas que se “constituem um dos textos filosóficos e políticos mais importantes do Século XX”, nas palavras de Löwy<sup>588</sup>:

Benjamin, jovem, tinha fascínio por metafísica, pelo sagrado. Depois, larga o místico pela dialética. Mas permaneceu o gosto pelos segredos e pelos anagramas. Gostava de escrever de forma muito metafórica, cabalística, de acordo com a tradição judaica. O texto de Benjamin – especialmente em suas teses “Sobre o conceito de História” -- por vezes exige uma interpretação talmúdica, como os rabinos na interpretação das Escrituras, trecho por trecho, palavra por palavra, letra por letra.

O sonho de Benjamin é essencialmente político. Trata-se de um espaço ambivalente da semivigília. Ele pode nascer das imagens do desejo, contudo, segundo Benjamin, a questão política não pode estar mergulhada nesse desejo, como uma mera espera. O homem político benjaminiano tem que despertar para compreender as razões das imagens do desejo. E desse despertar da consciência – como no mito de Adão e Eva – ele passa a ir atrás, a construir a História. Para ele, só se pode ser considerado um historiador na medida em que entende os sonhos coletivos de uma época.

No caso dos guerrilheiros do Araguaia, cada um deles tinha uma imagem do desejo. Ainda individuais, ressalte-se – que mais tarde se tornariam desejos coletivos. Paulo (João Carlos Wisnesky), desde criança queria ser um dos 300 espartanos de Leônidas. Sônia (Lúcia Maria de Souza), sonhava com a poetisa e militante anarquista Louise Michel, líder da Comuna de Paris.

A guerrilheira Lúcia (Luzia Reis), por sua vez, inspirava-se no médico e filósofo Jean-Paul Marat, um dos mais radicais líderes da Revolução Francesa

---

Hannah Arendt foi se encontrar com o grupo de judeus em Lisboa, quando teria conseguido com eles a pasta de Benjamin, onde estavam os manuscritos “Sobre o Conceito de História”. Essa passagem de Arendt por Lisboa foi recentemente descoberta pela pesquisadora portuguesa Irene Pimentel, que ainda prepara texto sobre o assunto (Fonte: narrativa oral de Maria João Cantinho, em Set 2013). Em 1942, Arendt conseguiu que as teses “Sobre o Conceito de História” fossem publicadas na Revista de Pesquisa Social, ligada à Escola de Frankfurt, que apesar de ser editada nos Estados Unidos, era em alemão.

<sup>588</sup> Sobre as teses, Löwy esclarece: “No pensamento revolucionário talvez seja o documento mais significativo desde as ‘Teses sobre Feuerbach’ de Marx. Texto enigmático, alusivo, até mesmo sibilino, seu hermetismo é constelado de imagens, de alegorias, de iluminações, semeado de estranhos paradoxos, atravessado por fulgurantes intuições”. Löwy. *Walter Benjamin: Aviso de incêndio*. Op. cit. pág. 17.

e autor da expressão “inimigos do povo”. Inspirava-se também em Che Guevara e, sobretudo, em Mao Tsé-tung, o Grande Timoneiro da revolução chinesa então em curso. Mas os guerrilheiros tinham um projeto em comum, ressalva Luzia – aquilo que Benjamin chama de “sonho coletivo”. Baiana, estudante de Ciências Sociais, Lúcia chegou ao Araguaia aos 21 anos:

Che representava para nós a ideia da transformação da sociedade pela força da juventude, de tomarmos em nossas mãos a tarefa de construir uma sociedade mais justa. Eu tinha por ideal dedicar a vida à transformação social. Nem pensava em casar e ter filhos. Queria ser agente da transformação. Quando somos jovens, nos achamos capazes de construir tudo novo<sup>589</sup>.

O guerrilheiro Josias (Tobias Pereira Jr.), estudante de Medicina no Rio de Janeiro, era um dos mais sonhadores, de acordo com as lembranças de Lúcia, que o conheceu quando estudantes no Rio de Janeiro. No Araguaia, moraram juntos na mesma casa. Ele dizia que aproveitaria a oportunidade para fazer um trabalho social relevante, atender à população abandonada e, de lá, sairia “um grande médico”<sup>590</sup>. Quanto à guerrilheira Rosa (Maria Célia Corrêa), que Lúcia também conheceu no Rio, essa “era mais romântica”. Já o sonho de Jorge (Gergson Gurjão), era ser dirigente revolucionário, relata ainda Lúcia, que morou junto com o guerrilheiro no Araguaia, disfarçados de irmãos.

Ele era muito convicto no sonho de ser revolucionário, de fazer justiça ao povo pela luta armada, de matar ou de morrer. Era ele quem preparava nosso espírito para o fato de que poderíamos morrer lutando<sup>591</sup>.

“Eu tinha complexo de Anna Nery”, relata a ex-guerrilheira Regina (Lúcia Regina Martins de Souza), referindo-se à enfermeira que seguiu junto com seus filhos para a Guerra do Paraguai, tornando-se, ela própria, uma das

---

<sup>589</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral a esta pesquisa.

<sup>590</sup> Idem.

<sup>591</sup> Idem.



heroínas do Panteão nacional<sup>592</sup>. Quando em São Paulo, Regina era estudante da Faculdade de Obstetrícia da USP. Suas lembranças:

Fui para o Araguaia com um imenso desejo de trabalhar para o povo sofrido. Acreditava que poderia ser útil. Éramos todos muito jovens. No meu caso, aos 22 anos, não tinha uma linha de raciocínio clara sobre os objetivos da luta armada. Mas era muito presente em todos nós o desejo de sair da ditadura. Dizíamos o tempo todo: “Abaixo abaixo a ditadura”<sup>593</sup>.

\* \* \*

Benjamin fala de sonho, mas também do despertar, numa relação dialética entre a imagem do sonho – que ele chama de *phantamagoria* – e o despertar. Perceber o sonho como mediador que permite descobrir o latente no novo. Para ele, a razão fecha a compreensão integral. A dialética de Benjamin tem a ver com sincronia. Não com causa e efeito, mas com rememoração. E Benjamin assim reflete em seu livro das *Passagens*:

Não é que o passado lança sua luz sobre o presente ou que o presente lança sua luz sobre o passado; mas a imagem é aquilo que em o ocorrido encontra agora num lampejo, formando uma constelação. Em outras palavras: a imagem é a dialética na imobilidade. Pois, enquanto a relação do presente com o passado é puramente temporal e contínua, a relação do ocorrido com o agora é dialética – não uma progressão, e sim uma imagem, que salta. Somente com imagens dialéticas são imagens autênticas (isto é: não-arcaicas), e o lugar onde encontramos é a linguagem<sup>594</sup>.

Ou seja, para Benjamin, existe um saber alojado, ainda não consciente. O sonho é que permite despertar para as correspondências. O sonho rompe com o contínuo. Sonho de Proust, de semivigília. É essa semivigília que

<sup>592</sup> Ao iniciar a Guerra do Paraguai, a viúva Anna Justina Ferreira Nery (1814-1880), mãe de dois oficiais do Exército, seguiu junto para os campos de batalha. Prestaria serviços interrompidos de ajuda aos feridos, incluindo aos inimigos. Desde então, é considerada a patronesse da Enfermagem no Brasil. Em 2009, por intermédio da Lei n.º 12.105, do Congresso Nacional, Anna Nery entra para o livro dos “Heróis da Pátria”, depositado no Panteão da Liberdade e da Democracia, em Brasília.

<sup>593</sup> Lúcia Regina de Souza Martins (ex-Regina). Narrativa oral à esta pesquisa.

<sup>594</sup> Benjamin. *Passagens*. Op. cit., pág. 504.

permite despertar para o novo, para correspondências. É o despertar, não para a razão iluminista e totalizante, que fecha a compreensão.

Mas o despertar para o onírico e fragmentado, que abre espaço para outra dimensão do saber. A dimensão do despertar só é possível pela imersão no sonho. E, pelo sonho, ascender às correspondências e, portanto, ao passado. É sonhar acordado com os 300 espartanos, viajar até a Termópilas e, num átimo, retornar ao agora. É se avistar, num relampejo, entre as barricadas da Comuna de Paris, ou fazendo parte do Exército Vermelho de Mao, o Grande Timoneiro. Não é sonho no sentido físico, mas o limbo, a porta de entrada de uma dimensão a outra, ir mais fundo e descobrir outras correspondências.

O sonho permite abrir para outras dimensões, para o novo, para o revolucionário. Se aquele sonho permanece na dimensão do onírico e não procura compreender, fica prisioneiro do sonho. O despertar é fazer história política, que consegue interpretar as imagens do desejo. Explica Bolz:

Benjamin concebeu a si próprio como intérprete político dos sonhos da história. Interpretar um sonho para Benjamin significa iluminar historicamente este sonho. O historiador é que necessita do sonho, pois só o sonho tem ainda a energia para penetrar no passado e transpassá-lo. Porque para Benjamin não é, de modo algum, o caso de se dizer que o passado seria um livro aberto dentro do qual poderiam passear e entender ou não entender alguma coisa. Ao contrário, o passado está fechado e a imensa energia de que necessitamos para irromper este passado fechado nos é dada apenas no sonho. Portanto, apenas o sonho tem a força de abrir o passado e nele irromper. O sonho depende do historiador e o historiador depende do sonho<sup>595</sup>.

O conhecimento da história é, para Benjamin, fundamentalmente inseparável da política revolucionária<sup>596</sup>.

Benjamin trabalha com a ideia do arquétipo de Jung, a cristalização dos sonhos, fantasmagorias traduzem sonhos coletivos – como no caso da

<sup>595</sup> Norbert W. Bolz. “Filosofia da História de Walter Benjamin”. Trad. George Bernard Sperper. In: *Dossiê Walter Benjamin*. Op. cit., pág 30.

<sup>596</sup> *Idem, ibidem*.

hipótese central desta pesquisa, a de que os guerrilheiros do Araguaia estavam essencialmente tomados por sonhos, movidos pela esperança de construção de um país justo e igualitário, seguindo o imaginário revolucionário daquele tempo, as décadas de 1960 e 1970. Em *Passagens*, no ensaio no qual escreve sobre “Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso”, Benjamin explica que “o agora da cognoscibilidade é o momento do despertar (Jung quer manter o despertar longe do sonho)”<sup>597</sup>.

Em Benjamin, esse sonho é o espaço da vida simbólica, as imagens do desejo – ora também chamadas de imagens dialéticas. Se o historiador interpretar os sonhos coletivos de uma época, consegue acessar a história daquele tempo. O segredo do historiador é conseguir destacar-se do sonho coletivo. Historiador é o que está de fora, não é o que sonha, mas é o sujeito capaz de compreender as imagens fantasmagóricas. A imagem dialética é o momento em que o outrora e o agora se encontram, justamente quanto o progresso se interrompe. Mas a dialética de Benjamin tem a ver com sincronia, não com o tempo linear e contínuo. Mas com rememoração<sup>598</sup>.

\* \* \*

Para explicar a ideia da imagem dialética, Benjamin vai buscar inspiração no conceito de *origem* de Goethe, criando o conceito do “fenômeno originário” na história<sup>599</sup>. Esse fenômeno é a própria imagem dialética. Goethe refere-se à *Urpflanze*, a planta originária, conceito emprestado da botânica. Goethe dizia que havia um princípio originário que acompanha todas as plantas. Origem não é o começo. Mas origem é o que acompanha a planta, o princípio ou o “fenômeno originário”<sup>600</sup>. Explica Benjamin: “*A imagem dialética é aquela forma do objeto histórico que satisfaz às exigências de Goethe para o*

<sup>597</sup> Benjamin. *Passagens*. Op. cit., pág. 528.

<sup>598</sup> Id., *ib.*, pág. 504.

<sup>599</sup> Benjamin escreveu dois ensaios sobre o pensador: “*As afinidades eletivas de Goethe*” e “*Goethe*”, que foram reunidos em livro por iniciativa de duas editoras brasileiras: Walter Benjamin. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. Trad. Monica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo; notas: Marcus Vinícius Mazzari. São Paulo: Livraria Duas Cidades, Editora 34, 2009, 187 págs. No livro das *Passagens*, ele volta a tratar do “fenômeno originário”.

<sup>600</sup> *Idem, ibidem*.

*objeto de uma análise: revelar uma síntese autêntica. É o fenômeno originário da história*<sup>601</sup>

Origem permite o que vai e vem entre o *outrora* e o *agora*. O fenômeno originário não é linear ou causal, como na dialética de Hegel. É descontínuo. É pela lembrança que se atinge o fenômeno originário. Essa origem acompanha o fenômeno histórico. Quando se fala em tragédia, é o princípio que acompanha o desenvolvimento da tragédia. Mas não é o começo. Não é ele que se transforma. É o que desenvolve que se transforma.

O desdobramento em Benjamin não é o mesmo que em Hegel. A dialética hegeliana fala em três momentos: tese, antítese e síntese. Assim, o espírito de uma época (*zeitgeist*) e o espírito do mundo (*weltgeist*) hegelianos são processados dentro da dialética triádica – como também fora triádico o pensamento de Agostinho, como mais tarde seria igualmente triádica a dialética de Marx. No desdobramento em Hegel, o que liga é o espírito, que se manifesta em vários fenômenos, ajudando a interligar passado, presente e futuro dentro de uma história linear e totalizante.

Para Benjamin, o que liga é a origem. Contudo, cada fenômeno tem determinada origem, sem haver, portanto, linearidade histórica, mas uma passagem mágica – o instante messiânico de Rosenzweig, ou instante trampolim, conceito reconhecido por Benjamin – para o mundo dos sonhos através das reminiscências, como relampejos nos momentos de perigo.

É sempre bom ressaltar que Benjamin não é um pensador abstrato, mas seu messianismo está integrado à ideia da revolução por uma sociedade sem classes<sup>602</sup>. Contudo, para ele, conforme reza a máxima marxista, a revolução não é necessariamente a locomotiva da história. Mas o grande momento da redenção humana será quando viermos a atingir a sociedade sem classes; o momento da restituição da justiça. Leandro Konder assim registra a proposta benjaminiana de revolução:

<sup>601</sup> Benjamin. *Passagens*, *Op. cit.*, pág. 516.

<sup>602</sup> Em obra que busca compreender o messianismo revolucionário em Benjamin, Terry Eagleton, no capítulo “Rumo a uma crítica revolucionária”, tece uma observação curiosa: “Um dos estudos teológicos mais úteis sobre as relações entre o marxismo e messianismo de Benjamin é Benjamin”. In: Terry Eagleton. *Walter Benjamin – rumo a uma crítica revolucionária*. Fortaleza: Omni, 2010, pág. 97.

O resgate da história dos vencidos, o resgate das aspirações dos derrotados, dos gritos, das dores, dos protestos, de rebeldia, esse resgate faz parte da luta para salvar as aspirações libertárias do passado. É a revolução como apocatástase histórica. E a revolução será uma vingança de todos os medos, de todas as humilhações, de todas as dores impostas aos oprimidos do passado. Neste sentido, Benjamin precisou da teologia; ele precisou da teologia porque constatou que a visão da história trazida inclusive pelos materialistas históricos, era uma visão que escamoteava o caráter problemático da história, que se manifesta nas “imagens dialéticas”<sup>603</sup>.

\* \* \*

Transportando o pensamento benjaminiano para o objeto da pesquisa, havia “fenômeno originário” a juntar aqueles jovens no Araguaia. “Era o sonho nosso ver o país grande, forte, onde a grande maioria da sua população desfrutasse dos benefícios sociais. Esse o sonho era a força que nos movia” – remora o ex-guerrilheiro Miguel (Dagoberto Costa)<sup>604</sup>. E a ex-guerrilheira Lúcia acrescenta: “Havia sim um sonho coletivo muito claro para todos nós: lutar pela transformação social”<sup>605</sup>.

Houve, igualmente, uma “passagem mágica”, um “instante messiânico” entre o mundo dos sonhos a prática da luta pela sociedade sem classes. E este instante, de acordo com as lembranças dos sobreviventes, teria sido o exato instante no qual desembarcaram na região do Araguaia. O ex-guerrilheiro Geraldo (José Genoíno Neto), expõe suas reminiscências:

Tudo para nós era uma grande descoberta, uma grande novidade. Quando entramos na região do Araguaia, parecia que a gente estava entrando na revolução prometida pela grandiosidade daquele rio. Quando eu botei o revólver na cintura, parecia que aquilo ali era uma coisa fantástica<sup>606</sup>.

\* \* \*

<sup>603</sup> Leandro Konder. “É preciso Teologia para pensar o fim da História?”. In: *Dossiê Walter Benjamin. São Paulo: Revista da USP, nº 15, Set-Nov 1992, pág. 36.*

<sup>604</sup> Dagoberto Costa (ex-Miguel). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>605</sup> Luíza Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>606</sup> José Genoíno Neto (ex-Geraldo). Narrativa oral a Eduardo Castro. *Guerrilha do Araguaia - as faces ocultas da História*. Documentário TV Goiaz

Quando os militares descobriram a existência de um grupo no Araguaia que preparava a futura guerra popular revolucionária, teria ocorrido um segundo instante messiânico, uma nova passagem “mágica” das imagens do desejo para a concretização do sonho coletivo. Seria a primeira grande chance de começar a restituir a justiça àquela gente esquecida às margens do Araguaia. Em carta enviada a seus pais, o guerrilheiro Flávio (Ciro Flávio Salazar) informava que havia chegado o momento da tão sonhada luta armada, que “o raio de esperanças começa a nascer”:

Estimados Velhos,

Aqui vai um pouco do relato que foi o início da luta em que estou empenhado.

Encontramos o comandante, um negro de mais de dois metros de altura, já lendário na região e extremamente querido pela população local, parecia maior ainda com seu chapéu de couro (...).

- Aquilo que tanto almejávamos, chegou! (exclamou ele). É a vez da luta armada, é hora da libertação do nosso povo.

Dali para frente foi abraços, urras e vivas à etapa da revolução que se iniciava.

A mata é a nossa segunda mãe! Repetimos sempre.

Meus velhos, olhem para o horizonte. O raio de esperanças começa a nascer.

Estou ansioso para chegar o dia de entrar em nossa casa, abraçá-los saudoso e dizer:

– Eis aqui a revolução triunfante!

Do filho que os admira e estima

Flávio<sup>607</sup>

Certa noite daquele início de luta armada, houve um incidente banal em um dos grupos guerrilheiros. A rede onde Dina iria dormir estava molhada.

---

<sup>607</sup> *Ciro Flávio Salazar de Oliveira. [carta]. 6f. Carta a meus pais.*

Então a guerrilheira, que ainda não havia sido alçada à condição de líder, mas era apenas um soldado da organização, pediu para dormir com a camarada Lúcia em sua rede. As duas então começaram a conversar sobre seus sonhos. Foi quando Dina confessou que estava apaixonada por um companheiro de luta, que não era seu marido<sup>608</sup>. Lúcia comentou:

“Mesmo na guerra você ainda tem condições de pensar em amor e em fazer amor?”

“Não, Lúcia, você tem que entender que a mata é nossa casa, nossa vida. Precisamos ser felizes aqui”<sup>609</sup>.

“Mas com o que devemos sonhar?” – questionaria Lenin. No caso daquele grupo guerrilheiro que havia se mudado para a mata com o objetivo de construir uma casa de pedras em algum lugar das selvas amazônicas, seus integrantes estavam exercendo, na prática, aquilo que Benjamin certa feita conceituou por “sonho coletivo”. Afinal, como nos lembra Próspero, “somos feitos da mesma matéria dos sonhos”.

## 5.2 – No coração da mata

Michel de Certeau teoriza sobre a relevância do cotidiano como representação histórica<sup>610</sup>. É o que ele chama de narrar “práticas comuns” e “banalidades”, “ler e escrever a cultura ordinária” do “homem ordinário”, o “povinho”, o “herói anônimo” que representaria o “murmúrio das sociedades”. Para Certeau, haveria sentido político no cotidiano, que são as “maneiras de fazer” certos processos complexos, que vão da arte culinária e aos mil modos de instaurar uma confiabilidade nas situações sofridas.

Muitas práticas do fazer, como ler, falar, caminhar, habitar, cozinhar, são do tipo táticas. Performances operacionais. Ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação como poder que os

<sup>608</sup> Trata-se do guerrilheiro Pedro Gil (Gilberto Olímpio Maria), romance que será tratado adiante, ainda neste capítulo, no item 5.5 – “Amor, sexo”.

<sup>609</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>610</sup> Michel de Certeau. *A invenção do cotidiano*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, pág. 35 a 66.

sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição<sup>611</sup>.

Ao teorizar sobre as “práticas comuns” e as “banalidades” do “homem ordinário”, do “Zé Povinho”, Certeau decerto acertou no centro do alvo do que ele define por representações dos “murmúrios das sociedades”. Em certo sentido, seu pensamento ajuda a ressaltar a relevância de se narrar as práticas cotidianas dos guerrilheiros do Araguaia. Contudo, aquele punhado de homens e mulheres poderia ser considerado qualquer coisa, exceto “ordinários”. A vida que encontraram na floresta poderia ser qualquer coisa, menos “comum”. Mas tinha um sentido político, em consonância com o pensamento de Certeau.

Deixar a Zona Sul do Rio de Janeiro, ou o coração de São Paulo, para se embrenhar nas entranhas do Brasil profundo, ao sul do Pará, é uma experiência impactante. É no tempo presente, quando a região se encontra rasgada de estradas em asfalto, coberta pela telefonia celular e totalmente “amansada” pelos pastos que deram lugar à floresta.

Foi extremamente chocante para aqueles jovens estudantes universitários, egressos de Copacabana e Ipanema, como Rosinha e Edinho, ou ainda dos Jardins paulistanos, como Tuca e Simão, de repente desembarcar em algum lugar desconhecido das selvas amazônicas, carregando em suas malas, resultado da logística revolucionária, somente e tão somente esperanças e sonhos<sup>612</sup>. Se bem que, em exceções que confirmam a regra, Val carregou sua sanfona e Josias levou junto um violão.

De Marabá, metrópole regional deitada às margens do rio Itacaúnas, próxima ao encontro com as águas do Araguaia, andava-se apenas 55 quilômetros pela Transamazônica em obras até a localidade de São Domingos do Araguaia. A partir daí até as áreas onde se espalhava o Destacamento A, somente em lombo de burro ou a cavalo, pelas picadas que vinham sendo

---

<sup>611</sup> *Id., ib.*, pág. 47.

<sup>612</sup> Diferentes depoimentos dos sobreviventes, ou para esta pesquisa, ou em outras narrativas, destacam esse choque, dentre eles, de Regilena Carvalho, João Carlos Wisnesky, Pedro Albuquerque e de Micheas Almeida, que não sofreu o choque, pois nascera na região, mas o observou ocorrendo entre os camaradas.



abertas pelos posseiros que começaram a chegar na década de 1960. Ou a pé, meio de transporte mais comum naquele tempo<sup>613</sup>.

Para aqueles que se instalariam mais ao sul, nos destacamentos B ou C, menos difícil era tomar um ônibus em Anápolis e, daí, seguir pela Belém-Brasília por 1.300 quilômetros até Araguaína, no “pescoço” da região do Bico do Papagaio<sup>614</sup>, e de lá embarcar para a esquerda em direção a Xambioá, às margens do Araguaia. A partir daí, seguia-se de barco até Santa Cruz, localidade espremida entre o rio e a Serra dos Martírios, ou até Palestina, um pouco mais ao norte e, daí, seguia-se pelas picadas até Brejo Grande. Essa era a área onde se espraiavam os Grupamentos do Destacamento B<sup>615</sup>.

A cidade de São Geraldo fica exatamente em frente a Xambioá. Bastava atravessar o Araguaia, do Goiás para o Pará. E ao sul de São Geraldo, ficava o Destacamento C das Forças Guerrilheiras. Dava para chegar pelas picadas. Mas há um caminho menos difícil, ao sul de Xambioá, na margem direita do Araguaia, fica Araguanã. De barco, as “voadeiras”, a viagem leva menos de uma hora, a depender da força das águas. Atravessando o Araguaia para a margem esquerda, tomava-se uma picada em direção à área onde ficavam a fazenda do Dr. Paulo e os grupamentos do D-C. Hoje, tem estrada no lugar da picada. Mas permanece em terra batida, sem qualquer perspectiva de receber asfalto por conta da baixa densidade demográfica<sup>616</sup>.

Naquele tempo, toda essa região era uma mata contínua. De São Domingos das Latas, a localidade mais ao norte, área do Destacamento A, até Piçarra, a corrutela mais ao sul, área do Destacamento C, são 150 quilômetros pela estrada de asfalto existente no tempo do agora. Quando os guerrilheiros começaram a chegar, com fluxo maior a partir de 1970, não havia qualquer estrada em toda a região.

---

<sup>613</sup> Toda a descrição da chegada dos militantes na região foi construída a partir das narrativas orais de sobreviventes, especialmente de Micheas de Almeida, que tinha por missão justamente ajudar a entrar e a sair com os guerrilheiros da área.

<sup>614</sup> A confluência dos rios Tocantins e Araguaia, entre o norte de Goiás (hoje Tocantins), sul do Pará, e sudoeste do Maranhão, forma no mapa uma área similar a um bico do papagaio (ver mapas no capítulo anterior). A cidade de Araguaína fica um pouco abaixo do “bico”. Por isso chamei de “pescoço”.

<sup>615</sup> Segundo a descrição de Micheas Almeida, o guerrilheiro Zequinho.

<sup>616</sup> Idem.

“E as picadas que havia eram tão estreitas, que mal dava para passar um burro”, lembra-se Micheas Almeida. O ex-guerrilheiro Nilo (Danilo Carneiro) acrescenta: “Era uma situação complexa para fazer os deslocamentos. Eram quase dois meses para deslocar dois, três companheiros, porque tinha que ser um sigilo absoluto”<sup>617</sup>.

\* \* \*

Ao chegarem ao Araguaia, a primeira missão do futuro guerrilheiro era se apresentar à Comissão Militar. Era nesse momento que a maior parte era informada de que fariam parte do grupo que estava a preparar a futura guerra revolucionária. Então recebiam duas missões estratégicas. A primeira, tomar conhecimento detalhado da região e se adaptar à vida local. Também deveriam começar a realizar um continuado trabalho de massa junto à população, de cunho eminentemente social, sem aparentar conotações políticas<sup>618</sup>.

A chegada aos grupamentos costumava ser um choque cultural. Não se mudavam para pequenas cidades bucólicas, como é o caso de Xambioá. Ou para uma casinha de campo, onde pudessem levar seus amigos do peito, plantar com as mãos, ver a esperança de óculos e nada mais<sup>619</sup>. Os grupamentos guerrilheiros estavam localizados no meio da mata, sempre em área de difícil acesso, na encruzilhada do nada com coisa alguma – obviamente por questão de segurança.

Abria-se uma clareira com a ajuda do fogo e, no meio, construía-se uma casa. Eram de taperas, com paredes de pau e telhado de palha. Rápidas de fazer – e de abandonar, caso necessário. Em geral, tinham dois cômodos: uma cozinha, com fogão a lenha; e uma sala. À noite, penduravam-se as redes para dormir. Do lado de fora, a 30 passos de distância, uma fossa rasa, com quatro pedaços de madeira para estreitar o buraco e acomodar os pés. Um balde de areia ao lado substituíam a “descarga”. Ao lado, outro pequeno tapume de

<sup>617</sup> Danilo Carneiro (ex-Nilo). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>618</sup> De acordo com as narrativas orais de guerrilheiros sobreviventes a esta pesquisa, especialmente os depoimentos de João Carlos Wisnesky, Regilena Carvalho e Micheas Almeida.

<sup>619</sup> Trata-se de uma referência à letra da música “Casa de Campo”, do compositor Zé Rodrix, que marcou o imaginário da juventude alternativa dos anos 70. A primeira estrofe da letra diz: “Eu quero uma casa no campo/ Onde eu possa compor muitos rocks rurais/ E tenha somente a certeza/ Dos amigos do peito e nada mais”.

madeira para se tomar banho. Era água de poço, para beber, cozinhar ou banhar. Em volta da casa, galinhas soltas e pequenas roças de feijão e mandioca<sup>620</sup>.



*Corrutela do Araguaia (foto de 1980)*

Eram assim as moradias da região antes da chegada dos guerrilheiros. Permanecem assim<sup>621</sup>. A diferença é que, em muitas delas, no presente, há luz elétrica ou sinal de telefone celular. Mas as construções ainda são de tapera.

### **5.3 – Interação com a comunidade local**

À medida que aqueles jovens bem educados iam chegando das cidades para se embrenhar no mato, a população local ia estranhando. Cada vez mais. Quem eram? De onde vieram? O que queriam? Passaram a se identificar como “povo da mata”. Era assim que gostariam de ser chamados. Contudo, para a

<sup>620</sup> Sobre as instalações domésticas, as melhores descrições estão nas narrativas de Regilena Carvalho e de Pedro Albuquerque.

<sup>621</sup> Registro que, em minhas pesquisas no Araguaia, dormi pelo menos 15 noites em redes instaladas em localidades conforme a descrição acima. Elas todas se parecem muito umas com as outras.

população local, eram os “paulistas”. Da mesma forma que em São Paulo todo e qualquer nordestino é “baiano” e no Rio é “paraíba”, no Araguaia, todo e qualquer membro daquele exótico grupo era “paulista”. No caso dos integrantes do Destacamento B, também eram tratados por “povo do Osvaldão”<sup>622</sup>.

O trabalho social factível, naquelas condições, resumia-se basicamente a educação e saúde. Em todos os destacamentos, havia estudantes de Medicina, Farmácia e Bioquímica. E o grupo guerrilheiro tinha ainda um médico, Dr. Juca, ainda jovem, mas experiente, um grande médico provado e comprovado em Porto Franco. Assim, foram criadas Brigadas de Saúde nos três destacamentos para assistir às populações, deixadas completamente ao léu pelo Estado constituído.

Eles próprios se deram o apelido de “bulas”. Isso porque, nos tempos dos preparativos da guerrilha, o partido conseguia enviar periodicamente para a região caixas inteiras de amostras grátis de medicamentos. “Nós líamos as bulas dos remédios e tentávamos encaixar as indicações nos sintomas”, recorda-se a ex-guerrilheira Regina, que era estudante da Faculdade de Obstetrícia da USP<sup>623</sup>.

Um dia todos os bulas foram convocados para uma reunião com o único médico que havia no grupo. Os guerrilheiros de um destacamento não poderiam conhecer a identidade do outro. Aliás, mesmo dentro de um mesmo destacamento, era comum os membros de um grupamento não conhecerem os de outro. Os bulas chegaram para a reunião com lenços no rosto, tal como os bandoleiros dos filmes de faroeste. Foram escutar as orientações do médico. Aliás, o médico – que era o guerrilheiro Juca, fez sua palestra também mascarado<sup>624</sup>.

\* \* \*

---

<sup>622</sup> Em suas narrativas, orais, camponeses como Juarez Custódio da Silva, José Morais da Silva e Manoel Cajueiro, destacam esse fato de que os guerrilheiros gostavam de se apresentar como “povo da mata”, contudo, para a população da região, eram os “paulistas”. Lídia Francisca da Luz, por sua vez, de Brejo Grande, cidade que ficava na área de influência do Destacamento B, lembra que os “paulistas” que de sua área era também chamados de “povo do Osvaldão”. Antônia Ribeiro da Silva, a Antônia Galega, também faz referência ao “povo do Osvaldão”.

<sup>623</sup> Lúcia Regina de Souza (Regina). Em narrativa oral à pesquisa.

<sup>624</sup> Regina o reconheceu pela voz e outras características, pois já o conhecia do cotidiano no destacamento.

Em Brejo Grande, os bulas Raul e Amauri abriram uma farmácia. Muitas vendas fiado ou a prazo. O relevante era prestar assistência e ganhar a simpatia da população<sup>625</sup>. Em quase todas as localidades, guerrilheiros abriram vendinhas de secos e molhados para abastecer os moradores. Servia, principalmente, para abastecer o próprio grupo. Ou como história de cobertura para o deslocamento na região. Também organizavam jogos de futebol. Nos primeiros jogos, chegaram a compartilhar camisas de times de futebol com os craques locais<sup>626</sup>.

No Destacamento C, Dina e Áurea abririam uma escola para alfabetizar os alunos na localidade de Caianos<sup>627</sup>; logo passaria a ser chamada pelas crianças locais de Escolinha da Professora Dina. Ela também passaria a atuar como dona de venda e, depois, enfermeira. Especializou-se em parto; amparou muitas crianças, sendo lembrada no tempo-do-agora como “mãe-de-pegação” de dezenas delas. Batizou outras tantas<sup>628</sup>.

Ao norte, no Destacamento A, foi criado um Grupo da Saúde, chefiado pela estudante de Medicina Sônia. As mulheres, principalmente elas, também passaram a prestar aulas de reforço escolar às crianças e adolescentes. José Moraes Silva, o Zé da Onça, tinha 14 anos quando conheceu os guerrilheiros. “Sônia me deu muita orientação sobre leitura”, relata<sup>629</sup>. *Vem cá, meu menino*, dizia ela toda vez que chegava na gleba de seus pais”.

<sup>625</sup> Abel Honorato de Jesus, o Abelinho, que conviveu com Osvaldão em um garimpo e, depois, com o “povo do Osvaldão”, comprou bastante medicamento “fiado” na farmácia de Raul e Amauri. Segundo suas lembranças, quando os militares chegaram à região, em abril de 1972. de um dia para outro eles fecharam a farmácia e desapareceram na mata.

<sup>626</sup> A narrativa de Manuel Cajueiro, gravada em vídeo, é extremamente rica no detalhar desses jogos. Segundo suas lembranças, depois que moradores locais aceitaram a proposta dos “paulistas” de montar times de futebol, o Dr. Paulo (Paulo Mendes Rodrigues, comandante do Destacamento C) mandou buscar quatro diferentes jogos de camisas, de diferentes clubes do sul (para ele, Rio de Janeiro e São Paulo ficam no sul). Também comprou jogos de bolas oficiais, redes e até apito. Isso levou a população de Xambioá e de São Geraldo a concluir que Dr. Paulo e seus paulistas estavam “nadando em dinheiro”.

<sup>627</sup> A localidade foi batizada com o nome de Caianos pelo comandante do destacamento, Dr. Paulo, por causa do igarapé Caianos. Fica a cerca de cinco quilômetros de distância do rio Araguaia, no alto de um platô, com vista para o rio. Foi rebatizada pelos militares, depois do fim da guerrilha, como Boa Vista.

<sup>628</sup> Eduardo Lemos Porto, chegou à região do Araguaia na década de 1980. Nas conversas com os moradores da região, passou a compilar histórias do imaginário popular a respeito dos guerrilheiros, especialmente sobre Dina e Osvaldão. Também passou a colecionar objetos que supostamente seriam dos guerrilheiros, como a arma de Osvaldão, ou a panela de Walquíria. Acabou por fundar o Museu da Guerrilha, em São Geraldo, onde expõe esses objetos, fotografias e livros que tratam dos guerrilheiros. Como os típicos narradores medievais citados por Benjamin, Eduardo Porto tem predileção por narrar história a respeito da Escolinha da Professora Dina, como também de partos “milagrosos” que teria feito e sobre seus “filhos de pegação”.

<sup>629</sup> Depoimento oral em 23 Jul 2009.

Tomava a lição e depois entregava um novo texto para ser lido enquanto estivesse ausente. “Quando ela voltasse, eu tinha que ter lido”. Sônia dançou forró com Zé da Onça numa festa na casa do Sr. Mamede. Certa vez o adolescente a viu nua, tomando banho. Passou a fantasiá-la nos momentos de solidão da juventude. Foi seu primeiro amor – platônico, esclarece:

“Uma mulata bonita, corpo lindo, lindo demais, Ave Maria”.

Um dia os militares chegaram. Até então, aquele grupo de “paulistas” se identificava como “povo da mata”. Faziam apenas trabalho social. A partir desse ponto, começaram a distribuir panfletos na região se apresentando como revolucionários em armas. De início, se apresentavam como Forças Guerrilheiras do Sul do Pará. Logo passariam a assinar como Forças Guerrilheiras do Araguaia, FOGUERA. Começaram a visitar os simpatizantes atrás de recrutamentos para as forças da revolução. Zé da Onça foi um deles; tinha, então, 16 anos.

“Sônia me chamou para ir para o mato muitas vezes. Eu respondia: *não posso ir, tenho que ficar com os meus*”<sup>630</sup>.

\* \* \*

Não havia muito o que fazer quando a noite tomava conta da mata. No Destacamento C, havia um pequeno grupo que cantava. Josias tocava muito bem violão. Conhecia bem letra e música das canções mais celebradas da MPB politicamente engajada, principalmente Chico Buarque, Milton Nascimento e Elis Regina. Formando dupla, um bom cantor, Jorge<sup>631</sup>. Este, adorava Noel Rosa. “Ele dormia quase todas as noites cantando *Com que roupa eu vou?*”, relata sua companheira Luzia<sup>632</sup>. “E já acordava cantando: *Vou tratar você com a força bruta*”<sup>633</sup>.

<sup>630</sup> Zé da Onça jamais entrou para a guerrilha. Ao contrário. Assim que o cerco militar se fechou, pediu aos pais para estudar em São Domingos. Contudo, em 1994, 20 anos após receber o chamado de Sônia, filiou-se ao diretório do PC do B de São Domingos do Araguaia. Quando o conheci, em 2009, Zé da Onça era o presidente da Associação dos Ex-Torturados do Araguaia.

<sup>631</sup> Respectivamente Tobias Pereira Jr. (Josias) e Bergson Gurjão (Jorge).

<sup>632</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>633</sup> O samba de Noel Rosa começa com a seguinte estrofe: “Agora vou mudar minha conduta/ Eu vou pra luta pois eu quero me aprumar/ Vou tratar você com a força bruta/ Pra poder me reabilitar”.

Naqueles tempos de cumprimento da missão de interação com a comunidade local, os paulistas passaram a frequentar todo e qualquer evento social. Foi quando se descobriu que havia dentro do Destacamento B da guerrilha uma sanfoneira de mão cheia, Val<sup>634</sup>. Nas noites de festa em Santa Isabel, às margens do Araguaia, Val pegava emprestada a sanfona do Sr. Simplício e tocava um repertório que impressionava pela diversidade de sons. Tocava com arma ao lado. A sanfona na mão e a carabina ao alcance. Era quando guerrilheiros e camponeses caíam na dança a noite inteira, muitas vezes, até o dia amanhecer<sup>635</sup>.

\* \* \*

Logo, os paulistas acabaram por descobrir os terreiros terecô. Trata-se de um culto singular da área, mistura dos rituais dos índios carajás com a umbanda levada pelos migrantes chegados do sul do Maranhão. Em outras palavras, tende a ser uma umbanda com acento para os “caboclos”, entidades que representam espíritos indígenas<sup>636</sup>. Os guerrilheiros logo descobririam que o terecô era um dos principais agregadores sociais das corrutelas da região. E que os sacerdotes, chamados terecozeiros, curandeiros e benzedeiros na origem, muitas vezes cumpriam função similar à dos padres do interior do Nordeste, qual seja, misto de confessor, conselheiro e líder comunitário.

Osvaldão era há muito frequentador de terecôs. Mais que isso, fora até mesmo iniciado nos mistérios da religião. Nas noites em que os atabaques tocavam, receberia entidades espirituais, mais exús do que caboclos<sup>637</sup>. Em suas críticas à Filosofia do Direito de Hegel, Marx já havia dito que a “religião é

---

<sup>634</sup> Walquíria Afonso Costa.

<sup>635</sup> Depoimento oral do camponês Euclides Pereira de Souza, o Beca.

<sup>636</sup> No tempo do agora, são raríssimos os terecôs na região. A população migrou, em sua esmagadora maioria, para os cultos evangélicos pentecostais, passando a considerar os terecôs como culto ao demônio. Durante as pesquisas de campo, cheguei a localizar apenas dois terreiros em atividade aberta em toda a região, um em Brejo Grande, outro na Serra das Andorinhas, perto de Santa Isabel.

<sup>637</sup> Antônia “Galega” Ribeiro da Silva relata que Osvaldão teria sido “iniciado” no terecô por seu sogro, Chico “Piauí” Vieira. Entre as histórias do imaginário popular da região, narradas por Eduardo Lemos Porto, do Museu da Guerrilha, a de que Osvaldão teria feito um “pacto” com os demônios para ter o corpo fechado, pacto este intermediado por Chico Piauí. Dona Antônia diz que o tal pacto com o demônio é uma “grande mentira”. Contudo, segundo explica, seu sogro Chico Piauí de fato fez um “trabalho forte” para “fechar o corpo” de Osvaldo, mas trabalho esse da “linha branca”, “da direita” – pois, nas religiões de ascendência afro, “linha da esquerda” guarda o significado de trabalho para prejudicar terceiros. Contou também que Osvaldo era frequentador assíduo de todos os terecôs da região, levando com ele muitos guerrilheiros. Curiosamente, foi o marido de dona Antônia, Arlindo Piauí, quem disparou o tiro que matou Osvaldão.

o ópio do povo”. Marx adotaria o ateísmo como um dos fundamentos do materialismo-histórico. Lenin, por sua vez, apontou que os verdadeiros socialistas deveriam combater as religiões na busca pela sociedade sem classes.

Ora, aqueles militantes que iam chegando ao Araguaia professaram (quase todos) o materialismo histórico. Mas, no caso do terecô, não deveria ser considerado uma religião a ser combatida ou o ópio dos povos da floresta. Ao contrário, poderia servir como uma importante via de acesso para a interação com a comunidade local, ou “elementos de massa”, como Velho Mário se referia aos camponeses em seu diário, futuros soldados das colunas guerrilheiras que um dia deflagrariam a guerra revolucionária no Brasil, segundo acreditavam os dirigentes do partido.

Assim, passou a ser de interesse revolucionário frequentar os terecôs. Ademais, ali na floresta, não havia muito que se fazer naquelas noites escuras e iluminadas apenas pela lua e vagalumes. No “Diário do Velho Mário”, o comandante chega a registrar a relevância da aliança que haviam firmado com os terecozeiros<sup>638</sup>.

Com o tempo, alguns guerrilheiros, como Áurea, do Destacamento C, acabaram aderindo por convicção aos terecôs. Ela amava o lindô, dança sensual paraense, marcada basicamente ao rufo dos tambores. Também dançava muito bem o lundu, espécie de carimbó, ainda mais sensual que o praticado em Belém. Foi no Grupamento B, contudo, liderado por Osvaldão, que o terecô entrou mais profundamente. Eis as lembranças do camponês Abel Honorato de Jesus, o Abelinho:

Todo grupo do Osvaldo e do Fogoió iam a terecô. Ou no terreiro do Porfirio Vargem, em Brejo Grande, ou do Velho Padre, em Saranzal. Depois chegou Dina e o marido

---

<sup>638</sup> Em anotação de 07 Abr 1973, quando tece um grande balanço sobre um ano de luta, registra que “a atitude de simpatia em relação à nossa luta, dos padres e dos terecozeiros”, foi relevante para formar uma opinião pública favorável à guerrilha. Em outro trecho do diário, Grabois registra a simpatia dos “terecozeiros e dos crentes”. Contudo, Grabois não registra no diário qualquer visita que ele próprio tenha feito aos terreiros de terecô.



Antônio da Dina. Também frequentavam terecô. Mas eles iam assistir para se introduzir no meio do povo<sup>639</sup>.

O guerrilheiro que mais se integrou aos terreiros de tererô foi, sem dúvida, Francisco Manoel Chaves. Nascido camponês, afrodescendente, Chaves ingressou na Marinha muito jovem. Em 1935, aderiu à Aliança Nacional Libertadora de Luís Carlos Prestes e, em seguida, filiou-se ao Partido Comunista. Após a derrota da insurreição armada de 1935, foi para o presídio da Ilha Grande, Rio de Janeiro. Lá, conviveu com outro presidiário, Graciliano Ramos.

Em *Memórias do Cárcere*, Graciliano narra os esforços de Chaves e de outros companheiros para denunciar as condições desumanas em que viviam os detentos. Em 1937, foi expulso da Marinha. Stalinista do grupo de João Amazonas, Chaves acabou no Araguaia. Era o mais velho; já tinha mais de 60 anos quando lá chegou. Tentou adotar o codinome *Zé Francisco*; mas era chamado, respeitosamente, de *Chaves*. Para a população local, ele era o *Preto Chaves*; nos terreiros de terecô que frequentava com regularidade ao lado de *Osvaldão*, passou a ser o *Preto Velho*, aliás, entidade que costumava encarnar quando dava conselhos aos frequentadores.

Chaves seria abatido pelos militares nos combates de 1972. Em meados de 2013, foram exumados os restos mortais de um possível guerrilheiro, a partir dos apontamentos de um sargento da reserva do Exército, José Pereira, que combateu no Araguaia<sup>640</sup>. Segundo o sargento, seriam os restos mortais de Chaves, que seu pelotão matou e enterrou. O sargento se lembra que o guerrilheiro carregava um cordão de terecô no pescoço, com um patuá pendurado. O corpo exumado também carregava patuá. “Tínhamos

---

<sup>639</sup> Depoimento oral para esta pesquisa em 14 Ago 2012. Esclareço que cheguei a entrevistar para esta pesquisa o terecozeiro Porfírio Vargem, a quem Abelinho se refere em seu depoimento. Trata-se de Porfírio Vaz de Azevedo, casado com Lídia Francisca da Luz, que no tempo do agora dirige o último terreiro de Brejo Grande.

<sup>640</sup> Os restos mortais foram exumados pela equipe de peritos, do IML de Brasília, que fazem parte do Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, que busca os desaparecidos políticos, conforme já detalhado na Apresentação desta pesquisa.

informações de que o guerrilheiro negro era considerado feiticeiro”, relata o militar<sup>641</sup>.

O ex-guerrilheiro Zezinho, sobrevivente, lembra-se que Chaves frequentava “seções de umbanda” e andava com um patuá no pescoço. Era seu colar mágico de proteção; nunca o tirava do corpo. “O Chaves participava dos terreiros. Não podíamos destoar do dia a dia dos moradores locais. O João Amazonas, por exemplo, puxava um terço danado”<sup>642</sup>.

#### 5.4 – Noites de lirismo

Ernest Bloch enfatiza que as forças da juventude deveriam estar em ação; na sociedade florescente ainda há muito a fazer. Também, para ele, a pessoa jovem deseja viver por muito tempo. Então, a utopia de um mundo melhor, para dias mais extensivos nele. O desejo não fica atrás. Associado a essa força de caminhar, fato é que aqueles jovens, convictos, não pensariam no obscuro, no que de ruim estaria a aguardá-los. Nem dores, nem solidão, nem carências. Apenas o mundo novo, onde seus espíritos de revolução seriam recebidos e absorvidos para, juntos, formarem um *habitat*, numa espécie de “eu te habito e você me habita”. Os destacamentos seriam micro-habitats naquela zona verde tropicalmente temperada.

No “Diário do Velho Mário”, o pensamento ficou bem sintetizado daquele ato. Não se tratava, apenas, de um atendimento ao partido, um comando objetivo de resistência ou uma revolta juvenil. O elemento da aventura permeava as ações e naquele dias de luta armada, aglomerados destemidos partiriam para seus destinos, muitos deles sem volta<sup>643</sup>: Mas, até o final, nutria a esperança: “Nossa perspectiva é crescer, avançar sempre. Nosso ponto fraco

---

<sup>641</sup> Em narrativa oral ao jornalista Alan Rodrigues. *Identificada a ossada de Pedro Chaves*. São Paulo: Revista ISTOÉ, Ed. 2257, 15 Fev 2013.

<sup>642</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>643</sup> Grabois. “Diário do Velho Mário”, op. cit., anotação de 18 Jul 73.

reside no desligamento do exterior”<sup>644</sup>. Em outra anotação de diário, Velho Mário renova os sonhos da revolução iminente:

Agora, porém, meu pensamento está voltado para os jovens, rapazes e moças que compartilham comigo desta imensa aventura, da gloriosa saga de participar, nas primeiras linhas da grande batalha do povo brasileiro contra a tirania, pela liberdade e a emancipação nacional. Que juventude generosa, abnegada e valente! Os mais altos valores humanos aqui se revelam. Nosso povo e o nosso Partido podem orgulhar-se dos moços que na floresta amazônica combatem os soldados da ditadura. Deixaram nas cidades suas famílias, seus estudos e seus empregos para enfrentar uma vida dura e de dificuldades sem conta. Mas não se queixam, nem se abatem. Encaram alegremente a nova situação e não temem a morte. Somente a revolução pode engendrar homens e mulheres de semelhante fibra<sup>645</sup>.

Em outros trechos do diário, o comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras deixa claro que, nos infundáveis momentos de solidão na floresta, também havia espaço para o sonhador. Não o sonho benjaminiano, o sonho como redenção revolucionária, ressalte-se. Mas emergia em Velho Mário o sonhador utópico. E tal qual um *flâneur* baudelairiano que descrevia em detalhes as paisagens parisienses do Século XIX, personagem tão bem descrito por Benjamin, é frequente encontrar nesse documento referências a borboletas multicoloridas, dos mais diferentes recortes de asas, que se assemelham a balzaquianas de esplêndidos vestidos a despertar sentimentos reprimidos em guerrilheiros jejunos. De seu lado sensível de avaliar o cenário natural emergia a visão de cores e danças em meio às matas fechadas, que provocavam reminiscências sobre o Lago dos Cisnes interpretado pelo Balé Bolshoi:

Parece que o verão chegou em definitivo. Não chove mais. Isso é um bem e um mal. Não mais ficamos encharcados e nem as coisas se molham, o que nos causava grandes transtornos. Os mosquitos e outros insetos tendem a sumir. Mas, por outro lado, a água começa a escassear. Não podemos acampar junto aos

<sup>644</sup> Idem, anotações de 19 Ago 73 e 12 Out 73.

<sup>645</sup> Idem, anotação de 18 Jul 73.

grandes igarapés, uma vez que o inimigo poderá nos localizar. Teremos que recorrer aos olhos d'água, as cacimbas e aos poços. Também é possível que diminuam as borboletas. Estas nos dão maravilhoso espetáculo. Miríades destes insetos, de todas as cores e tamanhos fazem evolução de verdadeiro balé. São numerosas, pequenas, brancas e diáfanas, que, como se fossem um bando de moçoilas, voam em todas as direções, se movimentando garridamente. Recordam-nos a leveza das bailarinas do Bolshoi. Lago dos Cisnes. Mas são estas que imitam as borboletas. Outras vezes, surge solitária, grande e vistosa, exibindo um azulado fulgurante, num esvoaçar elegante e tranquilo, borboleta que se assemelha à mulher bonita a expor seu charme a enfeitados admiradores. Também é frequente encontrar borboletas multicoloridas e dos mais diferentes recortes de asas, que se assemelham a balzaquianas de esplêndidos vestidos a despertar sentimentos reprimidos em guerrilheiros jejunos. A mata revela, assim, seus encantos e nos distrai num mundo de dificuldades e preocupações<sup>646</sup>.

Em outras passagens do diário, Velho Mário faz uso de delicadas narrativas sobre o lado poético dos “habitantes da mata”, os guerrilheiros, contudo, ancorados em contextos sobre a luta armada em curso:

Por entre as grandes árvores e cipós vislumbro um céu azul, em nenhuma nuvem. Agradável e suave vento movimento as folhas em sonoro farfalhar. Tudo convida à meditação. Preocupa-me o curso e o destino da resistência armada. Estou cada vez mais convencido da justeza de nossa causa e da linha política e militar do Partido. Mais de 4 meses de vida na selva fortalecem essa convicção.

Depois de intensas trovoadas, a floresta foi lavada por fortíssima chuva como se alguém lançasse, continuamente, grandes jatos d'água sobre as árvores. Tudo se encharcava. Em seguida, começou a ventar. Grossos troncos eram abalados e suas copas rangiam, indo de um lado para outro. O mundo verde parecia dançar. Animou-se a selva, adquirindo vida barulhenta e tumultuosa. Raios e trovões se sucediam Caíam galhos de todos os tamanhos. Aqui e ali ouvia-se o ruído da queda de troncos de diferentes dimensões. O assistente

---

<sup>646</sup> Idem, anotação de 30 Mai 72.

do fenômeno, ao mesmo que se deslumbra com a beleza da cena, é tomado por uma sensação de insegurança e, mesmo, de medo. A qualquer momento pode ser atingido por algo inesperado. Não sabe se o alto mogno, junto ao qual se abriga, resistirá ao impacto do vendaval. Ou se um arbusto, uma palmeira, ou grossa árvore tombará em sua direção. Durou cerca de 45 minutos a tormenta. Eu me achava na rede sob frágil plástico. E nela permaneci. Vários pedaços de pau rasgaram minha cobertura. Os troncos que serviam de armador vergavam, balançando a rede. Trazidos pelo vento, grossos pingos molhavam-me. Atrás de mim partiu-se uma árvore e toda a sua folhagem precipitou-se ruidosamente no solo. Jo, que tomava banho, veio correndo em meu auxílio, numa manifestação de seu alto espírito de solidariedade. Este gesto o livrou de um acidente. No lugar em que se banhava caíram, logo após a sua saída, dois grandes galhos e um pé de caju de janeiro.

A tempestade amainou e, no firmamento, por entre as folhas, viam-se estrelas. Céu limpo. Mas, durante toda a noite, a água pingou ininterruptamente das árvores. Uma estranha chuva que só o habitante da mata conhece <sup>647</sup>.

Tratam-se, enfim, de criações líricas, que emprestaram algum acalento íntimo a aquele cotidiano de desconforto. Contudo, pouco diziam ao sonho coletivo de criar um país justo e igualitário por meio de uma revolução rural deflagrada a partir da floresta amazônica. Em determinado momento, os pirilampos da floresta lhe provocam relampejos. Então, tal qual Baudelaire, acessa suas reminiscências sobre o encontro que manteve com um “bardo sertanejo”, Catulo da Paixão Cearense, em um restaurante popular no centro do Rio de Janeiro, chamado de Garoto de Lisboa.

As primeiras horas da última noite foram de completa escuridão. Nós, habitantes da selva, víamos somente as luzes dos vagalumes que, em grande número, se deslocavam céleres no espaço. Lembrei-me então dos poemas de Catulo da Paixão Cearense, que eu lia e às vezes recitava, em meus anos e ginásio. O poeta falava nos pirilampos a iluminar a mata, transformada em palco de uma grande festa. Recordo-me, também, da conversa que mantive, ocasionalmente, com o bardo sertanejo em

---

<sup>647</sup> *Idem*, anotações de 16 Jun 72.

1938, num restaurante popular do Rio de Janeiro, situado na antiga rua Chile, hoje desaparecida. Encontrava-me no Garoto de Lisboa (em que, esporadicamente, fazia as refeições), quando Catulo, já velho e com a cabeça lisa como uma bola de bilhar, paletó de alpaca surrado, abancou-se em minha mesa e logo entabulou conversa. O poeta falava nos pirilampos a iluminar a mata, transformada em palco de uma grande festa<sup>648</sup>.

\* \* \*

No tempo dos guerrilheiros, foi instalado um rádio amador, de longo alcance, na área do Comando Militar. Também instalaram antenas de ondas curtas nos Destacamentos<sup>649</sup>. Nas solitárias noites da floresta, poderiam escutar a Rádio Nacional de Brasília. Contudo, os chefes guerrilheiros preferiam sintonizar na transmissão em português do noticiário da Rádio Tirana, diretamente da Albânia. Outros preferiam a Rádio Havana. Era o principal contato deles com o mundo, fonte de informações, avaliações e críticas políticas. Fidel Castro, por exemplo, foi ironizado por Velho Mário em seu diário:

Ouvi novas reportagens sobre a transcendental visita de Fidel. Agora está na Alemanha Oriental. Continua a vender seu peixe podre, a fazer demagogia vulgar e a apoiar com entusiasmo os revisionistas. Está muito feliz com a triste figura que vem fazendo e se afunda mais e mais no lodaçal do oportunismo.

Com Luiz Carlos Prestes, seu antigo Líder e camarada de partido, Velho Mário é ácido, corrosivo, implacável. Chamou-o de “revisionista”, acusou-o de vender “peixe-podre” a “incautos”, classificou-o de “oportunista” e “farsante”. Eis um aspersor de ácido sulfúrico:

A Rádio Havana, durante vários dias, vem retransmitindo partes do discurso de Fidel, pronunciado a 26 de julho passado. O trecho mais repetido é aquele em que o dirigente cubano faz a

<sup>648</sup> *Idem*, anotação de 5 Nov 72.

<sup>649</sup> Em Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., pág 103 a 105, está descrito, a partir de narrativa orais de militares, o episódio no qual o Exército encontra e destrói o sistema de comunicação dos guerrilheiros.

defesa dos revisionistas soviéticos, que são apresentados como defensores da libertação dos povos. Uma 'pachochada'. Para culminar a adesão total de Castro ao revisionismo, a mesma estação radiofônica irradiou entrevista de Prestes, de meia hora. O líder dos revisionistas brasileiros, com muito cuidado, vendeu seu peixe podre. Apareceu como opositor da ditadura militar, qualificando-a de fascista. Para enganar os incautos, fez outras denúncias. Mas não foi além da reivindicação da liberdade da 'abertura da democracia'. Oportunista e farsante. Disse que seu partido não caiu em aventuras e que está dirigindo a resistência e a oposição à ditadura. Só se for de Moscou, onde se encontram Prestes e metade do Comitê Central de seu desmoralizado partido. Fidel dá, assim, completa cobertura aos revisionistas do Brasil. Tudo isso permite Ter uma ideia do conteúdo real do revolucionarismo bombástico e verborrágico do 1º ministro cubano. Castro e Prestes comem na mesma gamela e bebem na mesma fonte do social-imperialismo soviético.

As lembranças de Velho Mário sobre Getúlio Vargas, contudo, despertaram-lhe tão somente boas reminiscências sobre os tempos em que foi cadete da Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de acordo com o registro de seu diário:

Há 42 anos, vencia a chamada Revolução de Outubro, chefiada por Vargas. Na época eu era aluno da Escola Militar. Esta desceu do Realengo, no Rio de Janeiro, para o centro da cidade. Por estanha coincidência, coube a meu grupo de combate dar guarda nas dependências da Light na rua Larga. O povo alimentava grandes esperanças no movimento de 30, Mas, passadas mais de 4 décadas, o Brasil continua oprimido e explorado pelo imperialismo e pelo latifúndio. A verdadeira revolução ainda está por ser feita. É o que estamos realizando aqui no Araguaia.

## **5.5 – A chegada das dores**

Eram duas as missões estratégicas determinadas pela Comissão Militar aos guerrilheiros. Conhecer a região e fazer o “trabalho social de massa”, incluindo as visitas de interesse antropológico aos terecôs, era a parte das flores. Mas havia também as dores. Nesse caso, o treinamento militar, a preparação para a luta armada iminente, único caminho possível para a revolução, segundo regia o Estatuto de Fundação do Partido Comunista do Brasil.

Não havia muitas armas. Nem munição. Nem vestimentas adequadas. Esperavam que o Exército, quando um dia aparecesse para combatê-los, levasse junto os armamentos e a logística necessária para a formação das futuras colunas revolucionárias. Assim, os treinamentos teriam que ocorrer em condições ínfimas. Mas deveriam se dar de forma permanente e continuada, considerando a iminência do ataque do inimigo. Ademais, precisavam estar preparados para a luta pela sobrevivência na selva. O treinamento era ainda um preventivo contra doenças e estados de prostração que iriam perturbar o emocional dos revolucionários. A ex-guerrilheira Ana (Tereza Cristina Albuquerque) relata suas lembranças:

A gente aprendeu um pouco a atirar até por questão de sobrevivência, porque a gente tinha de comer animais da mata. Aprendemos a atirar de espingarda. E aprendemos tática de guerrilha, de como chegar aos locais sem fazer barulho, dormir na mata para saber olhar na escuridão. A minha ideia de mudar o mundo era através da educação, porque eu era educadora. O partido deu a entender que a gente ia para o interior e eu iria ser professora, trabalhar com as mulheres, a organização, tanto que eu fiquei como professora lá<sup>650</sup>.

Muito treinamento era exigido pelo Comando Militar e os chefes dos destacamentos não deixavam por menos. Com resistência física e preparo, acreditavam eles, outros itens estariam resguardados, como fuga, busca por

---

<sup>650</sup> In: Ayrton Maciel. Araguaia, *a rebelião que mais assustou os militares*. Recife, PE, Jornal do Commercio, entrevistas de 29 Jul 2007.



comida, caça, doenças poderiam ser evitadas e o elemento chave: o avanço dos grupos, cuja ausência significaria menos territórios, menos estacas fincadas. Menos esperança concretizada. Eis o relato de Reginela:

Depois que o Arroyo se deslocou (para a Comissão Militar), o comando ficou com o Jaime. Foi uma decisão imposta. Não houve eleição. No meu entender prevaleceu o critério da trajetória política – porque o Jaime não tinha experiência. Então, além de marido, eu passei a ter um chefe, que era o próprio. Isso atrapalhou um pouco o relacionamento pessoal, provocando algumas encrencas<sup>651</sup>.

O treinamento, por exemplo. Nós tínhamos que fazer longas caminhadas pela mata, pra acostumar, conhecer a região, enrijecer os músculos. Eu e a Maria Lúcia estávamos saindo para uma dessas caminhadas quando o Jaime disse que não, que devíamos apenas ficar rondando em torno da casa, sem ir muito longe. Eu disse ‘Ah, não. Ou a gente anda pra valer e vai explorar alguma área nova, ou então eu não vou’. Aí ele falou como chefe. ‘Isso aqui é um treinamento militar. Você está aqui para fazer a revolução. Isso aqui não é brincadeira’<sup>652</sup>

Alguns se destacaram no adestramento militar. Outros, nem tanto. O fato concreto é que um dia os militares lá chegaram, quando o treinamento – como também o reconhecimento da região – mal iniciara. O ex-guerrilheiro Jesuíno explica:

Nós não conseguimos concluir o trabalho de levantamento (na área do Araguaia). Estávamos ainda no trabalho quando fomos atacados. Eles eram os companheiros que estavam começando a sentar as bases necessárias para o movimento futuro. Quando aquilo aconteceu, não tínhamos mais como recuar. Naquele momento, em 1972, lembro que quando reunimos todos os companheiros, o Osvaldo disse: ‘Chegou o momento dos mais difíceis para nós. Não conseguimos nem nos abastecer do tempo que necessitávamos, mas o povo brasileiro nas cidades está precisando que nós seguremos aqui o tempo que for necessário a ditadura’. Eram jovens com pouco tempo de preparação, sem

---

<sup>651</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>652</sup> Maklouf Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. Op. cit. pág. 446.

armamento nenhum, só espingarda, e nós resistimos. Foram três anos de resistência. Resistir foi o suficiente para desgastar o regime<sup>653</sup>.

\* \* \*

O conjunto de documentos que restou da guerrilha, reforçados pelas narrativas, mostra que os fatores físicos e emocionais futuros dariam o tom. Os guerrilheiros eram de carne e osso e a realidade encontrada tinha a sua mensagem anunciada: seriam dias de profunda luta interna e externa. Um caldeirão de emoções ficaria ali, queimando sobre um fogo incessante e invisível de sensações: medo, contrariedades, divergências, fome, muita fome. Do lado deles, a vontade de resistir. E os sonhos, sobretudo os sonhos. Tomo emprestadas as palavras de Drummond: “Nossa dor não advém das coisas vividas, mas das coisas que foram sonhadas e não se cumpriram”.

O fato concreto é que, em determinado momento, os guerrilheiros começaram a duvidar da vitória. Alguns, logo no início, antes mesmo dos militares chegarem. Em dezembro de 1971, por exemplo, Velho Mário promoveu reuniões com os grupamentos nos quais explicou que a estratégia de combate. Em síntese, quando a repressão chegasse, o plano era buscar preservar o máximo as forças, evitando o combate aberto, e fazendo apenas fustigamento e a fuga.

O guerrilheiro Paulo chegou a questioná-lo abertamente nas reunião com o Grupamento da corrutela de Fortaleza. Disse que a estratégia correta seria armar emboscadas, abater o maior número de inimigos, pegar as armas e fugir para outro lugar, na grande mata desabitada em direção ao Xingu. Zé Carlos impediu o debate, alegando que era decisão da Comissão Militar e ponto final. Regina não acreditava que fosse possível fazer a revolução naquele local. Não ousou expor ao grupo sua posição. Mas tentou conversar sobre o assunto com o marido, Beto<sup>654</sup>. Seu relato:

---

<sup>653</sup> Pedro Albuquerque Neto (ex-Jesuíno). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>654</sup> Lúcio Petit da Silva (Beto). Jaime e Lúcio, como já narrado, eram irmãos. Mas estavam em destacamentos distintos, separados por cerca de 150 quilômetros em linha reta. Curiosamente, as concunhadas Lena e Regina não sabiam que a outra estava no Araguaia. Só viriam a descobrir na década de 1990.

Eu disse: “Não é possível que vocês acreditem nisso aqui, isso aqui é uma loucura”. Ele respondeu que me faltava estudo. E me deu um livro para ler. Respondi: “Se essa porra desse livro me convencer a ficar, então não quero ler”<sup>655</sup>.

Assim que os militares chegaram à região, tiveram início mais questionamentos. Aparentemente, apenas conversas entre os mais íntimos – não o debate aberto, dentro do grupo. O ex-guerrilheiro Miguel guarda lembranças das conversas que mantinha com o camarada Antônio<sup>656</sup>. Ele morou junto com o casal Dina e Antônio, por três meses, em um sítio nas imediações de São Geraldo. Antônio era o chefe do grupamento; Dina era soldado. Miguel acabou amigo de Antônio. Trocavam confidências sobre seus sonhos e temores. Chegaram a conversar sobre um tema proibido nas rodas coletivas: as dúvidas sobre a vitória da revolução. Eis suas reminiscências:

O Antônio era racional, mais estrategista. A Dina era emocional, mais combativa. Ele foi o cara que me causou a mais forte impressão na guerrilha. Analisava o quadro o tempo todo. Notei que desde o início ele tinha dúvidas sobre a vitória, a condução da coisa, como chegaríamos ao objetivo. Os outros, o Paulo e a Dina, estavam envolvidos nas tarefas diárias do acampamento. E ele sempre pensando mais à frente, questionando que a infantaria dos nossos adversários estava mais bem armada e bem alimentada, que dispunha de recursos que nós não tínhamos. Era como se ele tivesse todos os dados na cabeça, então ficava formulando a melhor estratégia de combate. Só falava comigo, estabeleceu uma relação de confiança. Mas era muito retraído. Já a Dina, era muito emotiva. Era uma mulher de enfrentamento, de linha de frente, de infantaria de combate. Ela tinha uma capacidade de liderança muito forte, muito entusiasmada, líder natural. Mas não era líder de massas, e sim líder de combate, de dirigir o grupo guerrilheiro. Pelo que conheci dela, acredito que ela jamais tenha duvidado daquela estratégia de luta<sup>657</sup>.

<sup>655</sup> Lúcia Regina Martins de Souza (ex-Regina). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>656</sup> Respectivamente: Dagoberto Costa (Miguel) e Antônio Carlos Monteiro Teixeira (Antônio da Dina).

<sup>657</sup> Dagoberto Costa. Narrativa oral à pesquisa.

Em determinado momento da luta, ainda bem no início, entre abril e maio de 1972, de acordo com as narrativas dos sobreviventes, a comunicação com o mundo exterior foi completamente cortada. Nenhum remédio chegava, nem alimentos, nem dinheiro, muito menos munição. Não chegavam sequer notícias. O único contato que tinham eram as transmissões noturnas da Rádio Tirana, relatando, diretamente da Albânia, a “gloriosa jornada de luta” dos camaradas do Araguaia, resistindo como “bravos revolucionários” contra o Exército da ditadura militar<sup>658</sup>.

Em outro destacamento, Lena começou a questionar aquelas transmissões de rádio, no mínimo fora da realidade. E tentou conversar com seu marido e comandante, Jaime. Tentou argumentar que, pelo que tudo indicava, eles haviam sido abandonados pelo partido, e que enfrentar o Exército seria “sentença de morte”. Jaime não acreditava nisso. Ao contrário, nutria a mais profunda convicção no partido. Mais: Jaime queria lutar até o fim, independente das consequências. Então disse à mulher: “Não me vejo vivendo outra vida que não seja esta”<sup>659</sup>. E a ex-guerrilheira Lúcia explica, no agora, aquela posição de Jaime, de Dina, como da esmagadora maioria dos guerrilheiros:

“O partido era nós e nós éramos o partido. Desde que entramos para a organização, acreditávamos que onde houvesse um membro do partido, lá estaria o partido. Nós tínhamos o sonho comum de transformação da realidade, mas não acreditávamos no espontaneísmo. Tinha que ter uma organização para dirigir, senão os ideais se diluem. O partido era o cimento que nós unia. Por isso acreditávamos tanto que éramos o partido”<sup>660</sup>.

\* \* \*

Em sua obra sobre a *Microfísica do Poder*, Michel Foucault, no capítulo “A Casa dos Loucos”, observa que “nem tudo é verdadeiro; mas, em todo lugar e a todo momento existe uma verdade a ser dita e a ser vista, uma verdade

<sup>658</sup> De acordo com as lembranças de Regilena Carvalho (ex-Lena). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>659</sup> Idem.

<sup>660</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

talvez adormecida, mas que no entanto está somente à espera do nosso olhar para aparecer, à espera de nossa mão para ser desvelada”<sup>661</sup>. Diz ainda que “não há possibilidade de exercício do poder sem uma certa economia dos discursos de verdade”<sup>662</sup>. Foucault chama a atenção sobre a desconfiança na convivência entre indivíduos.

Já não se pode confiar em ninguém se o poder é organizado como uma máquina funcionando de acordo com engrenagens complexas, em que o lugar de cada um que é determinante, e não sua natureza. No *panopticon*, cada um, de acordo com seu lugar, é vigiado por todos ou por alguns outros; trata-se de um aparelho de desconfiança total e circulante, pois não existe ponto absoluto. A perfeição da vigilância é a soma das malevolências<sup>663</sup>.

Assim, a adaptação na selva passava por conflitos internos, claro, como qualquer convivência extensa, as diferenças apareciam à medida que os dias se passavam, com identificações entres os guerrilheiros e divergências igualmente surgindo. No Destacamento A foi onde os conflitos teriam ocorrido, de acordo com as narrativas orais dos guerrilheiros sobreviventes, como também de camponeses que com eles conviveram. Tia Maria começou a implicar com Regina. Achava-a uma alienada, politicamente despreparada. Regina, por sua vez, também não gostava da dirigente. É a ex-guerrilheira quem relata:

Ela era uma chata, falava sem parar, horrível de se conviver. Cheia de leis: “Isso não se faz”, “faça isso ou aquilo”, “não é assim”. Nessa época eu não falava palavrão; quando queria xingar alguém, chamava de cavalo. Um dia ela me deixou tão alucinada que soltei meu primeiro palavrão. Recebíamos muito remédios amostra grátis. Então eu construí um jirau, uma prateleira feita só com os cabos centrais das folhas de palmeira, para acomodar os remédios. Eu estava trabalhando, arrumando os remédios. E ela deitada na cama com bursite. E só críticas, não sobre os remédios,

---

<sup>661</sup> Michel Foucault. *Microfísica do Poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 5ª Ed., 1985, pág. 180.

<sup>662</sup> *Idem, ibidem*.

<sup>663</sup> *Idem*, págs. 220 e 221.

mas sobre outro assunto que já não me lembro qual. “E blá-blá- blá, e isso não se faz”. Eu trabalhando e ela deitada. Quando chegou no meu limite, peguei a caixa com todos os remédios e joguei tudo no chão. Então chegou o Lúcio. “O que está havendo?”. Eu respondi: “Isto aqui é um cú. Ouviu? É um cú”. Eu mesmo me assustei com meu primeiro palavrão<sup>664</sup>.

Em outro episódio, Alice criticou Sônia porque vivia cuidando e dando assistência a Velho Mário. Ele vivia doente, em crises de hipertensão; ela gostava do comandante, era estudante de Medicina. Então, Alice também passou a criticá-la. Dizia que era um comportamento pequeno-burgues. Por isso levou-a ao Tribunal Revolucionário. Sônia foi julgada por todo o Destacamento A. O julgamento foi comandado por Joaquim e Pedro Gil. Sônia teve que se justificar muito. Foi defendida pelos camaradas e acabou absolvida<sup>665</sup>. Também Lena, citando os conflitos, deixou claras as muitas divergências:

Muito conflito. Você está andando no escuro, tropas, muitas pessoas, elas chamam, lógico, ninguém é de ferro. (...) na correria, um encostava no outro e isso já gerava um atrito. Mas tudo coisa rápida. A mais encrenqueira era a Maria Lúcia, que queria resolver as coisas<sup>666</sup>.

\* \* \*

Se o contato com a cidade era esporádico naqueles tempos de adestramento, passaram a ser extremamente difícil depois da chegada das tropas. Os camponeses representavam a companhia permanente. Em seu diário, Velho Mário os chama de “habitantes da selva”; em outros momentos, de “elementos de massa”. Os guerrilheiros, por sua vez, são os “habitantes da mata”. Também admite o isolamento como ponto fraco da futura revolução. Para Arendt, isolamento e solidão são conceitos diferenciados. “Posso estar isolado, sem que esteja solitário; e posso estar solitário, sem estar isolado<sup>667</sup>”.

<sup>664</sup> Lúcia Regina de Souza (Regina). Narrativa oral para esta pesquisa.

<sup>665</sup> João Carlos Wisnesky (Paulo). Narrativa oral para esta pesquisa.

<sup>666</sup> Op. Cit. pág. 431.

<sup>667</sup> Arendt. *Origens do Totalitarismo*. Op. cit. pág. 526.

O isolamento é aquele impasse no qual os homens se vêem quando a esfera política de suas vidas, onde agem em conjunto na realização de um interesse comum, é destruída. O isolamento se torna insuportável quando o ser humano perde a capacidade de acrescentar algo a si mesmo e ao mundo ao seu redor. Nessas condições, a única coisa que sobrevive é o mero esforço do trabalho, que é o esforço de se manter vivo. Os que vivem sozinhos sempre correm o risco de se tornarem solitários, quando já não podem alcançar a graça redentora de uma companhia que os salve da dualidade, do equívoco e da dúvida<sup>668</sup>.

Para Walter Benjamin, a construção da vida está muito mais no poder dos fatos, do que das convicções. No Araguaia, certamente os fatos, à medida de seus acontecimentos, fizeram ruir muitas das convicções que levaram jovens a entrar naquela mata selvagem, com seus sonhos alimentados por seus próprios desejos. Claro, cada qual teria a sua convicção, todavia a raiz era a mesma: fazer uma revolução. Não importaria, inicialmente, seus modos, forma, local, as condicionais e as condicionantes. O importante era seguir, rumo ao desconhecido mundo real, movidos pela esperança, prontos para subir pela primeira vez no palco do mundo, como diria Marx.

Esperança e sonhos – ainda que sejam os sonhos da dialética materialista fundamentada por Benjamin – são uma coisa. Experiência em mata é outra coisa. O fato concreto é que os guerrilheiros, em sua maioria estudantes da classe média, tiveram uma enorme dificuldade em exercitar a política como ação coletiva, conceituada por Arendt. Sair para caçar? Sim, a rotina os levava a experiências muito distintas de suas vidas nas cidades.

Tinham também que aprender a capinar, roçar, plantar, torcer o pescoço de uma galinha, experiência traumática para quem o faz pela primeira vez. Lena trazia na bagagem uma grande experiência vivida em roça. Fazia o melhor “frango à guerrilheira” do Destacamento C, o que lhe conferiu reconhecimento dos pares e, por que não, certa dose de prestígio revolucionário. Lena descreve:

---

<sup>668</sup> Idem, pág. 531.

A comida era: legumes, castanhas, carne, abóbora, melão. Pegávamos nas roças. Socávamos o arroz no meio do mato, em cima dos troncos de árvores caídas. Tinha dia que era só uma coisa. Inhame, por exemplo. Carne só de caça – e nessa época pega na unha, como jaboti, porque não dava para ficar atirando. Eu não conseguia comer muito de uma vez. Sempre guardava a sobra. Quando ia comer, sentia aqueles olhares pidões, de fome mesmo<sup>669</sup>.

O camponês José Moraes da Silva, o Zé do Onça, guarda em suas lembranças uma visão um pouco diferente da alimentação dos guerrilheiros. *“Macaxeira era a base. Com feijão, arroz e carne, frita ou cozida. Paraense só faz de um jeito, põe a macaxeira dentro da carne”*.<sup>670</sup>

Perdia-se muito tempo na caça. Velho Mário registra em seu diário que além da subsistência dos destacamentos, os guerrilheiros precisavam se empenhar na busca de alimentos para garantir a sobrevivência também dos membros da Comissão Militar e sua Guarda. A partir de abril de 1972, o abastecimento passa a ser extremamente difícil para as Forças Guerrilheiras. Já não dava mais para permanecer parado. Significou abandonar as roças e começar a viver de caça. Ou passar a usufruir das alianças firmadas com os camponeses.

A caça mais comum era o jabuti, que havia em abundância. E a iguaria mais apreciada era o jabuti cozido na castanha. Velho Mário registra os animais caçados com mais frequência: tatu, macaco guariba, macaco-prego, veado, toma (parecido com peru), jacaré, caititú, carimbé, jacú, mutum, paca, quati, anta, onça (cuja carne é preta, dura e ruim). E até mesmo cobra, surucucú, jibóia.

Os produtos vegetais de maior consumo eram a farinha, fornecida por camponeses, e a castanha-do-pará apanhada na mata onde existia em abundância naquela região, repleta de castanheiras, cuja castanha era

---

<sup>669</sup> Maklouf Carvalho. Op. cit. pág. 451.

<sup>670</sup> Depoimento oral a esta pesquisa, em 23 Jul 2009.



comercializada e também exportada. Havia, ainda, o palmito de babaçu, castanha de sapucaia, inhame, milho e bacaba. Em certas épocas do ano, o caju e o cajá davam em abundância e serviam também para alimentar os guerrilheiros, segundo os registros em diferentes pontos do “Diário do Velho Mário”. Em fevereiro de 1973, dez meses após a chegada dos militares, Velho Mário arriscaria um balanço da guerrilha:

Numa das aulas do curso de preparação militar dizíamos que, iniciada a guerrilha, esta passaria por um ponto crítico, a partir do qual não seríamos mais derrotados. Não temos dados suficientes para afirmar que ultrapassamos tal ponto, mas podemos desde já asseverar que atingimos uma situação em que só seremos desbaratados se cometermos graves erros. Por que?

- porque temos atualmente maior domínio da arte militar, isto é, da guerra de guerrilhas;
- porque possuímos maior conhecimento da selva;
- porque aumentou consideravelmente nossa ligação com as massas da região. Estas, em sua grande maioria, estão conosco;
- porque garantimos, embora de maneira ainda insuficiente, nosso abastecimento, através das massas e da mata; (grifo meu)
- porque existe uma situação nacional favorável ao desenvolvimento da luta armada.<sup>671</sup>

Em março de 1973, Velho Mário ainda celebrava a fatura carne. “O vigésimo cervídeo caçado por Ari, sendo a maioria morta por rifle”, anota. E ainda acrescenta: “Que bom que fossem milicos”<sup>672</sup>. Dois meses depois, apontava que “a caça está escassa e nos alimentamos com milho e farinha”<sup>673</sup>.

\* \* \*

Quando o Exército retornou ao Araguaia em outubro de 1973 para dar início à Terceira Campanha, a derradeira, a primeira providência foi prender todos os camponeses suspeitos de serem os colaboradores da guerrilha, de acordo com registros do “Relatório Arroyo” e do “Diário do Velho Mário”. E

<sup>671</sup> Grabois. “Diário do Velho Mário”, págs. 87 a 89.

<sup>672</sup> Idem, anotação em 17 Mar 1973.

<sup>673</sup> Idem, anotação em 18 Mai 1973.

outros não suspeitos também. Também tocou fogo em todas as roças e pontos de apoio dos guerrilheiros. Uma das resultantes foi o medo dos moradores locais de continuar prestando apoio à guerrilha<sup>674</sup>. Outro resultado foi a fome. Refugiados na mata e mudando constantemente os locais de acampamento, evitavam caçar animais a tiro para não revelarem suas posições.

A escassez passou a ser dramática. Com o passar dos meses, a fome passou a ser rotina. Um dos grandes inimigos do homem é a fome. O barulho dela é ensurdecador. É como um leão interno, que devora, desespera, faz perder os sentidos. Mais uma vez Velho Mário registra:

30/10 – (...) Hoje, livre do ataque de impaludismo e, em parte, refeito do choque emocional, disponho-me a relatar o sucedido com um grupo de combatentes daquele D. no dia 26, chegaram Joca e Ari, depois de caminharem 12 dias, gastos na ida e na volta, até o ponto com os mensageiros do DA. Jo relatou que vieram ao local do encontro Piauí e Antonio. O VC daquela unidade guerrilheira contou o seguinte: no dia 13, um grupo chefiado por ZC, composto por Nunes, João, Zebão e Alfredo, dirigiu-se a um depósito para apanhar farinha. No dia anterior, Alfredo e outros combatentes insistiram junto ao C para se matar 3 porcos do D, que estavam numa capoeira abandonada. ZC repeliu com energia a proposta, dizendo que ela afetava a segurança e que “não se devia morrer pela boca”. Por isso, só iriam buscar farinha. No entanto, no meio do caminho, sob pressão de alguns combatentes, deixou-se convencer de apanhar os porcos. E o grupo enveredou capoeira adentro. Então, foram cometidas uma série de facilidades: os porcos foram mortos a tiros, acendeu-se o fogo, não se deu importância ao helicóptero que sobrevoava o local e permaneceu-se demasiado tempo na capoeira. Ainda estavam os guerrilheiros dedicados à tarefa de tratar os porcos quando foram surpreendidos pelo inimigo. João procurou fugir e ouviu descargas de metralhadora. Mas obteve êxito. Foi ele que relatou o ocorrido. Em sua opinião, os outros 4 combatentes, que não apareceram no acampamento, foram mortos. Assim, o DA foi duramente golpeado. Perdeu seu comandante, homem capaz e um dos mais puros revolucionários. Estava ligado ao P desde os 16 anos e ainda podia dar muito à revolução. Era

---

<sup>674</sup> Esse ponto será detalhado no próximo capítulo, “Aliança com os camponeses”.

excelente comandante. O primeiro erro que, no entanto, cometeu, lhe foi fatal. Tinha 127 anos e seu verdadeiro nome era André Grabois. Nunes era a terceira pessoa do D. tinha raras qualidades de combatente e destacava-se por seu espírito combativo. Seu nome era Divino Ferreira de Souza. Tinha 31 anos. Zebão, jovem espirituoso, incorporou-se à guerrilha aos 19 anos e agora tinha 23. Era um guerrilheiro exemplar. Alfredo, que não conheci, era elemento recrutado entre a população local. Eficiente, calmo e corajoso, constituía a melhor aquisição das FF GG entre os camponeses<sup>675</sup>.

Os problemas de abastecimento ocorreriam muito antes da chegada dos militares. Quando a guerrilheira Lúcia<sup>676</sup> foi presa, em junho de 1972, menos de dois meses depois que os militares chegaram ao Araguaia, estava depauperada, com a pele tomada por feridas, pernas e quadris totalmente secos<sup>677</sup>. Em paralelo à fome, começavam as doenças. Quando Regina deixou a área, em dezembro de 1971, para ser internada em um hospital em Anápolis, GO, estava amarela e cheia de furúnculos. Foi diagnosticada com hepatite, verminose, brucelose e anemia, tudo numa só pessoa.

Obviamente os problemas só pioraram com o cerco militar. Velho Mário registra reiterados ataques de malária a partir de julho de 1973<sup>678</sup>. Nele e nos demais membros das Forças Guerrilheiras. Velho Mário também começa a sofrer alguma doença nos olhos. Muitas anotações deixaram de ser feitas. Cogitou deixar a guerrilha:

A mancha que surgiu em meu olho está aumentando e minha capacidade visual diminuindo. Verdadeira maçada. Como enfrentar a doença sem médico, sem nenhum recurso? Meu consolo é que tenho dois olhos e só um está sendo afetado.

Não melhorei nada dos olhos. A diminuição da visão incomoda bastante.

---

<sup>675</sup> Grabois, op.cit., anotação de 30 Out 73.

<sup>676</sup> Luzia Reis (Lúcia).

<sup>677</sup> O tenente Luiz Serra foi um dos militares que a receberiam na Base de Xambioá. De acordo com suas lembranças, em narrativa oral à pesquisa, as pernas e quadris de Luzia estavam tão secas que, ao vê-la, ele pensou nas fotografias dos campos de concentração nazistas.

<sup>678</sup> Idem, anotações de 30 Out 73.

Agravou-se a moléstia dos meus olhos. Estou enxergando com certa dificuldade. Há possibilidade de ocorrer um colapso em minha visão. Não posso facilitar. Penso em sair da região, pois, se não o fizer, posso criar, com minha doença, uma situação difícil para os co. Discutirei o assunto na próxima reunião da CM, que se realizará logo que o Joaq chegue. Para mim é bastante doloroso deixar as FF GG<sup>679</sup>. (Grifo meu).

Em novembro de 1973, a comida se restringia a farinha. Velho Mário registra uma boa notícia: “Zezinho empenhou-se em uma verdadeira batalha para apanhar uma caça. Segundo as normas, não se pode atirar perto do acampamento. Assim, os bichos têm que ser apresados sem tiro”. Semanas depois Velho Mário seria abatido a tiros, como caça.

Nos meses subsequentes, desde essa anotação do comandante-em-chefe das FF GG, como ele gostava de se referir às Forças Guerrilheiras, 41 os guerrilheiros remanescentes seriam apanhados, um a um. Ou abatidos como caça, na floresta. Ou apanhados vivos e, depois, executados. Um detalhe chama a atenção. Estavam todos eles com fome, muita fome. Praticamente todos foram apanhados enquanto tentavam arrumar comida, naquela atitude que Certeau definiria como “práticas comuns”, “banalidades” de um “homem ordinário”.

## 5.6 – Amor, sexo

Pesavento lembra que os homens aprendem a traduzir o mundo em razão dos sentimentos<sup>680</sup>. As sensibilidades seriam as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Assim, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do

<sup>679</sup> Idem, págs. 102, 106 e 107.

<sup>680</sup> Sandra Jathay Pesavento. *História & História Cultural*. São Paulo: Autêntica, 2003, pág 26.

mundo, como correspondem, para o historiador, a aquele objeto a capturar o passado, à própria energia da vida.

Pensar nas sensibilidades é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e forma de exteriorizar – ou esconder – os sentimentos<sup>681</sup>.

Ao tecer uma análise sobre “História das Mentalidades e História Cultural”, Ronaldo Vainfas toma o pensamento de LeGoff como fio condutor para, ao fim e ao cabo, lembrar que dentre as áreas temáticas permanentemente frequentadas pelos historiadores, encontra-se as “sexualidades e suas representações”<sup>682</sup>. Em *Microfísica do Poder*, Foucault dedica dois capítulos inteiros aos comportamentos sexuais, “Não ao sexo rei” e “Sobre a história da sexualidade”. “O sexo sempre foi o núcleo onde se aloja, juntamente com o devir de nossa espécie, nossa “verdade” de sujeito humano. Para saber quem és, conheça teu sexo”<sup>683</sup>.

Isto posto, lembro que uma das grandes curiosidades a respeito da vida cotidiana dos guerrilheiros do Araguaia diz respeito às práticas e comportamentos privados. Ou, em outras palavras, ao amor e ao sexo na guerrilha. Este tema guarda relevância no caso do objeto em questão.

Isso porque a descoberta do movimento guerrilheiro pelos militares teria relação direta com os impulsos emocionais, a formação de casais no cotidiano da floresta e, como consequência natural, a gravidez – sempre indesejada em tempos de guerra. Em outras palavras, o movimento guerrilheiro viria a ser descoberto pelos militares antes da hora, em boa parte, por conta das prisões de guerrilheiras que saíram da área em consequência da gravidez ou do aborto, conforme será narrado em detalhes adiante, ainda neste capítulo.

Em entrevistas com sobreviventes, eles relatam que, quando desvelam suas reminiscências aos familiares ou aos amigos, esta é uma questão quase

---

<sup>681</sup> *Idem, ibidem*, pág 58-59.

<sup>682</sup> Ronaldo Vainfas. “História das Mentalidades e História Cultural”. In: Ciro Flamarion Cardoso e Ronaldo Vainfas (Orgs.). *Domínio da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997, pág. 142

<sup>683</sup> Foucault. *Microfísica do Poder*. Op. cit., pág. 229.

inevitável. Em minhas pesquisas, não encontrei sobrevivente algum que conversasse abertamente sobre o tema, com naturalidade, sem restrições. Encontrei, sim, pesquisadoras que conseguiram inconfidências das ex-guerrilheiras, em conversas de mulher para mulher<sup>684</sup>. Quando o jornalista Luís Maklouf Carvalho entrevistou a guerrilheira Regilena Carvalho, a Lena, para seu livro *Mulheres que foram à luta armada*<sup>685</sup>, foi direto ao ponto – e ela, ainda que casada com o guerrilheiro Jaime, namoro desde adolescentes, casados no cartório e na Igreja, tratou de mudar de assunto:

“Sobre sexo, rolava?”

“Nesse período? Imagina! Não tinha tranquilidade nem para pensar nisso. Havia a tal hierarquia. Chefe é chefe. O Jaime era o chefe. Chefe é Chefe. O Jaime era o chefe, e era respeitado como tal, embora tivesse gente muito mais experiente do que ele. O Cazuza era mais experiente e tinha uma visão mais equilibrada das coisas. ‘*Nós não vamos entrar de peito aberto*’. O Daniel também. São coisas relativas, porque o Cazuza, com toda essa vivência, bateu de frente com uma tropa”<sup>686</sup>.

Aquela virada dos anos 1970, relevante ressaltar, eram tempos de transição política, cultural, comportamental. A turma do amor livre como causa era outra, a da contracultura, tendo os *hippies* como representação maior – mas não única. Dentro do ambiente universitário, o amor livre já começava a ser comportamento hegemônico. Mas no caso das organizações de esquerda, havia duas diferentes tendências comportamentais.

Dentro do PCB, havia certo conversadorismo no comportamento amoroso e sexual. Era uma militância de longo prazo, uma luta revolucionária por toda a vida. Os militantes ou casavam, ou mantinham uniões estáveis, em geral com mulheres não militantes. Como no caso de Luiz Carlos Prestes com dona Maria Ribeiro, jovem viúva de um camarada do partido, com quem ele nunca se casou formalmente por questão de segurança, mas com

---

<sup>684</sup> Cito a pesquisadora Myrian Luís Alves e duas familiares de desaparecidos do Araguaia, Diva Santana e Mercedes Castro, que há 30 anos vêm conversando com ex-guerrilheiros e camponeses em busca de informações sobre seus entes queridos. Assim, acabaram criando intimidade pessoal com muitos deles e, nas conversas, acabam por trocar inconfidências pessoais, relatos que dificilmente fariam a jornalistas ou historiadores. O sexo é um desses temas, mas não o único.

<sup>685</sup> Maklouf Carvalho. *Mulheres que foram à luta armada*. Op. cit.

<sup>686</sup> Idem, pág. 451.

quem teve oito filhos na clandestinidade, nenhum deles registrado em nome do Líder também por questão de segurança<sup>687</sup>.

Seu caso é emblemático. Todas as informações sobre Prestes que atravessam as areias do tempo convergem para um homem recatado ao extremo. Sua primeira relação sexual teria sido aos 36 anos com Olga Benário<sup>688</sup>. Ficou preso dez anos, entre 1935 e 1945. Depois que saiu da prisão, Prestes só pensava em cuidar do partido. Quando chegou o ano de 1950, relata Jacob Gorender<sup>689</sup>, a direção do PCB estava preocupada. Não com Prestes, como pessoa. Mas com sua imagem pública como homem. Poderiam duvidar da masculinidade do Líder.

Foi então que decidiram armar uma situação. O partido tinha voltado à ilegalidade e seus principais militantes, à clandestinidade. Prestes foi transferido para um sobrado em São Paulo, onde ficaria aos cuidados da viúva de um militante falecido. Foi assim que, aos 52 anos, conheceu dona Maria Ribeiro, com quem passaria a viver maritalmente logo depois. Nem ele, nem ela, sabiam da conspiração armada pelos demais camaradas em nome da boa imagem revolucionária.

Prestes era o diapasão dos comunistas brasileiros, o Líder da nossa futura revolução. Seu comportamento era a principal referência em todos os aspectos, inclusive no pessoal. E Prestes era essencialmente família. O fato é que o PCB incentivava seus militantes a terem famílias estruturadas, ainda que um pouco fora dos padrões burgueses. Já era assim independente de Prestes. Muitos deles atravessavam longos períodos de clandestinidade, enquanto suas mulheres e filhos viviam o cotidiano na sociedade. Diante desse quadro, a ética do Partidão costava ser a da fidelidade. As mulheres esperavam por seus maridos por longos períodos, por vezes anos, como as mulheres de Atenas. Era comum aparecerem na calada da noite e desaparecerem antes do dia

---

<sup>687</sup> Fonte: narrativa oral de Zoé Ribeiro Prestes, filha do casal.

<sup>688</sup> Fernando Moraes. *Olga*. São Paulo: Ômega, 1985.

<sup>689</sup> Em narrativa oral a este pesquisador, por ocasião da reportagem biográfica que teci para a revista *Veja*, por ocasião do falecimento de Prestes. Gorender recebeu-me em sua casa, no bairro da Lapa, São Paulo, em Mar 1990, quando então teceu uma longa narrativa sobre a vida privada de Prestes e, dentre outros temas, o comportamento sexual dos militantes do PCB. A parte política na narrativa, usei-a na respectiva reportagem biográfica sobre prestes. Quanto às questões sobre a vida privada dos militantes do PCB, guardei em meus arquivos a gravação dessa entrevista.

amanhecer. E eles, por sua vez, buscavam manter máxima discrição em suas vidas clandestinas<sup>690</sup>.

O surgimento da luta armada urbana (e depois a rural) mudou esse comportamento. A ética sexual passou a ser outra. Para começar, por questão de segurança, era coibido como regra (e em muitos casos terminantemente proibido) manter relacionamentos fora da própria organização. Nem relacionamentos fortuitos, muitos menos amorosos. Assim, eles costumavam se relacionar uns com os outros – prática que perdurou até meados dos anos 1980, dentro do Movimento Estudantil. Também havia um acordo tácito de que, quando os companheiros ou companheiras caíam prisioneiros dos militares, o outro estava automaticamente liberado para se relacionar com alguém dentre os companheiros disponíveis. Mas as relações eram obrigatoriamente endogâmicas<sup>691</sup>.

O PC do B, dissidência do Partidão, teve seu início conservador. Sexo era assunto desconhecido nas reuniões do partido. Não por moralismo, mas pelo fato de não passar de uma espécie de fraqueza, quando não desvio pequeno-burguês, que nada tinha a ver com o objetivo revolucionário. Em outras palavras, esse assunto, amor e sexo, era tema considerado sem qualquer relação com a revolução. Não era proibido. Simplesmente não existia, não era cogitado<sup>692</sup>.

\* \* \*

Quando os guerrilheiros chegaram ao Araguaia, encontraram um ambiente de extremo recato. O triunvirato de chefes políticos – Mário, Cid, e tia Maria – eram todos monásticos, como Prestes. Sempre foram, antes do

---

<sup>690</sup> Gorender, idem.

<sup>691</sup> Essas práticas são abordadas por Judith Patarra na biografia que teceu sobre Iara Iavelberg, especialmente nos depoimentos da ex-militante da VAR-Palmares Dilma Rousseff, que era amiga de Iara. Judith Lieblich Patarra. *Iara: Reportagem biográfica*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992. 520 p.

<sup>692</sup> Os dois principais documentos remanescentes da guerrilha, “Relatório Arroyo” e “Diário do Velho Mário”, não dedicam qualquer linha sobre esses temas, amor e sexualidade. Chama a atenção a forma como Maurício Grabois retirou seu filho André de Porto Franco. Conforme o narrado no Capítulo 5, André havia se apaixonado por uma vizinha, seu primeiro amor, “um namoro acoxado”, segundo o relato de seu melhor amigo na época, Vaner Mota Marinho. André havia escrito uma carta à irmã Vitória informando que encontrara a mulher de sua vida. Até que um dia pai e filho desapareceram de Porto Franco. Saíram sem se despedir, deixando a garota desesperada. Ou seja, a revolução estava muito acima das sensibilidades.



Araguaia, e no caso dos sobreviventes Amazonas (Cid) e Elza (tia Maria), assim permaneceriam até o final de seus dias, na década de 2000<sup>693</sup>.



*Dinalva com o marido Antônio Carlos; no Araguaia era o Antônio da Dina*

Até 1969, a direção do partido só permitia que homens fossem convocados à futura revolução. Aos poucos, a partir de 1970, foi abrindo. Primeiro abriu para alguns poucos casais, todos realmente casados em cartório, naquele tipo de casamento à moda antiga no qual a esposa adota o sobrenome do marido. Foram os casos de Antônio e Dina; Lena e Jaime; Beto e Regina; Ari e Áurea<sup>694</sup>.

Depois o partido abriu para as mulheres. Assim, apareceram outros casais, como João Goiano e Maria Diná; Aparício e Val; Jesuíno e Ana; Lourival e Lia, todos igualmente casados. Também foi para lá a namorada de Paulo, Rosinha. Assim, oito casais chegaram já formados ao Araguaia.

<sup>693</sup> Militantes do PC do B que estiveram por décadas próximos aos sobreviventes João Amazonas e Elza Monerat, como a pesquisadora Myrian Alves e Diva Santana (irmã da guerrilheira Dinaelza Santana e representante eleita das famílias junto à Comissão dos Mortos e Desaparecidos), registram essa característica desses dirigentes históricos do partido. Para Amazonas e Elza, por exemplo, questões privadas, especialmente amor e sexo, eram temas que simplesmente não existiam, assuntos que não diziam respeito a um bom revolucionário. Em seus mais de 40 anos de militância, Diva observou característica idêntica entre as dezenas de militantes históricos do PCB e do PC do B.

<sup>694</sup> Sendo que, apenas no caso de Áurea, optou por não adotar o sobrenome do marido, Valadão. Curiosamente, ela é apresentada em praticamente todos os documentos militares como “Áurea Elisa Valadão”.

Regina não guarda boas reminiscências sobre sua vida matrimonial no Araguaia. O marido Beto já estava há três meses na região quando ela foi autorizada para seguir junto. Seguiu em companhia de Velho Mário. Seu relato:

A ficha caiu quando eu cheguei. Primeira surpresa é que o Lúcio não estava me esperando. Quem me recebeu foram a Elza, a Alice e o Luiz<sup>695</sup>. Lúcio apareceu dias depois. Estava com um aspecto diferente, cabelo enorme, pele muito queimada. O ambiente era meio hostil, não houve nenhuma intimidade entre nós. Eu queria pular no colo dele, queria festejar o reencontro. E ele distante, naquela postura revolucionária, numa rigidez a ser preservada. Passei 18 meses no Araguaia sem conseguir reestabelecer a intimidade com meu marido<sup>696</sup>.

\* \* \*

Em sua antológica encíclica *Sublimus Dei*, de 1537, o papa Paulo III afirmava que os habitantes da América recém-descoberta não eram animais, mas seres humanos de alma pura e receptiva à fé em Cristo, que viveriam em uma espécie de Paraíso, nós como Adão e Eva, contudo livres de todos os pecados<sup>697</sup>. Mas o que restou célebre da encíclica papal entre os portugueses seria um ditado popular derivado que regia: “Não existe pecado ao sul do Equador”. No imaginário europeu, passou a significar, também, a associação entre os trópicos e a sensualidade<sup>698</sup>.

Assim também ocorreria com aqueles jovens que se deslocaram para os trópicos de algum lugar das selvas amazônicas. Nos ambientes universitários, como dito, o amor livre já era hegemônico, mas não absoluto. Seguindo o sistema de representações e de valores de seu tempo, pelo menos três

<sup>695</sup> Regina narra o episódio misturando nomes com codinomes. Assim, refere-se, pela ordem, a Lúcio Petit (Beto), Elza Monerat (Tia Maria), Criméia Alice Almeida (Alice) e Guilherme Lundi (Luiz).

<sup>696</sup> Lúcia Regina de Souza (Regina). Em narrativa oral à pesquisa.

<sup>697</sup> Em seus estudos sobre as epistemologias do sul, Boaventura de Sousa Santos faz referência à encíclica de Paulo III dentro do contexto no qual ele buscava condenar a escravidão e a chacina indígena e, ato contínuo, promover a salvação pela catequização. Na interpretação de Boaventura, a máxima papal liberou o colonizador europeu para toda sorte de exploração e opressão sem culpa. Boaventura de Sousa Santos. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: Boaventura de Sousa Santos e Maria Paula Meneses (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2009.

<sup>698</sup> Felipe Ferreira e Gustavo Borges Corrêa, da UERJ, também fazem referência à frase de Paulo III em artigo para a Revista da Associação Nacional de Pesquisadores em Artes Plásticas. “Os portugueses, ao contrário do conquistador espanhol, entregavam-se prazerosamente ao contato sexual com os habitantes das terras ocupadas – inicialmente as índias e, mais tarde, as negras escravas – estabelecendo uma imagem do Brasil como uma espécie de centro de prazeres sem culpa”. In: F. Ferreira, G.B. Corrêa. “Rio de Janeiro: Carnaval e Sensualidade”. In: Anap, Anais 2011. Disponível em: [http://www.anap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/felipe\\_ferreira.pdf](http://www.anap.org.br/anais/2011/pdf/chtca/felipe_ferreira.pdf). Última visualização em 15 Out 2013.

guerrilheiras ainda eram virgens quando entraram para a revolução: Lúcia, Maria e Sônia<sup>699</sup>. Lúcia é a única sobrevivente das três:

Eu já tinha namorado antes um artista plástico na Bahia. Era apaixonada, até gostaria de ter feito amor com ele. Mas como ele pensava em ir para o exterior, eu já cogitava a luta armada, e não havia a certeza de que ficaríamos juntos, então ele preferiu não avançar. Éramos os dois do PCB. Quando eu fui para o PC do B, nos separamos. Depois cheguei a namorar um companheiro da nova organização, mas não me apaixonei. No Araguaia, chegou a rolar uma paquera com o Jorge. Morávamos na mesma casa, como irmãos. Eu era despreparada pra tudo, fui criada com três empregadas dentro de casa. Então o Jorge começou a me ajudar nas tarefas domésticas. Rolaram uns beijos, mas ele logo depois seria morto pelo Exército. E eu, logo depois, seria presa. Voltei do Araguaia virgem<sup>700</sup>.

Aos poucos, no cotidiano doméstico, os casais foram se formando. Sônia encontrou o amor com o italiano Joca. Tuca, poetisa, apaixonou-se por Peri, a quem conhecia do movimento estudantil de São Paulo. Manoel e a nissei Chica passaram a dividir as tarefas domésticas e a dormir na mesma rede. Apaixonaram-se profundamente Aparício e a sanfoneira Val<sup>701</sup>. Passavam as madrugadas cantando e tocando em frente à fogueira<sup>702</sup>.

\* \* \*

Naquele início, durante os preparativos para a luta iminente, muito mais flores do que dissabores. Mais tarde, com a tensão da luta armada, tiveram início os conflitos pessoais dentro dos destacamentos. Entre as consequências, separações. E novos casais se formando. Rosinha brigou com Paulo e passou a viver com Nunes. Lourival e Lia se separaram. Logo, um novo casal: Lia e Fogoió. Assim que Cristina chegou ao Destacamento A, começou a namorar o

<sup>699</sup> Respectivamente Luzia Reis Ribeiro, Maria Lúcia Petit e Lúcia Maria de Souza, todas universitárias, entre 20 e 22 anos.

<sup>700</sup> Luzia Reis (ex-Lúcia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>701</sup> Respectivamente Idalísio Soares e Walquíria Afonso Costa.

<sup>702</sup> Chamo a atenção para um outro casal de guerrilheiros que se formou nessa época: José Genuíno Neto e Rioco Kaiano. Nesse caso, contudo, o romance teve início na prisão em Brasília. Estão casados até a presente data.

comandante Joaquim. Então Maria apareceu no Destacamento C, bonita, idealista e virgem. Teria sido amor à primeira vista: o comandante Joaquim, 42 anos, e a jovem Maria, 20 anos.

Maria Diná também se separou do marido Zé Goiano. Os dois haviam sido namorados desde a adolescência em Jequié. O camponês Jonas Gonçalves, que viveu um ano como guerrilheiro, de armas em punho e sob o codinome de Josias, já os conheceu separados. “Em um ano, nunca vi Diná com o marido. Ela e o João se encontravam no grupo, mas nunca a vi dormindo com marido ou namorado algum”<sup>703</sup>. A razão para a opção de Diná pela solidão? Jonas arrisca: “Diná era mais brava que a Dina”. Mais, não disse.

\* \* \*

Áurea e Ari tiveram uma briga. Ela teria disparado um tiro no marido; pegou de raspão<sup>704</sup>. Separaram-se; contudo, foram mantidos no mesmo Destacamento C. Jobias, então, apaixonou-se por Áurea. Mas Áurea estava interessada em Mundico. Poeta romântico, com versos tendendo ao parnasiano, Mundico acabou amando perdidamente a guerrilheira<sup>705</sup>. Entretanto, como no poema *Quadrilha* de Drummond, Áurea não queria amar ninguém<sup>706</sup>. Preferia exercer o poder de escolher livremente seus parceiros.

Pedro Gil, que deixara esposa e filho na cidade, começou a namorar Fátima Preta, mulata paulista, com corpo de sambista. Até que um dia Pedro Gil encantou-se por Dina, que era casada com Antônio da Dina. E esta, por sua vez, correspondeu. No início, foi um romance clandestino. Lena relata:

Ela (Dina) chegou lá com o casamento já esfacelado. Antes de ir para lá já estava esfacelado. Então rolou uma paixão entre ela e o Gilberto Olímpio, que era marido da Vitória Grabois. O Gilberto era charmosíssimo. Eles se conheceram lá. Foi uma paixão daquelas. O Gilberto era da Comissão Militar. Mas sempre ia lá nos Caianos, onde ela morava com o Antônio. Eu não sei se o Antônio sabia.

<sup>703</sup> Josias Gonçalves (ex-Jonas). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>704</sup> Cícero Venâncio. Narrativa oral à pesquisa. O camponês Cícero Venâncio conviveu de perto com os guerrilheiros nesse período.

<sup>705</sup> Idem.

<sup>706</sup> “João amava Teresa que amava Raimundo que amava Maria que amava Joaquim que amava Lili que não amava ninguém”.

A Dina continuava o trabalho doméstico de lavar as roupas dele, fazer o almoço. Cuidava dele como estivesse ainda casada. Eram amigos. A história com o Gilberto não era pública, não. Os meninos não sabiam. Mas nós sabíamos. A Dina era muito alegre, muito bonita, grandalhona, ombros largos, cadeiruda, pezão 40, rosto muito delicado. Há uma certa lenda sobre o que se conta dela – mas era uma mulher excepcional. Tinha experiência de roça, coisa que nós não tínhamos<sup>707</sup>.

Com o tempo, no desenrolar da luta armada, Dina e Gil decidiram assumir o romance. Tornou-se assunto a ser discutido pelos comissários do povo, um caso a firmar jurisprudência revolucionária. Assim, Antônio da Dina saiu de casa para dar lugar a Pedro Gil. Este, por sua vez, escreveu uma carta à mulher relatando o romance e formalizando a separação de fato e de direito<sup>708</sup>.

Membro da Guarda da Comissão Militar, Gil foi deslocado para ser o novo comandante do Destacamento C. Dina foi promovida a vice-comandante. O antigo comandante do D-C, Dr. Paulo, foi transferido para o lugar de Gil na Guarda da Comissão Militar. Quanto ao marido, Antônio da Dina, ora, era um bom revolucionário. Permaneceu membro do Destacamento C<sup>709</sup>.

Ao longo de todo o período de preparativos para a guerrilha, havia certo recato entre os guerrilheiros. Tomavam banho no mesmo lugar, mas procuravam horários diferentes para homens e mulheres. Uma das lembranças de Paulo é certo final de tarde ter chegado a um Igarapé e ter visto Fátima Preta nua, preparando-se para o banho. Paulo parou; quis olhar o corpo. Ela o viu. Então o olhou firme, muito firme, segundo suas reminiscências. Nada disse, nem tentou se esconder. Apenas o olhou firme, olhar de reprimenda, interpretou o guerrilheiro. Ele baixou os olhos, envergonhado, virou-se de costas e foi embora. Nada disseram naquele momento. Nem depois. As

---

<sup>707</sup> Maklouf Carvalho. Op. cit. pág. 450.

<sup>708</sup> Narrativa oral do camponês Cícero Venâncio.

<sup>709</sup> Velho Mário também registra em seu diário a transferência de Pedro Gil para o comando do Destacamento C, contudo, não apresenta as razões pessoais.

lembranças de Lena vão ao mesmo sentido, de “um cotidiano muito sadio”, segundo suas palavras:

Tomávamos banho a um metro dos meninos, que ficavam de costas, no maior respeito. No nosso grupo nunca houve um caso de desrespeito. Era uma seriedade até exagerada. Existia uma certa proteção pelo fato de a gente ser mulher. Eles impunham isso. O peso menor davam pra mim e pra Maria Lúcia. A gente não achava ruim, não. O cotidiano era muito sadio. E aí acho que mata o casamento. O casamento você tem que ter a sua casa, a sua cama, a sua vida, o seu espaço para berrar um com o outro. A vida coletiva dilui o casamento. Isso pra mim foi claro: o casamento com o Jaime foi se diluindo, foi se transformando numa amizade com muita intimidade, amizade de mãe e filho<sup>710</sup>.

\* \* \*

Numa das mais belas passagens da literatura universal, Dimitri Karamazov, um dos protagonistas de *Os Irmãos Karamazov*, obra-prima de Fiodor Dostoievski, começa a refletir sobre as tragédias do mundo e a relação entre as amarras morais e os homens sem escrúpulos. Então ele solta uma frase lapidar: “Se Deus não existe, tudo é permitido”<sup>711</sup>.

Apesar da maior parte dos guerrilheiros professar o ateísmo, como regia o marxismo daquele tempo, tomo emprestadas essas palavras tão somente como metáforas do sistema de valores daquele punhado de jovens idealistas. Os relatos dos camponeses que conviveram com eles ao longo de oito anos tendem a mostrar que, em determinado momento, eles mudaram de comportamento em suas vidas privadas.

Na medida em que o cerco militar se fechava e os guerrilheiros iam sendo abatidos, a tensão aumentava. Não havia como combater as Forças Armadas. Nem havia rotas de fuga. Então as emoções afloravam. Longe das famílias, isolados em algum lugar das selvas amazônicas, na iminência de restarem mortos a qualquer momento, era como se o antigo sistema de valores

<sup>710</sup> Maklouf Carvalho. Op. cit., pág. 451

<sup>711</sup> Chamo atenção para o fato de Hannah Arendt também ter citado essa mesma frase de Dostoevski ao tratar do fenômeno do niilismo. Arendt. *Origens do Totalitarismo*. Op. cit., pág. 491.

– o pecado, representado pela alteridade – não tivesse qualquer sentido. E se Deus não existe, pelo menos para alguns tudo seria permitido.

\* \* \*

O fato concreto é que a chegada dos militares significou profundas alterações nos grupos guerrilheiros. Tudo mudou, principalmente em função da segurança. Hábitos cotidianos, alimentação, relacionamento entre eles. A vida íntima também sofreria alterações. Passou a ser temerário aos guerrilheiros solteiros, por exemplo, ir às cidades namorar as moças da região. Ou procurar prostitutas. Mas havia um problema naquele grupo revolucionário. Eram quase 60 homens jovens para 18 mulheres, numa relação de três para uma. Foi assim que, aos poucos, as prestações, o amor livre começaria a tomar um novo sentido.

Ao versar sobre as diferentes concepções da pulsão humana básica, Ernest Bloch lembra que algo no corpo tem de almejar em primeiro lugar e de forma especial. “Qual é então a mola propulsora principal de nossas atuais reflexões e buscas?”, indaga o pensador. “Como é sabido, Freud coloca o instinto sexual como o primeiro e mais forte de todos. Com isso, a libido rege a vida, sendo fundamental tanto em termos temporais como no conteúdo”<sup>712</sup>.

No Destacamento C, enquanto comandando por Dr. Paulo, um ex-militante do PCB, não teria ocorrido qualquer alteração na vida íntima dos guerrilheiros. A “mola propulsora principal” de suas “reflexões e buscas” continuou sendo a política, de acordo com as lembranças dos moradores da região. Mas a partir da ascensão de Gil como comandante e de Dina como líder política, no início de 1973, começaria a transição comportamental.

Em meados de 1973, Mundico teria brigado com Dina por causa de Áurea. A chefe estaria enviando a guerrilheira para missões na mata com uma diversidade muito grande de camaradas. Mundico teria sido tomado pelo chamado ciúme pequeno-burguês. Dina então teria respondido a Mundico, na frente de um grupo de camaradas e de camponeses: “Você sabe que está

---

<sup>712</sup> Ernest Bloch. *O Princípio Esperança*. Op. cit., pág. 54.

combinado entre nós que cada mulher serve a cinco homens se ela quiser”<sup>713</sup>. Enfim, nada muito diferente daquilo que nos anos 1980, no Brasil, seria chamado de “amizade colorida”; na década seguinte de “sexo casual” e, no tempo presente, de “ficantes”.

No Destacamento B, as visitas dos rapazes às mulheres dos vilarejos continuaram, ainda que com segurança redobrada. O comandante Osvaldão, como fazia desde 1966, continuava a visitar as muitas namoradas que acumulara nas corrutelas. Val ficara viúva de Aparício, mas não restam narrativas de que tenha tido outro companheiro. Outro membro do destacamento, Raul, conheceu em 1973 uma jovem de fora, nem guerrilheira, nem moradora da região. Os relatos dos moradores dão conta de que teria sido um romance entre jovens apaixonados. Escondido dos militares, obviamente. Mas, também, escondido do partido. Tiveram uma filha, nascida entre fins de 1973 e início de 1974, na tensão do período no qual os militares estavam exterminando por completo os guerrilheiros<sup>714</sup>.

No Destacamento A, sob o comando de Zé Carlos, houve ressignificações do entendimento sobre os deveres revolucionários<sup>715</sup>. Lá, substituição do amor livre pelo sexo como necessidade fisiológica teria ocorrido primeiro, em meados de 1972, logo após a chegada dos militares. O camponês José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, viveu perto deles desde 1969 até

<sup>713</sup> Cícero Pereira Gomes, “Cícero Venâncio”. Narrativa oral, gravada em vídeo, pelo Grupo de Trabalho Tocantins, GTT, em 21 Jul 2010.

<sup>714</sup> Foi Mercedes Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Raul (Antônio Theodoro Castro), que descobriu em suas pesquisas junto a moradores da região que ele havia tido uma filha com uma “moça estrangeira”. Descobriu ainda que essa jovem teria sido morta e a criança levada por um sargento do Exército que morava em Manaus. Mercedes acabou encontrando a sobrinha em Manaus; fora adotada por uma família. Chama-se Lia; nasceu em 1973. Fizeram o teste de DNA e o laudo atestou 95% de possibilidade de ser filha de Raul. Quando à identidade de sua mãe, ainda é desconhecida. Em minhas pesquisas, encontrei um documento militar, “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, produzido por algum analista da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 14 Mar 1986, e arquivado no órgão sob o protocolo ACE 54730/86, documento este que cita que Célia Sanches Cristie foi morta a 08 Fev 1974. Esta é uma possibilidade a ser pesquisada.

<sup>715</sup> Chamo a atenção para o fato de que os guerrilheiros sobreviventes não testemunharam os episódios abaixo relatados. Todas as prisões ocorrem nas primeiras semanas depois do início dos conflitos, entre abril e maio de 1972. A partir daí, as Forças Armadas não fizeram mais nenhum prisioneiro. Os únicos que assistiram ao período de combates são João Carlos Wisnesky, o Paulo, e Micheas Almeida, o Zezinho. Sobre a vida afetiva da guerrilha, ambos recusam-se a falar. Especialmente Wisnesky, para quem o assunto é traumático e, instigado a acessar as memórias, opta pelo esquecimento deliberado, segundo o conceito de Ricoeur. Assim, resta aos pesquisadores buscar acessar as lembranças dos camponeses que conviveram com os guerrilheiros para tentar reconstituir os episódios relacionados a este tema.



o fim dos conflitos, em 1974<sup>716</sup>. Trata-se, portanto, de um daqueles “homens-memória”, segundo a expressão de Le Goff<sup>717</sup>.

De acordo com as lembranças do camponês, Zé Carlos teria começado a separar os casais. Especialmente se fossem apenas namorados<sup>718</sup>. Outra decisão do comando foi começar a enviar duplas, com homens e mulheres, a missões onde precisavam dormir na mata, ainda de acordo com as lembranças de Catingueiro. A mata, à noite, é fria. Acabavam dormindo juntos na mesma rede. A distância esfria as relações estáveis. O perigo das noites na mata e a química na rede aproxima ebulição emocional, de outro lado, aproxima os novos parceiros.

O camponês Abel Honorato de Jesus, o Abelinho<sup>719</sup>, lembra-se que “Sônia andava com Zé Carlos e Nelito, que era marido de Cristina, um de cada vez”. Lembra-se ainda que “Zé Carlos andava com Alice, que vivia atrás do Dr. Juca”. O camponês José Moraes Silva, o Zé da Onça<sup>720</sup>, também guarda lembranças desse tempo. Ele era adolescente, filho de posseiros em uma gleba ao lado de um dos grupamentos guerrilheiros do Destacamento. A guerrilheira Sônia gostava muito dele; sempre aparecia em sua casa para falar dos estudos – e da revolução em curso. O camponês também criou intimidade com Nunes. Certa vez Nunes teria lhe confidenciado que Zé Carlos o incentivava a “ir pro mato” com Sônia. Apesar de estar namorando Rosinha.

Ainda segundo as lembranças do camponês Zé da Onça, Nunes teria comentado que, de quinze em quinze dias, havia um revezamento entre os guerrilheiros para “ir pro mato” com as solteiras. Se casada, não revesava. Um

---

<sup>716</sup> De início, como simpatizante do grupo, chamado de “apoio” no jargão da região. Depois, integrou-se ao grupo e passou a viver com eles na condição de guerrilheiro. Mais tarde, preso pelo militares, foi obrigado a servir de guia do Exército. Depoimentos orais em 16 Set 2009, 22 Fev 2010 e 10 Out 2011.

<sup>717</sup> Observador, inteligência muito acima da média, guarda em suas lembranças fatos, nomes e detalhes sobre os conflitos como raros no Araguaia, segundo pude constatar em minhas muitas horas conversa com ele, em narrativas que duravam até o dia inteiro.

<sup>718</sup> Ressalto que os depoimentos dos camponeses que conviveram com os guerrilheiros convergem para assegurar que somente no Destacamento A houve separação de casais por determinação do comandante Zé Carlos.

<sup>719</sup> Abelinho tinha uma gleba na região do Caçador, área do Destacamento A. Aliás, a guerrilheira Sônia foi morta em sua terra, e lá deixado o corpo insepulto; Zé Carlos e Nunes, por sua vez, foram mortos e enterrados em área bastante próxima. Depoimento em 14 Ago 2012.

<sup>720</sup> Zé da Onça era filiado ao PC do B e presidente da Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia quando prestou esse depoimento oral, em 23 Jul 2009.

dia Zé da Onça escutou Tuca (do B) e Fátima rindo muito, trocando comentários sobre quem eram os homens mais “gostosos” do Destacamento A.

“O que tá ouvindo ai, garoto safado?”, ralhou Fátima.

(Abro parênteses para esclarecer que a expressão “ir para o mato” guarda duas conotações. Primeiro foi usada no sentido de deixar a vida na segurança das corrutelas e “ir para o mato” com os guerrilheiros, também chamados “povo da mata”, ou “paulistas”. Sônia chamou algumas vezes Zé da Onça, então com 16 anos, para “ir para o mato” com ela, ou seja, virar guerrilheiro. Dentro dos grupos guerrilheiros, mais tarde a expressão adquiriu o sentido sexual, qual seja, um casal “ir para o mato”, longe da vista dos demais camaradas. O mato é como se fosse a linha do Equador do papa Paulo III, a divisória entre o pecado e o espaço, onde as amarras sociais não existem e “tudo é permitido”, de acordo com a máxima de Dostoievski.)

Alguns guerrilheiros, contudo, teriam mantido um comportamento monástico até o fim. Dr. Juca, por exemplo, chegou ao Araguaia em fins de 1968 e morreu quatro anos depois, em setembro de 1972. Nesse período, de acordo com as lembranças tanto dos camponeses, quanto dos guerrilheiros sobreviventes, não teria mantido nenhum relacionamento amoroso, nem com guerrilheiras, muito menos com moradoras da região – como teria ocorrido em sua passagem por Porto Franco.

Um pouco antes de falecer, quando já fazia parte da Comissão Militar, Dr. Juca foi chamado ao Destacamento A. Uma guerrilheira desconfiava que estava grávida e queria ser examinada. Ele conversou, apalpou a barriga e concluiu que sim, que tudo indicava que estivesse em início de gravidez. Mas ela pediu para que fizesse o exame de toque ginecológico. Ele refugou, argumentou que não havia necessidade. Ela insistiu. Algumas mulheres estavam por perto assistindo à cena. Coube à Sônia reclamar em voz alta:

“Isso é uma grande sacanagem com o pobre do Juca. Está há anos sem ver mulher, você não pode fazer isso com ele”<sup>721</sup>.

---

<sup>721</sup> Relato de João Carlos Wisnesky. Optei por omitir o nome da guerrilheira. Ela sobreviveu.

Ele não chegou a fazer o exame. Talvez quisesse mostrar aos demais que era um médico. Apenas um médico no exercício da Medicina.

\* \* \*

Em determinado momento, a vida íntima dos guerrilheiros passou a ser usada para “vigiar e punir” – tomo aqui emprestado o título de um livro de Foucault<sup>722</sup> para buscar expressar a situação. No Destacamento A, o comandante Zé Carlos e o guerrilheiro Paulo começaram a se desentender. Cada vez mais. Paulo achava seu comandante um garoto imaturo<sup>723</sup>. Zé Carlos, por sua vez, achava Paulo indisciplinado e preguiçoso, um péssimo revolucionário<sup>724</sup>. Paulo era o galã do grupo, alto, louro, olhos verdes, parecido com o ator Paul Newman, jogador de futebol famoso no Brasil e no exterior, e ainda por cima estudando de Medicina – tudo numa só pessoa. Zé Carlos, por sua vez, era míope, dentuço, 1m65 de altura, o mais baixo dentre todos os revolucionários. E também dos mais jovens.

Eram oposto-contraditórios, sobretudo nas ideias; um, stalinista; o outro, libertário. Velho Mário chegou a classificar o adversário interno de seu filho, em anotação do diário de 11 de outubro de 1973, como “pusilânime”, “covarde”, “carga pesada”, “um perigo para o D-A”. Em determinado momento, Zé Carlos retirou a arma de Paulo e passou a escalá-lo para cuidar das galinhas. Ou servir de vigia noturno. “Vim fazer revolução”, reclamou. Mas teve que obedecer a seu comandante.

## 5.7 – Filhos indesejados

Uma das questões mais polêmicas que restam da guerrilha diz respeito à gravidez. No caso em questão, provocaria consequências definitivas para o movimento guerrilheiro. O Regulamento Disciplinar das Forças Guerrilheiras proibia de forma expressa e definitiva que eles gerassem filhos no exercício da

<sup>722</sup> Michel Foucault. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987.

<sup>723</sup> Narrativa oral de João Carlos Wisnesky, o Paulo.

<sup>724</sup> No “Diário do Velho Mário”, Maurício Grabois refere-se a Paulo com tais adjetivos em suas anotações entre agosto e setembro de 1973, período no qual as brigas entre ele e Zé Carlos ficam mais acirradas.

revolução. Até aí, pelo menos em tese, tudo bem. O problema é que não havia linhas de abastecimento entre a guerrilha e o partido. Como já exposto, por decisão do triunvirato formado por Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas, apenas seis membros da Executiva Nacional do partido tinham conhecimento do movimento no Araguaia. E todas as providências a serem tomadas nas cidades, a começar pelas linhas de abastecimento, estavam concentradas nas mãos de um único e exclusivo dirigente, Carlos Nicolau Danielli.

Este foi morto pelas forças de repressão na madrugada de 30 de dezembro de 1972. João Amazonas e Pedro Pomar, que então dirigiam juntos o PC do B a partir de São Paulo, não designaram ninguém para seu lugar. A partir da morte de Danielli, toda e qualquer comunicação com o Araguaia seria cortada. Nem armas, nem dinheiro, nem gêneros. Nada. Nem gêneros considerados supérfluos, como preservativos e pílulas anticoncepcionais. Assim, mulheres ficaram grávidas.

A primeira guerrilheira a engravidar foi Ana, do Destacamento C, então sob o comando do Dr. Paulo. A Comissão Militar então determinou que fizesse o aborto. Ela e o marido Jesuíno queriam ter o filho. Então fugiram de volta para casa, em Fortaleza. Em março de 1972 nasceu uma menina saudável, Izabela. É a própria Ana quem relata a passagem do casal pelo Araguaia:

Com a gravidez, decidi que, se eu estava lutando por um mundo melhor, não poderia jamais abortar um filho, mesmo compreendendo o partido, que por questão de segurança dizia que eu não poderia ter um bebê na guerrilha. Decidimos que iríamos ter esse filho. A partir daí, comecei a planejar a fuga. Eu tinha uma orientação geográfica muito boa, ia para os treinamentos sabendo situar-me<sup>725</sup>.

Com a palavra, o ex-guerrilheiro Jesuíno:

Chegamos em 1971, passamos nove meses, mas saímos antes da eclosão de combates. Ficamos no destacamento C, da Cigana, que era o maior grupo. Foi um fato grave, importantíssimo naquele momento, quando decidimos

---

<sup>725</sup> In: Ayrton Maciel. “Araguaia, a rebelião que mais assustou os militares”. Recife: Jornal do Comércio, entrevistas publicadas em 29 Jul 2007.

deixar a guerrilha, quando a Teresa ficou grávida. Como o partido decidiu não retirar Teresa, nós decidimos sair (sem autorização). Voltamos para Fortaleza, onde fui preso cinco dias antes da Isabela nascer<sup>726</sup>.

No mesmo dia em que chegamos ao campo, foi dito que estávamos em um campo de guerrilha. Teresa imediatamente disse que ali não ficaria, que não sabia que tinha ido para aquilo. Ela tinha pouco tempo de partido, diferentemente de mim, tão ligado ao PC do B que não importaria em dar minha vida naquelas circunstâncias. Mas a gravidez nos forçou a uma decisão grave, a de abandonar a guerrilha. Eu não sabia que estava indo para a guerrilha. O que o partido decidiu, eu fazia, mas eu achava que íamos fazer um movimento de massa. Estive com o João Amazonas e aceitaria qualquer decisão, ir para onde ele fosse. Mas, eu não sabia. O camarada Zé Duarte (dirigente) afirmou que eu ia cumprir uma missão importante para o partido, que eu ia sem a Teresa, mas resolveu mandar nós dois. Foi um equívoco. Teresa tinha muito pouco tempo de partido. Trabalhava na organização do PC do B em Pernambuco e na Paraíba<sup>727</sup>.

O grande problema da decisão do casal de deixar o Araguaia para ter a criança é que, segundo o jargão revolucionário, Ana e Jesuíno desertaram. E, de acordo com o Regulamento Militar das Forças Guerrilheiras do Araguaia, tal ato é considerado o crime mais grave dentre todos os crimes previstos pelo Regulamento. A pena é clara: “Justiçamento”, jargão então usado como eufemismo para a pena-de-morte, a ser executada por um pelotão de fuzilamento revolucionário.

Regina, do Destacamento A, engravidou de seu marido Beto. Como no caso de Ana e Jesuíno, isso ocorreu em fins de 1971. O casal Regina e Beto também queria ter o filho. O comandante Zé Carlos decidiu pelo aborto. Foi submetida à curetagem, em condições precárias, efetivada pela guerrilheira Sônia<sup>728</sup>. Ela então pegou uma forte infecção. Corria perigo de morte e foi levada por tia Elza até um hospital em Anápolis, GO. Assim que Elza se retirou,

---

<sup>726</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>727</sup> *Idem, ibidem.*

<sup>728</sup> De acordo com sua narrativa a esta pesquisa.

Lúcia fugiu para a casa dos pais em São Paulo. Recusou-se a voltar para a guerrilha e, ato contínuo, abandonou o PC do B. Depois desapareceu por 30 anos nas cidades<sup>729</sup>.

Logo depois que os militares chegaram, mais dois casos de gravidez polêmicos. Alice, do Destacamento A, ficou grávida de Zé Carlos. O jovem comandante teria tergiversado sobre o que fazer. Velho Mário, seu pai, veio em socorro com a decisão final do Comando Militar: ela deixaria a guerrilha para ter o filho em São Paulo. Assim foi feito. No Destacamento C, Áurea ficou grávida pela primeira vez. Nessa época ainda estava com o marido Ari. Optou por tirar, sem problemas. Teria feito quatro abortos no total. A curetagem no Destacamento C era realizada em um local chamado Grota do Hospital; uma nascente com água cristalina.

Mas no Destacamento A, na sequência de Alice, Rosinha ficou grávida de Nunes. O casal também queria ter o filho. Apesar do precedente envolvendo Alice, Zé Carlos determinou que Rosinha se submetesse ao aborto. Ela não queria. Mas submeteu-se a curetagem. Depois, teria ficado revoltada. Queria fugir. Não deixaram, sob pena de justificação<sup>730</sup>.

Dois anos e meio depois, em fevereiro de 1974, quando caiu prisioneira dos militares, Rosinha relatou que o episódio do aborto a teria deixado revoltada com a direção da guerrilha. Teria concluído que haveria distinção entre mulher de autoridade e guerrilheiras da vala comum. A partir de então, a revolução havia perdido o sentido para ela. Teria dito ainda que, depois do aborto, só ficou no Araguaia porque não tinha como sair<sup>731</sup>.

Ela tentava com aquelas palavras – dentre outras – encontrar alguma forma de convencer os militares de que já não seria um perigo armado para o regime instituído, que estaria arrependida e que, portanto, poderiam deixá-la

---

<sup>729</sup> Além de sua narrativa oral, esse episódio encontra-se relatado em Studart. *A Lei da Selva*, op. cit. pág. 93.

<sup>730</sup> João Carlos Wisneky, de acordo com sua narrativa oral, estava presente nesse episódio.

<sup>731</sup> De acordo com a narrativa oral do militar R.C. (que optou por manter seu nome oculto), responsável pelo interrogatório de Rosinha; como também a narrativa do camponês Zé Catingueira, que teria conversado com ela quando prisioneira na Base Militar de Bacaba.

sobreviver. Logo depois de prestar depoimento, a guerrilheira subiu em um helicóptero em companhia de três militares, barbados e com roupas civis. Rosinha permanece desaparecida em algum lugar das selvas amazônicas.

## Capítulo 6

### **A ALIANÇA COM OS CAMPONESES**

Este capítulo tem por objetivo apresentar a relação entre os guerrilheiros e os camponeses do Araguaia, tratados nesta pesquisa como protagonistas. Busca apresentar o imaginário dos camponeses sobre a guerrilha, a partir das representações populares criadas em torno de dois mitos guerrilheiros, a borboleta Dina e o lobisomem Osvaldão. Procura, ainda, analisar as diferentes fases dessa relação, desde os tempos dos preparativos, quando os militantes do PC do B escondiam a intenção de desencadear a luta armada, até a fase na qual foram usados como guias do Exército para caçar guerrilheiros.

#### **6.1 Feixes de representações**

Reza a lenda, cantada em verso e prosa por toda região do Araguaia, que Dina virava borboleta e Osvaldão, lobisomem. Dina abriu uma farmácia. Virou professora. Também curava enfermos. Contava histórias de sofrimento e falava de revolução. Dina, sobretudo, acenava com o Paraíso. Logo se tornaria uma das personalidades mais populares da região.

Por conta de sua imensa determinação, muitas vezes testada a balas, era respeitada pelos companheiros. Os camponeses a amavam. Os militares a temiam<sup>732</sup>. Era conhecida por sua enorme capacidade de esconder-se entre as folhagens e pular de árvore em árvore. Certa feita, quando diante das metralhadoras do Exército, protegeu-se atrás de enorme angico. A árvore tombou serrada pelas balas. Dina, contudo, teria se transformado em borboleta

---

<sup>732</sup> Em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, em 06 Mai 2012, o tenente Luiz Serra, por exemplo, relata que, ao chegar ao Araguaia, em maio de 1972, os militares pouco ou nada sabiam dos guerrilheiros. Apenas boatos de que os líderes do movimento eram um negro alto chamado Osvaldão, uma mulher chamada Dina e um médico chamado Dr. Juca. Sobre Dina e Osvaldão, as informações espalhadas entre os militares eram a de que seriam extremamente perigosos, e que deveriam tomar cuidado dobrado com ambos. Quanto ao Jr. Juca, a informação era a de que seria muito popular entre os moradores da região. Assim, de acordo com o depoimento, a prioridade dos militares desde o início era pegar Osvaldo e Dina.



e desaparecido na mata, para estupor dos inimigos<sup>733</sup>. Dina só morreria dois anos depois, em 1974, quando já não havia quase nenhum guerrilheiro vivo.

Oswaldo, um gigante de carisma contagiante, era sem dúvida o mais amado e temido dentre os guerrilheiros do Araguaia. Certa feita o compadre Chico Piauí, grande terecozeiro, iniciado nas artes da feitiçaria pelo Demônio em pessoa, teceu reza-braba para fechar o corpo de Oswaldão. Foi nessa mesma época que apareceu um lobisomem na região. Seus uivos dominavam toda a imensa selva que ia da Serra dos Martírios às bordas de Esperancinha. O povo logo descobriu que Oswaldão passara a se transformar em lobisomem. Agora, nada mais poderia atingi-lo. Doravante, nada deste ou d'outro mundo poderia vencê-lo.

Oswaldão só seria abatido quando atingido por duas balas-de-prata – de acordo com narrativas orais de camponeses a esta pesquisa – enfeitiçadas pelo mesmo terecozeiro, Chico Piauí, e disparadas por seu filho Arlindo, que trocara de lado, abandonara os guerrilheiros para se tornar guia do Exército. Na primeira bala que lhe atingiu o peito, Oswaldão abriu os braços e urrou. Seu grito foi escutado a quilômetros de distância. Na segunda, saltou a mais de metro de altura. Assim que caiu no chão, o demônio que o habitava pulou para o corpo do Arlindo Piauí. O mateiro babava e se contorcia. Teria logo depois

---

<sup>733</sup> O episódio que deu ensejo ao mito-fundador ocorreu nos primeiros dias de junho de 1972, envolvendo o tenente paraquedista Álvaro de Souza Pinheiro. De acordo com a reconstrução do episódio por militares, em narrativas orais para esta pesquisa, chegou à Base Militar de Xambioá a informação de que Dina estaria em determinado ponto ao sul de São Geraldo. O major Thaumaturgo Sotero Vaz então enviou o tenente Álvaro para o local, à frente de uma equipe de 10 ou 12 paraquedistas. Ela de fato estava lá. Cercaram-na. Dina se escondeu atrás de um angico e começou a atirar. Um tiro acertou o tenente. A bala entrou pelas costas e se alojou perto do coração. Os soldados então metralharam toda a área. O angico de fato ficou triturado, conforme relato de militares a esta pesquisa. Mas não chegou a cair, segundo reza a lenda popular. Dina, por sua vez, desapareceu de forma inexplicável. Álvaro foi operado em condições precárias, sem anestesia. Foi cortado mordendo um pedaço de madeira, episódio que lhe provocou amnésia parcial. Filho do general Ênio dos Santos Pinheiro, que foi um dos fundadores do SNI e próceres da linha-dura, Álvaro tornou-se depois desse episódio homem de inteligência. Retornaria depois à região na Terceira Campanha. Álvaro chegou a general. Dina, por sua vez, emergiria de vez com o mito da borboleta. Em 2013, o general Álvaro, já na reserva, seria convocado a prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade sobre sua participação no episódio. A respeito desse episódio específico, que ensejou no mito-fundador da borboleta-Dina, Álvaro alegou esquecimento. Seu depoimento encontra-se disponível na internet, no link <http://www.4shared.com/mp3/6uPTzn8y/Alvaro>. Último acesso em 21 Nov 2013.

morrido de epilepsia<sup>734</sup>. Sua morte significou, para o imaginário dos moradores da região, o fim definitivo da Guerrilha do Araguaia.

\* \* \*

Os mitos de Dina e de Osvaldão sobreviveriam ao tempo. A borboleta, acreditam muitos moradores da região, ainda estaria viva, sob nova identidade, a levar sua mensagem de esperança em um mundo melhor em alguma terra distante, provavelmente no Rio de Janeiro. Certa feita, no Aterro do Flamengo, teria até mesmo aparecido para conversar com o camponês Joaquim Silora, homem de credibilidade e palavra, durante a missa campal do papa João Paulo II em sua primeira visita ao Brasil<sup>735</sup>.

O lobisomem Osvaldão, por sua vez, também permanece vivo, só que em espírito, a aparecer com toda força e esplendor, em noites de lua-cheia, nos terreiros de terecô. Incorpora quando se invoca os exus, uiva e estrebucha, mas logo se acalma caso alguma pomba-gira venha a lhe insinuar, em dança de roda, que os dois podem vir a ter um momento de tricô. Osvaldão dá conselhos. Prefere os jovens rebeldes. Fala alto, gargalha, canta, roda e pula. Se contrariado, transforma-se em besta-fera, urra, vocífera. Só baixa a cabeça diante da Cabocla Jurema. Vai embora quando silencia a cantoria. Antes, lança olhar melancólico em direção à lua. Então uiva, em som muito alto, longo e

---

<sup>734</sup> Destaco, entre as narrativas orais mais ricas de significados sobre Dina e Osvaldão as de: 1) Antônia “Galega” Ribeiro da Silva, viúva de Arlindo “Piauí” Vieira. Segundo ela, Osvaldo de fato teve o “corpo fechado”, mas por sua sogra, ela terecozeira, não por seu sogro Chico Piauí, conforme rezam as representações populares. Quanto à morte de Osvaldão, ela confirma que seu marido Arlindo estava de fato à frente da equipe que matou Osvaldão. Contudo, argumenta dona Antônia, muitos atiram ao mesmo tempo e “não há provas” de que foi a bala de seu marido que matou o guerrilheiro. Quanto à lenda de que o demônio que habitava Osvaldão teria passado para seu marido, dona Antônia garante que “é mentira”. O que houve, explica, é que Arlindo Piauí sofria de epilepsia; então, teve um ataque logo após a morte do guerrilheiro; 2) Eduardo Lemos Porto, fundador do Museu da Guerrilha do Araguaia, em São Geraldo, PA. Escutei de sua narrativa os pontos principais acima apresentados; 3) Iomar “Galego” Ribeiro da Silva, ex-colaborador da guerrilha e depois guia do Exército, de Pau Preto, PA. Andava com o cunhado Arlindo na caçada a Osvaldão; 4) José Maria Alves da Silva, “Zé Catingueiro”, ex-colaborador da guerrilha e depois guia do Exército, morador de Serra Pelada, PA, conviveu por muito tempo com Dina, inclusive no período no qual surgiu a representação da borboleta.

<sup>735</sup> Em narrativa oral para a pesquisadora Myrian Luís Alves, Joaquim Soares de Andrade, chamado Joaquim Silora, diz que teria conversado com Dina em 1980.

distante, a anunciar que em breve retornará ao Araguaia, em nova campanha pela revolução<sup>736</sup>.

\* \* \*

Essas histórias, narrativas populares de camponeses com as representações coletivas que se consolidaram em torno de dois membros do grupo, Dina e Osvaldão, invocam o imaginário social sobre a relevância desses símbolos na reconstrução das memórias dos guerrilheiros.

Ora, conforme já relatado, poucos são os guerrilheiros sobreviventes. E, desses, apenas dois são testemunhas oculares de alguns dos muitos episódios relevantes ocorridos ao longo de três anos de conflitos. Desta forma, somente é possível acessar as memórias guerrilheiros como grupo, assim como reconstruir a maior parte dos episódios factuais da guerrilha, através das lembranças que os camponeses guardam sobre aqueles tempos. Em especial, as lembranças dos guerrilheiros desaparecidos, seus cotidianos, sonhos, palavras, os discursos políticos e os diálogos que mantiveram com os moradores da região quando estavam construindo a revolução.

Em outras palavras, em muitos momentos desta pesquisa busquei reconstruir as memórias dos guerrilheiros a partir da mediação do imaginário camponês, aquilo que Robert Darnton define por “epopeias populares”<sup>737</sup> – a partir das quais, avalio, descortinam-se interessantes vias de acesso à reconstrução da História. Por essa razão optei por abrir este capítulo apresentando as alegorias da borboleta e do lobisomem.

Mais do que personagens da História, ou mitos populares, Dina e Osvaldão transformaram-se naquilo que trataremos por feixe de

<sup>736</sup> Descrição feita, em narrativa oral para esta pesquisa, pelo casal Lídia Francisca da Luz e Porfírio Vaz Azevedo. Eles são os chefes de um dos últimos terreiros de terecô da região do Araguaia, em Brejo Grande. Segundo Porfírio, nos tempos da guerrilha, Osvaldo frequentava muito seu terreiro e levava junto quase todos os “paulistas”. No caso, membros Destacamento B, esclareço. No tempo presente, de acordo com Lídia e Porfírio, Osvaldo frequentaria vários terreiros da região, “baixando” como exu. Mas em seu próprio terreiro, esclarece Lídia, quem manda é a Cabocla Jurema, única entidade que o exu-Osvaldo obedeceria. “Essas linhas das esquerda, como Osvaldão, Exú e Pomba-Gira, não tem vez em meu centro espírita. Aqui só manda as entidades das direita, da linha Cabocla Jurema e dos preto-velhos”, esclarece Lídia, em narrativa a esta pesquisa.

<sup>737</sup> Robert Darnton utiliza a expressão “epopeias populares” no texto “Histórias que os camponeses contam: o significado da Mamãe Ganso”, no qual tece estudo sobre o conteúdo histórico contido nos contos populares medievais, como Chapeuzinho Vermelho, Pequeno Polegar e Cinderela. In: Robert Darnton. *O Grande Massacre de Gatos*. São Paulo: Graal, 1996.

representações, de acordo com a conceituação de Cornelius Castoriadis. Segundo a interpretação dos camponeses, Dina representava a guerrilheira sonhadora e bondosa, mas extremamente valente e corajosa. Osvaldão, a representação do gigante carismático, inexpugnável, implacável, contudo, gentil, amoroso e confiável.

Por onde quer que se ande lá pelas bandas do Araguaia, toda gente sabe narrar alguma história sobre aquela mulher-borboleta ou sobre aquele lobisomem, como revelam narrativas colhidas durante desta pesquisa.

“Conheci Dina, Osvaldão e Walquíria” – relata um idoso.

“Sei muita coisa sobre Dina, Osvaldão e Doutor Juca” – aponta outro.

“Soube que Dina, Osvaldão e Lia fizeram tal coisa”, conta uma criança.

Quando se trabalha esses episódios na investigação de campo, constata-se que nem Dina é personagem de tal fato específico, nem Osvaldão estava em tal episódio. Ou seja, quando se trabalha com o pé no chão da História, descobre-se que, em verdade, quem teria protagonizado determinado fato – atribuído a Dina pelas representações populares – foi a temperamental guerrilheira Maria Diná, por exemplo, ou a terna guerrilheira Sônia. Quem estava nesse ou naquele episódio, por sua vez, era o feroso guerrilheiro Raul, ou o implacável Fogoió.

\* \* \*

Quando os militares chegaram ao Araguaia, os moradores das cidades de Xambioá e São Geraldo falavam basicamente no nome de três guerrilheiros: Osvaldão, Dina e Dr. Juca, pela ordem. Dr. Juca era quase tão conhecido entre os camponeses quanto Dina e Osvaldão; por conseguinte, apontados pelo imaginário popular como os líderes do grupo guerrilheiro.

Logo os serviços de inteligência militar descobririam, pelas características, que Osvaldão havia sido um dos seus, o tenente do Exército Osvaldo Orlando da Costa. Também ouviram falar de Dr. Paulo, um “fazendeiro” que abrigava os “paulistas”. Outros nomes foram surgindo aos

poucos, como Amauri, que andava com Osvaldo, ou Val, moça alta e bonita, que tocava sanfona como poucos.

Mais ao norte, nas imediações onde a Comissão Militar e o Destacamento A haviam se instalado, o comandante Mário havia dado ordens para atribuir a autoria de determinados feitos ao guerrilheiro Zé Carlos<sup>738</sup>. Da mesma forma que ao sul o comandante do D-C era chamado de Dr. Paulo, Velho Mário determinou que o comandante do D-A fosse chamado de Dr. José Carlos diante dos camponeses. Primeiro, apresentou-se como advogado. Não deu certo. Dr. Paulo era um senhor altivo, mais de 40 anos no início da luta armada. Dr. José Carlos era um jovem de 21 anos, exalando insegurança<sup>739</sup>.

Depois disse que era médico. Também não deu certo. Seu destacamento dispunha de estudantes do núcleo do PC do B na Medicina, como Paulo e Sônia. Ademais, o Grupo da Saúde do D-A era formado por Sônia, Demerval e Tuca. No primeiro problema mais grave com um camponês, tiveram que chamar o médico João Carlos Haas Sobrinho<sup>740</sup>. Este, sob o codinome de Juca até tentou se passar por enfermeiro. Mas em muito pouco tempo, já em seus primeiros atendimentos de emergência, espalhou-se por toda a região a informação de que havia um grande médico entre eles, Dr. Juca – com o título sendo soletrado com clareza, dou-tor.

A tática seguinte foi atribuir a Zé Carlos ações da qual não tinha participado. Como no caso das caças. Quem matou esse porco? “Zé Carlos”. Quem fez esse parto? Quem escreveu esse manifesto? “Zé Carlos”. Em determinado momento, todos os homens da área eram obrigados a se identificar como Zé Carlos e as mulheres como Dina.

O comandante guerrilheiro, Velho Mário, tinha um bom argumento para justificar a adoção dessa tática. Segundo ele, questão de segurança para os demais guerrilheiros. Zé Carlos já estaria “queimado”, os militares já saberiam quem era. Quanto aos demais, era mais seguro se manter no anonimato. As

---

<sup>738</sup> De acordo com narrativas orais de camponeses que conviveram com os integrantes do Destacamento A, como Abel Hororato de Jesus, o Abelinho, José Wilson Brito, o Wilsinho, e Manuel Leal Lima, o Vanú.

<sup>739</sup> Idem.

<sup>740</sup> Idem.

mulheres aceitaram se apresentar como Dina. Os homens, não<sup>741</sup>. Depois de 1973, quando a guerrilha ruiu, mulheres passaram a se apresentar e a marcar o próprio território. Talvez para que as famílias soubessem.

“Sou a Walquíria. Olha, sou Walquíria”<sup>742</sup>.

Já não era mais a Val, e sim a Walquíria. Os camaradas estavam todos morrendo. Talvez já pressentissem que iriam desaparecer em algum lugar das selvas amazônicas e gostariam de deixar algum indício a seus familiares – como aqueles bilhetes dentro de garrafas que os naufragos jogavam na perdição do oceano infinito<sup>743</sup>.

O fato concreto, no chão da História, é que essa tática de segurança do comandante-em-chefe das Forças Guerrilheira não surtiu qualquer efeito. Zé Carlos é, de fato, lembrado por aqueles camponeses que com ele conviveram na área do Destacamento A. Muitos outros guerrilheiros também o são, cada um em seu respectivo espaço – Walquíria, Amauri, Raul, Daniel, Ari, Áurea, Diná, Tobias, Fogoioó, Cristina, Jaime, Aparício, Lia, Mundico, Beto, Nunes, Dr. Paulo, Tuca, Sônia, Joaquim, Rosinha, são aqueles que costumam despertar mais reminiscências.

Dr. Juca, por sua vez, habita as memórias dos camponeses de todo o Araguaia. Mas ele morreu logo nos primeiros meses da luta, abatido enquanto tentava atravessar uma cerca de arame farpado. Foi velado na delegacia, houve velas e romaria antes de seu enterro no Cemitério de Xambioá<sup>744</sup>. Contudo, Dr. Juca não participou da fase decisiva dos combates. É guardado nas memórias do Araguaia como um bom homem, grande médico, sobretudo um homem bom – não um combatente da revolução.

<sup>741</sup> Em narrativa a esta pesquisa, Wilsinho explica que muitos guerrilheiros não gostavam de se identificar como Zé Carlos. Mas obedeciam, mesmo contrariados.

<sup>742</sup> Em narrativa oral de Cícero Pereira Gomes, o Cícero Venâncio, que conviveu com os guerrilheiros do Destacamento B, corroborando as narrativas anteriores dos três camponeses que conviveram com o Destacamento A.

<sup>743</sup> Curioso observar ainda que Walquíria é lembrada pelos moradores da região por seu verdadeiro nome, raramente pelo codinome que usava, Val. Quanto a quase todos os demais (com exceção de casos como Osvaldo e Dr. Paulo), são lembrados somente pelos codinomes.

<sup>744</sup> De acordo com as narrativas orais de Osvaldo Rodrigues de Souza, Sr. Pitu, antigo coveiro do Cemitério de Xambioá, que enterrou o corpo de Haas.

Quanto ao comandante Mário, desde que iniciei as pesquisas sobre o Araguaia, em 2002, raríssimos foram os camponeses que encontrei que se recordam dele<sup>745</sup>. Os mais engajados na política, no tempo-do-agora, sabem quem é Maurício Grabois. Mas no tempo-do-outro, não conheciam Velho Mário. Nem ouviram falar. Isso tem uma explicação: por questão de segurança, o comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras mantinha-se resguardado em uma área extremamente remota, encostada na reserva indígena dos suruíis.

Para os camponeses do Araguaia, tratados nesta pesquisa também como protagonistas da luta, seus comandantes de fato eram Dina, uma mulher que virava borboleta, e Osvaldão, um gigante de ébano que se transformava em lobisomem. São eles, Dina e Osvaldão, as representações do guerrilheiro. Tanto no tempo-do-outro, quanto no tempo-do-agora.

\* \* \*

Em verdade, eram três as “Dinas” do Araguaia – Dina, Diná e Dininha. Dina era o codinome de Dinalva Conceição Teixeira. Maria Diná, ou simplesmente Diná, era o codinome de Dinaelza Santana Coqueiro. Ambas baianas, morenas, temperamentos fortes, extremamente valentes. Diná seria ainda mais valente que Dina, “o cão chupando manga”, segundo as representações que permanecem no imaginário popular<sup>746</sup>.

Nos dois últimos anos da guerrilha, apesar de ambas terem atuado na mesma área onde se instalou o Destacamento B da guerrilha, não eram confundidas<sup>747</sup>. Havia ainda Dininha, moradora da região. Dina a conheceu

---

<sup>745</sup> Dentre eles, Josias Gonçalves, Wilson Brito e José Maria Alves da Silva.

<sup>746</sup> Destaco as narrativas orais para esta pesquisa de Edna Rodrigues de Souza, dona Diná, e de José Gomes de Souza, “Zeção”.

<sup>747</sup> Ao chegar ao Araguaia, Dinalva, a Dina, foi enviada para o Destacamento C da Guerrilha, em área ao sul da cidade de São Geraldo. Dinaelza, a Diná, por sua vez, foi enviada para o Destacamento B, ao sopé norte da Serra dos Martírios. Ao longo de 1972, quando os militares chegaram, o Destacamento C, de Dina, sofreu pesadas baixas. Em 1973, os remanescentes do C juntaram-se ao B. Assim, Dina foi para perto de Maria Diná. Necessário ressaltar, contudo, que na época da guerrilha, as duas não eram confundidas uma com a outra, de acordo com a narrativa de Edna de Souza, a dona Diná. A guerrilheira Dina chegou a assumir forte liderança entre os guerrilheiros. Tanto no Destacamento C, quanto no D-B, foi promovida a vice-comandante. Maria Diná era soldado. Dina é lembrada pelos camponeses que com ela conviveram como “alta, bunduda e de cabeça bom”. Diná, por sua vez, como “baixa, queixuda e de cabelo ruim”, segundo a descrição similar de três moradores da região, Iomar Galego Ribeiro da Silva, José Gomes de Souza, o Zeção, além de dona Diná.

num cabaré. Ela teria matado uma colega prostituta a facadas. A guerrilheira achou-a corajosa e a levou para ajudá-la como enfermeira<sup>748</sup>.

Dina, Dininha ou Diná; Osvaldão, Raul ou Fogoió; para o imaginário social, é detalhe quem teria sido o protagonista desse ou daquele determinado episódio. O essencial, pelo menos para esta pesquisa, é considerar que se consolidaram dois feixes de representações principais, a borboleta Dina e o lobisomem Osvaldão, ambos a representar, cada um a seu modo, a profusão de personagens e a ebulição de acontecimentos e de emoções que foi a Guerrilha do Araguaia.

A borboleta simboliza a utopia da transmutação (ou da revolução), de buscar superar o mundo rasteiro, desigual e injusto, para depois de um período de gestação em crisálida despontar rumo a uma sociedade mais livre e igualitária. Em seus discursos aos camponeses, tia Dina, a professora, acenava com o Paraíso, a Terra Prometida. Gostava de “borboletear” pelas mais obscuras corrutelas, nas profundezas da mata, em pregação revolucionária. Pareciam sermões. Raros eram os camponeses que compreendiam a dimensão do socialismo revolucionário pretendido – segundo constatei em minhas pesquisas na região. Mas captavam a ideia geral de que Dina acenava com uma vida melhor depois que os guerrilheiros chegassem à vitória.

Já Osvaldão, o Lobisomem da floresta, o Licantropo dos gregos, o Versipélio dos romanos, metamorfoseava-se para dar às noites do Araguaia um som autêntico, abria clareiras com suas pisadas enormes e fugia dos artefatos bélicos e das balas-de-prata dos militares caçadores. Em todas as culturas, o lobisomem representa o homem dual, um cidadão cujo destino traiçoeiro o transforma em homem-fera, quando perde as estribeiras, briga, vocifera, fica violento e deixa aflorar seus instintos ancestrais e sua sede de

---

<sup>748</sup> Dininha é filha de um índio carajá com uma prostituta da região de Conceição do Araguaia (PA). Adolescente, seguiu o caminho da mãe. Já usou pelo menos três diferentes nomes. Hoje usa o de Ana Maria Batista Castro, escolhido por ela própria. Quem encontrou Dininha e colheu seu depoimento oral, em fevereiro de 2012, na cidade de Serra Pelada, foi a advogada Mercês Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Theodoro Castro, o Raul. Sobre o crime que teria cometido, foi ela própria quem narrou para a advogada Mercês Castro. “Foi um acidente”, explicou. Narrou também outros “acidentes” similares. Mercês, por sua vez, repassou esta pesquisa as anotações dessas narrativas de Dininha.



sangue. No caso, o sangue dos militares que foram caçar guerrilheiros na selva, como se fossem animais, com ordens dos generais de não fazer prisioneiros.

São muitos os camponeses que resguardam nas lembranças as vezes, diversas, inúmeras, em que escutaram Osvaldão uivar de raiva ou de dor. Por perder um amigo de armas. Por topar com um inimigo em tocaia. Por encontrar corpos de companheiros, só o corpo, sem cabeça. Por descobrir um revolucionário fraquejando ou querendo deserdar de pavor. Ele não apenas chorava, reclamava ou vociferava. Às vezes, urrava. Mas quase sempre uivava. Um som alto e assustador. Tal qual o de um homem que se transformou em lobo, Osvaldão simplesmente uivava, segundo pude constatar nas pesquisas de campo<sup>749</sup>.

Certo é que lobisomem impõe medo e curiosidade. Osvaldão era assim: invencível, grande. Por seu expressivo tamanho, para alguns, aberração, ele despertava paixões e rendia assunto. Amado e temido, foi referência também pelo tamanho de seus sonhos.

Quanto aos demais guerrilheiros, 69 homens e mulheres no total, também viveram, cada um de um modo singular – mas sempre dentro de um grupo – seus momentos de borboletas e de lobisomens.

## **6.2 – No tempo dos paulistas**

Naquela região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia, desde a década de 1950 vinham chegando levas de migrantes nordestinos, fugindo da seca nos sertões do Ceará, Pernambuco e Paraíba, buscando a escapar, sobretudo, da miséria que grassava nos estados do Piauí e do Maranhão. Lá, encontraram refúgio na subsistência do extrativismo dos castanhais, incorporando-se às

---

<sup>749</sup> Registro as narrativas dos camponeses Sinésio Martins Ribeiro, Iomar Ribeiro da Silva, Jonas Gonçalves e José Maria Alves da Silva, todas apontando para o temperamento emotivo de Osvaldão e, em especial, para seu hábito de chorar quando emocionado, ou de uivar alto quando enfurecido. Cada um tem uma diferente história para narrar, mas todas apontando para o mesmo sentido.

micro comunidades tradicionais, constituídas essencialmente de caboclos carajás.

Mais tarde, começaram a chegar os guerrilheiros, originários de oito Estados distintos<sup>750</sup>. Pelos menos dois deles acabaram por se incorporar por completo ao cotidiano camponês, como Osvaldão e Preto Chaves. Os portugueses têm uma expressão singular, “sobas”, para definir aqueles que migravam para as colônias na África e, tempos depois, chegavam a renegar as origens, adotando as identidades dos colonizados. Seria temerário supor que Osvaldão ou Chaves teriam virado “sobas”. Contudo, conforme pude constatar nas pesquisas de campo, pode-se afirmar com segurança que a maior parte dos moradores da região considerava os dois como um deles, como um morador do Araguaia – e não apenas mais um dentre os “paulistas”.

Na sequência, chegaram os militares, saídos de quartéis de nove Estados – desde os caboclos do Batalhão de Guerra na Selva, de Manaus, que se misturavam com facilidade aos habitantes locais, às intrépidas e barulhentas tropas da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro, negros altos e fortes em sua maioria, tal qual Osvaldo, contudo malemolentes em suas abordagens, posto que eram egressos das rodas de samba dos subúrbios cariocas<sup>751</sup>.

\* \* \*

Desde que, nos primórdios do Iluminismo, John Locke apresentou seu projeto humanista e civilizatório fundamentado na ideia de superioridade filosófica e cultural de uns povos sobre os outros, pelo menos no Ocidente, o conceito de cultura vem guardando uma intrínseca relação com os hábitos da aristocracia, relegando todas as demais manifestações no interior das sociedades civilizadas a disciplinas outras, denominadas folclore, ou antropologia social, ou história das tradições populares.

---

<sup>750</sup> Conforme já detalhado no Capítulo 4, “Processo Identitário”. Esclareço mais uma vez que a expressão “originários” é utilizada como os Estados onde eles militavam politicamente e, de lá, partiram para o Araguaia.

<sup>751</sup> Para combater os guerrilheiros, as três Forças Armadas enviaram tropas de quartéis nos seguintes Estados: Amazonas, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Piauí e Rio de Janeiro. Ver: Studart. *A Lei da Selva*. Págs. 133 a 135.

Locke chegou a propor a imposição de uma língua homogeneizada, que permitisse a difusão das “verdades universais” a todos os seres humanos<sup>752</sup>. “Verdades” eurocêntricas, um projeto universalista que foi apropriado por sucessivas cartas semânticas – iluminismo, colonialismo, liberalismo e marxismo – ao longo dos últimos 300 anos<sup>753</sup>.

O resultado disso é que, se manifestações culturais emergissem ou de extratos sociais “inferiores” ou “incivilizados”, segundo as sucessivas cartas eurocêntricas, essas manifestações poderiam ser qualquer coisa, menos cultura. É relativamente recente o emprego do termo “cultura” para definir o conjunto de atitudes, crenças e códigos de valores compartilhados num determinado período histórico, reconhecendo de fato que aqueles sujeitos sociais, outrora chamados de “camadas inferiores dos povos civilizados”, possuíam cultura.

Dentre os historiadores da cultura, abrigam-se as mais diversas concepções e propostas analíticas. Tomemos, então, os conceitos do anglo-indiano Hommi Bhabha. Para ele, existe um “local da cultura” determinado às sociedades, local de encontro e de convivência de uma multidão de fragmentos étnicos, linguísticos e culturais<sup>754</sup>.

De acordo com o pensamento de Bhabha, as diferentes culturas ficam se digladiando, alguns se impondo e deixando seus valores disseminados, outros, resistindo. Bhabha chama de “entre-lugar” esse local onde ocorre um choque cultural permanente, onde as diferentes culturas disputam seus espaços, sem, contudo, jamais haver total hegemonia<sup>755</sup>.

Com o conceito do “entre-lugar”, Bhabha quebra a ideia antropológica da aculturação, coisa passiva, como também quebra historicamente o conceito de dominantes e dominados para chegar ao que Mikhail Bakhtin define por “circularidade cultural”. Esses entre-lugares fornecem terreno para a elaboração de estratégias de subjetivação – singular ou coletiva – que dão

---

<sup>752</sup> *Apud*: SOUZA, Lynn Mário T. Menezes de. “Cultura, língua e emergência dialógica”. Revista *Letras & Letras*, Uberlândia, MG, Vol. 26, n° 2, págs. 289-306, Jul-Dez 2010.

<sup>753</sup> *Idem*, *ibidem*.

<sup>754</sup> Homi Bhabha. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

<sup>755</sup> Hommi Bhabha. *O Local da Cultura*. *Op. cit.*

início a novos signos de identidade e postos inovadores de colaboração e contestação, no ato de definir a própria ideia de sociedade, de acordo com Bhabha.

No caso da região do Araguaia durante a guerrilha, por lá se estabeleceram três diferentes grupos sociais: camponeses, guerrilheiros e militares. Contudo, segundo o conceito de Bhabha, seria um entre-lugar, local onde diferentes culturas ficam dialogando ou se digladiando, com algumas se impondo e deixando seus valores disseminados, outras resistindo, mas sem nunca haver uma completa hegemonia de um grupo sobre o outro.

Primeiro chegaram os “paulistas”, tentando pregar uma nova cultura política diante dos esquecidos moradores da região. Converteram muitos à causa. Contudo, na vida cotidiana, para sobreviver às intempéries da floresta, tiveram que aprender a cultura dos camponeses. O mesmo ocorreria com os militares. Absolutos pela força das armas, portanto hegemônicos, nos dois primeiros anos de luta, não conseguiram derrotar a guerrilha. Ao fim e ao cabo, tiveram que recorrer à cultura dos mateiros para que os guiassem rumo à vitória militar.

\* \* \*

Por essa razão, e ainda que o objeto desta pesquisa seja a Memória dos Guerrilheiros do Araguaia, tive o cuidado de buscar trabalhar os camponeses como protagonistas. As razões dessa opção já foram expostas ao longo da narrativa<sup>756</sup>. Assim, considero pertinente dedicar um espaço especial aos camponeses a fim de apresentar aqueles que tiveram participação relevante no episódio, notadamente os que tombaram na luta.

Há questões preliminares que devem ser consideradas em qualquer avaliação sobre a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia e as violências que sofreram ao longo do período de repressão militar. A primeira diz respeito à linha do tempo. Entre 1966, quando os primeiros guerrilheiros

---

<sup>756</sup> E chamo a atenção, em especial, para o Capítulo 3, “Contexto Histórico e Político”, no qual estão expostos os fundamentos do maoísmo, ou seja, a guerra popular prolongada através da formação de colunas guerrilheiras pelo recrutamento de camponeses.

chegaram à região, e outubro de 1974, quando termina a luta armada com a morte dos últimos guerrilheiros, os moradores da região posicionaram-se de diferentes formas diante daquela luta. Para efeito de análise do posicionamento dos camponeses, pode-se dividir a Guerrilha do Araguaia em quatro fases distintas.

A primeira se dá entre 1966 e 1972, a fase dos preparativos. O objetivo estratégico do PC do B, vale lembrar, era firmar uma aliança entre seus militantes da cidade com os moradores da região do Araguaia a fim de deflagrar uma guerra revolucionária que pretendia partir do campo para a conquista das cidades.

À medida que os militantes chegavam à região, buscaram a integração e a simpatia dos locais. Criaram escolas, equipes de saúde, organizaram torneios de futebol, passaram a frequentar as festas e compreender a cultura local. Contudo, a ordem era não se identificarem como futuros guerrilheiros para não despertar, prematuramente, a repressão militar. Eram conhecidos, genericamente, como “paulistas”.

Na região onde o PC do B instalou seus militantes, havia uma população rarefeita<sup>757</sup>, diluída em seis vilarejos e uma dezena de corrutelas, completamente abandonada pelo Estado constituído, entregue à exploração de grandes castanheiros, a grileiros de terras e às violências de pistoleiros de aluguel que trabalhavam para os grandes latifundiários. Essa situação de abandono e exploração é exposta, inclusive, em documentos militares de 1972 e 1973 que se encontram no Arquivo Nacional.

Desta forma, nessa fase de preparativos, de quase seis anos, os moradores da região postaram-se, em quase sua totalidade, com extrema simpatia diante daquele grupo que lhes dava assistência social e acenava com um mundo melhor, conforme constatou esta pesquisa. Alguns guerrilheiros, como Osvaldão e Dina, que trabalhou como parteira, chegaram a ser convidados para padrinhos de batismo de dezenas de crianças. A poucos

---

<sup>757</sup> Cerca de 20 mil habitantes para uma área com cerca de 6.500 km<sup>2</sup>, perímetro um pouco maior do que o Distrito Federal.

camponeses, contudo, os guerrilheiros chegaram a expor seus planos revolucionários. Mas eram por eles observados, num misto de curiosidade, medo e atipicidade da rotina<sup>758</sup>.

\* \* \*

“Osvaldo ficava nas cavernas do Urutu, fazendo treinamento”, relata Edna Rodrigues de Souza, a dona Diná. “Ele tentava disfarçar, mas nós sempre comentávamos tudo o que ele e seu grupo fazia. Achávamos tudo muito estranho, mas ele era nosso amigo<sup>759</sup>”, acrescenta.



O camponês Abel Honarato de Jesus, Abelinho (foto), recorda-se de ter conhecido Osvaldão em 1970. “Eu era companheiro de garimpo de Osvaldo. Também era mariscador<sup>760</sup>. Depois conheci Dina, Amaury, Fogoió, Simão, Raul, Tuca, Valquíria e Aparício”. Eram todos do grupamento da Palestina, onde Abelinho morava. Comprava remédio da mão deles. E, segundo as lembranças de Abelinho, dentro do grupo do Osvaldão, havia o “grupo da farmácia”, formado por Amaury, Aparício e Fogoió.

“Eles moraram na farmácia a partir 1969. Cobravam remédio mais barato, aplicando injeção e curativo de graça<sup>761</sup>. Lembra-se, ainda, de que venderam a farmácia em 1971, na primeira operação militar, “quando não atacaram<sup>762</sup>”, explica. “Então desapareceram na mata, da noite para o dia. Aí pegamos desconfiança”. Mais tarde Abelinho encontrou medicamentos da farmácia em um pau oco.

<sup>758</sup> Ressalvo que o fato da maior parte dos moradores da região nutrirem simpatia pelos “paulistas” não significa que tenham participado como sujeitos da guerrilha. Significa apenas que, nessa fase inicial dos preparativos, havia uma boa relação entre os dois grupos, camponeses e “paulistas”.

<sup>759</sup> Depoimento oral em 29 Jun 2010.

<sup>760</sup> Curtidor de couro.

<sup>761</sup> Depoimento oral em 14 Ago 2012.

<sup>762</sup> Trata-se da Operação Mesopotâmia, que o Exército desencadeou em 1971, tendo a cidade de Imperatriz, MA, como epicentro. Visava reprimir militantes da organização VAR-Palmares que atuavam na região do Bico do Papagaio. Essa operação foi citada no Capítulo 3, item 3.8 – Indesejados, dentro do contexto no qual as Forças Armadas vinham cercando a região desde 1970.

\* \* \*



José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro (foto), conheceu os guerrilheiros ainda em 1970. Gostou do que viu e ouviu. Lembra-se, por exemplo, de cada palavra da Tia Maria (Elza Monerat) quando ela falava nas reuniões sobre a opressão aos camponeses. A seguir, sempre argumentava eram bem tratados pelos guerrilheiros. Depois que os militares chegaram, o camponês aderiu à guerrilha<sup>763</sup>.

Catingueiro é um daqueles narradores populares que LeGoff chama de “homens-memória”, um narrador que, em muitos aspectos, encaixa-se naquela observação de Benjamin, para quem “o narrador figura entre os mestres e os sábios”<sup>764</sup>. Não é santo, longe disso<sup>765</sup>. Mas guarda nas lembranças dezenas de episódios envolvendo o confronto armado no Araguaia. Lembra-se do nome de cada guerrilheiro; mais que isso, acredita saber o que aconteceu com a maior parte deles, se morreu ou sobreviveu, se tombou em combate ou se foi preso e executado, sabe até mesmo o local onde muitos corpos foram enterrados ou abandonados.

Os homens-memória também são guardiões de algumas das melhores narrativas populares – para muitos, lenda, em verdade, representações do imaginário dos moradores do Araguaia. Uma das melhores diz respeito à guerrilheira Dina. De acordo com a narrativa de Catingueiro, teria ocorrido uma cena bem interessante lá pelas bandas dos Caianos. Havia uma mulher no fundo da casa onde moravam os guerrilheiros, cortando castanha sob um sol extremamente quente. Dina levantou-se e levou uma xícara de café. A camponesa começou a chorar convulsivamente.

“Por que?” – quis saber Dina.

<sup>763</sup> Mais tarde, em fins de 1973, seria preso, torturado e obrigado a servir de guia dos militares.

<sup>764</sup> Benjamin. “O Narrador”. Op. cit., pág. 198.

<sup>765</sup> Pois, conforme dito acima, em fins de 1973 serviu de guia para os militares. Mais que isso, terminada a guerrilha, trabalhou por cerca de 30 anos para Sebastião Curió em Serra Pelada. O fato que nos interessa, contudo, são suas lembranças sobre os tempos em viveu com os guerrilheiros e sua capacidade de tecer narrativas sobre a guerrilha.

“Sabe, moça, nunca ninguém me ofereceu xícara de café”.



“Antes da guerrilha, Dina era alegre, boa, fazia muita obra de caridade”, recorda-se camponês Basílio Constâncio Silva (foto). “Fazia parto, cheia de filhos de pegação. Ela dizia que via nós e nós não via ela. Conhecia todos pelo nome”<sup>766</sup>.

\* \* \*



Raimundo Nonato dos Santos, o Peixinho (foto), morava na área do Destacamento A desde 1960. Foi um ativo colaborador da guerrilha. Era em sua casa que os guerrilheiros apareciam para fazer reuniões, de 10 a 20 pessoas, segundo suas lembranças. Assistia a todas; era o farinheiro. Morava ali perto. Ele e mais 20 moradores com suas famílias. “Nas reuniões, os guerrilheiros discutiam querer fazer um governo dentro da mata e que no começo ninguém achava difícil. Quando entrou o Exército, virou coisa difícil”<sup>767</sup>.

A família de José Moraes Silva, Zé da Onça, chegou em 1970 à região onde o Destacamento A havia se instalado. Ele tinha então 14 anos. De acordo com suas lembranças, os paulistas costumavam se reunir uma vez por semana, em geral nos finais de semana. Chegavam junto alguns moradores da região. Às vezes, 8 camponeses, por vezes 15. As reuniões nunca ocorriam na base de Chega-com-Jeito, onde eles moravam, mas na gleba de algum camponês.

“Além de mim, apareciam por lá Pedro Cantador, Raimundo das Moças, Peixinho e seu sogro, o Velho Hilário, Frederico Lopes, Vanú, Sr. Mamede e

<sup>766</sup> Depoimento oral em 23 Jul 2009.

<sup>767</sup> Depoimento oral em 11 Jul 2009.



Dona Edite. Essa foi embora porque carregou o corpo de Fátima e ficou com medo dos guerrilheiros matá-la”, relata Zé da Onça<sup>768</sup>.

Essas reuniões foram quase todas antes dos militares chegarem. “Falavam que estavam lutando para derrubar o governo militar e criar uma nova vida com democracia social. Que a partir dali a gente teriam uma vida melhor. Diziam e também escutavam nossas reclamações”, recorda-se Zé da Onça. Sua mãe, dona Adalgisa, foi então nomeada delegada do Partido Comunista na região. Reuniões eram na casa dela porque era de fato delegada do partido. Aderiu. Isso foi ainda nos tempos de paz.

Certa vez, relata ainda Zé da Onça, Nunes ficou uma semana com a rede amarrada num pé de ingá, à espreita de um certo Nego do Sertão, homem que roubava o feijão das roças de sua família. Pretendia matá-lo. Mas o ladrão não apareceu. Outra de suas lembranças é sobre a ajuda que sua mãe recebeu quando sua irmã Valderez nasceu. “Minha mãe estava morrendo. Então seu tio Agenor, irmão da mãe, foi buscar Sônia e Fátima em Chega-com-Jeito. Elas trouxeram medicamento e a minha mãe sobreviveu. Valderez tornou-se ‘filha de pegação’ de Sônia”.

Apesar da gratidão aos guerrilheiros, Zé da Onça pressentiu que algo iria dar errado. Era um adolescente, 16 anos na ocasião. Ele gostava muito de conversar com o guerrilheiro Nunes.

“Eu prestava muita atenção no Nunes e no Orlandinho. Quando Nunes me disse que o governo era militar, pensei na cabeça: vai dar um trem aqui. Nunes fez um romance e me deu. Foi no início de 1972. Nunes escondeu na palha da casa da minha mãe, mas o Exército queimou em 1973. Eu me recordo da letra”:

“Vou falar sobre o Brasil  
na pior situação  
Do camponês que é do norte  
Que sendo valente e forte  
Ainda passa aflição  
Se um eleitor me ver mentindo

---

<sup>768</sup> Depoimento oral em 23 Jul 2009.

Corte a língua a facção  
 Jogue no meio do inferno  
 Dentro do caldeirão  
 Para ser frito em óleo quente  
 E comido pelo cão”

Um dia Nunes e Piauí lhe abordaram:

“Zé, você é muito inteligente e vai embora para São Domingos. E você um dia vai ser uma raiz e ela vai se brotar. Ela vai dar muitos frutos. E que um dia a democracia vai ser criada no Brasil”.

Quando o Exército chegou à região para dar início à repressão, em abril de 1972, seriam 12 (doze) os camponeses que haviam aderido a algum dos grupos guerrilheiros, de acordo com documento militar “Dossiê Araguaia: Ultrapassando a Guerrilha”<sup>769</sup> (Esta pesquisa localizou e colheu narrativas orais de cinco deles<sup>770</sup>. Também localizou e entrevistou sete camponeses cujos documentos do Exército apontam como “apoio fortes” da guerrilha<sup>771</sup>, totalizando 12 camponeses que conviveram de perto e em aliança com os guerrilheiros).

Foi só depois da chegada dos militares que os “paulistas” assumiram publicamente diante dos moradores da região que estavam lá com o objetivo de organizar a luta armada para criar um novo regime político. Anunciaram a criação das Forças Guerrilheiras do Araguaia, sigla FOGUERA, e saíram pela corrutelas, de casa em casa, anunciando a luta revolucionária e buscando adesões. O comandante Maurício Grabois registra em seu diário:

Sobre a atitude da massa, podemos afirmar que é de profunda simpatia em relação à nossa luta e de condenação às forças da repressão. O comportamento das massas superou as nossas expectativas. As visitas feitas nas áreas dos DD A e B revelam que os

<sup>769</sup> “Dossiê Araguaia”. *Op. cit.*

<sup>770</sup> Neusa Lins (camponesa que casou com o guerrilheiro Amaro Lins), José Wilson de Brito Feitosa, o Wilsinho; Josias Gonçalves, guerrilheiro Jonas; Manoel Pereira Marinho, o Manoelinho; e José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro.

<sup>771</sup> Abel Honorato de Jesus (Abelinho); Edna Rodrigues de Souza (Diná); Jota Pereira; Pedro Pinheiro Dias (Pedão); Porfírio Vaz Azevedo e sua mulher Lídia Francisco da Luz; Raimundo Nonato dos Santos (Peixinho).

camponeses tendem a nos ajudar com informações, alimentos e combatentes. Seu apoio político aos guerrilheiros manifestar-se-á cada vez mais. Eles são receptíveis à nossa propaganda, expressam-se contra o governo, desinformam o inimigo e são contra os poderosos. Nossa influência tende a se alastrar entre o povo pobre da região. Acreditamos também que a pequena burguesia das cidades próximas e das corrutelas simpatizam conosco. Mesmo alguns elementos abastados, descontentes com a ditadura, darão seu apoio à luta. Tudo isso é um fator bastante promissor e da maior importância para a sobrevivência das Forças Guerrilheiras. Parece que neste primeiro embate pela conquista das massas a reação foi derrotada. Esperamos que assim continue no futuro. (Grifo meu)

Quanto à política a aplicar na região, ela deve ser a mais ampla possível. Nossa orientação está expressa no manifesto do Movimento de Libertação do Povo. Precisamos falar a linguagem mais simples possível e traduzir com cores locais a linha política que defendemos. Não devemos aparecer unicamente como vítimas da ditadura, mas como defensores do povo explorado e oprimido, como inimigos irreconciliáveis dos poderosos e da ditadura. Concitar as massas à união e à luta. Respeitar a propriedade, principalmente das massas. Atacar somente as propriedades dos que efetivamente nos combaterem. Dizer que somos contra este governo que defende os “grileiros”, esfomeia o povo e deixa a população abandonada, sem escolas e assistência médica, sem qualquer ajuda. Os nossos propagandistas têm se saído bem na tarefa de falas às massas<sup>772</sup>.

### **6.3 – Nova correlação de forças**

A partir de junho de 1972, tem início uma segunda fase da relação dos camponeses com a guerrilha – e também com a repressão militar. Ao longo de

---

<sup>772</sup> Grabois. “Diário do Velho Mário”. Op. cit., anotação de 26 Jun 1972.

um ano e meio, entre abril de 1972 e outubro de 1973, os guerrilheiros conseguiram recrutar cerca de 20 camponeses para pegar em armas. Somando-se aos 12 anteriores, pode-se dizer que tenham recrutado um pouco mais de 30 camponeses como guerrilheiros<sup>773</sup>.

Contudo, a partir do momento em que o Exército chegou ao Araguaia, alterou-se a correlação de forças. Já não era mais possível apoiar abertamente os amigos “paulistas”. Agora eles eram tratados oficialmente como “bandidos”, “terroristas”, “bandoleiros”, segundo o vocabulário introduzido na região pelos “federais” do governo, como eram chamados genericamente o conjunto formado pelas forças de repressão do Estado – militares, policiais ou mesmo agentes civis que foram deslocados à região para prestar apoio<sup>774</sup>.

As Forças Armadas, por seu turno, desencadearam ao longo de 1972 a chamada “Operação Presença” e uma série de Ações Cívico-Sociais, sigla Aciso, enviando à região centenas de médicos, dentistas, agentes de combate ao mosquito da malária e toda sorte de assistência social com o objetivo de angariar a simpatia das populações locais. Chegaram até mesmo a prender pistoleiros, grileiros de terras e grandes fazendeiros acusados de trabalho escravo<sup>775</sup>. Assim, passou a haver uma clara divisão dos camponeses entre os

---

<sup>773</sup> Fonte: “Dossiê Araguaia”, op. cit. São 27 os camponeses cujas famílias entraram com pedidos de indenização junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, de acordo com levantamento desta pesquisa. Em Anexo, apresento uma relação de camponeses que participaram da guerrilha, levantada com base em documentos militares (detalhamento no próprio Anexo). Nessa relação, há 11 casos de consolidados de camponeses que morreram durante o episódio, com seus respectivos nomes e circunstâncias das mortes. Também há referências a outros 22 nomes ou apelidos de supostos camponeses mortos, citados em documentos militares, cujos detalhes ainda precisam ser apurados por algum historiador que se disponha ao objeto. Ainda há 31 camponeses sobreviventes citados nesses documentos militares como “apoios fortes”. No total, entre camponeses que aderiram à guerrilha e apoiaram o grupo de forma efetiva, seriam um pouco mais de 60, de acordo com os militares. Ver Anexo II.

<sup>774</sup> Os comandantes militares tomaram o cuidado de orientar a tropa a jamais chamar os adversários de “guerrilheiros” ou “povo da mata”, pois essa nomenclatura lhes emprestaria *status*. Era para chamá-los de “bandidos”, “bandoleiros”, “terroristas” ou “subversivos”. Na melhor das hipóteses, de “paulistas”. In: Studart. *A Lei da Selva.*, op. cit., pág. 181. Segundo esta pesquisa contactou através de narrativas orais, Exército e Polícia Militar, por sua vez, eram chamadas genericamente pelos guerrilheiros de “a repressão”, e pelos camponeses de “federais”.

<sup>775</sup> Em setembro de 1972, por exemplo, os militares promoveram um “arrastão” entre fazendeiros e jagunços do Araguaia para reprimir o trabalho escravo. Uma dezena de fazendeiros foi presa, entre eles Evandro Mutran, o maior produtor de castanha-do-pará do País, um castanheiro chamado Noleto, o maior da região de São Geraldo, muito conhecido por grilagem de terras, e um madeireiro chamado Antoninho da Mercelinense. Depois da partida deles para a prisão em Goiânia, chegou a haver uma grande festa na cidade de Xambioá, com queima de fogos de artifício. Evandro Mutran seria preso novamente pelos militares em fins de 1973, também acusado da prática de trabalho escravo. In: Studart. *A Lei da Selva.* Op. cit., págs.156-157. Observe-se que, 30 anos depois, a 30 de julho de 2004, o mesmo latifundiário Evandro Mutran (ou seu filho) seria condenado pelo juiz da 2ª Vara do Trabalho de Marabá, a pagar R\$ 1.350.440,00 por dano moral coletivo, acusado de prática de trabalho escravo na Fazenda Cabaceiras, sul

que ainda emprestavam algum tipo de apoio aos “paulistas” (agora guerrilheiros) e aqueles passaram a estar de alguma forma com os “federais”.

Alguns aderiram à guerrilha com o objetivo claro de pegar em armas e fazer a revolução – como foi o caso de três camponeses entrevistados para esta pesquisa<sup>776</sup>. Centenas de outros moradores, por sua vez, passaram a apoiar os guerrilheiros das mais diferentes formas, especialmente com mantimentos. Já faziam isso antes. A diferença é que passaram a prestar apoio de forma clandestina, conscientes de que apoiavam um grupo “subversivo”.

O casal Amaro e Neuza Lins encaixa-se nesse perfil. Amaro era operário no Rio de Janeiro quando, em 1970, deslocou-se para o Araguaia. Lá, começou a namorar a jovem Neuza; quis se casar, o que era proibido pelas regras do grupo guerrilheiro. Seu comandante, Dr. Paulo, do Destacamento C, então encontrou uma solução intermediária. Amaro saíria do grupo guerrilheiro para constituir família e passaria a viver um cotidiano de camponês. Contudo, segundo narrativa oral de dona Neuza a esta pesquisa, o casal continuou a apoiar os guerrilheiros, clandestinamente, do início ao fim. Amaro chegou a ser preso em abril de 1972 sob suspeita de ser “apoio” dos guerrilheiros<sup>777</sup>. Ficou casado com Neuza por duas décadas, até falecer. Seus filhos receberam nomes de guerrilheiros<sup>778</sup>.

Havia, ainda, aqueles que nutriam simpatia pelos guerrilheiros, mas não chegaram a se envolver. Havia os que preferiam manter distância de ambos os lados para não se comprometerem. Por fim, aqueles que se alinharam de bom grado aos “federais”.

Esses posicionamentos são registrados e explicados no compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos*, publicado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, a partir da reprodução de depoimento, em 1983, do

---

do Pará, região onde se deu a Guerrilha do Araguaia. Fonte: Agência Estado. Acesso em: 15 fev. 2005. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/agestado/noticias.htm>.

<sup>776</sup> José Wilson Brito (Wilsinho), Josias Gonçalves (Jonas) e Manoel Pereira Marinho (Manuelinho).

<sup>777</sup> Há um documento militar no meu acervo que registra a prisão e a liberação de Amaro como “suspeito” de ser “apoio” da guerrilha. Como ele nada contou, acabou sendo liberado.

<sup>778</sup> Conheci dona Neuza em sua casa em São Geraldo, quando colhi seu depoimento oral para esta pesquisa. Na ocasião, estava junto a filha Helenira.

padre Ricardo Resende sobre o tratamento que os camponeses recebiam do Exército:

A partir de 1972, a presença do Exército na região, e das Forças Armadas em geral, foi uma presença autoritária, inflexível e, eu diria até, excludente. Quer dizer, excluía do projeto governamental os lavradores, que eram tratados na base da pancadaria. Houve um momento, durante a guerrilha, que o Exército mudou de tática e tratou um pouco melhor os lavradores, para utilizá-los na caça aos guerrilheiros; mas, em geral, o trabalho do Exército foi extremamente prepotente e violento até 1979<sup>779</sup>.

Quando os fuzileiros navais mataram a guerrilheira Fátima (Helenira Rezende Nazareth), em setembro de 1972, a família de dona Adalgisa e Zé da Onça chegou a escutar os tiros. Repercutiu muito na região, “Ainda teve duas reuniões na casa da minha mãe”, relata Zé da Onça. “Logo, ficou mais difícil ver os guerrilheiros. Nunes me viu de longe, mas não me reconheceu e se escondeu. Nunca mais vi nenhum guerrilheiro, as reuniões foram interrompidas”.

#### **6.4 – Recrutamentos de guias**

A partir de outubro de 1973, a correlação de forças mudaria mais uma vez. Foi quando o Exército retornou para a terceira e última campanha de repressão, a chamada Operação Marajoara. Assim que chegaram, começaram a perpetrar um “arrastão” para prender o maior número possível de chefes de família da região suspeitos de servirem como “apoio” dos guerrilheiros. De

---

<sup>779</sup> Ana Carneiro e Marta Cioccarì. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos; Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dezembro 2011, págs. 265-267.

acordo com documentos militares, no dia 7 de outubro de 1973 teriam sido presos

160 moradores da região que funcionavam ou eram suspeitos de funcionar como rede de apoio dos guerrilheiros. Essa ação teve o objetivo, além de retirar o apoio da Guerrilha, deixar claro a essas pessoas de que lado estavam a Lei e a Ordem<sup>780</sup>.

Documento do Serviço Nacional de Informações (SNI), “Relatório Especial de Informações nº 06”, produzido pela Agência de Informações em Marabá, que tinha por “finalidade apreciar a situação do inimigo, inclusive sua Rede de Apoio, Área de Operações, e a nossa situação”, corrobora com o número de camponeses presos na ocasião. Segundo o documento, no período entre 05 de outubro e 15 de novembro de 1973, “foram presos 161 apoios”. Informa também que “estão relacionados ainda 42 apoios a serem detidos”. Ou seja, a inteligência militar havia identificado exatos 203 moradores que estaria prestando algum tipo de apoio à Guerrilha. A maior parte teria ficado presa por exatas três semanas. Outros desapareceriam<sup>781</sup>.

Relatos posteriores dos moradores da região ao MP apontam para números bem maiores de presos. Cerca de 500 chefes de famílias camponesas teriam sido arrancados de suas casas; os suspeitos de apoiar os guerrilheiros tiveram suas roças queimadas; permaneceram ilegalmente presos por cerca de três semanas, em sua maioria, e alguns mais tempo ainda – de acordo com o conjunto de depoimentos colhidos pela Comissão de Anistia do Ministério da Justiça entre 2001 e 2007, como também pelos Grupos de Trabalho Tocantins (GTT) e Araguaia (GTA), que busca os corpos dos desaparecidos da guerrilha em cumprimento a sentença judicial<sup>782</sup>.

---

<sup>780</sup> Fonte: Documento militar “Dossiê Araguaia”, *op. cit.*; trecho reproduzido em *Lei da Selva, op. cit.*, pág. 217.

<sup>781</sup> Entre eles um camponês de nome Hermógenes. Detalhes, no Anexo II, com a relação dos camponeses que aderiram à guerrilha.

<sup>782</sup> Posso em meu acervo cerca de 350 desses depoimentos. Esclareço estão à disposição de pesquisadores que porventura queiram analisá-los.

Tanto relatos de militares, quanto de moradores da região, convergem para o fato de que o Exército instalou camponeses suspeitos de serem “apoios fortes” da guerrilha em duas grandes valas que haviam sido cavadas na Operação Papagaio, em setembro de 1972, nas bases militares de Bacaba, ao norte, e de Xambioá, ao sul. Os buracos tinham 3 metros de comprimento, por dois de largura e dois de profundidade. Não havia latrinas. Nem telhados para protegê-los do sol e das chuvas, intensas naquela estação. As valas, chamadas de “Buracos do Vietnam”, foram cobertas com grades de ferro. A maior parte dos camponeses, contudo, permaneceu solta nas bases, mas sob custódia e vigilância<sup>783</sup>.

Praticamente todos os homens sofreram violências físicas, ou seja, apanharam de “taca”, um pedaço de madeira flexível que provoca grande dor, segundo convergem os depoimentos dos camponeses à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça<sup>784</sup>. Os militares chegaram até mesmo a compor o “Hino da Taca”, cantado pelos próprios camponeses todas as manhãs nas bases militares, nesse período, antes do café da manhã<sup>785</sup>.

Alguns foram barbaramente torturados. Os casos mais conhecidos dizem respeito um camponês chamado Hermógenes, que havia aderido à guerrilha<sup>786</sup>, e do camponês Pedro Ferreira dos Reis, o Pedro Onça, que fora preso fazendo compras para o Destacamento C da guerrilha, e aguentou dois dias de tortura para dar tempo de o comandante Paulo Mendes Rodrigues fugir<sup>787</sup>, segundo sua narrativa à pesquisa. Assim os militares admitem (e justificam) as violências, segundo o trecho que consta no documento “Dossiê Araguaia”:

<sup>783</sup> Os “buracos do Vietnam” foram revelados pelo professor da UFGO Romualdo Pessoa Campos Filho. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Op. cit.; e detalhadas por Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit.

<sup>784</sup> Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., págs 217 e 218.

<sup>785</sup> O camponês José Wilson Brito, que conheci e colhi a narrativa oral para esta pesquisa, cantou gravou em vídeo o “Hino da Taca”. Levado preso para a Base Militar de Bacaba, em outubro de 1973, ele era um dos que foram obrigados a cantar o hino. Acabou guardando-o nas lembranças. Wilson também cantou e gravou em vídeo a Canção do Guerrilheiro, cuja letra encontra-se na íntegra no Capítulo 2 desta pesquisa.

<sup>786</sup> Em 1972, ele havia revelado ao Destacamento B da guerrilha a oposição de uma patrulha militar, que acabou sofrendo emboscada. Como os agentes de informações do Exército já o haviam identificado, ele foi especialmente procurado, preso e levado para Xambioá. De acordo com o relato de um militar que presenciou o episódio, Hermógenes foi torturado em um pau-de-arara e passou três dias sofrendo violências. Depois disso desapareceu da região. Fonte: Studart. *A Lei da Selva*, op. cit., pág. 220.

<sup>787</sup> O caso de Pedro Onça já foi julgado pela Comissão de Anistia e, em 2008, ele recebeu indenização do Estado.



Na reeducação dessas pessoas teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia uma lei: a lei do mais forte. Mesmo porque não havia tempo de usar a psicologia. O Exército queria fazer entender quem, a partir daquele momento, estava mandando. Após, todos os detidos foram libertados e passaram a temer mais ao Exército do que aos guerrilheiros<sup>788</sup>.

Nesse último período de um ano, entre outubro de 1973 e outubro de 1974, era praticamente impossível aos camponeses prestar qualquer tipo de apoio aos guerrilheiros. Ao contrário, foram quase todos obrigados a prestarem apoio compulsório aos militares, de acordo com o conjunto de narrativas que emerge dessa pesquisa.

Assim, nada menos que 48 camponeses da região sul acabaram se engajando como mateiros do Exército para caçar o Destacamento C<sup>789</sup>. O camponês Basílio Constâncio Silva conheceu 42 deles. Só cinco apoios dos guerrilheiros contra 42 mateiros dos militares, contabiliza. Basílio conta que, “antes, todos eram conhecidos dos guerrilheiros”. Depois, os guerrilheiros “não se achegaram; sumiram no mato”, narra Basílio.

Alguns camponeses chegaram a se oferecer como guias. E caçaram guerrilheiros em troca de prêmios em dinheiro<sup>790</sup>. Eram chamados de “bate-paus” pelos guerrilheiros. A maior parte dos camponeses que serviram de guias, contudo, possuía antigas alianças com os paulistas. Auxiliaram os militares a contragosto na caçada a seus antigos amigos e “compadres”, em troca da própria vida, ou da liberdade dos familiares.

Foram os casos, por exemplo, de José Maria Alves da Silva, o Zé Catingueiro, e de Euclides Pereira de Souza, Beca. “Eu era amigo do Osvaldão

<sup>788</sup> “Dossiê Araguaia”, trecho reproduzido em *A Lei da Selva*, op. cit, págs. 217 e 218.

<sup>789</sup> Curiosamente, esse número de camponeses engajados como guias do Exército na área do Destacamento C, exatos 42 homens, converge das narrativas orais para esta pesquisa dos ex-guias Basílio Constâncio Silva, Jacó Gaioso Soares da Silva e Manuel Cajueiro.

<sup>790</sup> Foram os casos, por exemplo, dos três camponeses que mataram o guerrilheiro Arildo Valadão, o Ari, Sinésio “Berinjela” Martins Ribeiro, Iomar “Galego” Ribeiro da Silva, e Raimundo “Cacaúba” Clarindo do Nascimento – conforme o episódio narrado no Capítulo 2. Em suas respectivas narrativas orais a esta pesquisa, outros camponeses, como Pedro Pinheiro Dias, o Pedão, de Jacó Gaioso, ou ainda de Manuel Cajueiro.

e de quase todo o seu grupo”, relata Beca a esta pesquisa. “Então disse que não sabia entrar na mata e pedi para ficar na base fazendo outros serviços. Aí fiquei cozinhando e capinando”, acrescenta.

Anísio Rodrigues da Silva conhecia Osvaldo desde 1970, dos tempos em que trabalharam juntos no Garimpo da Pulga, na Fazenda Matrinxã. “Osvaldo era conversador, simpático. Ele só chamava rádio de caixa de fuxico. Ninguém falava em terrorista”, relata Anísio. Mesmo depois da chegada dos militares à região, em 1972, Anísio continuou sendo “apoio” de Osvaldo. Em geral comprava galinha e farinha para os guerrilheiros do Destacamento B. Quando os militares voltaram para a terceira e derradeira campanha, em outubro de 1973, Anísio foi preso. Eis seu relato:

Eles me acusaram: ‘Você tá dando apoio a esse pessoal do mato. Você é terrorista também’. E aí, taca.

Eles diziam o tempo inteiro para nós: Esse povo terrorista são uns selvagens. Não tem respeito. Se tomar essa área vão entregar para outro país. E não têm respeito com família. É pai com filha, muié com muié, irmão com irmão.

Em dezembro de 1973, Anísio foi levado pelo Dr. Piau<sup>791</sup>, de helicóptero, até a casa de Arlindo Piauí<sup>792</sup>. “Você sabe atirar?” – indagou o militar, segundo as lembranças de Anísio. Entregou-lhe um fuzil FAO, o mesmo usado pelos soldados. Anísio acertou uma tábua. “Você vai conosco”, decretou o militar, recrutando-o como guia. Na sequência, informou-lhe sobre a tabela de prêmios pelos guerrilheiros. Segundo Anísio, “as cabeças mais caras eram de Osvaldo, Dina, Fogoio e Joaquim. Algumas valiam 3 mil, 2 mil e até 1 mil cruzeiros. Vivo ou morto era o mesmo preço”.

\* \* \*

<sup>791</sup> Nas narrativas orais de camponeses, há muitas referências ao militar que utilizava o codinome Dr. Piau. Seria um sargento que chefiava as equipes do Grupamento de Guerra na Selva deslocado de Manaus para a repressão no Araguaia, segundo descobri nas pesquisas de campo.

<sup>792</sup> Arlindo Piauí, por sua vez, era o camponês Arlindo Vieira, um dos guias de maior confiança dos militares, por sinal, provável autor do disparo que matou Osvaldo. Há algumas histórias no imaginário da região sobre a relação entre Osvaldo e o clã dos Piauí. A casa de Arlindo ficava ao lado da Base Militar de São Raimundo. Sua viúva, Antônia Ribeiro da Silva, ou dona Antônia Galega-Piauí, prestou longa narrativa oral para esta pesquisa.

Também foram recrutados três índios suruís para servir de guias na área que serviu de epicentro dos principais combates<sup>793</sup>. Suas terras abrigavam a Comissão Militar e dividiam os destacamentos A e B da guerrilha. Os guerrilheiros jamais haviam tentado uma aproximação. Como eles não falavam português, Velho Mário avaliou que não poderiam jamais servir como “elementos de massa” para as futuras colunas revolucionárias<sup>794</sup>.

Por outro lado, naquele período dos conflitos, os suruís corriam sério risco de extinção. Até o início da década de 1960, eram cerca de 5 mil, espalhados por 25 aldeias. Por conta da combinação das guerras tribais contra os Carajás e a entrada dos posseiros no sul do Pará, disputando caça e levando novas doenças para a região, na virada dos anos 1970, haviam sido reduzidos a 1,3 mil.

No caso da tribo que existia no epicentro da área onde ocorreria a guerrilha, estavam praticamente extintos, com apenas oito famílias remanescentes. Havia um padre que os assistia, simpático ao regime militar. Como resultado da falta de iniciativa dos guerrilheiros de buscar aproximação, combinada com a antipatia do padre, aquele grupo de jovens exóticos passou a ser chamado dentro da tribo de “homens maus”<sup>795</sup>.

A partir de outubro de 1973, o comando das tropas de combate na selva foi instalado num ponto exatamente ao lado da entrada da reserva indígena. Chamava-se Base Militar de São Raimundo. Seu comandante, escalado a dedo pelo ministro do Exército, general Orlando Geisel, era o major Nilton de Albuquerque Cerqueira, codinome Faixa Branca<sup>796</sup>. Pouco tempo antes, no

<sup>793</sup> Estive na reserva indígena em duas ocasiões, em 2009 e em 2010, colhendo narrativas orais para esta pesquisa. As informações abaixo são frutos dessas narrativas. Os três índios que serviram como guias do Exército são: Massara, Warini e Tawé (este último, falecido). Curiosamente, muitas narrativas populares sobre a participação dos suruís na caçada aos guerrilheiros apontam o índio Massú como suposto protagonista. Massú era criança nos tempos da guerrilha; contudo, no tempo do agora é ele quem ser escalado para conversar com visitantes sobre a guerrilha.

<sup>794</sup> No “Diário do Velho Mário”, constam três referências aos índios, tratados *en passant*, informando que não falavam português, e inúmeras referências aos camponeses, chamados como “elementos de massa”.

<sup>795</sup> Segundo as narrativas orais dos índios Massara e Warini a esta pesquisa.

<sup>796</sup> Participação de Nilton Cerqueira no Araguaia foi revelada por Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio*, op. cit., pág. 195-199 e 207-210. Mais tarde, Studart. *A Lei da Selva*. Op.cit, revelaria que ele foi o segundo chefe de Operações do Sul, entre dezembro de 1973 e abril de 1974, e que mudou a base de operações da cidade de Xambioá para uma área ao lado da reserva indígena dos suruís, criando a Base de São Raimundo. Cerqueira chegou como major ao Araguaia, mas logo seria promovido a tenente-coronel. Foi indicado para a missão pelos generais Hugo de Abreu, seu chefe direto, e Milton Tavares, então chefe do CIE, de acordo com narrativas de militares a esta pesquisa, dentre eles Lício Maciel.

interior da Bahia, havia cumprido a missão de caçar e matar o capitão Carlos Lamarca, líder da Vanguarda Popular Revolucionária, VPR.



A tribo dos suruí estava quase extinta quando os índios Massara (à esq.), Warini (à dir.) e Tawé (falecido) tornaram-se guias das tropas de paraquedistas comandadas pelo major Nilton Cerqueira. Contudo, nas narrativas populares, é Massú (ao centro) quem costuma ser apontado como protagonista

Cerqueira, que mais tarde seria promovido a general, nomeado secretário de Segurança do Rio de Janeiro e eleito deputado federal constituinte, chegou ao Araguaia com carta-branca de Orlando Geisel, então ministro do Exército<sup>797</sup>. Uma de suas primeiras providências ao chegar a São Raimundo foi convidar os índios para conversar. Teriam feito um pacto. Ajudariam Cerqueira a encontrar os “homens maus” e ele, por sua vez, pediria ao governo para ajudar a tribo. Não havia muitos índios, somente oito adultos<sup>798</sup>. Quatro deles foram escolhidos como guias dos militares – e três estavam vivos quando os conheci, entrevistei e fotografei na reserva, em 2009: Massara, Massú e Warini.

Os índios não chegaram a pegar em armas; apenas serviram de guias, como muitos outros camponeses. Onde atuaram como guia, contudo, os militares encontraram o maior número de guerrilheiros. Nada menos que nove deles estariam enterrados na reserva indígena, segundo narrativas orais da pesquisa de campo realizada, entre eles o comandante Velho Mário.

<sup>797</sup> Segundo narrativas de seus colegas militares a esta pesquisa, também falava diretamente com o general Orlando Geisel, fora da cadeia hierárquica, através de um sistema de comunicações instalado em São Raimundo.

<sup>798</sup> Segundo as narrativas dos índios Massara e Warini a esta pesquisa.

Logo depois que findou o movimento, teriam início os estudos para a construção da ferrovia da província mineral de Carajás. O mapa da região desvela que a rota dos trilhos tem uma barriga, um desvio de mais de 100 quilômetros, fazendo com que a ferrovia atravessasse uma beirada da reserva dos suruís. Desde então, os suruís vêm recebendo royalties obrigatórios da Vale do Rio Doce pelo uso de suas terras.

Quando os visitei, em 2009, o jovem cacique estava orgulhoso com o destino de seu povo. Daqueles oito homens adultos que haviam restado no outrora, já eram 237 índios no tempo-do-agora. Todos morando em casas de alvenaria, todos sendo servidos por um posto de saúde, todas as crianças em escola bilíngue. “E todas as mulheres prenhas”, festejava o cacique Almir.

## **6.5 – O outrora no agora**

Terminada a guerrilha, a partir de 1975, os antigos guias, tanto os voluntários quanto os guias compulsórios, começaram a receber glebas de terras do governo como pagamento pelos serviços prestados, dentro da política de reforma agrária dos governos militares. Há muito já perderam suas terras, praticamente todos eles, dentro do processo de consolidação dos latifúndios de pecuária extensiva desde então implantada na região – segundo constatou a pesquisa de campo junto aos antigos guias.

Na sequência, a partir da descoberta do garimpo de Serra Pelada, em 1978, a população local passou a viver sob o controle absoluto do representante militar na área, o tenente-coronel Sebastião de Moura, o Major Curió. Como uma das resultantes: cerca de 30 anos de silêncio por parte dos camponeses. Só a partir da década de 2000, aos poucos, os moradores começaram a abrir suas memórias do Araguaia para pesquisadores e autoridades públicas.

Por conta dessa combinação de fatores, boa parte dos ex-guias, incluindo alguns que haviam aderido à luta armada proposta pelos guerrilheiros, acabou trabalhando por décadas para o Major Curió. Ou como

seguranças pessoais, ou como chefes de garimpo. Exemplos concretos são os camponeses Abel Honorato de Jesus, o Abelinho, e José Maria Alves da Silva, o Catingueiro. Ambos conviveram com os guerrilheiros dentro dos destacamentos; foram obrigados a servir de guias do Exército, e por fim trabalharam em Serra Pelada como assistentes de Curió, de acordo com suas narrativas,.

\* \* \*

Nesse ponto emerge questão a ser considerada em qualquer avaliação sobre a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. Teriam sido eles protagonistas ou vítimas dos acontecimentos? Para os guerrilheiros daquele tempo, os camponeses eram protagonistas, atores de uma guerra revolucionária que pretendia ser deflagrada no campo para a conquista das cidades.

A maior parte dos camponeses remanescentes, contudo, se apresenta no presente como vítimas da repressão militar e de violações de Direitos Humanos – conforme se depreende do conjunto de depoimentos que prestaram à Comissão de Anistia. Esse número de vítimas é também variado, dependendo da lista a ser considerada.

Ocorre que ser protagonista não é uma condição perene. Um protagonista do tempo de outrora pode ser vítima no agora – e, se continua lutando, continua sendo protagonista e vítima ao mesmo tempo. No caso do Araguaia, os camponeses vivenciaram ambas as situações. Foram protagonistas quando se prepararam junto com os guerrilheiros para enfrentar o regime militar. E foram vítimas quando acometidos pela violência do Estado constituído.

Ao enfrentarem o Exército, eram protagonistas. E os que morreram em combate, como o camponês-guerrilheiro Pedro Carretel<sup>799</sup>, tombaram como protagonistas da História – embora também possam ser, juridicamente,

---

<sup>799</sup> Trata-se do camponês-guerrilheiro mais conhecido, que tombou em combate em janeiro de 1974. Ainda não há consenso sobre seu nome de batismo, se Pedro Pereira de Souza ou Pedro Matias de Oliveira. Ver detalhes no Anexo II desta pesquisa.

considerados vítimas dos excessos daquele regime autocrático. Logo, de acordo com o conceito de circularidade cultural de Bakhtin, ser protagonista ou vítima não são categorias políticas excludentes.

\* \* \*

A última questão diz respeito à visão que os camponeses tinham sobre a guerrilha. Pode-se analisar a participação de camponeses no episódio a partir do sistema de representações e de valores dos guerrilheiros e dos militares daquele tempo. Estavam os dois lados, guerrilha e repressão, tomados do imaginário maniqueísta da Guerra Fria. Para eles, era tudo ou nada, e quem não era aliado incondicional, deveria ser tratado como inimigo.

Assim, para os militares, todo e qualquer camponês que tenha mantido relações sociais com os “paulistas” era suspeito. Se amigo ou compadre, tornava-se automaticamente um inimigo a ser preso e torturado. Da mesma forma, para os guerrilheiros do Araguaia, todo e qualquer camponês que tenha mantido boas relações com os “federais” tornava-se um potencial inimigo da guerrilha. Especialmente se em algum momento tiver servido de guia.

É possível, por outro lado, avaliar a questão a partir do próprio sistema de valores dos camponeses. Raros eram os que tinham consciência da chamada Guerra Fria internacional daqueles anos 60 e 70; ou compreendiam a dimensão das propostas revolucionárias que lhes eram apresentadas. Moviam-se, quase todos, segundo as simpatias e alianças pessoais – segundo emerge das narrativas orais da pesquisa de campo.

Assim, se os camponeses forem avaliados pelos observadores do tempo presente de acordo com o sistema de representações e de valores dos guerrilheiros do outrora, aqueles que serviram de guias aos militares devem ser considerados como “pistoleiros”, “bate-paus” ou “traidores” da revolução, de acordo com o vocabulário utilizado pela guerrilha<sup>800</sup>. Contudo se as informações coletadas no agora forem interpretadas de acordo com os

---

<sup>800</sup> Essas expressões encontram-se registradas nos documentos produzidos pelos próprios guerrilheiros, como cartas, comunicados, manifestos e relatórios, dentre eles o chamado “Diário do Velho Mário”, escrito pelo comandante guerrilheiro Maurício Grabois, e o “Relatório Arroyo”, produzido pelo sub-comandante Ângelo Arroyo.

sistemas de representações e de valores dos camponeses no tempo do outrora (conforme os conceitos da História Cultural), até mesmo os guias poderão ser considerados protagonistas da guerrilha e, ao mesmo tempo, vítimas da repressão militar<sup>801</sup>.

---

<sup>801</sup> Outros camponeses foram ouvidos por este pesquisador entre julho de 2009 a agosto de 2012, sendo José Maria Alves (Jeca do Jorge), Jonas Gonçalves e Pedro Monteiro Liá, sendo esse último guia.



## Capítulo 7

### **A LUTA NA FLORESTA**

Este capítulo tem por objetivo apresentar as fases da luta armada no Araguaia no período compreendido entre abril de 1972 e outubro de 1972. Há 18 guerrilheiros desaparecidos nesse período, cujas circunstâncias das mortes estão relativamente reconstruídas pela historiografia. Contudo, busco tecer a narrativa a partir da perspectiva dos guerrilheiros, valorizando os combatentes anônimos, trazendo novas falas e episódios inéditos como contribuição à História, fazendo uso, em especial, do diário pessoal do comandante das Forças Guerrilheiras.

#### **7.1 – Borboletas em voo**

Até a chegada dos militares à região do Araguaia, os guerrilheiros mantinham-se quase escondidos, como lagartas em seus casulos, aguardando o momento de transformarem-se em borboletas. Em qualquer cultura, a borboleta simboliza a utopia da transmutação (ou da revolução), de buscar superar o mundo rasteiro, desigual e injusto, para depois de um período de gestação em crisálida despontar rumo a uma sociedade mais livre e igualitária.

Assim, no exato dia em que souberam que a reação havia chegado, as lagartas fizeram uma grande festa, pois, enfim, poderiam começar a sair de seus casulos. Não de uma crisálida de seda, clara e delicada, construída para tornar possível o voo solo das borboletas, mas sim de um casulo verde-escuro, construído no meio de uma mata selvagem e tomado por adversidades, um casulo coletivo, com muitas asas aspirando por liberdade, entusiasmadas com a iminência de virarem borboletas. Os primeiros militares haviam entrado no Araguaia nos últimos dias de março de 1972, mas os guerrilheiros souberam apenas a 12 de abril.

“Gritamos de felicidade, jogamos os chapéus para cima” – relata Paulo<sup>802</sup>, no tempo-do-agora, mas com as lembranças naquele tempo-do-outro. “Só pensávamos numa coisa: finalmente a revolução iria começar”.

Estavam quase todos apaixonados pela floresta. Foi nessa época que apareceu um poema, distribuído a alguns moradores da área ao sul da cidade de São Geraldo. Não tem assinatura. Mas, por se tratar de cordel e pela área onde apareceu, há indícios de que tenha sido composto por Mundico:

### AOS NATIVOS

*quisera ser cantador  
de verso ardente e ligeiro  
para cantar, lutador –  
flor do povo brasileiro,  
tua luta e tua dor  
no vão desse mundo inteiro*

*quisera ser violeiro  
violeiro do sertão  
pra dizer ao povo inteiro  
da terra seca e da praia  
o teu valor, meu irmão*

*e dizer que tens na mão  
o sol que afinal já raia,  
madeireiro ou seringueiro  
lavrador ou castanheiro,  
guerrilheiro do Araguaia<sup>803</sup>*

\* \* \*

A 30 de abril de 1972, três semanas depois das tropas do Exército chegarem à região do Bico do Papagaio, Velho Mário então começa a redigir um diário, do qual não mais se desgrudaria. Redigiu quase todos os dias ao longo de 20 meses, até a hora de sua morte, a 25 de dezembro de 1973<sup>804</sup>. É

<sup>802</sup> João Carlos Wisnesky lembra que, em dezembro de 1971, diante de um alarme falso sobre a possível chegada dos militares, eles chegaram a festejar o início da luta.

<sup>803</sup> Provável autor: Rosalindo Cruz Sousa. **Aos nativos.**

<sup>804</sup> O documento foi redigido do início ao fim repleto de códigos e de abreviações, algumas são hoje compreensíveis ou dedutíveis a partir do conhecimento do contexto histórico, como G.A., Guerra Popular; DA, ou C – que significam Destacamento A e Destacamento C; ou ainda G1 e G2, referência aos grupamentos 1 e 2 do Destacamento A. Nas transcrições de trechos do Diário do Velho Mário, como também de outros documentos produzidos pelos guerrilheiros, optei por fazer as devidas “traduções” – sempre que possível – no próprio corpo da citação. Portanto, evitando o excesso de notas de rodapé

de conhecimento público desde 1972 a existência desse documento. Os guerrilheiros o viam anotando num desses cadernos de capa dura, preta, usados para fazer a contabilidade de mercearia, mas Grabois jamais mostrou o conteúdo para qualquer um dos guerrilheiros – pelo menos a nenhum dos sobreviventes. Ângelo Arroyo, o vice-comandante Joaquim, o último sobrevivente, chegou a São Paulo em janeiro de 1974 com a informação de que Grabois fizera anotações no diário até os últimos dias de vida. O destino – e, principalmente, o teor — do “Diário do Velho Mário” ficou oculto por quatro décadas<sup>805</sup>.

O diário foi encontrado, já estufado pela umidade, pelas tropas que mataram Grabois, no Chafurdo de Natal. O documento chegou a Marabá no final da tarde de 25 de dezembro de 1973 para ser encaminhado na primeira hora do dia seguinte ao Centro de Informações do Exército, em Brasília. Uma história curiosa envolve o legado do Velho Mário.

Já em Brasília, um capitão da área de informações pediu o material emprestado aos colegas para examiná-lo e, sem consultar os superiores, convocou cinco cabos e soldados para que copiassem o conteúdo à mão. O diário original teria desaparecido; provavelmente, destruído no crematório de arquivos ocorrido no início de 1975, durante a chamada Operação Limpeza. Restou a cópia (mais tarde datilografada), preservada nos arquivos pessoais desse oficial<sup>806</sup>. Velho Mário começa suas anotações com as seguintes palavras:

30/4 – Começou a Guerra Popular a 12/4<sup>807</sup>. O inimigo, possivelmente informado por alguma denúncia, atacou de surpresa o Peazão entre as 15 e as 16 horas daquele dia. Avisado com poucas horas (2) de antecedência, pela massa, o Destacamento A retirou-se organizadamente para a mata. O Grupo 3 daquele Destacamento, que

---

explicativas. Outros trechos, contudo, permanecem aguardando interpretação. Como a primeira frase do diário: “Começou a G.P.”. A esses, mantive da forma original.

<sup>805</sup> Conforme relatado no Capítulo 1 desta pesquisa, obtive uma cópia deste diário durante as pesquisas para minha dissertação de mestrado “O Imaginário dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia (2005)”, *op. cit.* Cheguei a utilizar alguns trechos de seu conteúdo na respectiva dissertação.

<sup>806</sup> Esta história foi relatada à pesquisa pelo militar que me deu cópia do “Diário do Velho Mário”, que usava no período da repressão o codinome de Carlos Santos Azambuja. Teria sido justamente ele, segundo a narrativa, o oficial que mandou os soldados copiarem o documento à mão.

<sup>807</sup> No original, ele abrevia Guerra Popular como G.P.

estava sediado no Peazão, dada a superioridade do adversário, não ofereceu combate, mas salvou seus efetivos, de armamento e diversos materiais. No entanto, muitas coisas foram deixadas no local, principalmente roupa e a oficina. O comando do Destacamento A mandou avisar o Grupamento 2 e o Grupamento 1, ordenando-lhes que se retirassem para um ponto previamente estabelecido, onde se encontraria o Destacamento A. A manobra realizou-se com pleno êxito. Na manhã do dia seguinte, 13 de abril. Juntavam-se o Grupamento 3 e o Grupamento 1. Três dias depois, chegava o Grupamento 2, tendo realizado marcha difícil pelos caminhos e pela mata, enquanto no ar sobrevoavam helicópteros e nas estradas ouviam-se rajadas de metralhadoras. Os Grupamento 1 e Grupamento 2 salvaram todo o seu equipamento, armas e todos os objetos de uso.

Na manhã do dia 13 foi enviado um mensageiro (Landin<sup>808</sup>) para apanhar o comandante Cid<sup>809</sup> e recolher informações sobre o inimigo e o estado de espírito da massa. No dia 14, também pela manhã, despachou-se o comandante Nunes<sup>810</sup> para avisar o Destacamento B. E a 17, dois comandantes (Beto e Paulo<sup>811</sup>) foram mandados avisar o Joaquim<sup>812</sup>. Que naquele dia dirigia-se ao Peazão que já estaria ocupado pelo Exército.

No trecho logo a seguir do diário, chama à atenção a questão das provisões, “pouca” já nos primeiros dias da guerrilha, segundo relata o comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia (grifos meus):

O moral do DA é bem elevado, não há sinal de temor e todos se mostram ansiosos de enfrentar o inimigo. Embora a alimentação seja pouca, não há sinal de nenhuma reclamação. (...) No Destacamento B também o moral é elevado. O Osvaldo<sup>813</sup> é um bom comandante,

<sup>808</sup> No original, está apenas Land, referência ao guerrilheiro Orlando Momente.

<sup>809</sup> Codinome de João Amazonas.

<sup>810</sup> No original, está apenas Nu, referência ao guerrilheiro Divino Ferreira de Souza.

<sup>811</sup> No original, Be e Pa, referências a Lúcio Petit da Silva (Beto) e a Paulo Mendes Rodrigues (Paulo). Ocorre que foi o guerrilheiro de base João Carlos Wisnesky, também Paulo, quem esteve nessa missão com Beto. Provavelmente Velho Mário se confundiu.

<sup>812</sup> No original, Jo, referência a Ângelo Arroyo, vice-comandante geral das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

<sup>813</sup> No original, Osv, referência a Osvaldo Orlando Costa, comandante do Destacamento B.

acatado e respeitado. O Zé Carlos<sup>814</sup> também vai bem, embora, como sempre, anda um pouco irritado.

Para todos os comandantes dos diferentes Destacamentos, entrou-se em uma nova fase de luta. A inexperiência é geral. Mas acabaremos superando todos os obstáculos e os co acabarão por dominar os métodos da GP. Reagrupadas nossas forças, guardadas as coisas que atrapalham nossa movimentação, poderemos nos propor a novas tarefas, tanto no que se refere ao auto abastecimento, quanto à propaganda revolucionária, à ligação com as massas e às ações contra o inimigo.

Alguns dos membros da Comissão Militar então redigiu um manifesto que seria distribuído na região, o “Comunicado nº 1” do Movimento de Libertação do Povo (MPL) e das Forças Guerrilheiras do Araguaia, FOGUERA. Foi endereçado “aos posseiros, trabalhadores do campo e a todas as pessoas progressistas do Sul do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás”; e igualmente endereçado “aos moradores dos municípios de Marabá, S. João do Araguaia, Conceição do Araguaia, Araguatins, Xambioá, Tocantinópolis, Porto Franco e Araguaína” e, por fim, “Ao Povo Brasileiro”.

O documento é extremamente rico de significados, expondo de forma cristalina o imaginário revolucionário e os sonhos coletivos daquele grupo. Começa relatando que tropas do Exército, em conjunto com a Aeronáutica, Maria e PM do Pará, atacaram de surpresa antigos moradores da região, “prendendo e espancando diversas pessoas, queimando casas, destruindo depósitos de arroz e outros cereais e danificando plantações”. A seguir, tentam se defender das acusações de que seriam “terroristas”, como os militares os tratavam diante da população, além de outros qualificativos, para a seguir explicar que a ação armada das Forças Guerrilheiras seria uma reação ao ataque das Forças Armadas, constando no Diário a Bravura, manifestação datada de 25 Mai 1972<sup>815</sup>:

---

<sup>814</sup> No original, ZeCa, referência a André Grabois, seu filho, comandante do Destacamento C.

<sup>815</sup> O Movimento de Libertação do Povo (MLP), O Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. [manifesto] 25 mai. 1972, em algum lugar da Amazônia. 3f. Comunicado n. 1.

O povo unido e armado derrotará os inimigos.  
Abaixo a grilagem!  
Viva a liberdade!  
Morra a ditadura militar!  
Por um Brasil livre e independente!

Ato contínuo, alguns dos membros do Destacamento A escreveram uma carta de esclarecimento ao bispo de Marabá, Dom Estevão Cardoso Avelar, carta esta que mais tarde seria apreendida pelos serviços de informações militares, tal como o foi a passagem datada de 20 Jul 1972, assinada por José Carlos, Joca, Alice, Beto e Luiz, moradores do sítio Faveira, às margens do Araguaia.

E Osvaldão, por sua vez, enviou notícias a “um amigo”:

Como já deve ser do seu conhecimento, encontro-me nas matas do Araguaia, de arma nas mãos, enfrentando soldados do governo que pretendem me apanhar vivo ou morto.

Internei-me na mata, que conheço bem. Quero que o Pará, assim como o Brasil seja uma terra livre, onde todos possam trabalhar sem grilheiros, sem perseguições policiais, e contando com a ajuda de um novo governo, verdadeiramente progressista e popular.

Sou um patriota, um filho do povo. Aspiro ardentemente livrar a nação dos cativeiros, do domínio dos gringos norte-americanos e da ditadura que está contra todos os bons brasileiros.

Um grande abraço do amigo de sempre,

Oswaldo

De algum lugar das matas do Araguaia, 15 de julho de 1972 (Grifos meus)

Pelas passagens destacadas, nota-se a que naquele momento, aqueles jovens estavam simplesmente tomados de esperança e vontade. Festejemos então a esperança. Afinal, como certa feita registrou Walter Benjamin, “é muito melhor ter esperança que não ter”.

## 7.2 – A chegada dos militares

Em seus estudos sobre as relações de poder, Norbert Elias bem nos lembra de que só se constrói o “nós” quando se tem o “outro” como referência<sup>816</sup>. E, no caso em questão, a reconstrução d’*As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia*, os “outros” são as Forças Armadas que os combateram<sup>817</sup>. Neste presente caso, em se aceitando o pensamento de Elias, só é possível buscar reconstruir a participação dos guerrilheiros tentando compreender, também, as estratégias das Forças Armadas.

Assim sendo, optei por construir este capítulo abrindo diálogo com o imaginário dos militares. Ou seja, primeiro apresentar os acontecimentos sob o ponto de vista dos guerrilheiros, segundo os raros documentos remanescentes produzidos por eles. Na sequência, como contraponto, apresentar os mesmos acontecimentos sob a visão dos militares, formando assim um díptico, como duas tábuas que se abrem, independentes, mas que se complementam em um único quadro. Mesmo porque raros foram os guerrilheiros que sobreviveram para relatar os acontecimentos que estavam por vir.

\* \* \*

A 25 de março de 1972, os militares chegaram a Xambioá para começar a deflagrar uma ação de busca de guerrilheiros, batizada de Operação Peixe<sup>818</sup>. Foram enviados entre 120 e 130 homens, quase todos conscritos (ou seja, recrutas de 18 e 19 anos), comandados por tenentes CPOR (ou seja, jovens universitários prestando serviço militar obrigatório). Pertenciam a três pelotões do 2º Batalhão de Infantaria de Selva. O comando operacional foi

---

<sup>816</sup> Norbert Elias e Jonh L. Scotson. *Os Estabelecidos e os Outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

<sup>817</sup> Em minha dissertação de Mestrado, “O Imaginário dos Militares na Guerrilha do Araguaia”, dediquei-me essencialmente a buscar desvendar a participação das Forças Armadas naquele episódio, em especial uma das facções armadas de então, a chamada “Comunidade de Informações”. Na ocasião, acabei por pesquisar o destino dos guerrilheiros, com foco especial nos mortos e desaparecidos, elaborando uma espécie de dossiê com uma pequena biografia sobre cada um, com informações detalhadas sobre as circunstâncias prováveis de cada morte. Naquela primeira pesquisa, os “outros” eram os guerrilheiros. No livro resultado da pesquisa, *A Lei da Selva*, op. cit., ao final publiquei dois anexos: “O Destino dos Guerrilheiros” e “Camponeses Recrutados para a Guerrilha”.

<sup>818</sup> Fonte: Aluizio Madruga de Moura e Souza. *Guerrilha do Araguaia: Revanchismo*. Brasília: Edição Pessoal, 2002, pág. 133. Madruga, coronel na reserva na presente data, esteve na região nesse período, quando 2º tenente.

entregue ao chefe do Estado-Maior da 8ª Região Militar, de Belém, coronel Alair de Almeida Pitta<sup>819</sup> ..

Em paralelo, o general-de-brigada Antônio Bandeira, comandante da 3ª Brigada de Infantaria do Comando Militar do Planalto, em Brasília, enviou uma equipe de inteligência da 2ª Seção da sua brigada, sob a chefia do capitão Lício Augusto Ribeiro Maciel<sup>820</sup>. Essa ação de inteligência foi chamada de Operação Ouriço<sup>821</sup>. A equipe de Lício foi reforçada por 50 agentes de operações dos três órgãos da repressão política militar, Centro de Informações do Exército, CIE, o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA, e o Cenimar, da Marinha<sup>822</sup>.

Ressalte-se que a Operação Ouriço ocorreu de forma paralela e independente da Operação Peixe. Seus respectivos integrantes pouco se comunicavam, ao contrário, estavam em conflito aberto<sup>823</sup>. A Peixe, só com tropas de recrutas fardados, sob o comando do coronel Pitta, de Belém. A Ouriço, só com equipes de inteligência, sob a batuta à distância do tenente-coronel Carlos Sérgio Torres, então chefe de Operações do CIE em Brasília<sup>824</sup>, e sob a chefia direta do capitão Lício Maciel, como já dito. No total, cerca de 250 militares, somadas as tropas de Belém e de Brasília, assim como os agentes do CIE, do CISA e do Cenimar.

Assim, as equipes de inteligência desembarcaram em Xambioá com a missão de subir pela mata até a rodovia Transamazônica atrás de informações. A maior parte estava disfarçada de agente da Sucam – Superintendência de Campanhas de Saúde Pública do Ministério da Saúde, o órgão do governo para o controle de endemias. Outros, de funcionários da Embratel – Empresa Brasileira de Telecomunicações, na época, uma Estatal, hoje privatizada – ou

---

<sup>819</sup> In: Studart, op. cit., pág 111.

<sup>820</sup> Fonte: Maklouf, op. cit., pág. 74-75.

<sup>821</sup> Chamo a atenção para o fato de que documentos dessas duas operações, Peixe e Ouriço, vêm há quase uma década sendo tornados públicos. Primeiro, através das obras de Tais Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia*. Op.cit, de 2005; e de Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., de 2006; e depois por reportagens na imprensa, a partir de documentos vazados de acervos pessoais de militares. Nessas reportagens, há uma tendência a chamar essa ação inicial dos militares no Araguaia de Operação Peixe. Contudo, foram duas operações paralelas e independentes, Peixe e Ouriço, como dito. Optei por chamá-la de Primeira Campanha, a mesma nomenclatura usada pelo comandante Grabois em seu diário.

<sup>822</sup> Fonte: Studart, op. cit., pág 111-112.

<sup>823</sup> Mais detalhes em: Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., item “Conflito de Comando”, págs 101 a 111.

<sup>824</sup> Fonte: Maklouf, ibidem.



do Incra – Instituto Nacional de Reforma Agrária. Por coincidência, já havia naquele momento, naquela área, uma Ação Cívico Social – Aciso – com diversas frentes de ações sociais do governo, visto que a região passou a despertar a atenção das Forças Armadas desde a Operação Mesopotâmia.

Os militares começaram a entrar em todos os sítios e fazendas que encontraram pelo caminho com a desculpa que precisariam fazer a pulverização das casas contra o barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas; ou de escolher o traçado das novas linhas telefônicas. A 12 de abril, a primeira equipe militar, chefiada pelo capitão Lício Maciel (apresentava-se como engenheiro do Incra), chegaria a uma base guerrilheira Destacamento C, próxima a Caianos.

Quatro guerrilheiros fugiram pelos fundos. Os militares primeiro encontraram alimentos – uma dispensa estranhamente cheia para os padrões de camponeses. Depois, livros marxistas. Por fim, um equipamento de rádio. Não havia mais dúvidas: havia “subversivos” na região. A partir daí, começaram a prender suspeitos, ou por informações de moradores da região, ou ainda pela simples aparência de possível estudante universitário.

\* \* \*

A descoberta do grupamento de Caianos também precipitou mudanças substanciais na estratégia dos guerrilheiros. Ainda que fossem chamados na região de “paulistas” e tratados como um grupo exógeno, de *outsiders*<sup>825</sup>, muitos dos guerrilheiros já haviam se integrado por completo à comunidade local, haviam batizado crianças, caçavam juntos, participavam de um cotidiano comum, eram parte da paisagem estabelecida. Pelo menos dois deles, Osvaldão e Preto Chaves, já haviam até mesmo sido incorporados pela comunidade local como um dos seus, espécie de “sobas”<sup>826</sup>. Mas com a chegada dos militares, tiveram que repentinamente se embrenhar na mata e adotar práticas novas de segurança jamais imaginadas.

---

<sup>825</sup> Faço uso do termo usado por: Norbert Elias e John L. Scotson. *O Estabelecidos e os Outsiders*. *Op. cit.*

<sup>826</sup> Conforme o capítulo 4, “Aliança com os Camponeses”, trata-se de um termo criado para expressar os colonizadores portugueses que se incorporaram de tal forma às colônias na África, que chegaram a esquecer (ou a renegar) suas origens e passaram a se identificar com os colonizados. O poeta moçambicano Mia Couto, por exemplo, é nascido na região da Beira, próxima a Lisboa, Portugal.

No Destacamento B da guerrilha, por exemplo, ocorreria um episódio constrangedor envolvendo uma cadela, Diana, há anos mascote do grupo. Diana acabara de parir quando os militares chegaram à região e o destacamento se escondeu na mata. A cadela os seguiu até o novo acampamento.

A partir de então, ela dormia com os filhotes no antigo sítio e toda a manhã se dirigia ao esconderijo dos guerrilheiros. Fazia o trajeto duas vezes por dia. Coroa tornou-se uma grande ameaça. Os guerrilheiros decidiram que a melhor forma de manterem a segurança seria sacrificá-la. O guerrilheiro Zezinho foi sorteado para executá-la. Não poderia disparar tiros com os militares por perto. Coroa foi sacrificada a facadas. Os filhotes, abandonados à própria sorte, não sobreviveram.

“Foi um drama escolher quem iria sacrificá-la”, relata Zezinho no agora. “Mas o seu latido poderia orientar os soldados”.

Em meados de abril, os militares já tinham identificado nove guerrilheiros<sup>827</sup>. Na madrugada de 12 de abril, o guerrilheiro Nilo (Danilo Carneiro - foto) foi detido na Transamazônica. É por conta desse episódio, o primeiro ato público da repressão, que Velho Mário relata em seu diário que a G.P. (Guerra Popular) teria começado dia 12 de abril. No interrogatório, teriam extraído de Nilo a localização da base guerrilheira de Metade. Também teriam arrancado os codinomes de cinco guerrilheiros de uma só vez<sup>828</sup>. O trabalho para identificação dos guerrilheiros passou a ser prioritário.



Em 14 de abril, prenderam, na Transamazônica, o militante do PC do B Eduardo José Monteiro Teixeira, irmão

<sup>827</sup> Joca, Zé Carlos, Luiz, Mauro, Maria, Cid, Alice, Regina e Beto. In: *Dossiê Araguaia, Op. cit.*, pág. 86.

<sup>828</sup> Nelito (Nelson de Lima Piauhi Dourado), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Duda (Luis Renné Silveira e Silva), Antônio (Antônio Carlos Monteiro Teixeira), Cristina (Jana Moroni Barroso) e Fátima (Helenira Resende Nazareth). In “Dossiê Araguaia”, *Op. cit.*, 70.

de Antônio Carlos Monteiro Teixeira, o Antônio da Dina. Ele tentava se incorporar à guerrilha. Não chegou sequer a receber nova identidade. No dia seguinte, a militante Rioco Kayano seria presa em uma pensão em Marabá. Ela também tentava chegar à guerrilha e, igualmente, não chegou a receber novo codinome. Estava acompanhada da dirigente do PC do B Elza Monerat. Quando viu a movimentação dos militares, Elza deixou a área. Em São Paulo, explicou aos camaradas que não teria conseguido avisar Rioco, e que a prioridade era alertar João Amazonas sobre a descoberta do movimento pela repressão.



Intriga compreender, afinal, como os militares chegaram tão rápido à pensão onde ela aguardava pelo contato de algum guerrilheiro? O Acaso teria ajudado o Exército. Os soldados de Belém estavam revistando todos os ônibus que deixavam as cidades da região, Marabá, Xambioá ou Araguatins. Dentro de um deles, um recruta foi abordado por uma senhora, entre 50 e 60 anos. Essa senhora teria dito que vira uma moça “suspeita” numa determinada pensão. Era uma japonesa a quem nunca vira antes e que estava agindo de forma estranha. Os soldados deixaram imediatamente o ônibus partir. E correram para averiguar quem seria a japonesa?

Nos dias subsequentes, os militares prenderiam mais quatro guerrilheiros, todos ainda em abril. Domingos (Dower Moraes Cavalcanti), Geraldo (José Genuíno Neto), Miguel (Dagoberto Alves Costa), Mário (Glênio Fernandes de Sá), em ordem alfabética.

Também prenderiam duas mulheres, ambas em junho. Primeiro, Lúcia (Luzia Reis Ribeiro). Passou três dias perdida na mata. Pediu comida a uma família de camponeses, antigo apoio da guerrilha. O camponês avisou aos militares. Chegou à base de Xambioá completamente depauperada e com a pela tomada de picada de mosquitos (Na fotografia ao lado, é possível avistar

as picadas no rosto). Depois, Lena (Regilena da Silva Carvalho) se entregaria. Somando-se aos três que já haviam caído, total de nove prisioneiros.

No caso da prisão de Geraldo, do Destacamento B, recebera a missão de avisar Osvaldão sobre a chegada dos militares. Na picada, cruzou com uma equipe de militares, guiados por camponeses. Um deles o apontou como um dos “paulistas”. Ainda tentou fugir, mas tropeçou em um tronco de árvore e foi apanhado. Lena, por sua vez, estava cozinhando quando os militares chegaram pela porta da frente. Fugiu pela porta dos fundos. Estava descalça e, na hora, machucou o pé. Avaliou que não tinha para onde ir. Há muito vinha cogitando com o marido, o guerrilheiro Jaime (Jaime Petit da Silva), sobre a possibilidade de retornar para casa. Então decidiu se entregar. Meses mais tarde, Velho Mário relataria a prisão de um deles em carta enviada ao Comitê Central do partido<sup>829</sup>.

As equipes de inteligência do CIE se retiraram da área no início de maio levando o codinome de 55 dos guerrilheiros (eram 69) e a localização de 19 bases de apoio<sup>830</sup>. Também levaram presos sete guerrilheiros e dois militantes do partido que tentavam se juntar à guerrilha, além de um morador da região que militava no PC do B. Trata-se de Amaro Lins, operário, militante do partido no Rio de Janeiro, que fora para o Araguaia como guerrilheiro do Destacamento C<sup>831</sup>. Os militares não chegaram a descobrir quem de fato Amaro era. Pensavam que fosse apenas mais um simpatizante. Logo seria solto.

\* \* \*

Os combates de fato tiveram início nos primeiros dias de maio. E foram os guerrilheiros que tomaram a iniciativa da ação. Afinal, eles haviam ido para algum lugar das selvas amazônicas com o objetivo histórico de fazer revolução, de atacar, de tomar a iniciativa estratégica. Em 5 de maio, uma patrulha de

---

<sup>829</sup> Maurício Graboís. [carta] 8 dez. 1972, Araguaia [para] Comitê Central do PC do B. 6f.

<sup>830</sup> O documento militar “Dossiê Araguaia”, op. cit., pág. 68, enumera cada nome e base.

<sup>831</sup> Conheceu e se apaixonou por uma jovem camponesa, Neuza, conforme o narrado no capítulo anterior. Como o Regulamento das Forças Guerrilheiras não permitia que se casassem com locais, seu comandante, Paulo, então lhe propôs que sairia do grupo, mas passaria a ser apoio dos guerrilheiros.

recrutas de Belém, chefiadas por um tenente CPOR, sofreu uma emboscada na área do Destacamento B. O cabo Odílio Cruz Rosa foi atingido. Agonizou alguns minutos e depois silenciou. Os recrutas fugiram apavorados, deixando o corpo para trás. No dia seguinte, chegaria a Xambioá um recado de Osvaldão: mataria quem tentasse pegar o corpo do cabo<sup>832</sup>.

Foi assim que, mais um dia, e chegariam a Xambioá duas equipes de soldados da tropa de Operações Especiais da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro, entre 22 e 25, no total<sup>833</sup>. Eram militares profissionais e bem treinados, sargentos em quase totalidade, comandados pelo major Thaumaturgo Sotero Vaz. Só tinham uma missão: resgatar o corpo do cabo Rosa. Contudo, vários de seus integrantes permaneceriam no Araguaia até que os últimos guerrilheiros fossem mortos, dois anos e meio depois. Enfim, essa equipe foi a responsável pelo maior número de mortes de guerrilheiros dentre todas as equipes que participariam dos conflitos.

Em fins de maio, o morador Lourival Moura Paulino, barqueiro e apoio dos guerrilheiros, seria preso pela Polícia Militar de Goiás, em Xambioá. Passou apenas algumas horas na delegacia, para interrogatório. Segundo o laudo, teria cometido suicídio. Lourival estava sob custódia do sargento Carlos Teixeira Marra, da Polícia Militar de Goiás, lotado como delegado de Xambioá e, por vezes, também responsável pela ordem em São Geraldo (PA), na margem oposta do rio Araguaia<sup>834</sup>.

O delegado Marra se tornaria um personagem relevante da repressão aos guerrilheiros, presente no imaginário dos moradores da região até o agora. Conhecido por “Cabo Marra”, apesar de detentor da patente de sargento,

---

<sup>832</sup> O episódio da morte do cabo Rosa é apresentado com riqueza de detalhes, a partir da narrativa do tenente CPOR Nélio da Mata Rezende, que chefiava o pelotão, por Tais Moraes e Eumano Silva. *Operação Araguaia*. Op. cit., págs. 58 a 64.

<sup>833</sup> Cada equipe costuma ter 10 homens, sendo um chefe, um subchefe e de sete a oito homens. Eram duas equipes com um comandante, o major Thaumaturgo, e um subcomandante, o major Carlos Alberto Di Primio. Havia ainda um oficial intermediário entre o comando e a tropa, um capitão, totalizando 23 militares. As informações de que disponho a partir de depoimentos orais de militares é a de que essa equipe de Operações Especiais da Brigada Paraquedistas do Rio de Janeiro, que protagonizaria episódios relevantes na repressão aos guerrilheiros do Araguaia, teria exatos 23 homens. Por margem de segurança, escrevi “entre 22 e 25”.

<sup>834</sup> No livro de Klester Cavalcanti, onde é contada a história do matador de aluguel Júlio Santana, com cerca de 450 mortes nas costas, o personagem narra que trabalhava para Marra; sobre o barqueiro, Júlio revela que Lourival teria sido torturado duas noites seguidas pelo delegado Marra. Klester Cavalcanti. *O Nome da Morte*. São Paulo: Ed. Planeta, 2006.

mantinha forte influência sobre os jagunços que trabalhavam para os castanheiros. Quando o Exército chegou, passou a trabalhar em total sintonia com os militares. Ficou na região, em contato estreito com a inteligência militar, até o final da Terceira Campanha.

Teria feito o Boletim de Ocorrência para enterrar entre 10 e 12 guerrilheiros nos cemitérios de Xambioá e São Geraldo. Posteriormente, houve um incêndio em sua delegacia, quando os arquivos se queimaram, incluindo os BO's com a localização das covas dos guerrilheiros. Após a Guerrilha do Araguaia, foi trabalhar para o major Curió no garimpo de Serra Pelada. Mais tarde, mudou-se para Cuiabá e Naviraí (MT). Faleceu em Naviraí, em 2011.

Diante dessas primeiras mortes, o ministro do Exército, general Orlando Geisel, deu ordens de retirar da área todos os recrutas de Belém. Ficaram somente os dois pelotões de paraquedistas sob o comando do major Thaumaturgo, menos de 25 homens no total. O saldo exato da Primeira Campanha é de nove prisioneiros e dois mortos – um militar e um camponês. Restou a suspeita de que o barqueiro Lourival Moura Paulino tenha sido morto sob tortura.

### **7.3 – As primeiras mortes de guerrilheiros**

Com a constatação da existência de guerrilha no sul do Pará, o Exército mudou a estratégia de repressão. A partir da retirada dos recrutas, também chegou a ordem para que a Brigada de Paraquedista do Rio assumisse das operações de buscas dos guerrilheiros no sul do Pará. Assim, aqueles mesmos 23 paraquedistas que já estavam em Xambioá desde o início de maio, permaneceram na região até setembro. Agora, com o comando das operações.

Também foram enviados cerca de 100 homens da 3ª Brigada de Infantaria, de Brasília, e do 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia, ambos sob

o comando do general Antônio Bandeira, para servirem de apoio na Base de Xambioá, Goiás, em sistema de revezamento. Essa ação de repressão armada em geral aparece nos documentos militares remanescentes sob o nome de “Operação Peixe” – em continuidade à operação deflagrada em março, sob a hegemonia da 8ª RM.



Ao mesmo tempo, as Forças Armadas deflagraram duas Ações Cívico-Social, as Acisos, para a assistência às populações da região, até então completamente abandonadas pelo Estado. Enviaram médicos, dentistas, equipes de combate à malária, técnicos do INCRA para demarcação de terras, promoveram mutirões para a emissão de registros de nascimento, casamento, carteiras de identidade e outras formas de assistência social à população. Assim, entre junho e agosto de 1972, ocorreria a chamada Operação Presença<sup>835</sup>.

Nesse período, quatro guerrilheiros seriam mortos na mata, todos em confronto com os paraquedistas: Jorge (Bergson Gurjão Farias), Maria (Maria Lúcia Petit da Silva), Carlito (Kleber Lemos da Silva) e Aparício (Idalísio Soares Aranha Filho)<sup>836</sup>, aqui citados em ordem cronológica dos acontecimentos.

Jorge (foto) foi o primeiro. Cursava Química na Universidade Federal e atuava no movimento estudantil quando atendeu ao chamado da revolução. Pertencia ao Destacamento C e morava na região de Caianos, no grupo de Dina. O Relatório Arroyo, do vice-comandante Joaquim, registrou sua morte<sup>837</sup>.

Seu corpo chegaria à base de Xambioá no final da manhã de 2 de junho, enrolado numa lona e amarrado ao estribo de um helicóptero militar, chamado

<sup>835</sup> Em Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., pág. 122 a 127, há o detalhamento da Operação Presença.

<sup>836</sup> Fonte: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos, 2007, pág. 195-207.

<sup>837</sup> O Relatório Arroyo, do vice-comandante Joaquim, registrou sua morte, bem como Velho Mário registra o episódio de forma similar em anotação de 21 de janeiro de 1973. Chama a atenção o fato do comandante guerrilheiro só registrar a morte do companheiro quase sete meses depois do episódio. Nesse mesmo dia, 21 de janeiro, também registraria a morte de Maria Lúcia Petit, que ocorreria duas semanas depois da morte de Bergson.

por eles de “sapão”. A cerca de dois metros do chão, dois militares tentam ajudar na descida do corpo. Este pende de lado e tomba sobre um estrado de madeira. A lona se abriu. O tronco então se abriu; estava partido ao meio, seguro apenas pela camisa. Um militar que amparou seu corpo descreve a cena, em depoimento escrito à Comissão Nacional da Verdade:

Os olhos semiabertos, o bigode estilo mexicano, com os pelos retorcidos em torno do extenso ferimento, denotava o impacto proveniente de cano raiado. Os cabelos fartos em desalinho, para os lados. Um tiro isolado de fuzil atingira-lhe o lado esquerdo do rosto junto ao nariz, aparentemente vindo da direita do guerrilheiro. Dois impactos que aparentavam ter vindo de duas direções abertas a 90°, fazendo crer que foram dados em tempos distintos. Uma rajada de fuzil automático, de frente, e na horizontal, quase fez dobrar o corpo na altura do umbigo<sup>838</sup>.

Desce então do helicóptero um dos paraquedistas da Brigada do Rio de Janeiro. Sem que ninguém lhe perguntasse, explicou o que teria acontecido.

“O terrorista abriu a guarda enquanto cuspiu fogo na patrulha, que ficou na área buscando os outros!”<sup>839</sup>

Em minutos, o helicóptero alçaria voo, retornando à área do Destacamento C. Havia mais “terroristas” a pegar. Bérqson Gurjão completara 25 anos na semana anterior. Seu corpo foi enterrado no Cemitério de Xambioá. Por indicação de moradores de Xambioá, três restos mortais de prováveis guerrilheiros foram exumados do Cemitério em 1996, pela Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, a Secretaria de Direitos Humanos e uma equipe forense argentina. Receberam o nome de X-1, X-2 e X-3, referência ao X de Xambioá. Em 2001, os trabalhos desenvolvidos pela equipe do deputado Luiz Eduardo Greenhalgh, advogado das famílias, passaram a cobrar a remoção e

---

<sup>838</sup> Depoimento escrito do sargento Renato Califa à Comissão Nacional da Verdade, entregue em 24 Jun 2013. À época, ele era sargento da Aeronáutica, especialista em Comunicações e responsável por um dos rádios da base de Xambioá.

<sup>839</sup> Idem.



identificação desse e de outros restos mortais<sup>840</sup>. Pelas informações dos moradores, seria a ossada de Bérqson; mas faltava comprovar.



Os esqueletos ficariam guardados por 13 anos consecutivos nos armários do governo, em Brasília, sem que as autoridades providenciassem a identificação. Ou por exames antropométricos, ou por testes de DNA, caso necessário<sup>841</sup>. Em 2009, depois que a juíza Solange Salgado, da 1ª Vara da Justiça Federal em Brasília condenou o governo procurar os desaparecidos do Araguaia, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República<sup>842</sup>, procurou a família Gurjão para que o DNA do X-2 fosse providenciado. Deu positivo. Os restos mortais de Bergson foram entregues à família em outubro de 2009. Desde então, descansam em um cemitério em Fortaleza.

\* \* \*

Duas semanas depois da morte de Jorge, a guerrilheira Maria (Maria Lúcia Petit da Silva, foto) também tombaria. Tinha 22 anos. Fora para o Araguaia em companhia de dois irmãos, Beto e Jaime. Nenhum guerrilheiro ou camponês simpatizante testemunhou as circunstâncias de sua morte. Só se conheciam seus últimos momentos. É sua cunhada Lena, que era casada com Jaime, quem relata:

Às primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 km da casa do João Coioió, Jaime, Daniel<sup>843</sup> e eu fomos acordados com o disparo de um tiro ao longe e um

<sup>840</sup> Destaco o trabalho da pesquisadora Myrian Luiz Alves, que na ocasião trabalha com Greenhalgh, tanto na busca de informações junto à população local, quanto na luta política e junto às autoridades federais e junto à imprensa para que o Estado efetivasse a identificação das referidas ossadas. Também participaram das pressões as ex-guerrilheiras Luzia Reis e Regilena Carvalho, junto com a familiar Eliana Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Raul (Antônio Theodoro Castro). Bergson e Theodoro eram companheiros do movimento estudantil em Fortaleza.

<sup>841</sup> Entre 1996 e novembro de 2003, durante os dois governos de Fernando Henrique Cardoso, as ossadas ficaram na Polícia Federal, aguardando o documento formal da Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça para efetivar a perícia. Esse documento só chegou no início do governo Lula. Entre 2003 e 2009, as ossadas ficaram aguardando que alguma autoridade federal providenciasse testes antropométricos ou de DNA.

<sup>842</sup> Na ocasião, sob o comando do ministro Paulo Vanucci.

<sup>843</sup> O guerrilheiro Daniel Calado.

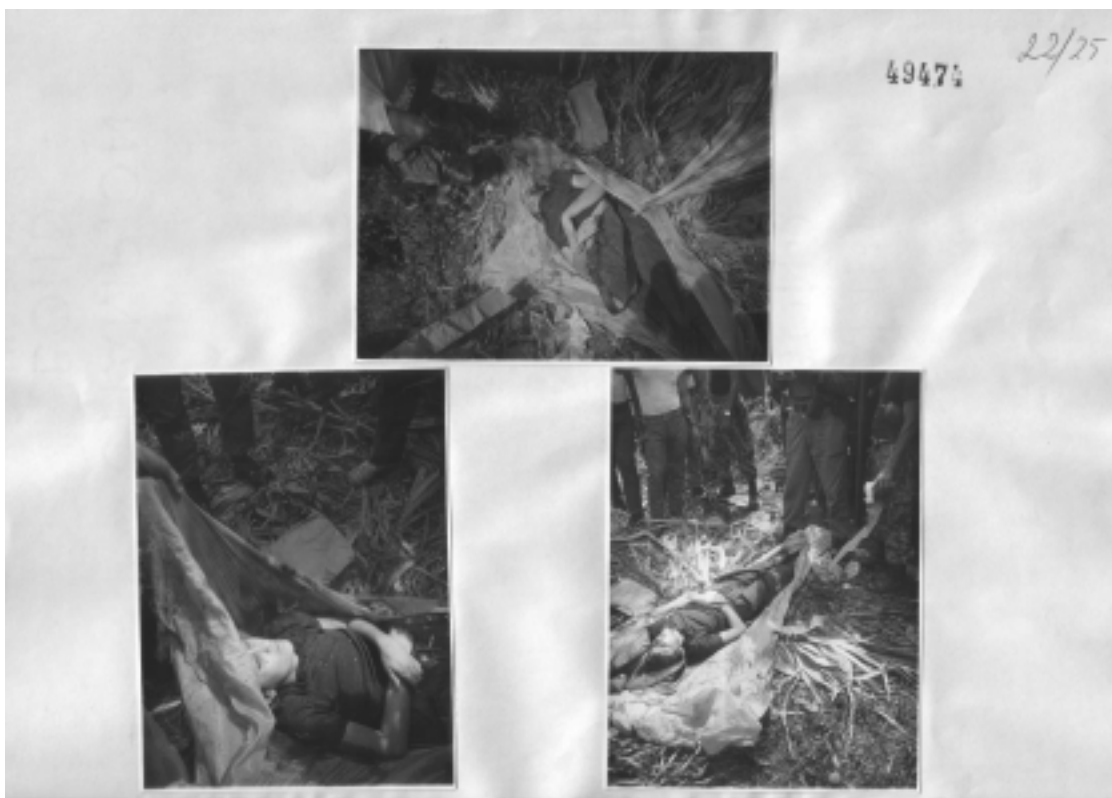
outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda para aguardar Maria, Cazuzza e Mundico para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao 'João Coioió'. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada Grotta da Cigana. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar, milho maduro em água de sal, cozido em fogo brando, para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuzza e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuzza foi direta e crua: "A reação a matou".

No Relatório Arroyo, Joaquim narra uma história semelhante:

Em meados de junho, três companheiros dirigidos por Mundico procuraram um elemento de massa, João Coioió, para pedir-lhe que fizesse uma pequena compra em São Geraldo. Coioió já tinha ajudado várias vezes os guerrilheiros com comida e informação. Ficou acertado o dia em que ele voltaria de São Geraldo para entregar as encomendas. À noitinha desse dia aproximaram-se da casa Mundico, Cazuzza e Maria, mas perceberam que não havia ninguém. Cazuzza afirmou que ouvira alguém dizendo baixinho: "pega, pega". Mas os outros dois nada tinham ouvido. Acamparam a uns 200 metros. Durante a noite, ouviram barulho que parecia de tropa de burro chegando na casa. De manhã cedo, ouviram barulho de pilão batendo. Aproximaram-se com cautela, protegendo-se nas árvores. Maria ia na frente. A uns 50 metros da casa, recebeu um tiro e caiu morta. Os outros dois retiraram-se rapidamente. Dez minutos depois, os helicópteros metralhavam as áreas próximas da casa. Alguns elementos de massa disseram, mais tarde, que Maria fora morta com um tiro de espingarda desfechado por Coioió. Este logo depois desapareceu com toda a família.

E, por fim, Velho Mário registra com breves linhas a morte da co (companheira), dentro de outro contexto: as queixas contra as traições de camponeses:

Na área de Pau Preto, onde atuava outro grupo, também houve outro caso de traição. Um miserável, apelidado de



Coió, fingiu-se amigo dos guerrilheiros. Durante algum tempo ajudou os companheiros. Depois avisou aos soldados, que prepararam uma emboscada. Apesar das precauções tomadas, quando os combatentes se aproximaram de sua casa foram tiroteados, morrendo então a co Maria<sup>844</sup>.

*Maria Lúcia Petit, 22 anos, ao chegar à Base de Xambioá em uma lona de paraquedas.*

Maria Lúcia seria enterrada no cemitério de Xambioá, enrolada em uma lona de paraquedas, com um saco plástico na cabeça. A cova foi cavada ao lado do guerrilheiro Bérqson. Passaram-se duas décadas. Os restos mortais da guerrilheira seriam encontrados em 1991, por apontamentos do coveiro e de moradores de



<sup>844</sup> Em anotação de 21 de janeiro de 1972, logo depois de registrar a morte de Bérqson Gurjão, também ocorrida seis meses antes.

Xambioá, e guardados em Brasília. Apesar das evidências, sua irmã, Laura Petit da Silva, só em 1996 levou exames de DNA ao legista Badan Palhares, da Unicamp, quando o jornal *O Globo* publicou a foto de Maria Lucia morta com o plástico na cabeça. Deu positivo. Seus restos mortais hoje descansam em um cemitério de Bauru, SP.



*Detalhes do corpo de Maria Lúcia Petit*

\* \* \*

Mais duas décadas se passaram. Em maio de 2013, enquanto fazia pesquisas sobre as circunstâncias das mortes dos guerrilheiros em visitas a militares, um deles revelou-me que Maria Lúcia Petit teria sido enterrada viva. Tomei um susto. Além desta pesquisa sobre “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia”, naquela ocasião eu trabalhava como pesquisador da Comissão Nacional da Verdade. “Como assim, enterrada viva?”, indaguei. O militar então relatou fragmentos de uma história. Mas logo procurou mudar de assunto.

A fonte da informação era um jovem 3º sargento à época dos acontecimentos. Usava um codinome, como a maior parte dos militares. O seu

era Renato Califa. Não participou do evento em si, a morte da guerrilheira. Contudo, manteve conversas com quem esteve presente no evento e testemunhou uma série de acontecimentos na Base de Xambioá que lhe permitiram a reconstituição do crime.

Em encontro posterior com outro militar, também presente no Araguaia à época dos acontecimentos, esse fato – uma guerrilheira enterrada viva — acabou por ser confirmado. De acordo com esse segundo militar – hoje coronel do Exército na reserva, na época da guerrilha um dos comandantes da Brigada de Paraquedistas, ele mesmo um ex-combatente – esse crime macabro teria de fato ocorrido. Teria revoltado quase a totalidade dos militares presentes no Araguaia, incluindo ele. Ele queria instaurar um IPM, mas houve ordem superior para que o caso fosse abafado por completo<sup>845</sup>.

A partir de sua confirmação, retornei à fonte inicial a fim de buscar mais informações sobre esse episódio. Foram mais quatro encontros até que este pesquisador conseguisse convencer o primeiro militar, codinome Renato Califa, a prestar depoimento à Comissão Nacional da Verdade revelando este e outros fatos dos quais foi testemunha ocular. O ponto mais difícil da negociação foi decidir se a testemunha prestaria depoimento aberto, ou se faria uso do direito ao sigilo da fonte, em depoimento fechado, conforme prevê a CNV. Ele optou por um meio termo, no qual suas informações poderiam ser usadas pela Comissão usando seu codinome no Araguaia, ou seja, Renato Califa, mas faria um termo oficial de qualificação com seus dados verdadeiros, dados esses que seriam mantidos em sigilo de comum acordo com os conselheiros.

Finalmente, a 08 de maio de 2013, o militar compareceu espontaneamente ao Arquivo Nacional a fim de prestar depoimento gravado ao conselheiro Cláudio Fontelles<sup>846</sup>. Foram quase duas horas de depoimento. Como eram muitos os assuntos e detalhes a respeito da morte ou prisão de vários guerrilheiros, o conselheiro Fontelles sugeriu que a fonte escrevesse sua

---

<sup>845</sup> Convidado a depor à CNV, esse coronel recusou-se a colaborar. Ressalte-se, entretanto, que o nome do militar e os detalhes das conversas são do conhecimento da coordenadora das pesquisas de campo da CNV, a professora Heloísa Starling, da Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.

<sup>846</sup> Além do conselheiro Cláudio Fontelles, o depoimento do militar contou com a presença do assessor da CNV, delegado federal Daniel Lerner, da pesquisadora Vivien Ishaq e deste pesquisador.

história com calma e em detalhes. O mesmo concordou. O militar levou quase dois meses para escrever seu depoimento. Ao final, o relato sobre o que testemunhou na repressão à Guerrilha do Araguaia ficou com 37 páginas, às quais tive acesso na íntegra. Sobre o caso específico da morte de Maria Lúcia Petit, reproduzo abaixo, em face da pertinência, um trecho do depoimento escrito do militar à CNV:

Numa madrugada, meados de junho de 1972, eu retornava para o nosso acampamento em Xambioá quando encontrei um soldado (...) Aproximei-me daquele garoto e procurei conversar. O jovem recruta então desabafou em breves e tensas palavras. Aos prantos, ele me disse ter sido obrigado a ajudar a enterrar uma jovem em um sítio ocupado perto de São Geraldo. Ele disse também que a jovem fora ferida com um tiro, mas ainda estava viva quando fora enterrada. Ele chorava muito. Guardei na memória ele me falando da imagem de “um braço fora da terra se mexendo”.

(...) Ao longo do dia seguinte, houve muita movimentação e tensão entre os comandantes militares que estavam em Xambioá. Vi que passaram muito tempo reunidos na barraca do comando, com o major Thaumaturgo e o major Diprimo, ambos da Brigada de PQDs do Rio. Junto, oficiais do CIE e dois oficiais do Cenimar que só andavam juntos e não falavam com ninguém. Escutei-os discutir sobre o que fazer com o corpo da menina.

(...) Naquela tarde, consegui ver sobre um estrado na barraca, coberta de filó, um corpo de uma jovem deitada. Mesmo com a visão parcialmente encoberta pelo filó, dava para ver que era mulher, muito jovem, clara e de cabelos bem curtos, usando calça e camisa escura. No dia seguinte, me foi revelado que o nome da guerrilheira era Maria. Soube também que ela fora enterrada discretamente, à noite, no cemitério da cidade.

Posteriormente, segundo o militar, soube que se tratava da guerrilheira Maria Lúcia Petit. Em 2012, ele viu as fotografias de Maria Lúcia morta (acima reproduzidas), e a reconheceu como sendo a mesma jovem clara e de cabelos curtos, também de roupa toda escura, cujo rosto lembra a imagem da menina morta que guardou na memória.

Nos dias subsequentes ao incidente, o militar procurou reconstituir o episódio da morte daquela jovem guerrilheira chamada Maria, em conversas sempre pessoais e reservadas com os colegas de farda -- pois aquele assunto era terminantemente proibido. Outros militares também o fizeram. Tomo o cuidado de utilizar o verbo sempre na condicional, pois o militar não foi testemunha ocular e primária daquele episódio, mas apenas uma testemunha secundária, que estava no local recolhendo fragmentos de versões.

De acordo com essa reconstituição, registrada em depoimento à Comissão Nacional da Verdade, o que teria acontecido é que, em meados de junho, uma equipe de paraquedistas saiu em missão no lugarejo de Pau Preto. Junto, estaria um sargento da PM e delegado de Xambioá, Carlos Roberto Marra<sup>847</sup>, e dois ou três jagunços que sempre andavam com ele.

Em determinado momento, o grupo teria parado em uma casa perto da Grota Vermelha. Os paraquedistas teriam prosseguido pela mata, atrás de pistas dos guerrilheiros, e deixado o delegado Marra, seus jagunços e alguns soldados da infantaria que estavam no grupo para auxiliar os PQD's e ficaram em cerco a uma choça. Havia certa indisciplina, um clima de improviso total entre as forças militares, de acordo com o depoimento do militar.

Foi então que uma jovem teria surgido numa picada da mata, andando sozinha. Um deles então apontou a arma para a cabeça da menina e atirou. Só depois que ela caiu é que teriam se atinado que acertaram uma jovem sem saber quem era. Ninguém a conhecia. Poderia ser guerrilheira, mas também poderia ser filha de algum morador da região. Além disso, a ordem era clara: tentar pegar os guerrilheiros vivos para que pudessem ser interrogados. Mas quem atirou? De acordo com a reconstituição feita pelo militar, teria sido um dos jagunços que andava com o delegado Marra.

Em minhas pesquisas no Araguaia junto a moradores da região, eles registram em suas narrativas orais que, quando a repressão à guerrilha teve início, o delegado Marra costumava andar acompanhado de dois jovens

---

<sup>847</sup> Trata-se do mesmo delegado Marra que um mês antes prendera e interrogara o barqueiro Lourival, que no dia seguinte foi encontrado morto na cadeia, por "suicídio", segundo o laudo oficial.

moradores, Júlio Santana e Pedro Pinheiro Dias, conhecido por *Pedão de um Olho Só*. Ambos acabaram se tornando jagunços depois que a Guerrilha do Araguaia terminou.

Pedão havia emprestado apoio ao Destacamento B da guerrilha. Era muito ligado a Osvaldão. Contudo, desde a chegada dos militares, tornou-se um dos mais conhecidos guias da região, auxiliar do delegado Marra e apontado como responsável pela tortura de camponeses. Em depoimento ao procurador da República André Casagrande Raupp<sup>848</sup>, Pedão relatou que de fato andava com o “cabo Marra” (era assim que o chamava) e como guia do Exército. Mas nada lhe perguntaram sobre a morte de Maria Lúcia Petit.

O outro jovem camponês que andava com Marra, Júlio Santana, acabou se tornando um dos mais famosos pistoleiros de aluguel do Bico do Papagaio. Virou personagem-título do livro *Em Nome da Morte*, de Klester Cavalcanti<sup>849</sup>, no qual confessa ter matado cerca de 450 pessoas. Nesse livro, Santana conta que trabalhava para Marra. Revela também que foi ele quem disparou o tiro em Maria Lúcia Petit. Mas omite a história de que ela teria sido enterrada viva. Santana continuaria morando na região do Araguaia, segundo descobri nas minhas pesquisas. Sua esposa tornou-se evangélica e, por essa razão, ele teria parado de aceitar encomendas de morte.

Mas naquela manhã de junho de 1972, ao atirar naquela jovem que despontava sozinha numa trilha em algum lugar das selvas amazônicas, Júlio Santana estava só começando sua carreira de matador. A jovem caiu. Então teriam decidido enterrá-la. Teriam cavado uma cova rasa e a colocado lá dentro com a ajuda do recruta que mais tarde entrou em estado de choque.

Em seu relatório à CNV, o militar registra que, “como os fatos foram abafados, nunca descobrimos se a teriam enterrado conscientes que a jovem poderia ainda estar viva; ou pensavam que estivesse morta”. O fato é que, de acordo com a reconstituição feita pelo militar – como também por outros

---

<sup>848</sup> Em São Geraldo, em 12 Set 2012.

<sup>849</sup> Op. cit.



companheiros de farda -- em determinado momento ela teria levantado e balançado o braço em desespero.

Quando o tiro foi disparado, foram escutados pelos paraquedistas que estavam em missão na mata. Eles então teriam retornado imediatamente ao ponto onde haviam deixado a equipe com o delegado Marra. Na mata, o barulho de um tiro pode ser escutado longe. A referência de perto ou longe também é diferente da cidade. Pois uma caminhada de poucos quilômetros na mata pode durar muitas horas.

Os paraquedistas chegaram ao ponto de origem logo depois da jovem ter sido enterrada. Eles teriam ficado furiosos ao saber do incidente. Cavaram imediatamente e a tiraram do buraco. Mas já estava morta. Segundo o depoimento do militar que reconstituiu o episódio, eles a teriam limpo e tirado toda a terra antes de levá-la a Xambioá. Um detalhe que chama a atenção é que o corpo da jovem que chegou a Xambioá enrolada em um paraquedas e com um saco plástico atrás da cabeça (ver fotos acima).

No depoimento à CNV, o militar também registraria outro episódio, nesse caso, essencial para descortinar a cadeia de comando dos militares no Araguaia:

Mais um dia e testemunhei um novo evento. Estava próximo da barraca do rádio e estavam, talvez, uma dúzia de militares reunidos. Eram uns quatro ou cinco dentro da barraca e outros sete ou oito do lado de fora. Lembro-me que estavam nesse grupo o major Thaumaturgo, o major Diprimio, ambos PDQ's, o major Otto, que era do CIE de Brasília, chefe da Inteligência na área, um major psicólogo da 8ª RM de Belém, o tenente Dantas, da Aeronáutica, chefe das Comunicações, o subtenente Celso Amarelo, chefe da equipe de Operações Especiais dos PDDs, e o sargento PDQ Silva Segundo.

Estavam todos escutando, do outro lado da linha, o "Ouvidor" dar instruções. "Ouvidor" era o codinome de um general que sempre se comunicava com o pessoal de Xambioá. Sua verdadeira identidade era o maior dos mistérios do Araguaia. Algumas vezes tive a oportunidade de escutar sua voz rouca, em tom baixo e pausado. Mas nunca pude escutar suas conversas em geral com o coordenador do acampamento-base.

Naquela reunião na barraca do rádio, dois dias depois da morte da jovem Maria, o som do rádio estava bem alto. Não sei exatamente sobre qual assunto tratavam. Nem tive entrada para perguntar aos companheiros mais graduados. Mas pelas palavras do “Ouvidor” que pude escutar, suponho que fosse sobre a morte da guerrilheira. Dessa vez o tom alteou-se, bem alto, bem firme. O “Ouvidor” berrava. Disse mais ou menos assim:

“Vergonhoso para o Exército. Isso fica aí em silêncio, entenderam? Isso vai morrer aí”<sup>850</sup>.

Ora, pode até ser que Maria Lúcia Petit tenha sido morta por exclusiva iniciativa de jagunços alcoolizados; pode até ser que os paraquedistas e seus comandantes tenham ficado indignados a tomar conhecimento de que ela teria sido enterrada viva. Contudo, isso não exime a culpa do Exército, como instituição. Há três razões. A primeira é que os tais jagunços atuavam como milícia pessoal do representante oficial do Estado na região, o delegado Marra, nesse episódio específico estavam trabalhando como força de apoio do Exército.

Ademais, mesmo depois desse episódio, o delegado Marra e seus jagunços continuaram trabalhando para o Exército na caçada aos guerrilheiros. Por fim, a parte do depoimento do militar à CNV na qual relata ter escutado ao rádio o ministro do Exército (o tal “Ouvidor”) instruir os oficiais presentes na área a ocultarem o episódio – “Isso fica aí em silêncio, entenderam? Isso vai morrer aí”, segundo as lembranças do militar – evidencia a cumplicidade do Estado.

\* \* \*

Carlito (Kléber Lemos da Silva), também do Destacamento C, seria o terceiro guerrilheiro a morrer, a 29 de junho, abatido pela mesma equipe de

---

<sup>850</sup> O militar assinou a narrativa escrita com o codinome que usava no Araguaia, ou seja, Renato Califa. A 01º de julho de 2013, rubricou todas as páginas e anexou um termo, manuscrito e assinado, encaminhando o documento à Comissão Nacional da Verdade. Quem recebeu o documento foi o delegado federal Daniel Lerner, assessor da CNV. Nesse termo manuscrito, o depoente esclarece que o documento “complementa meu relato oral apresentado ao procurador Cláudio Fontelles em encontro ocorrido em maio corrente, no Arquivo Nacional” (...). “Ressalto, por fim, que a CNV poderá fazer uso das informações, desde que utilize somente meu codinome usado no Araguaia, Renato Califa”. Ao final, assinou com sua identidade verdadeira.



paraquedistas que permanecera na área<sup>851</sup>. Tanto o “Relatório Arroyo”, quanto o “Diário do Velho Mário”, registram seu desaparecimento e provável morte. Significa que os guerrilheiros jamais souberam o que teria acontecido com Carlito (foto). Assim, necessário se faz recorrer às lembranças de camponeses ou de militares. Durante as pesquisas, encontrei um militar que testemunhou os acontecimentos. Segundo sua versão, Carlito teria morrido para proteger os companheiros<sup>852</sup>.

Em fins de junho, um grupo de guerrilheiros do Destacamento C atravassavam a mata quando, em um charco nas proximidade da corrutela de Pau Preto, houve um confronto com um grupo de paraquedistas. Os guerrilheiros fugiram. Mas Carlito permaneceu na mata, ferido e sozinho, com o objetivo de despistar os militares. O ferimento teria sido leve. Foi encontrado pelos soldados. Identificou-se. Foi tratado. Depois, obrigado a seguir à testa da patrulha até um ponto onde, segundo informações prévias dos militares, haveria grupo guerrilheiro. Na primeira oportunidade, Carlito tentou fugir. Atingido por vários disparos, tombou em um local que, segundo os militares, seria de difícil acesso.

Deixaram o corpo na mata, insepulto, e prosseguiram com a missão de chegar ao suposto acampamento guerrilheiro. De volta à clareira na mata onde um helicóptero os apanharia, um sargento da patrulha teria escalado um morador local para tentar encontrar o corpo de Carlito e enterrá-lo. Na Base de Xambioá, nenhum oficial preocupou-se em mandar apanhar os corpo. Ou confirmar com o camponês se o havia enterrado<sup>853</sup>.

\* \* \*

<sup>851</sup> Tal fato também foi anotado no Relatório Arroyo, em que foi citado José Toledo de Oliveira.

<sup>852</sup> Depoimento escrito de Renato Califa à Comissão Nacional da Verdade, op. cit.

<sup>853</sup> Idem.

Aparício (Idalísio Soares Aranha Filho) foi o quarto a ser abatido, em 13 de julho, véspera da Queda da Bastilha. Estudante de Psicologia em Belo Horizonte, era casado com a guerrilheira Val, a Walquíria<sup>854</sup>. Muito mais do que para os guerrilheiros, a morte de Aparício representaria para os militares um ponto de inflexão em seus imaginários.

Em todas as culturas, soldados costumam nutrir desprezo pelos covardes ou traidores e respeitar a força e a coragem de seus adversários. Pois a glória de um duelo é mensurada pelo tamanho do derrotado. Assim, a morte de Heitor de Tróia tornaria Aquiles um gigante. Antes, era mais herói



grego; depois de derrotar o nobre Heitor, Aquiles se tornaria um titã. Logo depois, durante a épica batalha pela tomada de Tróia, o mesmo Aquiles teria se apaixonado por Pentésiléia, a invencível rainha das Amazonas, naquele átimo em que seus olhares se cruzaram no instante da morte.

Para os militares que o mataram, Aparício (foto) também teria sido um herói. Há uma tendência entre os ex-combatentes do Araguaia a engrandecerem seus inimigos, dentre eles, Osvaldo, Dina, Sônia, Jaime e Aparício. A partir da morte de Aparício, passaram a respeitar (e a temer) os guerrilheiros. Por um lado, isso engrandece os soldados escalados para caçar aqueles jovens estudantes. Por outro lado, transformar alguns guerrilheiros em titãs ajudou os comandantes a convencer a tropa de que deveriam ter o máximo cuidado ao entrar na mata, de que aqueles combates não eram exercícios simulados, de que estavam lá para matar ou morrer.

A história que os paraquedistas que mataram o guerrilheiro relataram aos superiores ao chegarem à Base de Xambioá, em suma, é a de que um helicóptero da aeronáutica sobrevoava uma área perto de uma árvore colossal, uma estopeira (foto abaixo da referida árvore), quando avistaram um grupo de guerrilheiros numa clareira. Eles correram, mas um deles ficou para trás,

<sup>854</sup> A morte igualmente foi registrada com riqueza de detalhes no Relatório Arroyo.

atirando em direção ao helicóptero. Chegou a ferir um militar. Estes, por seu turno, dispararam a metralhadora contra o guerrilheiro.

Desceram a aeronave na clareira e foram atrás. O guerrilheiro atirava para trás e os militares respondiam. Em determinado momento, o guerrilheiro sucumbiu. Seu corpo foi levado para Xambioá, fotografado e examinado por médicos. Estava com mais de 50 tiros, rosto e crânio dilacerados<sup>855</sup>. Foi enterrado no cemitério local. Em depoimento à CNV, um militar que recebeu o corpo de Aparício em Xambioá registra:

(...) Outra frase dizia que o jovem fora vítima da disparidade de armamento quando foram atacados por uma saraivada de tiros de fuzil enquanto respondiam com espingardas 20 e 44, além de revólveres 38. No conjunto, sempre comentários de admiração por sua bravura. Um dos PQDs chegou a falar que morreria como um herói, segurando os militares à bala para que desse tempo dos companheiros escaparem<sup>856</sup>.

---

<sup>855</sup> Registro que, em *A Lei da Selva*. Op. cit. pág. 71, já havia registrado a admiração dos militares pela coragem do guerrilheiro Aparício. É também relatado que ele tombara trocando tiros com os paraquedistas, e que teria levado mais de 50 tiros. Nesta pesquisa, aprofundo os detalhes do episódio.

<sup>856</sup> Renato Califa (codinome). Depoimento à Comissão Nacional da Verdade.



*A estopeira gigante onde ocorreu  
o combate no qual Aparício tombou*  
(Foto de 1972, acervo pessoal de Renato Califa)

#### **7.4 – Como eles descobriram?**

Desde as primeiras anotações no diário, Velho Mário mostra-se intrigado com a chegada dos militares na região. Os guerrilheiros já vinham discutindo a conjuntura política do país com os camponeses, acenando que, no futuro, quando tomassem o governo, a vida de todos iria melhorar. Contudo, não haviam se apresentado como força revolucionária. Em breve, anunciariam a revolução iminente. Mas ainda não haviam anunciado.

E, se não foram eles – os comandantes do Movimento de Libertação do Povo – que informaram ao povo oprimido do sul do Pará que havia uma revolução em curso, então alguém os delatou. Quem? Naquele período posterior à morte dos quatro primeiros guerrilheiros, a grande preocupação do comandante da guerrilha era descortinar, afinal, quem seria o traidor?

Nos meses subsequentes, Velho Mário se contorceria em especulações sobre “as causas do ataque inimigo”. Tece anotações esporádicas em seu diário. Mas é em uma carta aos camaradas da Executiva do PC do B em São Paulo – destinada ou a João Amazonas, ou a Elza Monerat ou a Carlos Daniele – correspondência mais tarde apreendida pelo Exército no episódio que ficou conhecido por Massacre da Lapa, em 1976, que ele aponta seus suspeitos.

O primeiro deles é Jesuíno (Pedro Albuquerque Neto), que entre outubro e novembro de 1971 deixara a região junto com a mulher Ana (Tereza Cristina Albuquerque). Outro, um jovem estudante de codinome Jurandir, que na mesma época abandonara o Destacamento A. Também suspeita de Regina (Lúcia Regina Martins de Souza), que deixara a área em dezembro de 1971, e por fim de Paulo (João Carlos Wisnesky) por conta dos constantes conflitos com seu comandante, Zé Carlos. Mas logo o descarta: Paulo teria um “comportamento por demais estúpido para um espia”, escreve em uma das cartas<sup>857</sup>.

\* \* \*

A direção do PC do B, por sua vez, desde 1974 busca descobrir quem teria apontado aos militares a exata localização da Guerrilha do Araguaia. A questão é polêmica, pois implica em alguns dos guerrilheiros entrarem para a História de forma execrável, espécie de “traidor” que teria “delatado” os companheiros ao Exército, o Judas do Evangelho da Revolução. Ao longo de quatro décadas, as suspeitas vêm recaindo principalmente sobre dois antigos guerrilheiros, Pedro Albuquerque Neto, o Jesuíno, e Lúcia Regina de Souza, a Regina<sup>858</sup>.

Pedro era estudante de Direito quando foi para o Araguaia. De volta ao lar, cursou Sociologia e, depois, tornou-se professor da Universidade de Fortaleza, Unifor. Depois da Anistia, em 1979, começaram a vir a público informações sobre a existência da Guerrilha do Araguaia. O “Relatório Arroyo”

<sup>857</sup> Para mais, carta do comandante das FF GG Maurício Grabois. [carta] 8 dez. 1972, Araguaia [para] Comitê Central do PC do B. 6f.

<sup>858</sup> Em seu relatório, o comandante Ângelo Arroyo aponta para Pedro. *In: Relatório Arroyo, Op. cit.*, pág. 57.

foi publicado em 1980. A partir de então, Pedro passou a enfrentar o estigma de traidor. Era comum chegar a um bar ou restaurante e, ao avistá-lo, os conhecidos irem embora lhe virando as costas. Também tinha dificuldades de arrumar emprego. Foi assim por mais de 20 anos. Acabou se mudando para o Canadá<sup>859</sup>.

A partir do início dos anos 1980, o partido mudaria de posição, inocentando Pedro e passando a apontar Lúcia Regina como a “verdadeira” traidora. Em Fortaleza, contudo, o estigma sobre Pedro jamais acabaria. A principal suspeita que recaía sobre Lúcia Regina era o fato de ter desertado em dezembro de 1971, um pouco antes da chegada dos militares à região, a fim de retornar para a casa dos pais em São Paulo. As suspeitas foram acentuadas pelo fato de ter circulado a informação dentro do partido de que o pai de Lúcia seria um oficial aposentado do Exército<sup>860</sup>. Sua principal acusadora era a dirigente Elza Monerat.

Já no início da década de 1990, as suspeitas passaram a recair sobre João Carlos Wisnesky, o Paulo. Isso porque Wisnesky deixou a guerrilha em fins de setembro de 1973, cinco dias antes de os militares chegarem à região pela terceira vez. Elza Monerat e Criméia Almeida chegaram a convencer a família de sua antiga namorada, Célia Regina Corrêa, a Rosinha, a entrar com uma ação judicial acusando Wisnesky como o responsável por seu desaparecimento. A ação não deu em nada, mas ele foi levado às barras dos tribunais, na presença de Elza e Criméia, e depois passou a ser execrado dentro do partido como eventual traidor.

\* \* \*

Mas afinal, no imaginário dos militares, quem teria sido o responsável pela chegada das Forças Armadas ao local onde resistiam os guerrilheiros?<sup>861</sup>.

---

<sup>859</sup> Em narrativa oral à pesquisa, a advogada Mercedes Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Theodoro Castro (Raul), relata que, ela mesma, quando jovem, algumas vezes virou as costas para Pedro Albuquerque quando o encontrava em algum local público em Fortaleza. Em uma ocasião, chegou a chamá-lo publicamente de “delator”. No tempo presente, mais madura e melhor informada sobre os eventos do Araguaia, arrepende-se do que fez.

<sup>860</sup> Na verdade, era funcionário do Banco do Brasil.

<sup>861</sup> Esclareço que tratei desse tema em pormenores no item “Os militares descobriram ou alguém traiu”, em Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., págs. 90 a 101.



De acordo com os militares, teria ocorrido uma confluência de fatores. Desde 1969, o Exército prospectava a região do Bico do Papagaio atrás de indícios de “atividades subversivas” de diferentes organizações da luta armada, em especial da Aliança Libertadora Nacional, a ALN, liderada por Carlos Marighela. Assim, em 1970 foi deflagrada uma operação de inteligência tendo Marabá (PA) como epicentro, chamada Operação Carajás, que tinha como objetivo combater a ALN na região.

No ano seguinte, 1971, as Forças Armadas chegaram a fazer um grande exercício conjunto na região, a Operação Mesopotâmia, tendo o epicentro em Imperatriz (MA), e sob o comando direto do general Antônio Bandeira, então comandante da 3ª Brigada de Infantaria, em Brasília. Bandeira acreditava que os “comunais” (era assim que ele e quase a totalidade dos militares se referiam aos marxistas) estariam preparando a luta armada exatamente no Araguaia. A Operação Mesopotâmia não foi contra o PC do B, mas sim contra outra organização, a VAR-Palmares, que tinha trabalho de campo na região de Imperatriz<sup>862</sup>.

Também sabiam que o PC do B estava enviando militantes para a região. Ainda em 1968 haviam descoberto, por exemplo, que o médico e militante João Carlos Haas Sobrinho havia passado pelo treinamento militar na China e, depois, estava trabalhando em um pequeno hospital na cidade de Porto Franco. O ex-guerrilheiro Zezinho guarda em suas lembranças o longo cerco que foi se fechando:

A primeira incursão do Exército foi em 1970 (a guerrilha do PC do B não tinha sido descoberta, mas havia outras organizações armadas na região). Começou por Tucuruí, passou por Marabá e chegou a São João do Araguaia, uma extensão de 100 quilômetros. Nós estávamos fazendo o levantamento do Maranhão para completar com o norte de Goiás, até chegar ao Araguaia, no sul do Pará. Antes da divisão em destacamentos, um grupo estava na Gameleira, outro no Castanhal e outro nos Perdidos<sup>863</sup>.

---

<sup>862</sup> Sobre o cerco da repressão militar na região do Bico do Papagaio, destaco parte da minha pesquisa em Studart. *A Lei da Selva*. Op.cit., págs. 98 a 101.

<sup>863</sup> In: Ayrton Maciel. “Araguaia, a rebelião que mais assustou os militares”. Op.cit.

Nesse contexto maior de repressão política e de cerco às organizações da luta armada que, entre dezembro de 1971 e março de 1972, o CIE de Brasília receberia informações sobre “atividades subversivas” no sul do Pará de três diferentes fontes.

\* \* \*

E todas as três diferentes supostas fontes dos militares têm relação direta com um incidente: a gravidez das guerrilheiras. Ou seja, três diferentes guerrilheiras ficaram grávidas e por essa razão deixaram a área. Conforme já narrado, o Regulamento Disciplinar das Forças Guerrilheiras determinava o aborto em caso de gravidez – sempre indesejada em casos de luta armada<sup>864</sup>.

No caso do casal de guerrilheiros Jesuíno (Pedro Albuquerque Neto) e Ana (Tereza Cristina Albuquerque), optaram por fugir da guerrilha no segundo semestre de 1971. No caso da guerrilheira Regina (Lúcia Regina de Souza), casada com o guerrilheiro Beto (Lúcio Petit da Silva), submeteu-se a um aborto em condições precárias, pegou uma infecção e, correndo sério perigo de vida, foi levada por Elza Monerat para um hospital em Anápolis.

Foi diagnosticada com aborto retido, verminose, hepatite, brucelose e anemia. Ainda estava tomada por furúnculos. Elza esperava que Regina retornasse ao Araguaia assim que se recuperasse. Contudo, tão logo Elza virou as costas, Regina fugiu do hospital (e de Elza), retornando para a casa de seus pais, em São Paulo. Era dezembro de 1971. Regina relata:

Eu tentei me abrir com meu pai e contar onde estava e o que havia ocorrido naqueles 18 meses em que fiquei no Araguaia. Mas ele não quis me escutar. Disse: “Quanto menos eu souber, mais seguro para todo mundo”<sup>865</sup>.

Regina manteve-se em silêncio por 30 anos. Casou-se novamente, teve filhos, mudou-se com a família para Tremembé, ao lado de Taubaté, SP. Em 2002, ela concedeu uma entrevista a quatro estudantes de Jornalismo, negando que tenha entregado a guerrilha aos militares na época de sua

---

<sup>864</sup> Ver Capítulo 5, item 5.5 – “Filhos indesejados”.

<sup>865</sup> Lúcia Regina de Souza (codinome Regina). Narrativa oral a esta pesquisa.

deserção<sup>866</sup>. Regina relatou então que seu interrogatório só aconteceu em 1975, depois que a guerrilha já havia sido exterminada quando, aí sim, contou o que sabia. E por que Lúcia deserdou? Segundo ela mesma explicou aos estudantes – e detalhou em narrativa a esta pesquisa -- porque foi obrigada pelos comandantes a fazer um aborto. Recusou-se a voltar para a guerrilha e decidiu deixar o PC do B.

Em narrativa à pesquisa, Lúcia Regina conta que teve um encontro com a Elza Monerat no início de 1972: “Onde ela me informou que como eu já estava melhor de saúde, deveria voltar para a região. E, que como eu me recusasse, deveria ir a um ponto na rua Domingos de Moraes (no bairro do Paraíso, na capital paulista) para explicar para o Comitê as minhas razões. Ponto esse que nunca aconteceu porque ninguém veio encontrar-se comigo. Esse foi o meu desligamento com o Partido. Eles sabiam onde me encontrar, tinham o número do telefone lá de casa, meu endereço e simplesmente não fizeram mais contato algum”<sup>867</sup>.

\* \* \*

Na sequência, caíram Ana e Jesuíno. Ele seria preso março de 1972, em Fortaleza, numa fila da polícia civil, quando tentava obter uma nova carteira de identidade. Um delegado ligado à repressão política os reconheceu do passado<sup>868</sup>. Com nove meses de gravidez, e diante da possibilidade de sofrer violências, Ana optou por prestar depoimento à Polícia Federal – agora de volta à verdadeira identidade, Tereza Cristina de Albuquerque. Jesuíno, de novo

<sup>866</sup> Alunos da Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero (SP), Ana Carolina Almirón, Maria Cláudia Calaf Zucare, Mariana Moraes e Rafael Oliveira Andrade. A entrevista transformou-se no trabalho de conclusão do curso, *Vestígios do Araguaia*, sob orientação dos professores Carlos Dias, Maurício Stycer e Sidney Ferreira Leite. Os originais do trabalho me foram entregues por uma das autoras, Maria Cláudia Zucare, em outubro de 2004.

<sup>867</sup> Lúcia registra ainda que já havia narrado esses fatos para os estudantes da Cásper Líbero, que o registraram no TCC “Vestígios do Araguaia”, op. cit., pág 41.

<sup>868</sup> Documento do Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA, classificado de Secreto, relata: “Em março de 1972, em Fortaleza, um estudante procurando o Serviço de Identificação para tirar a Carteira de Identidade, chamou a atenção dos órgãos de informações por ser elemento procurado há 2 anos por ter comparecido ao Congresso de Ibiúna. Preso e interrogado, declarou ter sido levado com sua companheira 2 anos antes, de São Paulo para a região de Marabá, acrescentando que, naquela área, havia um campo de preparação de Guerrilha Rural. Abandonou o campo, diante da impossibilidade de conciliar a assistência à sua esposa grávida com suas obrigações revolucionárias – conforme o pensamento dos dirigentes do Partido local”. In: Conferência proferida pelo brigadeiro Newton Vassallo da Silva, chefe do Serviço de Informação da Aeronáutica – CISA – em 11 de agosto de 1972, para o Alto Comando da Aeronáutica no auditório do gabinete do ministro da Aeronáutica.

chamado de Pedro Albuquerque, também falou. Ela foi solta; cinco dias depois sua filha nasceria. Foi batizada Izabela; está com 41 anos no tempo presente.

Ele, por sua vez, permaneceu preso. Foi torturado, segundo mais tarde denunciou. Tentou suicídio na prisão, cortando os pulsos, de acordo com documentos militares. A PF então o transferiu para a prisão do Pelotão de Investigações Criminais, PIC, da Polícia do Exército em Brasília, um dos centros de tortura mais conhecidos dos Anos de Chumbo.

Foi assim que uma equipe de inteligência chegou ao Araguaia nos últimos dias de março de 1972. Pedro foi levado junto, na chamada “missão de reconhecimento”. Andaram com ele pela área do Destacamento C, a única que conhecia. Tentava esconder o rosto, mas foi reconhecido por alguns camponeses. Velho Mário registra esse fato – que Jesuíno fora visto por “elementos de massa” guiando militares, e que tentara esconder o rosto -- na carta que enviou à direção do partido, especulando sobre os nomes do possível “delator”.

\* \* \*

Nas semanas subsequentes, os militares prenderiam outros nove guerrilheiros, conforme o relatado nesta pesquisa. Todos foram levados para interrogatório no PIC, em Brasília. Houve um tratamento diferenciado para mulheres. Depois de algum tempo, todas elas seriam devolvidas às respectivas casas de seus pais. Chamaram os pais de Lúcia (Luzia Reis) na Bahia para entregá-la em Brasília. Lena (Regilena Carvalho), por sua vez, ela foi entregue em Itajubá, MG<sup>869</sup>.

Quanto aos homens, de comum, denunciavam que foram torturados. Todos eles, sem exceção, entre maio e junho de 1972 seriam levados de volta ao Araguaia para as tais “missões de reconhecimento”, exatamente como ocorrera com Pedro Albuquerque.

---

<sup>869</sup> Ambas confirmam esse tratamento em narrativas orais. No caso de Regilena, chegou a receber duas vezes a visita do general Bandeira. Na segunda, segundo sua narrativa, teria dado uma bronca no general. Pediu que não aparecesse mais por lá, pois não era colaboradora do governo, sequer simpatizante, e que suas visitas poderiam parecer que ela estaria colaborando com os militares, e que não havia colaborado nem iria colaborar. Segundo Regilena, desde aquele dia, os militares a deixaram em paz.

Assim, foram obrigados a fazer suas “missões de reconhecimento” os prisioneiros Dagoberto Alves Costa (ex-Miguel) e Glênio Fernandes de Sá (ex-Mário). José Genuíno (ex-Geraldo) foi levado de volta junto com Dower Cavalcanti (ex-Domingos). Nessa missão, Genuíno foi fotografado por um militar em momento de descanso, fumando, mas com as mãos amarradas por pano.



*Geraldo (ex-Genuíno, hoje Genoíno),  
prisioneiro do Exército*

\* \* \*

Caso de José Genoíno Neto merece considerações adicionais. Isso porque, desde que seu partido, o PT, chegou ao poder através da eleição de Luís Inácio Lula da Silva para a Presidência, em 2002, militares passaram a vir a público afirmar que ele, quando preso, teria ajudado o Exército a desbaratar a guerrilha. O ex-capitão e deputado Jair Bolsonaro, por exemplo, já fez pelo menos quatro pronunciamentos na Câmara acusando Genoíno, com todas as letras, de “traidor” – e ainda coloca suas falas na internet<sup>870</sup>. O coronel Lício Maciel, por sua vez, é outro que desde que lançou seu primeiro livro<sup>871</sup>, vem constantemente escrevendo contra Genoíno, como também concedendo entrevistas orais sobre como teria sido seu depoimento na prisão.

Diante dessas questões, considero pertinente tentar esclarecer a importância do depoimento de Genoíno para o desbaratamento da guerrilha.

<sup>870</sup> Registro que apenas no site de vídeos You Tube, há seis diferentes pronunciamentos de Bolsonaro sobre as supostas revelações de Genoíno sobre a guerrilha.

<sup>871</sup> Em depoimento a: Maklouf Carvalho. *O coronel rompe o silêncio*. Op. cit.

Lício Maciel revelou a Maklouf Carvalho<sup>872</sup> que o guerrilheiro teria prestado depoimento ainda na mata, quando ameaçaram castrá-lo, mas que não o torturaram. Lício apenas teria lhe dado um “telefone” – prática de bater com as duas mãos abertas nos ouvidos do outro. Teria sido um “telefone muito bem dado”, explica o coronel, mas ele não teria sido torturado.

Na mesma obra-referência, Genoíno explicou que teria sofrido torturas extremadas já em Brasília, quando teria começado a contar aos poucos o que sabia, administrando as informações para preservar sua vida e ao mesmo tempo dar tempo dos companheiros escaparem<sup>873</sup>. Sustentou a versão da tortura em narrativa oral para esta pesquisa. “Nos meus depoimentos, não têm nenhuma informação que tenha prejudicado a guerrilha”, explica Genoíno. “Tudo o que contei já era coisa pública”<sup>874</sup>.

Genoíno foi levado de volta ao Araguaia, em “missão de reconhecimento”, em meados de maio de 1972, por ordem do general Bandeira. Foi levado em uma camionete militar, de Brasília a Xambioá. Quando estavam na rodovia Belém-Brasília, perto de Anápolis, encontraram-se com o chefe da 2ª Seção (Inteligência) da 3ª Brigada de Infantaria, major Gilberto Zenkner. Ele notou que o prisioneiro estava descalço e algemado. O major então disse aos subordinados:

“Ele não vai aguentar andar na mata descalço; vai se arrebentar todo”<sup>875</sup>. Então deu ordens para que lhe comprassem botinas e lhe tirassem as algemas durante a viagem. Disse a Genoíno: “Mas se tentar fugir, recebe um tiro na testa, ouviu?”. Genoíno concordou e não tentou fugir. “Ele levou a equipe aos locais que havia indicado no depoimento. Mas a equipe avaliou que não estava colaborando, ele simplesmente não tinha opção”, relata ainda<sup>876</sup>.

---

<sup>872</sup> *Idem.*

<sup>873</sup> *Idem.* págs. 85-102.

<sup>874</sup> José Genoíno Neto (ex-Geraldo). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>875</sup> Gilberto Airton Zenkner. Narrativa oral à pesquisa.

<sup>876</sup> Também em narrativa oral, um dos militares que o interrogou em Brasília esclarece que Genoíno teria de fato conseguido administrar com extrema inteligência seu interrogatório: “Ele sabia que cedo ou tarde contaria, todos acabam contando”, explica o militar. “Mas ele foi administrando bem as informações que soltava. Dialogava, discutia doutrina, não provocava e conseguia ir ganhando tempo. Seu depoimento foi fundamental para entendermos como a guerrilha estava estruturada e a real dimensão do inimigo. Mas nenhum guerrilheiro caiu por causa dele. Quando íamos checar suas informações, já não havia mais ninguém no local. Também garanto que ele não foi torturado; pode até ter sido muito pressionado, levado

\* \* \*

Dentre as mulheres, somente uma delas faria “missão de reconhecimento” – Criméia Alice de Almeida (ex-Alice). Ela havia deixado o Araguaia em fins de 1972, com autorização de seus comandantes, pois estava grávida do guerrilheiro Zé Carlos. Seria presa em dezembro de 1972, em São Paulo, na casa de sua irmã Maria Amélia de Almeida Teles, militante do PC do B – episódio que resultaria em uma série de outras prisões no partido, incluindo o cerco e morte do secretário Político Carlos Danielli, então principal responsável pelos contatos com a Guerrilha do Araguaia.

Criméia seria levada à prisão em Brasília. No processo de indenização que moveu junto à Comissão de Anistia do Ministério da Justiça, Criméia informa ter sido torturada no PIC, enquanto ainda grávida. Ela teve o filho no Hospital das Forças Armadas. A criança recebeu o nome de João Carlos. De acordo com narrativas de militares, a esposa do general Bandeira, dona Léa, a teria visitado algumas vezes na enfermaria. Estaria muito preocupada com seu estado de saúde, teria mandado militares subordinados de seu marido comprar um pequeno enxoval para a criança<sup>877</sup> e, por fim, promovido um batizado, efetivado por um capelão do Exército.

Na sequência, Criméia foi deixada com a criança na casa dos pais, em Belo Horizonte – como um ano antes havia ocorrido com as demais guerrilheiras aprisionadas. Para levá-la, o general Bandeira escalou um de seus agentes de confiança, o sargento Joaquim Arthur Ramos, codinome Ivan. Um outro agente seguiu junto como segurança<sup>878</sup>. Bandeira emprestou seu Opala oficial para o transporte.

---

tapas, mas não torturado, que é algo mais forte”. Dr. George (codinome que usava no Araguaia). Narrativa oral à pesquisa.

<sup>877</sup> O militar Mário (codinome), em narrativa oral, conta que foi ele quem comprou o enxoval, em uma loja roupas populares chamada Fofi, que ficava na avenida W-3 sul, quadra 508. Como cumpria a missão a contragosto, por ordem da mulher do general, ao encontrar um macacão listrado de preto e branco, na horizontal, tal qual uniforme de presidiário norte-americano, não resistiu à ironia e o incluiu entre as peças.

<sup>878</sup> Mário (codinome). Depoimento oral à pesquisa.



*Criméia (ex-Alice), com o filho João Carlos,  
no Hospital das Forças Armadas de Brasília*

Meses depois, o mesmo agente Ivan levaria Criméia de volta ao Araguaia em “missão de reconhecimento” na área onde atuava o Destacamento A. Isso ocorreu semanas antes de o Exército dar início à derradeira campanha, em outubro de 1973. Por coincidência, foi justamente o pai de seu filho, o comandante Zé Carlos, o primeiro a tombar naquela operação – abatido pela arma do major Lício Augusto Maciel.

\* \* \*

Pedro, Tereza ou Regina, qual deles seria o “Judas” da guerrilha? *Mutatis mutandis*, como interpretar as tais “missões de reconhecimento” perpetradas por Genuíno, Dower, Dagoberto, Glênio e, por fim, Criméia – a única mulher a ser levada de volta ao Araguaia pelos militares? O fato concreto é que foram através das informações colhidas nessas missões que o Exército fechou o cerco aos guerrilheiros. Por essa razão, seriam esses oito guerrilheiros “traidores”, “delatores”, conforme os adjetivos utilizados pelo comandante Mário em suas cartas à direção do partido?

Ora, todos os guerrilheiros do Araguaia presos, absolutamente todos, prestaram algum tipo de informações aos militares. Isso ocorreu com esses oito prisioneiros sobreviventes acima citados – mais as quatro mulheres que não



foram obrigadas a retornar em “missão”, Tereza, Rioco, Regilena e Luzia – naquele período no qual as Forças Armadas ainda combatiam segundo as Convenções de Genebra.

Ocorreria o mesmo mais tarde, quando o Exército começou a não fazer prisioneiros. Entre 25 e 30 guerrilheiros teriam sido presos e executados, segundo os resultados desta pesquisa. Entre um fato e outro, todos eles prestaram depoimentos aos militares. Incluindo Dina. E não necessariamente sob tortura. O fato é que não havia opção: ou se falava aos poucos, ganhando tempo, ou as informações seriam extraídas de outro jeito<sup>879</sup>.

Isso não faz de Pedro um suspeito, conforme aponta a correspondência de Velho Mário ao partido; muito menos Regina; nem Criméia Alice. Apenas os ajunta em uma mesma História. Ademais, descobrir a guerrilha era uma questão de tempo para os militares, pouco importando quem seria o “peixe” a ser “pescado” na malha fina da repressão política. Em algum momento, os militares juntariam informações e chegariam lá. Dentro desse contexto maior de repressão, torna-se absolutamente indiferente apontar eventuais culpados. Ao contrário, são vítimas. Pelo menos, seguindo a dialética de Benjamin, são vítimas das chamadas “fissuras da História”.

\* \* \*

Aproveito a questão para chamar a atenção sobre um detalhe quase imperceptível nos registros de Velho Mário em seu diário. Logo na primeira anotação, datada de 30 de abril de 1972, ele informa *en passant* que no dia 13 de abril enviara um mensageiro (o guerrilheiro Landim) “para apanhar o comandante Cid”, ou seja, João Amazonas. Até aquele momento, o movimento

---

<sup>879</sup> Antes de entrarem para a luta armada, tanto a urbana quanto a rural, os guerrilheiros costumavam ser instruídos por suas respectivas organizações sobre técnicas de resistência em interrogatório. Havia basicamente dois tipos de técnicas. Na primeira, chamada “turca”, os guerrilheiros entravam em confronto aberto com os inquisidores. Nada diziam, sequer o nome, ou xingavam, cuspiam na cara. Raros eram os militantes preparados para essa técnica. Eduardo Collen Leite, por exemplo, o Bacuri, da POLOP (Organização Revolucionária Marxista Política Operária), teria tentado enfrentar o delegado Sérgio Paranhos Fleury, em 1970, com a técnica turca. Um de seus olhos teria sido arrancado pelas mãos de Fleury. A outra técnica é chamada de “francesa”. Nela, o prisioneiro finge colaborar. Fala à exautão, conta toda a vida, desde a infância. Detalha ao máximo o que sabe de companheiros já presos, evitando falar dos essenciais. Enfim, procura ganhar tempo para que os companheiros possam se reorganizar a partir da sua queda. Foi essa a técnica utilizada por praticamente todos os guerrilheiros presos no Araguaia, desde Pedro e Genoíno, até os últimos a caírem, como Beto e Dina. Os únicos guerrilheiros do Araguaia que teria demonstrado disposição para ensaiar a técnica turca, de acordo com militares por mim entrevistados, teriam sido Dinaelza Coqueiro Santana (Maria Diná) e Antônio Theodoro Castro (Raul).

funcionava com dois triunviratos independentes, contudo, cruzados. Primeiro e acima de tudo, o Birô Político, dirigido pelos *camaradas* Cid, Mário e Tia Maria. O outro núcleo de direção era a Comissão Militar, formada pelos *comandantes* Cid, Mário e Joaquim.

Em outras palavras, Amazonas e Grabois, pela ordem, estavam acima de tudo e de todos. Desde os tempos em foram deputados federais constituintes pelo PCB de Prestes, em 1946, mais do que camaradas, eram aliados políticos e amigos pessoais. Dentro do PCB, Amazonas ocupava um degrau acima na hierarquia. Dentro do novo partido que fundaram juntos, o PC do B, eram hierarquicamente iguais – contudo, um degrau abaixo de Pedro Pomar. Na guerrilha do Araguaia, sob o codinome de Cid e Mário, havia uma aparente harmonia entre os dois. Revezavam-se em todas as funções e missões. Para começar, na missão de ir a São Paulo, de tempos em tempos, a fim de participar de reuniões da Executiva do partido.

Em março de 1972, houve uma reunião do partido em São Paulo. Era a vez de Mário comparecer, mas Cid pediu para ir no seu lugar. Estava com dor de dente e gostaria de aproveitar e visitar um dentista. Justo; trocaram então de lugar. Cid estava com retorno previsto para meados de abril – segundo registra Velho Mário em seu diário. Contudo, não chegou. Cid seria interceptado por Tia Maria no meio do caminho, na rodoviária de Anápolis, GO, segundo relatos posteriores de ambos ao partido. Já naquele seu primeiro registro, no qual celebra o começo da Guerra Popular, Velho Mário também registra a falta do camarada Cid<sup>880</sup>.

O camarada-comandante Cid não retornaria mais ao Araguaia. Nem a camarada Tia Maria. A partir de então, cortaram por completo as comunicações (e as linhas de abastecimento) com aqueles que estavam em algum lugar das selvas amazônicas. O camarada-comandante Mário ficaria sozinho na direção do Birô Político; e ao lado do comandante Joaquim na Comissão Militar. Foi

---

<sup>880</sup> Grabois. “Diário do Velho Mário”. Op. cit., anotação de 30 Abr 1972.

nesse momento que Mário emergiu como comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras do Araguaia<sup>881</sup>.

Até dias antes de morrer, Velho Mário registrava a falta que Cid lhe fazia e a expectativa de seu retorno. Quando a guerrilha acabou, nem Amazonas, nem Elza, jamais deram explicações ao partido sobre as razões de não terem voltado à luta no Araguaia. Disseram tão somente que não havia condições reais de retorno. Contudo, nunca permitiram uma discussão profunda sobre o assunto. Quando indagados – por Pedro Pomar, por exemplo, nas reuniões de 1976 -- sobre o fato de terem cortado as comunicações e as linhas de abastecimento, Amazonas e Elza respondiam que os assuntos estavam centralizados com Carlos Danielli, que fora morto pela ditadura em dezembro de 1972, e que, desde então, o partido não tivera condições de se reorganizar.

Desde a sua fundação, o PC do B vinha sendo dirigido por uma *troika* formada por Pomar, Amazonas e Grabois. Somente em 1976, a partir das reuniões da Executiva em uma casa no bairro da Lapa, em São Paulo, seria oficializada a morte de Grabois. Pomar, o principal opositor (e questionador) de Amazonas na Executiva do partido, foi morto quando as forças de repressão invadiram a casa durante uma das reuniões -- no episódio que ficou conhecido como “Chacina da Lapa”.

Amazonas e Pomar revezavam-se nas missões partidárias internacionais. Em dezembro de 1976, era a vez de Pomar de viajar em missão política para a Albânia e a China. Contudo, Amazonas pediu para ir em seu lugar. Assim foi feito. E, assim, Amazonas escapou da Chacina da Lapa. Também morreu Ângelo Arroyo. Com a morte de Pomar, Amazonas então emerge como o único e todo-poderoso dirigente do partido – tendo Elza Monerat como a número dois da Executiva.

A partir de então, Amazonas e Elza – principalmente ela – passam a procurar o suposto “traidor” que teria levado os militares ao Araguaia antes da

---

<sup>881</sup> Ao longo dos 20 meses nos quais compôs seu diário pessoal, entre abril de 1972 e dezembro de 1973, Velho Mário registra a todo momento seu apeço por Cid e a expectativa que nutria por sua volta para ajudá-lo nos combates. No dia em que Velho Mário completou 60 anos, a 2 de outubro de 1972, voltaria a registrar o carinho e a admiração por Cid. Pela ordem, no relato, primeiro citou Cid, depois a companheira, os filhos e, por fim, o neto.

hora. Paradoxalmente, as discussões sobre as verdadeiras causas da derrota seriam abafadas dentro do próprio PC do B. Só emergiria à luz 20 anos depois, em 1996, como já relatado na Apresentação desta pesquisa, quando o PC do B patrocinou a publicação *Guerrilha do Araguaia: uma epopeia pela liberdade*<sup>882</sup>. Contudo, sempre dentro de um contexto no qual os mortos passaram a ser tratados como mártires e heróis – mas não foi aberta a palavra aos que ousaram sobreviver.

Amazonas faleceria em 2002 e Elza em 2004. Sem jamais terem explicado as exatas razões de não terem retornado ao Araguaia, ou ajudado aquele grupo de sonhadores que estava sendo caçados pelas Forças Armadas em algum lugar das selvas amazônicas. Trata-se, enfim, de outra fissura da História a ser algum dia desvelada.

\* \* \*

Pesavento lembra que os homens aprendem a traduzir o mundo em razão dos sentimentos<sup>883</sup>. As sensibilidades seriam as formas pelas quais indivíduos e grupos se dão a perceber, comparecendo como um reduto de tradução da realidade por meio das emoções e dos sentidos. Assim, as sensibilidades não só comparecem no cerne do processo de representação do mundo, como correspondem, para o historiador, a aquele objeto a capturar o passado, à própria energia da vida:

Em suma, as sensibilidades estão presentes na formulação imaginária do mundo que os homens produzem em todos os tempos. Pensar nas sensibilidades é não apenas mergulhar no estudo do indivíduo e da subjetividade, das trajetórias de vida. É também lidar com a vida privada e com todas as suas nuances e forma de exteriorizar –ou esconder – os sentimentos<sup>884</sup>.

Estão todos os sobreviventes, sem exceção, tomados de sensibilidades, cada um a seu próprio modo. Nas narrativas orais à pesquisa, alguns buscaram “exteriorizar os sentimentos”, diria Pesavento, descortinar suas

---

<sup>882</sup> Op. cit.

<sup>883</sup> Sandra Jathay Pesavento. *História & História Cultural*. São Paulo: Autêntica, 2003, pág. 26.

<sup>884</sup> *Idem, ibidem*, pág. 58-59.

lembranças do outrora de forma efusiva, detalhada, até mesmo com entusiasmo. Outros se mostraram bastante reticentes; aparentaram “esconder os sentimentos”, mediram as palavras, tergiversaram, demonstrando claro incômodo durante os depoimentos.

E os mais incomodados são justamente aqueles que vêm sendo apontados, ao longo de quatro décadas, como possíveis “delatores” da guerrilha. Especialmente Pedro Albuquerque, Lúcia Regina, João Carlos Wisnesky e José Genoíno Neto. Afinal, rememorar significa relembrar o passado no presente. E se aquele passado foi dolorido, é comum que o entrevistado evite recordá-lo.

As lembranças estão acompanhadas de emoções, de sentimentos que doem. Portanto, é comum narradores que passam por grandes traumas optarem por não querer recordar as dores do passado. Ao estudar a questão dos abusos da memória, Ricœur apresenta a categoria da “memória impedida” – talvez a principal razão da dificuldade dos guerrilheiros de acessar suas lembranças<sup>885</sup>.

No caso de Wisnesky, sua primeira entrevista foi a esta pesquisa. Começou reticente; aos poucos foi se abrindo. Contudo, há assuntos dos quais ele permanece demonstrando claro incômodo – principalmente sua saída da região, dias antes de os militares chegarem para a Terceira Campanha, considerada um ato de “deserção” pelos próprios companheiros.

Lúcia Regina (foto), por sua vez, conforme já narrado, permaneceu no mais absoluto silêncio até 2002, por 31 anos, até ser encontrada por um grupo de estudantes –



<sup>885</sup> Em *A Memória, a História e o Esquecimento*, *op.cit.*, no Capítulo 1, “Memória e Reminiscência”, Ricœur trabalha os abusos da memória na Parte II do capítulo, apresentando três conceitos para melhor compreensão da questão: memória dirigida, memória manipulada e memória impedida. Lembro que Benjamin também trabalha com os conceitos de choques, traumas, uso evidenciado de barreiras e a atrofia da experiência. In: Gerciano Maciel Pereira. “Cadernos Benjaminianos, nº 3”. Belo Horizonte: UFMG, Jan-Jun 2011, pág. 71 a 73.

quando só então seus próprios filhos tomaram conhecimento de seu passado na guerrilha.

Em 2012, exatos 41 anos depois de deixar o Araguaia, finalmente ela assumiria abertamente sua história como ex-guerrilheira, quando visitou a região ao lado da ex-guerrilheira Regilena Carvalho (foto)<sup>886</sup>. No tempo do agora, consegue estar mais à vontade ao acessar e expor suas reminiscências do outrora – como foi o caso do depoimento para esta pesquisa.



*Regina (esq.) e Regilena eram guerrilheiras e concunhadas. Seus maridos, os irmãos Lúcio e Jaime Petit, desapareceram. Exatos 40 anos depois, em 2012, elas se reencontrariam no mesmo cenário de outrora, as águas do rio Araguaia.*

## 7.5 – O grande balanço

Os militares haviam chegado antes da hora. Desde 1962, por ocasião da fundação do Partido Comunista do Brasil, a direção da organização, incluindo Velho Mário, agora o comandante-em-chefe das FF GG, conforme gostava de escrever, vinha sonhando com o momento no qual deflagrariam a revolução armada, com a qual sonharam toda a vida. Estavam em preparação para a luta desde 1964, quando enviaram os primeiros militantes para adestramento na Academia Militar de Pequim. Estavam em cuidadosos preparativos desde

---

<sup>886</sup> As duas foram convidadas pela pesquisadora Myrian Luís Alves, autora da fotografia.

1966. Já haviam recrutado quase 70 jovens idealistas nas cidades, vinham trabalhando duro nos preparativos, conhecendo as condições físicas da região, integrando-se de forma satisfatória aos elementos de massa, dedicando-se a um adestramento militar duro na selva.

Contudo, ainda não estavam preparados. Precisavam de mais tempo. De mais quadros, de mais elementos de massa. De mais mantimentos. De algum dinheiro. Precisavam, sobretudo, de mais armas. Ao longo de seu diário, Velho Mário relata em vários momentos o armamento disponível. Não chega a revelar um inventário, mas salpica informações, aqui e acolá, especialmente no período após as mortes dos quatro primeiros guerrilheiros.

O que se pode constatar, em análise do “Diário do Velho Mário”, é que os guerrilheiros utilizavam basicamente rifle 44, cuja aquisição na época, naquela região, poderia ser feita sem nenhum problema. Eles possuíam, ainda, revólveres calibre 38, espingardas calibres 20, 16 e 22 (essa para caça), e uma metralhadora INA calibre 45, de fabricação nacional. Enfim, armamento diversificado e insuficiente para um confronto com o Exército. Tinham também uma pequena oficina de manutenção de armamento ao lado da Comissão Militar, tocada pelo operário capixaba Marcos José de Lima, o Ari Armeiro. Contudo, a mesma foi descoberta e destruída pelos militares assim que chegaram à região.

Em anotação de 10 de dezembro de 1972, Velho Mário faz um balanço da perda de armamentos e munição. O Destacamento C era até então o mais desfalcado. No total, desde a chegada dos militares, as Forças Guerrilheiras haviam perdido quatro fuzis, cinco rifles calibre 44, 10 espingardas calibre 20, duas espingardas calibre 16, duas espingardas calibre 36, uma pistola calibre 45 e 26 revólveres calibre 38, num total de 49 armas. No período, o Destacamento A conseguiu adquirir dois rifles calibre 44 e uma espingarda calibre 20.

Em 20 meses de anotações, em nenhum momento Velho Mário registra qualquer observação sobre a superioridade bélica do Exército, seu maior poder de fogo, ou o fato de que as Forças Armadas, com 300 mil homens em armas

naquela ocasião, e com a hegemonia de um Estado constituído e organizado, tinham condições de prolongar o confronto por muito mais tempo. Ao contrário, toda vez que tece comentários sobre o confronto, lembra que “a mata é nossa segunda mãe”, ou que, “na floresta somos inexpugnáveis”.

Sobre as armas, especificamente, desde o início, ainda na fase de planejamento nas cidades, a ideia do grupo de seis dirigentes que organizou a guerrilha era tomá-las do Exército quando em combate nas selvas. O dirigente Carlos Danielli já havia apontado esse caminho no diálogo que manteve durante o recrutamento do militante carioca João Carlos Wisnesky. Quando o militante perguntou ao dirigente se as armas eram de boa qualidade, escutou: “Não se preocupe, o Exército vai levar as armas para nós”<sup>887</sup>.

Talvez tomado de sonhos -- no sentido proposto por Benjamin, o sonho dialético, os atos concretos do tempo-do-agora que preparam o futuro -- o militante insistiu no assunto. Então perguntou sobre as provisões. “A selva proverá”, respondeu Danielli, talvez tomado de esperança.

\* \* \*

O fato é que, a 12 de setembro de 1972 – cinco meses após a chegada dos militares, mas apenas três dias antes deles retornarem ao Araguaia pela segunda vez com mais de 3.200 homens – Velho Mário resolve registrar em seu diário o primeiro grande balanço dos conflitos. É rico, longo, detalhado.

Começa lembrando que “faz 5 meses que se iniciou a guerra popular contra a ditadura”, e que “neste período acumulamos ricas experiências, tanto em nossas relações com as massas como em nossa atividade militar”. Velho Mário revela que, entre os dias 8 e 11 de setembro, a Comissão Militar reuniu-se completa com “os CC e VVCC dos DD A e B” (comandantes e vice-comandantes dos Destacamentos A e B) para fazer um balanço de mais de 150 dias de luta. “Foi excelente troca de experiências positivas e negativas. No final, aprovou-se um plano de trabalho a ser realizado até o fim do ano”. Na sequência, ele registra o balanço de cinco meses de luta armada, dividindo em

---

<sup>887</sup> Esse diálogo foi apresentado no Capítulo 2, item 2.3 – Construção de Identidades.



três grandes temas: aspectos políticos, forças guerrilheiras e, por fim, forças da ditadura.

Sobre o item que Velho Mário chama de Aspecto Militar, ele lembra que tanto as Forças Guerrilheiras como o Exército “tateiam no terreno, não se empenharam em ações militares importantes. Ambas as forças militares não têm experiência de guerra de guerrilhas”. Contudo, observa, as Forças Guerrilheiras “permanecem com o mesmo poderio do início da luta, apesar das perdas sofridas”, avalia. “Em certo sentido, avançaram bastante, melhoraram em qualidade e na ligação com as massas. Desenvolveu-se a capacidade militar de todos os combatentes”.

Na sequência, ele tece uma análise sobre cada um dos destacamentos guerrilheiros. O D-A, comandado por seu filho, Velho Mário avalia que “não teve perdas e melhorou seu espírito de combate”. Escreve que “cresce o número de seus combatentes que dominam o terreno, sabem viver na mata e aperfeiçoam suas qualidades militares. Mantém incólume sua organização militar e seu comando vem funcionando normalmente”. Também teria aumentado o “poder de fogo” e resolvido seus problemas de abastecimento.

No caso do Destacamento B, comandado por Osvaldão, teve duas perdas (um aprisionado e outro morto), “mas não teve diminuída sua capacidade de combate”, avalia o comandante. “Cresce também o número de seus combatentes que melhor dominam o terreno e a vida na mata e que se desenvolvem do ponto de vista militar”. Ele lembra que o destacamento estava em dificuldades de “abastecimento através da massa, embora ainda conte com alguns depósitos de farinha e feijão”. Informa ainda que teve reduzido seu poder de fogo, pois perdera quatro armas. A partir desse ponto, Velho Mário começa a criticar Osvaldão. Seria a primeira das muitas críticas que ainda estavam por vir:

Seu trabalho de massa ainda é pequeno (visitou apenas 23 famílias) e seu Comando revela falta de confiança nas massas. O Comando não funcionou normalmente: perdeu, durante quase 2 meses, o contato com o grosso dos combatentes e com a CM. O Comando incorreu num

excesso de vigilância, o que leva a ter espírito defensivo. Superestima o adversário. Realizou ação contra o inimigo, causando-lhe baixas, fato que repercutiu favoravelmente às FF GG. Sob a direção da CM, uma parte de um G do D realizou bom trabalho na área do DC (visitou 40 famílias) e portou-se bem diante do inimigo quando foi por este emboscado, retirando-se sem perdas.

Quanto ao Destacamento C, Velho Mário lembra que teve seis baixas entre prisioneiros e mortos. Ou seja, “um terço dos seus efetivos, o que constitui um rude golpe para o D”. Na sua avaliação, o destacamento, sob o comando de Paulo, “parece estar desarticulado e atuando em 3 áreas com 3 grupos separados, fato que reduz sua capacidade de luta”. Sobre o trabalho de massas, “parece ser pequeno (poucas foram as casas onde Jo esteve que foram visitadas pelos combatentes do D)”. Ademais, “revela completa falta de vigilância, particularmente em suas relações com as massas”, e “está totalmente desligado” da Comissão Militar. O destacamento, segundo avaliação do Velho Mário, “corre grave perigo no que diz respeito à sobrevivência” (...) “embora nele se encontrem bons e experimentados combatentes”.

Sobre seu próprio trabalho, Velho Mário registra que a Comissão Militar “tem funcionado normalmente e tem sido bastante útil para as FF GG”, mas deve ter mais em conta a realidade de cada destacamento e “não ficar somente nas ordens e diretrizes”. Uma das principais falhas da Comissão Militar, avalia, é não ter contato com o povo, “contato que tem primordial importância para o desenvolvimento da luta armada na região do Araguaia”. E apresenta sua “conclusão”:

As FF GG têm boa perspectiva de crescer e se consolidar. O maior perigo está em nós mesmos. Isto é, na superestimação de nossas forças e de nossas possibilidades reais.

Quanto ao adversário, por fim, chamado por ele de “FF AA da ditadura”, informa que o moral das tropas do inimigo é baixa. Os camponeses informam que os soldados revelam medo.

“Até hoje os milicos não se encorajaram a penetrar na mata. As patrulhas do Exército andam somente pelas estradas, caminhos e excepcionalmente picadas. Os êxitos obtidos pelo inimigo resultam de nossos erros e não de sua tática e capacidade militar. As forças repressiva têm espírito defensivo, revelam displicências, afoitezas e completa falta de vigilância. Isso favorece a realização de ações ofensivas de nossa parte (emboscadas, assaltos e fustigamentos). A tática do Exército consiste em apoiar-se em cidades, corrutelas, fazendas e bases (barracões) e em patrulhas que vagueiam a esmo pelas estradas e caminhos.

Chama a atenção um detalhe perdido entre as anotações. Segundo Velho Mário, “a ditadura” havia transformado a estrada entre Marabá e São Geraldo, que até então só dava passagem a burros, em estrada de rodagem.

O inimigo pretende, com todas essas medidas, realizar um cerco estratégico às FF GG. Mas esse cerco, com as tropas que a ditadura mobilizou, é impossível. Em relação às massas, o inimigo usa uma tática dupla: a violência e a demagogia (exemplos), mas acabará predominando a violência. O inimigo muda com frequência suas tropas, fato favorável às FF GG.

Conclusão: se as FF GG aplicam fielmente nossa concepção militar, se souberem usar habilmente a tática de guerrilhas, o inimigo não passará de um tigre de papel. As tropas que atuam na região revelam pouca eficiência militar.

Naqueles dias, quando o Comando Militar visitou o Destacamento A, ocorreu uma reunião entre Velho Mário e os guerrilheiros. Ele então compartilhou com o grupo esse balanço. Usou a expressão “tigre de papel” para definir o inimigo. Paulo pediu a palavra. Lembrou sobre a Transamazônica o fato de o governo, naquele exato momento, estar rasgando uma estrada ligando Marabá a São Geraldo. Disse ainda que, soube por elementos de massa, em breve outras duas estradas começariam a ser rasgadas<sup>888</sup>. Disse:

---

<sup>888</sup> Essas três estradas foram efetivadas e batizadas de Op-1, Op-2 e Op-3. A inicial Op significa “operação”, no jargão militar. No tempo presente, são as únicas estradas asfaltadas da região. Permanecem com o mesmo nome, OP-1, OP-2 e OP-3.

A ditadura já nos descobriu e agora está fazendo estradas que passam no meio dos nossos destacamentos. Está claro que eles vão voltar a qualquer momento, mais organizados e com muito mais soldados. Não seria melhor nos reagruparmos em outra região mais remota?<sup>889</sup>

O guerrilheiro ainda ousaria sugerir o deslocamento para oeste, em direção ao Mato Grosso. Velho Mário teria reagido a estas observações de forma furiosa. Teria dito que estava faltando a Paulo mais coragem revolucionária. Outros também reagiram contra ele, a começar por seu comandante, Zé Carlos. Teria começado neste momento a desconfiança dos comandantes contra o guerrilheiro -- algo que só se agravaria ao longo dos 12 meses subsequentes.

## **7.6 – A grande manobra**

A 15 de setembro de 1972, exatamente no momento em que a Comissão Militar visitava os três destacamentos guerrilheiros para apresentar sua avaliação sobre os cinco meses de luta armada, os militares chegariam à região pela segunda vez. Agora, numa grande manobra, com 3.250 homens, na maior mobilização de tropas desde a Segunda Guerra Mundial, quando foram enviados à Itália 5 mil homens da Força Expedicionária Brasileira.

Desde 1965, quase todos os anos as Forças Armadas vinham realizando manobras conjuntas para o treinamento das tropas, sempre com enfoque na segurança interna. Naquele ano, o Estado-Maior do Exército decidiu que a manobra seria realizada em um teatro de operações real, na região do Bico do Papagaio, confluência dos rios Araguaia e Tocantins. Assim nasceu a Operação Papagaio.

O comando-geral da operação foi entregue ao general-de-divisão Viana Moog, Comandante Militar do Planalto, em Brasília. O comando operacional,

---

<sup>889</sup> De acordo com as lembranças do guerrilheiro Paulo, João Carlos Wisnesky, em narrativa oral a esta pesquisa.

por sua vez, foi entregue a seu subordinado, o general-de-brigada Antônio Bandeira, comandante da 3ª Brigada de Infantaria, sediada em Brasília, cujos braços que se estendiam do Triângulo Mineiro ao norte de Goiás, hoje Tocantins<sup>890</sup>.

Assim, foram deslocadas tropas de nove Estados (AM, PA, MA, PI, PE, GO, DF, MG, RJ), das três Forças Armadas. A Marinha entrou com o Grupamento de Fuzileiros Navais do Rio de Janeiro e a Aeronáutica com uma ala de apoio aéreo. Centros de Informações do Exército (CIE), Marinha (Cenimar) e Aeronáutica (CISA), enviaram equipes de inteligência para ajudar as tropas do general Bandeira. Nessa operação, morreriam mais oito guerrilheiros.

Cazuza (Miguel Pereira dos Santos - foto) seria o primeiro deles, a 26 de setembro, abatido por um pelotão de Manaus. Era pernambucano, tinha 29 anos e, antes de ser chamado ao treinamento militar na China e depois à revolução, trabalhara como bancário em São Paulo. Os soldados teriam arrancado sua mão para posterior identificação e, ato contínuo, o enterrado na mata. Resta desaparecido até o tempo presente. Foi um dos guerrilheiros mais atuantes do Destacamento C. Pelo menos seria um dos mais elogiados por Velho Mário em seu diário.



<sup>890</sup> Fontes: 1) Documento Secreto do Comando de Operações Navais/Força de Fuzileiros da Esquadra/QG-Divisão Anfíbia-GB, prot. 0614400P Set 72: “Operação Papagaio: Memorando de Planejamento”, cita no item “Comandos envolvidos na execução”: “Comandante Geral do Exército, General de Divisão OLAVO VIANA MOOG”, e o “Comandante da 3ª Brigada de Infantaria: General de Brigada ANTÔNIO BANDEIRA”; 2) O nome de Viana Moog aparece pela primeira vez em Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio, op. cit.*, pág. 41-41; 3) Contudo, sua exata participação como um dos comandantes da repressão à guerrilha apareceria em Studart, *A Lei da Selva, op. cit.*, pág. 131

No dia 29, tomariam mais três guerrilheiros juntos, em combate com um grupo do 10º Batalhão de Caçadores, de Goiânia: Zé Francisco (Francisco Manoel Chaves), Vitor (José Toledo de Oliveira) e Antônio da Dina (Antônio Carlos Monteiro Teixeira). Os guerrilheiros haviam armado uma emboscada em uma capoeira, mas fizeram ruídos. Os soldados perceberam antes e teriam armado uma contra emboscada. Na década de 1990, o chefe do grupo, o sargento J. Pereira, relataria o embate ao jornal *A Opção*, de Goiânia: “Foi tiro pra lá, tiro pra cá. No final, três guerrilheiros estavam mortos”<sup>891</sup>.



*Antônio da Dina (esq.), Zé Francisco e Vitor, foram mortos juntos*

Zé Francisco, chamado na região de Preto Chaves, seria enterrado pelos militares com seu inseparável colar de terecozeiro, com um patuá de proteção pendurado. Sobre ele, Velho Mário registra em seu diário:

José Francisco, antigo marinheiro, ingressou no partido em 1931. O guerrilheiro mais velho e o único preto do Destacamento. Tinha 64 anos, mas possuía muito vigor físico. Chaves era seu sobrenome (não me recordo do seu primeiro nome). (...) A idade para ele não era empecilho, embora já sentisse o peso dos anos.

Sobre Vitor, Velho Mário registra:

<sup>891</sup> Apud: Alan Rodrigues. “Identificada a Ossada de Pedro Chaves”. São Paulo: Revista Istoé, edição 2257, de 15 Fev 2013.

Outro morto do DC foi seu VC, o co Vitor<sup>892</sup>. Antigo militante do partido, pertenceu ao secretariado do CR<sup>893</sup> da Guanabara. Antes de chegar à região do Araguaia, fora preso, tendo passado mais de um ano nos cárceres do CENIMAR. Torturado, portou-se firmemente, não denunciando ninguém. Como bancário na GB, desenvolveu atividade no sindicato, onde era muito acatado. Formou-se também em Direito. Seu nome era Vitório. Nascera em Minas, no Triângulo Mineiro (Uberlândia). Bom comissário político. Mas pouco dominava a arte da luta armada. Bastante destemido e esforçado. Vinha-se formando como dirigente militar. Cometeu, porém, erros que contribuíram para a sua morte e a de outros companheiros. Seu desaparecimento foi um sério golpe no DC.

Por fim, eis o que registra Velho Mário sobre o terceiro companheiro morto naquele embate:

Antônio, cujo verdadeiro nome não sei, viera da Bahia, onde nascera. Geólogo capaz, conhecia bem topografia. Embora não gostasse de comandar, tinha pendores militares. Poderia ser um bom chefe de unidade guerrilheira. Valente e calmo, muito ajudou na formação do DC. Fará muita falta às FF GG no que se refere ao levantamento do terreno, elaboração de mapas e croquis. Em 1968 participou das ações de massa em Salvador.

\* \* \*

Os guerrilheiros estavam atacando, sempre com a tática das emboscadas. Os militares, por sua vez, desde a morte do sargento, deixaram a segurança das base e passaram a entrar nas profundezas da mata. Mais um dia e tombaria Fátima Preta (Helenira Resende Nazareth, em uma localidade chamada Oito Barracas, em choque com uma patrulha de fuzileiros navais. Era filha de um médico baiano, radicado no interior de São Paulo. De todos os falecimentos, é a ela quem Velho Mário dedica mais pormenores na reconstituição<sup>894</sup>.

---

<sup>892</sup> Traduzindo: outro morto do Destacamento C foi seu vice-comandante, o companheiro Vitor.

<sup>893</sup> Comitê Regional.

<sup>894</sup> Respectivamente Pedro Gil e Nunes. Entre os documentos militares, não há qualquer registro de militares mortos ou feridos neste embate. Contudo, desde então, o tropeiro Edite encontra-se desaparecido. Os guerrilheiros podem ter confundido o camponês com os militares.

Sua morte seria simbólica para a guerrilha. A partir desse momento, Helenira seria apresentada à população local como uma mártir, uma heroína. Não seria mais Fátima, ou Preta, mas doravante seu nome seria declamado com a verdadeira identidade, Helenira. O Comando Militar das Forças Guerrilheiras então preparou um panfleto, distribuído pelas áreas dos três destacamentos, com o título: “Helenira, Heroína no Povo”. O panfleto começa descrevendo o embate no qual morreu a guerrilheira. Depois informa que não teriam sido um soldado, mas sim dois os militares que ela abateu antes de morrer<sup>895</sup>.



Nos meses subsequentes, também apareceriam poesias sobre a morte épica de Helenira. Também nasceria a primeira filha de Francisco Amaro Lins, operário do Rio de Janeiro que chegaram ao Araguaia como guerrilheiro – mas que deixara o grupo para se casar com uma moradora local. A criança seria batizada de Helenira.

\* \* \*

No dia seguinte à morte de Helenira, a 29 de setembro, seria a vez de três outros guerrilheiros morrerem. Estavam juntos: Juca (João Carlos Haas Sobrinho), Gil (Manoel José Nurchis) e Flávio (Ciro Flávio Salazar de Oliveira). Flávio, vale lembrar, era aquele estudante de Arquitetura do Rio de Janeiro, que escrevera a seus pais assim que os militares chegaram pela primeira vez, quando contou que “a mata é a nossa segunda mãe!”, e que havia pedido “Meus velhos, olhem para o horizonte. O raio de esperanças começa a nascer.”

---

<sup>895</sup> O comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. [carta] 20 out. 1972, Araguaia. 2f. Uma heroína do povo.





*Juca (esq.), Ciro e Gil também foram abatidos no mesmo combate*

Os três aproximaram-se de uma casa quando foram avistados por uma patrulha do 6º Batalhão de Caçadores, de Ipameri, GO<sup>896</sup>. Correram, mas foram abatidos, um a um. No caso do Dr. Juca, tombou enquanto tentava atravessar uma cerca. Ficou pendurado no arame farpado. Um helicóptero levou os corpos para Xambioá. O corpo de Juca seria velado à noite na delegacia, com rezas e velas acesas por moradores da região. Seriam enterrados pela manhã no cemitério da cidade.

A 5 de outubro de 1972, 20 dias depois de chegarem, os militares foram embora – dentro do cronograma previsto<sup>897</sup>.

\* \* \*

Ato contínuo, o comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. [carta] 20 out. 1972, Araguaia. 1f. Forças Guerrilheiras do Araguaia – Comunicado nº 2:

Sobre a última campanha do inimigo. A ditadura, em suas tentativas de esmagar o movimento guerrilheiro, sob o pretexto de realizar manobras, mobilizou milhares de homens que se espalharam por toda região e na sua periferia. Dizem que colocou tropas até em Altamira, no Xingu. Na Transamazônica bivacaram 1.500 soldados e

<sup>896</sup> Segundo o “Projeto Orvil – O livro negro do terrorismo”, produzido pelo CIE entre 1986 e 1988, por determinação do então ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. O documento só seria tornado público em 2007, pelo jornalista Lucas Figueiredo, de *O Estado de Minas*. Em 2012, seria publicado por iniciativa de três militares: Agnaldo Del Nero Augusto, Lício Maciel e José Conegundes do Nascimento (Orgs.). *ORVIL: tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

<sup>897</sup> No livro *A Lei da Selva*, registro que houve uma grande briga no Alto Comando do Exército sobre o desfecho da Operação Papagaio. Estava prevista como a manobra anual conjunta das três Forças Armadas. Prevista para começar dia 15 de setembro e para terminar dia 05 de outubro. Só tinha verba para 20 dias. Contudo, como os militares começaram a pegar guerrilheiros, o general Bandeira quis continuar. Pediu ao Alto Comando para que prosseguisse com a manobra. Mas seu pedido acabou negado. Studart. *A Lei da Selva*, op. cit. págs. 150 e 151.

nas 8 barracas acamparam 600 homens. Todas as áreas de nossos antigos PP. AA foram ocupadas por inúmeros pelotões. Houve lugares na mata em que se instalaram efetivos superiores aos de uma companhia. As tropas do governo andaram pelas estradas e caminhos, por 'piques' e picadas que abriram na mata. Tinham grande cobertura da FAB. O estado-maior as forças repressivas pensava que podia nos cercar e nos obrigaria a fugir. E nos fecharia as vias de escape. Vê-se que se trata de plano elaborado sobre mapas e não à base da realidade da selva. Nossos guerrilheiros estavam nas barbas do inimigo e ele não os via. Os soldados da ditadura andavam às tontas e nós os observamos. A força militar do governo deve ter enfrentado problemas de difícil solução, principalmente de logística em especial as unidades que localizaram na mata. Finalmente, as tropas se retiraram. A ditadura sofreu, assim, uma derrota. É certo que as FF. AA. voltarão à carga e procurarão aplicar novos esquemas. Mas suas alternativas são poucas. Terão que recorrer mais uma vez às táticas antiguerrilhas expostas nos manuais de suas escolas militares. Emitimos comunidade a respeito da última campanha do inimigo<sup>898</sup>

Depois de cinco meses de investidas inúteis para liquidar o movimento guerrilheiro que se desenvolve no sul do Pará, as Forças Armadas da ditadura organizaram e levaram a cabo aparatosa campanha visando a cercar e a aniquilar os combatentes do Araguaia. A esperança militar, que se iniciou a 14 de setembro de 1972 e durou mais de vinte dias, mobilizou cerca de 8 mil homens de unidades pertencentes ao Comando Militar do Planalto e ao Comando Militar da Amazônia. Participaram também da ação paraquedistas da Guanabara, contingentes de Fuzileiros Navais, muitos aviões e helicópteros da FAB, bem como tropas das Polícias Militares do Pará e de Goiás.

A campanha montada pela ditadura redundou em fracasso. O inimigo ocupou, com grandes forças, cidades, vilas e rodovias; patrulhou, utilizando numerosos soldados, quase todos os caminhos e trilhas; e chegou, mesmo, a penetrar na mata. Mas viu-se impotente diante da tática de Guerrilhas usada pelos revolucionários armados. Suas tropas vagaram a esmo pela selva, estradas e trilhas tendo sofrido três baixas fatais ocasionadas pela ação das Forças Guerrilheiras.  
[...]

---

<sup>898</sup> Idem.

As forças armadas do governo, em especial o Exército, dedicam-se, agora, à abertura de estradas em toda a região, objetivando sua mais fácil locomoção. Estão preparando nova e mais espetacular campanha contra os guerrilheiros. Estes saberão enfrentá-los de acordo com as circunstâncias para frustrar os infames desígnios dos generais da ditadura.<sup>899</sup>

Sobre o inimigo e sua tática, as FF.AA<sup>900</sup>. Da ditadura tem extensa frente a atender, que compreende Marabá-Araguatins-Santa Cruz- Xambioá- Araguaianã. Por isso, tem que mobilizar grandes efetivos que, apesar de seu vulto, não atendem as suas necessidades de golpear seriamente as FF.GG. As forças militares do governo estão dispersas em várias cidades e lugarejos da Belém-Brasil, dos rios Tocantins e Araguaia e na Transamazônica. O moral das tropas do inimigo é baixo. Os camponeses informa que soldados revelam medo. Nas marchas, nenhum soldado quer ir na vanguarda ou na retaguarda. Os milicos vivem a atirar como doidos, como se quisessem espantar fantasmas. Quando da última grande campanha do inimigo, no dia que foi ordenada a retirada das tropas, os soldados se abraçavam, gritavam, rolavam no chão e faziam outras diabruras. Um grupo deles entrou na cachaça, tomou um caminhão e foi se espatifar fora da estrada, havendo mortos e feridos.<sup>901</sup>

## 7.7 – O desfecho da luta

A guerrilha ainda duraria dois anos. Mais que isso: o pior ainda estava para acontecer. Entre outubro de 1972 e outubro de 1973, os militares desapareceram da região. Para os guerrilheiros, é o chamado “Período de Trégua”, conforme consta no “Relatório Arroyo”. O guerrilheiros aproveitaram para ocupar o território. Visitaram a maior parte das famílias da região, convidando-os para aderir às Forças Guerrilheiras do Araguaia. Também instauraram o Tribunal Revolucionário, do qual quatro camponeses terminariam

<sup>899</sup> O comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. [carta] 20 out. 1972, Araguaia. 1f. Forças Guerrilheiras do Araguaia – Comunicado n° 2.

<sup>900</sup> Os militares escrevem Forças Armadas pela sigla FFAA. Grabois, que cursou a Academia Militar de Resende, de onde saiu como aspirante a oficial, na maior parte de seus textos, as cartas ou o diário, costuma se referir aos militares pelas expressão “inimigos”, ou como FF.AA, com ponto no meio. As Forças Guerrilheiras, por conseguinte, passaram a ser FF.GG, com ponto, ou FF GG, sem ponto.

<sup>901</sup> *Idem, ibidem.*

“justiçados” (eufemismo de executados) sob a acusação de serem pistoleiros dos latifundiários ou “bate-paus” (guias) do Exército.<sup>902</sup>

Os militares, por sua vez, estavam perpetrando uma ação de inteligência, batizada de Operação Sucuri, na qual infiltraram exatos 35 agentes do CIE na região, disfarçados de tropeiros, bodegueiros e até mesmo terecozeiros – alguns guerrilheiros, como Áurea, chegaram a se consultar com o espião-terecozeiro<sup>903</sup>. Foi nessa operação que apareceu na região um novo personagem que terminaria se tornando, ele próprio, um mito – Sebastião Curió<sup>904</sup>.

Depois de mapearem os guerrilheiros e a rede de apoio camponesa, a 3 de outubro de 1973 os militares retornariam ao Araguaia. Mas com uma estratégia nova. Dessa vez, chegaram 250 homens das tropas de elite do Exército<sup>905</sup>, portando com armas leves, carteiras de identidades falsas, roupas civis e a ordem de não fazer prisioneiros. Os guerrilheiros chamaram essa fase de Terceira Campanha; os militares, de Operação Marajoara.

Logo nos primeiros dias, a 13 de outubro, morreram quatro guerrilheiros de uma só vez: Zé Carlos (André Grabois), aos 27 anos; Zebão (João Gualberto Calatroni), 22 anos; Nunes (Divino Ferreira de Souza), 31 anos; e um camponês que aderira à guerrilha, Antônio Alfredo Lima. Foram abatidos

---

<sup>902</sup> Esse tema está detalhado, inclusive com as respectivas execuções e nomes do camponeses, em Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., capítulo “A era dos extremos”, págs 185 a 212.

<sup>903</sup> Os primeiros documentos sobre a Sucuri foram tornados públicos por Tais Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia*. Op cit.; e detalhados por Studart. *A Lei da Selva*. Op. cit., capítulo “A guerra invisível”, pág. 161 a 184.

<sup>904</sup> O major Gilberto Airton Zenkner, chefe da 2ª Seção da 3ª Brigada de Infantaria desde a Primeira Campanha, concebeu, planejou e organizou a Operação Sucuri, entre outubro de 1972 e abril de 1973. Na hora da infiltração, a partir de maio de 1973, passou a coordenação-geral da operação ao tenente-coronel Carlos Torres, chefe de Operações do CIE em Brasília, e foi trabalhar com o general Bandeira na Polícia Federal. A existência do Dr. Nunes e sua verdadeira identidade foram reveladas pelo *Jornal do Brasil*, em 1996, a partir dos documentos do “Baú do Bandeira”; Tais Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia, op.cit.*, apresentam novos documentos que confirmam a identidade do Dr. Nunes como sendo o major Zenkner ; Studart. *A Lei da Selva*, op. cit., vem a revelar que Zenkner foi o militar que concebeu a Sucuri, tendo sido seu primeiro coordenador-geral. Também revela que o capitão Sebastião Rodrigues de Moura era o coordenador da Sucuri na região do Araguaia. Usava na ocasião o codinome de Dr. Luchini. Só mais tarde adotaria Curió, apelido que carregada de infância. Mais detalhes, ver Anexo III – Militares no Araguaia.

<sup>905</sup> Provenientes da Brigada Paraquedista do Rio de Janeiro e dos batalhões de Guerra na Selva de Manaus e de Belém, foram organizados em 20 diferentes equipes mistas, cada uma com cinco paraquedistas, cinco guerreiros de selva e dois homens do CIE.

por uma equipe chefiada pelo major Lício Maciel, episódio que o militar já narrou em livros<sup>906</sup>.

Velho Mário registraria a morte do filho em seu diário, em anotação de 30 Out 1973:

Novo acesso de malária e más notícias do DA (para mim particularmente terríveis) deixaram-me em estado de não poder escrever coisa alguma. Hoje, livre do ataque de impaludismo e, em parte, refeito do choque emocional, disponho-me a relatar o sucedido com um grupo de combatentes daquele D. No dia 26, chegaram Joca e Ari, depois de caminharem 12 dias, gastos na ida e na volta, até o ponto com os mensageiros do DA. Jo. relatou que vieram ao local do encontro Piauí e Antonio. O VC daquela unidade guerrilheira contou o seguinte: no dia 13, um grupo chefiado por ZC, composto por Nunes, João, Zebão e Alfredo, dirigiu-se a um depósito para apanhar farinha. No dia anterior, Alfredo e outros combatentes insistiram junto ao C para se matar 3 porcos do D, que estavam numa capoeira abandonada. ZC repeliu com energia a proposta, dizendo que ela afetava a segurança e que “não se devia morrer pela boca”. Por isso, só iriam buscar farinha. No entanto, no meio do caminho, sob pressão de alguns combatentes, deixou-se convencer de apanhar os porcos. E o grupo enveredou capoeira adentro. Então, foram cometidas uma série de facilidades: os porcos foram mortos a tiros, acendeu-se o fogo, não se deu importância ao helicóptero que sobrevoava o local e permaneceu-se demasiado tempo na capoeira. Ainda estavam os guerrilheiros dedicados à tarefa de tratar os porcos quando foram surpreendidos pelo inimigo. João procurou fugir ao ouvir descargas de metralhadora. Mas obteve êxito. Foi ele que relatou o ocorrido. Em sua opinião, os outros 4 combatentes, que não apareceram no acampamento, foram mortos. Assim, o DA foi duramente golpeado. Perdeu seu comandante, homem capaz e um dos mais puros revolucionários. Estava ligado ao P desde os 16 anos e ainda podia dar muito à revolução. Era excelente comandante. O primeiro erro que, no entanto, cometeu, lhe foi fatal. Tinha 27

---

<sup>906</sup> Maklouf Carvalho. O coronel rompe o silêncio. Op. cit.

anos e seu verdadeiro nome era André Grabois. Nunes era a terceira pessoa do D. tinha raras qualidades de combatente e destacava-se por seu espírito combativo. Seu nome era Divino Ferreira de Souza. Tinha 31 anos. Zebão, jovem espirituoso, incorporou-se à guerrilha aos 19 anos e agora tinha 23. Era um guerrilheiro exemplar. Alfredo, que não conheci, era elemento recrutado entre a população local. Eficiente, calmo e corajoso, constituía a melhor aquisição das FF GG entre os camponeses<sup>907</sup> (Grifos meus)

De início, o guerrilheiro Nunes saiu ferido, por um projétil de um fuzil. O tiro entrou no quadril, varou vários órgãos interno, inclusive o pulmão, e saiu pelas axilas. O braço deslocou e ficou pendurado pela pele<sup>908</sup>. Foi carregado a noite inteira pelos militares, em cima de uma maca improvisada, em caminhada rumo à Base de Bacaba. O camponês Manuel Leal Lima, o Vanu, que guiava a equipe militar, ajudava a cuidar do guerrilheiro. Na madrugada, enquanto suava de febre e chorava de dor, teria dito aos inimigos:

“Vocês pensam que termina aqui? Vão nos procurar, vocês vão ver meu nome vai sair na TV, todo mundo ainda vai ouvir falar da nossa luta”<sup>909</sup>.

Pela manhã, a equipe chegou em Bacaba. Nunes foi imediatamente levado para um hospital em Marabá. Permaneceria vivo ainda dois ou três dias. Depois, desapareceu. Mas suas palavras foram proféticas. Em fevereiro de 2012, o Ministério Público Federal no Tocantins entrou com uma ação contra o Lício Maciel, responsabilizando-o pelo desaparecimento do guerrilheiro. Argumento é que teria haviado o crime de ocultação de cadáver. Portanto, seria um crime contínuo, que não prescreve. O nome de Nunes saiu então nos principais jornais e telejornais do país, incluindo o da maior audiência, o Jornal Nacional, da TV Globo<sup>910</sup>.

<sup>907</sup> in: *Diário do Velho Mário, Op. cit.*, pág. 108.

<sup>908</sup> De acordo com a descrição do coronel Lício Maciel. Narrativa oral à pesquisa.

<sup>909</sup> De acordo com Manuel Leal Lima, Vanú. Narrativa oral à pesquisa. Essa frase tem diferentes versões narradas por camponeses. Optei pelas lembranças de Vanú. O coronel Lício Maciel disse que não a escutou, e que Nunes soltava golfos de sangue quando tentava falar.

<sup>910</sup> Trata-se do processo nº 779.221.2012.4014-300, que corre na 2ª Vara Federal no Tocantins. Em fins outubro de 2013, o advogado de Lício Maciel conseguiu travar o processo na Justiça Federal em Brasília,

\* \* \*

Dias depois, a 24 de outubro, a mesma equipe de Lício Maciel conseguiria encontrar a guerrilheira Sônia (Lúcia Maria de Souza). Trata-se daquela estudante de Medicina do Rio de Janeiro que emocionava-se às lágrimas ao repetir a célebre frase da militante anarquista Louise Michel quando pediu para morrer junto aos companheiros de luta: “Neste momento em que cada generoso coração tem como paga um pedaço de chumbo, exijo a minha parte”.



Sônia foi encontrada por Lício em uma gruta, no momento em que bebia água. Estava descalça. Lício, de acordo com sua própria narrativa, tentou rendê-la. Ela, contudo, levantou o braço esquerdo e, com a mão direita, tentou abrir o coldre do revólver. Lício então atirou em suas pernas. A bala pegou na coxa direita. O militar aproximou-se da guerrilheira ferida. Quando chegou perto, ela virou-se e deu-lhe um tiro no rosto. A bala atravessou o maxilar. Uma segunda bala atravessou sua mão. Também atirou no militar que vinha logo atrás, Sebastião Curió. Feriu-lhe o braço.

Os soldados reagiram atirando. Mesmo ferida, conseguiu arrastar-se pela mata. Dois militares a encontraram adiante, deitada no chão, arfando muito. O revólver 38 ainda estava em suas mãos. O sargento José Conegundes do Nascimento pisou em seu braço. Teria então ocorrido o seguinte diálogo, de acordo com a narrativa do próprio militar a esta pesquisa:

“Como é seu nome?”

“Guerrilheiro não tem nome”.

“Nem nome nem vida”.

---

alegando falta de bases legais. O principal argumento é que não teria sentido o Exército escalar suas tropas para combater “terroristas” e, quando em combate, os militares não poderem atirar. Lício argumentou ainda que socorreu o guerrilheiro ferido, como mandam as Convenções de Genebra, e que o entregou aos médicos de Marabá.

Os dois então dispararam suas metralhadoras em cima da guerrilheira, “para dar o tiro de misericórdia”, relata. “Ela ia morrer mesmo, só reduzimos o sofrimento. Ela ficou com mais de 80 furos”.

\* \* \*

A morte de Sônia repercutiu muito entre os militares. O incidente chegou a ser discutido em reunião no Palácio do Planalto. Os guerrilheiros eram, definitivamente, uns “fanáticos”, concluíram presidente Médici e ministros<sup>911</sup>. A partir de então, foi dada a ordem à tropa de atirar primeiro e perguntar o nome depois. As últimas palavras da guerrilheira chegariam aos ouvidos dos moradores do Araguaia e, ato contínuo, aos camaradas. Em pouco tempo, apareceriam diferentes versões de seu discurso de morte. O mais conhecido é que ele teria dito:

“Guerrilheiro não tem nome, guerrilheiro tem causa. Guerrilheiro está aqui para lutar até a morte por um país mais justo”.

Depois desse episódio, os militares passariam 40 dias sem conseguir pegar nenhum guerrilheiro. Até que, em fins de novembro, Osvaldão manda convocar suas tropas para uma grande reunião na qual discutiriam novas estratégias de combate. A reunião não chegou a acontecer.

Isso porque o Acaso colocou três camponeses a serviço do Exército frente a frente com três guerrilheiros em um local chamado Grota do Cristal – uma encruzilhada de três trilhas perdidas no meio da floresta. Desse encontro na encruzilhada, restou o camarada Ari decapitado. A partir de então, os guerrilheiros passariam a ser abatidos de forma implacável, um a um. Até que chegou a vez da última das guerrilheiras, Walquíria Afonso Costa, a Val. Presa, executada e enterrada em algum lugar das selvas amazônicas.

---

<sup>911</sup> Essa reunião foi relatada a esta pesquisa pelo ex-ministro e ex-senador Jarbas Passarinho, que na ocasião estava presente. Aliás, Passarinho, em um de seus artigos, que até meados da década de 2000 eram publicados em jornais de vários Estados, chegou a relatar a morte de Sônia como exemplo de que os guerrilheiros eram “fanáticos”.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na presente pesquisa, busquei reconstruir as memórias dos guerrilheiros do Araguaia, um grupo de 79 homens e mulheres que, entre 1966 e 1974, se organizou na região sul do Estado do Pará com o objetivo de preparar e deflagrar uma guerra popular revolucionária para a instauração no Brasil de um sistema político socialista, de cunho marxista-lenista. Na ocasião, o Brasil estava sob a égide de um regime autocrático, uma ditadura liderada pelas Forças Armadas.

Os conflitos armados entre guerrilheiros e militares, ocorridos ao longo de dois anos e meio, entre abril de 1972 e outubro de 1974, entraram para a nossa História como nome de Guerrilha do Araguaia. Contudo, conforme o exposto ao longo da narrativa, o movimento transcendeu a luta armada em si. Começou uma década antes, em 1962, quando um grupo de dissidentes do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, fundou o Partido Comunista do Brasil, o PC do B, já com o objetivo -- previamente definido pelo Estatuto de Fundação -- de deflagrar a luta armada revolucionária.

Prossigui com o recrutamento de futuros revolucionários nas cidades, sobretudo entre estudantes e jovens profissionais liberais, como médicos, advogados, engenheiros e professores. Esse subgrupo representava 81% do total de guerrilheiros, conforme desvelou a pesquisa. Tinham entre 21 e 28 anos quando partiram para o Araguaia; apenas 14 deles sobreviveram ao episódio<sup>912</sup>. Durante a pesquisa, procurei desvelar quem eram, afinal, os guerrilheiros? De onde vieram? Quais os seus sonhos da juventude? O que os teria levado a deixar suas famílias e vidas para trás nas cidades a fim se organizarem em algum lugar perdido das selvas amazônicas?

Quando chegaram à região do Araguaia, vivenciaram uma experiência cotidiana extremamente rica de significados, o da política como ação coletiva – se acordo com o conceito tomado emprestado de Arendt. Organizaram-se em

---

<sup>912</sup> Outros seis militantes orgânicos do partido também sobreviveram. No balanço final, dos 79 protagonistas analisados, 59 morreram e 20 sobreviveram.

destacamentos e grupamentos guerrilheiros e instituíram novas regras de conduta, determinadas pelo Regulamento Disciplinar das Forças Guerrilheiras e pelo Regulamento da Justiça Militar Revolucionária. Efetivaram o treinamento militar na mata, preparando-se para a futura luta armada.

Aprenderam a viver na floresta, a caçar, a pescar, a dormir em redes, criaram novos hábitos alimentares e rotinas singulares, exercitando aquilo que Certeau, ao teorizar sobre a relevância do cotidiano como representação histórica, chama de “práticas comuns”, “banalidades”. E, nesse cotidiano, usaram as noites para cantar sob as estrelas, criaram eles mesmo canções e escreveram poesias. Falaram de pirilampos e de flores, registraram em diários seus temores. Encontraram novos amores.

Atravessaram muitas dores, sobretudo doenças e fome. Muita fome, conforme constatou a pesquisa, num cotidiano de esperança e de dor. Não esperavam viver famintos. Afinal, todo e qualquer manual de guerra revolucionária, inclusive aquele que estudaram, ensina que se começa um movimento armado com um território liberado para, preliminarmente, produzir alimentos. É natural que, nas cidades, aqueles jovens sonhadores tivesse uma visão idealista da luta. Contudo, mesmo constatada as condições reais de luta, optaram por prosseguir.

Desde a chegada, buscaram a interação com os moradores locais, vindo a ocorrer, em muitos casos, o fenômeno que Bhabha conceitua como “local da cultura”, um entre-lugar onde as diferentes culturas se encontram, ora interagem, ora se digladiam, mas sem que uma ou outra consiga a absoluta hegemonia. Nesse processo, os guerrilheiros acabaram por recrutar um pouco mais de 30 moradores locais para se integrar ao grupo armado.

É um número surpreendente. Afinal, significou, na prática, que nada menos que um terço das Forças Guerrilheiras do Araguaia foram compostas por camponeses – segundo constatou essa pesquisa. Além disso, relevante salientar, a guerrilha conseguiu angariar, em seu início o apoio, forte apoio de dezenas de famílias locais.

No Anexo II, “Camponeses na Guerrilha”, como resultado visceral desta pesquisa, há uma listagem de 34 camponeses mortos ou desaparecidos durante os conflitos, e de outros 43 apontados por documentos militares como “apoios fortes” dos guerrilheiros. No total, pelo menos 77 camponeses engajados de alguma forma na luta – número igual ao de militantes do PC do B recrutados nas cidades. Além de outros 142 chefes de família apontados como simpatizantes.

Registro que, até a presente data, o PC do B contabiliza apenas 18 camponeses que teriam se engajado na luta, e só conhece o nome de três dos que morreram. Em determinado momento da luta, uma centena de camponeses foi obrigada a servir como guias do Exército, ajudando os militares a extirpar por completo a guerrilha.

Contudo, dentre os resultados desta pesquisa, a constatação de que a mensagem dos guerrilheiros engajados no trabalho político na floresta teria sensibilizado a população local de forma muito mais profunda e perene do que supõe os dirigentes do partido que organizou o movimento. Por todas essas razões, tratei os camponeses como protagonistas.

Quando os militares chegaram, os guerrilheiros festejam o início da luta que doravante seria armada. Gritaram, acenderam fogueiras, jogaram seus chapéus para cima, deram vivas e urras. Era a tão sonhada revolução que estaria despontando no horizonte, acreditavam eles, o raio de esperanças que começava a nascer<sup>913</sup>. Então partiram para cima do Exército, tanto que a primeira vítima fatal do confronto foi um soldado<sup>914</sup>. Os militares recuaram, para retornarem com tropas profissionais.

Mesmo em condições logísticas absolutamente desiguais, mesmo portando apenas carabinas de caça, os guerrilheiros lutaram com bravura na

---

<sup>913</sup> Tomo aqui, emprestadas, as palavras do guerrilheiro Ciro Flávio Salazar (Flávio), na carta que enviou a seus pais: “Aquilo que tanto almejávamos, chegou! É a vez da luta armada, é hora da libertação do nosso povo. (...) Dali para frente foi abraços, urras e vivas à etapa da revolução que se iniciava. Meus velhos, olhem para o horizonte. O raio de esperanças começa a nascer. Estou ansioso para chegar o dia de entrar em nossa casa, abraça-los saudoso e dizer: – Eis aqui a revolução triunfante!”.

<sup>914</sup> Cabo Odílio Cruz Rosa, de Belém.

Primeira Campanha, quando tombaram quatro. Desses, três morreram enquanto tentavam proteger os companheiros. Como espartanos, optaram por morrer lutando, atirando, segurando as tropas inimigas para dar fuga aos amigos. Os guerrilheiros repetiram a performance na Segunda Campanha, quando tombaram mais oito de seus pares.

Ao final, os próprios militares passaram a admirar e a respeitar os adversários. Contudo, retornaram um ano depois, na Terceira Campanha, a derradeira, com novas estratégias de luta, portando roupas civis, identidades falsas, recrutando jagunços e camponeses para que pudessem cumprir as ordens expressas de não fazer prisioneiros, extirpando por completo a guerrilha. O Exército poderia ter aprisionado aqueles jovens, como fizera no início da luta. Mas os comandantes militares optaram por uma solução final. O objetivo deliberado era que guerrilha e guerrilheiros restassem esquecidos, uma fissura na História<sup>915</sup>.

\* \* \*

Entre as questões da pesquisa previamente delineadas, a principal era buscar compreender, afinal, o que teriam motivado aquele punhado de jovens a enfrentar as Forças Armadas de um Estado forte e organizado, oferecendo-se, portanto, à imolação quase certa? Por qual razão eles não deixaram a região e se reorganizaram em outro local quando ficou patente que o Exército iria esmagá-los? Afinal, a História registra inúmeras retiradas estratégicas tão cobertas de honra e glória quanto as batalhas vencidas.

Como norteadora da pesquisa, parti da hipótese central de que os guerrilheiros estavam essencialmente movidos por sonhos, pela esperança de construir um país justo e igualitário, seguindo o imaginário revolucionário daquele tempo, as décadas de 1960 e 1970 no Brasil. Por isso lutaram com

---

<sup>915</sup> Na pesquisa de Mestrado, publicada em *A Lei da Selva*, op. cit., trabalhei as razões dos comandantes militares de terem dado a ordem de não fazer prisioneiros, de esconder os corpos e, por fim, destruir todos os documentos que encontraram relativos à Terceira Campanha, na chamada Operação Limpeza. O objetivo, segundo constatou aquela pesquisa, era o do esquecimento deliberado. O jornal *Le Monde*, de Paris, havia publicado uma matéria informando da existência de uma guerrilha na Amazônia brasileira que teria liberado um território do tamanho da Bélgica. O temor do governo Médici era o de que os países do bloco socialista, a começar pela China e Albânia, reconhecessem o chamado “território liberado” e, assim, passassem a prestar apoio logístico oficial em nome da ajuda humanitária.

bravura nos primeiros 18 primeiros meses. Pela mesma razão, resistiram até o fim no período de um ano no qual o Exército instituiu a barbárie, passou a decapitar os inimigos e a executar os prisioneiros.

Obviamente alguns tergiversaram, tiveram medo de morrer, até mudaram de lado, buscando aquilo que Arendt chama de a “Vida como Bem Supremo”. Entretanto, foram exceções a confirmar a regra. Pois, conforme busquei expor na narrativa -- e com base nos resultados da pesquisa de campo -- a esmagadora maioria dos guerrilheiros, embalada pelos sonhos de uma época, optou por prosseguir lutando até o fim. E manteve suas convicções políticas até o último suspiro de vida.

Mesmo na hora da execução, naquele instante onde caem as máscaras e o Ser, repentinamente, se vê diante de questões fundamentais, os guerrilheiros, em sua quase totalidade, buscaram resistir. Xingaram, cuspiram na cara, encararam os olhos do algoz, teceram ironias, pediram para morrer de frente. Enfim, podem até mesmo terem perdido as esperanças de sobreviver. Mas mantiveram a convicção no mesmo sonho que antes os mobilizou, o de criar um país justo e igualitário.

\* \* \*

Procurei tecer uma narrativa segundo o modelo benjaminiano, como um cronista, “que narra os acontecimentos sem distinguir entre os grandes e os pequenos, que leva em conta a verdade de que nada do que um dia aconteceu pode ser considerado perdido para a história”, de acordo com a definição do próprio Benjamin<sup>916</sup>. Uma narrativa que buscou se adequar à proposta que o pensador batizou de História Integral, narrando fragmentos de “uma história que não exclui detalhe algum (...), mesmo que seja insignificante, e para a qual nada está perdido”<sup>917</sup>.

Optei por valorizar os muitos sujeitos humanos, tanto guerrilheiros, quanto camponeses, em suas respectivas vontades de fazer história – como disse Castoriadis. Ora citá-los como indivíduos; ora, como sujeitos coletivos.

---

<sup>916</sup> Benjamin. *Obras Escolhidas - Vol 1. Op.cit.*, pág 223.

<sup>917</sup> Löwy. *Walter Benjamin: Aviso de Incêndio*, op. cit., pág. 54.

Igualmente, procurei apresentar tanto os sujeitos individuais quanto os coletivos como entes fragmentados, esquadrejados em suas muitas dimensões. Busquei uma narrativa entremeada de subjetividades, de elementos não cognitivos, como emoções e desejos, em muitos momentos, autobiográfica.

Uma história que também procurou elevar ao protagonismo da trama os pequenos, os vencidos e os esquecidos. Que buscou tratar com igualdade todos os guerrilheiros, cada um deles, independente de suas posições na hierarquia da organização, se comandantes de direito, líderes de fato, ou militantes de base. Busquei, ao longo de toda a narrativa, lançar luzes sobre aquilo que Benjamin chama de “fissuras da História”.

Escolhi uma amostra de 25 protagonistas (um terço do total) para trabalhar como indivíduos, mas dentro da perspectiva do grupo. Ao fim e ao cabo, cada um dos 79 homens e mulheres que porventura estiveram envolvidos nos acontecimentos do Araguaia foi, em algum momento, citado na narrativa. Ninguém foi esquecido.

Procurei, igualmente, tecer a intriga dentro dos paradigmas metodológicos defendidos por Ricœur para a narrativa histórica. Sua proposta é que o historiador rebaixe a pretensão explicativa e eleve a capacidade narrativa. Apesar de uma boa narrativa, muitas vezes, ser explicativa, argumenta Ricœur. Para ele, a História é, em sua essência, construção e compreensão de intrigas, e o papel mais importante do historiador é conseguir construir uma boa trama, entrelaçando os fatos históricos de acordo com sua visão singular dos acontecimentos.

Acredito, como Ricœur, que a escrita é produto do conjunto de representações e de valores de seu próprio tempo. Acredito também que não seja um instrumento neutro. Assim, em diversos momentos, acabei por me posicionar diante dos acontecimentos. Ou expondo empatia, ou tecendo considerações críticas. Buscando um certo distanciamento, ressalve-se. Contudo, jamais a tal neutralidade.

Foi a partir desses conceitos e pressupostos, que procurei reconstruir as experiências vividas pelos guerrilheiros do Araguaia, suas memórias, dentro da

mediação do tempo presente. Como fonte da pesquisa, fiz uso preferencial dos escritos que os guerrilheiros deixaram, valorizando o documento que considero o mais relevante, o “Diário do Velho Mário”. Ao mesmo tempo, trabalhei com a reconstrução das lembranças que os sobreviventes trazem do passado no presente. Tanto os guerrilheiros, quanto os camponeses, testemunhas oculares dos acontecimentos, e como já dito, tratados ao longo de toda a pesquisa como protagonistas.

Contudo, sempre atento ao sentido geral dos acontecimentos, sem ter a pretensão de reconstruir os fatos do modo exato como se deram. Mas sim – e parafraseando Benjamin – procurei pesquisar “A Memória dos Guerrilheiros do Araguaia” como um exercício de rememorar os acontecimentos e subtraí-los às contingências do tempo em uma metáfora.

\* \* \*

Há muitas indagações que acabaram por emergir ao longo da pesquisa. E a principal delas diz respeito ao PC do B, a organização política de vanguarda – conforme se autodefinia – que concebeu para o Brasil uma proposta de guerra popular revolucionária que pretendia partir do campo para a conquista das cidades, e que recrutou um punhado de estudantes e de jovens profissionais liberais para efetivar o empreendimento. Ora, por qual razão a direção da organização cortou por completo as linhas de abastecimento da guerrilha no exato momento em que os militares chegaram ao Araguaia?

Um dos grandes filmes de cunho histórico legado pela indústria do cinema chama-se “Uma ponte longe demais”<sup>918</sup>. Trata-se de uma daquelas superproduções de Hollywood, que ganhou ou foi finalista de sete prêmios da Academia, e que conta com um elenco de atores de primeira grandeza, 11 deles também premiados com o Oscar de melhor ator por outros trabalhos, como Sir Laurence Olivier, Maximilian Schell, Dick Bogarde, Michael Caine, Anthony Hopkins e Liv Ullmann – dentre outros também consagrados, como Robert Redford, Gene Hackman e Sean Connery.

---

<sup>918</sup> Título original *A bridge too far*, direção de Richard Attenborough, 1977.

O filme conta a história da Operação Market Garden, no qual as forças aliadas, sob o comando do marechal-de-campo britânico Bernard Montgomery, tentaram tomar uma série de pontes ocupadas pelo exército alemão durante a Segunda Guerra Mundial. As tropas de base, lideradas por capitães e sargentos, recebem a missão e fazem de tudo para cumprí-la com bravura. Mas os comandantes de alta patente, assim como os digníssimos membros do Estado-Maior, resguardados na segurança da retaguarda, cometem uma série de erros, quase todos relacionados à logística. Então morrem soldados aos borbotões, isolados em território inimigo. A missão têm êxito parcial. Mas não consegue tomar a última ponte. Na cena final, o general-adjunto dá de ombros e comenta: “Eu sempre achei que poderia ser uma ponte longe demais”<sup>919</sup> ...

Em muitos pontos, a representação dessa história real guarda semelhanças e pode ser usada como alegoria para a compreensão e interpretação dos acontecimentos do Araguaia. A começar pelos protagonistas. O grupo guerrilheiro era formado por uma constelação de personalidades da política brasileira nas décadas de 1950 e 1960, dirigentes respeitados e reconhecidos como Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Elza Monerat e Ângelo Arroyo, na faixa etária próxima que se aproximava dos 60 anos. Cerraram fileiras com jovens lideranças que emergiam principalmente do movimento estudantil, militantes como Osvaldo Orlando Costa, João Carlos Haas Sobrinho, o casal Antônio Carlos e Dinalva Teixeira, ou os irmãos Lúcio e Jaime Petit<sup>920</sup>.

Independente dos exemplos supracitados, relevante considerar que cada um daqueles 69 homens e mulheres, por mais jovem ou anônimos que fosse ao chegar ao Araguaia, de alguma forma, eram lideranças prometidas. A uni-los em um grupo organizado -- como “fenômeno originário, segundo o conceito de Benjamin -- eram todos eles idealistas, tomados de esperanças. Exatamente como aqueles homens que certa feita saíram das cavernas e olharam para o horizonte sonhando com o mundo melhor, e que desde então

<sup>919</sup> Em tradução livre da frase original: *"I think we may be going a bridge too far"*.

<sup>920</sup> Em uma das narrativas orais da pesquisa, o ex-guerrilheiro Nilo (Danilo Carneiro) chama a atenção para o fosso que havia entre a direção do partido e os guerrilheiros: “Nós éramos jovens. O pessoal da direção o mais novo era o Carlos Daniele. O resto tinha mais de 50 anos. Isso era um problema da esquerda. Formou um fosso entre duas gerações e no meio não tinha nada”



vêm construindo dois projetos tão belos quanto catastróficos: a Civilização e a Humanidade.

E aqueles sonhadores tinham um projeto. Está absolutamente claro, tanto pelos documentos remanescentes, quando pelas narrativas dos sobreviventes, que esse projeto era o de construir um país justo. E o modelo de justiça era o igualitarismo, segundo as interpretações de Marx e de Lenin. Assim, foram reunidos por uma organização política que tinha uma proposta de luta. No caso, a luta armada rural, seguindo a mesma estratégia vitoriosa de Mao Tsé-tung na China.

Então se organizaram como grupo armado em uma região remota do Brasil, que abrigava uma população completamente esquecida pelo Estado, uma área de difícil acesso para as forças de repressão. Foram lá com o objetivo claro, e previamente delineado, de preparar as condições para uma futura revolução pelas armas. Esse era o projeto deles. E para o objetivo definido do grupo, escolheram um território adequado.

No momento em que se reuniram no Araguaia, a partir do exercício da política como ação coletiva, começaram a transmutar as meras imagens do desejo, a esperança como dever, em sonhos concretos. Nas infindáveis noites na floresta, dentro da realidade dos destacamentos guerrilheiros, aquele grupo efetivou tudo o que precisava ser feito para concretizar os sonhos coletivos, conforme constatou a pesquisa. Mas acabaram quase todos eles exterminados, desaparecidos em algum lugar das selvas amazônicas. O que teria acontecido?

O problema é que, quando os militares chegaram, faltou uma ponte para que o lírico se transmutasse em épico. O partido cortou repentinamente as linhas de abastecimento. De repente, sem aviso prévio, não havia mais qualquer fluxo de armas, munição, remédios, alimentos, dinheiro. O partido cortou até mesmo a comunicação. As cartas iam do Araguaia para São Paulo. Mas a via inversa foi interrompida. Morreram quase todos. Principalmente porque estavam doentes e com fome. E assim o desfecho foi trágico.

Os dirigentes partidários, seguros na retaguarda em São Paulo, até enviaram um emissário à Albânia e à China, em dezembro de 1972, em busca de apoio logístico. Contudo, segundo desvelou a pesquisa, diante da aparente fragilidade exposta sobre as estratégias de luta que vinham sendo empregadas no Araguaia, os camaradas chineses preferiam discutir sobre as 200 milhas marítimas que o governo Médici vinha reivindicando – e despacharam o representante do PC do B com um solerte “depois envie notícias”.

Ou seja, a pesquisa descobriu que a China jamais ajudou os guerrilheiros do Araguaia. O único e exclusivo apoio que viriam a receber seriam as efutivas transmissões noturnas da Rádio Tirana, informando ao mundo sobre a “gloriosa jornada de luta” dos camaradas do Araguaia.

Paradoxalmente, os dirigentes do partido também nada teriam feito de efetivo para ajudar os guerrilheiros. Mesmo acuados, os guerrilheiros conseguiram enviar notícias e pedidos de ajuda, conforme fica constatada pela correspondência apreendida anos depois na Chacina da Lapa. Contudo, pela análise de conteúdo do “Diário do Velho Mário”, resta absolutamente transparente que, da primeira anotação ao último dia de vida, o comandante da guerrilha aguardou ansioso pela chegada de ajuda a ser enviada por seu grande amigo e companheiro de armas Cid (João Amazonas). Ou pelo menos por notícias, que nunca vieram.

Depois da guerrilha, em 1976, Amazonas seria questionado por ter deixado o Araguaia para trás, sem nunca mandar notícias, sem jamais efetivar qualquer tipo de ajuda aos companheiros. Foi questionado principalmente pelo dirigente Pedro Pomar, que registrou críticas violentas por escrito, no chamado “Relatório Pomar”. Na ocasião, Amazonas jogou a responsabilidade para outro dirigente, Carlos Danielli, que por questão de segurança era o único responsável pelo abastecimento no Araguaia.

Ora, Danielli havia morrido em dezembro de 1972, em ataque dos militares ao aparelho onde se escondia. E, desde então, segundo Amazonas, não teria havido condições efetivas da Executiva do partido se reunir para ungir outro responsável. Pomar morreu na Chacina da Lapa quando os debates mal

começavam. E Amazonas, que a partir de então ascendeu à posição de Líder único do partido, jamais permitiria a reabertura da discussão. Assim, como fizeram os militares, o PC do B jamais abriu seus próprios arquivos.

Relevante salientar, ainda, que no calor dos embates, muitos guerrilheiros avaliaram que a desproporção entre suas forças e as do Exército era por demais acintosa, conforme desvelou a pesquisa. Cogitaram recuar, reorganizar as forças em outro local. Contudo, Velho Mário, comandante-em-chefe das Forças Guerrilheiras, isolado na solidão das decisões monocráticas, avaliou que poderiam lutar mesmo assim. Acreditou que, na selva, seriam inexpugnáveis, conforme registrou em seu diário. Decidiu pelo baluartismo, como a mítica *La Pasionaria*<sup>921</sup>. Desconsiderou qualquer decisão sobre retirada estratégica, considerada então ato de covardia, de traição à revolução em curso.

Enfim, para que as esperanças líricas dos guerrilheiros pudessem se concretizar em sonhos épicos, teriam que atravessar um abismo de dificuldades. Mas não encontraram uma ponte para proporcionar a passagem. Estava resguardada na retaguarda, em São Paulo, bem longe dos acontecimentos. Era uma ponte longe demais.

Vale salientar que, mesmo jogados ao precipício, os guerrilheiros acabariam por conseguir lançar aquela mesma esperança do outrora rumo ao porvir. Nunes, por exemplo, enquanto agonizava em golfos de sangue, conseguiu dizer: “Vocês pensam que termina aqui? Vão nos procurar, vocês vão ver meu nome vai sair na TV, todo mundo ainda vai ouvir falar da nossa luta<sup>922</sup>”.

\* \* \*

---

<sup>921</sup> Referência à líder comunista espanhola Isidora Ibárruri Gómez, que se tornou célebre durante a Guerra Civil ao instigar os republicanos contra as tropas do general Francisco Franco com as frases: “*¡Para vivir de rodillas, es mejor morir de pié!*” e “*¡No pasarán!*” (em tradução livre: “Para viver de joelhos, é melhor morrer de pé!” e “Não passarão!”)

<sup>922</sup> Esse episódio foi narrado no final do Capítulo 7 e, conforme o ressaltado, a frase que teria sido pronunciada pelo guerrilheiro Divino Ferreira de Souza (Nunes) antes de morrer, guarda distintas versões no imaginário dos camponeses da região. Tomei emprestada a versão do ex-guia Manuel Leal Lima, que estava com o guerrilheiro. Saliento, contudo, que faço uso da mesma, nessas Considerações Finais, muito mais como uma alegoria metafórica do que como uma reconstrução de memória.

O episódio narrado e analisado nesta pesquisa, *A Memória dos Guerrilheiros do Araguaia*, trás a oportunidade de se questionar, no tempo do agora, as dimensões das violações de Direitos Humanos cometidos pelos militares, assim como o alcance da Lei de Anistia, promulgada em 1979, assim como o alcance da Comissão Nacional da Verdade<sup>923</sup>. E ainda que esta pesquisa não tenha tido por objetivo se aprofundar na discussão do assunto, não há como omití-lo diante de um tema como a Guerrilha do Araguaia. A questão comporta múltiplos aspectos de ordem jurídica, ética, política, institucional, teológica, psicológica, filosófica.

Entretanto, venho tecer considerações sobre a experiência dos guerrilheiros sob a dimensão da memória e do esquecimento – e de acordo com o conceito de Benjamin da memória como redenção política, como também em consonância com o tempo não linear do pensador, saturado de agoras, no qual a memória é uma reconstrução do passado no tempo presente, onde iniciativas como a criação da Comissão Nacional da Verdade têm por propósito não permitir que as violações aos Direitos Humanos cometidas no outrora caiam no esquecimento. Ou, ainda, restituir a justiça – segundo a concepção de Benjamin – aos guerrilheiros que tombaram em algum lugar das selvas amazônicas e restam desaparecidos (até mesmo esquecidos) até o tempo presente.

Platão, Aristóteles, Santo Agostinho, Nietzsche – são muitas as contribuições dos pensadores clássicos sobre memória, esquecimento e perdão. Faz-se necessário, obviamente, revisitá-los, cada um em seu próprio momento da discussão. Mas venho abordar o tema com ênfase especial no pensamento de Paul Ricœur, buscando auxílio em Hannah Arendt.

---

<sup>923</sup> A lei nº 6.683, de 28 de Agosto de 1979, concedeu anistia a todos que cometeram crimes políticos ou conexos, reabilitando os militantes das organizações da luta armada ou de partidos políticos clandestinos que tiveram seus direitos políticos suspensos e punidos com base nos atos institucionais do regime instaurado em 1964. Mas a lei não concedeu anistia àqueles que foram “condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal”. Quanto à referência aos “crimes conexos”, inserida na lei pelo então ministro da Justiça, Petrônio Portela, tinha por objetivo também anistiar os atos de exceção dos militares, como prisões ilegais, tortura e execução de prisioneiros. Essa anistia aos militares está implícita na lei, segundo o acordo verbal dos líderes partidários que a levaram à votação na época. Mas não explicitada na letra da lei. Esse detalhe, essencial, abriu espaço para um longo debate jurídico sobre se, afinal, a lei abrange (ou não) o crime de tortura. Em abril de 2010, após 30 anos de disputas pela interpretação da lei, o Supremo Tribunal Federal decidiu que os crimes cometidos por agentes públicos durante o regime militar podem ser considerados crimes conexos às infrações políticas. Assim, a Comissão Nacional da Verdade e suas congêneres estaduais acabaram sendo criadas com a impossibilidade jurídica de punir os agentes de Estado por seus crimes.

Meio século depois da morte de Benjamin, Paul Ricœur procurou decifrar o enigma da representação do passado no presente. Ele parte da idéia de que a memória é sempre seletiva; e o homem vive, em sua historicidade, uma incessante dialética entre a recordação e o esquecimento. Cada indivíduo participa, simultaneamente, de vários campos da memória, conforme a perspectiva que se coloca e a sua retrospectiva. Em sua última obra, *A memória, a história e o esquecimento*<sup>924</sup>, publicada originalmente em 2000<sup>925</sup>, Ricœur trata do mito e da *mimesis*. Uma das contribuições de Paul Ricœur para a historiografia, exposta nessa obra, foi estudar uma questão delicada da Filosofia: o esquecimento. É difícil pensar sobre esquecimento sem reduzi-lo ao simples “apagar”, à não-memória.

Ricœur se propôs a pensar no tema a partir do perspectiva do esquecimento proposital e das conveniências políticas. Ou seja, quando uma sociedade, prefere esquecer certos acontecimentos do passado em nome da pacificação ou das conveniências presentes ou futuras. Como foi o caso da Alemanha pós-guerra, que desejava esquecer a tragédia do nazismo. Ou da França do mesmo período, que também não queria lembrar-se do governo colaboracionista de Vichy, ou da violenta repressão política na Argélia. Ou mesmo do Brasil, quando determinado segmento político impôs uma “lei do esquecimento” para anistiar os atos de exceção do regime militar de 1964<sup>926</sup>.

Em fins dos anos 1990, Ricœur começou a refletir sobre essas questões a partir da experiência política da África do Sul, que havia instaurado a Comissão da Verdade e Reconciliação para apurar os crimes políticos do regime segregacionista instaurado desde 1949, o *apartheid*<sup>927</sup>. Em *A memória*,

<sup>924</sup> Paul Ricœur. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, 2ª reimpressão.

<sup>925</sup> O pensador faleceria em 2005, aos 92 anos.

<sup>926</sup> Refiro-me, neste caso, à Lei de Anistia, aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 1979, que se propunha a perdoar os “crimes” da luta armada, incluindo os guerrilheiros do Araguaia, objeto desta pesquisa, mas que também perdoava os chamados “crimes conexos”, numa referência aos atos de exceção dos agentes do Estado, crimes como seqüestro, tortura, execução de prisioneiros e ocultação de cadáveres. Sobre esse tema, esta pesquisa se propõe a abrir um canal de diálogo com Ricœur.

<sup>927</sup> O governo, presidido por Nelson Mandela, propunha a reconciliação nacional e racial. Para isso, buscava reintegrar parte dos algozes do *apartheid* a fim de seguir em frente. Os parentes das vítimas, por sua vez, exigiam apuração dos crimes e punição. Mandela chamou o bispo Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz de 1984, para presidir uma Comissão da Verdade e Reconciliação. A fórmula encontrada foi permitir a reintegração dos algozes, desde que contassem o que realmente sabiam. Ou seja, como morreram as vítimas do regime, e onde estariam os restos mortais dos desaparecidos. In: Alejandro Castillejo Cuéllar. *Los archivos del dolor – Ensayos sobre la violencia y el recuerdo en la sudafrica*

a história, o esquecimento, o autor propõe uma dialética do *lembrar* e do *esquecer* para tratar de questões como a anistia e o perdão político<sup>928</sup>. Nessa dialética, tanto o lembrar quanto o esquecer operam segundo o que o presente quer para si no presente e no futuro. Ele distingue anistia do perdão. Para ele, o perdão é categoria não jurídica, não pode ser imposto com base numa lei.

Mas a anistia pode. Geralmente a anistia tem por objetivo cicatrizar à força; é uma trégua para que determinadas sociedades possam continuar fluindo e as pessoas vivendo seus cotidianos. Assim, a anistia, segundo a proposta de Ricoeur, seria o esquecimento imposto, uma amnésia coletiva, que impede uma reelaboração do passado. A anistia impediria o perdão. Para haver perdão, é preciso extrair mágoas. Portanto, só a narrativa e a memória permitem o perdão.

Ele foi buscar nas análises de Aristóteles sobre a memória a possibilidade de o esquecimento ser historiável. A partir daí, Ricoeur contribuiu com os princípios do “esquecimento irreversível” e o “esquecimento de reserva”. O primeiro habita o reino do vazio. No segundo caso, o esquecimento se reveste de uma significação positiva. Santo Agostinho, em *Confissões*, XI, centrou a recordação na alma, sua medida de tempo, sendo esta “experenciado como uma indizível tensão entre a *anamnese* e as saudades do futuro”, criando assim sua escatologia e fazendo do “presente histórico um permanente ponto de encontro da recordação com a esperança”<sup>929</sup>.

Ricoeur defende ainda a idéia de uma coexistência interna entre “memória pública” e “memória privada”, no qual ambas interagem e se formam simultaneamente. Ele foi buscar Nietzsche para sublinhar o papel positivo da amnésia na consolidação da memória individual e coletiva. Para ele, o ausente

---

*contemporânea*. Bogotá: Universidad de los Andes, Centro de Estudios Socioculturales – CESO, Ediciones Uniandes, 2009.

<sup>928</sup> Como já anteriormente sublinhado, deve-se evitar a dicotomia entre memória *versus* esquecimento. A dialética proposta por Ricoeur é entre lembrança e esquecimento. Memória, segundo ele, é a reconstrução do passado a partir das lembranças e também dos esquecimentos.

<sup>929</sup> Catroga. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Op. cit., pág. 12 e 14.

pode ser tão importante como o presente, o lembrado. Assim, “o ausente pode ser tão importante quanto o lembrado”<sup>930</sup>.

\* \* \*

Antes de Ricœur, Hannah Arendt já reivindicava a importância de questões como memória, esquecimento e perdão na vida pública. Quando teceu *A Condição Humana*, em 1958, lembrou que haveria o efeito político do perdão<sup>931</sup>. Depois trataria do mesmo assunto na obra *Eichmann em Jerusalém*<sup>932</sup>. Arendt tece considerações fortes sobre aquilo que ela diz ser possível, caso haja a possibilidade de punir. Não haveria perdão sem punição, porém o ato de perdoar serviria para desfazer as coisas do passado<sup>933</sup>.

Em seus textos mais recentes, das décadas de 1960 e 1970, ela discute questões como valores permanentes, o certo e o errado, o passado e o presente, a memória e o esquecimento, a culpa e o silêncio, responsabilidade e julgamento dos agentes do Estado por crimes políticos. Ou seja, nesses últimos escritos, Arendt tinha a intenção de salvar os fenômenos morais e mostrar ao mesmo tempo em que “o passado nunca está morto, nem sequer é passado”<sup>934</sup>:

*“Em outras palavras, é bem verdade que o passado nos assombra; é função do passado assombrar a nós que somos presentes e queremos viver no mundo como ele realmente é, isto é, como se tornou o que é agora”*<sup>935</sup>.

Arendt trata das “realidades desagradáveis ou indesejadas” que muitos governantes tentaram (e ainda tentam) varrer para debaixo do tapete do imaginário através do esquecimento coletivo, da ocultação de documentos ou da manipulação da opinião pública.

<sup>930</sup> Para Catroga, intérprete de Ricœur: “Memória e esquecimento se exigem reciprocamente. Se a vida é impossível sem a primeira, nem que seja ao nível de sua ação como proto-memória ou como habitus, ela seria igualmente impossível sem o esquecimento (...). Assim, “o ausente pode ser tão importante quanto o lembrado”. In: Catroga. Op. cit, pág. 19 e 21.

<sup>931</sup> Com destaque para o capítulo “A irreversibilidade e o poder de perdoar”. In: Hannah Arendt. *A condição humana*. Trad. Adriano Correia. Ed. Gen, Forense Universitária, 11ª Ed., págs. 248 a 259.

<sup>932</sup> Arendt. *Eichmann em Jerusalém*. Brasília: Editora UnB/ São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>933</sup> Arendt. *A condição humana*, op. cit. págs 295 e 300.

<sup>934</sup> Hannah Arendt. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, pág 341.

<sup>935</sup> *Id., ib.,* pág. 341.

No caso da Guerrilha do Araguaia, o episódio encontra-se saturado de ocultações e de esquecimentos. Há os deliberados, como as tentativas perpetradas pelas Forças Armadas de tentar apagar aqueles acontecimentos da História. Primeiro executaram os prisioneiros para que não sobrassem testemunhas, conforme o já exposto. Promoveram a chamada “Operação Limpeza” para cremar o maior número possível de restos mortais. Por fim, promoveram a destruição de documentos nos arquivos secretos militares<sup>936</sup>. Até a presente data, os militares recusam-se a abrir o que findou em seus arquivos e revelar, pelo menos, onde se encontram os desaparecidos.

Há ainda os esquecimentos intencionais do próprio partido, o PC do B, que 40 anos depois do episódio, ainda não abriu seus arquivos, e sequer reuniu os sobreviventes para que, de forma organizada e estruturada, possam registrar suas lembranças em depoimentos orais. Eles, os sobreviventes, já foram 20 indivíduos; restam 12 na presente data<sup>937</sup>. Há, por fim, os próprios esquecimentos desses protagonistas, que, ao invés de reviverem os traumas do passado, muitos deles recorrerem à amnésia, motivada pelo grande trauma psicológico da opressão que viveram na guerrilha.

Mas é chegada a hora de pesquisar, analisar e refletir sobre o direito à memória e à verdade sobre nossa própria história. No caso da Guerrilha do Araguaia, esta pesquisa buscou, somente e tão-somente, um corte nesse objeto tão vasto – no caso, reconstruir no presente “As Memórias dos Guerrilheiros do Araguaia”, aquele punhado de sonhadores desaparecidos (mas não esquecidos) em algum lugar das selvas amazônicas. Rogo para que outros pesquisadores prossigam com o trabalho de desfraldar os acontecimentos da floresta, até o agora tão ocultados da nossa História.

Em uma de suas últimas obras, *Crises da República*<sup>938</sup>, Hannah Arendt tece um ensaio sobre as tentativas do governo de Richard Nixon de impor o

---

<sup>936</sup> *A Lei da Selva, op. cit.*

<sup>937</sup> Conforme já citados na Introdução: Criméia Alice Schmidt Almeida, Dagoberto Alves Costa, Danilo Carneiro, Eduardo Monteiro Teixeira, João Carlos Wisnesky, Lúcia Regina de Sousa Martins, Luzia Reis Ribeiro, Micheas Gomes de Almeida, Pedro Albuquerque Neto, Regilena da Silva Carvalho, Rioco Kaiano e Tereza Cristina Albuquerque.

<sup>938</sup> Hannah Arendt. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.



esquecimento sobre as atrocidades das tropas norte-americanas no Vietnam.  
Concluiu Arendt:

Senhoras e senhores, enquanto lentamente saímos dos escombros dos acontecimentos dos últimos anos, não vamos esquecer esses anos de aberração para que não nos tornemos inteiramente indignos dos promórdios gloriosos de duzentos anos atrás. Quando os fatos, como tiros pela culatra, se voltam contra os malfeitores, tentemos pelo menos acolhê-los da melhor forma possível. Não vamos tentar escapar para utopias – imagens, teorias ou pura insensatez. A grandeza desta República foi dar, por amor à liberdade, o devido valor ao que há de melhor e pior nos homens<sup>939</sup>.

Por todas essas razões, é bem verdade que o passado nos assombra, como observa Arendt. Porém, iniciativas políticas como a instauração da Comissão Nacional da Verdade tornam-se essenciais para que a Guerrilha do Araguaia, episódio tão relevante à nossa História -- como também os movimentos da luta armada urbana -- não caiam no esquecimento e sejam lembradas.

Brasília, novembro de 2013.

---

<sup>939</sup> Idem, pág. 345.

# CORPUS

## 1 - Escrito

### 1.1 – Documentos da guerrilha

ARROYO, Ângelo. *Relatório Arroyo*. Paulo: 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, pp. 249-290.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Sobre as Relações”. São Paulo, 1975. Documento apreendido na “Chacina da Lapa”, em 1976.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Relatório sobre contatos mantidos na Albânia e China”. São Paulo: 1972. Documento apreendido no aparelho do PC do B ma Lapa, em Dez 1976.

Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. “Breve Histórico das Divergências com o PC da China”. In São Paulo: Jornal *Classe Operária*, ed. Dez 1978.

CORRÊA, Telma Regina. *Diário da Lia (1972-1974)*. Araguaia, documento inédito.

Documento de unificação da APML do B com o PC do B, recebeu o nome de “Tese do Comitê Central sobre o Partido da Classe Operária no Brasil”

COSTA, Osvaldo Orlando. *Internei-me na mata para combater os inimigos do povo*. Transcrição de carta assinada pelo guerrilheiro Osvaldão, datada de 15 jul 72, apreendida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) na “Chacina da Lapa”, em 16 Dez 76.

COSTA, Osvaldo Orlando. *Carta a um amigo*. Documento apreendido pala 3ª Brigada de Infantaria, datado de 15 jul 72.

COSTA, Osvaldo Orlando. “*Manifesto: Internei-me na mata para combater os inimigos do povo*”. Datado de 20 Out 72.

FOGUERA, Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Normas de segurança no trabalho de massas”. Sem data.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia; MLP, Movimento de Libertação do Povo. “Carta Aberta à População do Sul do Pará”, de 25 Mai 72.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia; MLP, Movimento de Libertação do Povo. “Carta Aberta aos posseiros, trabalhadores do campo e a todas as pessoas progressistas do Sul do Pará, Oeste do Maranhão e Norte de Goiás”, de 25 Mai 72.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Helenira, heroína do povo”. Datado de 20 Out 72.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Bonus da Revolução”. Assinados por Cmte Joaquim e Cmte Paulo.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Regulamento Militar das Forças Guerrilheiras do Araguaia”. Documento apreendido pela 3ª Brigada de Infantaria (sem data, provavelmente 1972).

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia; MLP, Movimento de Libertação do Povo. “Comunicado nº 1”, de 25 Mai 72.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Comunicado nº 2”. (Sem data, provavelmente Jun ou Jul 72).

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia. “Regulamento da Justiça Militar”. Documento apreendido pelo Exército em 1973.

FOGUERA, Comando das Forças Guerrilheiras do Araguaia; MLP, Movimento de Libertação do Povo. “Esquema do Plano Militar”. (Sem data, provavelmente 1972) Documento apreendido pela 3ª Brigada de Infantaria.

GRABOIS, Maurício. *Diário do Velho Mário* (1972-1973). Araguaia, documento inédito.

GRABOIS, Maurício. *Carta aos queridos tios*. Transcrição de carta manuscrita de Maurício Grabois ao Comitê Central do PC do B, datada de 08 Dez 72, apreendida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) na “Chacina da Lapa”, em 16 Dez 76.

GRABOIS, José Carlos; e outros. “Carta ao Bispo de Marabá, Dom Estevão Cardoso Avelar”. Documento datado de 20 Jul 72, assinado pelos guerrilheiros José Carlos, Joca, Alice, Beto e Luiz, com “moradores do sítio Faveira, às margens do Araguaia”.

MLP, Movimento de Libertação do Povo. “Em defesa do povo pobre e pelo progresso do interior” (Sem data). Documento apreendido pelo Exército.

OLIVEIRA, Ciro Flávio Salazar. “Carta a meus pais”. Carta assinada guerrilheiro “Flávio” à Direção do PC do B, datado de 10 Set 72, relatando os primeiros meses da guerrilha, apreendida pelo Centro de Informações do Exército (CIE) na “Chacina da Lapa”, em 16 Dez 76.

PC do B. *Estudo crítico acerca da violência revolucionária. Documento aprovado na assembléia final do VI Congresso do PCdoB*. São Paulo, 1966.

PC do B. *A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974.

PC do B. *Guerra popular: caminho da luta armada no Brasil*. Edições Maria da Fonte, 1974.

PC do B. *Para a reconstrução do Partido Comunista Marxista-Leninista*. Edições Maria da Fonte, 1975.

PC do B, Conselho da Luta Operária. *Manifesto ao povo nordestino*. In: “Guerrilhas do PC do B em Marabá e ações das organizações clandestinas”. Ministério das Minas e Energia, Divisão de Segurança e Informações. Confidencial. Recife, 21 Nov 72.

PC do B, “União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista”. Junho 1966.

“Projeto de Resolução do CC do PCB sobre ensinamentos do 20º Congresso, Culto à Personalidade e as Tarefas do Partido Comunista do Brasil”, Out 1956. (doc do CC do PCB que abre os debates contra stalin)

## 1.2 – Documentos militares

“Confidencial”, Centro de Informações da Marinha, produzido assim que as Forças Armadas descobriram a Guerrilha do Araguaia, em abril de 1972: CENIMAR. “Ação Subversiva no Brasil”. Brasília, Maio de 1972.

“Secreto”, produzido pelo Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica, CISA: “Conferência proferida pelo Sr. Brigadeiro Newton Vassallo da Silva, Chefe do Cisa, para o Alto Comando da Aeronáutica, no Gabinete do Ministro da Aeronáutica”. Em 11 Ago 1972,

Serviço Nacional de Informação – Agência Rio de Janeiro. “Assaltos a Bancos: Documento Confidencial SS16 nº 130/69. Rio de Janeiro, 11 Ago 1968.

Relatório Especial de Informações Nº 1/77, 46 p., DOI-Codi São Paulo

### 1.3 - Bibliografia sobre Guerrilha do Araguaia e luta armada

AMAZONAS, João, ANTERO, Luiz Carlos e SILVA, Eumano. *Uma epopeia pela liberdade: Guerrilha do Araguaia 30 anos*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero. *A Grande Mentira*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Ed. Biblioteca do Exército, 2001.

AUGUSTO, Agnaldo Del Nero; MACIEL, Maciel; NASCIMENTO, José Conegundes do (Orgs.). *ORVIL – Tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

BERCHT, Verônica. *Coração Vermelho – A vida de Elza Monnerat*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2002.

BERTOLINO, Osvaldo. *Testamento de Luta – A vida de Carlos Danielli*. São Paulo: Instituto Maurício Grabois, 2002.

\_\_\_\_\_. *Maurício Grabois: uma vida de combates*. São Paulo: Anita Garibaldi: Instituto Maurício Grabois, 2004.

\_\_\_\_\_; e Outros. *Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Editora Anita Garibaldi, 1996.

BRUM, Liniane Haag. *Antes do Passado*. Rio de Janeiro: Arquipélago Editorial, 2012.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. *Guerrilha do Araguaia – Esquerda em Armas*. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1997.

CARDINA, Miguel. *A esquerda radical*. Coimbra: Angelus Novus, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínio da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1997

CARNEIRO, Ana: e CIOCCARI, Marta. *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos; Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Dezembro 2011.

CARVALHO, Luiz Maklouf. *Mulheres que foram à luta armada*. São Paulo: Globo, 1998.

\_\_\_\_\_. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

CAVALCANTI, Klester. *O Nome da Morte*. São Paulo: Planeta do Brasil, 2006.

- DÓRIA, Palmério. *A Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.
- FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Brasil Republicado – Livro 4*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2ª ed., 2007.
- GASPARI, Elio. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. 5ª ed., São Paulo: Ática, 1999.
- JIMÉNEZ, José Vargas. *Bacaba – Memórias de um guerreiro de selva da Guerrilha do Araguaia*. Campo Grande: Edição Pessoal, 2007.
- JOFFILY, Bernardo. *Osvaldão e a Saga do Araguaia*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- JOSÉ, Emiliano, MIRANDA, Oldack. *Lamarca: o capitão da guerrilha*. São Paulo. Global Editora, 2000
- MACIEL, Lício Augusto. *Guerrilha do Araguaia: Relato de um combatente*. Rio de Janeiro: Edição Pessoal, 2008.
- MEDEIROS, Lucília Atas. *No Averso do Paraíso – vida clandestina nos tempos dos generais*. Rio de Janeiro: LF Editorial, 2010.
- MIR, Luís. *A Revolução Impossível – A esquerda e a luta armada no Brasil*. São Paulo: Best Seller; Círculo do Livro, 1994.
- MIRANDA, Nilmário e TIBÚRCIO, Carlos. *Dos Filhos Deste Solo – Mortos e desaparecidos políticos durante a ditadura militar: a responsabilidade do Estado*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo; Fundação Perseu Abramo, 1999.
- MOCELLIN, Renato. *Reações Armadas ao Regime de 64: Guerrilha ou Terror?* 1ª ed., São Paulo: Editora do Brasil, 1999.
- MONTENEGRO, Antonio T., RODEGHERO, Carla S., ARAÚJO, Maria Paula (Org.). *Comissão de Anistia (Brasil). Marcas da memória: história oral da anistia no Brasil*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- MORAIS, Fernando. *Olga*. São Paulo: Ômega, 1985.
- MORAIS, Taís e SILVA, Eumano. *Operação Araguaia – Arquivos Secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.
- MOURA, Clóvis. *Diário da Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.

MOURA E SOUSA, Aluísio Madruga de. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002.

NAPOLITANO, Marco. *O Regime Militar Brasileiro- 1964-1985*. São Paulo: Atual.

PERALVA, Osvaldo. *O Retrato*. Rio de Janeiro: Editora Globo, 1962.

POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980.

POMAR, Pedro. *Massacre na Lapa: como o exército liquidou o Comitê Central do PC do B*. São Paulo: Scritta, 1996.

\_\_\_\_\_. *Uma vida em vermelho*. São Paulo: Xamã, 2003.

POMPE, Carlos (Preparação e Revisão). *Guerrilha do Araguaia – Documentos do PC do B*. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 1996.

PORTELA, Fernando. *Guerra de Guerrilhas no Brasil*. 2ª ed., São Paulo: Global, 1987.

REPÚBLICA, Presidência da. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

RICHOPO, Neide. *A esquerda no Brasil: um estudo de caso*. Tese de Mestrado apresentada ao Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo, USP. São Paulo: 1988.

SÁ, Glênio. *Araguaia: relato de um guerrilheiro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1990.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes”. In: SANTOS, Boaventura de Sousa e MENESES, Maria Paula (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, CES, 2009.

SÃO PAULO, Mitra Arquidiocesana de. *Brasil: Nunca Mais*. Tomos I a VI. Petrópolis: Vozes, 1985-1988.

SIRKYS, Alfredo. *Os Carbonários*. 14ª ed., São Paulo: Record, 1998.

SOUZA, Aluísio Madruga de Moura e. *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*. Brasília: Edição Pessoal, 2002.

STUDART, Hugo *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

VIEIRA, Fernando Aquino, AGOSTINO, Gilberto e ROEDEL, Hiran. *Sociedade Brasileira: Uma História Através dos Movimentos Sociais*. Vol. I e II. 1ª ed., São Paulo: Record, 2000.

#### 1.4 – Bibliografia utilizada na análise historiográfica

ARENDT, Hannah. *Origens do Totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_. *A condição humana*. Trad.: Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 10ª ed., 2007.

\_\_\_\_\_. *Responsabilidade e Julgamento*. São Paulo : Companhia das Letras, 2004.

\_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. 5ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2003.

\_\_\_\_\_. *Crises da República*. 2ª ed., São Paulo: Ed. Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. *Eichmann em Jerusalém*. Brasília: Editora UnB / São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ARISTÓTELES. *Metafísica - Livro IV*. Tradução de Marcelo Perine. São Paulo: Edições Loyola, 2002.

BACHELARD, Gaston. *O Direito de Sonhar*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

BACZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. In: Enciclopédia Eunadi, Vol. V., Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1987.

BARBIER, René. *Sobre o Imaginário*. Trad. Márcia Lippincott F. da Costa e Vera de Paula. In Revista “Em Aberto”, Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar 1994

BEBIANO., Rui. *O poder da imaginação – juventude, rebeldia e resistência nos anos 60*. Coimbra: Angelus Novus, 203.

BENJAMIN, Walter. *Obras Escolhidas Vol. I - Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1994.



\_\_\_\_\_. *Passagens*. Org. Willi Bolle, Trads. Irene Aron, Cleonice Paes Barreto. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2009.

\_\_\_\_\_. *Ensaio reunidos: escritos sobre Goethe*. Trads. Monica Krausz Bornebusch, Irene Aron e Sidney Camargo; São Paulo: Livraria Duas Cidades, 2009.

BHABHA, Hommi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

BLOCH, Ernest. *O Princípio Esperança – Vol. 1*. Trad. Nélio Schneider. Rio de Janeiro: Ed. UERJ; Contraponto, 2005.

BLOCH, Ernest. *The Spirit of Utopia*. Stanford, Califórnia, USA: Stanford University Press, 2000.

BLOOM, Harold. *Shakespeare: a invenção do humano*. Trad. José O’Oshea. Objetiva, 1995.

BOBBIO, Norberto. *Esquerda e Direita*. São Paulo: Ed. Unesp, 1995.

BOLZ, Norbert W. “*Filosofia da História de Walter Benjamin*”. Trad. George Bernard Sperper. Dossiê Walter Benjamin, n. 15, pp. 25-37, set.-nov., 1992.

BORDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BOURETZ, Pierre. *Testemunhas do Futuro: Filosofia e Messianismo*. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BURKE, Peter. *Variiedades de História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CANTINHO, Maria João. “*Walter Benjamin e a história Messiânica. Contra a visão histórica do progresso*”. Revista Philosophica, n. 37, Departamento de Filosofia da Faculdade de Letras de Lisboa, Lisboa, Ed. Clibri, 2011.

CARDINA, Miguel. *A esquerda radical*. Coimbra, Portugal: Angelus Novus, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; et VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História – Ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

\_\_\_\_\_. (org.). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.

\_\_\_\_\_. *Testemunha Ocular – História e Imagem*. Baurú: Edusc, 2004.

CASTORIADIS, Cornelius. *A Instituição Imaginária na Sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. *O mundo fragmentado (As encruzilhadas do labirinto; v.3)*. Trad. de Rosa Maria Boaventura. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. *A criação histórica*. Trad. Dênis L. Rosenfield. Porto Alegre: Artes & Ofícios, 1992.

CATROGA, Fernando. *Os passos do homem como restolho do tempo: memória e fim do fim da história*. Coimbra, Almedina, 2009.

CERTEAU, Michel. *A invenção do cotidiano*. 2ª ed. Petrópolis, Vozes, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural – Entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; e Lisboa : Difel, 1990

\_\_\_\_\_. *Os Desafios da Escrita*. São Paulo: Unesp, 2002.

\_\_\_\_\_. As práticas do escrito. Em ARIÈS, P & CHARTIER, R. (org) *história da vida privada, vol 3. Da Renascença ao século das Luzes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, pp. 113-162.

CLUTTERBUCK, Richard. *Guerrilheiros e Terroristas*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

CÓRDOVA, Rogério de Andrade. *Imaginário Social e Educação*. In: Revista “Em Aberto”, Brasília, Ano 14, nº 61, ed. Jan/Mar, 1994.

COSTA, Célia M. Leite. *Memória Proibida*. Rio de Janeiro, Revista “Nossa História”, Ano 2, nº 16, fev 2005, Vera Cruz e Conselho de Pesquisa da Biblioteca Nacional.

COSTA, Cléria Botêlho. “Imaginário: Objeto da História”. In: Revista *Estudos*, Vol.27, nº 4, PUC-Goiás, 2000.

\_\_\_\_\_. “Uma história sonhada”. *Revista Brasileira de História*, Vol. 17, nº 34, p. 133-145. São Paulo, 1997.

\_\_\_\_\_ e MAGALHÃES, Nancy Alessio (orgs.). *Contar História, fazer História – História, cultura e memória*. Brasília: Paralelo 15, 2001.

DARNTON, Robert. *O Grande Massacre de Gatos*. São Paulo: Graal, 1996.

CUÉLLAR, Alejandro Castillejo. *Los archivos del dolor – Ensayos sobre la violencia y el recuerdo en la sudáfrica contemporánea*. Bogotá: Universidad de los Andes, Centro de Estudios Socioculturales – CESO, Ediciones Uniandes, 2009.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *História Oral – memória, tempo, identidade*. Belo Horizonte: Autênciã, 2006.

DUBY, George. "O Historiador, Hoje". In: Duby, Áries, Lê Goff (orgs). *História e Nova História*. Lisboa: Teorema, 2002.

\_\_\_\_\_. e LARDREAU, Guy. *Diálogos sobre a Nova História*. Lisboa: Dom Quixote, 1989.

EAGLETON, Terry. "*Walter Benjamin – rumo a uma crítica revolucionária*". Fortaleza: Omni, 2010.

ELIAS, Norbert. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1994, 201 pág.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L. *Os Estabelecidos e os Outsiders – Sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

ELIADE, Mircea. *Mito e Realidade*. 6ª ed, São Paulo: Perspectiva, 2006.

FÉLIX, Loiva Otero e GOETTEMES, Miriam Barcellos (org.). *Cultura Grega Clássica*. Porto Alegre: Editora UFRS, 1989.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 6ª ed., São Paulo: Ed. Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do Poder*. 5ª ed., São Paulo: Graal, 1985.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie Gagnebin. *Lembrar escrever esquecer*. São Paulo : Editora 34, 2006.

\_\_\_\_\_. "Do Conceito de *Mimesis* no pensamento de Adorno e Benjamin". In: *Perspectivas – Revista de Ciências Sociais*, Vol. 13. São Paulo : Universidade Estadual Paulista, UNESP, 1993.

\_\_\_\_\_. *História e narração em Walter Benjamin*. São Paulo: Perspectiva, 2004. Pg. 15

GALASSO, Giuseppe. *Nada más que historia – Teoría y metodología*. Barcelona: Ariel Historia, 2001.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battella, orgs. *Prezado senhor, prezada senhoras – estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. São Paulo: LTC, 2003.

GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras, Círculo do Livro, 1989.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2ª ed. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

\_\_\_\_\_. *Relações de Força – História, Retórica, Prova*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HALL, Stuart. *A identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HELLER, Agnes. *O Cotidiano e a História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

HERÓDOTO. Tradução Mário da Gama Cury, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2ª ed., 1988.

HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Extremos: O breve século XX*, 2ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

\_\_\_\_\_. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HUNT, Lynn. *A invenção dos Direitos Humanos – uma história*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo : Companhia das Letras, 2009.

KONDER, Leandro. “É preciso Teologia para pensar o fim da História?”. *Dossiê Walter Benjamin*, Revista da USP n. 15, pp. 37, set.-nov., 1992.

LACERDA, Sônia. “História, narrativa e imaginação histórica”. In: Tânia Navarro Swain, (Org.). *História no Plural*. Brasília: Ed. UnB, 1994, pág. 13.

LANDSBERG, Paul Ludwig. Ensaio sobre a experiência da morte e outros ensaios. Org. e Trad.: César Queiroz Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC Rio, 2009.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Trad. Bernardo Leitão (et. al.). Campinas: Unicamp, 1990.

LEMOS, Renato, org. *Bem traçadas linhas – a história do Brasil em cartas pessoais*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2004.

LIMA, João Gabriel. BAPTISTA, Luís Antônio. Itinerário do Conceito de “Experiência na Obra de Walter Benjamin”. *Revista Princípios*, Natal (RN), v. 20, n. 33, jan-jun de 2013.

LIPPI, Lúcia Oliveira e outros (org.). *Conversando com... – Carlo Ginzburg*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

LOWY, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio – uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”*. Trad.: Wanda Nogueira Caldeira Brant. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAFFESOLI, Michel. *A Conquista do Presente*. Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

MEIRELLES, Domingos. *As Noites das Grandes Fogueiras – Uma história da Coluna Prestes*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

MORIN, Edgar. *O Método – Volume 3*. Porto Alegre: Sulina, 2008.  
\_\_\_\_\_. *A religião dos saberes – O desafio do século XXI*. Trad. Flávia Nascimento. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, 2ª ed.

PAIS, José Machado. *Vida cotidiana: enigmas e revelações*. São Paulo: Câmara Brasileira do Livro, 2003.

PALHARES-BURKE, Maria Lúcia Garcia. *As Muitas Faces da História: Nove Entrevistas*. São Paulo : Unesp, 2000.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. São Paulo : Autêntica, 2003.

\_\_\_\_\_. *Em busca de uma outra história – imaginando o imaginário*. In “Revista Brasileira de História”, v. 15, nº 29. São Paulo: ANPUH, 1995.

RICOEUR, Paul. *Tempo e Narrativa – Tomo 1*. Campinas: Papyrus, 1994.

\_\_\_\_\_. *A memória, a história e o esquecimento*. Campinas: Unicamp, 2010, 2ª reimpressão.

ROMANILLOS, Antonio Ranz. *Plutarco: La Vidas Paralelas*. Madrid, Nabu Press, 2010

POLLAK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro: vol 2, nº 3, 1989.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto, Portugal : Afrontamento, 15ª ed., 2007.

\_\_\_\_\_. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. São Paulo: Graal, 1989.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. *A atualidade de Walter Benjamin e de Theodor W. Adorno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SÓFOCLES. *Édipo Rei*. Trad. Geir Campos. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SOUSA, Eudoro. *Origem da Poesia e da Mitologia e outros ensaios dispersos*. Org. Joaquim Domingues. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 2000.

\_\_\_\_\_. *Dionísio em Creta e outros ensaios*. Introdução. António Telmo. Lisboa: Imprensa Nacional e Casa da Moeda, 2004.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. *A proteção dos Direitos Humanos nos*

*plano nacional e internacional: perspectivas brasileiras*. Brasília: F. Naumann, 1992.

\_\_\_\_\_. *Bases para un Proyecto de Protocolo a la Convención Americana sobre Derechos Humanos: para fortalecer su mecanismo de protección*. San José de Costa Rica: Corte Interamericana de Derechos Humanos, 2003.

WAACK, William. *Camaradas*. São Paulo Companhia das Letras, 1992.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: \_\_\_\_\_. *Trópicos do discurso: ensaios sobre a crítica da cultura*. Tradução de Alípio Correia de Franca Neto. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2001.

ZWEIG, Stefan. *Momentos Decisivos da Humanidade*. Trad. Medeiros e Albuquerque. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1934, 159 pág.

## 1.5 - Jornais, Revistas e Internet

BELÉM, Euler França. “A ordem para matar era de Médici, diz coronel”. In: Goiânia: *Jornal A Opção*, Ed. 30 Nov a 06 Dez 1997.

BELÉM, Euler, CARDOSO, Helvécio. “Kafka ataca no Araguaia – Depoimento de Zezinho”. In: Goiânia: *Jornal A Opção*, ed. 09 Abr 2002.

CASTRO, Eduardo. *Guerrilha do Araguaia - as faces ocultas da História*. Documentário TV Goiaz, 2009.

FLOSI, Edson. “China prepara brasileiros para fazerem guerrilha em nosso país – I”. In São Paulo: *Folha de S. Paulo*, 21 Nov 1968

LUÍS ALVES, Myrian. “Vende-se um recanto da história do Brasil”. In *Revista Desafios do Desenvolvimento*, Brasília, edição 78, Dez 2013, págs. 86 a 89.

MARINHO, Vaner Mota. “O Comandante Maurício Grabois”. In *Vermelho.org.br*, site oficial do PC do B, publicado em 13 Out 2009 ([http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id\\_noticia=117442&id\\_sec\\_ao=133](http://www.vermelho.org.br/prosapoesia/noticia.php?id_noticia=117442&id_sec_ao=133))

OLIVEIRA, Ivana. “Guerrilha do Araguaia –uma história que começa a ser estudada”. In *Revista Amazônia*. Manaus: ed. nº 8, Maio 2000.

STUDART, Hugo. “Sonata para Carmen – Carmen acalenta a esperança de ouvir a canção que Hélio lhe compôs antes de desaparecer, quando partiu para a guerrilha do Araguaia; será a sua sonata”. In *Folha de S. Paulo*, São Paulo, p. 03, 23 dez. 2011.

TEICH, Daniel Hessel. “Irmão de morto pede que o PC do B abra seus arquivos – Segundo ele, é hora de virem à tona os bastidores da história, revelando detalhes dos dois lados”. *in* Rio de Janeiro: Jornal *O Globo*, 04 Mai 1996

## **2. Corpus oral**<sup>940</sup>

### **2.1 - Guerrilheiros Sobreviventes**

Criméia Alice Schimdt Almeida (Alice), em 01 Fev 2008.

Dagoberto Alves Costa (Miguel), em 11 Jan 2013.

Danilo Carneiro (Nilo), em 17 Jan 2013.

João Carlos Wisnesky (Paulo), em 04 Jul 2010.

José Genoíno Neto (Geraldo), em 17 Set 2009.

Lúcia Regina Martins de Sousa Martins (Regina), em 1 2 Jan 2013.

Luzia Reis Ribeiro (Lúcia), em 22 Jan 2013.

Micheas Gomes de Almeida (Zezinho), em 10 Mai 2011.

Pedro Albuquerque Neto (Jesuíno), em 15 Set 2013.

Regilena da Silva Carvalho (Lena), em 12 Mai 2011.

### **2.2 - Camponeses**

Abel Honorato de Jesus, “Abelinho”, em 05 Fev 2011

Anísio Rodrigues da Silva, em 28 Jul 2010

Antônia Ribeiro da Silva, “Antônia Galega”, em 14 Set 2011

---

<sup>940</sup> Ressalvo que, com várias das fontes orais abaixo relacionadas, mantive vários contatos. Assim, optei por registrar a data onde ocorreu a narrativa mais rica de significados para a pesquisa.

Antônio Alves de Sousa, “Araguaína”, em 13 Set 2011

Antônio Alves de Sousa, “Precatão”, em 23 Jul 2010

Antônio Bispo, em 09 Set 2009

Antônio de Miranda Neto, “Antônio do Agenor”, em 05 Fev 2011

Antônio Oswaldo, “Antônio Baiano”, em 13 Mai 2001

Atanásio Costa Gomes, em 10 Set 09

Basílio Constâncio Silva, em 23 Jul 09

Cícero Pereira Gomes, “Cícero Venâncio”, em 21 Jul 2010

Edna Rodrigues de Souza, “dona Diná”, em 29 Jun 2010

Euclides Pereira de Souza, “Beca”, em 09 Set 2009

Eduardo Lemos Porto, “Eduardo do Museu da Guerrilha”, em 06 Fev 2011

Iomar Ribeiro da Silva, “Iomar Galego”, em 14 Ago 2009

Ivaldo José Dias, “Juca do Ferro Velho”, em 11 Set 2009

Jacó Gaoiso Soares da Silva, em 08 Set 2009

João Pereira, “Pereira do Apinagés”, em 12 Set 2009

Joaquim Soares de Andrade, “Joaquim Silora”, em 23 Jul 2010

Josias Gonçalves, “Jonas”, em 10 set 2010

José Avelino Pereira da Silva, em 11 Set 2009.

José Branco, em 05 Fev 2001

José Gomes de Souza, “Zezão”, em 06 Fev 2011.

José Maria Alves, “Jeca do Jorge”, em 13 Set 2009

José Maria Alves da Silva, “Zé Catingueiro”, em 25 Jul 2009



José Moraes da Silva, “Zé da Onça”, em 05 Fev 2011

José Wilson Brito, “Wilsinho”, em 07 Set 2009

Juarez Custódio da Silva, em 10 Fev 2001

Juscelino Rodrigues Farias, em 07 Fev 2001

Lídia Francisca da Luz, em 15 Set 2010

Mahú Suruí, em 23 Jul 2009

Manoel Cajueiro, em 25 Jul 2011

Manoel Pereira Marinho, “Manuelinho”, em 15 fev 2012

Manuel Leal Lima, “Vanu”, em 26 Jul 2009

Maria da Conceição Marcos da Silva, “Rita”, em 11 Set 2009.

Maria Idalécia Dourado da Silva, “dona Licinha”, em 10 Fev 2011

Maria da Paz, “Paezinha”, em 14 Fev 2012

Massú Suruí, em 23 Jul 2009

Neuza Lins, “Neuza do Amaro”, em 24 Jul 2010

Olimpio Rodrigues Bonas Sinais, “Negro Olímpio”, em 14 Set 2010

Oswaldo Rodrigues de Souza, “Pitu”, em 25 Jul 2009

Pedro Ferreira dos Reis, “Pedro Onça”, em 22 Jul 2010

Pedro Ribeiro da Silva, “Pedro Galego”, em 15 Set 2001

Pedro Pinheiro Dias, *Pedão de um Olho Só*, em 14 Fev 2012

Porfirio Vaz Azevedo, em 15 Set 2001

Raimundo Clarindo do Nascimento, Raimundinho Cacaúba, em 13 Fev 2012

Raimundo Severino, “Raimundinho da Pedrina”, em 10 Set 2010

Raimundo Nonato dos Santos, “Peixinho”, em 22 Jul 2009

Raimundo Vieira da Silva, Raimundo Gordura, em 08 Set 2010

Severino Antônio da Silva, “Severinão”, em 05 fev 2011

Sinésio Martins Ribeiro, “Sinésio Bringel”, em 06 Set 2011

Tibacú Suruí, em 23 Jul 2009.

### **2.3 – Familiares e amigos de guerrilheiros**

Aglaré Navarro, em 05 Mar 2011

Carmen Navarro, em 05 Mar 2011

Diva Santana, em 10 Set 2012

Eliane Castro, em 08 Jun 2013

Jadiel Camelo, em 14 Jun 2013

Liniane Haag Brum, em 26 Set 2013

Maria Mercês Castro, em 14 Jun 2013

Myriam Luís Alves, em 01 Jun 2013

Sônia Maria Haas, em 10 Out 2013

Vaner Mota Marinho, em 05 Fev 2013.



**Universidade de Brasília – UnB**  
**Instituto de Ciências Humanas - IH**  
Programa de Pós-Graduação em História – PPGHIS  
Linha de pesquisa: História Cultural

***EM ALGUM LUGAR DAS SELVAS AMAZÔNICAS:  
As Memórias dos Guerrilheiros  
do Araguaia (1966-1974)***

## **ANEXOS**

<b>ANEXO 1 – Guerrilheiros mortos e desaparecidos.....</b>	<b>Pág. 468</b>
<b>ANEXO 2 – Camponeses na guerrilha.....</b>	<b>Pág. 562</b>
<b>ANEXO 3 - Militares no Araguaia.....</b>	<b>Pág. 583</b>

Orientadora: **Prof<sup>a</sup>. Dra. Cléria Botelho da Costa**  
Aluno: **Carlos Hugo Studart Corrêa**

## Anexo I

### **GUERRILHEIROS MORTOS E DESAPARECIDOS**

Há mais de quatro décadas, desde que seus entes queridos saíram de casa e deslocaram-se para algum lugar das selvas amazônicas, os familiares procuram notícias sobre os guerrilheiros desaparecidos no Araguaia. Para algumas famílias, como a de Osvaldo Orlando Costa, que caiu na clandestinidade em 1964 e mudou-se para o Araguaia em 1966, a angústia já está completando meio século.

Primeiro, queriam saber se estavam vivos ou mortos. No tempo do agora, gostariam de ter seus restos mortais de volta para que possam exercer o sagrado direito de prestar os ritos fúnebres e, ato contínuo, enterrá-los com dignidade. Querem ao menos conhecer as circunstâncias de suas mortes. Quando morreram? Onde? Como? Eles têm direito a respostas.

As primeiras informações sobre os mortos do Araguaia foram registrados pelo vice-comandante das Forças Guerrilheiras, Ângelo Arroyo, em relatório que preparou para a direção do partido, em 1976, documento ficou conhecido por “Relatório Arroyo”, e que seria tornado público somente em 1980, quando o militante político Wladimir Pomar, filho do dirigente do PC do B Pedro Pomar, publicou-o em livro<sup>941</sup>.

O “Relatório Arroyo” informa sobre a morte de 16 dos 59 desaparecidos do Araguaia. A maior parte, apenas pelos codinomes. Informa ainda o codinome de outros militantes que estiveram no Araguaia, mas cujo destino ele não tem notícias. Arroyo deixou a região em janeiro de 1974, quando a maior parte dos companheiros ainda lutava.

\* \* \*

---

<sup>941</sup> Ângelo Arroyo. *Relatório Arroyo*. Paulo: 1976. In: POMAR, Wladimir. *Araguaia: O Partido e a Guerrilha – Documentos Inéditos*. São Paulo: Ed. Brasil Debates, Col. Brasil Estudos, nº 2, 1980, pp. 249-290.

A partir de 1993, no governo Itamar Franco, as autoridades públicas começaram a buscar informações sobre os desaparecidos políticos. Foi quando o então ministro da Justiça, Maurício Corrêa, com o respaldo do presidente da República, solicitou aos ministros das três Forças Armadas informações sobre os mortos do Araguaia. E passou a lista de 59 desaparecidos, nomes que desde a Anistia, em 1979, vinham sendo compiladas pelos partidos políticos.

As respostas do Exército e da Aeronáutica foram no mínimo risíveis. Em quase totalidade, informações como “militante da VPR preso no Congresso de Ibiúna”; ou ainda, “segundo sua mãe, teria desaparecido no Araguaia”. Nas respostas da Marinha, entretanto, informações concretas sobre provável data da morte da maior parte dos guerrilheiros. Informações como “preso enquanto se encontrava acampado na mata, portando uma espingarda 20 e um revólver 38”<sup>942</sup>. Ou ainda: “Morta em 25 out 1974”<sup>943</sup>.

Assim, o Relatório da Marinha avança em dois pontos relevantes. Primeiro, apresenta as primeiras informações oficiais sobre a morte de praticamente todos os 59 desaparecidos do Araguaia. Segundo, tomando por fonte seus arquivos secretos, apresenta prováveis datas das mortes da maioria deles.

Em 2002, o jornalista Elio Gaspari daria novas contribuições à construção da História com seu livro *A Ditadura Escancarada*<sup>944</sup>. Ele constrói o capítulo sobre o Araguaia com base em informações de militares, prestadas sob sigilo da fonte, quando avança no desvendar das circunstâncias de uma série de mortes.

Entre 2002 e 2003, haveria uma grande quebra de paradigma, quando quatro procuradores do Ministério Público Federal tomaram depoimentos de cerca de 200 moradores da região do Araguaia, buscando informações que

---

<sup>942</sup> Exemplo de Kleber Lemos da Silva, o Carlito.

<sup>943</sup> Exemplo de Maria Lúcia de Souza, a Sônia.

<sup>944</sup> Elio Gaspari. *A Ditadura Escancarada – As Ilusões Armadas*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

ajudassem a reconstituir as datas e circunstâncias das mortes dos guerrilheiros. O relatório do MP ficou pronto e foi divulgado em 2004.

Contribuição relevante também seria dada pelo jornalista Luiz Maklouf Carvalho, quando consegue acessar o tenente-coronel Lício Augusto Maciel e convencê-lo a desvelar parte de suas lembranças. Assim, o livro de Maklouf, *O Coronel Rompe o Silêncio*<sup>945</sup>, coloca mais alguns tijolos na construção da História. Outras contribuições viriam no ano seguinte, com o livro da dupla de jornalistas Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*<sup>946</sup>, obra construída a partir de documentos secretos militares e pesquisas de campo.

Minha primeira contribuição veio com a obra *A Lei da Selva*<sup>947</sup>, construída a partir da Dissertação de Mestrado sobre “O Imaginário dos Militares no Araguaia”, da Universidade de Brasília. Na versão em livro, incluí um anexo sobre “Guerrilheiros Mortos e Desaparecidos”, no qual acrescentei as informações desveladas pela pesquisa, ou a partir de documentos militares, ou apuradas em narrativas orais de ex-combatentes do Araguaia, ou ainda trazidas à tona pelo “Diário do Velho Mário”.

\* \* \*

Nessa longa caminhada, o passo seguinte foi dado pelo então ministro Paulo de Tarso Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos, quando tomou a iniciativa de mobilizar uma equipe para construir o compêndio *Direito à Memória e à Verdade*<sup>948</sup>, publicado em 2007 em parceria com a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça.

Esse trabalho, sob a coordenação da jornalista Vera Spolidoro, buscou reunir todas as informações até então disponíveis sobre os mortos e

---

<sup>945</sup> Luiz Maklouf Carvalho. *O Coronel Rompe o Silêncio, Lício Augusto Ribeiro, que matou e levou tiros na caçada aos guerrilheiros do Araguaia, conta sua história*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2004.

<sup>946</sup> Taís Morais e Eumano Silva. *Operação Araguaia – Arquivos Secretos da Guerrilha*. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

<sup>947</sup> Hugo Studart. *A Lei da Selva: Estratégias, Imaginário e Discurso dos Militares sobre a Guerrilha do Araguaia*. São Paulo: Geração, 2006.

<sup>948</sup> Presidência da República. *Direito à Memória e à Verdade*. Brasília: Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos do Ministério da Justiça e Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007.

desaparecidos da ditadura militar brasileira. Eram, até então, 301 os conhecidos. Esse trabalho desvelou novos nomes, elevando para 357 as vítimas da ditadura militar. No capítulo específico sobre os desaparecidos da Guerrilha do Araguaia, registro que tive a feliz surpresa quando constatei que a pesquisa publicada em *A Lei da Selva* foi recordista em referências, seguida da obra de Gaspari, *A ditadura escancarada*.

Mais um passo para o desvelar da História foi dado em julho de 2009, quando o presidente Luís Inácio Lula da Silva criou um grupo de trabalho para buscar os desaparecidos do Araguaia, em cumprimento à uma sentença da Justiça Federal em Brasília. Batizado de Grupo de Trabalho Tocantins, GTT (e mais tarde rebatizado de GTA, de Araguaia), tinha por objetivo tanto procurar os restos mortais dos desaparecidos, quanto às circunstâncias das respectivas mortes.

Em 2010, quando o GTA estava sob a coordenação do Ministério da Defesa, seu coordenador, o advogado da União Edmundo Muller, em parceria com o advogado Sávio Andrade, consultor jurídico do ministério, tomaram a iniciativa de contratar um pequeno grupo de estagiários para compilar as informações até então apuradas pelo grupo.

Tomaram como ponto de partida o compêndio *Direito à Memória e à Verdade* e passaram a acrescentar novas informações que vieram à tona desde sua publicação, em 2007. Primeiro, as informações publicadas por jornais e revistas, a maior parte tendo como fontes, militares que combateram no Araguaia. Também foi iniciada uma pesquisa junto aos documentos secretos da ditadura, que naquela ocasião, por determinação do ministro da Defesa Nelson Jobim, havia começado a serem enviados pelos três serviços de inteligência militar, CIE, CISA e Cenimar, para o acervo do Arquivo Nacional.

O trabalho foi interrompido ainda em seu início, quando a coordenação do GTT foi dividida entre o Ministério da Justiça e a Secretaria de Direitos Humanos. Não houve tempo, por exemplo, sequer de acrescentar as informações apuradas pelos componentes do próprio grupo de trabalho junto a

camponeses ou a militares. Ademais, foi interrompido ainda como um trabalho bruto, na fase em que longas reportagens eram acrescentadas aos perfis dos guerrilheiros, ou longos trechos de documentos, sem que fossem depuradas as informações repetidas ou desnecessárias, e muito menos sem que as mesmas fossem analisadas.

Desde então, os representantes dos três ministérios nos grupos GTT e GTA nunca conseguiram se entender politicamente sobre como prosseguir com as buscas pelos restos mortais, e muito menos sobre como efetivar o trabalho de compilação das informações já desveladas ao longo dos últimos 40 anos. Não se entenderam nem mesmo sobre como recolher as informações apuradas pelos próprios membros dos grupos – algo que, até a presente data, ainda não começou a ser efetivado.

Apesar desse trabalho de compilação iniciado pelo Ministério da Defesa não ter sido oficializado, muito menos ou divulgado, em determinado momento, foi compartilhado entre os membros do GTT e do GTA que efetivavam as pesquisas de campo no Araguaia. Dentre eles, eu estava incluído.

\* \* \*

Por fim, registro ainda a iniciativa de três militares de editar e publicar, em 2012, o chamado Projeto Orvil. Entre 1986 e 1988, o então ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, mobilizou dezenas de militares na análise de documentos sobre a repressão política que estavam nos arquivos secretos do CIE. A iniciativa teve o nome de Projeto Orvil (Livro, escrito ao contrário).

Assim, foram compiladas informações sobre prisões ou mortes de centenas de militantes políticos. Obviamente, um trabalho sob o ponto de vista o Exército, e conjuradas todas as informações sobre torturas ou execuções. De qualquer forma, um trabalho relevante de levantamento documental. Terminado o trabalho, o ministro Leônidas decidiu arquivá-lo, com o tarja de Secreto, não o compartilhando nem mesmo entre seus pares.

Mais que isso, de acordo com informações de militares a jornalistas distintos, revelada nos últimos anos, a maior parte do acervo pesquisado teria



sido cremado, por conta da alta probabilidade do sucessor do presidente Sarney vir a ser algum político egresso das esquerdas (a ocasião, o grande fantasma dos militares era Leonel Brizola, que aparecia em primeiro lugar isolado em todas as pesquisas de opinião para a futura eleição presidencial). Contudo, restou o Orvil.

Em 2008, o jornalista Lucas Figueiredo, do jornal *O Estado de Minas*, revelou a existência do *Orvil* em uma série de reportagens premiadas. Em 2011, uma cópia completa do livro foi entregue por algum militar da ativa ao general da reserva Agnaldo Del Nero Augusto, ele mesmo, ex-combatente do Araguaia. Ele então se juntou ao tenente-coronel Lício Maciel e ao tenente José Conegundes do Nascimento, ambos ex-combatentes do Araguaia, para fazer a revisão e edição do material. Assim, o compêndio foi publicado em 2012<sup>949</sup>.

Há muitas informações relevantes e inéditas sobre a luta armada urbana e poucas sobre os desaparecidos do Araguaia. De qualquer forma, é mais uma fonte histórica importante a ser levada em consideração no desvelar do episódio, posto que fosse construída a partir de documentos secretos produzidos durante a guerrilha.

\* \* \*

Para construir este trabalho de compilação sobre os “Guerrilheiros Desaparecidos no Araguaia”, tomei como ponto de partida a pesquisa anterior realizada pelos estagiários do Ministério da Defesa, que, por sua vez, partiram do compêndio *Direito à Memória e à Verdade*, da Secretaria de Direitos Humanos – com o qual o meu próprio trabalho de pesquisa, publicado em *A Lei da Selva*, havia sido o recordista em contribuições.

Nessa tarefa, no qual os perfis de alguns guerrilheiros tinham mais de 30 páginas de informações brutas, fui ajudado na lapidação por duas pessoas: a pesquisadora em História Anna Paula Silva, que fez a pré-seleção de

---

<sup>949</sup> Agnaldo Del Nero Augusto; Lício Maciel; José Conegundes do Nascimento (Orgs.). *ORVIL – Tentativas de tomada do poder*. São Paulo: Schoba, 2012.

informações a respeito de 20 guerrilheiros; e, na seqüência, pelo professor Cláudio Ramos, que terminou o trabalho.

Recebi o material sobre cada guerrilheiro com o histórico do desvelar das informações, começando pelo “Relatório Pomar”, passando pelas pesquisas de diferentes autores, até chegar aos documentos militares pesquisados pelos estagiários do Ministério da Defesa. Por fim, acrescentei as contribuições desta pesquisa e dei texto final aos perfis.

Assim, espero estar colocando alguns tijolos neste trabalho infindável e coletivo de construir a História da Guerrilha do Araguaia. Abaixo, a relação dos guerrilheiros do Araguaia que restaram mortos ou desaparecidos, apresentados em ordem alfabética:

\* \* \*



## **ADRIANO FONSECA FILHO**

**Codiname:** *Chicão* ou *Queixada*

**Nascimento:** 18 Dez 1945, Ponte Nova, Minas Gerais

**Data de Desaparecimento:** 03 Dez 1973, morto em combate.

Adriano Fonseca Filho foi aprovado para o curso de Filosofia da UFRJ, em 1969. O começo do curso marca também seu ingresso na militância do PCdoB. A repressão militar, a partir do AI-5, fez com que entrasse na clandestinidade. No final de 1970, início de 1971, participou da Comissão Organizadora da Juventude Patriótica, movimento criado por iniciativa do PCdoB.

Em seguida, foi para a região da Gameleira, no Araguaia, onde passou a integrar o Destacamento B, assumindo o nome Chicão e sendo conhecido também pelo apelido Queixada, devido ao queixo grande. Ficava quase sempre acampado com os companheiros no local conhecido como Grota do Nascimento.

Segundo o relatório Arroyo, o primeiro a revelar sobre a morte de Adriano, a morte ocorreu no “dia 28/29 de novembro, o grupo acampou nas cabeceiras da grota

do Nascimento. Chico (Adriano) recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17h. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros”.

O relatório do Ministério do Exército diz que Adriano teria morrido em combate com as forças de segurança na guerrilha do Araguaia, onde atuava no Destacamento B.

Já o relatório do Ministério da Marinha, entregue à Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, em 1996, registra que ele foi “morto na região do Araguaia em 03/12/1973”.

Para Taís Morais e Eumano Silva, Adriano morreu quando caçava jabuti para alimentação dos guerrilheiros e narram assim: “O mateiro Cícero e outro morador, Raimundo Severino, guiam a patrulha. Em uma curva do caminho, aparece um guerrilheiro. Raimundo aponta a espingarda e puxa o gatilho. Chico recebe o tiro no peito, leva a mão ao rosto e solta um gemido profundo. O lamento de dor e desespero ecoa pela mata e faz Cícero estremecer. Chico morre na hora. Orientado pelo Doutor Silva, Raimundo Severino avança com um facão na direção do corpo. A lâmina corta o pescoço e separa a cabeça do combatente. O sangue quente do comunista escorre pelo chão do Araguaia. [...] Doutor Silva manda Cícero colocar a cabeça do guerrilheiro em um saco e carregar até outro ponto da floresta. Com os nervos abalados pela cena, o mateiro tem a sensação de carregar um corpo inteiro”.

Segundo Studart, há possibilidade de Adriano ter permanecido vivo durante três dias, mas informa que também no Dossiê Araguaia a data da morte é três de dezembro.

**Esta pesquisa** confirma a decapitação de Adriano. Informa ainda que ele tombou a 3 de dezembro de 1973, aos 28 anos. A patrulha, chefiada por um sargento de Manaus que usava o codinome de Dr. Silva, era guiada pelo mateiro Raimundo Severino, o Raimundinho da Pedrina. Foi Raimundo quem teria acertado o tiro no peito do Chicão, segundo seu depoimento a esta pesquisa. Foi Dr. Silva quem teria lhe dado a ordem de tirar a cabeça do guerrilheiro com seu facão, de acordo com o relato oral do ex-guia. Seu corpo restou insepulto. Quanto à cabeça, de acordo com narrativas orais a esta pesquisa, foi cortada a golpes de facão e levada para a Base de São Raimundo.



## **ANDRÉ GRABOIS**

**Codiname:** *José Carlos*

**Nascimento:** 03 Jul 1946, Rio de Janeiro, RJ.

**Data do Desaparecimento:** 13 de dezembro de 1973, morto em combate junto com João Gualberto Calatronio (Zebão) e Divino Ferreira de Souza (Nunes), além de um camponês que apoiava a guerrilha, Antonio Alfredo Campos.

André Grabois era filho do dirigente comunista Maurício Grabois, fundador do PC do B e principal comandante da Guerrilha do Araguaia. Desde adolescente, pelo convívio com militantes comunistas, interessou-se por política. A partir de abril de 1964, aos 17 anos, caiu na clandestinidade política, junto com seu pai, perseguido pelo regime militar. Em 1967, seria enviado para fazer cursos de capacitação política na Albânia e treinamento em guerra de guerrilhas na Academia Militar de Pequim. Morou em Rondonópolis, MT, e em Porto Franco, MA, em companhia de seu pai, antes de se deslocar para a região do Araguaia.

André foi um dos primeiros militantes a chegar ao Araguaia. Adotou o codinome de Zé Carlos. Foi morar na área norte da região escolhida para a futura guerrilha, na localidade de Faveira, perto de São Domingos das Latas. Mais tarde seria escolhido para ser o comandante do Destacamento A da guerrilha. Iniciou um relacionamento com a militante Criméia Almeida, com quem teve um filho, batizado João Carlos. Criméia deixou o Araguaia grávida, foi presa em São Paulo e depois levada para Brasília. A criança nasceu no Hospital das Forças Armadas de Brasília. André não chegou a conhecer o filho.

O primeiro documento a revelar seu desaparecimento no Araguaia é o “Relatório Arroyo”. O relatório aponta a data de sua morte no dia 14 Out 1973, em combate na mata com uma equipe do Exército, episódio no qual também morreram outros dois guerrilheiros, João Gualberto Calatronio (Zebão) e Divino Ferreira de Souza (Nunes), além de um camponês que apoiava a guerrilha, Antonio Alfredo Campos.

A Marinha, em relatório entregue à Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, em 1996, confirma a morte de André (e dos outros três), informando que sua morte teria sido em 13 Out1973.

Em 2002, no relatório apresentado por quatro procuradores do Ministério Público Federal, também está registrado: “José Carlos: ANDRÉ GRABOIS, morto em

confronto na Fazenda do Geraldo Martins (Município de São Domingos do Araguaia), foi enterrado em uma cova rasa na região do Caçador, próximo à casa do pai de Antônio Félix da Silva”, repetindo-se a mesma informação, em seguida, para João Gualberto Calatroni e Antonio Alfredo Campos.

Em 2004, o tenente-coronel Lício Augusto Maciel revela ao jornalista Luis Maklouf Carvalho, em depoimento para o livro *O coronel rompe o silêncio*, que fora ele e sua equipe os responsáveis pela morte, em combate, de André, Calatroni, Divino e Alfredo.

De acordo com Taís Moraes e Eumano Silva, antes de morrer, André teria participado do assalto a um posto da Polícia Militar de São Domingos, na Transamazônica, e que os dois companheiros que morreram com ele estavam vestidos com fardas da PM, subtraídas naquele ataque. Mais, que André usava um quepe da polícia com uma estrela vermelha na testa.

Em depoimento oral para Studart, *A Lei da Selva*, Lício Maciel apresenta mais detalhes sobre o confronto armado que resultou na morte dos quatro guerrilheiros. Na mesma obra, é apresentado trecho do documento “Diário do Velho Mário”, no qual Maurício Grabois descreve em detalhes as circunstâncias da morte do próprio filho. Segundo Grabois, o grupo guerrilheiro havia matado um porco e decidira limpá-lo em uma área aberta, sem qualquer segurança. Pior, acenderam uma fogueira e permaneceram na área por um período demasiado. O fogo teria chamado a atenção da equipe militar. “Seu primeiro erro seria fatal”, registra Grabois.

Por fim, em 2012, quando da publicação em livro do Projeto *Orvil* – por sinal organizado por dois militares que estavam na equipe que matou os guerrilheiros, Lício Maciel e José Conegundes do Nascimento – descobre-se, afinal, qual a versão do Exército sobre o desaparecido político André Grabois: “Os subversivos haviam no primeiro combate de encontro com as forças legais sofrido quatro baixas e perdido três depósitos na área da Transamazônica. Havia morrido no enfrentamento com as ‘forças da repressão’: Joivino Ferreira de Souza (Nunes) – na verdade, Divino –, André Grabois (José Carlos), João Gualberto Calatroni (Zebão) – pertencentes ao Dst A – e Antonio Alfredo Campos (elemento de apoio da área)”.



## **ANTÔNIO CARLOS MONTEIRO TEIXEIRA**

**Codinome:** *Antônio*

**Nascimento:** 22/08/1944, Ilhéus (BA)

**Data do desaparecimento:** 21 Set 1972, morto em combate.

Geólogo formado pela Universidade Federal da Bahia, Antônio Carlos teve intensa participação no Movimento Estudantil nos anos de 1967 e 1968. Em 1969, casou-se com sua colega Dinalva, a legendária *Dina do Araguaia*, e foram residir no Rio de Janeiro, onde passou a trabalhar no Ministério de Minas e Energia, participando simultaneamente de atividades da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC. Nesse período, o casal desenvolveu também um trabalho de conteúdo político e social junto a moradores de uma favela.

Em maio de 1970, já incorporados ao PCdoB, Antônio e Dinalva trocaram o Rio de Janeiro pelo sul do Pará. No Araguaia, foram para a região de Caianos. Abriu um mercadinho no povoado de Araguanã, onde ficou conhecido como Antonioda Dina. Quando os confrontos armados tiveram início, os dois já estavam separados e continuavam bons amigos. Fez parte do Destacamento C. Era o instrutor de orientação na mata aos companheiros que chegavam. Conhecia profundamente a área e junto com Dinalva fez todo o mapeamento da região, até a Serra das Andorinhas.

No Relatório Arroyo está registrado: “*Antônio foi gravemente ferido e levado para São Geraldo, onde foi torturado e assassinado. Escapou a companheira Dina, que sofreu um arranhão de bala no pescoço. (Provavelmente 21/09/72)*”. Segundo relatos de moradores, seu corpo foi enterrado clandestinamente no Cemitério de Xambioá.

O relatório apresentado pela Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Correa, afirma sobre Antônio Carlos: “*em dezembro de 1972 foi identificado, por fotografia, como sendo o prof. Antônio que lecionava, no período de junho a dezembro de 1971, na Escola dos Padres de São Felix, em Terra Nova, no sopé da Serra do Roncador*”.

Taís Moraes e Eumano Silva escrevem sobre ele em *Operação Araguaia*: “Reservado, estudioso e carismático, usava a formação universitária para conhecer em profundidade a região. Demonstrava aos amigos consciência das poucas chances do movimento armado. Morreu em confronto com o Exército no dia 29 de setembro de 1972, segundo documentos do Exército. De acordo com o Relatório Arroyo, foi preso durante o combate, torturado e executado”.



## ANTÔNIO DE PÁDUA COSTA

**Codiname:** *Piauí*

**Data e local de nascimento:** 12/06/1943, Luís Correa (PI)

**Data do desaparecimento:** entre janeiro e 05/03/1974, preso pelos militares e, depois, possivelmente, executado.

Estudava Astronomia na Universidade Federal do Rio de Janeiro quando começou a participar ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970. Fez parte do Diretório Acadêmico do Instituto de Física e foi membro do Conselho do Dormitório do Alojamento do “Fundão”. Preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), foi indiciado em inquérito e passou a ser perseguido pelos órgãos de segurança do regime militar. Optou pela militância política clandestina quando já era militante do PCdoB.

Mudou-se em 1970 para o Araguaia, fixando residência na localidade de Metade, onde era conhecido como Piauí. Foi o vice-comandante do Destacamento A e, após a morte de André Grabois, assumiu o comando.

O Relatório Arroyo registra a ocorrência de um choque armado em 14/01/1974, no qual três guerrilheiros conseguiram fugir, mas não se sabia o que acontecera com outros três: Piauí (Antônio de Pádua Costa), Beto (Lúcio Petit da Silva) e Antônio (Antônio Alfaiate).

No relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, apresentado em janeiro de 2002, a informação é colidente com a da Marinha: “*Piauí*:

*Antônio De Pádua Costa, foi identificado sendo conduzido por soldados fardados na cidade de São Domingos do Araguaia. Depois de preso trabalhou como guia para as Forças Armadas na base da Bacaba, havendo, inclusive, foto sua em uma equipe. Manoel Leal Lima (ex-guia conhecido como Vanu) relatou que ao final da guerrilha Piauí foi morto na Bacaba, assim como Duda e Pedro Carretel. Vanu disse ter acompanhado a equipe que os executou”.*

O livro Operação Araguaia, de Taís Morais e Eumano Silva, acrescenta detalhes sobre a vida e morte de Antônio de Pádua Costa no Araguaia: “Moradores contam que em uma festa, em meados de 1973, Piauí dançou e namorou uma moça a noite inteira – sem tirar a arma das costas. Tinha temperamento alegre e brincalhão. Preso na casa do morador Antônio Almeida, foi obrigado a andar com o Exército diversas vezes pela mata, em busca dos depósitos de suprimentos. Levou os militares a esconderijos vazios. O ex-guia do Exército Manoel Leal de Lima, o Vanu, afirmou, em depoimento ao Ministério Público, tê-lo visto preso na base de Bacaba. Algum tempo depois, encontrou o corpo na mata, ao lado de outros dois guerrilheiros. Piauí é apontado em duas fotos dos arquivos do Ministério Público. Em uma, está cercado de militares armados. Na outra aparece dentro de um buraco do Vietnã. De acordo com a Marinha, Piauí foi morto pela guerrilheira Rosinha, codinome de Maria Célia Corrêa, no dia 5 de março de 1974. A versão não faz sentido”.

O livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, informa que, no Dossiê Araguaia, a data apontada para a morte é 24/01/1974.



## **ANTÔNIO FERREIRA PINTO**

**Codinome:** *Antonio Alfaiate*

**Nascimento:** 16/07/1932, Lagoa dos Gatos (PE)

**Data do desaparecimento:** 21/04/1974

Conhecido no Araguaia como Antônio Alfaiate, viveu na Baixada Fluminense, onde trabalhava como alfaiate, tornando-se dirigente do Sindicato dos Alfaiates do Estado da Guanabara. Participou dos movimentos populares pré-1964 em Duque de Caxias (RJ), contra a sonegação especulativa de gêneros alimentícios, incluindo ocupação de supermercados e açougues onde os produtos estavam sendo escondidos para alcançar maiores preços.



Militante do PCdoB, foi viver na localidade de Metade, no Araguaia, em 1970. Era franzino, de gênio alegre e gostava de cantar e dançar músicas nordestinas. Pertencia ao Destacamento A.

Antônio Felix da Silva, o mesmo morador que prestou depoimento aos procuradores do Ministério Público Federal, deu informações de como Alfaiate foi preso: “em abril de 1974, poucos militares ainda andavam na mata; os militares achavam que apenas três ou quatro guerrilheiros ainda estavam vivos; os militares pousaram em uma clareira perto de sua casa e foram a pé até a casa de Manezinho das Duas e se esconderam em um bananal próximo da casa; no dia seguinte, pela manhã, o declarante foi até a casa do Manezinho das Duas, conforme determinação dos militares; lá chegando, por volta das 7 horas da manhã, do dia 21/04/1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros”.



## **ANTÔNIO GUILHERME RIBEIRO RIBAS**

**Codinome:** *Zé Ferreira*

**Nascimento:** 20 SET 1946, São Paulo (SP)

**Data do desaparecimento:** 19 Dez1973, morto em combate.

Ribas foi presidente da União Paulista dos Estudantes Secundaristas (UPES) em 1967 e, no ano seguinte, seria provavelmente eleito presidente da UBES – União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Foi detido pelo DOPS, juntamente com a ex-presidente da União Estadual dos Estudantes de São Paulo, Catarina Meloni, durante manifestação contra a presença do presidente Costa e Silva em solenidade pelo Dia da Independência. Foi libertado mediante *habeas-corporis* uma semana antes de ser novamente detido, em Ibiúna, no 30º Congresso da UNE. Condenado pela 2ª Auditoria do Exército, de São

Paulo, em setembro de 1969, a um ano e seis meses de prisão, passou por várias unidades prisionais: Tiradentes (duas vezes), Delegacia de Polícia da Rua 11 de Junho (Vila Mariana), Quartel do Batalhão de Caçadores (São Vicente), Forte de Itaipu (Praia Grande), Casa de Detenção de São Paulo e Quartel de Quitaúna (Osasco). Nesse período, seus parentes sofreram violências e abusos por parte dos policiais.

Libertado em abril de 1970, passou a morar em Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, continuando com sua militância no PCdoB. Ao final do ano, mudou-se para a região do Gameleira, no Araguaia. Antes, teve um último encontro com o irmão. A família, porém, só voltaria a ter notícias suas em 1973, através de Francisco Romanini, detido pela OBAN, que ouvira falar de suas atividades na guerrilha.

O relatório apresentado pelo Ministério do Exército, em 1993, registra que *“Antônio Ribas, durante encontro com uma patrulha na região do Araguaia, conseguiu evadir-se, abandonando documentos nos quais usava o nome falso de José Ferreira da Silva”*. Mais adiante o relatório informa: *“teria morrido em confronto com as forças de segurança”*. Esse relato se aproxima das informações do relatório Arroyo, onde consta que no dia 28 ou 29 de novembro de 1973, ao se encontrarem com uma patrulha do Exército, *“Jaime (Jaime Petit da Silva) e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo”*. Já o relatório da Marinha registra a informação equivocada de que teria morrido, *“em 20 de fevereiro de 1973”*.

No livro de Taís Morais e Eumano Silva, há uma passagem relatando movimentos dos guerrilheiros em 26/12/1973, dia seguinte ao maciço ataque sofrido pela Comissão Militar no dia anterior, que reitera a indicação de que Ribas não mantinha qualquer contato com seus companheiros desde a data da morte de Adriano Fonseca Filho (provavelmente em 28 ou 29/11/1973).

Já no livro de Hugo Studart, *A Lei da Selva*, o autor escreve que Ribas teria morrido três dias antes de Jaime Petit: *“Depois de Ari, os militares apanharam Adriano Fonseca Fernandes Filho, o Chico, também do Destacamento C. Morreu a 3 de dezembro de 1973, segundo o Dossiê. Em vez de transportar o corpo, desta vez os militares levaram somente a cabeça para identificação. Antônio Guilherme Ribeiro Ribas, o Ferreira, do Destacamento B, foi abatido duas semanas depois na área dos paraquedistas. Com mais três dias, em 22 de dezembro, na localidade Grota do Cajá, morreria Jaime Petit da Silva, o Jaime, do Destacamento C. Os militares também lhe cortaram a cabeça para identificação”*. Em nota de pé de página, Studart registra

precisamente a data da morte de Ribas em 19/12/1973, mas ressalva que, segundo anotações pessoais de um militar, ela teria ocorrido no dia 22.

**Esta pesquisa** revela que Zé Ferreira foi morto a 19 de dezembro de 1973, abatido aos 27 anos por soldados do Exército em uma localidade chamada Formiga, ao sul de São Geraldo, PA. Ele e o guerrilheiro Daniel Calado se aproximaram da casa de uma família de camponeses para pedir comida. Os militares teriam chegado logo depois e avistaram dois pratos sujos. Estranharam e decidiram aguardar em tocaia. No final da tarde, os guerrilheiros voltariam para o jantar. Zé Ferreira levou um tiro no peito. Seu corpo foi enterrado a cinco palmos do chão – e lá provavelmente se encontra até hoje, aguardando ser resgatado e entregue à família.



## **ANTÔNIO THEODORO DE CASTRO**

**Codiname:** *Raul*

**Nascimento:** 12Abr 1945, Itapipoca, Ceará

**Data do Desaparecimento:** provavelmente, 05 Mar 1974; preso e, depois, executado pelos militares.

Cursou até o 4º ano de Farmácia na Universidade Federal do Ceará, em Fortaleza; era diretor da Casa do Estudante Universitário. Foi obrigado a se transferir para o Rio de Janeiro devido às perseguições políticas advindas de sua participação no Movimento Estudantil. Matriculou-se na Faculdade de Farmácia e Bioquímica da UFRJ, onde continuou a participar das atividades estudantis em 1969 e 1970, militando também no PCdoB.

Antônio foi deslocado, em 1971, para o Araguaia, indo residir na região do rio Gameleira. Pertencia ao Destacamento B, sendo conhecido por Raul, mas também por Téo e Ceará.

Segundo o “Relatório Arroyo”, Antônio já havia sido ferido no dia 30/09/72, quando desapareceram João Carlos Haas Sobrinho, Ciro Flávio de Oliveira e Manoel Nurchis. No relatório do Ministério da Marinha consta: “Fev./74 - Foi morto durante ataque de terroristas à equipe que o conduzia. Nov./74 - Relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de

implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 27/02/74”.

Há informações de que seus restos mortais podem estar enterrados na Bacaba, no quilômetro 68 da Transamazônica, onde funcionou uma base militar com centro de torturas. Segundo moradores do local, havia um cemitério clandestino no fundo dessa base, próximo à mata.

Studart, *A Lei da Selva*, registra também a informação de que Antônio Theodoro teria sido executado depois de preso.

**Esta pesquisa** revela que Theodoro foi preso por camponeses na Semana Santa de 1974, provavelmente no Sábado de Aleluia, e entregue aos militares. Levado à Base de Xambioá, teria sido torturado. Três dias depois, foi levado por uma equipe do Exército, chefiada pelo capitão Sebastião “Curió” de Moura, para uma antiga trilha que liga a fazenda Rainha do Araguaia (hoje Matrinxã) à estrada conhecida por OP-3, no município de Brejo Grande. Estava ao lado do guerrilheiro Cilon Cunha Brum. Ambos foram executados e deixados insepultos na trilha, ao lado de um bambuzal. O camponês Raimundo Clarindo do Nascimento, o Cacaúba, apontou o local onde avistou os corpos sendo devorados por animais silvestres. O ponto foi demarcado por GPS, em fevereiro de 2012, e entregue à coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) para que tome as devidas providências a fim de que sejam efetivadas as escavações.



## **ARILDO AÍRTON VALADÃO (1948–1973)**

**Codiname:** *Ari*

**Nascimento:** 28 DEZ 1948, Itaici (ES)

**Data do desaparecimento:** 26 NOV1973, morto em combate por camponeses a serviço dos militares.

Arildo se mudou para o Rio de Janeiro, em 1968, para estudar Física na Universidade Federal do Rio de Janeiro, tornando-se presidente do Diretório Acadêmico do Instituto de Física. Na faculdade conheceu Áurea Elisa Pereira, também desaparecida no Araguaia, com quem se casou em fevereiro de 1970.

Além de participarem das atividades do Movimento Estudantil, incorporaram-se ao PCdoB, sempre em companhia de um terceiro desaparecido do Araguaia, colega na mesma faculdade: Antônio de Pádua Costa, o Piauí. Para o casal, a vida na clandestinidade começou após a invasão de seu apartamento pelos órgãos de segurança. Arildo e Áurea foram viver no Araguaia no segundo semestre de 1970, estabelecendo-se na região de Caianos e se integrando ao Destacamento C da Guerrilha. Embora não tivesse formação em Odontologia, Arildo extraía dentes e fazia pequenos atendimentos.

Segundo o relatório Arroyo, *“no dia 24, quando voltavam de um contato com a massa, os companheiros Ari (Arildo), Raul e Jonas pararam próximo de uma gruta. Ari e Raul se aproximaram da gruta para melhor se orientarem. Jonas ficou de guarda, perto das mochilas. Ouvia-se um tiro e Ari caiu. Em seguida ouviram-se mais dois tiros. Raul correu. O comando do Destacamento BC, que também ouvira os tiros, enviou quatro companheiros para pesquisar o que teria havido. Logo adiante, esses companheiros encontraram o corpo de Ari sem a cabeça. Sua arma, rifle 44, seu bernal e sua bússola tinham sido levados. As mochilas de Ari, Jonas e Raul estavam lá. Raul voltou pela manhã ao acampamento e Jonas desapareceu”*. Sua morte também é citada no comunicado nº 8 das Forças Guerrilheiras do Araguaia, com o nome de Ari.

O Relatório da Marinha, de 1993, estabelece como data da morte 24/11/74, provavelmente por equívoco a respeito do ano. O codiname Ari aparece também na relação de mortos do Relatório do Exército, igualmente apresentado ao ministro da Justiça naquele ano.

O ex-colaborador do Exército, Sinésio Martins Ribeiro lembrou, em depoimento prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, que os guias usavam armas apreendidas pelos militares e descreveu as cenas em que as cabeças de três guerrilheiros foram cortadas: “(...) *que o primeiro tiroteio do Exército foi no Pau Preto onde foi morto o Ari; que o depoente estava presente; que Ari não atirou; que Ari teve sua cabeça cortada e levada para a base do Exército em Xambioá; que nesse dia só havia uma equipe de cinco soldados, o comandante era o Piau e os guias eram Iomar Galego, Raimundo Baixinho e o depoente; que a grotta do Pau Preto fica dentro do castanhal do Almir Moraes; que isto se deu num encontro casual, que não viram piseironem tiveram informações; que após a retirada da cabeça a colocaram num saco plástico e voltaram a pé, até a base do Paulista, na beira do Xambioazinho, junto a OP-2; que a cabeça foi entregue ao Dr. César, do Exército; (...)*”.

Studart, *A Lei da Selva*, informa que o dia de sua morte seria 26, e não 24. Agrega também outras informações constantes do Relatório da Marinha: “MAI/73, *invadiu a fazenda ‘Paulista’ em Xambioá/Araguaia, juntamente com um grupo de aproximadamente 10 guerrilheiros, levando toda a provisão de mantimentos e animais da citada fazenda. Além disso, fez um ‘Trabalho de Massa’ com os lavradores que estavam por perto, convocando-os para a ‘Luta pela Libertação’. Morto em 24 NOV 73*”.

**Esta pesquisa** desvela que Ari foi morto a 26 de novembro de 1973 em uma localidade chamada Grotta do Cristal, próxima do rio Sororozinho, abatido pelos tiros de três camponeses, Sinésio Martins Ribeiro, Iomar Ribeiro da Silva e Raimundo Clarindo do Nascimento. Foi decapitado ainda vivo, com o pescoço serrado por um facão cego, de acordo com narrativas orais dos três camponeses à pesquisa. Sua cabeça teria sido entregue na Base Militar de São Raimundo ao major José Teixeira Brant, codinome Dr. César, ainda segundo os camponeses. Ari estava em companhia do guerrilheiro Antônio Theodoro Castro, Raul, e do camponês Josias Gonçalves, que aderira à guerrilha sob o codinome de Jonas. Ambos conseguiram escapar.



## **ÁUREA ELIZA PEREIRA**

**Codinome:** *Áurea*

**Nascimento:** 06/04/1950, Monte Belo (MG)

**Data do desaparecimento:** 01/01/1974; presa e, depois, possivelmente executada.

Na Universidade, participou do Movimento Estudantil no período de 1967 a 1970, tendo sido membro do Diretório Acadêmico de sua escola, juntamente com Antônio de Pádua Costa e Arildo Valadão, ambos também desaparecidos no Araguaia. Áurea casou-se com Arildo Valadão no dia 06/02/1970.

No segundo semestre de 1970, mudou-se junto com Arildo e Antônio de Pádua para o Araguaia, sendo os três militantes do PCdoB, indo viver na região de Caianos. Ali trabalhou como professora e ingressou no Destacamento C, comandado por Paulo Mendes Rodrigues.

No início de 1974, já viúva de Arildo, foi vista no 23º Batalhão de Infantaria da Selva, pelo preso Amaro Lins, ex-militante do PCdoB, que prestou depoimento sobre isso no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro relata também que ouviu um policial dizer a Áurea que arrumasse suas coisas, pois iria “viajar”. Viajar era o termo utilizado por policiais para designar execução.

No relatório do Ministério da Marinha consta como, “morta em 13/06/74”. O Relatório do Exército não fala na morte, mas informa que “Durante a guerrilha do Araguaia, chefiou um grupo de terroristas armados de revólveres cal.38 e espingardas cal.20 que participou, em 4 AGO 73, de uma festa na Fazenda Sapiência”. Segundo depoimento de uma moradora de Xambioá, que não quis se identificar, Áurea teria sido vista sem vida na delegacia da cidade e seu corpo estaria enterrado no cemitério local.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, descrevendo o mecanismo de recompensas em dinheiro para quem matasse guerrilheiros, apresenta mais uma importante informação: “Adalberto Virgulino, que capturou a guerrilheira Áurea (Áurea Eliza Valadão), recebeu oitocentos cruzeiros e um maço de cigarros”.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, descrevem: “Querida por todos, trabalhou como professora no povoado de Boa Vista e esbanjava simpatia. Dois mateiros a prenderam no início de 1974 e a entregaram à repressão. Amarrada, muito magra, faminta e doente, vestia apenas um pedaço de sutiã. As roupas rasgaram em meses seguidos de fuga pela mata úmida e cheia de espinhos. Foi encontrada junto com Batista, morador da região recrutado pela guerrilha, também debilitado pelas dificuldades de sobrevivência na mata. Áurea foi vista viva, depois de presa, na base de Xambioá”.

**Esta pesquisa** confirma que Áurea foi presa entre março e abril de 1974, ao lado de um camponês chamado Batista, que aderira à guerrilha, e depois levada para Marabá, onde permaneceu por pelo menos cinco dias.



## **BERGSON GURJÃO FARIAS**

**Codiname:** *Jorge*

**Nascimento:** 17 MAI 1947, Fortaleza (CE)

**Data da morte:** 2Jun1972, morto em combate.

Bergson atuou no Movimento Estudantil quando cursava Química na Universidade Federal do Ceará. Foi vice-presidente do DCE em 1967, sendo preso durante o 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP), em outubro de 1968, e expulso da Universidade com base no Decreto-lei 477. Ainda em 1968, no Ceará, foi ferido a bala na cabeça quando participava de manifestação estudantil. Em 01/07/1969 foi condenado a dois anos de reclusão pela Justiça Militar. Com isso, passou a atuar na clandestinidade e mudou-se para a região do Araguaia, indo residir na área de Caianos.

Existem controvérsias entre diferentes publicações e documentos quanto à data do desaparecimento ou morte desse líder estudantil cearense. Foi a primeira baixa fatal entre os quadros do PCdoB que foram deslocados para o Araguaia. A data 8 de maio sempre constou nas listas de mortos e desaparecidos políticos. Publicações mais recentes, baseadas em trechos de documentos secretos das forças repressivas, indicam 2 ou 4 de junho.

Segundo o Relatório Arroyo, “(...) dias depois, Paulo (comandante do destacamento) procurou um morador, de nome Cearense, seu conhecido, e que já havia prestado alguma ajuda, encomendando-lhe um rolo de fumo, que seria apanhado dentro de uns três dias. Cearense sempre foi muito ajudado por Paulo. No entanto, diante da recompensa oferecida pelo Exército (1.000 cruzeiros) por cada guerrilheiro que entregasse, Cearense foi a São Geraldo e avisou o Exército do ponto marcado por Paulo. No dia de apanhar o fumo, dirigiu-se ao local um grupo constituído por cinco elementos: Paulo, Jorge (Bérgson Gurjão Farias), Áurea (Áurea Elisa Pereira Valadão), Ari (Arildo Valadão) e Josias (Tobias). Ao se aproximar do local, foram metralhados, tendo morrido Jorge”.



Relatório da Operação Sucuri, de maio de 1974, confirma essa morte. O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, também registra junho como mês de sua morte. Um outro documento, assinado pelo general Antonio Bandeira, então comandante da 3ª Brigada de Infantaria, registrou: *“Nesta fase das operações, que cobriu o período de 22 Maio 72 a 07 Jul 72, foram obtidos os seguintes resultados: a) Morte de três terroristas. 1) Bérqson Gurjão Farias (Jorge) – morto a 02 Jun 72, em Caiano – pertencia ao Destacamento C – era chefe do grupo 700; 2) Maria Petit da Silva (Maria) – morta a 16 Jun 72, em Pau Preto I – pertencia ao Grupo 900 (Destacamento C); 3) Kleber Lemos da Silva (Carlito) – morto a 29 Jun 72, em Abóbora – pertencia ao Grupo 900 (Destacamento C)”*.

O desaparecimento de Bergson foi denunciado pelos presos políticos José Genoíno Neto e Dower Moraes Cavalcante. Genoíno afirmou que lhe mostraram o corpo sem vida de Bergson, com inúmeras perfurações, durante um interrogatório. Dower informou ter sido preso e torturado junto com Bergson e confirmou a versão de Genoíno para a sua morte. Segundo depoimento de Dower, hoje falecido, o general Bandeira de Melo lhe disse que Bergson estaria enterrado no cemitério de Xambioá.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, descreve: *“O Exército oferecia mil cruzeiros por ‘paulista’ capturado. Era dinheiro suficiente para a compra de um pequeno pedaço de terra. Esse tipo de incentivo, associado à intimidação, levou um camponês a denunciar um guerrilheiro com quem tinha boas relações. Deveria entregar-lhe um rolo de fumo e avisou o Exército. Cinco ‘paulistas’ foram para as proximidades do lugar onde deveria ser deixada a encomenda. Um deles, Jorge, aproximou-se. Ouviram-se três rajadas. Bergson Gurjão Farias, 25 anos, ex-aluno de química na Universidade Federal do Ceará, tornou-se o primeiro desaparecido da guerrilha”*.

No “livro secreto” do Exército, divulgado em abril de 2007, consta sobre Bergson na página 720: *“Em junho (de 1972), começando a rarear os suprimentos, os elementos subversivos começaram a deixar a selva em busca de alimentos. No dia 4, houve um choque de um grupo subversivo com as forças legais na região do Caiano. Dele resultou ferido um tenente paraquedista, sendo morto Bérqson Gurjão de Farias (Jorge)”*.

Os restos mortais de Bergson foram identificados após exumação desde o cemitério de Xambioá e é apenas um dos dois guerrilheiros mortos já considerados oficialmente **encontrados**. A outra, Maria Lúcia Petit da Silva.

**Esta pesquisa** confirma a morte de Bergson ocorrida a 2 de junho de 1972, em combate com paraquedistas do Rio de Janeiro. Seu corpo chegaria à base de Xambioá enrolado numa lona e amarrado ao estribo de um helicóptero militar. Seu tronco estava praticamente partido ao meio por uma rajada de metralhadora.



## **CILON DA CUNHA BRUM**

**Codiname:** *Simão* ou *Comprido*

**Nascido:** 03 Fev 1946, São Sepé – Rio Grande do Sul

**Morte:** provavelmente a05 Abril 1974; preso e, depois, executado pelos militares.

Cilon mudou-se para São Paulo, onde ingressou no curso de Economia da PUC e atuou no Movimento Estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico da Economia e dirigente do Diretório Central dos Estudantes. Ao mesmo tempo, trabalhou na MPM publicidade. Seu último contato com a família foi em junho de 1970, quando esteve em Porto Alegre e revelou para seus irmãos que estava com problemas políticos e que poderia ser preso a qualquer momento.

Militante do PCdoB, foi deslocado em 1971 para uma localidade junto ao rio Gameleira, no Araguaia, sendo conhecido como Simão ou Comprido. Como era bom de tiro, tornou-se parte da segurança de Osvaldão, comandante do Destacamento B.

Embora não conste dos documentos recebidos do Arquivo Nacional qualquer menção à presença de Cilon na área da Guerrilha do Araguaia, outros documentos oficiais esclarecem o fato.

Conforme o “Relatório Arroyo”, “em out./72 passou a vice-comandante do Destacamento B”. Estava junto com Osvaldão na localidade de Couro Dantas quando foi morto o cabo Rosa, primeiro militar a ser abatido pelos guerrilheiros, em maio de 1972.

O relatório do Ministério da Marinha informa que, “em Set/73, era o chefe do Grupo Castanhal do Destacamento B. Morto em 27/02/74”. Pedro Ribeiro Alves, conhecido como ‘Pedro Galego’ testemunhou, em depoimento ao Ministério Público Federal, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, ter visto vivos, no acampamento

do Exército em Xambioá, os guerrilheiros Batista, Áurea, Simão (Cilon da Cunha Brum) e Josias. Esse mesmo relatório afirma que Cilon “foi morto por terroristas quando era escoltado, tendo as ações características de ‘justiçamento’” e que isso teria acontecido a 27 Fev 1974.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, apresentam uma foto de Cilon já preso, agachado junto a um grupo de militares.

Em 2003, na 49ª Feira do Livro de Porto Alegre, a deputada do PCdoB Jussara Cony participou do lançamento da obra *Para não esquecer o Araguaia — em memória do gaúcho Cilon*. O livro foi escrito pelo professor da Universidade Federal de Santa Maria, Diorge Konrad, trazendo depoimentos da vereadora Tânia Leão, de São Sepé, autora da lei que deu o nome Cilon Cunha Brum a uma praça naquela cidade.

**Esta pesquisa** revela que Cilon foi preso pelo capataz da fazenda Rainha do Araguaia, José Gomes de Souza, o Zezão, e depois entregue aos militares, de acordo com seu próprio relato à pesquisa. Permaneceu por cerca de três meses em poder dos militares. Após a Semana Santa de 1974, provavelmente em 5 de abril, foi levado por uma equipe do Exército, chefiada pelo capitão Sebastião “Curió” de Moura, para uma antiga trilha que liga a fazenda Rainha do Araguaia (hoje Matrinxã) à estrada conhecida por OP-3, no município de Brejo Grande. Estava ao lado do guerrilheiro Cilon Cunha Brum. Ambos foram executados e deixados insepultos na trilha, ao lado de um bambuzal. O camponês Raimundo Clarindo do Nascimento, o Cacaúba, apontou o local onde avistou os corpos sendo devorados por animais silvestres. O ponto foi demarcado por GPS, em fevereiro de 2012, e entregue à coordenação do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA) para que tome as devidas providências a fim de que sejam efetivadas as escavações.



## **CIRO FLÁVIO SALAZAR DE OLIVEIRA**

**Codinome:** *Flávio*

**Nascimento:** 26/12/1943, Araguari (MG)

**Data do desaparecimento:** 29 ou 30/09/1972

Já no Rio de Janeiro, Ciro ingressou, em 1964, na Faculdade

Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil (hoje UFRJ). Participante ativo do Movimento Estudantil, foi detido pelo DOPS distribuindo folhetos no dia da passeata dos 100 mil, 26 de junho de 1968. Libertado, passou a atuar na clandestinidade. A revista Manchete publicou foto em que Ciro Flávio aparecia incendiando uma viatura policial durante manifestação estudantil, o que lhe valeu intensa perseguição policial.

Em 1970, já engajado no PCdoB, foi para a região do Araguaia, estabelecendo-se na área do rio Gameleira. Integrado ao Destacamento B dos guerrilheiros, morou em Palestina, município de São João do Araguaia, onde, junto com Paulo Roberto Pereira Marques, instalou uma pequena farmácia, valendo-se de sua própria experiência familiar, filho que era de um proprietário de farmácia na Zona Norte do Rio de Janeiro.

Conforme o Relatório Arroyo, morreu metralhado em 29 ou 30/09/1972.

O Relatório apresentado pelo Ministério do Exército ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, registra que Ciro “teria sido morto em outubro de 1972”. Em certidão fornecida pela ABIN, em resposta a um pedido de esclarecimento feito pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, consta que em março de 1975 seu nome integrou uma relação nominal elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Nesta lista aparece como “morto em 1971”.

O Projeto ORVIL registra na página 725 a morte como ocorrendo no dia 29 de setembro de 1972.



## **CUSTÓDIO SARAIVA NETO**

**Codinome:** *Lauro*

**Nascimento:** 05/04/1952, Fortaleza (CE)

**Data do desaparecimento:** entre janeiro e 15/02/1974

Compunha com Uirassu Assis Batista, seu companheiro de atividades no Movimento Estudantil secundarista – Custódio em Fortaleza, Uirassu em Salvador -, a dupla mais jovem entre todos os guerrilheiros do Araguaia, tendo nascido no mesmo dia e possuindo, ambos, 20 anos quando se iniciaram os confrontos armados. Perseguido por sua militância estudantil no Ceará e

já militante do PCdoB, optou por ir viver às margens do Araguaia, estabelecendo-se na localidade de Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, onde ficou conhecido como Lauro.

Incorporou-se ao Destacamento A, sendo mais tarde transferido para o corpo da guarda da Comissão Militar. Foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30 de dezembro de 1973. O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, afirma que Custódio *“foi morto em 15 de fevereiro de 1974, em Xambioá”*.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, escreveram sobre ele: *“Órfão de pai, começou a militar no Movimento Secundarista do Ceará. Participou de manifestações de rua e entrou para a lista dos perseguidos da repressão. Viajou pelo Brasil para ajudar na organização política dos estudantes do segundo grau. Num encontro entre dirigentes da UBES e da UNE, em Salvador, conheceu militantes mais tarde deslocados para o Araguaia. Entre eles estava a líder Helenira Resende. Combateram juntos no Destacamento A. Durante os confrontos, Lauro foi deslocado para a guarda da Comissão Militar. Morreu em 15 de fevereiro de 1974, segundo a Marinha”*.



## **DANIEL RIBEIRO CALLADO**

**Codiname:** *Daniel* ou *Doca*

**Nascimento:** 16/10/1940, São Gonçalo (RJ)

**Data do desaparecimento:** 28/06/1974

Convocado para o serviço militar no Exército, continuou exercendo sua profissão (metalúrgico) naquela Arma, de onde requereu baixa como 3º sargento. A seguir, foi trabalhar nos estaleiros Cacrem e abandonou o emprego em 06/04/1964, devido à perseguição política desencadeada pelo regime militar. Havia ingressado no PCdoB em 1962. O Relatório do Exército, de 1993, registra que *“esteve na China, provavelmente realizando curso de guerrilha”*.

Não existem informações sobre o ano em que se deslocou para o Araguaia, onde ficou conhecido como Doca e possuía, em sociedade com Paulo Rodrigues, um

barco a motor, o “Carajá”, utilizado para comercializar roupas e utensílios diversos junto à população ribeirinha.

No relatório do Ministério da Marinha, de 1993, constam as seguintes informações sobre Daniel: “Participou de greves, campanha de eleição sindical, comícios, ato no Rio em homenagem aos chineses, passeatas e comício durante a revolução em Niterói. Foi cursar guerrilha na China, passando pela URSS e Tchecoslováquia. Participou do destacamento de subversivos em Esperancinha, Gameleira, Pau Preto, tendo se dispersado do grupo e foi preso em Araguaína (...) Morto em 28 JUN 74”.

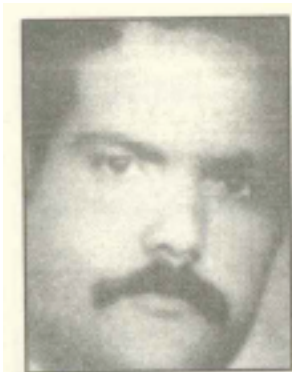
Nos primeiros meses de 1974, chegou a ser visto em três oportunidades na prisão, por Amaro Lins, conforme depoimento prestado no 4º Cartório de Notas de Belém (PA). Amaro disse que viu Daniel e que ele estava bem de saúde. Na terceira vez que o viu, Daniel estava sendo conduzido por um soldado. O soldado lhe disse que Daniel faria uma viagem de avião, sem dizer para onde. Na mesma época, uma moradora de Xambioá viu Daniel preso, com o pé machucado, na Delegacia da cidade. Depoimento de Joaquina Ferreira da Silva, para a Delegacia de Polícia de Xambioá, TO, em 29/04/91, informa sobre a morte de João Carlos Haas Sobrinho e que na mesma ocasião de seu sepultamento, foram enterrados os corpos de Daniel Ribeiro Callado e mais um homem.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, publicaram uma foto em que, segundo os autores, Daniel aparece agachado ao lado do sargento Santa Cruz. Os jornalistas (autores) acrescentam mais informações sobre Daniel: “Bom de bola, montava times de futebol por onde passava. Em Rondonópolis (MT), fez parte da equipe campeã de um torneio amador em 1966. Teve na cidade uma oficina junto com Libero Giancarlo Castiglia, o Joca. Doca fez muitos amigos entre os moradores do Araguaia. Quando começou o confronto, conhecia a região como poucos companheiros. Pertenceu ao Destacamento C. Preso pelo Exército, apanhou muito e foi levado de um lado para outro na mata pelos militares”.

Em março de 2004, a revista *Época* publicou reportagem assinada por Leandro Loyola, que ouviu soldados relatando episódios da guerrilha: “...o operário carioca Daniel Ribeiro Callado, o Doca, havia chegado vivo à base de Xambioá. Ele acabou sendo um dos prisioneiros mais duradouros do Exército. Preso em janeiro de 1974, entre maio e junho ele foi visto amarrado a uma cama de campanha na base. A foto no alto desta página, que mostra Doca ao lado do sargento Santa Cruz (um dos maiores

alagozes do Araguaia), confirma: ele foi usado pelos militares para apontar esconderijos de armas e suprimentos. ‘O Doca saía de helicóptero com eles de manhã e só voltava no final do dia’, conta o soldado Josean Soares. Ele conversava com Doca durante a noite, quando conseguia bananas roubadas para o preso, que estava muito fraco. (...) Enquanto o soldado esteve em missão na base, Daniel passou mais de dez dias preso. Quando veio pela primeira vez, estava de calça e sem camisa, coberto de picadas de mosquito. Recebeu uma camiseta e uma calça camuflada. Perambulou pela mata durante meses. Não se sabe onde foi morto ou enterrado”.

**Esta pesquisa** confirma a prisão de Daniel, apanhado pelo camponês Cícero Venâncio em Araguatins (TO), enquanto tentava fugir da região, segundo narrativa do próprio Cícero. Teriam conversado bastante na Base de Xambioá, até quando ele “subiu no helicóptero”, segundo Cícero, eufemismo usado pelos antigos guias do Exército para a execução do prisioneiro.



## **DERMEVAL DA SILVA PEREIRA**

**Codiname:** *João Araguaia*

**Nascimento:** 16/02/1945, Salvador (BA)

**Data do desaparecimento:** entre janeiro e 28/03/1974

Dermeval, em 1965, ingressou na Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia, onde foi diretor do Centro Acadêmico. Em 1969, foi expulso da Universidade por força do Decreto 477. Transferiu-se então para a Universidade Católica de Salvador, concluiu o curso e passou a trabalhar como advogado. Em 1971, foi processado e condenado à revelia pela Auditoria Militar de Salvador por sua atuação política.

Já militando no PCdoB, foi viver clandestinamente na região do Araguaia, estabelecendo-se na localidade chamada Metade, integrado ao Destacamento A da guerrilha, onde era conhecido como João Araguaia.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, escreve: “João Araguaia, que participara do ataque ao posto da PM e escapara da emboscada em que morrera André Grabois, partira à frente de um dos cinco grupos formados no dia 30 de dezembro.

Provavelmente no final de janeiro, a sorte protegeu-o de novo. Foi com o guerrilheiro Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) à casa de um lavrador para devolver-lhe o filho Sebastião, que acompanhara a guerrilha. Continuava robusto, vestia bermudas e carregava uma submetralhadora. O pai do menino foi para a Bacaba e avisou os militares. Voltou com doze soldados. Guiados por Sebastião, entraram na mata, e deu-se um tiroteio. Manoel, ferido, foi morto com um tiro na cabeça. Tempos depois, magro, amarelado e cabeludo, João pediu a um lavrador que o entregasse ao Exército. Foi metralhado na Bacaba”.

Segundo depoimento prestado por José da Luz Filho, também morador da região, Dermeval teria sido preso na casa de uma moradora da região do Araguaia, de nome Nazaré Rodrigues de Sousa. O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa registra que “Dermeval foi morto em 28 de março de 1974”.

Studart, *A Lei da Selva*, faz referência a depoimentos da população dando conta de que teria sido preso e depois fuzilado no DNER de Marabá.



## **DINAELZA SOARES SANTANA COQUEIRO**

**Codiname:** *Maria Dina*

**Nascimento:** Vitória da Conquista – Bahia

**Data do Desaparecimento:** 08 Abr 1974

Em 1969, foi para Salvador cursar Geografia na Universidade Católica. Participou ativamente do Movimento Estudantil, sendo eleita para a Comissão Executiva do DCE. Nessa época, casou-se com Vandick, estudante de Economia, também desaparecido no Araguaia. Em 1970, ela e o marido já integravam o comitê estudantil do PCdoB. Trabalhou na empresa aérea Sadia, depois Transbrasil, até 1971, quando pediu demissão e foi deslocada para a região do Gameleira, no Araguaia, onde se tornou mais conhecida como Mariadina.

No sul do Pará, integrou o Destacamento B da guerrilha. Dinaelza participou de vários enfrentamentos armados.



No relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, consta que, “usava os codinomes Dinorá e Maria Dina e que sua carteira de identidade havia sido apreendida em um aparelho rural do PCdoB”.

Já o relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, registra que “Dinaelza foi morta em 8 de abril de 1974. (...) relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural. Levada a efeito pelo Comitê Central do PCdoB, em Xambioá”. Segundo depoimento de moradores de Xambioá, Dinaelza foi capturada por forças do Exército.

No relatório apresentado pelos procuradores Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr., em 28/01/2002, também ficou registrado: “Mariadina: Dinaelza S. Coqueiro, foi presa por um mateiro e entregue ao Exército. Interrogada na casa de um camponês, teria cuspidido em um dos oficiais e então executada”.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, traz depoimento de José Veloso de Andrade, encarregado da lanchonete da Bacaba, informando ter visto seis guerrilheiros, vivos, naquele acampamento militar: Mariadina (Dinaelza), Chica (Suely Yumiko Kanayama), Edinho (Hélio Luiz Navarro de Magalhães), Beto (Lúcio Petit), Valdir (Uirassu de Assis Batista), Pedro Carretel (Pedro Matias de Oliveira) e Rosa (Maria Célia Corrêa).

Taís Morais e Elmano Silva, *Operação Araguaia*, escreveram sobre Dinaelza: “Presa pelo mateiro Manoel Gomes nas proximidades da OP- 1, revoltou-se com o tratamento recebido do Exército. Meiga com os familiares, xingou o Major Curió de ‘chifrudo’ e cuspiu na cara de um oficial. Foi morta em 8 de abril de 1974, segundo os registros da Marinha”.

O número 208 de *A Classe Operária*, órgão oficial do PCdoB, trouxe trechos do depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados por Cícero Pereira Gomes, posseiro no Araguaia e que colaborou com o Exército no combate à guerrilha. Depois de descrever com detalhes as torturas aplicadas a guerrilheiros e moradores da região, informou que o corpo de Dinaelza Santana Coqueiro está enterrado na altura do quilômetro 114 da rodovia que liga São Geraldo a Marabá, indicando o local da cova, perto de uma casa de tábuas.

Dinaelza era irmã de Diva Santana, que hoje dirige o Grupo Tortura Nunca Mais da Bahia e integra a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

**Esta pesquisa** revela que Dinaelza foi presa pelo capataz da fazenda Rainha do Araguaia, José Gomes de Souza, o Zezão, depois de muita luta com cinco homens – segundo a narrativa do próprio Zezão. Passou a noite amarrada e vigiada. Na manhã seguinte, um helicóptero chegou para pegá-la. Desceu o capitão Curió, segundo o relato do camponês Cícero Venâncio. O militar teria dado um forte tapa na cara da guerrilheira. Tão forte que a derrubou no chão, de acordo com Cícero. “Você só faz assim, filho de uma égua, corno sem vergonha, chifrudo” – reagiu Diná, ainda segundo Cícero. Outro tapa e ela caiu de novo. Ainda de acordo com Cícero, Dinaelza teria ficado três dias em poder dos militares, “no maior sofrimento”.

**Esta pesquisa** desvela, ainda, que Dinaelza foi levada para execução em uma área perto da casa do camponês Arlindo Vieira, o Arlindo Piauí, por uma equipe de três militares. O camponês Iomar Galego Ribeiro apontou o local onde teria visto ossadas humanas, que seriam de Dinaelza, acredita ele. Sua irmã, Antônia Galega, viúva de Arlindo, também confirmou à pesquisa que Dinaelza desceu do helicóptero em sua casa. Na equipe de militares, estaria o Curió, relata ela. Ela escutou os tiros. Posteriormente, avistou uma pequena elevação semelhante a uma cova no local onde escutou os tiros. O local é próximo à área apontada por seu irmão Iomar. Foram feitas escavações nos dois locais por equipes do GTT, não encontrando vestígios da ossada.



## **DINALVA CONCEIÇÃO OLIVEIRA TEIXEIRA**

**Codiname:** *Dina*

**Nascimento:** 16 MAI 1945, Castro Alves – Bahia

**Data do Desaparecimento:** Jul 1974

Conhecida no Araguaia como Dina, cercada de fama legendária, Dinalva cursou o ginásio no Instituto de Educação Isaías Alves, por onde também passaram Anísio Teixeira e Milton Santos. Formou-se em Geologia pela Universidade Federal,

em 1968. Durante o curso universitário, morava na Casa do Estudante e participou ativamente do Movimento Estudantil em Salvador, em 1967 e 1968, como representante da Residência Universitária Feminina, época em que foi presa, mas solta logo a seguir. Era militante do PCdoB. Nesse período, conheceu Antônio Carlos Monteiro Teixeira, seu colega de turma, também do PCdoB, com quem se casou em 1969. Naquele ano, o casal foi morar no Rio de Janeiro e trabalharam ambos no Departamento Nacional de Produção Mineral, do Ministério de Minas e Energia, participando também de atividades na SBPC.

Em maio de 1970, foram deslocados para a região do Araguaia, onde Dinalva atuou como professora, parteira e chegou a ser vice-comandante do Destacamento C, única mulher da guerrilha a alcançar um posto de comando. Conforme registrado anteriormente, quando tiveram início os choques armados, em abril de 1972, o casal já estava separado e tinha nascido um novo relacionamento entre ela e Gilberto Olímpio Maria, morto no Natal de 1973. Dina se destacou por sua habilidade militar ao escapar de ataques inimigos e participar de várias ações armadas, sendo ferida em uma delas. Era tida como exímia atiradora. Sobreviveu ao ataque do Natal de 1973, mesmo enfrentando grave surto de malária.

O Relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, assim descreve a atuação de Dina no início de 1973: “entre os dias 30 JAN e 02 FEV/73, acompanhada por outros elementos, percorreu várias casas de caboclos da região de Pau Preto, onde foi comprado arroz e distribuído um manifesto do PCdoB, prometendo aos elementos da região que após a derrubada do governo seriam instalados na mata escolas e hospitais. Na ocasião, foi notado que o grupo de Dina portava armas semelhantes às usadas pelo Exército, e que a mesma portava uma atravessada no peito que aparentava ser automática. Dina comentou que o grupo estava preparado para vingar os companheiros mortos durante as operações militares ocorridas em SET 72.” E o relatório conclui informando a data de sua morte: “JUL/74, teria sido morta em Xambioá”.

Segundo depoimentos contraditórios de moradores da região, Dina teria sido presa na Serra das Andorinhas em estado adiantado de gravidez, versão que é reforçada, sem certeza, pelo coronel-aviador Pedro Corrêa Cabral no depoimento prestado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados. Em diferentes versões, ora se a firma que Dina foi presa com Lia (Telma Regina Cordeiro Corrêa), ora, com Tuca (Luiza Augusta Garlippe).

Studart, *A Lei da Selva*, apresenta um relato detalhado com destaque para o fato de apontar claramente o nome do autor da execução sumária, o sargento de codinome Ivan. Em nota de pé-de-página, o autor escreve: “*O Dossiê registra a morte de Tuca em julho daquele ano, mesma época da morte de Dina. Informações de militares dão conta de que Tuca teria sido executada no mesmo dia de Dina, em ações separadas. In: Depoimento oral de Louro (codinome), em 21 de setembro de 2002*”. Complementa, em outro comentário de pé-de-página: “*Seu corpo foi inicialmente enterrado no local da execução. Em 1975, teria sido exumado e levado para a cremação em outro local*”.

## **DIVINO FERREIRA DE SOUZA**



**Codinome:** *Nunes*

**Nascimento:** 12/09/1942, Caldas Novas (GO)

**Data do desaparecimento:** 13 ou 14/10/1973

A família mudou-se de Caldas Novas para Goiânia em 1947. Ainda estudante, participou de várias greves. Em 1961, tornou-se membro da União Goiana dos Estudantes Secundaristas. O relatório do Ministério do Exército, de 1993, atribui a ele a participação em um assalto ao Tiro de Guerra de Anápolis (GO), em 1965, de onde foram roubadas armas e munições.

Em 1966, Divino viajou para a China junto com Micheas Gomes de Almeida, o Zezinho do Araguaia, que retirou da área Ângelo Arroyo no início de 1974. Numa escala no aeroporto de Karachi, no Paquistão, a CIA teria retido por duas horas o avião querendo prender Divino. A solidariedade dos demais passageiros teria inviabilizado a tentativa da agência norte-americana de inteligência e o grupo conseguiu chegar a Pequim, onde recebeu capacitação política e militar.

Depois da China, Divino regressou clandestinamente ao Brasil, indo viver no interior de Goiás e depois no Araguaia, na região de Brejo Grande, onde trabalhava como comerciante e agricultor. Lá passou a integrar o destacamento A da Guerrilha, sendo conhecido por Nunes. As condições em que foi morto já foram detalhadas na descrição das mortes anteriores. O Relatório do Ministério da Marinha o relaciona entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação de guerrilha rural pelo

Comitê Central do PCdoB, em Xambioá, e traz como data da morte 14/12/1973, aparentemente por equívoco em relação ao mês.

Contundente é o depoimento prestado pelo guia Manoel Leal Lima, o Vanu, em 28/01/2001, aos procuradores da República Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Junior: *“Que na primeira vez que foi usado como guia foi para a localidade chamada Caçador, acompanhando o Major Adurbo e o Sargento Silva, um Cabo e cinco soldados; Que dormiram na mata e no outro dia, por volta de três a quatro horas da tarde ouviram tiros, foram em direção ao local e o depoente identificou um grupo de cinco guerrilheiros que portava fardamento e arma da PM, que haviam roubado do Posto do Entroncamento; Que este grupo estava matando três porcos, na casa do velho Geraldo; Que o depoente disse para os militares que eram os guerrilheiros Zé Carlos, Nunes, Alfredo, João Araguaia e Zé Bom; Que a tropa do Exército abriu fogo contra os guerrilheiros; Que foram pegos de surpresa no momento em que se preparavam para carregar os porcos, os guerrilheiros estavam conversando e as coisas sendo preparadas para levantar acampamento; Que morreram no local Zé Carlos, Alfredo e Zé Bom; Que João Araguaia conseguiu fugir e que NUNES foi baleado, vindo a morrer em Marabá no dia seguinte; Que depois do tiroteio o Sargento CID passou a noite toda aplicando anestesia no guerrilheiro para que ele aguentasse a investigação; Que o preso, baleado, foi interrogado a noite toda sobre os locais por onde tinha passado, onde havia lutado, quantas pessoas havia matado e outras investigações sobre a guerrilha; Que durante o interrogatório o preso pedia que o seu interrogatório fosse divulgado na televisão;...Que os corpos dos mortos foram fotografados no heliporto; Que depois de fotografados foi feito (sic) uma vala rasa onde coubesse os três corpos que foram cobertos com terra e pau”.*

Há convergentes informações no sentido de que Divino foi preso vivo. Gaspari, em *A Ditadura Escancarada*, registrou: *“Um dos mortos era Zé Carlos, filho de Grabois. O oficial que comandava a tropa mandou que o mateiro Vanu os enterrasse na direção do rio. Um dos feridos era Nunes, um veterano do curso na China, que vivera como comerciante na região. Enquanto foi interrogado na mata, ameaçou os militares com a possibilidade da chegada da imprensa e da televisão a aquele pedaço de selva, para que registrassem o que lá acontecia. O outro era Antonio Alfredo Campos, um lavrador analfabeto. Foram levados de helicóptero para a Casa Azul e assassinados”.*



## **ELMO CORRÊA**

**Codiname:** *Lourival*

**Nascimento:** 16/04/1946, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** 14/05/1974

Elmo cursou até o 3º ano da Escola de Medicina e Cirurgia no Rio de Janeiro, onde participou do Movimento Estudantil. Casado com Telma Regina Cordeiro Corrêa, foram juntos para a região do Araguaia, em fins de 1971, onde desapareceriam três anos mais tarde. Sua irmã, Maria Célia Corrêa, casada com João Carlos Wisnesky, conhecido como Paulo Paquetá, que deserdou da guerrilha, também desapareceu no Araguaia no ano de 1974.

Elmo era conhecido na região como Lourival e foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 25 de dezembro de 1973. Segundo o depoimento de um camponês da região, teria sido morto pelas forças da repressão na localidade de Carrapicho. Possivelmente, seus restos mortais estejam enterrados ali.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Marinha Maurício Corrêa, registra que Elmo “foi morto em 14/05/1974”, sem esclarecer mais nada.



## **FRANCISCO MANOEL CHAVES**

**Codiname:** *Zé Francisco ou Chaves*

**Nascimento:** não existem registros oficiais. A Marinha, onde serviu, informa que foi em 14 ABR 1907

**Data do desaparecimento:** 21 SET 1972

De origem camponesa, muito jovem ingressou na Marinha de Guerra. Em 03 ABR1935, engrossou as fileiras da Aliança Nacional Libertadora, filiando-se em seguida ao Partido Comunista. Preso em 1935, após a derrota da insurreição armada, foi torturado sob a chefia do comandante Lúcio Meira, sendo mais tarde recolhido ao presídio da Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro. O escritor Graciliano Ramos, que conviveu com ele nessa época, narra em *Memórias do Cárcere* os esforços de Chaves e de outros companheiros, para denunciar as condições desumanas em que viviam os detentos daquele presídio. Em 1937 foi expulso da Marinha, segundo informações encontradas nos arquivos secretos do DOPS/SP.

Libertado no início da década de 40, participou da preparação da Conferência da Mantiqueira, em 1943, sendo eleito suplente do Comitê Central do partido, cargo que exerceu até 1946. Perseguido após abril de 1964, militando no PCB, foi residir na região de Caianos, no Araguaia, atuando no Destacamento C, onde adotou o codinome de Chaves; os camponeses o chamavam de Preto Chaves; frequentador dos terecôs, passou a ser chamado de Preto Velho. Nessa época, já contava mais de 60 anos de idade, não se conhecendo precisamente sua data de nascimento. Foi morto em 21 SET 1972, junto com José Toledo de Oliveira, próximo ao local onde morrera Miguel Pereira dos Santos no dia anterior.

Sua morte consta no Relatório Arroyo.

Studart, *A Lei da Selva*, transcreve trecho do diário de Maurício Grabois, em que o comandante principal da guerrilha teria anotado: *“José Francisco, antigo marinheiro, ingressou no P em 1931. O guerrilheiro mais velho e o único preto do D. Tinha 64 anos, mas possuía muito vigor físico. Chaves era o seu sobrenome (não me recordo do seu primeiro nome). Como marinheiro, foguista, participara, em 1935, do movimento da ANL na Armada, sendo condenado a longos anos de prisão no período do Estado Novo. Em 1943, esteve presente à Conferência da Mantiqueira, que reestruturou o P, sendo eleito para o Comitê Central. (...) A idade para ele não era empecilho, embora já sentisse o peso dos anos”*.

As páginas do “livro secreto”, ou Orvil, do Exército, registra uma outra data: *“No dia 29, um grupo de quatro ou cinco terroristas tentou emboscar um GC do 10º BC, Os terroristas montaram uma emboscada numa capoeira. Percebida a ação, em razão dos ruídos produzidos pelos subversivos, foi montada uma contra-emboscada na qual morreram três terroristas: Antonio Carlos Monteiro Teixeira (Antonio), José Toledo de Oliveira (Victor) e José Francisco Chaves (Zé Francisco)”*.

Nas exumações feitas no cemitério de Xambioá por uma Comissão de Familiares, parlamentares, leigos e pela Comissão Justiça e Paz de São Paulo, em 1991, foram encontrados ossos de um homem negro com mais de 60 anos que, provavelmente, são de Francisco Manoel. Essa ossada permaneceu no Departamento de Medicina Legal da Unicamp sem ser identificada. Posteriormente foi transferida para o IML de São Paulo. Na hipótese de ser localizado algum parente próximo e consanguíneo seu, será possível efetuar imediatamente a comparação com o perfil genético a ser extraído desses ossos, com boas chances de resultado positivo.





## **GILBERTO OLÍMPIO MARIA**

**Codiname:** *Pedro Gil* ou apenas *Pedro*

**Nascimento:** 11 MAR 1942, Mirassol – São Paulo

**Data do Desaparecimento:** 25 DEZ 1973

Começou a militância política no PCB e, posteriormente, transferiu-se para o PCdoB. A partir de 1961, durante dois anos, cursou Engenharia na Tchecoslováquia, junto com Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, de quem se tornou amigo. Trabalhou e escreveu no jornal *A Classe Operária* até abril de 1964, quando passou a viver na clandestinidade.

Em 30/12/1964, casou-se com Victoria Grabois, filha de Maurício Grabois, em Araraquara (SP), e os dois se mudaram para Guiratinga (MT). Junto com Paulo Rodrigues e Osvaldão, tentaram organizar os camponeses na resistência à ditadura, mas em 1965 foram obrigados a abandonar essa atividade porque surgiu a possibilidade de serem detectados pelos órgãos de segurança do regime militar.

Em 1966, mesmo ano em que nasceu seu filho Igor, hoje dirigente do PCB, foi para a China, onde recebeu adestramento militar. Retornando ao Brasil, morou em diversos locais do interior, inclusive Porto Franco (MA), com o médico João Carlos Haas Sobrinho, na companhia de quem se mudou, em 1969, para Caianos, localidade próxima ao rio Araguaia. Em Porto Franco, Gilberto era tido como pessoa inteligente e cativante. Na Guerrilha do Araguaia usou o nome Pedro e atuava junto à Comissão Militar, sendo nomeado, mais tarde, comandante do Destacamento C, junto com Dinalva, a Dina, a quem se ligou depois de ela ter se separado do marido Antônio.

Ao lado de Paulo Rodrigues e outros companheiros, fundou o povoado de São João dos Perdidos, distrito de Conceição do Araguaia (PA).

Morreu metralhado junto com o ex-sogro Maurício Grabois, Paulo Rodrigues e Guilherme Lund.

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, é o único documento oficial do Estado brasileiro, até hoje, a reconhecer a morte desses quatro militantes, indicando como data 25/12/1973.



## **GUILHERME GOMES LUND**

**Codiname:** *Luiz*

**Nascimento:** 11 JUL 1947, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** 25/12/1973

Em 1967, ingressou na Faculdade Nacional de Arquitetura da UFRJ, onde foi contemporâneo de Ciro Flávio Salazar de Oliveira, também desaparecido no Araguaia. Coursou até o segundo ano da faculdade e participou do Movimento Estudantil da época. Em 26 de junho de 1968, dia da Passeata dos Cem Mil, foi preso com outros companheiros, quando distribuía panfletos na avenida Presidente Vargas. Foi libertado em 10 de julho e, posteriormente, condenado a seis meses de prisão, pena que não cumpriu. Em 1969, mudou-se para Porto Alegre e, no início de 1970, já militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia.

Ao comunicar a seus pais sua decisão de abandonar a cidade e dedicar-se à luta, disse: *“Cada vez se torna mais difícil para os jovens se manterem nesse estado de coisas atual. Não há perspectivas para a maioria dentro do atual status, muito menos para mim que não consigo ser inconsciente ou alienado a tudo que se passa em volta... Minha decisão é firme e bem pensada... No momento só há mesmo uma saída: transformar este país, é o próprio governo que nos obriga a ela. A violência injusta gera a violência justa. A violência reacionária é injusta enquanto a violência popular é justa, porque está a favor do progresso e da justiça social”*.

No Araguaia, Guilherme se valeu de sua prática de hipismo e natação, transformando-se em um destacado tropeiro. Pertenceu ao Destacamento A, depois ao Destacamento C e incorporou-se à guarda da Comissão Militar. Está desaparecido desde o ataque do dia de Natal de 1973, quando estava gravemente atingido por malária e quando teria sido um dos quatro guerrilheiros abatidos naquele ataque.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado ao ministro da Justiça Maurício Corrêa em 1993, relaciona Guilherme Lund entre os que estiveram ligados à

tentativa de implantação de guerrilha rural pelo Comitê Central do PCdoB em Xambioá (TO), e registra a sua morte no dia 25 de dezembro.

No Relatório do Ministério da Aeronáutica consta ter sido militante do PCdoB e guerrilheiro no Araguaia. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, também está anotado sobre ele: “*Guilherme Gomes Lund, morto em 25 Dez 73 (Eq D2)*”.



## **HELENIRA RESENDE DE SOUZA NAZARETH**

**Codiname:** *Fátima*

**Nascimento:** 11 JAN 1944, Cerqueira César (SP)

**Data do Desaparecimento:** 28 ou 29 SET 1972

Em São Paulo, cursou Letras na Faculdade de Filosofia da USP, localizada então na Rua Maria Antônia, sendo eleita presidente do Centro Acadêmico. Tornou-se importante liderança no Movimento Estudantil, sendo conhecida também pelo apelido “Preta”. A primeira prisão de Helenira aconteceu em junho de 1967, quando escrevia nos muros da Universidade Mackenzie, na própria Maria Antônia, a frase: “*Abaixo as leis da ditadura*”. Voltou a ser presa em maio de 1968, quando convocava colegas a participarem de uma passeata na capital paulista. Naquele mesmo ano de fortes mobilizações estudantis, foi presa pela terceira vez em Ibiúna (SP), agora como delegada ao 30º Congresso da UNE, entidade da qual era vice-presidente. Na ocasião, quando o ônibus que transportava estudantes presos passou pela avenida Tiradentes, Helenira conseguiu entregar a um transeunte bilhete para ser levado à sua residência, no Cambuci, avisando a família sobre a prisão. Apontada como liderança no Movimento Estudantil, foi transferida do Presídio Tiradentes para o DOPS. Depois, a estudante seria transferida para o Presídio de Mulheres do Carandiru, onde ficou detida por dois meses. A família conseguiu libertá-la mediante *habeas corpus* na véspera da edição do AI-5. A partir de então, Helenira, que já era militante do PCdoB, passou a viver e atuar na clandestinidade, morando em vários pontos da cidade e do país antes de mudar-se para o Araguaia.

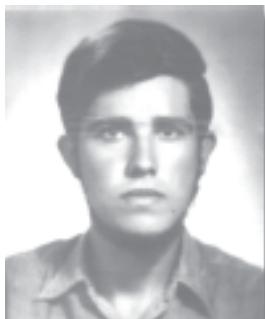
Conhecida como Fátima naquela região, integrou o Destacamento A da guerrilha, unidade que passou a ter seu nome após sua morte, em 28 ou 29/09/1972. Teria matado um militar e ferido outro, antes de ser ferida e morta. Metralhada nas pernas e torturada até a morte, segundo depoimento da ex-presença política Elza de Lima Monnerat na Justiça Militar, foi enterrada na localidade de Oito Barracas.

O relatório do Ministério Público Federal de São Paulo, assinado pelos procuradores Marlon Alberto Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr, de 28/01/2002, também registra a partir de depoimentos tomados de moradores da área, quase 30 anos depois: *“Fátima: HELENIRA REZENDE, foi vista por um depoente, baleada na coxa e na perna, sendo carregada em cima de um burro de um morador da região, próximo à localidade de Bom Jesus. Outro depoente ouviu referências de que Fátima foi vista na base de Oito Barracas. E um terceiro conta que ‘ouviu falar’ ter Fátima chegado já morta em Oito Barracas, em função de ferimentos”*. Os procuradores também registram como possível local de sepultamento as proximidades do igarapé Tauarizinho, na base de Oito Barracas.

No arquivo do DOPS/PR, sua ficha foi encontrada na gaveta com a identificação “falecidos”. No “livro secreto” do Exército, divulgado pela imprensa em abril de 2007, consta a respeito dela na página 724: *“No dia 28(de setembro de 1972), um grupo que realizava um patrulhamento quase caiu numa emboscada fatal. No entanto, falhou a arma ou fraquejou um dos terroristas e o grupo foi alertado. Como se tratasse de uma passagem perigosa, o grupo tinha exploradores evoluindo pela mata, os quais reagiram a tempo. O terrorista cuja arma falhara logrou fugir. O outro, que abriu fogo com uma espingarda calibre 16, caiu morto no tiroteio que se seguiu. Trata-se de Helenira Resende de Souza Nazareth (Fátima), do destacamento A”*

Stuart, *A Lei da Selva*, relata sua morte como ocorrendo na localidade chamada Remanso dos Botos, em choque com uma patrulha de fuzileiros navais, não do Exército, sem confirmar a ocorrência de baixas entre os

militares da Marinha, que teriam sido retirados da região em seguida, por falta de condições psicológicas para permanecerem na selva.



## **HÉLIO LUIZ NAVARRO DE MAGALHÃES**

**Codiname:** *Edinho*

**Nascimento:** 23 NOV1949, Rio de Janeiro, capital.

**Data do Desaparecimento:** 14 MAR 1974

Cursou Química na Universidade Federal do Rio de Janeiro e também estudava piano. Participou ativamente do Movimento Estudantil entre os anos de 1967 e 1970.

Devido às dificuldades impostas pelo AI-5, terminou abandonando a vida universitária e foi viver na região do Araguaia, já incorporado à militância do PCdoB, sendo conhecido por Edinho no Destacamento A.

Seus companheiros relataram que, inicialmente, enfrentou dificuldades de adaptação à vida na selva, principalmente para cozinhar e calcular distâncias. Como passou a contar cada passo, Edinho adquiriu o apelido de “Passômetro”, mas também tinha uma capacidade de calcular distâncias com grande precisão. Tocava flauta na floresta.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, contém três anotações sobre Hélio: “Fev/74 – Foi preso gravemente ferido, como terrorista, na região de Chega com Jeito, portando um fuzil metralhadora adaptado cal.38, um revólver cal.38 e uma cartucheira com 36 cartuchos. Fev/74 – filho do Comte. Hélio Gerson Menezes Magalhães, foi preso após ter sido ferido. Possibilidades de sobrevivência desconhecidas. Nov 74 – relacionado entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo CC do PCdoB, em Xambioá. Morto em 14/03/74.”

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, informa que o ex-encarregado da lanchonete da Bacaba, José Veloso de Andrade, viu Edinho preso naquele acampamento. O já mencionado relatório, que quatro procuradores do Ministério Público Federal produziram em 2002, registra que ele foi preso e ferido em confronto com as Forças

Armadas, em São Domingos do Araguaia, na mesma ocasião em que foi preso Luiz René Silveira e Silva, o Duda. Essa informação é confirmada por Taís Morais e Eumano Silva em Operação Araguaia.

Em carta escrita por Carmen Navarro Rivas, mãe de Hélio Luiz Navarro de Magalhães, a família abriu mão da indenização prevista na Lei nº 9.140/95 e pediu às autoridades esclarecimentos sobre o desaparecimento de seu filho: “que se abra o caminho da verdade que está nas mãos daqueles que o possuem”. A carta também é assinada por Diana Pilo, mãe de Pedro Alexandrino Oliveira Filho. No site [www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia](http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia), considerado como a mais abrangente fonte de informações e documentação pertinentes àquele episódio de guerrilha, constam outras informações sobre o caso.

O Correio Braziliense publicou, em 17/06/2007, matéria de Leonel Rocha, que acabava de realizar uma visita de quatro dias à região da guerrilha. O jornalista informa: *“quem também voltou à sua antiga roça foi Raimundo Nonato dos Santos. Aos 77 anos, é conhecido como Peixinho e esteve no centro dos combates. Ele conta que perdeu porcos, patos, galinhas e uma chácara com frutas e legumes plantados. ‘Me corta o coração falar desse assunto hoje’, diz Peixinho, que chama os antigos guerrilheiros de ‘o povo da mata’. Obrigado pelo Exército, localizou o guerrilheiro Hélio Luiz Navarro de Magalhães, conhecido como Edinho, preso e ferido pela patrulha em março de 1974.”*

Cabe acrescentar que, em JAN 2011, o Ministério da Defesa e Advocacia Geral da União (AGU) entraram com pedido junto à Justiça Federal para que a Polícia Federal investigue se Hélio Luiz, juntamente com Luís René da Silveira, Antônio de Pádua Costa, Áurea Elisa Valadão e Dinalva Oliveira Teixeira, todos guerrilheiros do Araguaia e tidos como mortos pelas Forças Armadas, foram preservados vivos e passaram a viver na clandestinidade com novas identidades, a pedido também dos membros do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), que colheu depoimentos de camponeses e moradores da região do conflito, alguns apresentados nesta pesquisa. Alguns familiares de desaparecidos, no entanto, consideram essa uma manobra para “desviar a atenção da busca pelos ossos” de seus parentes.



## IDALÍSIO SOARES ARANHA FILHO

**Codiname:** *Aparício*

**Nascimento:** 21/08/1947, Rubim (MG)

**Data do desaparecimento:** 13Jun1973

Estudante do curso de Psicologia na UFMG, em 1970, casou-se com Walkíria Afonso Costa, que seria a última das desaparecidas na guerrilha do Araguaia. Foi eleito presidente do Centro de Estudos de Psicologia de Minas Gerais e do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas em 1971.

Em janeiro de 1971, Idalísio e Walkíria, já militantes do PCdoB, decidiram mudar-se para o Araguaia, região do Gameleira. Violeiro e cantador e ela, sanfoneira, tinham como missão política aumentar o contato com os camponeses, aumentando a simpatia daqueles com quem convivia.

Sua morte é registrada pelo relatório Arroyo, *“em julho, a CM resolveu enviar um grupo de companheiros, chefiados pelo Juca (João Carlos Haas Sobrinho), para conseguir reatar o contato com o C. Faziam parte do grupo: Flávio (Ciro Flávio de Oliveira Salazar), Gil (Manoel José Nurchis), Aparício (Idalísio Soares Aranha Filho) e Ferreira (Antônio Guilherme Ribeiro Ribas), do B. Esta medida se impunha porque o C não atendeu aos pontos previamente estabelecidos. Este grupo caiu numa emboscada do Exército na Grota Vermelha, a uns 50 metros da estrada. Juca levou dois tiros: um na perna e outro na coxa, mas conseguiu, juntamente com os outros companheiros, embrenhar-se na mata. Ficaram parados alguns dias para que Juca se restabelecesse. Durante esse período, Aparício saiu para caçar e se perdeu. Procurou a casa de um morador chamado Peri, por onde sabia que os demais iam passar. Lá ficou à espera. O dono da casa onde se refugiou levou-o para um barraco no mato, próximo à casa. Aí lhe serviam a comida. Dias depois, apareceu o Exército e travou tiroteio com Aparício. Este descarregou todas as balas do revólver que tinha e quando tentava enchê-lo de novo recebeu um tiro e morreu. Não se sabe se o Exército chegou por acaso ou se foi denúncia”.*

Em 1992, foi entregue anonimamente à Câmara dos Deputados um documento onde consta que, em julho de 1972, seu grupo entrou em combate com uma patrulha do Exército, perto da Grota Vermelha. Idalísio perdeu-se do grupo. Em 12/07/1972, em Perdidos, distante nove léguas a Oeste de Caianos, Idalísio foi emboscado e morto,

aos 25 anos de idade, segundo documento dos Fuzileiros Navais entregue anonimamente à Comissão de Representação Externa da Câmara Federal, em 1992.

Relatório do Ministério da Marinha diz que Idalísio foi morto, em julho de 1972, “*por ter resistido ferozmente*”. Na mesma época em que Idalísio morreu no Araguaia, a casa de seus pais, em Belo Horizonte, foi invadida por policiais. Em julho de 1973, foi condenado à revelia pela Justiça Militar.

Studart, *A Lei da Selva*, acrescenta: “*Entrou em combate com uma equipe de militares da inteligência. Levou 53 tiros de metralhadora, inclusive no rosto, e ainda assim conseguiu escapar pela mata. Foi apanhado pelos militares dois quilômetros adiante, agonizando no chão. Um mateiro o executou com um tiro de espingarda Winchester calibre 44. O tiro atingiu sua cabeça, que foi praticamente arrancada do tronco. Idalísio foi levado numa rede para Xambioá a fim de ser identificado. Foi inicialmente enterrado no cemitério local, na ala dos indigentes. Os militares mataram um cachorro e enterraram em cima do seu corpo para futura identificação*”.

Em abril de 2007, reportagens de Lucas Figueiredo revelam que existe a seguinte passagem no chamado “*livro negro do terrorismo no Brasil*”, de responsabilidade do CIE e do ex-ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves: “*Nesse mês (julho de 1972), no dia 13, num choque com as forças legais em Perdidos, foi morto o subversivo Idalísio Soares Aranha Filho (Aparício)*”

**Esta pesquisa** confirma que a data de sua morte foi 13 de junho de 1973, e acrescenta: “A história que os paraquedistas que mataram o guerrilheiro relataram aos superiores a chegarem à Base de Xambioá, em suma, é a de que um helicóptero da aeronáutica sobrevoava uma área perto de uma árvore colossal, uma estopeira, quando avistaram um grupo de guerrilheiros numa clareira. Eles correram, mas um deles ficou para trás, atirando em direção ao helicóptero. Chegou a ferir um militar. Estes, por seu turno, dispararam a metralhadora contra o guerrilheiro. Desceram a aeronave na clareira e foram atrás. O guerrilheiro atirava para trás e os militares respondiam. Em determinado momento, o guerrilheiro sucumbiu. Seu corpo foi levado para Xambioá, fotografado e examinado por médicos. Estava com mais de 50 tiros, rosto e crânio dilacerados. Foi enterrado no cemitério local. Em depoimento à CNV, um militar que recebeu o corpo de Aparício em Xambioá registra: “*(...) Outra frase dizia que o jovem fora vítima de disparidade de armamento quando foram atacados por uma saraivada de tiros de fuzil enquanto respondiam com espingardas de 20 e 44, além de revólveres 38. No conjunto, sempre comentários de admiração por sua*



*bravura. Um dos PQDs chegou a falar que morreria como um herói, segurando os militares a bala para que desse tempo dos companheiros escaparem.”*



## **JAIME PETIT DA SILVA**

**Codiname:** *Jaime*

**Nascimento:** 18 JUN 1945, Jacanga – São Paulo

**Data do Desaparecimento:** 22 DEZ 1973

Jaime era irmão dos guerrilheiros Lúcio e Maria Lúcia, também mortos no Araguaia. Participou do Movimento Estudantil, sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico de sua faculdade em 1968. Esteve no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna, onde foi preso. Ainda em Itajubá, casou-se com Regilena da Silva Carvalho.

Condenado pela Justiça Militar à revelia em 1969, foi obrigado a abandonar o curso de Engenharia e trabalhou como eletricitista durante algum tempo. O casal, já integrado ao PCdoB, residiu por algum tempo em Goiânia, antes de seguir para o Araguaia, fixando residência na localidade de Caianos, onde já estavam os irmãos de Jaime, integrando-se ao Destacamento B das Forças Guerrilheiras. Depois de iniciados os choques armados, Regilena se desgarrou dos companheiros e terminou se entregando às forças de repressão em julho ou setembro de 1972 (documentos trazem datas divergentes), ficando presa até o final daquele ano.

Não foi possível definir uma data precisa para o desaparecimento de Jaime. Segundo o “Relatório Arroyo”: *“Dia 28/29 de novembro, o grupo dirigido pelo Simão (8 companheiros) acampou nas cabeceiras da grotta do Nascimento. Neste mesmo local, o Destacamento B já havia acampado meses atrás. Ferreira ficou na guarda, Jaime foi catar babaçu, Chico (Adriano Fonseca Filho) e Toninho foram procurar jaboti numa gameleira próxima. Chico recebeu um tiro, caindo morto. Eram 17 horas. Em seguida, ouviram-se mais seis tiros. O grupo levantou acampamento imediatamente, deixando, no entanto, as mochilas, as panelas, os bornais. O Doca (Daniel Callado) deixou o revólver, que estava consertando no momento da saída. Jaime e Ferreira (Antonio Guilherme Ribeiro Ribas) ficaram desligados do grupo.”*

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa que “existe registro de sua morte em 22/12/1973”, sem especificar as circunstâncias e o local de sepultamento.

O relatório do Ministério da Marinha também afirma que foi “morto em 22/12/1973”.

Consta do relatório assinado por quatro procuradores do Ministério Público Federal de São Paulo: *“Jaime Petit da Silva, morto em confronto, teve a cabeça decepada e enterrado em cova rasa, perto da Grotta do Buragiga, Município de São Geraldo do Araguaia, onde hoje seria pasto da Fazenda de propriedade do Sr. Antônio Costa. A cabeça foi entregue a um oficial do Exército, que a levou para a base de São Raimundo.”*

Studart, *A Lei da Selva*, acrescenta que o corpo de Jaime Petit teria sido deixado insepulto, coberto por palha de coqueiro.

**Esta pesquisa** desvela que Jaime foi morto a 22 de dezembro de 1973, em combate com uma equipe de militares. Foi encontrado sozinho em uma choupana de palha armada no topo de um morro, o Ponto dos Perdidos. Ao avistar os militares, Jaime reagiu atirando. Os militares, chefiados por um sargento, foram subindo a colina e fechando o cerco. Jaime tombou cravejado de balas. Tinha 28 anos. Foi Iomar Galego quem o enterrou na mesma colina. Antes, cortou sua cabeça. Dessa vez, a lâmina estava afiada. “Foram só duas passadas de facão: tsk, tsk” – relatou Iomar a esta pesquisa.



## JANA MORONI BARROSO

**Codiname:** *Cristina*

**Nascimento:** 10/06/1948, Fortaleza (CE)

**Data do desaparecimento:** entre 02/01 e 11/02/1974

Cursou até o quarto ano de Biologia na Universidade Federal do Rio de Janeiro, onde se integrou à Juventude do PCdoB. Trabalhou com outros companheiros como responsável pela imprensa clandestina do partido.

Em 21 de abril de 1971, foi deslocada para a localidade de Metade, região do Araguaia, onde trabalhou como professora e ficou conhecida como Cristina, integrando o Destacamento A da guerrilha. Dedicou-se também a atividades de caça e ao plantio. Casou-se com Nelson Lima Piauhy Dourado. Ao se despedir dos pais, deixou-lhes uma carta explicando as razões de sua opção política e um exemplar do clássico de Gorki, *A Mãe*, que narra uma sensível história de amor entre um militante socialista e sua mãe na Rússia czarista.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, traz outras informações colhidas na mesma fonte: “José Veloso de Andrade, um cearense que sobrevivera à seca de 1932 e desmatava a região desde 68, soube o que aconteceu a Cristina: ‘Ela morreu o seguinte: eles andava com uma equipe, a equipe do..., chamavam ele Dr. Terra (...) Aí, toparam nela (...) Não foi combate, ela... (...) eles pressentiram o pessoal do Exército, ela correu (...) Um guia atirou nela. Era o Zé Catingueiro, atirou nela, deu chumbo, mas o chumbo era pequeno, e ela não morreu logo, mas ela morreu...A flor da subversão na boniteza”.

Raimundo Nonato relata, em outro depoimento, que “*Cristina foi presa perto de um local chamado “Grotta da Sônia” em homenagem a uma outra guerrilheira que gostava muito daquele lugar; que quando viu a Cristina, que estava desarmada, ainda fez sinal para que ela fugisse, no entanto, outra equipe já vinha entrando, a qual estava sendo guiada pelo Taveira. O soldado Silva atirou na Cristina, que morreu na hora. O comandante da operação chegou a criticar o soldado porque a guerrilheira estava desarmada e podia ser pega viva. O corpo da Cristina foi deixado largado, não foi enterrado e nem retirado nenhum pedaço para identificação. Nessa ocasião foi tirada a foto que foi objeto de reconhecimento anterior (...)*”.

Em vários outros depoimentos, no entanto, a versão é que Jana foi presa viva. Assim, um camponês que foi guia do Exército testemunhou: *“Nós chegamos no ‘sapão’ (helicóptero) na cabeceira do Caianos. Nós estávamos acampados de tardezinha, todo mundo na folha, quando vimos aquela mulher vim tomando chegada. Aí os soldados alvoroçaram para atirar e o sargento falou com os soldados: ‘Não atira não, deixa ver quem é primeiro’. Todo mundo ficou em ponto de tiro. Agora, eu não, eu não ficava em ponto de tiro. Ficava com a FAL de um jeito para não desconfiarem. Aí, ela chegou a uma distância como daqui aquele pauzinho ali. Aí pegaram e irradiaram para o Comando de Pontão na mesma hora. Aí o ‘sapão’ veio e pegou ela. Botaram dentro de um saco e botaram o saco dentro de uma caixa, de uma jaula, não sei o que era, e trouxeram para Xambioá ...Eu só vi ela essa vez. ... Era ela mesma. Eu vi sim. Eles me mostraram a fotografia dela. Eles me mostraram idêntica que está neste retrato aí. É fotografia dela, pura. ... Foi bem no fim. Agora, eu não sei se eles mataram ela, se prenderam. Só sei que ela foi pega à mão. Eu vi bem, com esses dois olhos, aqui. Ela veio pedindo por tudo mesmo, chorando mesmo. Ela já estava nua. Roupa toda rasgada. Estava vestida de maiozinho e uma blusinha. Estava toda desprevenida, já”*.

Na mesma linha, segue o depoimento de José da Luz Filho, lavrador cujo pai ficou sete meses preso em Marabá: *“A Cristina e o Nelito foram presos e levados pra Bacaba”*.

A mãe de Jana, Cyrene Moroni Barroso, visitou várias vezes a região do Araguaia e recorreu aos poderes públicos na busca de informações sobre o paradeiro da filha. Segundo depoimentos colhidos por sua mãe, Jana foi presa e levada para Bacaba, na rodovia Transamazônica, onde operava um centro de torturas. Segundo os moradores da região, na localidade também existe um cemitério clandestino. Conforme o relato de sua mãe, Jana teria sido amarrada praticamente nua e colocada dentro de um saco que foi içado por um helicóptero. Isto teria ocorrido nas proximidades de São Domingos do Araguaia.

A discrepância entre a data de sua morte, indicada no Relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, 08/02/1974, e os convergentes depoimentos apontando sua prisão em 02/01/1974, concorrem no sentido de confirmar que Jana foi presa viva.

Tanto Studart, *A Lei da Selva*, quanto a série de matérias publicadas no jornal *O Globo* em 1996 apresentam como data de sua morte 11/02/1974, três dias depois da apontada pela Marinha.

Em Petrópolis, a cidade onde cresceu, existe hoje um centro público de obstetrícia que recebeu o nome Maternidade Jana Moroni Barroso.



## **JOÃO CARLOS HAAS SOBRINHO**

**Codiname:** *Juca*

**Nascimento:** 24 JUN 1941, São Leopoldo (RS)

**Data do Desaparecimento:** 30 SET 1972, morto em combate.

Em 1959, ingressou na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, formando-se em dezembro de 1964. Foi presidente da União Estadual dos Estudantes (RS) e do Centro Acadêmico Sarmiento Leite, de sua Faculdade.

Em janeiro de 1966, teria ido para São Paulo com a finalidade de completar seus estudos na área médica. Até 1968, a família recebeu cartas suas. Desde então, não houve mais correspondências.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, traz a informação de que Haas teria recebido treinamento militar na China. Ao regressar ao Brasil, com o crescimento das operações de guerrilha urbana nas grandes cidades brasileiras, em 1969, os órgãos de segurança do regime militar, por equívoco ou contrainformação, publicaram sua foto como sendo participante de uma dessas ações, o que obrigou Haas a mudar-se de Porto Franco, apesar dos protestos e lágrimas da população local, que o tinha em alto apreço.

Foi viver às margens do Araguaia, a pouco mais de 200 quilômetros de Porto Franco, sendo conhecido como Juca. Trabalhou como lavrador na posse de Paulo Rodrigues, seu conterrâneo. Jamais abandonou o interesse pela Medicina. Escreveu vários trabalhos sobre malária e leishmaniose, com base em suas pesquisas e

experiências. Na guerrilha, era o responsável pelo serviço de saúde. Participou de vários combates, sendo ferido em um deles.

No ano de 1979, seus familiares tomaram conhecimento de sua morte pela imprensa alternativa, com a divulgação de uma lista de mortos e desaparecidos políticos.

Moradores do Araguaia contam que seu corpo foi exposto em praça pública pelos militares para assustar os moradores da região, muitos dos quais tinham recebido sua ajuda médica.

Em setembro de 1990, os familiares de João Carlos foram até Xambioá para tentar localizar seus restos mortais, mas não tiveram êxito.

Studart, *A Lei da Selva*, informa que foi morto em 30 de setembro de 1972, nos combates da Segunda Campanha.



## **JOÃO GUALBERTO CALATRONE**

**Codiname:** *Zebão*

**Nascimento:** 07/01/1951, Nova Venécia (ES)

**Data do Desaparecimento:** 13/10/1973, morto em combate.

Embora sejam muito escassas as informações biográficas que puderam ser colhidas a respeito de João Gualberto Calatrone, sabe-se que teve destacada atuação política no Espírito Santo como estudante secundarista. Formou-se em contabilidade no nível técnico.

Em 1970, foi residir no Araguaia na posse do Chega com Jeito, próximo a Brejo Grande, adotando o nome Zebão. Na vida rural, se destacou como tropeiro e mateiro, de acordo com depoimentos de pessoas que conviveram com ele. Calado, ouvia mais que falava, mas sempre tinha uma solução para os problemas que apareciam. Tinha grande capacidade para improvisações. Foi combatente do Destacamento A até sua morte, aos 22 anos de idade, quando foi surpreendido em companhia de André, Antonio Alfredo e Divino.

Studart, *A Lei da Selva*, dá como data de sua morte o dia 13 de outubro de 1973.



## **JOSÉ HUBERTO BRONCA**

**Codiname:** *Zé Fogoió* ou *Zeca*

**Nascimento:** 08/09/1934, Porto Alegre (RS)

**Data do desaparecimento:** 13/03/1974

Nascido em Porto Alegre e sem a letra M na grafia de seu nome, por influência do italiano de seus pais, José Huberto era um desportista. Dedicou-se ao ciclismo, motociclismo, natação e remo, tendo conquistado medalhas nesta última modalidade. Desempenhou várias atividades profissionais, chegando a trabalhar em circo como equilibrista de monociclo. Formou-se em mecânica de manutenção de aeronaves e trabalhou na VARIG durante muitos anos. Sua militância política é anterior a abril de 1964. Após o Golpe de Estado, já integrado ao PCdoB, foi para o exterior, permanecendo durante algum tempo na China, onde teria recebido treinamento de guerrilha na Academia Militar de Pequim. Em 1966, voltou ao Brasil e passou a atuar na clandestinidade, no Rio de Janeiro. Vivia num pequeno quarto em São João de Meriti.

Chegou ao Araguaia em meados de 1969. Foi vice-comandante do Destacamento B, sendo conhecido como Zequinha ou Fogoió, até ser deslocado para a Comissão Militar, onde fazia parte da guarda. No dia de Natal de 1973, estava no acampamento atacado pelo Exército.

Consta em certidão enviada pela ABIN à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos que, em maio de 1972, “pediu emprego em uma fazenda de nome SuiáMissu, mas como não conseguiu uma vaga, se deslocou para São Félix do Araguaia e de lá para Santa Terezinha. Era guerrilheiro ligado ao PCdoB, em Xambioá/PA”. O Relatório do Ministério da Marinha registra que Bronca foi “morto em 13 de março de 1974”.

Segundo o relatório de viagem à região do Araguaia, de Dower Moraes Cavalcante, apresentado à Comissão Justiça e Paz, em 10/12/91: “Na grande maioria das vezes, os soldados, após os combates, resgatavam os corpos para as bases de Xambioá ou São Geraldo. Outras vezes, enterravam os guerrilheiros mortos no próprio local do combate, depois de fotografá-los, levando apenas a cabeça para proceder à identificação. Desta forma, há guerrilheiros que foram sepultados, ou deixados insepultos, nas áreas de Bacaba, Metade, Gameleira e Caianos. É o caso de Zequinha

que, acompanhado de Daniel Calado e José Huberto Bronca, caiu numa emboscada na área de Formiga. ‘Zequinha’ morreu, e foi enterrado lá mesmo.(...)”.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, escreve: “Sabe-se também como foi capturado Zeca Fogoió (José Humberto Bronca), o último sobrevivente da comissão militar da guerrilha: no início de janeiro ele se acercou da casa de um camponês e lhe pediu água, comida e chão para repousar. Recebeu água e sentou-se num toco à beira de um mandiocal. O menino da casa foi mandado à fazenda onde estava o comando das patrulhas do lugar. Rendido, o guerrilheiro pediu: ‘Doutor, não vai me matar’. Tinha o corpo coberto por ulcerações de picadas de mosquitos e desnutrição. Numa mochila de aniagem carregava carne de macaco e mandioca. Identificou-se como José Humberto Bronca. Quando o helicóptero chegou, trazendo sargentos do CIE, um deles esclareceu: ‘Que Bronca coisa nenhuma, esse é o Fogoió’. Segundo o registro da Marinha, ele morreu no dia 13 de março de 1974”.

**Esta pesquisa** descobriu que Bronca morreu envenenado com raticida. Pediu comida a uma camponesa chamada Raimunda, que morava à beira do rio Sororozinho. Ela colocou veneno de rato junto, de acordo com a narrativa do ex-guia Iomar Galego Ribeiro. Ele viu o corpo de Bronca agachado no chão, sentado entre os calcanhares e a cabeça no chão (como oram os muçulmanos), segurando o estômago. Havia resquícios de espuma em sua boca. Depois, Iomar soube da história completa. Avisados, os militares teriam enterrado Bronca no local.



## **JOSÉ LIMA PIAUHY DOURADO**

**Codiname:** *Zé Baiano* ou *Zé Ivo*

**Nascimento:** 24/03/1946, Barreiras (BA)

**Data do desaparecimento:** 24 ou 25/01/1974

Fotógrafo, em 1968, teve discreta participação no Movimento Estudantil e ligou-se nesse mesmo ano ao PCdoB, mesmo partido de seu irmão mais velho Nelson, também desaparecido no Araguaia. Em agosto de 1971 foi deslocado para aquela região, morando inicialmente próximo à Transamazônica. Integrou o Destacamento A da guerrilha e pertenceu à guarda da Comissão Militar, sendo conhecido como Zé Baiano.



Segundo o relatório Arroyo, “foi visto pela última vez, junto com Cilon quando tentavam encontrar o Jaime e o Ribas, que haviam se perdido em 28 ou 29/11/73, próximo da Grotta do Nascimento, depois de descobertos pela repressão, quando Adriano foi morto”. Segundo depoimentos de moradores da região, ele levou um tiro na cabeça durante emboscada do Exército, sendo enterrado na localidade de Formiga.

Consta no relatório da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, uma anotação de novembro de 1974 informando que teria sido morto em 24 de janeiro daquele ano. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996, consta a anotação de que foi preso em 25 de janeiro de 1974 e morto na mesma data.

Na certidão fornecida pela ABIN à CEMDP consta unicamente que, em março de 1975, o nome de José de Lima fazia parte de uma relação elaborada pelo SNI de mortos e desaparecidos na Guerrilha do Araguaia. Em 1979, foi anistiado no Processo n.13/72, da 6ª CJM, onde consta a relação de pessoas condenadas pela Lei de Segurança Nacional (LSN) absolvidas em face da Lei n. 6.683/79.



## **JOSÉ MAURÍLIO PATRÍCIO**

**Codnome:** *Manoel*

**Nascimento:** 13/09/1944, Santa Tereza (ES)

**Data do desaparecimento:** outubro de 1974

Em 1967, foi para o Rio de Janeiro, estudar na Universidade Rural, onde cursou Educação Técnica. Em 1968, foi preso no 30º Congresso da UNE, em Ibiúna (SP). Após a edição do AI-5, passou a atuar na clandestinidade.

Mais tarde, já militante do PCdoB, mudou-se para o Araguaia, indo viver nas margens do Rio Gameleira e integrando-se ao Destacamento B e adotando o codinome Manoel.

A última informação sobre ele no Relatório Arroyo é que, “(...) junto com Suely Kamayano havia saído antes do dia 25/12/73, para buscar Cilon e José Lima Piauhy Dourado. Deveriam retornar dia 28/12, ao local onde houve o tiroteio do dia 25/12. Nunca mais foram vistos”.

O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, traz a informação de que “foi morto em out/74, na localidade de Saranza”. O Relatório contém a informação de que teria realizado curso de guerrilha “provavelmente na China”.



## **JOSÉ TOLEDO DE OLIVEIRA**

**Codiname:** *VitorouVitório*

**Nascimento:** 17/07/1941, Uberlândia (MG)

**Data do desaparecimento:** 21 Set 1972

Advogado e bancário, José Toledo ainda não completara 20 anos quando se tornou funcionário do Banco de Crédito Real de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Mudou-se para o Rio de Janeiro, onde se filiou ao Sindicato dos Bancários. Como ativista político, editou o jornal *Elo* com o deputado federal João Alberto. Utilizando o pseudônimo de Sobral Siqueira, tinha uma coluna fixa no periódico. Foi eleito diretor da Associação dos Funcionários do Banco. Nessa época, ingressou no Partido Comunista e mais tarde optou pelo PCdoB.

Juntou-se aos outros companheiros do PCdoB que haviam se deslocado para a região do Araguaia.

O Relatório do Ministério do Exército, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra que José Toledo era “*militante do PCdoB, utilizava o nome falso de José Antônio de Oliveira e os codinomes Vitório e Vitor. Participou da Guerrilha do Araguaia*”.

Studart, *A Lei da Silva*, traz um trecho sobre José Toledo de Oliveira, do Diário atribuído a Maurício Grabois: “*Outro morto do DC foi seu VC (vice-comandante), o co Vitor. Antigo militante do P, pertenceu ao Secretariado do CR da Guanabara. Antes de chegar à região do Araguaia, fora preso, tendo passado mais de um ano nos cárceres do Cenimar. Torturado, portou-se firmemente, não denunciando ninguém. (...) Seu nome era Vitório. Bom comissário político. Mas pouco dominava a arte da luta armada. Bastante destemido e esforçado. Vinha-se formando como dirigente militar. Cometeu, porém, erros que contribuíram para a sua morte e a de outros co. Seu desaparecimento foi um sério golpe no DC*”.



## KLÉBER LEMOS DA SILVA

**Codnome:** *Carlito*

**Nascimento:** 21/05/1942, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** entre 26 e 29/06/1972

Nascido no Rio de Janeiro e formado em Economia, Kleber tinha participado do Movimento Estudantil e vinculou-se ao PCdoB através de seu amigo Lincoln Bicalho Roque, dirigente do partido que também seria morto em 1973, no Rio de Janeiro. Antes de transferir-se para a região do Araguaia, onde passou a morar na localidade de Caianos (Destacamento C), tinha trabalhado no Instituto de Ciências Sociais.

Segundo o Relatório Arroyo: *“Em princípios de julho, Vítor (José Toledo de Oliveira) e Carlito (Kléber Lemos da Silva) saíram para tentar um encontro com a CM. Mas Carlito não pode prosseguir viagem, devido a ter-se agravado uma ferida (leishmaniose) na perna. Sem poder caminhar, ficou num castanhal, próximo à estrada, enquanto Vítor voltava para avisar os companheiros. Nesse meio tempo, passou pela estrada o bate-pau Pernambuco, que ouviu o barulho de alguém quebrando um ouriço de castanha. Levou então o Exército ao local. Ao procurar se defender, Carlito foi alvejado no ombro e em seguida preso. Foi levado para um local chamado Abóbora, e lá foi bastante torturado. Chegou a ser amarrado num burro e por este arrastado. Elementos de massa disseram que o viram praticamente morto sobre o burro. Soube-se depois que Carlito levou os soldados até um velho depósito que nada continha. Pode ser que o tenham matado, mas também pode ser que ficou apenas preso”.*

O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que Kleber *“foi morto no dia 29/01/1972 em confronto com uma patrulha, sendo sepultado na selva sem que se possa precisar o local exato”.* Esta informação contém um equívoco evidente, pois os confrontos armados no Araguaia só tiveram início a partir do dia 12/04/1972.

Já o Relatório do Ministério da Marinha afirma que *“foi preso quando se encontrava acampado na mata”.* Documento dos Fuzileiros Navais menciona que Kleber foi preso pela Brigada de Pára-quedistas no dia 26/06/1972 e, no dia 29/06/1972, sem precisar o local, *“foi metralhado quando tentava fugir”.*

Novos dados relevantes sobre o caso foram trazidos por dois trabalhos do chamado jornalismo investigativo. Em 06/07/1996, o jornal *O Globo* estampou fotos tiradas por um militar que participou da repressão à guerrilha do Araguaia, havendo uma de Kleber morto. Finalmente, em 15/04/2007, a citada matéria de Lucas Figueiredo trazia o seguinte trecho da página 720 do livro secreto do Exército: “*No dia 26 (de junho de 1972) foi preso, após ser ferido no ombro, o subversivo Kleber Lemos da Silva (Carlito). Dispôs-se a indicar às forças de segurança um depósito de suprimentos. No dia 29, chegou-se a um depósito desativado, onde, apesar de ferido, conseguiu fugir*”.

Studart, *A Lei da Selva*, transcreve trechos do diário que os militares atribuem a Grabois: “*Carlito veio do Estado da Guanabara. Ali formara-se em Ciências Sociais. Antes de vir para o campo trabalhava como pesquisador do Instituto de Ciências Sociais daquele Estado. Desenvolveu atividade revolucionária no Maranhão e no Pará. Seu verdadeiro nome: Kleber. Embora muito franzino – era excessivamente magro – superou todas as dificuldades. Andava bem na mata e carregava pesadas cargas. Desenvolvia-se como combatente. Muito corajoso, diante do inimigo revelou grande valentia, tendo despertado a admiração do povo da área onde foi detido. Não se dobrou diante de seus algozes. Os soldados o espancaram e torturaram brutalmente. Amarraram-no a um burro que o arrastou num chão coalhado de tocos, cipós e espinhos. Parece que não sobreviveu às sevícias*”.



## **LIBERO GIANCARLO CASTIGLIA**

**Codiname:** *Joca*

**Nascimento:** 04/07/1944, San Lucido, Cozenza/Itália

**Data do desaparecimento:** 25/12/1973 ou março/1974

Italiano da Calábria, Libero veio para o Brasil com a mãe, Elena Castiglia, e os três irmãos, em 1955. Tinha 11 anos de idade. O pai, o pedreiro Luigi Castiglia, já havia desembarcado no Rio de Janeiro em 1949. Elena era filiada ao Partido Comunista Italiano e Luigi ao Partido Socialista.

Tornou-se amigo, desde a adolescência, de André Grabois, também desaparecido no Araguaia. Em 1963, ajudou a pichar o morro do Pão de Açúcar com a palavra “Fidel”, em homenagem ao líder da revolução cubana. Após abril de 1964, devido a perseguições políticas, passou a militar clandestinamente e residiu em Rondonópolis, onde teve uma oficina com Daniel Calado. Em 1967, sua mãe ficou sabendo que Giancarlo tinha ido para a China, enviado pelo PCdoB. No Natal de 1967, chegou ao Araguaia, junto com Maurício Grabois e Elza Monnerat, estabelecendo residência na área da Faveira, onde abriu um pequeno comércio. Também trabalhava na roça e como piloto de um pequeno barco a motor.

No Araguaia, Libero adotou o codinome João Bispo Ferreira da Silva. Era conhecido na região por Joca. Era tão popular que virou padrinho de várias crianças. Na guerrilha, tornou-se companheiro de Lúcia Maria de Souza, a Sônia. Segundo relatos de seus companheiros, era solidário, estava sempre disposto a ajudar e a cumprir as tarefas mais difíceis. Foi comandante do Destacamento A. Mais tarde, passou a fazer parte da Comissão Militar, sendo substituído por André Grabois no comando daquele destacamento. Está desaparecido desde o ataque às Forças Guerrilheiras no dia 25/12/1973.

Em 1970, a mãe Elena adoeceu e, por recomendação médica, voltou para San Lucido. Hoje, aos 90 anos, ainda guarda a esperança de saber o que aconteceu com seu filho. O governo da Itália já questionou formalmente junto ao governo brasileiro, manifestando interesse na localização dos restos mortais de Castiglia, para possível traslado e funeral na Itália.

Em 07/02/2007, matéria do jornalista Hugo Marques, na revista *IstoÉ*, trouxe declarações da mãe de Libero: *“Nossa família está pedindo ao governo da Itália que peça ao governo brasileiro notícias sobre este cidadão italiano.(...) O meu filho é uma pessoa que só queria um Brasil melhor, liberdade e igualdade”*. Em seguida, a senhora nonagenária faz um apelo direto ao presidente brasileiro: *“Lula foi um companheiro que sofreu muito também (...) Ele só tem que lembrar da sua história passada”*. Prossegue o texto do jornalista: *“O caso Castiglia tem potencial para trazer muitos problemas ao Exército. O corpo de Libero Giancarlo é a prova material necessária que pode levar os italianos a exigir o julgamento na Corte Internacional de Justiça, em Haia, dos militares brasileiros responsáveis por sua morte. A mãe Elena acaba de escrever para o presidente da Itália, Giorgio Napolitano, exigindo que pressione o governo brasileiro pelos restos do filho. Só os militares sabem onde ele está”*.

Em março de 2007, Dona Elena foi visitada em sua residência, na Itália, por um representante da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, que colheu dela algumas gotas de sangue e pequenas amostras de unhas para o acervo do Banco de DNA dos familiares de mortos e desaparecidos políticos, que vem sendo montado desde setembro de 2006.

Studart, *A Lei da Selva*, sustenta que Libero Castiglia sobreviveu ao ataque do Natal de 1973 e teria morrido em março do ano seguinte.



## **LÚCIA MARIA DE SOUZA**

**Codiname:** *Sônia*

**Nascimento:** 22 JUN 1944, São Gonçalo – Rio de Janeiro

**Data do Desaparecimento:** 24 OUT 1973

Lúcia era estudante da Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro participava do Movimento Estudantil como integrante do PCdoB. Era responsável pela impressão e distribuição do jornal *A Classe Operária*, no Rio de Janeiro, nos anos de 1969 e 1970, atividade que realizava junto com Jana Moroni, também desaparecida no Araguaia. Cursava o 4º ano da faculdade e era estagiária do Hospital Pedro Ernesto, quando entrou para a clandestinidade, indo viver na Região do Araguaia, próximo de Brejo Grande.

Vivia com Libero Giancarlo Castiglia, também desaparecido. Destacou-se como parteira e no trabalho pesado de derrubada da mata. Era membro do Destacamento A, utilizando o nome Sônia. Em combate, foi ferida e morreu em 24/10/1973, próximo à grota Água Fria, onde seu corpo teria sido abandonado, conforme depoimento de Agenor Morais da Silva.

Conforme o “Relatório Arroyo”: *“no dia 23, pela manhã, dois outros companheiros foram levar, até a estrada que vai para São Domingos, um rapazinho que, por acaso, se encontrava com os nossos. Nesse mesmo dia, os demais, em número de 11, deslocaram-se para a margem esquerda do Fortaleza. Dois helicópteros e um avião começavam a sobrevoar a área. No dia 24, Sônia (Lúcia Maria de Souza) e Manuel (Rodolfo de Carvalho Troiano) foram ao encontro dos dois que haviam levado o rapazinho. Não encontraram. À tarde, novamente Sônia e Wilson*

*(elemento de massa) voltaram ao local de encontro. Recomendou-se que não fossem por um pizeiro antigo, pois ali poderia haver soldados emboscados. Acontece que Sônia acabou indo pelo pizeiro e, como decidisse caminhar descalça, deixou a botina no caminho. Quando voltou não encontrou a botina. Pensou que fosse brincadeira de gente de massa. Chamou por um nome conhecido. Apareceu uma patrulha do Exército que atirou nela, deixando-a ferida. Os soldados – segundo relatou gente de massa – perguntaram-lhe o nome. E ela respondeu que era uma guerrilheira que lutava por liberdade. Então o que comandava a patrulha, respondeu: ‘Tu queres liberdade. Então toma...’ - desfechou vários tiros e matou-a. Wilson conseguiu escapar.”*

O relatório do Ministério do Exército afirma que “foi morta no dia 24/10/1973, em confronto com as forças de segurança ocorrido entre Xambioá (GO) e Marabá (PA)”. Em entrevista à revista IstoÉ(04/09/1985), o então major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, - atualmente coronel da reserva e um dos primeiros oficiais do CIE enviado para o Araguaia - revelou que Lúcia foi ferida, caiu e sacou um revólver escondido na bota (sendo que ela havia deixado o calçado para caminhar descalça pelo pizeiro), ferindo-o no braço e a um capitão do CIE, Lício Augusto Ribeiro Maciel no rosto.

O Projeto ORVIL registra: *“Ainda no mês de outubro, nessa mesma região, helicópteros assinalaram um grupo de terroristas deslocando-se pela estrada que demanda a São Domingos. Orientada uma patrulha para a área, houve o encontro do qual resultou um terrorista morto e, possivelmente, ao menos um ferido. O morto seria identificado como Lúcia Maria de Souza (Sônia).”*

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, descreve com detalhes a morte de Lúcia Maria, a Sônia, e desfaz fantasias de algumas importantes fontes militares sobre o episódio. No que tange ao general Hugo Abreu, o jornalista relata: *“Anos depois, o general Hugo Abreu, que comandava a tropa paraquedista, contou a seguinte história: ‘Lembro-me de um casal que matamos – eles mataram um major e eu tive de mandar matá-los. A moça deveria ter uns vinte anos e era belíssima, o rapaz, uns 25 anos. Digo a vocês que não sentia ódio dos guerrilheiros. No caso desse casal, o que senti foi pena’. Hugo Abreu revelava o seu mundo de fantasias. Não morreu major no Araguaia. A guerrilheira não foi morta por ordem de ninguém, mas na cena do combate em que feriu os dois oficiais. O acompanhante de Sônia não tinha 25 anos, nem morreu. Era um adolescente e fugiu. Foi achado dias depois e sobreviveu à*

*guerrilha. Três moradores da região asseguram que o corpo de Sônia ficou na lama da Borracheira. Tornou-se repasto de animais.”*

Studart, *A Lei da Selva*, explica que a guerrilheira, mesmo ferida, se arrastou, embrenhando-se na mata, sendo perseguida por dois militares do Exército, um deles chamado Javali Solitário ou J. Peter, suboficial, e o outro sargento, de codinome Cid, autor do relato: *“Era umas 17h30 e já escurecia. Eu e o Javali fomos atrás da Sônia, que havia entrado em uma mata de capim de mais ou menos um metro de altura. Quando chegamos, ela estava deitada de costas, com o 38 ainda na mão, muito ferida. Respirava com dificuldade, tinha muitas balas de 9 milímetros no corpo (...) Ao chegar, ela quis levantar a arma. Eu pisei em seu braço e perguntei seu nome. Ela disse: ‘Guerrilheiro não tem nome’. Eu respondi: ‘Nem nome, nem vida’. Eu e o Javali apontamos juntos nossas metralhadoras para dar o tiro de misericórdia. Não soltamos mais os gatilhos. Ela ia morrer mesmo, só reduzimos o sofrimento dela. Só paramos quando as balas das nossas metralhadoras terminaram. Ela ficou com mais de 80 furos.”*



## **LÚCIO PETIT DA SILVA**

**Codinome:** *Beto*

**Nascimento:** 01 DEZ 1943, Piratininga – São Paulo

**Data do Desaparecimento:** entre JAN e JUL de 1974

Lúcio era o mais velho dos três irmãos Petit desaparecidos no Araguaia. Começou a trabalhar cedo e foi viver com um tio em Itajubá, Minas Gerais, onde terminou o curso colegial e se formou engenheiro. Iniciou sua militância política nas atividades estudantis do Diretório Acadêmico do Instituto de Engenharia de Itajubá. Chegou a participar das atividades do Centro Popular de Cultura da UNE. Escrevia poemas e crônicas sobre os problemas sociais do país para o jornal *O Dínamo*, do Diretório Acadêmico. Em 1965, trabalhou nas empresas Light, Engevix e na Companhia Nativa em Campinas.

Militante do PCdoB, foi deslocado para o Araguaia em 1970, onde ficou conhecido como Beto. Pertencia ao Destacamento A, sendo promovido a vice-comandante após a morte de André Grabois em 14/10/1973. Foi visto vivo pela última vez por seus companheiros no dia 14/01/1974.



O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, confirma sua morte, mas indica como data março de 1974, em desacordo com vários depoimentos de moradores da região.

Studart, *A Lei da Selva*, aponta: “Foi preso em julho de 1974, ao final da guerrilha. Levado para Marabá, Beto foi longamente interrogado por militares que chegaram de Brasília. Reconheceu mapas da região, relatou o cotidiano da guerrilha, ensinou uma receita de jabuti com castanha, discutiu política e ideologia com os militares. Até o fim manteve suas crenças na revolução socialista, de acordo com os militares que o interrogaram. Levado de helicóptero para algum ponto da mata, foi executado por uma equipe do Exército.”



## **LUIZ RENÊ SILVEIRA E SILVA**

**Codinome:** *Duda*

**Nascimento:** 15/07/1951, Rio de Janeiro capital

**Data do Desaparecimento:** entre 19 JAN e MAR de 1974

Tinha apenas 19 anos quando tomou a decisão de ir para o Araguaia, já militante do PCdoB, ficando conhecido na região como Duda. Com seu jeito calado, estava sempre atento aos relatos dos companheiros mais experientes. Apesar de ter cursado apenas o 1º ano, dedicava-se à medicina, além de estudar política e economia. Em 1980, sua mãe, Lulita Silveira e Silva, foi à Escola de Medicina e Cirurgia à procura de uma fotografia de Luiz Renê e encontrou sua ficha escolar com a foto arrancada. Informaram que havia sido retirada por agentes dos órgãos de segurança.

Segundo o Relatório Arroyo, “No dia 19/01/74, Ângelo e Zezinho se separaram de Luiz Renê Silveira e Hélio. Hélio e Luiz Renê nunca mais foram vistos”. No site [www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia](http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia) estão arquivados vários outros depoimentos. Conforme já visto na apresentação do caso Maria Célia Corrêa, a Rosinha, o ex-guia Vanu (Manuel Leal Lima) teria presenciado a execução de Luiz Renê.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra que Luiz René foi morto em combate, em Xambioá, em março de 1974.

Como em muitos outros casos de mortes ou desaparecimentos durante a guerrilha do Araguaia, existem distintas versões e datas a respeito de Luiz René. Na apresentação do caso anterior, já se informou que os procuradores do Ministério Público Federal colheram depoimentos de moradores do Araguaia indicando que Luiz René e Hélio foram presos juntos, estando apenas Hélio ferido. Já as informações colhidas por Cirene Barroso, mãe de Jana Moroni Barroso, também junto aos moradores do Araguaia, apontam que Luiz teria sido preso em uma casa de camponeses com uma perna ferida a tiro e levado para a base militar de Bacaba (PA), no início de 1974.

Há vários depoimentos de camponeses, com diferentes versões sobre a possível morte de Duda. Em um deles, Duda teria sido morto em bombardeio no castanhal Brasil-Espanha, onde seus restos mortais estariam enterrados, versão corroborada por Pedro Moraes da Silva, que informou ter conhecido Duda. Outro depoimento registra que Luiz René teria sido preso na casa de um camponês em São Geraldo, Agenor Moraes da Silva, também ex-guia do Exército.

Percebe-se que ele teria sido morto de, ao menos, quatro maneiras diferentes, com relatos de diversas espécies de fontes (moradores, camponeses, militares) contendo pouca ou nenhuma informação em comum.

Não seja esquecido que, em JAN 2011, o Ministério da Defesa e a Advocacia Geral da União (AGU) entraram com pedido junto à Justiça Federal para que a Polícia Federal investigue seLuiz René da Silveira, juntamente com Hélio Luiz, Antônio de Pádua Costa, Áurea Elisa Valadão e Dinalva Oliveira Teixeira, todos guerrilheiros do Araguaia e tidos como mortos pelas Forças Armadas, foram preservados vivos e passaram a viver na clandestinidade com novas identidades, a pedido também dos membros do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), que colheu depoimentos de camponeses e moradores da região do conflito, alguns apresentados nesta pesquisa. Alguns familiares de desaparecidos, no entanto, consideram essa uma manobra para “desviar a atenção da busca pelos ossos” de seus parentes.



## **LUIZA AUGUSTA GARLIPPE**

**Codiname:** *Tuca*

**Nascimento:** 16/10/1941, Araraquara (SP)

**Data do desaparecimento:** entre maio e julho de 1974

Luiza mudou-se para São Paulo, onde cursou Enfermagem na USP, formando-se em 1964. Em seguida, passou a trabalhar no Hospital das Clínicas, chegando ao posto de enfermeira-chefe do Departamento de Doenças Tropicais, assunto em que se especializou. Realizou viagens de estudo pelo interior do país, percorrendo estados como Amapá e Acre. Também participou da Associação dos Funcionários do Hospital das Clínicas. Atuante na militância política contra o regime militar, era integrante do PCdoB.

No início dos anos 70, foi deslocada para o Araguaia, indo viver na região do Rio Gameleira, onde desenvolveu trabalho de saúde, destacando-se como parteira. Era conhecida na área como Tuca e assumiu a coordenação do setor de saúde da guerrilha após a morte de João Carlos Haas. No Araguaia, integrava o Destacamento B e era companheira de Pedro Alexandrino de Oliveira, o Peri.

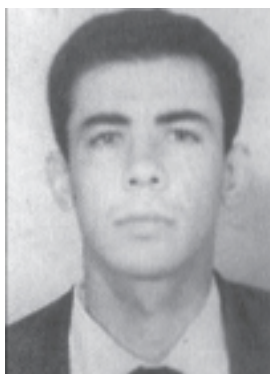
Segundo informações de seu irmão, Armando Garlippe Junior, a última vez que os familiares a viram foi no início dos anos 70. “Posteriormente, fomos perdendo contato. Não sabíamos onde ela estava. Pensávamos que ela pudesse estar presa. Às vezes, chegavam informações desencontradas sobre o seu paradeiro. Alguns diziam que ela estava no exterior, outros falaram que ela se encontrava no Nordeste. Só muito tempo depois fomos saber sobre o Araguaia. Na verdade, naquela época, a comunicação era difícil. As forças da repressão nos vigiavam”.

Sabe-se que sobreviveu ao ataque da manhã de Natal de 1973 e existem divergências a respeito da data de sua morte ou desaparecimento. O Relatório do Ministério da Aeronáutica, de 1993, registra apenas que Luiza era “Militante do PCdoB e guerrilheira no Araguaia”.

O Relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, agrega: “Militante do PCdoB integrando o destacamento da guarda do Comando Militar na Guerrilha do Araguaia, considerada desaparecida desde 5/74”.

O Relatório do Ministério da Marinha apresenta a informação de que morreu em junho de 1974: “NOV/74, relacionada entre os que estiveram ligados à tentativa de implantação da guerrilha rural, levada a efeito pelo comitê central do PCdoB, em Xambioá. Morta em junho/74”.

Studart, *A Lei da Selva*, escreve: “Foi presa em julho de 1974, em companhia da guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina. Foi executada no mesmo dia de Dina, perto de Xambioá”.



## **MANOEL JOSÉ NURCHIS**

**Codiname:** *Gil*

**Nascimento:** 19/12/1940, São Paulo (SP)

**Data do desaparecimento:** 29 ou 30/09/1972

Depois de abril de 1964, passou a ser perseguido por suas posições políticas e pela militância no PCdoB.

Deslocado para a região do Araguaia, residiu na área do Gameleira e pertenceu ao Destacamento B da guerrilha. Em 29 ou 30/09/1972, tombou em combate, conforme já descrito na apresentação resumida dos dois casos anteriores, de acordo com o Relatório Arroyo, em que Nurchis ainda tenta reanimar seu companheiro Haas, que tinha sido ferido de morte.

O relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, registra que “*Manuel foi preso em jun/63, quando distribuía panfletos subversivos em São Paulo. Em out./72, membro do PCdoB, morto em combate em Xambioá*”. O Relatório do Ministério do Exército, do mesmo ano, acrescenta: “*Militante do PCdoB, utilizando-se dos codinomes Gil, Gilberto e Guilherme, tendo também realizado o curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim/China*”.

O relatório da 3ª Brigada de Infantaria, assinado pelo general Antônio Bandeira, também registra a ocorrência dessas três mortes: “*Da FT 6º BC – ação de patrulhamento, em 30 Set 72, executada no R dos Crente, por 1 GC, teve como resultado a morte dos seguintes terroristas: João Carlos Haas Sobrinho ‘Juca’ (membro da Comissão Militar); Ciro Flávio Salazar de Oliveira ‘Flávio’ (Dst B – Grupo*

*Castanhal do Alexandre); José Manoel Nurchis 'Gil' (China Com) – Dst B – Grupo Castanhal do Alexandre)*”.

Dower Cavalcanti, um dos militantes presos no Araguaia em 1972 que foram poupados, testemunhou que foi requisitado pelo general Bandeira para identificar alguns guerrilheiros mortos. Como os corpos já estavam em decomposição, a identificação foi realizada através de fotografias ampliadas. Eram João Carlos Haas, Ciro Flávio, José Toledo, Chaves e Nurchis. O general comentou nunca ter visto um homem tão macho como Nurchis, que enfrentou paraquedistas em um combate que durou duas horas, só morrendo após receber o 12º tiro de metralhadora.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, registram sobre Nurchis: *“Morou na região da Gameleira. Agitado, falante e namorador, tornou-se exemplar cumpridor de tarefas do partido. Orgulhava-se do tempo em que morava em São Paulo e se destacava como um dos melhores vendedores do ‘Classe Operária’, principal jornal do PCdoB. Em setembro de 1972, fez parte de um grupo de cinco guerrilheiros encarregados pela Comissão Militar de retomar contato com o Destacamento C. Os combatentes comunistas encontraram várias patrulhas militares. Em um dos confrontos, no último dia do mês, morreu junto com Juca e Flávio. Sua morte foi registrada na Operação Papagaio em 30/9/72”.*



## **MARCOS JOSÉ DE LIMA**

**Codiname:** *Ari* ou *Zezinho Armeiro*

**Nascimento:** 03/11/1947, Nova Venécia (ES)

**Data do desaparecimento:** entre 20 e 26/12/1973

Mudou-se, em 1970, já como militante do PCdoB para a região do Araguaia, fixando-se na localidade de Chega Com Jeito, onde trabalhava consertando armas e ficou conhecido como Zezinho Armeiro ou Ari.

Foi visto por seus companheiros, pela última vez, em 20/12/1973, próximo a um depósito de mantimentos.

Conforme o Relatório Arroyo, *“J. decidiu enviar Ari (Marcos José de Lima) e Mané para apanhar farinha num depósito próximo. Mané ficou aguardando Ari a uma*

*certa distância. Como Ari demorasse, Joca, que havia chegado, foi até o depósito e não encontrou o Ari. No local do depósito estava apenas o saco plástico que Ari havia levado para trazer a farinha. A impressão que se teve é que ele fugiu, pois não apareceu nem no acampamento, nem nas referências.(20/12/73)”.*

As fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996 informam que ele era o armeiro da Guerrilha, conhecia os depósitos e oficinas da Comissão Militar e foi preso na Transamazônica, em 26 Dez 73, “*após haver deserdado*”.

**Esta pesquisa** descobriu, com base em narrativa oral de um militar da área de informações, que Ari Armeiro esteve preso em Marabá, quando conversou com esse militar e relatou ser primo do guerrilheiro Calatroni, o Zebão. Não há relatos sobre sua possível execução. Pode ser um dos chamados “mortos-vivos”, que teriam sido poupados e recebido nova identidade dos militares.



## **MARIA CÉLIA CORRÊA**

**Codiname:** Rosa

**Nascimento:** 30/04/1945, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** 02/01/1974

Foi estudante de Ciências Sociais na Faculdade Nacional de Filosofia. Em 1971, como militante do PCdoB, foi viver na região do Araguaia, onde já se encontrava seu irmão, Elmo Corrêa, e sua cunhada Telma Regina Cordeiro Corrêa, ambos também desaparecidos naquela guerrilha. Pertenceu ao Destacamento A, sendo conhecida como Rosa. Era casada com João Carlos Campos Wisnesky, ex-estudante de Medicina na UFRJ, conhecido como Paulo Paquetá, que desertou da guerrilha.

Há discrepâncias entre as possíveis datas de sua morte ou desaparecimento, variando entre janeiro e meados de 1974.

O relatório assinado, em 2002, por quatro procuradores do Ministério Público Federal, Marlon Weichert, Guilherme Schelb, Ubiratan Cazetta e Felício Pontes Jr. registra que Maria Célia foi vista presa: “*Rosinha: Maria Célia Corrêa, em São Domingos do Araguaia, amarrada e, depois, dentro de um carro preto. Também foi*

*vista na base militar da Bacaba, em janeiro de 1974. Teria sido presa pela equipe guiada por Manoel Leal Lima (Vanu)”.*

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, narram assim a prisão: *“Rosa, ou Rosinha, como a chamavam os camponeses, perdeu-se dos companheiros. Chega à casa de Manoelzinho das Duas – o sujeito vive com duas mulheres na mesma casa. Manoel tenta convencer a guerrilheira a se render. Muita gente está sofrendo por causa do conflito, argumenta o caboclo. ‘Prefiro morrer do que me entregar’, reage Rosinha. Diante da negativa, Manoelzinho agarra a militante, domina-a e entrega ao delegado de São Domingos, Geraldo da Coló. Muitos moradores do vilarejo viram Rosinha viva, muito magra e suja, dentro de um carro parado na frente da cadeia. Os militares levaram a guerrilheira para Bacaba”.*

Consta no processo junto à CEMDP documento elaborado por Aldo Creder Corrêa, irmão de Maria Célia, informando que, após longos anos de pesquisa, seu pai, Edgar Corrêa, chegou à conclusão de que *“todos os indícios apontam na direção de que Maria Célia foi presa viva”*. Baseando-se nessa conclusão, foi impetrado *habeas-corporis* junto ao Tribunal Federal de Recursos, em 28 de maio de 1981, que foi negado a partir das informações prestadas pelo chefe de gabinete do Ministério do Exército. Escreveu esse oficial do Exército, coronel Oswaldo Pereira Gomes, mais tarde general e representante das Forças Armadas na Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos: *“...declaro que, compulsando os arquivos da Assessoria no Judiciário do Ministro do Exército, não encontrei registro algum, nos processos relativos à Lei de Segurança Nacional, sobre custódia ou qualquer outro tipo de cerceamento de liberdade exercido sobre a referida pessoa. Brasília, DF, 21 de maio de 1981”*.

O processo traz ainda um recorte do jornal *O Globo*, do dia 02/05/1996, onde Manuel Leal Lima declara que *“um helicóptero aterrissou trazendo três prisioneiros – Antônio de Pádua, o Piauí, Luís René da Silva, o Duda e Maria Célia Corrêa, a Rosinha. Um oficial ordenou que os presos, todos com os olhos vendados, saíssem do avião e andassem cinco passos em direção ao rio, com as mãos na cabeça. Em seguida, centenas de tiros foram disparados contra eles”*. Em função desse depoimento os familiares pediram a interdição do local descrito por Manuel Leal Lima, para em seguida promover a busca dos restos mortais de Maria Célia.

Studart, *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia também registra a morte de Maria Célia como ocorrida em janeiro de 1974. E acrescenta: *“Teria havido um debate entre os próprios militares sobre a necessidade ou não de executá-la, já que, argumentavam alguns oficiais, Rosa não oferecia perigo. A decisão final foi a de cumprir as ordens superiores de não fazer prisioneiros”*.



## MARIA LÚCIA PETIT DA SILVA

**Codiname:** *Lúcia* ou *Maria*

**Nascimento:** 20 MAR 1950, Agudos – São Paulo

**Data da Morte:** 16 JUN 1972.

Maria Lúcia Petit da Silva foi a única desaparecida na Guerrilha do Araguaia, até agora, que teve resgatados os seus restos mortais. Morta aos 22 anos de idade, foi sepultada pela família em Bauru (SP) no dia 16/06/1996. Estava desaparecida desde 1972. Em 1969, prestou concurso para o Magistério. Foi professora primária em Vila Nova Cachoeirinha, na capital paulista.

No início de 1970 tomou a decisão de desenvolver sua atividade política no interior do Brasil. Militante do PCdoB, foi para Goiás e, em seguida, para o Sul do Pará, fixando-se na área de Caianos, Destacamento C. Trabalhou na região ensinando as crianças, a quem dedicava muito carinho, e também em atividades de plantio, conquistando grande simpatia entre os moradores das redondezas.

Conforme depoimento de Regilena Carvalho Leão de Aquino, uma das poucas sobreviventes da guerrilha e companheira de Jaime Petit, irmão de Maria Lúcia: *“às primeiras horas do dia 16 de junho de 1972, a menos de 2 km da casa do ‘João Coioió’, Jaime (Jaime Petit da Silva), Daniel (Daniel Ribeiro Callado) e eu, fomos acordados com o disparo de um tiro ao longe e um outro tiro em seguida. Da mesma direção dos sons dos disparos, metralhadoras foram acionadas, quando o ruído distante de um helicóptero em movimento tornava-se próximo das imediações. Estávamos acampados na retaguarda para aguardar Maria (Maria Lúcia Petit da Silva), Cazuzza (Miguel Pereira dos Santos) e Mundico (Rosalindo de Souza) para ajudá-los no transporte dos mantimentos encomendados ao ‘João Coioió’. Retiramo-nos imediatamente e, ao final da tarde, acampamos nas cabeceiras da chamada Grota da Cigana. Momentos mais tarde, enquanto preparávamos o jantar, milho maduro em*



*água de sal, cozido em fogo brando, para esperar os três companheiros ausentes, surgiram Cazuzza e Mundico, ensopados de suor e aflição. Perguntei pela Maria e a resposta do Cazuzza foi direta e crua: 'a reação a matou'."*

O relatório da Marinha indica que ela foi morta durante enfrentamento na tarde do referido dia (16 Jun 1972) perto de um local chamado de Pau Preto I.

Em 1991, familiares de mortos e desaparecidos do Araguaia, juntamente com membros da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e uma equipe de legistas da Unicamp estiveram em um cemitério da cidade de Xambioá, onde exumaram duas ossadas. Uma delas era de uma mulher jovem, enrolada num pedaço de paraquedas. A ossada foi identificada em 14/05/1996 como sendo de Maria Lúcia, pelo Departamento de Medicina Legal da Unicamp, depois que o jornal *O Globo* apresentou fotos onde o seu corpo aparecia envolto em um paraquedas igual ao que foi encontrado junto à ossada em Xambioá.

Sobre Maria Lúcia Petit, o Projeto ORVIL registra: *"No dia 16 (de junho de 1972) esse destacamento (dos guerrilheiros) sofreria outra baixa com a morte de Maria Lúcia Petit da Silva (Maria) em choque com as forças legais"*.

Embora se saiba que um total de 12 pessoas tenham sido enterradas em cemitérios, e não na mata, Maria Lúcia e Bergson, os dois primeiros guerrilheiros mortos, foram os únicos que tiveram, até a presente data, suas ossadas exumadas, identificadas e devidamente devolvidas às famílias para que fizessem, então, o que lhes era de direito: despedir de seus entes.

**Esta pesquisa** desvela que Maria Lúcia teria sido enterrada viva. Ela caminhava sozinha por uma trilha na mata e, quando aproximou-se da casa de um camponês, foi atingida por um tiro disparado por um jovem jagunço, Júlio Santana, que servia com o delegado de Xambioá, o sargento da PM de Goiás, Carlos Teixeira Marra. Também estava com os dois o jagunço Pedro Pinheiro Dias, conhecido como *Pedra de um Olho Só*. Os três estavam alcoolizados. Só então se conscientizaram que haviam abatido uma jovem sem saber quem era. Decidiram enterrar Maria Lúcia para ocultar o que fizeram. Uma patrulha de paraquedistas, que estava por perto, escutou os tiros e voltou para a casa onde haviam deixado o delegado Marra e os dois jagunços. Encontraram a jovem enterrada em cova rasa, com o braço fora da terra, estirado na vertical. Desenterraram-na, mas já estava morta. Foi levada para a Base

de Xambioá. O caso foi comunicado aos comandantes em Brasília, que deram ordens expressas de abafar o caso. Maria Lúcia foi, então, enterrada no cemitério da cidade.



## **MAURÍCIO GRABOIS**

**Codinome:** *Mário/Velho Mário*

**Nascimento:** 02 OUT 1912, Salvador – Bahia.

**Data do Desaparecimento:** 25 DEZ 1973

Maurício Grabois, em 1925, ingressou no Ginásio da Bahia e se formou em 1929, sendo colega de Carlos Marighella. No início do ano seguinte, foi para o Rio de Janeiro, então capital da República, onde passou a frequentar o curso preparatório para a Escola Militar do Realengo, nela ingressando em 1931. Foi então para a Escola de Agronomia, onde cursou até o 2º ano, abandonando definitivamente os estudos para dedicar-se à militância política.

No início da década de 30, Grabois foi um dos primeiros organizadores do Partido Comunista nas Forças Armadas, quando aluno da Escola Militar. Logo após sua entrada no partido, em 1932, atuou na Juventude Comunista e, em 1934, foi encarregado do setor nacional de agitação e propaganda da Federação da Juventude Comunista do Brasil. Em 1935, Maurício Grabois engajou-se nas ações desenvolvidas pela Aliança Nacional Libertadora (ANL).

Em fevereiro de 1962, ao lado de João Amazonas, Pedro Pomar, Carlos Danielli e outros, participou da fundação do PCdoB. Em meados da década de 60, quando o PCdoB recebia forte influência do pensamento maoísta, Grabois foi destacado para dedicar-se ao estabelecimento de uma área de preparação da guerra popular prolongada, na região do Araguaia, onde passou a viver, estabelecendo-se na localidade de Faveira e sendo conhecido como Mário. Há registros de que chegou à região exatamente no dia de Natal de 1967, sendo morto também no Natal de 1973. O último contato com sua mulher, Alzira da Costa Reys, foi em janeiro de 1972.

Em 10/10/1982, o jornal O Estado de São Paulo publicou que Maurício morreu com um tiro de FAL na cabeça, que arrancou-lhe o cérebro, e outro na perna, que

provocou fratura exposta. Em 17/10/1982, o colunista Carlos Castello Branco escreveu no Jornal do Brasil que ouviu do general Hugo Abreu a informação de que Maurício Grabois estava enterrado na Serra das Andorinhas. O Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, confirma que Maurício foi morto em 25/12/1973, em Xambioá.

**Esta pesquisa** descobriu que Grabois foi enterrado na reserva indígena dos suruí, à beira da rodovia OP-1, ao lado dos guerrilheiros Gilberto Olímpio Maria, Paulo Mendes Rodrigues e Guilherme Lund. Em 1975, durante a chamada Operação Limpeza, o ex-guia Iomar Galego ajudou os militares a exumar os quatro do local. Mas teriam ficado nas covas a maior parte dos ossos. Iomar apontou à pesquisa o local exato das covas.



## **MIGUEL PEREIRA DOS SANTOS**

**Codiname:** *Cazuza*

**Nascimento:** 12/07/1943, Recife (PE)

**Data do desaparecimento:** 20 ou 26 ou 27/09/1972

Trabalhava no Banco Intercontinental do Brasil. Iniciou cedo sua participação na vida política, filiando-se ao PCdoB. Em 1965, já teve de assumir militância clandestina devido à perseguição política. Em 1968, agentes do DOPS, ao procurarem Miguel, interrogaram sua mãe, ocasião em que o delegado Wanderico mostrou-lhe fotocópias de documentos de Miguel que teriam sido enviadas pela CIA, dizendo que Miguel estivera na China. Por este motivo, a casa de sua mãe foi várias vezes invadida pela polícia política.

Miguel residiu inicialmente na Praia Chata, norte de Goiás às margens do Rio Tocantins e, posteriormente, no sul do Pará, na localidade de Pau Preto, integrando o Destacamento C dos guerrilheiros. Segundo Regilena Carvalho Leão de Aquino, em depoimento prestado na Câmara dos Vereadores de São Paulo perante a Comissão de Inquérito de Desaparecidos Políticos, Miguel foi morto no dia 20/09/1972, conforme informação do general Bandeira, responsável pelos interrogatórios no Pelotão de Investigações Criminais da Polícia do Exército, em Brasília, onde ela se encontrava presa. Ainda segundo Regilena, a mão direita de Miguel Pereira foi cortada para identificação de suas impressões pelos órgãos de segurança.

Nos arquivos secretos do DOPS/PR seu nome está incluído em um fichário com 17 militantes classificados como falecidos. O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, afirma que Miguel “*participou ativamente da Guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972*”. O “livro secreto” do Exército, divulgado em abril de 2007 pelo jornalista Lucas Figueiredo, registra na página 724 uma outra data: “*Nesse dia (27 de setembro de 1972), o terrorista Miguel Pereira dos Santos (Cazuza), do destacamento C, foi morto numa emboscada*”.

Studart, *A Lei da Selva*, informa: “*A 26 de setembro, tomba em combate um guerrilheiro, o primeiro na Operação Papagaio – Miguel Pereira dos Santos, o Cazuza*”.



## **NELSON LIMA PIAUHY DOURADO**

**Codiname:** *Nelito*

**Nascimento:** 03/05/1941, Jacobina (BA)

**Data do desaparecimento:** 02/01/1974

Funcionário da Petrobras, trabalhou na Refinaria Landolfo Alves, em Mataripe (BA). Filiou-se ao sindicato da categoria, onde desenvolveu intensa atividade. Em abril de 1964, foi preso e demitido do emprego. Por algum tempo, trabalhou como motorista de táxi, passando a atuar no eixo entre Rio e São Paulo. Nessa época, costumava visitar seus pais em Barreiras, na Bahia. A partir de 1967, passou a atuar na clandestinidade, já como militante do PCdoB.

O Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça, apenas oficializou a informação de que Nelson foi “*morto em 02/01/1974*”.

O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, informa que Nelson viajou para a China em 13/09/1968, “*onde realizou curso de guerrilha na Escola Militar de Pequim*”. Em contradição com esse registro, um documento do SNI informa que a viagem à China ocorreu em 26/01/1967.

Sabe-se que, antes de residir na localidade de Metade, no Araguaia, morou também no extremo norte de Goiás, tendo estabelecido uma farmácia em

Augustinópolis, hoje estado de Tocantins, margem direita do Araguaia, bem perto da área da guerrilha. Integrante do Destacamento A, ficou conhecido na região pelo apelido Nelito. Conheceu Jana Moroni Barroso, a Cristina, com quem se casou em 1971. Nelson Lima Piauhy Dourado comandou um dos cinco grupos de cinco guerrilheiros que, após o ataque de Natal à Comissão Militar da guerrilha, combinaram seguir para rumos diferentes, conforme registrado no Relatório Arroyo.

Moradora da região, Adalgisa Moraes da Silva registrou em depoimento uma passagem sobre as atividades de Nelson (Nelito) na guerrilha: *“(...) que os guerrilheiros haviam colocado fogo em uma ponte na Transamazônica, no Município de São Domingos; que a Rosinha, a Sônia, o Nelito, o João Araguaia, o Nunes, o Orlandinho, o Beto, o Alfredo, o Zé Carlos, o Edinho e Valdir e o Zebão colocaram fogo na ponte para impedir que os carros passassem; que eles atacaram um posto da polícia militar e colocaram um soldado para ir à pé até Marabá, vestindo apenas uma cueca, pegaram as armas, as facas, o Alfredo vestiu a roupa do sargento, e passaram logo após na casa da declarante, vestindo roupa da Polícia Militar; que eles passaram na casa da declarante um dia após os fatos; que eles queimaram a ponte numa sexta-feira, atacaram o posto da Polícia Militar no Domingo e estiveram na casa da declarante na segunda-feira seguinte”*.

Quanto às condições concretas da morte ou desaparecimento de Nelson, reunindo informações contraditórias fornecidas por moradores da região, tem-se que José da Luz Filho, lavrador cujo pai permaneceu detido durante sete meses em Marabá, testemunha que Nelito e Cristina foram presos e levados para Bacaba. Zé da Onça afirma conhecer uma senhora, cujo nome não revelou, que saberia dizer onde estão as ossadas de Nelson Piauhy Dourado (Nelito), de Luiz Renê Silveira e Silva (Duda) e do camponês Pedro Carretel, todos mortos no mesmo dia segundo seu testemunho. Outro depoimento indica como possível local de sepultura de Nelson o castanhal Brasil-Espanha.

Raimundo Nonato dos Santos, conhecido como Peixinho, informa que Pedro Carretel foi preso por uma equipe de militares guiada por Zé Catingueiro, sendo ferido por um tiro do próprio Zé Catingueiro e que na mesma ocasião Nelito foi morto. Conta também que a operação onde morreu Nelito e foi capturado Carretel era comandada pelo capitão Rodrigues.

Pedro Matos do Nascimento, conhecido por Pedro Mariveti, relata que, preso na Bacaba, conversou com Babão, um guia do Exército, que contou terem matado e

decapitado o Ari. Além disso, Babão disse que na cabeceira da pista de pouso na Bacaba foram sepultados vários corpos. Ele se recorda de Babão ter dito que Nelito e uma japonesinha estariam enterrados lá.



## ORLANDO MOMENTE

**Codiname:** *Landim*

**Nascimento:** 10/10/1933, Rio Claro (SP)

**Data do desaparecimento:** 30/12/1973

Militou no PCB desde os anos 1950 e posteriormente transferiu-se ao PCdoB. Com o Golpe de Estado de 1964, foi viver com a família em uma fazenda em Fernandópolis (SP), onde ficou pouco tempo.

No Araguaia, pertencia ao Destacamento A e foi visto pela última vez por seus companheiros no dia 30/12/1973. Após o ataque à Comissão Militar no natal de 1973, os guerrilheiros decidiram se separar em grupos de cinco pessoas. De acordo com o Relatório Arroyo, *“os grupos eram cinco. Um chefiado por Osvaldo (que retornou a sua área); outro por J.; outro pelo João; outro pelo Nelito; e o outro pelo Landim (Orlando Momente). (...) Dia 30 pela manhã (30/12/73), os cinco grupos tomaram seus destinos. Às 15h ouviu-se ruído de metralhadora no rumo em que havia seguido Osvaldo ou Landim (Orlando Momente). Não se sabe o que houve”*.

Em 1974, Joana de Almeida, moradora da região e esposa de Luiz Vieira, camponês também desaparecido, esteve em seu antigo sítio na Paxiba, próximo a São Domingos, e encontrou restos de uma ossada humana semi-enterrada. Estavam visíveis o crânio e um fêmur, com características de terem sido enterrados há pouco tempo. Ao lado da ossada estava um chapéu feito de couro de quati curtido, o que lhe deu a certeza de que se tratava de seu compadre e amigo Orlando Momente. Na época, Joana nada pode fazer porque estava proibida pelo Exército de ir a seu sítio, ao qual fora às escondidas à procura de alimentos. Esse depoimento foi dado à equipe de jornalistas da revista *Manchete* em 1993.

Studart, *A Lei da Selva*, indica a morte como tendo ocorrido em dezembro de 1973.



## **OSVALDO ORLANDO DA COSTA**

**Codínome:** *Osvaldão*

**Nascimento:** 27 de abril de 1938, Passa Quatro – Minas Gerais

**Data do Desaparecimento:** entre JAN e ABR 1974

Osvaldão, como era conhecido, foi o primeiro quadro do PCdoB a chegar ao Araguaia, entre 1966 e 1967. Negro, 1,98m de altura, forte, era tido como generoso e corajoso, sendo muito respeitado pelos moradores e por seus companheiros. Carismático e temido pelos militares, foi um grande mito da guerrilha entre a população da região, ao lado de Dina.

Entre 1952 e 1954 morou na cidade de São Paulo, onde fez o curso Industrial Básico de Cerâmica na Escola Técnica. Mudou-se para o Rio de Janeiro e se formou na Escola Técnica Federal, como Técnico de Construção de Máquinas e Motores, em 1958. Como atleta, vinculou-se ao Botafogo Futebol e Regatas, onde foi campeão carioca de boxe. Tornou-se oficial da reserva do Exército, após servir no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva - CPOR do Rio de Janeiro. Viajou para a antiga Tchecoslováquia (atual República Tcheca), onde cursou até o 3º ano de Engenharia de Minas, em Praga. Em sua homenagem, o escritor tcheco Cytrian Ekwensi escreveu, em 1962, o livro *O homem que parou a cidade* (“*Lidé z mesta*”). O guerrilheiro só contou esse segredo, em 1963, à sua irmã Irene Orlando, que recebeu, com uma dedicatória, um exemplar do livro. Por sua militância política, foi obrigado a viver na clandestinidade logo depois de abril de 1964, quando já militava no PCdoB.

Quando chegou ao Araguaia, entrou na mata como garimpeiro e mariscador, tornando-se o maior conhecedor da área entre os militantes do PCdoB ali instalados. No ano de 1969, fixou residência numa posse que adquiriu às margens do Rio Gameleira. Sobre Osvaldão, surgiram inúmeras lendas. Sobre sua bondade, sua força, sua coragem e também sobre sua pontaria. Foi comandante do Destacamento B, onde participou com êxito de vários combates. Foi, e ainda é, ao lado de Dina, o mais conhecido dos militantes do PCdoB entre a população do Araguaia.

Segundo depoimentos de moradores da região, foi morto em abril de 1974, próximo à Semana Santa, perto de São Domingos. Seu corpo foi dependurado por

cordas em um helicóptero que o levou de Saranzal, local onde foi morto, até o acampamento militar de Bacaba e de lá para Xambioá. Na primeira vez em que o cadáver foi içado pelo helicóptero, caiu e fraturou ossos da perna. Com o término das operações militares, foi feita uma grande terraplanagem para descaracterizar o local.

Os relatórios militares trazem datas diferentes das relatadas pelos moradores da região, unânimes na afirmação de que Osvaldão foi morto em abril de 1974. O Relatório do Ministério do Exército, de 1993, aponta como data da morte 07/02/1974. O Relatório da Marinha, também de 1993, indica 02/01/1974 como data de sua morte.

Studart, *A Lei da Selva*, registra a morte em abril de 1974, o que coincide com dezenas de depoimentos colhidos entre moradores locais. Studart acrescenta, ainda, que seu corpo foi enterrado no cemitério de Xambioá, mas no ano seguinte foi exumado e levado para ser queimado na Serra das Andorinhas.

Nesta pesquisa, o camponês Josias Gonçalves, que atuou entre os guerrilheiros, relatou que, enquanto prisioneiro, foi ele quem cavou a cova onde Osvaldão foi enterrado, dentro da Base de Xambioá, à beira da pista.



## **PAULO MENDES RODRIGUES**

**Codiname:** *Paulo*

**Nascimento:** 25 SET 1931, Cruz Alta (RS)

**Data do desaparecimento:** 25 DEZ 1973

Paulo Mendes começou a militância política no início da década de 1960. Economista de formação, viveu em São Leopoldo (RS) antes do Golpe de Estado de 1964. Abandonou a profissão em função das perseguições políticas. Em documentos dos órgãos de inteligência do regime militar, seu nome consta de uma relação de militantes



do PCdoB que teriam recebido treinamento de guerrilhas na China, ao lado de Osvaldão, João Carlos Haas, André Grabois, Gilberto Olímpio Maria, Michéas, Divino, Miguel Pereira dos Santos, Nelson Piauhi Dourado e José Humberto Bronca.

Foi um dos primeiros quadros do PCdoB a ser implantado na região do Araguaia, comprando terras em Caianos. Membro efetivo do Comitê Central do PCdoB, foi hábil criador de gado na região. Conhecido como “médico” pelos moradores locais, foi comandante do Destacamento C da Guerrilha, até ser transferido para a guarda da Comissão Militar.

Morreu em 25 DEZ 1973, juntamente com Maurício Grabois, Gilberto Olímpio Maria e Guilherme Gomes Lund.

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, constam sobre ele: “As baixas sofridas nos primeiros meses de confronto deixaram Paulo transtornado. O Destacamento C ficou oito meses isolado da Comissão Militar. Quando o contato foi retomado, Paulo perdeu o cargo de comandante para Pedro Gil (Gilberto Olímpio) e passou a integrar a CM. A partir do ataque do Natal de 1973, não foi mais visto”.

Segundo o *Jornal do Brasil* de 24 MAR 1992, seu corpo estava crivado de balas. Nas fichas entregues ao jornal *O Globo*, em 1996 há a seguinte anotação: “Paulo Mendes Rodrigues ou Paulo Rodrigues Milhomen, membro da Comissão Militar, morto em 25 Dez 73”.

Segundo o depoimento de um morador do local, em 2008, de nome José Rodrigues da Silva, popular Baiano, que alegou ter vivenciado, enquanto amarrado a um tronco por ser morador ajudante dos guerrilheiros, o enterro em uma grande vala, em camadas, de 12 dos corpos de guerrilheiros, sendo que afirmou conhecer 5 deles: Osvaldão (Osvaldo Orlando da Costa), Paulo Rodrigues, Vítor (José Toledo de Oliveira), Zé Francisco (Francisco Manoel Chaves) e Antônio (Antônio Carlos Monteiro Teixeira). Como a região foi logo que encerrada a campanha militar terraplanada, hoje virou pasto e Baiano alega ter perdido as referências, principalmente as árvores, tornando impossível encontrar os restos mortais desses doze guerrilheiros.



**PAULO ROBERTO PEREIRA MARQUES**

**Codiname: *Amauri***

**Nascimento:** 14 MAI 1949, Pains (MG)

**Data do desaparecimento:** 25 DEZ 1973

Paulo foi funcionário do Banco de Minas Gerais e participou ativamente da greve dos bancários de 1968, razão pela qual foi indiciado na Lei de Segurança Nacional, perdendo o emprego. Participava também do trabalho comunitário na Igreja de Santa Efigênia, de Belo Horizonte. Perseguido pelos órgãos de repressão do regime militar, passou a atuar na clandestinidade, indo viver em Itapetininga, no interior da Bahia, e depois no Rio de Janeiro.

Em 1969, já militante do PCdoB, mudou-se para a cidade de Palestina, na região do Araguaia, onde montou uma pequena farmácia, junto com o companheiro Ciro Flávio Salazar Oliveira, também desaparecido. Ficou conhecido no lugar como Amauri da Farmácia.

Na última carta enviada à família, em 1972, pedia que não se preocupassem com ele, pois não estava fazendo nada de errado, apenas lutava para mudar o país para que todos tivessem uma vida melhor. Paulo Roberto está desaparecido desde a ofensiva das Forças Armadas contra o acampamento dos guerrilheiros, no dia 25 DEZ 1973. A família, apesar das buscas, nunca mais teve notícias de Paulinho, como era chamado.

Segundo o relatório Arroyo, *“ele (Paulo) foi com Walquíria ao local onde Vandick e Dinaelza haviam ido buscar ‘Raul’ (Antônio Teodoro de Castro), ‘Lourival’ (Elmo Corrêa) e ‘Zezinho’, que já haviam chegado (isto é, perto do local do tiroteio do dia 17/12/73). Deveriam retornar no dia 28/12, ao local onde houve tiroteio no dia 25/12. Desaparecidos desde então”*.

Studart, *A Lei da Selva*, informa que o Dossiê Araguaia, escrito por militares que participaram diretamente na repressão à guerrilha, confirma que Paulo Roberto também morreu no ataque do Natal de 1973.



## **PEDRO ALEXANDRINO DE OLIVEIRA FILHO**

**Codiname:** *Peri*

**Nascimento:** 19/03/1947, Belo Horizonte (MG)

**Data do desaparecimento:** 04/08/1974

Em 1967, foi transferido para São Paulo, onde terminou seus estudos e fez um curso de Inglês. Dois anos depois, retornou para Belo Horizonte. Nessa época, já era procurado pela polícia por suas atividades políticas. Como estudante universitário participou do Movimento Estudantil em São Paulo.

No Araguaia, Pedro adotou o nome Peri e viveu a partir de 1970 na Região do Gameleira, incorporando-se ao Destacamento B. Nas cartas enviadas à família pedia notícias de todos e falava de sua caminhada, de seu compromisso com o povo brasileiro e do significado da luta política. Em uma delas escreveu: “Tudo do amanhã está sempre no campo das possibilidades, é de hoje que temos a certeza, é hoje que criamos as condições objetivas para o amanhã”.

O relatório apresentado em 1993 pelo Ministério da Marinha ao ministro da Justiça informa que Pedro Alexandrino foi morto em 04/08/1974, em Xambioá.

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, acrescenta: “Peri (Pedro Alexandrino de Oliveira Filho), achado sozinho na mata, tinha consigo uma garrafa com sal, uma garrucha e um caderno de notas no qual louvava os jabutis e maldizia os mateiros. Levou um tiro na cabeça, e um helicóptero buscou seu cadáver. Deixado no chão da base de Xambioá, foi chutado pela tropa até que um oficial da FAB interveio, exigindo que respeitassem o inimigo morto”. Em nota de pé-de-página, o autor explica que a informação lhe foi transmitida em fevereiro de 2001 por um oficial cujo nome prefere preservar.

No requerimento à CEMDP, a mãe de Pedro Alexandrino, Diana Piló Oliveira, não pede o pagamento da indenização prevista em lei. Ela solicitou notícias do filho e, se morto, a localização de seus restos mortais. Em carta conjunta, Diana e Carmen Rivas, mães de Pedro Alexandrino e Hélio Luiz Navarro de Magalhães, pedem que as autoridades facilitem informações que possam ajudar a esclarecer o mistério que envolve o desaparecimento de ambos.



## **RODOLFO DE CARVALHO TROIANO**

**Codinome:** *Mané*

**Nascimento:** 02/04/1950, Juiz de Fora (MG)

**Data do desaparecimento:** 12/01/1974

Troiano participou ativamente do Movimento Estudantil secundarista. Foi preso por ter pichado o Morro do Cristo, em Juiz de Fora, com frases em defesa do socialismo. Cumpriu pena de seis meses no presídio de Linhares (Juiz de Fora). Existe também a informação de que foi preso na cidade de Rubim, região do Jequitinhonha, no norte de Minas.

Ao ser posto em liberdade, no final de 1970, em razão da perseguição que lhe moviam os órgãos de repressão, já militando no PCdoB, optou por viver no interior do Pará, na posse de Chega Com Jeito, próximo ao Brejo Grande, no Araguaia. Destacou-se como combatente do Destacamento A, onde usava o nome Manoel ou Mané.

No Relatório Arroyo, consta que, *“em 25/12/73 estava sendo aguardado no acampamento que sofreu o tiroteio neste mesmo dia por volta de 12:00hs, deveria chegar à tarde, por isto talvez ainda estivesse vivo”*. Segundo o Relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, foi morto em 12/01/1974.

O site [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br) traz uma longa declaração prestada ao Ministério Público Federal, em 06/07/2001, em São Domingos do Araguaia, pelo casal de camponeses Luiz Martins dos Santos e Zulmira Pereira Neres.

Reportam aqueles moradores do Araguaia: *“cerca de 10 dias após a soltura do declarante, este foi com sua esposa para sua antiga residência no Tabocão; (...) que, pouco tempo depois, viu a chegada, na sua casa, de João Araguaia (Dermeval da Silva Pereira), Manoel (Rodolfo de Carvalho Troiano) e Sebastião, adolescente, sobrinho dos declarantes e filho do Zé dos Santos; que João Araguaia e Manoel lhe disseram que tinham vindo entregar o Sebastião para a família; que Sebastião voltou à mata para buscar os seus pertences, enquanto que a declarante foi chamar seu marido e Zé dos Santos; (...) que Manoel tinha aparência amarela, magro e dentuço; que João Araguaia tinha a mesma aparência de antes: forte, trajando bermuda jeans,*

*sem camisa, portando metralhadora e um revólver 38 na cintura; que o declarante ouviu de João Araguaia que este tinha responsabilidade para com o menino Sebastião e por isso estava voltando para entregá-lo à sua família; que Zé dos Santos nem esperou Sebastião, disse que iria ao Brejo Grande pegar um carro para ir (...) avisar aos militares que seu filho havia voltado, já que sabia que este seria preso caso não informasse; (...) Zé dos Santos contou a história e voltou logo com 2 equipes de 12 soldados até a casa dos declarantes no Tabocão; que os militares interrogaram Sebastião e, no dia seguinte, às 4 horas da manhã, com lanternas acesas foram para a mata, levando Sebastião; que, por volta das 6 ou 7 horas da manhã, os declarantes ouviram rajadas de tiros e, logo em seguida, 2 tiros separados; que, em seguida, chegou um soldado de volta da mata, pedindo uma rede; que os declarantes deram-lhe a rede; que, em seguida, os militares e Sebastião voltaram da mata, carregando a rede com um corpo envolto em um saco plástico azul; que os militares jogaram a rede na frente da casa dos declarantes, como se joga um porco, e chamaram Zé dos Santos para cavar a sepultura; que Zé dos Santos cavou a sepultura a 5 metros da frente da casa de seu cunhado, próximo a um tronco grosso caído; que os militares e Sebastião falaram aos declarantes que foi Manoel quem foi morto; (...) que os militares e Sebastião contaram aos declarantes que, após a rajada de tiros, esperaram a fumaça de pólvora subir um pouco e foram fazer a busca; que eles encontraram sangue no chão e foram seguindo o seu rastro; que ao chegarem em um pau atravessado na mata, constataram que Manoel estava deitado em baixo do pau com um tiro nas costas, à altura da cintura, mas ainda vivo; que um dos militares pegou sua FAL, apontou para a cabeça de Manoel, e deu dois tiros. (...). Quase ao mesmo tempo da chegada do corpo, chegou também um helicóptero. Os militares roçaram um mamonal para o helicóptero poder aterrissar entre a casa da mãe da declarante e do seu irmão e levaram no helicóptero os pertences dos guerrilheiros”.*



## **ROSALINDO DE SOUZA**

**Codinome:** *Mundico*

**Nascimento:** 02/01/1940, Caldeirão Grande (BA)

**Data do desaparecimento:** entre 16/08 e Set/1973

Em 1957, em Salvador, interrompeu os estudos para ingressar no serviço militar. No Exército, fez os cursos de cabo e

sargento, dando baixa em 1960. Em 1963, iniciou o curso de Direito na Universidade Federal da Bahia, sendo nomeado na mesma época escriturário do Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Comerciários. Cinco anos depois, já militante do PCdoB, foi eleito presidente do Diretório Acadêmico Rui Barbosa da Faculdade de Direito da UFBA, quando teve início a sua perseguição política. Tornou-se dirigente estadual do PCdoB na Bahia.

Após o AI-5, foi impedido de se matricular em sua faculdade e mudou-se para o Rio de Janeiro, em 1969, onde residiu por algum tempo com o casal Dinalva e Antonio Carlos, seus amigos da Bahia, também combatentes e mortos no Araguaia. Rosalindo terminou o curso de Direito na Faculdade Cândido Mendes e se inscreveu na OAB em 31 Mar 1970. Voltou a Itapetinga e montou um escritório de advocacia. No ano seguinte, foi denunciado perante a Justiça Militar e julgado à revelia no dia 13/05/1971, sendo condenado a dois anos e dois meses de reclusão. Dias antes do julgamento, em 22/04/1971, viajou para o Araguaia, região de Caianos, integrou-se ao Destacamento C e ficou conhecido como Mundico. Lá, desenvolveu o hábito de fazer cordéis, sendo de sua autoria um que aborda os 27 pontos da União de Luta pelos Direitos do Povo – ULDP. Esse cordel chegou a ser recitado por moradores da região.

Quanto à data de sua morte, existe uma referência ao dia 16 de agosto, mas também existe o registro do mês setembro. Ângelo Arroyo comenta em seu relatório: *“...acontecimentos negativos ocorreram também em setembro: a morte de Mundico, do C, por acidente com a arma que portava..”*. No entanto, segundo o Relatório do Ministério do Exército, entregue em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, Rosalindo *“teria sido morto no dia 6 Ago 73, em combate com as forças de segurança”*. Já o relatório da Marinha, do mesmo ano, também marca setembro.

Em declaração prestada ao Ministério Público, em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, Sinésio Martins Ribeiro, ex-colaborador do Exército na região, conta que, quando ainda estava preso no curral da base de Xambioá, viu a cabeça do Mundico. Isto se deu entre agosto e setembro, *“porque as roças ainda não tinham sido queimadas e quem descobriu a sepultura foi o João do Buraco, proprietário do local onde estava enterrado o Mundico. As terras do João do Buraco eram frequentadas pelos guerrilheiros e João do Buraco, ao ser preso pelo Exército, mostrou a sepultura. O Exército não havia travado combates neste local e por isso disse que foram os guerrilheiros que mataram o Mundico. O Exército chegou lá por volta de 4 ou 5 dias após, cavou a sepultura, cortou a cabeça e enterrou novamente o corpo. A cabeça foi*

*levada para a base e mostrada aos presos para reconhecimento. Ela estava meio destruída, o cabelo solto e João do Buraco reconheceu o Mundico. Os documentos estavam com o morto e a cabeça do Mundico ficou exposta uns dois dias perto do barracão do Exército e foi enterrada perto de um pé de jatobá que ficava perto da base”.*

Importa registrar, aqui, que nos dois livros mais recentes sobre o episódio histórico do Araguaia, os autores dão guarida a uma versão que militares participantes da repressão à guerrilha sustentam, taxativamente, que Mundico teria sido “justiçado” pelos próprios guerrilheiros. Vale registrar que tal informação também pode representar mais uma tentativa de desmoralizar os militantes mortos, como era prática rotineira dos órgãos de segurança do regime militar desde a época dos eventos.



## **SUELY YUMIKO KOMAIANA**

**Codiname:** *Chica*

**Nascimento:** 25/05/1948, Coronel Macedo (SP)

**Data do desaparecimento:** entre JAN e SET de 1974

Ingressou em seguida na USP, onde foi aprovada para Licenciatura em Línguas Portuguesa e Germânica. Em 1968 e 1969, além do currículo regular, cursou Japonês como matéria opcional. Foi liderança estudantil naquela faculdade. Matriculou-se pela última vez na USP em 1970 e chegou à região do Araguaia em fins de 1971, já militante do PCdoB, ficando conhecida como Chica.

No início, preocupou seus companheiros porque, apesar de segura de suas convicções políticas, era “muito baixinha e magrinha”. Mas, aprendeu rapidamente a trabalhar como lavradora, a andar na mata com sua mochila de 20 quilos às costas, a caçar e enfrentar todos os obstáculos.

Segundo a reportagem, Yumiko – anissei guerrilheira, publicada no Diário Nippak, de São Paulo, em 28/07/79, “Suely foi morta com rajadas de metralhadoras disparadas por diversos militares, que deixaram seu corpo irreconhecível. Foi enterrada em Xambioá e seus restos mortais foram posteriormente exumados por pessoas que não foram identificadas. Morreu aos 25 anos, dos quais 3 dedicados à guerrilha, em defesa da causa que acreditava justa – a liberdade”. A matéria informa

também que, “além desses dados, pouco mais se sabe de sua vida. (...) Tudo o que se referia a Suely Yumiko parece ter sido apagado, nem mesmo seus documentos na faculdade se pode encontrar, além dos pedidos de matrículas e que era portadora de identidade RG - 4.134.859, mas o espaço para a fotografia está em branco”.

O relatório do Ministério do Exército, de 1993, registra que “Em 1974, cercada pelas forças de segurança, foi morta ao recusar sua rendição”. O relatório do Ministério da Marinha, do mesmo ano, afirma que foi morta em setembro de 1974, acrescentando: “pertencia ao grupo Gameleira/Dest. B. Era auxiliar do setor de saúde e tinha como chefe João Carlos Haas Sobrinho (Juca). Fez parte do grupo de observação, no treinamento de emboscadas. Fez treinamento de tiro, deslocamentos através do campo e sobrevivência. Era péssima nos deslocamentos, onde perdia noção de orientação”

Gaspari, *A Ditadura Escancarada*, menciona o depoimento de José Veloso de Andrade, da lanchonete da Bacaba, informando que viu Suely entre os sete presos que encontrou, vivos, naquele acampamento militar.

Studart, *A Lei da Selva*, registra que ela teria sido fuzilada com mais de 100 tiros, conforme narrativa de camponeses, indicando como data da morte janeiro de 1974.

Sobre a ocultação do cadáver de Suely, o coronel da Aeronáutica Pedro Cabral afirmou em entrevista à revista *Veja*, em outubro de 1993: “Suely havia sido morta no final de 1974. Seu corpo estava enterrado num local chamado Bacaba, onde, sob a coordenação do Centro de Informações do Exército, foram construídas celas e se interrogavam os prisioneiros. Durante a operação limpeza, sua cova foi aberta e o corpo de Suely desenterrado. Intacto, sem roupa, a pele muito branca não apresentava nenhum sinal de decomposição, apenas marcas de bala. Desenterrado, o corpo de Suely foi colocado num saco plástico e levado até meu helicóptero que o transportou para um ponto ao sul da Serra das Andorinhas, a 100 km de distância. Ali fizeram uma pilha de cadáveres também desenterrados de suas covas originais. Cobertos com pneus velhos e gasolina, foram incendiados”.





## **TELMA REGINA CORDEIRO CORRÊA**

**Codiname:** *Lia*

**Nascimento:** 23/07/1947, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** setembro de 1974

Telma era casada com Elmo Corrêa e cunhada de Maria Célia Corrêa, igualmente desaparecidos no Araguaia. Foi estudante de Geografia em Niterói, na Universidade Federal Fluminense, de onde foi expulsa em 1968 pelo Decreto-Lei 477, devido a sua militância nas atividades do Movimento Estudantil. Militante do PCdoB, foi deslocada para a região do Araguaia em 1971, junto com o marido, indo morar nas margens do rio Gameleira. Ali, era conhecida como Lia e seu marido como Lourival. Integraram o Destacamento B das Forças Guerrilheiras do Araguaia.

Segundo depoimentos colhidos junto à caravana de familiares na região, em 1981, pelo advogado paraense e representante da OAB, Paulo Fontelles (também ex-preso político, dirigente estadual do PCdoB e assassinado em 1987 por sua militância na denúncia dos crimes praticados por latifundiários no sul do Pará), Telma teria sido presa em São Geraldo do Araguaia (PA) e entregue a José Olímpio, engenheiro do DNER que trabalhava para o Exército. Passou a noite amarrada no barco desse funcionário, que a entregou aos militares em Xambioá.

No relatório apresentado pelo Ministério da Marinha, em 1993, ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, a data registrada para a morte de Telma, no entanto, é janeiro de 1974.

José Ferreira Sobrinho, o Zé Veinho, lavrador de idade avançada declarou aos familiares: “Só vi presa a Lia (Telma Regina Corrêa), que se entregou lá no Macário e foi presa. Aí o Macário mandou chamar o Zé Olímpio. Ela dormiu no barraco do Zé Olímpio, que era uma pessoa deles, do Exército. Ela tava sozinha. Disse que tava com um revólver 38 e um facão. Parece que o marido dela era chamado Lourival, esse dizem que tinham matado ele lá no Carrapicho. Isso foi no final. Ela falou que tavam as duas. A Valquíria mais ela. Depois a Polícia foi para ela achar a outra. Ela não achou. Depois eu soube que pegaram essa outra... O Amadeu, um negro, morador, ajudou-as. Foi preso e muito espancado. (...) A Lia não sabia que tinham matado o marido dela. Quando ela foi presa, o Zé Olímpio trouxe ela para a base de Xambioá”.

Em 26/03/2007, o jornalista Leonel Rocha publicou no Correio Braziliense uma versão que, a exemplo da transcrição anterior de Hugo Studart, deve ser registrada com cautela. Trata-se do depoimento de um dos recrutas do Exército que serviram na área durante a repressão à guerrilha, e que vêm se articulando nos últimos anos para exigir da União uma indenização pecuniária por sequelas que alegam lhes terem sido provocadas pelos combates.

Raimundo Antônio Pereira de Melo, formado em 1974 no 52º Batalhão de Infantaria de Selva, hoje com 53 anos, conta uma história completamente diferente para o desaparecimento de Telma, responsabilizando exatamente o capitão Pedro Correia Cabral, da Aeronáutica. Esse oficial já escreveu um livro sobre o Araguaia, foi capa da revista Veja e prestou contundente depoimento à Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, com chocantes revelações sobre a “Operação Limpeza”, determinada pelos altos poderes da República, em Brasília. Cabral sustenta que participou pessoalmente, como piloto de helicóptero, de uma missão hedionda de transporte de cadáveres de guerrilheiros, exumados após muitos meses e, portanto, já em adiantado estado de decomposição, para incineração no topo da Serra das Andorinhas numa fogueira onde se entremeavam restos mortais de combatentes e pneus.

Nessa matéria, Leonel Rocha apresenta como data do desaparecimento 7 de setembro: “Melo recorda-se da tarde do 7 de setembro de 1974. Ele estava de guarda junto com dois colegas xarás, Raimundo Lopes de Souza e Raimundo Almeida dos Santos, quando chegou à base do Exército, em Xambioá, a guerrilheira Lia. Era o codinome de Telma Regina Cordeiro Corrêa. Eles vigiaram a militante do PCdoB durante toda a noite. Melo relembra que ela só bebeu água antes de dormir. No dia seguinte pela manhã e armados com fuzil FAL, Melo e os colegas levaram Lia algemada e encapuzada para embarcar em um helicóptero. A prisioneira foi entregue viva ao então capitão Cabral.

O antigo soldado anotou a numeração do fuzil que usava no dia (106361) e a identificação do helicóptero (VH 1H) que transportou a guerrilheira. Ele temia que um dia pudesse ser acusado de alguma irregularidade por ter sido o carcereiro de Lia. O ex-recruta conta que o capitão Cabral recebeu Lia presa, levantou vôo e retornou com o helicóptero vazio à base de Xambioá apenas 20 minutos depois. Segundo Melo, o oficial disse, na ocasião, que tinha levado a mulher para Brasília, a cerca de mil quilômetros de distância.

‘Entregamos a presa viva ao oficial. Ele é quem tem de dar conta do corpo até hoje desaparecido’, diz Melo. Segundo informações das Forças Armadas, Lia teria sido morta em combate em janeiro de 1974, oito meses antes de Melo tê-la vigiado e entregue ao oficial Cabral. ‘Estamos dispostos a testemunhar que entregamos a guerrilheira viva ao capitão’, promete Melo”.

Anteriormente, a revista *IstoÉ* já tinha publicado matéria de Leandro Loyola que aponta a data de setembro para o desaparecimento, a partir da mesma fonte: “... no final da tarde de 7 de setembro, chegou Lia. Estudante de Geografia, ela estava na luta havia três anos com o marido, Elmo Corrêa, estudante de Medicina. Já viúva, Lia foi presa junto com a guerrilheira Dinalva Oliveira Teixeira, a Dina, em São Geraldo, às margens do Rio Araguaia. Lia desceu do helicóptero encapuzada. Foi amarrada em um pau atrás da casa de comando da base. À meia-noite, depois do interrogatório dos oficiais, o soldado Raimundo Pereira foi chamado para montar guarda. ‘Ela chorava muito’, conta ele. Até as 4 horas da manhã, Lia só conseguiu cochilar um pouco. Pediu água, contou que era estudante e disse ser solteira. Depois suplicou para Raimundo amarrá-la sentada. Dormiu com a cabeça para trás. Na manhã do dia 8 foi encapuzada de novo e escoltada por dois soldados até a pista de pouso, onde entrou em um helicóptero. Meia hora depois o helicóptero voltou. Sem ela”.

Studart, *A Lei da Selva*, registra: “Camponeses dizem ter sido presa pelo agente José Olímpio. Segundo militares, teria morrido de sede e fome, em JAN 74. Após escapar do Chafurdo de Natal e dos cercos posteriores, Lia teria rumado para oeste, perdendo-se numa região rochosa, sem água ou comida, algo raro. Seu corpo teria sido encontrado pelos militares meses depois. Junto, haveria um diário. Segundo os militares, Lia registrou que estava passando fome e sede, mas que não poderia morrer, pois ainda tinha muita coisa a passar para os outros guerrilheiros para que pudessem continua a causa. Escreveu que, quando estava na iminência de se entregar à morte, então cantava, a plenos pulmões, a canção dos guerrilheiros, repetindo sem cessar a estrofe que mais a animava (Guerrilheiro nada teme/ Jamais se abate/ Afronta a bala a servir/ Ama a vida, despreza a morte/ E vai ao encontro do porvir).(...) As últimas anotações de Lia registram palavras como ‘estou nas últimas’ e ‘não aguento mais’. A letra já estava muito fraca, tremida, segundo um militar que leu o diário. Depois disso, nada mais escreveu”.

**Esta pesquisa** descobriu que Telma foi encontrada por um camponês debaixo de uma grande árvore na região ao sul da cidade de São Geraldo. Telma estava

deitada, depauperada. O camponês não a socorreu; achou mais prudente avisar o Exército. Ela foi levantada do chão pelos militares. Em suas mãos, carregava de fato um diário. Foi tratada na Base Militar de Xambioá. O suficiente para conseguir falar. Depois, foi executada.

## **TOBIAS PEREIRA JÚNIOR**

**Codinome:** *Josias*

**Nascimento:** 26 NOV 1949, Rio de Janeiro (RJ)

**Data do desaparecimento:** 14 ou 15/02/1974

Existem poucas informações sobre esse militante (nem mesmo foi possível encontrar uma foto com seu rosto) e as existentes merecem tratamento cauteloso. Em 1971, já militando no PCdoB, quando estava no 3º ano da Faculdade de Medicina, no Rio de Janeiro, deixou o curso e transferiu-se para a região do Araguaia, onde se integrou ao destacamento C.

Sobre ele, consta no Relatório do Ministério da Marinha, de 1993, "*Morto em 15 Fev. 74*". No Relatório Arroyo, está registrado: "*logo de início, alguns elementos mostraram vacilação: Miguel (?) e Josias (Tobias Pereira Júnior). (...) Entre 17 e 18 de dezembro, Josias fugiu perto de uma base do inimigo*". No relatório dos quatro procuradores do Ministério Público Federal, está anotado: "*Josias: Tobias Pereira Junior, foi visto na base de Xambioá*".

O nome de Tobias aparece como fonte de informações em oito fichas entregues ao jornal *O Globo* em 1996, citadas em matéria publicada em 28/04/96. A observação "*está na área*" é atribuída a ele nas fichas referentes a vários outros guerrilheiros: Elmo Corrêa, morto em maio de 1974, Guilherme Gomes Lund, morto em 25 DEZ 1973, Telma Regina Cordeiro Corrêa, morta em janeiro de 1974, e João Carlos Wisnesky, o Paulo Paquetá, que abandonou a guerrilha e voltou a viver no Rio de Janeiro. Segundo o jornal *O Globo*, foi encontrada nas fichas a seguinte anotação sobre Tobias: "*foi preso em 18 Dez 72 na região do Rio Gameleira na casa do Zezão*" (ficha número 82). No relatório escrito por Ângelo Arroyo, Tobias teria desertado somente um ano depois, quando "*fugiu perto de uma base do inimigo*".

Taís Morais e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, resumem sobre ele: “*Tinha menos de três meses na mata quando os militares atacaram. Abandonou o terceiro ano de Medicina para viver no interior. Duvidou desde o início das chances de êxito da guerrilha, mas resistiu por mais de um ano e meio sem cair nas mãos dos inimigos. Desertou no final de 1973. Em depoimento ao Ministério Público, o ex-guia Sinésio Martins Ribeiro afirmou que Josias entregou-se ao Exército e para isso teve de fingir uma dor de barriga para se afastar dos companheiros, que já o vigiavam, e fugir. Depois, levou os militares até um ponto de encontro dos guerrilheiros. Apesar da colaboração com a repressão, morreu no dia 15 de fevereiro de 1974, segundo a Marinha*”.

Studart, *A Lei da Selva*, registra: “*Militares confirmam a esta pesquisa que ele se entregou às vésperas do Natal de 73. Ficou quase um mês com os militares na base de Xambioá. Colaborou, desenhou mapas, reconheceu fotografias. Teria ficado amigo de um dos militares que o interrogou, um caso da chamada Síndrome de Estocolmo. Até combinou com o militar tomarem chope no bar Garota de Ipanema, no Rio, quando a guerrilha terminasse. Em meados de janeiro de 1974, esse mesmo militar recebeu ordens superiores de executar Josias. Segundo seu relato a esta pesquisa, refugou. Josias foi executado por outra equipe, a 14 FEV 74*”.



## **UIRASSU ASSIS BATISTA**

**Codiname:** *Valdir*

**Nascimento:** 05/04/1952, Itapicuru (BA)

**Data do desaparecimento:** entre janeiro e 21/04/1974

Nascido exatamente no mesmo dia, mês e ano que Custódio Saraiva Neto, divide com ele a condição de mais jovem entre todos os militantes do PCdoB deslocados para a região do Araguaia. Em 1968, cursando o primeiro ano científico nessa cidade, iniciou a sua militância política no Movimento Estudantil e no PCdoB. Transferido em 1969 para o Colégio Central, em Salvador, teve uma participação ativa e decisiva no movimento secundarista. Fez parte da diretoria da ABES – Associação Baiana dos Estudantes Secundaristas. No terceiro ano científico, sua participação foi tão intensa que passou a frequentar muito pouco as aulas. Mesmo assim, foi aprovado no vestibular na Universidade Federal da Bahia para a área de

saúde. Em fevereiro de 1971, procurado pela Polícia Federal, optou pela militância clandestina.

Foi residir na localidade de Metade, no Araguaia. Pertencia ao destacamento A das Forças Guerrilheiras e usava o nome Valdir. Apesar de muito jovem, demonstrou grande capacidade de adaptar-se às novas condições.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra que Valdir “foi morto em janeiro/74”.

Em matéria publicada no jornal O Globo, em 29/04/96 consta que, “nas 54 fichas individuais, nas quais os arapongas do Exército concentravam os dados sobre cada suspeito de integrar a guerrilha, a informação de que Uirassu Assis Batista havia sido morto em 11 de janeiro – ‘em Brejo grande, próximo à Transamazônica’ – pela equipe A1 foi riscada a caneta”.

Taís Moraes e Eumano Silva, *Operação Araguaia*, registram as condições de sua prisão, portando feridas de leishmaniose: “*Muito alegre e cheio de vida, gostava de frequentar festas e conquistou a amizade dos companheiros e moradores da região. O camponês Antônio Felix da Silva viu Valdir, Antônio e Beto presos pelo Exército antes de serem executados, no dia 21 de abril de 1974. Valdir seguiu para o helicóptero pulando por causa das feridas de leishmaniose que lhe cobriam a batata da perna, e cantarolando. Os documentos da Marinha registram sua morte em abril de 1974*”.

No site [www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia](http://www.desaparecidospoliticos.org.br/araguaia) estão arquivados vários depoimentos de moradores do Araguaia. Adalgisa Moraes da Silva declarou em julho de 1996: “Eu vi o Valdir e o Beto, presos no helicóptero. Eles fingiam que não conheciam a gente e baixavam os olhos”. O depoimento de Antônio Félix da Silva, conhecido na região como Tota, acrescenta, especificamente a respeito de Uirassu: “por volta das 7 horas da manhã, do dia 21.04.1974, o declarante viu Antônio, Valdir e Beto sentados em um banco na sala da casa, com os pulsos amarrados para trás com uma corda fina, parecendo ser de nylon; que o declarante viu um militar se comunicando pelo rádio; que, por volta das 9 horas da manhã, chegou o helicóptero que levou os militares e os três prisioneiros; que o declarante apenas percebeu que Valdir estava ferido, parecendo ser um lecho (leishmaniose) na batata de sua perna, que atingia metade da mesma, tendo dificuldade para andar até o helicóptero;(...)”.



## VANDICK REIDNER PEREIRA COQUEIRO

**Codnome:** João

**Nascimento:** 09/12/1949, Boa Nova (BA)

**Data do desaparecimento:** 17 Jan ou em Setembro/1974

Vandick estudou em Jequié e participou de um grupo de estudo de literatura junto com outras duas guerrilheiras do Araguaia: sua futura esposa, Dinaelza, também desaparecida, e Luzia Reis Ribeiro, presa em 1972. Mais tarde, cursou Economia na Universidade Federal da Bahia, em Salvador, até o 3º ano. Fez parte do Comitê Estudantil do PCdoB, em 1970, quando foi eleito para o DCE da Universidade. Era também professor de História.

Em 1971, ele e Dinaelza Santana Coqueiro, sua mulher, foram juntos para a região do Gameleira, onde ficou conhecido como João Goiano, do Destacamento B.

Segundo o Relatório Arroyo, *“Dinaelza e Vandick haviam ficado perto do local onde houvera o tiroteio em 17/12 contra Antônio Teodoro e Elmo, para encontrá-los, e deveriam retornar no dia 28/12 num local bem próximo de onde houvera o tiroteio do dia 25/12, segundo informações de Osvaldão. No entanto, Antônio e Elmo já haviam se encontrado com Arroyo em outro local. Desde esta data estão desaparecidos”*.

O relatório do Ministério da Marinha, apresentado em 1993 ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, registra apenas que foi *“morto em 17/01/1974, pela equipe C 11”*.

Pedro Vicente Ferreira, conhecido por Pedro Zuza, em depoimento prestado ao Ministério Público Federal, em 07/07/2001, disse que serviu de guia durante dois meses na região do Embaubal e que buscavam a turma do Osvaldão, já tendo matado o Amaury (Paulo Roberto Pereira Marques) e Zé Goiano ou João Goiano, como era chamado o Vandick, na região.



## WALQUÍRIA AFONSO COSTA

**Codiname:** *Val*

**Nascimento:** 02Ago1947, Uberaba (MG)

**Data do desaparecimento:** 30 Set1974.

Pelas informações reunidas, Walquíria foi a mais duradoura entre todos os guerrilheiros mortos ou desaparecidos no Araguaia. No período de 1963 a 1965, estudou no Colégio São João Batista, onde terminou o Curso Normal, passando a lecionar em alguns grupos escolares da cidade.

Em 1971, já ligada ao PCdoB, decidiu mudar-se para a região do Araguaia, junto com seu marido, Idalísio Soares Aranha Filho, também membro do partido. Fez parte do Destacamento B, comandado por Osvaldo Orlando da Costa, na localidade de Gameleira. Em julho de 1973, Walquíria foi julgada à revelia pela Auditoria da 4ª Região Militar, em Juiz de Fora, sendo absolvida.

O relatório do Ministério da Marinha, de 1993, registra: “Morta em 25/10/74”. Pelo que se sabe Walquíria foi a última guerrilheira a ser morta na região do Araguaia. Moradores da região contam em depoimentos que estava magra e quase sem ter o que vestir quando foi presa pelo Exército. O ex-colaborador do Exército, Sinésio Martins Ribeiro lembrou, em depoimento ao Ministério Público Federal, prestado em São Geraldo do Araguaia, em 19/07/01, “(...) *que viu a Valquíria viva dentro da base de Xambioá; que a Valquíria contou aos militares que estava com o Osvaldão quando este foi morto; que a mesma perdeu a espingarda nesta vez, pois a mesma ficou enganchada num pau; (...) que na base de Xambioá viu ela ser levada por um soldado do Exército para o rumo do jatobá; que o ‘carrasco’ (sic) levava uma arma curta; que a arma era ‘surda’ e não se escutava o tiro; que atrás ia outro soldado levando uma lata grande de bolacha com cal virgem; que dias depois ele perguntou ao soldado por ela e teve como resposta ‘já era’, que esta resposta significava que tinha sido morta(...)*”.

Depoimento exposto no site [www.desaparecidospoliticos.org.br](http://www.desaparecidospoliticos.org.br), prestado por Sinvaldo de Souza Gomes, registra “que um ex-soldado do Exército conhecido por Raimundo Nonato, que guarnecia a base do Exército em Xambioá, (...) que Raimundo



Nonato assistiu a prisão de Valquíria, guerrilheira, sendo que ele ficou três dias vigiando a prisioneira, que estava amarrada numa árvore conhecida como Jacarandá, quando chegaram dois tenentes do Exército que pediram para que Raimundo Nonato cavasse um buraco no chão e após saísse do local por pelo menos uma hora; que quando Raimundo Nonato retornou Valquíria não estava mais no local e o buraco já estava tapado com terra”.

Studart, *A Lei da Selva*, informa que sua morte foi a 30 de setembro de 1974. Também acrescenta: “*Em reportagem da revista Época, de 1 MAR 04, o ex-soldado Josean Soares contou que também viu Walquíria viva em Xambioá. Contou ainda que foi executada com três tiros e enterrada em um buraco atrás do refeitório da base*”.

## Anexo II

### **OS CAMPONESES NA GUERRILHA**

Desde 1980, quando familiares dos desaparecidos realizaram a primeira de muitas expedições ao Araguaia, vêm sendo colhidos depoimentos dos camponeses sobre o episódio. De início, conversas reservadas sobre o destino dos desaparecidos, sob acordo de sigilo da fonte, com militantes de Direitos Humanos, historiadores ou jornalistas. Aos poucos, foram perdendo o medo. Desde 2007, os moradores já vêm prestando de forma aberta depoimentos oficiais sobre o episódio a autoridades do Ministério Público ou do Executivo.

Somente entre os anos 2007 e 2009, a Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça e o Grupo de Trabalho Tocantins colheram 286 diferentes depoimentos oficiais. Somando-se aos depoimentos ao Grupo de Trabalho Araguaia, criado em 2010, a jornalistas, pesquisadores em história, ou ainda a familiares de desaparecidos, cerca de 400 camponeses já registraram de alguma forma suas histórias pessoais sobre o episódio.

Se forem cruzados com os documentos militares remanescentes, é possível aumentar a precisão em avaliações sobre a dimensão do apoio ou da participação de camponeses na Guerrilha do Araguaia, como também dos direitos reparatórios de cada uma das vítimas da repressão militar.

Esta pesquisa tem por objetivo, neste capítulo, enumerar os camponeses cujos nomes aparecem prioritariamente nos documentos militares que, até a presente data, já emergiram em pesquisas históricas. Deve-se separá-los em duas categorias: documentos de prospecção e de consolidação de informações.

Deve-se considerar como documentos de prospecção o conjunto de *corpus* produzido por militares que participaram das operações ao longo de três anos, entre abril de 1972 e outubro de 1974. Nesse período, agentes da repressão foram a campo prospectar informações sobre a guerrilha e sobre os moradores da região – tanto os simpatizantes dos guerrilheiros, quanto sobre

aqueles que poderiam apoiar os militares. Então, produziram relatórios de campo. A maior parte desses relatórios foi datilografada na própria região em papel sem timbre.

É o caso, por exemplo, do documento original intitulado “Pessoas com ligações junto ao Grupo”, de quatro páginas, elaborado durante a chamada Operação Sucuri, em 1973, que infiltrou agentes junto à população local para buscar informes sobre os guerrilheiros. Cruzadas com as informações de outros relatórios de campo, muitas das informações acabaram em documentos oficiais das três Forças Armadas.

Restam centenas de páginas desses documentos, tanto no Arquivo Nacional quanto nos acervos pessoais de militares que participaram das operações, como é o caso do supracitado “Relatório Especial de Informações nº 06”, produzido pela Agência do SNI em Marabá. Muitos deles, originais. Outros, em fotocópias, ou ainda em microfilmes. O fato é que são documentos com informações dispersas sobre os camponeses, muitas vezes desconstruídas, ou mesmo contraditórias, como é comum em relatórios sobre prospecções de campo.

O segundo conjunto a ser considerado são os documentos de consolidação sobre a participação dos camponeses na guerrilha. Terminado o episódio, os militares produziram alguns documentos de avaliação. Tudo indica que tenha sido somente nessa ocasião que tiveram informações suficientes para consolidar os nomes dos guerrilheiros e dos camponeses que de alguma forma participaram dos acontecimentos.

Com a chamada Operação Limpeza, desencadeada a partir de 1975, boa parte dos acervos dos órgãos de inteligência militar, SNI, CIE, CISA e Cenimar, acabou destruída. Mas restaram muitos acervos documentais sobre as primeiras operações, quando a rigor os militares receberam a orientação oficial de combater segundo as Convenções de Genebra – acervos estes que estão sendo reunidos no Arquivo Nacional. Entretanto, raros são os documentos que já emergiram a público relativos à Operação Marajoara, quando os militares voltaram ao Araguaia com supostas ordens de não fazer

prisioneiros, na qual se concentra quase a totalidade das denúncias de violações dos Direitos Humanos.

Restaram, portanto, raríssimos documentos consolidando a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. De documento oficial, timbrado, carimbado e assinado, o único que até a presente data veio à tona foi originalmente batizado de “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, produzido por algum analista da Agência Central do Serviço Nacional de Informações (SNI), em 14 de março de 1986, e arquivado no órgão sob o protocolo ACE 54730/86.

Esse documento apresenta a relação completa dos militantes do PC do B que aderiram à Guerrilha do Araguaia, tanto os mortos e desaparecidos, quanto os sobreviventes. Também apresenta a data das mortes ou prisões de cada um. Por fim, informa os números dos documentos arquivados no SNI que serviram de fontes originais da compilação. No meio dos guerrilheiros, encontram-se camponeses que aderiram à luta armada e que acabaram mortos ou presos na repressão ao episódio. Por essa razão, esse documento do SNI, foi escolhido como ponto de partida para a construção da relação sobre a participação dos camponeses e demais moradores da região no episódio.

Relevante ressaltar, entretanto, que a primeira informação consolidada que veio à tona sobre participação dos camponeses na guerrilha emergiu dentro de documento batizado de “Dossiê Araguaia: Ultrapassando a Guerrilha”, construído entre 1998 e 2001 por um grupo de militares que participaram do episódio<sup>950</sup>. O documento apresenta uma relação de exatos 29 camponeses que teriam entrado para a guerrilha. Até então, para o PC do B, a guerrilha teria tido a adesão de 18 camponeses. Além de revelar um índice de sucesso da guerrilha 50% maior, o documento informa o destino de cada um

---

<sup>950</sup> Esse documento foi construído, por quatro militares, com base nos acervos pessoais de documentos ou depoimentos orais de 27 militares que participaram das operações de repressão à Guerrilha do Araguaia. Serviu como fonte primária da obra *A Lei da Selva, op. cit.*; como também para o livro *Movimento Comunista Brasileiro; Guerrilha do Araguaia – Revanchismo: A Grande Verdade*, do coronel Aluísio Madruga de Moura e Souza (Brasília: Edição Pessoal, 2002). A maior parte desse documento encontra-se disponível, em capítulos, no site Mídia Sem Máscara, <http://www.midiasesmmascara.org>, mantido pelo filósofo e polemista Olavo de Carvalho. A construção do “Dossiê Araguaia”, por sua vez, encontra-se detalhada em *A Lei da Selva*, páginas de 27 a 40, e também no Capítulo 3, item 3.3 desta pesquisa.

desses 29 camponeses recrutados: 9 mortos, 3 presos, sendo 1 apontado como “deserdor” e, por fim, 17 deles com “paradeiro desconhecido”.

Os militares que produziram o Dossiê Araguaia não apresentam, contudo, o documento original onde conseguiram essas informações. Mas a relação dos camponeses foi divulgada na obra *A Lei da Selva* e, ato contínuo, reproduzida na íntegra no compêndio *Direito à Memória e à Verdade*, produzido pela Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, lançado em 2007<sup>951</sup>.

Mais recentemente, durante as pesquisas do Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), que busca os restos mortais dos guerrilheiros do Araguaia, veio à tona a reprodução de um documento supostamente produzido pelo Centro de Informações do Exército, CIE, com a relação de 178 camponeses que teriam prestado apoio aos guerrilheiros. Esse documento contém problemas e soluções. Problemas: primeiro, não se trata exatamente de um documento oficial, mas da reprodução digitalizada de algum documento que até a presente data ainda estaria em poder do CIE. Ademais, a fonte militar que o forneceu preferiu manter sua identidade sob sigilo.

Por outro lado, essa reprodução de documento apresenta relevantes pistas sobre a participação e o destino dos camponeses durante a guerrilha. É dividido em duas partes. Na primeira, a relação de 36 nomes de moradores que teriam sido “Apoios Fortes” da guerrilha. Os nomes coincidem em quase totalidade com a relação apresentada tanto pelo documento oficial “Relação de subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, do SNI, quanto com a listagem do “Dossiê Araguaia”.

O que esse documento descaracterizado tem de relevante em relação aos anteriores é que apresenta um detalhamento até então desconhecido sobre a participação de cada um dos camponeses na guerrilha. Esclarece inclusive sobre nomes que não constam nas relações anteriores. Apresenta os

---

<sup>951</sup> A relação dos camponeses encontra-se nas páginas 270 e 271 do compêndio. Cumpre esclarecer ainda que a obra *A Lei da Selva* é referência em 53 verbetes de *Direito à Memória e à Verdade*.

nomes de 10 camponeses mortos, informa que um deles “perdeu as terras”, e revela que outros haviam aderido à guerrilha, apresentados no “Dossiê Araguaia” como tendo “paradeiro desconhecido”, haviam se transformado em guias do Exército.

Na segunda parte, essa reprodução de documento apresenta a relação de outros 142 moradores da região que teriam sido “Apoios Fracos” da guerrilha. No total, 178 camponeses que, de acordo com a avaliação dos militares, teriam de alguma forma participado da guerrilha. Esses números também coincidem com o documento timbrado supracitado, o “Relatório Especial de Informações nº 06”, da Agência do SNI em Marabá, que informa que 161 “apoios” haviam sido presos até 15 de novembro de 1973, e que outros 42 estavam sendo procurados, totalizando 203 camponeses.

Dentre as informações inéditas, essa reprodução de documento apresenta o nome do camponês Edite, assim grafado. Consta que: “Morreu em 1972 junto com Helenira”. Consultando-se outro documento não oficial, o “Diário do Velho Mário”, atribuído ao comandante da guerrilha, Maurício Grabois, descobre-se que havia um tropeiro de burros chamado “Edith”, segundo a grafia usada por Grabois, estava presente no episódio que resultou na morte da guerrilheira Helenira Rezende. Enfim, resta a outros pesquisadores é buscar na região informações sobre a família do tropeiro Edite, dentre outros trabalhos de pesquisa a serem efetivados no campo da História.

Esse documento doravante será tratado por “Documento (descaracterizado) do CIE”. Um papel com tais características não pode servir como fonte primária ou oficial, segundo os ditames das ciências positivistas. Entretanto, pode ser considerado uma pista, um indício, segundo o método indiciário de pesquisa proposto por Grinzburg<sup>952</sup>, e vir a auxiliar os historiadores que virão depois de mim como um guia de pesquisa. Nas oitivas judiciais, por exemplo, estão previstos tanto os relatos das “testemunhas”, a serem consideradas oficialmente nos autos, como dos “informantes”, que em geral

---

<sup>952</sup> Carlo Grinzburg. *Relações de Força – História, Retórica, Prova*. Op. cit.

auxiliam os promotores e magistrados a formarem juízo de valor ou, ainda, a se orientarem na apuração dos fatos.

Assim, esse “Documento (descaracterizado) do CIE” deve ser considerado uma espécie de “informante” dos historiadores que porventura se disponham a pesquisar exclusivamente a participação dos camponeses na Guerrilha do Araguaia. A partir dele, os 178 nomes relacionados precisam ser cruzados com os processos de indenização que se encontram na Comissão de Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça, como também com outros depoimentos de camponeses (ou de seus familiares) às autoridades oficiais. Fica a sugestão para os pesquisadores que vierem depois.

Este capítulo tem por objetivo de tão somente buscar analisar os nomes de camponeses que emergem dos documentos de consolidação de informações produzidos por militares. As informações dos militares já foram cruzadas com os nomes de camponeses que constam no compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo: Brasil 1962-1985 – Camponeses Torturados, Mortos e Desaparecidos*, de Ana Carneiro e Marta Ciocari, editado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em dezembro de 2011, com base no compêndio *Direito à Memória e à Verdade*, da Secretaria Especial de Direitos Humanos.

Em trabalho posterior, as informações aqui contidas precisam ser cruzadas com as informações prestadas pelas centenas de testemunhas que buscam reparação através de processos de indenizações do Estado. E, ainda, cruzadas com os milhares de páginas de documentos militares já em poder do Arquivo Nacional, contendo relatórios de prospecção de campo onde constam nomes de “suspeitos” de apoiarem a guerrilha.

Abaixo, os nomes dos camponeses, compilados a partir do cruzamento dos documentos militares e compêndios supracitados. Teriam morrido 27 camponeses durante a repressão à Guerrilha do Araguaia. Essas informações, contudo, são preliminares, apenas base para o cruzamento de dados com outros documentos oficiais, conforme acima detalhado.

**Mortos durante a guerrilha (casos consolidados):**

Quase todos os nomes abaixo citados são de moradores da região que efetivamente teriam entrado para os grupos guerrilheiros. Nesse grupo são citados apenas aqueles cujas histórias são conhecidas por moradores da região ou por militantes dos Direitos Humanos

**Antônio Alfredo Lima** – Lavrador, nascido em 1928, no Pará, entrou para o Destacamento A. Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 278): “Militante da Guerrilha do Araguaia. Foi morto pelas Forças Armadas, no dia 14 de outubro de 1973, em sua roça, às margens do rio Forteleza, em São João do Araguaia (Fonte: DMV)”. Em verdade, morreu a 13 Out 73 junto com André Grabois e mais dois guerrilheiros, em combate com o grupo militar comandado pelo major Lício Augusto Maciel. Fontes: “Diário do Velho Mário”, “Dossiê Araguaia”, “Documento (descaracterizado) do CIE” e Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Clóvis Ribeiro dos Santos** – Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 278): “Camponês. Foi preso e torturado em fevereiro de 1974 pelos militares, sendo libertado em novembro do mesmo ano. Após sua soltura, entretanto, continuava com a obrigação de apresentar-se ao acampamento de Bacaba (PA), de oito em oito dias. Numa dessas ocasiões, segundo relato constante nos autos, nunca mais retornou para a sua residência, nem foi localizado. Desaparecido em 1974, no Araguaia (Fonte: DMV)”.

**Jair Maciel**, conhecido por *Zequinho* – camponês, morto em janeiro de 74. Fontes: “Dossiê Araguaia” e Documento (descaracterizado) do CIE.

**Joaquim de Souza** – Encontra-se na listagem do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 279). Registra o compêndio: “Desaparecido em junho de 1973, em Araguaia. Segundo depoimento do lavrador Valdemar Cruz Moura ao Ministério Público Federal, em 15/7/2001, em São Domingos do Araguaia, ‘no ano de 1973, ele morava no lugarejo de Pedra da Colher, município de Xambioá, juntamente com seu pai, Joaquim de Souza (...) No dia 18 de junho de 1973, saiu para trabalhar e não retornou



mais. Acredita que foi morto pelo Exército, pois o nome de Joaquim constava no cartaz das vítimas da guerrilha'. (Fonte: DMV)<sup>953</sup>.

**João Pereira da Silva** – Trata-se de um caso polêmico, à época usado pelos militares para fazer propaganda contra a guerrilha. João (Joãozinho) era filho do camponês José Pereira da Silva, que tinha uma propriedade ao sul de São Geraldo e apoiava o Destacamento C da guerrilha. Até que, em abril de 1972, um grupo de militares chega à área e dá ordens ao Sr. Pereira para levá-los aos “paulistas” que estavam na base guerrilheira de Abóbora. O camponês então envia seu filho Joãozinho, então com 17 anos. A partir de então, os militares passam a ocupar as terras do Sr. Pereira com um grupo avançado. Em 10 Ago 1972, Joãozinho Pereira seria morto, com um tiro no peito. Ele estava em companhia de um adolescente chamado Paulo, que escapou. Foi Paulo que informou à família Pereira que teriam sido os guerrilheiros Rosalindo Cruz (*Mundico*) e Jaime Petit (*Jaime*) os autores do disparo que matou Joãozinho, para servir de lição aos demais moradores, explicou. Ele deixou viúva de 16 anos, uma filha de dois anos e uma criança recém-nascida. A família Pereira abandonou suas terras. Cada um dos três filhos remanescentes foi morar com um parente em local diferente. O pai José Pereira passou a ser guia do Exército. E a viúva de Joãozinho, Maria Creuza, por sua vez, passou a trabalhar como prostituta. Os militares espalharam na região a história de que o adolescente teria sido esquartejado vivo pelos “terroristas”. A família, contudo, informa que morreu de tiro perto do coração. Fontes: Termo de Declaração de Maria Creuza Rodrigues dos Santos à Comissão de Anistia do MJ, em 25 Abr 2008 (Ref. Proc. Nº 10987); e depoimento conjunto dos irmãos Jota Orlando Pereira da Silva, Jacy Santiago Pereira da Silva, e de Maria Bonfim Pereira de

---

<sup>953</sup> Ressalve-se que a data apontada coincide com o período no qual CIE deflagrava a Operação Sucuri, de infiltração entre os guerrilheiros. Um dos objetivos essenciais era o de não despertar suspeitas. Assim, não se tem notícias de que militares tenham matado algum camponês naquele período. Nem nos documentos militares até o momento disponíveis; nem nos documentos remanescentes produzidos pelos próprios guerrilheiros, como o “Diário do Velho Mário”, do comandante Maurício Grabois, ou o “Relatório Arroyo”, do vice-comandante Ângelo Arroyo. Ao contrário, tanto Grabois quanto Arroyo registram, em seu conjunto, as mortes de quatro moradores da região “justiçados” pelos guerrilheiros.

Oliveira (filha de Joãozinho) ao Grupo de Trabalho Araguaia, GTA, em 15 Set 2012<sup>954</sup>.

**José Ribeiro Dourado** – Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 279): “Camponês. Foi preso em sua roça, em Pau Preto, e desapareceu em 1974, em Marabá. Conhecido como José Madalena. Segundo o depoimento prestado por seu filho em Xambioá, em 11/04/1991, à Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos durante a ditadura, José foi preso e obrigado a ser guia do Exército. A esposa, Madalena, contou que seu marido fora assassinado porque, dias antes, tinha dado comida ao guerrilheiro Osvaldão. O jornal *A Província do Pará* publicou, em 1996, matéria com entrevista de Madalena: ‘ela conta que na época ia todo dia ao Exército perguntar pelo marido. Eles diziam que ele se encontrava na mata e que ia voltar para casa, conta, enxugando lágrimas’. (Fonte: DMV)”.

**Juarez Rodrigues Coelho** – Preso em 14 Ago 72, morreu na Delegacia de Polícia de Xambioá. De acordo com a versão relatada pelos militares à família, teria cometido suicídio. Documento (descaracterizado) do CIE registra apenas: “Morreu em 1972”.

**Lourival Moura Paulino** – Era barqueiro e lavrador. Encontra-se na listagem do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 278). De acordo com os militares, seria apoio dos guerrilheiros. Documento (descaracterizado) do Exército o cita como “ligado a Osvaldão”. Teria sido encontrado na cozinha de um acampamento militar em Xambioá. Os militares desconfiaram que estivesse tentando envenenar a comida. Preso a 18 Mai 1972, foi levado para a Delegacia de Polícia da cidade. Parentes levaram uma rede para que pudesse dormir. Apareceu morto no dia 21 Mai 72. Segundo a versão dos militares, teria cometido suicídio com as cordas da rede. Já haviam morrido um militar (o cabo Odilio Cruz Rosa) e um guerrilheiro (Bergson Gurjão). Lourival foi o terceiro. Simbolicamente, uma vítima de cada lado da

---

<sup>954</sup> Participei da coleta dos depoimentos orais dos irmãos Pereira na condição de ouvidor do GTA, ao lado da advogada Mercedes Castro, irmã do guerrilheiro desaparecido Antônio Theodoro Castro, e de seu marido, o advogado Jadiel Camelo.

luta. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia” aponta sua morte a 28 Mai 1972.

**Luiz Vieira de Almeida**, conhecido por *Luizinho* – Camponês, “pegou em armas”, segundo Documento (descaracterizado) do CIE. De acordo com o documento do SNI “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, teria sido morto a 30 Dez 1973. “Dossiê Araguaia” e Doc (descaracterizado) do CIE, por sua vez, apontam sua morte a 31 Dez 1973.

**Luiz Viola** – Documento (descaracterizado) do CIE informa apenas: “Morto”. Dossiê Araguaia registra que foi “Morto em 74”.

**Manoel Neres Santana** – Conhecido por *Batista*. Entrou para a guerrilha antes dos militares chegarem. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa que teria sido morto a 12 Jan 1974. Dossiê Araguaia registra: “Paradeiro desconhecido”. Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Preso junto com Áurea Valadão”. Marinha informa que Áurea teria sido morta em 13 Jun 1974. Em diferentes depoimentos ao GTT, quatro camponeses informam que avistaram Batista preso junto com a guerrilheira Áurea Elisa Valadão. São eles: Anísio Rodrigues da Silva; Cícero Pereira Gomes, Iomar Ribeiro da Silva e Josias Gonçalves. Os depoimentos convergem para a prisão de ambos entre janeiro e fevereiro de 1974. Livro *A Lei da Selva* informa com base em depoimentos de militares que Áurea foi presa com Batista em fevereiro de 1974, e que Batista pode ser um dos guerrilheiros poupados pelos militares e que teriam trocado de identidade, os chamados “mortos-vivos”. Obra *Direito à Memória e a Verdade* registra o destino de Batista como: “Paradeiro desconhecido” (pág. 270).

**Pedro Pereira de Souza** ou **Pedro Matias de Oliveira** – Conhecido por *Pedro Carretel* – Encontra-se na listagem do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo*, como tendo desaparecido em janeiro de 1974 (pág 279); Fonte: DMV. Era posseiro na região, aderiu à guerrilha antes mesmo da chegada dos militares, em 1972. Os documentos militares identificam *Carretel* pelo sobrenome Pereira de Souza. Na obra *Direito à Memória e à Verdade*, é identificado como Pedro Matias de Oliveira. No documento (descaracterizado)

do CIE, é citado como “maior apoio da guerrilha”. Mesmo documento informa que sua mulher, Isaura, que “morreu anos depois do marido”, também foi “apoio forte” da guerrilha. “Dossiê Araguaia” informa que Pedro (*Carretei*) Pereira de Souza foi morto a 06 Jan 1974. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, registra sua morte a 15 Fev 1974.

### **Mortos desaparecidos (casos a apurar):**

Nomes com dificuldades de identificação apresentados pelas listagens produzidas por militares e que requerem mais investigação.

**Aluísio Nunes Ferreira** – Conhecido por *Beto*, morto a 13 Mai 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”. Pode ser o guerrilheiro Lúcio Petit da Silva, codinome *Beto*, preso em maio de 1974. Era comum os guerrilheiros presos informarem nomes falsos para despistar os militares.

**Amaury de Azevedo Siqueira** – Conhecido por *Amaury*. Morto a 27 Fev 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Antônio Ferreira Pinto** – Conhecido por *Antônio*. Morto a 30 Abr 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Célia Sanches Cristie** – Conhecida por *Cristina*. Morta em 8 Fev 1974, registra o documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”. Outro caso de possível guerrilheira informando nome falso, no qual o analista militar que elaborou o documento pode ter se confundido. Havia uma guerrilheira chamada Maria Célia Corrêa, codinome *Rosa*, desaparecida no início de janeiro de 1974. Há relatos de camponeses de que Célia foi vista presa na Base de Bacaba. Havia outra guerrilheira, Jana Moroni Barroso, codinome *Cristina*, desaparecida no início de fevereiro de 1974. Também há relatos de camponeses de que Jana foi avistada presa. As duas eram amigas e militaram juntas no movimento estudantil no Rio de Janeiro. Célia Sanches

Cristie também pode ser alguma moradora da região. Ou ainda pessoa de fora da região confundida com os guerrilheiros. Fonte: DMV, págs. 237 a 239.

**Chico** – Morto em Dez 1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Edith**, ou **Edite** – Era tropeiro de burros. Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Edite. Morreu em 1972 junto com Helenira”. No “Diário do Velho Mário”, ao relatar a morte da guerrilheira Helenira Nazareth, Maurício Grabois informa que o Destacamento A estava preparando uma emboscada contra uma patrulha militar, quando “apareceram 16 homens, com quatro burros tropeados pelo Edith à frente”. Grabois relata ainda que, no embate, *Fátima* (Helenira) “fusilou um militar” (*sic*). Esse militar pode ter sido o tropeiro Edith. De qualquer forma, há consenso de que um tropeiro, de nome Edith ou Edite, morreu na mata em setembro de 1972, enquanto acompanhava os militares na repressão aos guerrilheiros.

**Hermógenes** – Auxiliava a guerrilha pelo menos desde 1972. Identificado pela inteligência militar como guerrilheiro, ou “apoio forte” da guerrilha, foi preso em 04 de outubro de 1974 e levado para a Base de Xambioá. Lá, foi colocado em um pau-de-arara e torturado. Permaneceu três dias preso no “Buraco do Vietnam” e depois desapareceu. Fonte: livro *A Lei da Selva, op. cit.*, pág. 220. Até a presente data não se conhece o seu sobrenome. Hermógenes encontra-se na relação dos desaparecidos preparada pelos próprios militares no Dossiê Araguaia. Contudo, seu nome não figura entre os desaparecidos políticos do PC do B, nem do Ministério da Justiça.

**Joaquim de Souza Moura**, conhecido por *Joaquinzão* – O “Dossiê Araguaia” aponta como “paradeiro desconhecido”. O “Documento (descaracterizado) do CIE” informa que foi “morto em 1973”.

**João Aquino Jaime** – Conhecido por *João Goiano*. Morto a 17 Jan 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**João Moacir Santiago de Mendonça** – Conhecido por *Santiago*. Morto a 18 Ago 1972. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**José Amaurílio Patriarca** – Conhecido por Mané. Morto em Set 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**José Antônio Botelho** – Conhecido por *Antônio*. Morto a 30 Abr 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**José Machado da Silva** – Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 279): “Camponês. Desaparecido em 1974, em Marabá. Segundo informações de seu irmão, Luiz Machado da Silva, José teria sido obrigado a se apresentar toda semana na Base do Exército em Bacaba (PA). Numa dessas ocasiões, José se encontrava em frente à base para pegar uma carona e ‘houve uma batida em nosso carro quando foi atingido e socorrido por um informante do Exército na região, que o levou de helicóptero para Marabá, não resistindo e vindo a falecer no hospital do SESP’. (Fonte: DMV)”.

**Landinho** – Morto a 25 Jan 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Levy** – Dossiê Araguaia registra apenas: “Morto”. Documento (descaracterizado) do CIE informa: “Morto em combate”.

**Miguel Tavares** – Conhecido por *Cazuza*. Morto a 20 Set 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Manoel** – Morto a 12 Jan 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Paulo Mauro Rodrigues** – Conhecido por *Paulo*. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa que foi morto a 25 Dez 1973. O analista que elaborou o documento pode ter se enganado.

Havia um guerrilheiro de nome similar, Paulo Marques Rodrigues, conhecido por *Paulo*, comandante do Destacamento C, falecido em 25 Dez 1973.

**Quincas** – Camponês, morto em 1974. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Waldir da Costa Lima** – Conhecido por *Waldir*. Morto a 29 Abr 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Zé Luís** – Morto a 13 Out 1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

### **Sobreviventes “Apoios Fortes” da guerrilha**

Aqueles nomes que emergem de documentos militares ou de depoimentos orais como camponeses que entraram efetivamente para a guerrilha e sobreviveram, ou ajudaram os guerrilheiros depois que a luta armada teve início, portanto, com consciência de que estavam arriscando suas vidas e a segurança de suas famílias.

**Adalgisa Lopes** – Moradora de São Domingos, era mulher de Frederico Lopes, que aderiu à guerrilha. Ela fornecia alimentos para o Destacamento A. Também teria participado da logística do assalto ao posto da PM na Transamazônica. Fonte: “Documento (descaracterizado) do CIE”.

**Antônio Araújo Veloso** – conhecido por *Sitônio*. Encontra-se na listagem do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo*, como tendo desaparecido em janeiro de 1974 (pág 280): “Lavrador piauiense, radicado na região do Araguaia. Preso em abril de 1972, foi submetido a brutais torturas, que resultaram em sequelas permanentes, perseguido de morte em 31 de agosto de 1976 (Fonte: DMV)”. Veloso também é mencionado, como *Citônio*, no relatório de campo do CIE “Pessoas com ligações junto ao grupo”, como apoio do grupo guerrilheiro que ficava na base de Metade: “É seu cunhado e compadre, em condições de identificar os componentes do Grupo e, também,

possíveis ligações de autoridades locais com os subversivos. Morador em S. Domingos”.

**Antônio Febrônio de Oliveira** – Conhecido por *Pernambuco do Cavalo*. Documento (descaracterizado) do CIE o aponta como “apoio forte”.

**Cícero Daniel** – Conhecido por: *Cícero Tocador*. “Paradeiro desconhecido”, segundo “Dossiê Araguaia”. Desertou em 1973, de acordo com o documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Edna Rodrigues de Souza**, conhecida por dona Diná. Foi estuprada por vários militares na frente da comunidade. O marido a largou por essa razão. Fonte: Depoimento ao Grupo de Trabalho Tocantins (GTT), em 29 Jun 2010.

**Francisco Amaro Lins** – Era operário no Rio de Janeiro e militante do PC do B. Foi para a guerrilha em 1970, integrando-se ao Destacamento C. Lá conheceu uma camponesa, Neuza Lins, e teve que deixar a guerrilha para poder se casar. Passou a viver entre os camponeses da região, agora na condição de apoio da guerrilha. Foi preso pelos militares em 14 Abr 72. Faleceu na década de 1990. Fonte: Depoimento de Neuza Lins ao GTT, em 2009.

**Frederico Lopes** – Morador de São Domingos, integrou o Destacamento A da guerrilha. “Documento (descaracterizado) do CIE” o aponta como “ligado a Osvaldão (Destacamento B) e a Lúcio Petit (Destacamento A)”. Participou do assalto ao posto da PM na transamazônica, em setembro de 1973. Foi preso durante a Terceira Campanha. Fontes: “Dossiê Araguaia” e “Documento (descaracterizado) do CIE”.

**José Wilson de Brito Feitosa** – Conhecido por *Wilsinho*. “Dossiê Araguaia” aponta “paradeiro desconhecido”. “Documento (descaracterizado) do CIE” informa: “Menino preso dias depois do combate com Sônia. Sobreviveu”. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia” informa apenas que foi preso em 07 Nov 1973. Em 2009, Wilson foi encontrado



pelo GTT, trabalhando como caseiro de um sítio no interior do Amapá<sup>955</sup>. Relatou em depoimento que era filho de um camponês na área do Destacamento A. Tinha 13 anos quando a guerrilheira Maria Lúcia Souza, a *Sônia*, o convenceu a sair da casa dos pais para integrar a guerrilha. Na mesma época, um primo seu de 14 anos também foi recrutado pelo guerrilheiro André Grabois, o *Zé Carlos*, comandante do Destacamento A. Wilson permaneceu cerca de um ano com os guerrilheiros, quase sempre ao lado de *Sônia*. Estava com a guerrilheira quando ela foi morta, em 24 Out 1973. Conseguiu fugir pela mata, mas semanas depois seria preso pelo Exército. Permaneceu na Casa Azul, em Marabá, por vários meses. Sua função era cuidar dos demais camponeses presos. Fontes: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, “Dossiê Araguaia”, “Documento (descaracterizado) do CIE” e depoimento de Wilson ao GTT.

**José de Almeida**, conhecido por *Zezinho*; filho de Luiz Vieira de Almeida, o *Luizinho*. Foi preso junto com o guerrilheiro Antônio de Pádua Costa, o *Piauí*, em fevereiro de 1974, por uma equipe chefiada pelo sargento José Vargas Jimenez, o *Chico Dólar*. Ficou preso na Base de Bacaba. Mora em São Domingos. Fontes: “Documento (descaracterizado) do CIE” e o livro *Bacaba: Memórias de um guerrilheiro de selva*, de José Vargas Jiménez.

**Joana de Almeida** – Esposa do falecido guerrilheiro *Luizinho* e mãe de *Zezinho*. Apoiava a guerrilha. Fonte: Documento (descaracterizado) do CIE.

**José Maria Alves da Silva**, conhecido por *Zé Maria* – Dossiê Araguaia o inclui entre os camponeses que aderiram à guerrilha, com “paradeiro desconhecido”. “Documento (descaracterizado) do Exército” o cita também pelo apelido de *Zé Catingueiro*, e como sendo “ligado a Pedro Carretel. Preso, ‘virou’ guia do Exército”, explica o documento. José Maria apresentou-se espontaneamente ao GTT em 2009, a fim de ajudar na localização dos corpos dos guerrilheiros desaparecidos<sup>956</sup>. Relatou em depoimento que em 1972

---

<sup>955</sup> Fui designado pelo grupo, na condição de Observador Independente e de Ouvidor, para colher seu depoimento oral.

<sup>956</sup> Também fui designado pelo grupo para colher seu depoimento oral. Posteriormente, mantive outras três longas conversas com *Zé da Catingueira*, um dos camponeses da região que resguardam em suas lembranças um dos mais relevantes acervos de informações sobre a Guerrilha do Araguaia, conhecendo tanto o lado dos guerrilheiros, quanto o dos militares.

aderira ao Destacamento A da guerrilha, de fato recrutado por *Pedro Carretel*. Foi preso em fins de 1973, torturado e obrigado a servir de guia do Exército. Terminada a guerrilha, a partir da descoberta de Serra Pelada passou trabalhar para o *Major Curió*. Mora em Serra Pelada.

**José Ribamar** – Conhecido por *Zé Ribamar*. “Sobreviveu”, informa “Documento (descaracterizado) do CIE”. Local, preso em 24 Jan 1974, detalha documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**José Vieira de Almeida** – Conhecido por *Zé do B*. Preso em Jan 74, informa “Dossiê Araguaia”. “Local”, preso em 24 Jan 1974, detalha documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**José Vieira da Silva Souza** - paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Josias Gonçalves** – Conhecido por *Jonas*. Camponês da região de São Geraldo, aderiu ao Destacamento B da guerrilha no início de 1973, com 19 anos. Pegou em armas. “Documento (descaracterizado) do CIE” informa que “estava com Arildo Valadão no dia em que este foi emboscado”. Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”, informa apenas que foi preso em 02 Fev 1974. Em depoimento ao GTT, em 2010, Josias informou que a 25 de novembro de 1973 deixou o grupo do Osvaldão para fazer contato com outro grupo do Destacamento A. Estava em companhia dos guerrilheiros Arildo Valadão, o *Ari*, e Antônio Theodoro Castro, o *Raul*, quando foram emboscados por três guias do Exército. Ari foi atingido no peito e teve a cabeça cortada. *Raul* conseguiu correr para um lado e ele, Jonas, escapou para outro<sup>957</sup>. Dias depois recebeu o aviso de um camponês de que seu pai estava preso em Xambioá. Decidiu se entregar em troca da libertação do pai. Foi ele quem cavou o buraco onde Osvaldão foi inicialmente enterrado, Base

---

<sup>957</sup> Fui apresentado a *Jonas* em 2010, em São Geraldo, por Diva Santana, irmã da guerrilheira desaparecida Dinaelza Santana Coqueiro e representante oficial das famílias dos desaparecidos políticos junto à Comissão dos Mortos e Desaparecidos do Ministério da Justiça. Na ocasião, colhi seu depoimento oral para o GTT, buscando informações que pudessem levar à localização dos restos mortais de guerrilheiros. Aproveitei para também colher suas narrativas sobre o cotidiano da Guerrilha, à qual aderiu e empunhou armas. Por fim, tomei a iniciativa de levar *Jonas* ao local onde havia tombado o guerrilheiro Arildo Valadão, buscando a reconstituição do episódio, como também a localização dos restos mortais. Posso um vídeo no qual o camponês-guerrilheiro tenta reconstituir o episódio em conjunto com o ex-guia do Exército Sinésio Martins Ribeiro, que chefiava o grupo de guias que atirou nos guerrilheiros e decapitou Arildo Valadão.

de Xambioá. Fontes: Documento (descaracterizado) do CIE e Depoimento de Josias ao GTT.

**Luiz Garimpeiro** – “Dossiê Araguaia” o cita com “paradeiro desconhecido”. Documento (descaracterizado) do CIE detalha: “Ligado a Pedro Carretel. Preso, ‘virou’ guia do Exército.

**Manoel Dias Costa** – Conhecido por *Tourinho*. Preso a 12 Dez 1973. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Manoel Pereira Marinho** – Conhecido por *Manoelinho*. Encontra-se na listagem dos desaparecidos do compêndio *Retrato da Repressão Política no Campo* (pág 278): “16 anos, camponês. Passou a caminhar com os guerrilheiros pela mata. Desaparecido em setembro de 1973, no Araguaia”.. Citado como “apoio forte” pelo Documento (descaracterizado) do CIE. O camponês Sinésio Martins Ribeiro, em depoimento ao GTT, informa que *Manoelinho* andava com o guerrilheiro *Osvaldão*. Segundo Sinésio, estava no grupo que teria encontrado o corpo do guerrilheiro Arildo Valadão, em 26 Nov 1973. Depois da guerrilha, ainda de acordo com Sinésio, teria virado pistoleiro e trabalhado para o Major Curió. A advogada Mercês Castro<sup>958</sup> o encontrou em Serra Pelada, em 2012.

**Marco Aurélio de Freitas Lisboa** – Citado no grupo “Apoios fortes” do Documento Descaracterizado do CIE.

**Maria Viana**, *Maria Castanheira* ou *Maria da Tomaza*. Companheira de Osvaldão, dona de um bar em São Geraldo, às margens do rio Araguaia. Seu filho, Antônio Viana, mora em São Geraldo. Fonte: Documento (descaracterizado) do CIE.

**Margarida Pereira Félix** – Citada como “apoio forte” pelo Documento (descaracterizado) do CIE.

---

<sup>958</sup> Irmã do guerrilheiro desaparecido Antonio Theodoro Castro e membro do GTT/GTA.

**Oneide** – Esposa de Antônio Alfredo Lima, camponês que aderiu ao Destacamento A e faleceu junto com André Grabois. Documento (descaracterizado) do CIE a aponta como “apoio forte” da guerrilha.

**Osniel Ferreira da Cruz** – Conhecido por Osnil. Preso a 12 Jan 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Pedro Pinheiro Dias**, *Pedão de um Olho Só*. Documento (descaracterizado) do CIE registra: “Ligado a Osvaldão. Preso, ‘virou’ guia do Exército. Mulher dele, Maria da Soledade Dias, mora na estrada que liga Marabá a São Domingos”. Desde a chegada dos militares, em abril de 1972, *Pedão* tornou-se um dos mais conhecidos guias da região, auxiliar do cabo Carlos Marra, então delegado de Xambioá, apontado como responsável pela tortura de camponeses. Em depoimento ao procurador da República André Casagrande Raupp, em 12 Set 2012, *Pedão* relatou que de fato andava com o cabo Marra e como guia do Exército (Doc. Anexo).

**Porfírio Vaz Azevedo** – Morador de Brejo Grande, ele e sua esposa Lidia Francisca da Luz eram apoio do Destacamento B da guerrilha. Preso e torturado, desde então, ele sofre de fortes sequelas neurológicas. Dona Lídia é dona de um centro espírita de tererô (umbanda) em Brejo Grande. Fonte: Depoimento de Porfírio e Lídia ao GTT, em 2009.

**Raimundo Nonato dos Santos** – *Peixinho*. Citado no relatório de campo do CIE “Pessoas com ligações junto ao grupo”: “Mora aproximadamente no Km 80 da Trans, próximo a Fazenda do Pernambuco”. Documento (descaracterizado) do CIE também o cita como “Apoio Forte”, ligado ao Destacamento A. “Preso, ‘virou’ guia do Exército”, informa ainda o documento. Era o guia que levou a equipe do major Lício Augusto Maciel a um grupo guerrilheiro, quando então morreram: André Grabois, o *Zé Carlos*; Divino Ferreira de Souza, o *Nunes*; João Gualberto Calatrone, o *Zebão*; e o camponês Antônio Alfredo de Lima, o *Alfredo*, em 13 Out 1973. Fonte: Depoimento de *Peixinho* ao GTT, em 2009.

**Salvador Pereira** – Preso em 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Sebastião Batista da Cruz** – Conhecido por *Sebastiãozinho*. Preso em 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Sebastião de Santana** – Conhecido por *Tião*. Preso a 12 Jan 1974. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

**Tota** – Citado como “marido de Margarida” e que “perdeu as terras”, segundo o Documento (descaracterizado) do CIE.

**Camponeses não identificados (sobreviventes ou desaparecidos):**

Nomes citados em documentos militares, ou pelos apelidos, ou sem os sobrenomes. Todos eles teriam sido detectados pelos órgãos de informações militares ou como tendo aderido à guerrilha, ou como “apoios fortes” dos guerrilheiros.

**Adão e Adãozinho** – Pai e filho, citados no relatório de campo do CIE “Pessoas com ligações junto ao grupo”. Já o “Documento (descaracterizado) do CIE”, também cita ambos, Adão e Adãozinho, do Povoado de Alvo, como “apoios fortes” da guerrilha.

**Alumínio** – paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Epaminondas** – paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Hilário** – Documento (descaracterizado) do CIE o aponta como “apoio forte” e “contato da Sônia”.

**Humberto** – paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Pedro Cantador** – Citado como “Apoio Forte” pelo “Documento (descaracterizado) do CIE”.

**Rafael**, paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Rita**, paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Sabonete** – Citado como “Apoio forte” do Documento (descaracterizado) do CIE. Citado como camponês que aderiu à guerrilha no Dossiê Araguaia, com “paradeiro desconhecido”.

**Sandoval** – paradeiro desconhecido.

**Toinho** – Camponês que aderiu à guerrilha antes da chegada dos militares. Documento (descaracterizado) do CIE apenas o aponta como “Apoio Forte”. Teria se entregado a 10 Dez 73, de acordo com o “Dossiê Araguaia”.

**Zequinha** – paradeiro desconhecido. Fonte: “Dossiê Araguaia”.

**Zezinho** – Em 1974, encontrava-se preso. Fonte: Documento do SNI, “Subversivos que participaram da Guerrilha do Araguaia”.

Outros apoios da guerrilha – Há uma listagem com 142 nomes do Documento descaracterizado do CIE, relativos ao que os militares chamam de “apoios fracos”.